COMUNICADO AO MERCADO REFERENTE À MODIFICAÇÃO DA OFERTA, DO CRONOGRAMA E ABERTURA DE PRAZO PARA DESISTÊNCIA DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DE AÇÕES DE EMISSÃO DA

MULTILASER

SUA VIDA MULTIMELHOR

MLAS

B3 LISTING

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.
Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 59.717.553/0001-02 | NIRE 35.300.415.531
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América
CEP 01452-000 – São Paulo, SP

Código ISIN das Ações nº "BRMLASACNOR9"
Código de Negociação das Ações na B3: "MLAS3"

Nos termos do disposto no artigo 53 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e na Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, a **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.** ("Companhia"), em conjunto com o **BANCO ITAÚ BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), a **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("XP" ou "Agente Estabilizador"), o **BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.** ("Bank of America"), o **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("UBS BB") e o **BANCO SAFRA S.A.** ("Banco Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP, o Bank of America e o UBS BB, "Coordenadores da Oferta"), em atendimento ao parágrafo terceiro do artigo 25 e artigo 27, ambos da Instrução CVM 400, no âmbito a oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("Ações") a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), comunicam que, em 9 de julho de 2021, a Companhia e o Coordenador Líder receberam o Ofício-Conjunto nº 240/2021-CVM/SRE/SEP expedido pela CVM, por meio do qual foram realizadas as exigências de vícios sanáveis. Para atendimento das exigências, a Companhia promoveu o reconhecimento e mensuração das despesas referentes à remuneração baseada em ações recebida por um dos diretores da Companhia, o que acarretou em ajustes nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e nas informações financeiras relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, bem como no Formulário de Referência da Companhia, anexo ao Prospecto Preliminar, em especial em sua seção "*13. Remuneração dos administradores*".

DIANTE DESSES AJUSTES, QUE CARACTERIZARAM MODIFICAÇÃO DA OFERTA, NOS TERMOS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 400, E EM CONFORMIDADE COM O "*COMUNICADO AO MERCADO REFERENTE À MODIFICAÇÃO DA OFERTA, DO CRONOGRAMA E ABERTURA DE PRAZO PARA DESISTÊNCIA DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DE AÇÕES DE EMISSÃO DA MULTILASER INDUSTRIAL S.A.*", DIVULGADO AO MERCADO EM 12 DE JULHO DE 2021, E NOVAMENTE NESTA DATA, A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA INFORMAM QUE, NOS TERMOS DO ARTIGO 27 DA INSTRUÇÃO CVM 400, (A) CADA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE DA OFERTA COMUNICOU DIRETAMENTE AO INVESTIDOR NÃO INSTITUCIONAL QUE TENHA EFETUADO PEDIDO DE RESERVA JUNTO A TAL INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE DA OFERTA A RESPEITO DA MODIFICAÇÃO EFETUADA NOS TERMOS DESTE COMUNICADO AO MERCADO; E (B) OS INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS QUE TENHAM APRESENTADO SEU PEDIDO DE RESERVA PODERÃO DESISTIR DO SEU PEDIDO DE RESERVA, ENTRE A PRESENTE DATA, INCLUSIVE, E 21 DE JULHO DE 2021, INCLUSIVE ("PERÍODO DE DESISTÊNCIA PARA INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS"), DEVENDO, PARA TANTO, INFORMAR SUA DECISÃO, ATÉ AS 16H00 DO DIA 21 DE JULHO DE 2021, À INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE DA OFERTA NA QUAL TENHA EFETUADO SEU PEDIDO DE RESERVA (POR MEIO DE MENSAGEM ELETRÔNICA, FAX OU CORRESPONDÊNCIA ENVIADA AO ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE DA OFERTA NA QUAL TENHA EFETUADO SEU PEDIDO DE RESERVA).

CASO O INVESTIDOR NÃO INSTITUCIONAL NÃO INFORME, POR ESCRITO, SUA DECISÃO DE DESISTÊNCIA DO RESPECTIVO PEDIDO DE RESERVA NOS TERMOS DESTE ITEM, TAIS PEDIDOS DE RESERVA SERÃO CONSIDERADOS VÁLIDOS E O INVESTIDOR NÃO INSTITUCIONAL DEVERÁ EFETUAR O PAGAMENTO DO VALOR TOTAL DO SEU INVESTIMENTO. CASO O INVESTIDOR NÃO INSTITUCIONAL JÁ TENHA EFETUADO O PAGAMENTO E VENHA A DESISTIR DO RESPECTIVO PEDIDO DE RESERVA, NOS TERMOS DESTE ITEM, OS VALORES DEPOSITADOS SERÃO DEVOLVIDOS SEM QUALQUER REMUNERAÇÃO, JUROS OU CORREÇÃO MONETÁRIA, SEM REEMBOLSO E COM DEDUÇÃO, SE FOR O CASO, DOS VALORES RELATIVOS AOS TRIBUTOS EVENTUALMENTE INCIDENTES, NO PRAZO DE ATÉ TRÊS DIAS ÚTEIS CONTADOS DO PEDIDO DE CANCELAMENTO DO RESPECTIVO PEDIDO DE RESERVA.

Observado o disposto acima, a Companhia e os Coordenadores da Oferta informam o início do Período de Desistência para Investidores Não Institucionais, a partir da presente data, bem como que o novo cronograma estimado da Oferta tem a nova data de precificação da Oferta em 20 de julho de 2021 e a nova data de liquidação da Oferta em 22 de julho de 2021.

Ademais, de forma a refletir o disposto acima o: **(A)** Prospecto Preliminar é reapresentado nesta data, ajustado em suas seções: **(i)** "*Sumário da Oferta*"; e **(ii)** *Informações Sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta*", para refletir os ajustes aplicáveis; e **(B)** Formulário de Referência, anexo ao Prospecto, é reapresentado nesta data, ajustado em sua seção "*13. Remuneração dos administradores*".

Todos os termos aqui não definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*", incluindo o Formulário de Referência elaborado pela Companhia, nos termos da Instrução da CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a ele anexo, bem como de seus eventuais aditamentos e/ou suplementos ("Prospecto Preliminar")

OS AJUSTES MENCIONADOS ACIMA ESTÃO INCORPORADOS AO PROSPECTO PRELIMINAR EM QUE ESTE COMUNICADO FOI INSERIDO COMO ENCARTE.

A data deste Comunicado é 15 de julho de 2021.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

MULTILASER

SUA VIDA MULTIMELHOR

MLAS

B3 LISTING

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.
Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 59.717.553/0001-02 | NIRE 35.300.415.531
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América
CEP 01452-000 – São Paulo, SP
172.313.238 Ações
Valor da Oferta: R$2.050.527.532,20
Código ISIN das Ações nº "BRMLASACNOR9"
Código de Negociação das Ações na B3: "MLAS3"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$10,80 e R$13,00 ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.** ("Companhia"), em conjunto com o **BANCO ITAÚ BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), a **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("XP" ou "Agente Estabilizador"), o **BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.** ("Bank of America"), o **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("UBS BB") e o **BANCO SAFRA S.A.** ("Banco Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP, o Bank of America e o UBS BB, "Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 172.313.238 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta").

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Ofício-Circular 1/2021/CVM/SRE, de 1° de março de 2021 ("Ofício-Circular CVM/SRE"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), bem como com as demais disposições aplicáveis, incluindo sobre esforços de dispersão acionária, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e com a participação de determinadas instituições financeiras consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto Preliminar).

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pela XP Investments US, LLC, pelo BofA Securities, Inc., pelo UBS Securities LLC e pelo Safra Securities, LLC. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional (conforme definido neste Prospecto Preliminar): (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *U.S. Securities Act of* 1933, conforme alterado ("*Securities Act*"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* ("SEC"); e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii) em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade com o *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada, da Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ou da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*" ("Anúncio de Início"), a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares), ou seja, em até 34.462.647 novas Ações, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 25.846.985 novas Ações, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto Preliminar), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme abaixo definido). Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação (conforme definido neste Prospecto Preliminar) por parte dos Coordenadores da Oferta. Estima-se que o preço de subscrição por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa ("Preço por Ação"). **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto Preliminar) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicadas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto Preliminar), nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto Preliminar**.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto Preliminar), a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[2][4]	Recursos Líquidos (R$)[2][3][5]
Preço por Ação	11,90	0,43	11,47
Oferta	2.050.527.532,20	73.818.991,16	1.976.708.541,04
Total	**2.050.527.532,20**	**73.818.991,16**	**1.976.708.541,04**

(1) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.
(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição*", na página 51 deste Prospecto Preliminar.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Quantidade, Montante e Recursos Líquidos*", na página 49 deste Prospecto.

A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social ("Estatuto Social"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como seus termos e condições, e a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 ("Novo Mercado"), foram deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de maio de 2021, cuja ata foi protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", em 14 de maio de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será publicada no jornal "Valor Econômico" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil subsequente, bem como registrada na JUCESP oportunamente.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição das Ações a partir da data da disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), as quais somente serão confirmadas pelo subscritor por meio do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva e serão formalizadas, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação do boletim de subscrição, após o início do Prazo de Distribuição, nos termos da Resolução CVM 27.

Exceto pelo registro da Oferta a ser concedido pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC dos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulation S*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 14 de maio de 2021.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição das Ações. Ao decidir subscrever e liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 21 e 99, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO PRELIMINAR E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO PRELIMINAR A PARTIR DA PÁGINA 341 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

Itaú BBA
Coordenador Líder

XP investment banking
Agente Estabilizador

BANK OF AMERICA

UBS BB Investment Bank

Safra Investment Bank

A data deste Prospecto Preliminar é 15 de julho de 2021.

ÍNDICE

DEFINIÇÕES 1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA 5
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO 6
Estimativas de Mercado e Outras Informações 8
SUMÁRIO DA COMPANHIA 9
Visão Geral 9
Linhas de Negócio e Portfólio de Produtos 9
Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas 10
Nossas Atividades 11
Pontos Fortes e Vantagens Competitivas 14
Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças 17
Nossa Estratégia 18
Estrutura Societária 19
Informações Adicionais 20
Eventos Recentes 20
Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia 21
IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES 24
Declaração de Veracidade das Informações 25
SUMÁRIO DA OFERTA 26
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA 44
Composição do Capital Social 44
Principais Acionistas e Administradores 45
Características Gerais da Oferta 46
Aprovações Societárias 47
Preço por Ação 48
Reserva de Capital 49
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 49
Quantidade, Montante e Recursos Líquidos 49
Custos de Distribuição 51
Cronograma Estimado da Oferta 53
Instituições Participantes da Oferta 54
Regime de Distribuição 54
Plano de Distribuição da Oferta 55
Procedimento de Distribuição da Oferta 56
Procedimento da Oferta Não Institucional 57
Procedimento da Oferta Não Institucional – Private 59
Procedimento da Oferta Não Institucional – Varejo 62
Procedimento da Oferta Institucional 65
Prazos da Oferta 67
Contrato de Colocação 67
Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta 68
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 69
Estabilização de Preços das Ações 70
Formador de Mercado 71
Violações das Normas de Conduta 71
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 72
Negociação das Ações na B3 72
Manutenção Temporária das Ações em Circulação (*Free Float*) da Companhia 73
Acordos de Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*) 73

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações 74
Inadequação da Oferta 74
Condições a que a Oferta esteja submetida 74
Informações Adicionais 74
Links para Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta 76
Instituições Consorciadas 77
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA 79
Coordenador Líder 79
XP 80
Bank of America 82
UBS BB 82
Banco Safra 84
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA 86
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 86
Relacionamento entre a Companhia e a XP 89
Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America 90
Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB 91
Relacionamento entre a Companhia e o Banco Safra S.A. 93
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA 97
Coordenador Líder 97
UBS BB 97
Banco Safra 97
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 99
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 107
Reserva de Capital 109
CAPITALIZAÇÃO 111
DILUIÇÃO 112
Plano Especial de Ações Restritas 113
Histórico do Preço de Emissão de Ações 113
ANEXOS 115
ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA 117
ANEXO B – CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2021, QUE APROVOU, DENTRE OUTRAS MATÉRIAS, A REALIZAÇÃO DA OFERTA 153
ANEXO C – MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA 161
ANEXO D – DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 167
ANEXO E – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 171
ANEXO F – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRIAIS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 MARÇO DE 2021 175
ANEXO G – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 243
ANEXO H – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 341

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia”, “Multilaser” ou “nós” se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à “Multilaser Industrial S.A.”, suas subsidiárias e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 341 deste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta”, a partir da página 26 deste Prospecto.

Afiliadas	Significa com relação a uma pessoa: (i) seus acionistas controladores diretos ou indiretos, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, nos termos do artigo 243, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, (iii) as sociedades sob mesmo controle que tal pessoa, (iv) sociedades coligadas, nos termos do artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.
Agente Estabilizador	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	BDO RCS Auditores Independentes SS.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Safra	Banco Safra S.A.
Bank of America	Bank of America Merril Lynch Banco Múltipo S.A.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
CCB	Cédula de Crédito Bancário.
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.

Código ANBIMA	"*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor.
Companhia ou Multilaser	Multilaser Industrial S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não está instalado.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Corretora	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Desdobramento de Ações	Desdobramento de ações ordinárias da Companhia, aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021, na razão de 1 (uma) para 3 (três) ações, passando o capital social da Companhia de 216.075.329 (duzentas e dezesseis milhões, setenta e cinco mil, trezentas e vinte e nove) ações ordinárias a ser dividido em 648.225.987 (seiscentas e quarenta e oito milhões, duzentas e vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias.
Doador	Alexandre Ostrowiecki
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
Expet	Expet Industria e Comercio de Tapetes Ltda.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
Formulário de Referência	Formulário de Referência elaborado pela Companhia, nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar.
IASB	*International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Índice de Endividamento	A soma do passivo circulante e o passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.

Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto Sobre Operações Financeiras cobradas nas operações de câmbio.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
LC	Letra de Câmbio.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, que estabelece práticas diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Ofício 282/2021-DIE	Ofício 282/2021-DIE, emitido pela B3 em 22 de junho de 2021, acerca de pedido de dispensa de percentual mínimo de ações em circulação.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular 1/2021/CVM/SRE, divulgado em 1° de março de 2021.
OMS	Organização Mundial de Saúde.
Plano Especial de Ações Restritas	Plano Especial de Ações Restritas com Meta de Performance Mínima aprovado pela Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regulamento da Câmara de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Acionista Controlador.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.

Resolução CVM 13	Resolução da CVM n° 13, de 18 de novembro de 2020.
Resolução CVM 27	Resolução da CVM nº 27, de 8 de abril de 2021.
Resolução CVM 30	Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021.
Resolução 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada.
Securities Act	*U.S. Securities Act of* 1933, conforme alterado.
SEC	*U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos.
SKUs	Produtos Diferentes *(Stock Keeping Units)*.
UBS BB	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
XP	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Multilaser Industrial S.A., sociedade por ações, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 59.717.553/0001-02 e com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.415.531.
Registro na CVM	A Companhia se encontra em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, sendo que o registro de companhia aberta foi requerido junto à CVM em 14 de maio de 2021.
Sede	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na sede da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Ricardo Rosanova Garcia. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 3198-5877 e o seu endereço eletrônico é ri@multilaser.com.br.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	BDO RCS Auditores Independentes SS.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "MLAS3", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à disponibilização do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOESP e no jornal "Valor Econômico".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página da 341 deste Prospecto Preliminar.
Website	https://ri.multilaser.com.br. As informações constantes do nosso *website* não são parte integrante deste Prospecto Preliminar, e nem se encontram incorporadas por referência ou anexas a este.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre nós e a Oferta poderão ser obtidas em nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar, e junto: (i) à nossa Diretoria de Relações com Investidores; (ii) aos Coordenadores da Oferta nos endereços e *websites* indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*" na página 74 deste Prospecto Preliminar; (iii) à CVM, na Rua Sete de Setembro, 511, 5.º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, 340, 2º a 4º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou, ainda, em seu *website*: www.cvm.gov.br; e (iv) à B3, na Praça Antônio Prado, 48, 7º andar, CEP 01010-901, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em seu *website*: www.b3.com.br.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar, a partir das páginas 21 e 99, respectivamente, e nas seções "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. As estimativas e perspectivas sobre o futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente.

Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto Preliminar, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem.

Dentre os diversos fatores discutidos em outras seções deste Prospecto Preliminar que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- capacidade de a Companhia implementar sua estratégia de expansão, seja por aquisições ou organicamente;

- capacidade de a Companhia prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia da COVID-19, mesmo após a pandemia ter sido suficientemente controlada;

- a capacidade de a Companhia implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta à, ou para amenizar os impactos da pandemia da COVID-19 em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia da COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares), particularmente no Brasil e na medida em que tais fatores continuem a causar severos, frequentes e negativos efeitos macroeconômicos, aumentando assim muitos dos outros riscos descritos na seção "*4.1. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 do Prospecto Preliminar;

- alteração substancial no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da amenização, controle e/ou término da pandemia da COVID-19;

- eventos de surtos de doenças e pandemias, tal como a pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo;

- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;

- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;

- alterações nas condições gerais econômicas, políticas, demográficas e comerciais no Brasil, particularmente nas regiões em que a Companhia opera, incluindo, por exemplo, inflação, desvalorização do Real, taxas de juros, taxas de câmbio, níveis de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez nos mercados financeiro e de capitais;

- instabilidade política no País (inclusive referente a políticas desenvolvidas durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro ou como resultado de intervenções do governo e/ou novos impostos e tarifas) e mudanças na situação política e macroeconômica do País;

- instabilidade política no País e a percepção dos riscos em relação à corrupção e a outras investigações em curso, o que incentiva relações turbulentas e lutas internas dentro da administração do Presidente Jair Bolsonaro, bem como políticas e possíveis mudanças para tratar dessas questões ou de outra forma, incluindo reformas econômicas e fiscais e respostas aos efeitos contínuos da pandemia COVID-19, qualquer um dos quais pode afetar negativamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;

- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e presação dos serviços da Companhia;

- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;

- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;

- o relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuiçoes, taxas e impostos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;

- impacto da recessão econômica e do eventual ajsute fiscal que poderá afetar negativamente o crescimento da demanda na economia brasileira como um todo;

- o nível de capitalização e endividamento da Companhia e sua capacidade de contratar novos financimentos e executar o seu plano de expansão;

- efeitos de eventual reforma tributária;

- eventos de força maior; e

- outros fatores de riscos apresentados na seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" e "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*", nas páginas 99 e 21, respectivamente, deste Prospecto Preliminar e na seção "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminiar.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO PRELIMINAR, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS

DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS CONTIDAS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS, EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUAISQUER OUTROS FATORES. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro.

Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto Preliminar podem não vir a se concretizar.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições futuras da situação financeira e dos resultados operacionais, da participação de mercado e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquela expressa ou sugerida nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Tendo em vista estas limitações, os potenciais investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e declarações acerca do futuro contidas neste Prospecto Preliminar.

Estimativas de Mercado e Outras Informações

São feitas declarações neste Prospecto Preliminar sobre estimativas de mercado, a situação em relação aos concorrentes e a participação no mercado da Companhia, bem como sobre o tamanho dos mercados em que atua. Tais declarações são feitas com base em pesquisas internas e pesquisas de mercado e em informações obtidas de fontes que a Companhia considera confiáveis. A menos que indicado de outra forma, todas as informações macroeconômicas foram obtidas junto ao BACEN, IBGE e FGV. A Companhia não tem motivos para acreditar que tais informações não sejam corretas em seus aspectos relevantes, razão pela qual não as verificou de forma independente.

Todas as referências feitas neste Prospecto Preliminar a “Real”, “Reais” ou “R$” dizem respeito à moeda oficial do Brasil e todas as referências a “Dólar”, “Dólares” ou “US$” dizem respeito à moeda corrente dos Estados Unidos.

Adicionalmente, alguns números constantes deste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, podem não representar totais exatos em razão de arredondamentos efetuados. Sendo assim, os resultados apresentados em algumas tabelas presentes neste Prospecto Preliminar podem não corresponder ao resultado exato da soma dos números que os precedem, ainda que a diferença seja mínima.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Este Sumário contém um resumo das nossas atividades e das nossas informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, em especial as informações contidas nas seções "Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas Sobre o Futuro" e "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" nas páginas 5 e 21 deste Prospecto Preliminar, e nos itens "3. Informações Financeiras Selecionadas", "4. Fatores de Risco", "5. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos" e "10. Comentários dos Diretores" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar, além das nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas também anexas a este Prospecto. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Ações. A menos que o contexto exija outra interpretação, os termos "nós", "nossos" e "nossa Companhia" referem-se à Multilaser Industrial S.A. e suas controladas.

Visão Geral

A Companhia acredita ser uma das mais diversificadas companhias de bens de consumo do Brasil devido a amplitude de seu portfólio com mais de 5.000 produtos diferentes (SKUs) e ampla capacidade de distribuição nacional. Atuando no desenvolvimento, fabricação, distribuição, venda e pós-venda de diversos produtos em diferentes áreas como tablets, smartphones, notebooks, pen drives, chips de memória, acessórios de informática, eletroportáteis, casa conectada (Internet of Things – IoT), utensílios domésticos, ferramentas, acessórios e equipamentos esportivos, instrumentos de saúde, redes de telecomunicações, acessórios e produtos automotivos, áudio e vídeo, segurança eletrônica, brinquedos, papelaria, pets e puericultura.

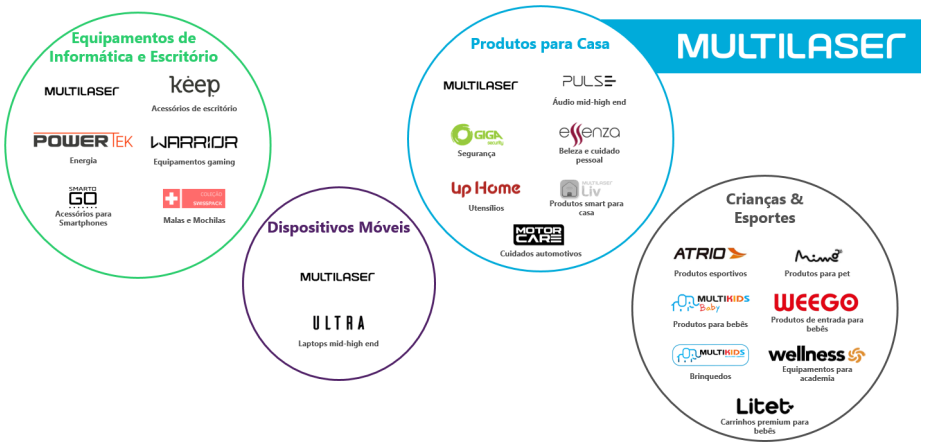
Em 2020, a Companhia apresentou uma receita líquida de R$3.077 milhões e, entre os anos de 2018 a 2020, um crescimento anual composto de 26,8%, comprovando sua concreta capacidade de expansão. O EBITDA totalizou R$548 milhões, com uma margem de 17,8%, e o lucro líquido atingiu R$444 milhões, com uma margem de 14,4%. O modelo de negócios da Companhia tem alto retorno sobre o capital investido (ROIC), que atingiu 35,8% em 2020.

Em 31 de março de 2021, o portfólio de produtos era composto por mais de 5 mil stock keeping units (SKUs), oferecidos sob 20 marcas próprias e 9 marcas licenciadas, distribuídas para aproximadamente 29 mil clientes-varejistas em todo o País. Atualmente os produtos são vendidos em mais de 44 mil pontos de venda físicos de propriedade de terceiros, em 44 marketplaces e em 7 lojas virtuais da Companhia (e-commerce), além dos demais pontos de venda que adquirem os produtos da Companhia dos clientes varejistas/distribuidores. Em 2020, a Companhia lançou aproximadamente 1.300 novos SKUs (aproximadamente 5 novos produtos por dia útil), que representaram mais de 30% da receita para o exercício de 2020, o que apenas foi possível em função de sua plataforma operacional escalável e flexível.

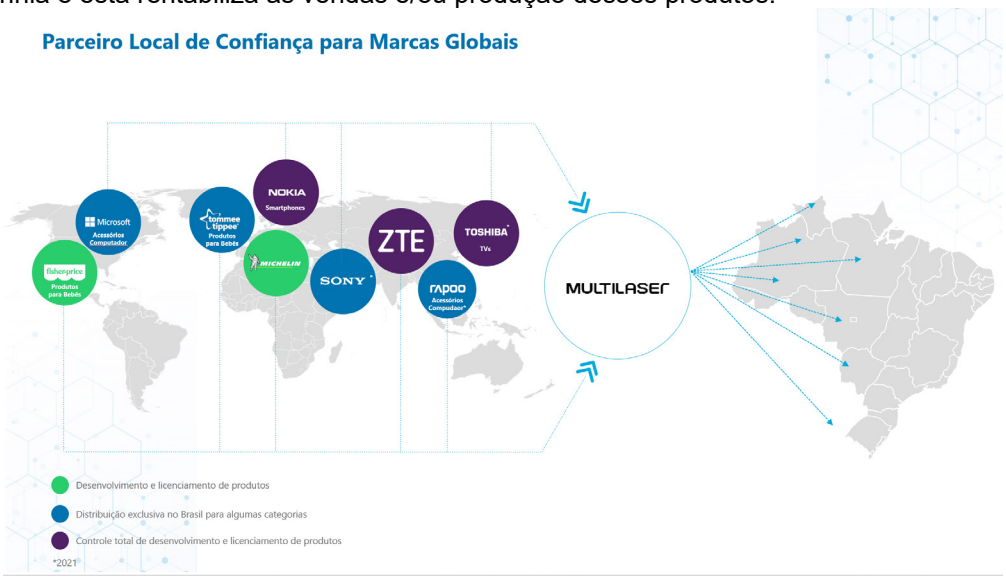
Linhas de Negócio e Portfólio de Produtos

A Companhia está organizada em unidades de negócio com estruturas próprias especializadas e dedicadas nas áreas de marketing, engenharia, desenvolvimento de produtos, design e suporte às vendas que viabilizam a gestão focada nas diversas linhas de atuação da Companhia.

Além da marca Multilaser, presente nos segmentos de tecnologia, celulares, smartphones, telecomunicações, ferramentas e eletro/eletrônicos, dentre outros, são comercializadas as seguintes marcas próprias, que se dividem em 4 grandes segmentos (Mobile Devices, Office & IT Supplies, Home Electric Products e Kids & Sports).



Adicionalmente às marcas próprias, a Companhia também é parceira de 9 grandes marcas globais para comercialização, desenvolvimento e/ou produção de produtos específicos de tais parceiros, conforme indicadas no gráfico abaixo. Estas parcerias permitem que a Companhia atue em extratos sociais da população mais elevados àqueles em que já atua com suas 20 marcas próprias e posicione-se em nichos especializados, tais como provedores de internet e home centers, cujas marcas parceiras já são amplamente consolidadas. As parcerias são construídas em um modelo de benefício mútuo, onde os parceiros se beneficiam da estrutura comercial e/ou industrial da Companhia e esta rentabiliza as vendas e/ou produção desses produtos.

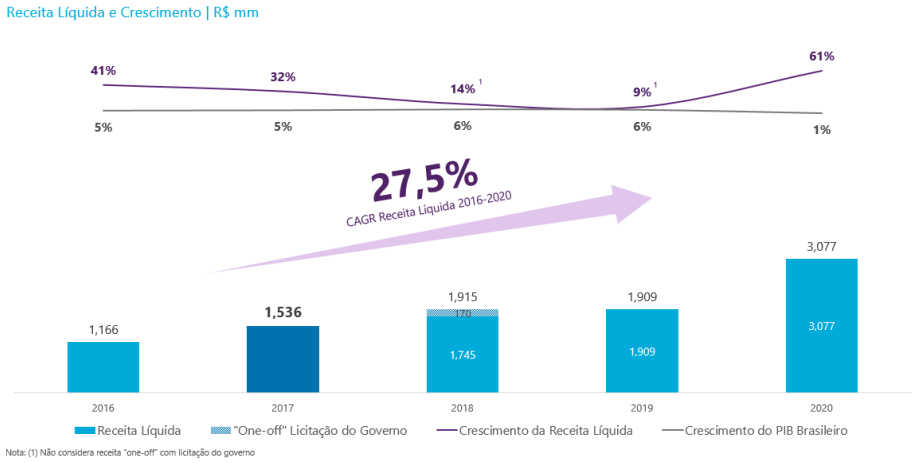


A gama de 20 marcas próprias e a realização de parcerias com as marcas globais é mais um diferencial da Companhia, pois permite oferecer aos seus clientes produtos diversificados, atendendo às diferentes necessidades dos mais diversos grupos de consumidores. Além disso, a diversificação do portfólio é um importante fator de mitigação de riscos, uma vez que permeia diversas linhas de produtos, segmentos de mercado e todas as classes de consumidores.

Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas

A Companhia apresentou um crescimento nos últimos anos, mesmo diante das diversas e desafiadoras condições macroeconômicas domésticas e globais, o que se deu tanto em função da consolidação de seus produtos no mercado e ritmo acelerado de lançamento de novos produtos, bem como do seu modelo de negócios que tem como característica uma estrutura organizacional eficiente na gestão comercial e operacional que possibilita uma ampla permeabilidade em diversos mercados e segmentos mitigando os riscos e potencializando as oportunidades.

A receita líquida da Companhia apresentou taxa de crescimento composta média anual (CAGR) entre 2016 e 2020 de 27,5%, alcançando o montante de R$3.077 milhões em 2020.



Fonte: Companhia

A rentabilidade, crescimento sólido, liderança em diversos segmentos de atuação, qualidade dos produtos, excelência no pós-venda, flexibilidade operacional, capilaridade nacional e a constante busca por rápida adesão a novas tendências (*fast follower*) nos diversos mercados de bens de consumo em que opera colocam a Companhia em posição privilegiada para continuar crescendo e atendendo sua vasta rede de clientes e consumidores em todos os segmentos. A tabela abaixo demonstra a distribuição do faturamento e os principais indicadores financeiros e operacionais nos períodos indicados:

(valores em R$ milhares, exceto os percentuais)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2021	31/03/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receita Líquida	1.402.533	478.740	3.077.116	1.909.372	1.914.705
– Mobile Devices	655.261	188.454	1.095.588	675.074	723.564
– Office & IT Supplies	424.280	198.063	1.175.837	823.235	908.176
– Home Eletric Products	277.073	67.173	620.920	254.241	167.754
– Kids & Sports	45.919	25.050	184.771	156.822	115.211
Lucro Bruto	474.284	166.462	1.110.663	618.429	668.657
Margem Bruta(1)	33,8%	34,8%	36,1%	32,4%	34,9%
EBITDA(2)	235.704	55.586	548.493	237.233	244.742
Margem EBITDA(3)	16,8%	11,6%	17,8%	12,4%	12,8%
Lucro líquido	193.624	-7.606	444.302	231.373	234.342
Margem Líquida(4)	13,8%	-1,6%	14,4%	12,1%	12,2%
Empréstimos e Financiamentos – Circulante	402.573	N/A	232.282	106.546	108.864
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	855.121	N/A	473.464	70.886	65.016
Caixa e Equivalentes de Caixa	502.003	N/A	452.453	97.927	33.506
Dívida Líquida(5)	755.691	N/A	253.293	79.505	140.374
Patrimônio Líquido	1.729.852	N/A	1.524.055	1.149.978	946.130

(1) Margem Bruta significa Lucro Bruto dividido por Receita Líquida.
(2) EBITDA é definido como o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas e das depreciações, amortizações e exaustões, de acordo com a definição da Instrução da CVM nº 527, de 4 outubro de 2012, conforme alterada.
(3) Margem EBITDA significa EBITDA dividido por Receita Líquida.
(4) Margem Líquida significa Lucro Líquido dividido por Receita Líquida.
(5) Dívida Líquida é definida como saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), menos caixa e equivalente de caixa.

Nossas Atividades

Identificação, Desenvolvimento e Lançamento de Produtos: Um dos pilares da Companhia é a capacidade e eficiência para identificar, desenvolver, lançar e comercializar novos produtos. No exercício de 2020, mais de 30% da receita bruta adveio de novos SKUs adicionados ao portfólio no ano. A Companhia conta com uma equipe de mais de uma centena de profissionais dedicados ao desenvolvimento de novos produtos, o que viabilizou o lançamento de mais de 4.000 produtos entre 2018 e 2020. Com excelência para identificar potenciais produtos para incluir ao portfólio, o time de desenvolvimento de produtos da Companhia busca, por meio da análise das feiras internacionais de tecnologia, das demandas dos clientes e da análise/inteligência de mercado, as oportunidades de novos lançamentos e as tendências de mercado para, posteriormente, selecionar os produtos com maior aderência à estratégia da Companhia com a finalidade de atender os objetivos comerciais e de rentabilidade.

Os principais fatores avaliados na tomada de decisão sobre a incorporação de novos itens são a qualidade, a margem esperada, o ciclo de vida do produto, disponibilidade e potencial de vendas. Cada produto é criteriosamente selecionado e testado antes de ser incluído no portfólio da Companhia.

Produção/Importação de Produtos: Aliando a viabilidade tecnológica e financeira aos principais fatores elencados acima, a Companhia possui a flexibilidade de importar ou produzir os produtos que comercializa.

Esta flexibilidade deve-se à estrutura física e organizacional que conta com aproximadamente 4 mil funcionários, um complexo industrial de 120 mil m2 localizado em Extrema/MG com 41 linhas de produção e outro de 6 mil m² localizado em Manaus/AM com 10 linhas de produção, que se somam à uma diversificada base de mais de 680 fornecedores internacionais que são certificados pela unidade localizada em Shenzhen (China), onde a equipe de 75 técnicos e engenheiros locais dispõem de um complexo de testes com 2 mil metros quadrados.

Operações da Multilaser em Extrema (Minas Gerais)

Montagem | Tablet



Produtos de Healthcare



Montagem Automatizada | Pen



Montagem | Notebooks



SMT



DDR3/DDR4



Montagem | SSD



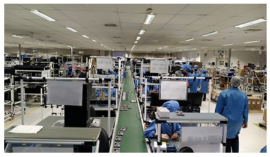
Montagem | Telas



Montagem | Roteadores



Montagem | Smartphones



Montagem | Smartphones



Montagem | Áudio



Operações da Multilaser em Shenzhen



Fonte: Companhia

Por ser a única empresa privada 100% nacional a produzir chips integrados de memória no Brasil, a Companhia desfruta de importante vantagem competitiva no cumprimento dos requisitos legais mínimos de conteúdo nacional na produção de eletrônicos e possui capacidade para atender a demanda própria nas linhas de produção de celulares, smartphones, tablets, notebooks e cartões de memória, bem como de outros players globais que atuam em território nacional.

Além dos chips de memória, diversos outros componentes são fabricados ou produzidos em instalações da Companhia, fornecidos por empresas nacionais ou estrangeiras, e então, montados nas unidades de Extrema/MG e Manaus/AM.

Ao final de 2020 possuíamos 1,8 mil funcionários nas unidades fabris da Companhia. No exercício social de 2020, foram produzidos aproximadamente 1 milhão de celulares, 1,1 milhão de tablets, 240 mil notebooks e 12 milhões de chips de memória nessas unidades.

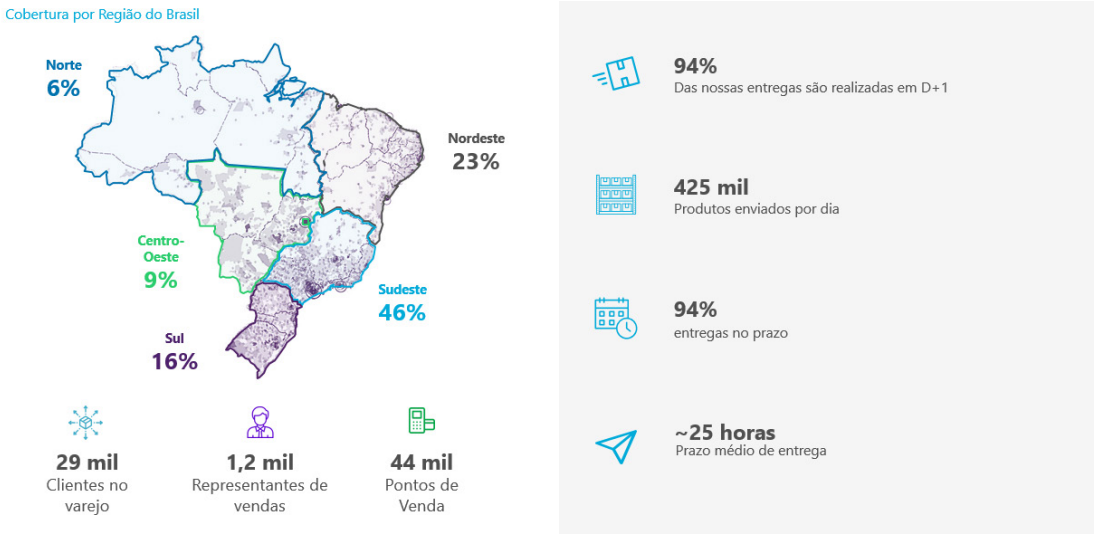
Com exceção de tablets, celulares, smartphones, notebooks, TVs, chips de memória, áudio automotivo e câmeras de segurança, que são montados nas fábricas de Extrema/MG e Manaus/AM, o restante dos produtos é importado de fornecedores na Ásia.

Canais de Venda: As vendas são realizadas por meio de uma plataforma multicanal diversificada e integrada, composta por: (1) pontos de venda físicos (44 mil) de clientes-varejistas; (2) marketplaces (44); e (3) lojas próprias de *e-commerce*, que compreendem 7 websites de marcas próprias.

Dentre os principais clientes-varejistas estão as maiores redes varejistas do país como, por exemplo, Lojas Americanas, Magazine Luiza, Raia-Drogasil, Kalunga, Carrefour, Via Varejo e outros, que conjuntamente representam aproximadamente 6% do faturamento no exercício de 2020. Adicionalmente, são realizadas vendas também por meio dos marketplaces dos principais clientes varejistas, além de Mercado Livre, Amazon, Kabum, Shoptime, Submarino, entre outros que somam 44 no total.

As vendas totais em marketplaces somadas aos canais próprios de *e-commerce* representaram 6% da receita líquida no exercício de 2020.

A força de vendas conta com mais de 1,5 mil colaboradores, entre representantes de vendas e promotores, e atendeu aproximadamente 29 mil clientes-varejistas em 2020, em todo o País. Para gerenciar toda essa capilaridade da rede de distribuição, foram desenvolvidos 2 sistemas proprietários de gestão comercial e relacionamento com os clientes-varejistas, vendedores nos pontos de venda, promotores e representantes, quais sejam, os sistemas Mercury e Multiplik.



O sistema Mercury da Companhia possui 24 módulos com diferentes funções para suportar o time de vendas. Dotado de diversas funcionalidades, tais como descrição completa dos produtos do portfólio, geração automática de apresentação dos produtos, cálculo automático de comissão, preço de venda, prazos de pagamento e alíquota fiscal, sugestão de produtos e destaque de promoções, potencializando a capacidade comercial dos representantes de venda como uma

solução única para abastecer os clientes varejistas com mercadorias, é totalmente integrado ao estoque da companhia e sistemas logísticos dos centros de distribuição. Aderente integralmente às políticas comerciais da Companhia, com inteligência artificial que aumenta as vendas e produtividade da área comercial, e estabelece parâmetros de comissionamento e desconto, o Mercury também provê informações sobre histórico de pedidos e prazos de entrega, além de automaticamente gerar catálogos personalizados e segunda via de boletos.

Outro sistema de propriedade da Companhia é o Multiplik. Trata-se de um aplicativo direcionado aos vendedores no ponto de venda que permite à Companhia conceder incentivos e premiações diretamente para os balconistas/vendedores dos clientes/varejistas. Os balconistas/vendedores instalam o aplicativo em seus próprios telefones e ao efetuar uma venda de um produto da Companhia, podem, por meio da leitura de um código único existente em cada uma das embalagens, registrar esta venda no Multiplik como sua e, posteriormente, resgatar incentivos com base no saldo individual acumulado. O sistema possui mais de 80 mil usuários cadastrados e objetiva incrementar o engajamento dos profissionais na venda de produtos Multilaser, por meio dos incentivos e premiações.

Por meio do Multiplik é possível também fornecer treinamento para esses profissionais e comunicar lançamentos de produtos e campanhas.

Gestão dos Produtos: As vendas, margens e rentabilidade de todos os produtos comercializados são monitorados constantemente com o uso de inteligência artificial e algoritmos que otimizam o preço e a reposição de estoque à demanda observada para cada produto, indicando inclusive descontinuidade de determinadas linhas que não atendem os parâmetros pré-definidos. Neste último caso, o monitoramento define, por exemplo, redução de preços visando queima de estoque e a sua não reposição.

A gestão de produtos da Companhia visa apenas a comercialização de produtos cuja relação rentabilidade/demanda mantém as margens e o giro dos estoques em linha com seu modelo de negócios, o que reduz sensivelmente a estocagem de mercadorias não comercializadas e que não contribuam para a rentabilidade da companhia. Assim, produtos que não apresentam o resultado esperado são descontinuados com perdas mínimas.

O vasto portfólio de produtos e a capacidade de lançamento rápido de novos itens conforme descrito acima dilui sensivelmente os riscos mercadológicos da Companhia.

Pós-venda: A Companhia possui qualidade reconhecida nos serviços de pós-venda e atendimento ao consumidor[1] por meio de diversos canais, como atendimento telefônico gratuito (0800), *chat online*, *e-mail*, postos de atendimento físico, assistências técnicas em todos os estados brasileiros, e também nas redes sociais e WhatsApp. O serviço de pós-venda, em 31 de março de 2021, contava com mais de 240 colaboradores exclusivos, além de um eficiente sistema de garantia virtual onde o consumidor efetua a troca do produto com defeito sem que seja necessário enviar o produto defeituoso para a fábrica. O atendimento pós-venda é premiado com o selo Ótimo do ReclameAqui, com pontuação de 9.0/10. Também está em 1º lugar no ranking geral nacional do ElogieAki. A qualidade no pós-venda é um dos principais fatores de fidelização do consumidor final e grande contribuinte para reputação das marcas.

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

O modelo de negócios da Companhia possui bases sólidas que o tornam difícil de ser replicado em um curto espaço de tempo, sem investimentos maciços e em escala nacional. Segue abaixo as principais vantagens da Companhia em relação aos seus concorrentes.

Portfólio amplo e diversificado de produtos, com posição de destaque nas principais linhas de produtos.

A Companhia possui amplo e diversificado portfólio de produtos com mais de 5 mil SKUs de alta qualidade, atrativo custo-benefício e penetração em diversos mercados e todos os segmentos sociais. A diversificação do portfólio e pulverização dos clientes-varejistas e fornecedores reduzem o risco de concentração nas receitas, marcas, clientes e linhas de produtos.

[1] No website ReclameAqui, a Multilaser possui reputação, nos últimos 6 meses, de 9,0/10, classificada como “ótimo” (https://www.reclameaqui.com.br/empresa/multilaser-industrial/) e no website Eloqieaki, a Multilaser é a mais elogiada em sua categoria, https://old.elogieaki.com.br/ranking-empresas#1

A posição de destaque das marcas da Companhia são reconhecidas e aumentam a demanda pelos produtos comercializados, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Produtos	*Market Share* no mercado brasileiro em 2020
Gaming Mouse Devices	19,3%
Gaming Keyboards	21,7%
Mouse Devices	35,1%
Keyboards	27,7%
Gaming Headphones e Headsets	26,8%
Feature Phones	34,9%
Tablets	30,1%
Headphones e Headsets	17,7%
Áudio Automotivo	23,5%
Smartphones < R$600	16,6%
Notebooks	2,6%

Fonte: GfK (Growth from Knowledge).

A diversidade e constante renovação do portfólio de produtos tornam a operação da Companhia mais resiliente às oscilações e tendências do mercado.

Eficiente aderência a novas tendências (fast-follower), com equipe de desenvolvimento de produtos qualificada, capaz de antecipar tendências de consumo e impulsionar o futuro crescimento.

Possuir conhecimento (*know-how)* e estrutura para antecipar as tendências de diferentes linhas de negócio e rapidamente incorporar esses produtos ao portfólio é um dos grandes diferenciais em um mercado dinâmico como o de eletroeletrônicos.

Desde 2018 até 2020 foram lançados mais de 4.000 novos SKUs, aproximadamente 1.300 deles no ano de 2020, o que representou mais de 30% da receita líquida no referido exercício social, o que comprova a eficiência na atuação da Companhia como uma aderente a novas tendências (*fast follower*).

Os produtos são desenvolvidos por equipes multidisciplinares, organizadas por unidades de negócios. As equipes analisam o mercado, observando e seguindo tendências, sempre como *fast followers*, participando de fóruns e feiras de tecnologia e eletrônicos pelo mundo, especialmente na China, Estados Unidos da América, Taiwan e Espanha, e mantêm diálogo ativo com os fornecedores atuais e potenciais.

Desta forma é possível construir, ampliar e diferenciar o portfólio com agilidade. Devido ao modelo operacional da companhia, caracterizado pela flexibilidade, torna-se possível constantemente adicionar novos produtos e, consequentemente, manter o relacionamento frequente e de qualidade com clientes-varejistas e os marketplaces onde os produtos da Companhia são oferecidos.

A Companhia busca a maior agilidade possível no lançamento de produtos de alto interesse dos consumidores, o que possibilita, muitas vezes, posicionar-se à frente e tornar-se um fornecedor relevante nestas linhas. Esta relevância e a capacidade rápida de adaptação permitiu antecipar-se a migrações tecnológicas como, por exemplo, a substituição de mídias como CDs e DVDs para entradas USB no áudio automotivo e adoção de SIM *cards* nos aparelhos celulares.

Plataforma operacional forte, escalável e flexível, certificada por procedimentos rigorosos de controle de qualidade.

Ao longo dos últimos 15 anos foi construída uma plataforma operacional forte, escalável e flexível, comum a todas as linhas de produto. A Companhia é a única fabricante de eletroeletrônicos do País que também fabrica e domina a cadeia de produção de *chips* de memória, permitindo avançar um elo vital na verticalização e obter significativa vantagem competitiva.

Com capacidade instalada de produção de 86 milhões de produtos por ano na fábrica de Extrema/MG e 5,7 milhões de produtos por ano na fábrica de Manaus/AM, a Companhia possui um complexo industrial do Brasil cujas linhas de produção são flexíveis e permitem introduzir, suspender ou alterar a montagem e fabricação de determinados produtos de forma otimizada, em termos de custo e tempo, alinhando-se à estratégia de manutenção do diversificado portfólio de produtos.

Ao estabelecer um processo automatizado de atendimento de pedidos de venda (*fulfillment*) e pós-venda gera-se alto valor à Companhia. O sistema proprietário de previsão de demanda possibilita ajustar o suprimento (*sourcing*) das diversas linhas de produtos e, consequentemente, dispor de um estoque com mais de 90% dos SKUs do portfólio.

O sistema logístico conta com uma área de separação de pedidos automatizada, que possibilita manipular aproximadamente 425 mil produtos por dia e despachar 94% das vendas em até um dia útil (D+1). A rede de logística e distribuição possui alcance nacional por meio da utilização de

empresas terceirizadas de logística que realizam entregas rápidas e completas para os clientes-varejistas. As transportadoras são selecionadas e monitoradas pela equipe de logística. O sistema logístico multicanal e integrado confere à Companhia uma grande vantagem competitiva por viabilizar maior eficiência nos prazos e custos de entrega, alcançando 96% de pontualidade.

Estratégia comercial forte e efetiva, com capilaridade nacional.

A composição da força de vendas conta com mais de 1,2 mil vendedores em campo, distribuídos por todos os Estados do país. Este time compreende uma equipe de 466 promotores, conectados por sistemas proprietários criados pela Companhia para incentivar a venda de produtos.

Com presença nacional, a Companhia é capaz de alcançar, com equipe própria, os locais mais remotos do País. Os produtos são distribuídos em mais de 44 mil pontos de venda físicos que englobam 14,7 mil clientes na Região Sudeste, 6,4 mil na Região Nordeste, 5,1 mil na Região Sul, 3,5 mil na região Centro-Oeste e 2,1 mil na Região Norte do Brasil. Dois sistemas proprietários são utilizados para aumentar a produtividade do time de vendas: o Mercury e o Multiplik.

Por meio do Mercury, uma plataforma de vendas única desenvolvida pela Companhia, os representantes de vendas dos clientes-varejistas conseguem verificar o inventário de fornecimento de produtos completo, a disponibilidade de produtos em todos os seus respectivos pontos de venda físicos, o tempo de reposição dos produtos fora de estoque, itens que outros clientes-varejistas com similaridades em seu negócio compram, preço de venda final sugerido, entre outras informações. Essa ferramenta é essencial para a eficiência comercial e, em grande parte, responsável pela crescente fidelização dos clientes-varejistas. A ferramenta permite também acompanhar todas as etapas do processo de vendas, com alta autonomia para o vendedor.

O Multiplik, lançado em 2017, é um sistema totalmente digital de incentivo para vendedores que confere pontos de acordo com o desempenho das vendas dos produtos da Companhia. Através de aplicativo desse sistema, os representantes, promotores e funcionários dos clientes-varejistas têm acesso a informações sobre os produtos, vídeos de treinamento e catálogo digital, bem como podem registrar a venda dos produtos. O aplicativo também permite controlar a performance dos representantes dos clientes-varejistas, bonificando aqueles com melhor desempenho, consequentemente, aumentando a fidelização e o relacionamento com tais clientes-varejistas. O Multiplik já possui mais de 82 mil vendedores adeptos.

Os esforços de vendas são complementados por ações de marketing, treinamentos e incentivos nos pontos de venda físicos onde os produtos são vendidos. Estas modalidades nos esforços de vendas atingiram mais de 26 mil ações de venda de produto e mais de 19 mil balconistas treinados presencialmente.

Em novembro de 2015, foi lançada a plataforma própria de *e-commerce*, formada por sete *websites* de marcas próprias, por meio das quais é oferecido o portfólio completo de produtos para os consumidores finais. Com 143% de crescimento composto entre 2015 e 2020 e tendo atingido a marca de 15,6 milhões de visitantes em 2020, o *e-commerce* é o canal de vendas com a maior taxa de crescimento, e representou 6% da receita líquida total da Companhia no exercício social findo em 2020. A plataforma de *e-commerce* permitiu balizar a política de vendas e preços praticados, que posiciona e referência a margem aplicada à cada produto, igualmente, também, aos varejistas que vendem os produtos da Companhia por meio de suas plataformas de *e-commerce*. Assim, é obtida melhor rentabilidade nos canais de *e-commerce* e do cliente-varejista que revende os produtos.

A Companhia possui elevada reputação entre os consumidores dos principais clientes varejistas nos quais vende seus produtos por meio dos respectivos marketplaces. Isso pode ser evidenciado através das notas e posicionamento no ranking atribuído por alguns deles, tais como:

- B2W – 5,0 / 5,0
- Mercado Livre – Platinum
- Magazine Luiza – 4,5 / 5,0

Entre os fatores avaliados na atribuição destas classificações/notas estão prazo de entrega, cancelamento de pedido, atendimento pós-venda e reclamações, entre outros.

Serviço de pós-venda eficiente e premiado, que fideliza o cliente e reduz custos operacionais.

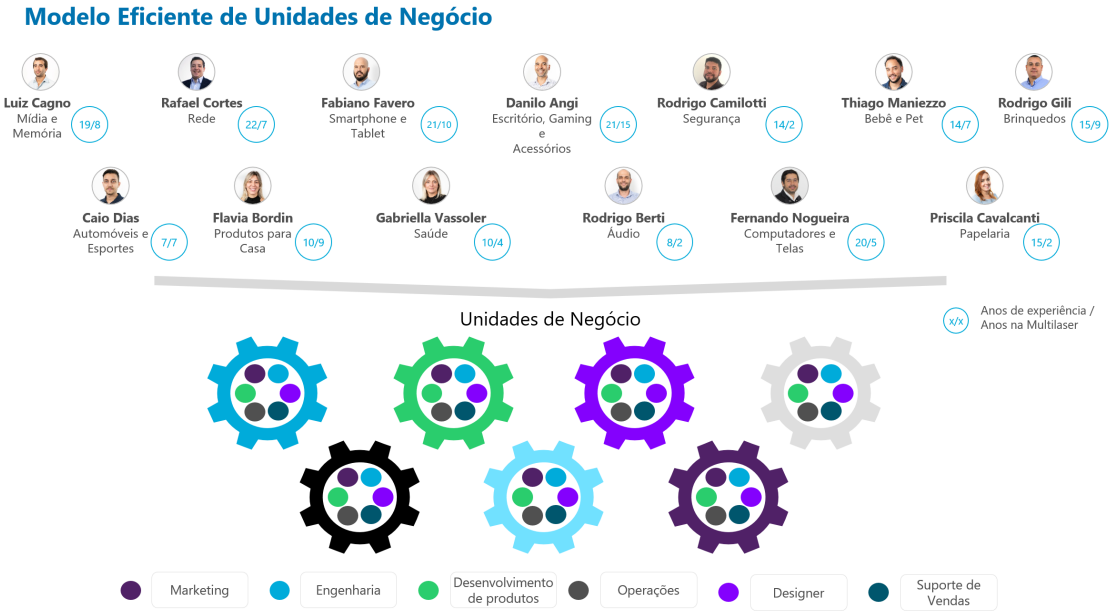
O atendimento oferecido após a venda é essencial para estreitar o relacionamento, aumentar o nível de fidelização dos consumidores finais, gerenciar riscos reputacionais e reduzir despesas operacionais.

Nos últimos anos, houve significativo aprimoramento dos serviços de pós-venda, visando melhorar a experiência do consumidor final e o fortalecimento da marca. Em média, 95% das chamadas telefônicas recebidas são atendidas na primeira tentativa, e, igualmente, as perguntas respondidas por meio das mídias sociais ocorrem em menos de uma hora. O mesmo índice, de 95%, também se aplica ao processamento de devoluções de produtos em menos de 48 horas. Interações via WhatsApp são atendidas em menos de 10 minutos.

Desde 2016, a Companhia possui o selo Ótimo do ReclameAqui com nota 9,0 na média de atendimentos entre 01 de dezembro de 2020 e 31 de maio de 2021[2]. Essa certificação reflete a avaliação dos consumidores quanto à qualidade das soluções empregadas pela Companhia em resposta às reclamações sobre os produtos e serviços. Um dos critérios do ReclameAqui é a propensão do consumidor de fazer novos negócios com as empresas avaliadas.

Além da fidelização do cliente, o eficiente serviço de pós-venda também reduz as despesas operacionais. A título de exemplo, em casos que os produtos apresentam problemas não solucionáveis pelos canais assistidos de pós-venda, ou seja, por canais que permitem a interação com os consumidores finais, o produto defeituoso é substituído, dispensando a sua devolução pelo consumidor. Esse processo de substituição de produtos aumenta a eficiência operacional ao eliminar as despesas de logística reversa.

Unidades de negócio com independência e capacidade de gerenciar um portfólio amplo de marcas e produtos.



A Companhia está organizacionalmente segmentada em 13 diferentes unidades de negócio com estruturas dedicadas e times especializados em cada uma delas. Essa estrutura permite que a Companhia seja ágil, diversificada e especializada em cada linha de atuação mercadológica.

A gestão de cada uma das unidades de negócio é feita de forma independente, contudo seguindo a estratégia e cultura da organização. Com apoio das estruturas de back-office, fabril e logística, essas unidades desfrutam de foco total na cadeia que envolve o produto em si, como por exemplo: identificação das oportunidades e tendências, desenvolvimento de fornecedores e produtos, definição de preço, estratégia de marketing etc.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em seus fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações, ver os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar.

[2] Vide: https://www.reclameaqui.com.br/empresa/multilaser-industrial/

Nossa Estratégia

A estratégia da Companhia é continuar a ampliar as linhas de negócio e portfólio de produtos e crescer as operações com rentabilidade, amparadas nas seguintes principais iniciativas:

Lançar continuamente novos produtos com a melhor relação custo-benefício para o consumidor.

Na qualidade de aderente a novas tendências (*fast followers*), é avaliado constantemente o mercado nacional e internacional visando identificar as tendências a serem desenvolvidas e incorporadas ao portfólio de produtos. Há como meta e modelo de negócios o lançamento recorrente de novos produtos, sejam eles em segmentos que a companhia já atua ou não, sempre com foco em oferecer a melhor relação custo-benefício para o consumidor. Alicerçada nesta estratégia desde 2003, a Companhia deixou de ser uma empresa de reciclagem de cartuchos com receita de R$30 milhões/ano e passou a ter um dos maiores portfolios de bens de consumo do mercado nacional, com R$3,1 bilhões de receita líquida em 2020. Esse histórico de sucesso atesta que a companhia detém todas as ferramentas, processos e material humano necessários para continuar oferecendo aos clientes as mais novas tendências e tecnologias disponíveis no mercado global.

Avançar no mercado por meio da continuação e celebração de novas parcerias com marcas globais.

A Companhia possui parcerias com nove marcas globais de diversos segmentos em que já atua visando aumento de participação de mercado e/ou maior amplitude no posicionamento de cada um desses mercados. A Companhia pretende continuar avançando nesse modelo de parcerias.

As parcerias atuais envolvem as seguintes marcas e segmentos:

- Microsoft (acessórios de informática);
- Nokia (smartphones);
- Michelin (ferramentas elétricas);
- Rapoo (acessórios de informática);
- Fischer Price (puericultura);
- Tommy Tippee (puericultura);
- ZTE (roteadores e equipamentos de rede);
- Toshiba (televisores); e
- Sony (equipamentos de áudio).

Ampliar a representatividade nos mercados de smartphones e de provedores de internet no segmento de redes.

Segundo a consultoria de pesquisa de mercado *Growth from Knowledge* - GfK, considerando os números de 2020, a Companhia detém 16,6% do mercado de smartphones com valor até R$600,00 em unidades vendidas no Brasil. Com o atual portfólio de smartphones é factível que se possa expandir o *market share*, especialmente nos segmentos low e mid-low, considerando que esse nicho de mercado é estável. Além dos telefones de entrada, a Companhia desde 2020 produz e comercializa a marca Nokia em telefonia, abrindo espaço no grande segmento voltado para as classes média e média/alta.

Adicionalmente, vislumbra-se a possibilidade de crescimento em *market share* no mercado de provedores de internet. Há enorme potencial de crescimento, na medida em que as redes deverão migrar para a tecnologia de fibra ótica para atender o crescimento de demanda por acesso à internet. Esse mercado é majoritariamente atendido por pequenos provedores locais cujo perfil é bastante aderente ao da Companhia. Este segmento de provedores de internet é uma grande oportunidade de crescimento para a linha de redes, fibra óptica, centrais de distribuição de sinal e receptores.

Maximizar as vendas de e-commerce por meio das lojas virtuais próprias e parcerias com marketplaces.

A Companhia iniciou a operação no canal de *e-commerce* em novembro de 2015, e desde então apresenta a maior taxa de crescimento entre os diversos canais.

No ano de 2020, as vendas por *e-commerce* atingiram 6% da receita líquida, o que representa um crescimento de 234% em relação ao ano anterior. Espera-se que o *e-commerce,* alavancado tanto pelas vendas virtuais nos sites próprios quanto por vendas em marketplaces de terceiros, continuará a crescer em ritmo acelerado nos próximos anos, aumentando sua representatividade na receita líquida.

Adicionalmente, a Companhia opera também no modelo de estoque na fonte (*drop shipping*). A partir dessa solução, clientes-varejistas são apoiados para revender os produtos em seus sites próprios a fim de que tenham acesso a todo o catálogo de produtos sem a necessidade de compor estoques antes de efetuarem as vendas aos consumidores finais. As vendas pelo método de estoque na fonte (*drop shipping*) são realizadas via comércio eletrônico, e a Companhia se encarrega de toda a logística para disponibilizar o produto ao consumidor final.

Fortalecer a percepção e reconhecimento das marcas da Companhia dentro dos principais segmentos de atuação.

Pretende-se ampliar o investimento em divulgação das marcas próprias e produtos de forma a reforçar o posicionamento mercadológico. Em 2020, foram gastos mais de R$43 milhões em despesas de marketing, através de ações promocionais dos clientes varejistas (*sell out*), diversas campanhas em redes sociais, patrocínios e publicidade na televisão. Tais iniciativas visam fortalecer a imagem das marcas da Companhia perante o público e o mercado, maximizando a percepção de valor dos produtos. Aliado a esse extenso esforço de marketing, a Companhia já possui um rigoroso controle de qualidade que garante elevados padrões aos produtos que vêm a mercado. Assim, combina-se a percepção gerada pelas campanhas de marketing com a experiência de uso do consumidor, o que maximiza o valor das marcas da Companhia.

Expandir o segmento de eletroportáteis oferecidos pela Companhia e vendas de produtos de som e acessórios automotivos.

A partir de novembro de 2017, foram incluídos no portfólio produtos eletroportáteis sob a marca Multilaser. Essa adição fortalece de maneira relevante a atuação no segmento de home, áudio e vídeo, que passou a oferecer uma linha completa de produtos domésticos de pequeno porte. Este mercado movimenta mais de R$6 bilhões por ano no Brasil, o que evidencia o potencial de crescimento existente para a Companhia. Impulsionado pela bem estruturada força de vendas, presença nos pontos de venda físicos familiarizados com a marca Multilaser, além dos marketplaces e lojas virtuais, existe grande potencial de aumento no *market share* nesta linha de produtos. Adicionalmente, pode-se explorar a liderança no *market share* de som automotivo, de 23,5% em 2020, para alavancar as vendas no segmento voltado ao setor. Para tanto foi criada uma equipe dedicada para o atendimento às demandas das montadoras e concessionárias.

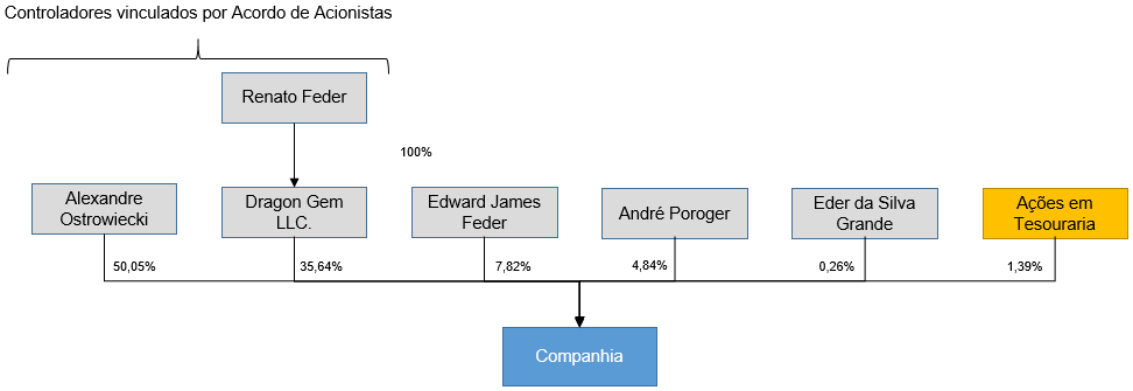
Aproveitar oportunidades seletivas de aquisições e consolidação nos setores de atuação.

Pretende-se ampliar a política de aquisições de maneira oportunista e complementar à base atual, mantendo os critérios para identificação, seleção das empresas alvo e aplicabilidade do modelo de negócios. Os alvos preferenciais de aquisição são empresas fabricantes ou importadoras de produtos de consumo em verticais onde a Companhia ainda não esteja e fundos de comércio com as mesmas características. Buscam-se negócios que agreguem uma combinação dos elementos a seguir: (i) marcas fortes em segmentos onde a Companhia não atua; (ii) equipes comerciais montadas em canais de vendas novos; e (iii) linhas de produtos diferentes e complementares às da Companhia.

Nos últimos 12 anos a Companhia realizou quatro operações como essas, seja por compra direta ou por aquisição de fundo de comércio, todas as quatro com bastante sucesso.

Estrutura Societária

O organograma abaixo apresenta a atual estrutura societária da Companhia:



Para mais informações, verificar o item 15.1/2 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar.

Após a realização da Oferta, um percentual entre 21,00% (vinte e um por cento) e 26,41% (vinte e seis inteiros e quarenta e um centésimos por cento) (a depender da colocação das Ações Adicionais e Ações Suplementares), das Ações serão ações em circulação (*free float*). Ademais, após a realização da Oferta, os Srs. Alexandre Ostrowiecki e Renato Feder, deterão, em conjunto, Ações representativas de 63,06% (sessenta e três inteiros e seis centésimos por cento) a 67,70% (sessenta e sete inteiros e setenta centésimos por cento) do capital social da Companhia, permanecendo, em qualquer cenário, na qualidade de acionistas controladores da Companhia. Para mais informações, veja a seção "*Principais Acionistas e Administradores*" e a seção "***Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada por seus acionistas controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.***" deste Prospecto Preliminar.

Informações Adicionais

A sede da Companhia está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Ricardo Rosanova Garcia. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 3198-5877 e o seu endereço eletrônico é ri@multilaser.com.br.

Eventos Recentes

Desdobramento de ações ordinárias e aumento do limite do capital autorizado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021, foi aprovado o desdobramento de ações da Companhia na razão de 1 (uma) para 3 (três) ações, passando o capital social da Companhia de 216.075.329 (duzentas e dezesseis milhões, setenta e cinco mil, trezentas e vinte e nove) ações ordinárias a ser dividido em 648.225.987 (seiscentas e quarenta e oito milhões, duzentas e vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias. Adicionalmente, o capital autorizado da Companhia teve seu limite alterado para 1.067.025.987 (um bilhão, sessenta e sete milhões, vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias.

Aprovação do Plano Especial de Ações Restritas

A Companhia aprovou, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021, o Plano Especial de Ações Restritas. O Plano Especial de Ações Restritas será lastreado e limitado às 8.997.377 (oito milhões, novecentas e noventa e sete mil, trezentas e setenta e sete) ações atualmente mantidas em tesouraria e o Conselho de Administração indicará a seu exclusivo critério, dentre os diretores estatutários da Companhia, aqueles aos quais serão oferecidas ações restritas.

Aquisição da Empresa EXPET Indústria e Comércio de Tapetes Ltda.

Em 08 de Junho de 2021, a Companhia realizou a aquisição da empresa Expet, com sede na Cidade de São, Paulo, Estado de São Paulo, pelo montante de R$8.600 mil. A Expet tem como atividade preponderante, a fabricação e comercialização de tapetes higiênicos descartáveis para animais de estimação (pets). A Companhia pretende com essa aquisição ampliar e expandir a sua linha própria de produtos pets, bem como ampliar o alcance dessa linha de produtos.

Distribuição de dividendos

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de junho de 2021 foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R$108.235.358,15 (cento e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos) à conta de reserva de lucros, que serão destinados aos acionistas da Companhia à época da aprovação. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2021, foi aprovada a retificação do valor da distribuição de dividendos aprovada em 21 de junho de 2021, para o montante de R$101.722 mil. Tais dividendos serão pagos até 31 de dezembro de 2021.

Impactos da pandemia da COVID-19

Os impactos da pandemia da COVID-19 foram mais significativos na cadeia de suprimentos da Companhia em face das complicações acarretadas para o comércio internacional, como atrasos nos embarques e liberação de cargas, maior rigor no processo aduaneiro, mas também pelo fato

das restrições de circulação impostas por autoridades de outros países, que levaram a interrupções na produção por parte dos fornecedores.

No âmbito doméstico, a decretação de lockdown em diversas unidades da federação e municípios impactou a distribuição dos produtos e, consequentemente, os prazos de entrega e faturamento.

A receita da Companhia não sofreu alterações relevantes em razão da pandemia e não houve aumento relevante de inadimplência dos clientes da Companhia, contudo não é possível assegurar plenamente os impactos decorrentes da COVID-19. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19, ver os itens "*4.1 Fatores de Risco*" e "*10.9 Outras Informações*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar.

Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia

Abaixo estão listados os cinco principais fatores de risco que afetam a Companhia, nos termos do artigo 40, § 3º, inciso IV da Instrução CVM 400. Para informações sobre os fatores de risco a que a Companhia está exposta, veja a seção " *Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", na página 99 deste Prospecto Preliminar, e os itens "*4.1 Fatores de Risco*" e "*4.2 Riscos de Mercado*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar.

A extensão da pandemia de COVID-19, a percepção de seus efeitos e a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia dependem de eventos futuros, que são incertos e imprevisíveis, assim como seus possíveis desdobramentos e consequências, e podem afetar material e adversamente seus negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, sua capacidade de continuar a operar seus negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como aqueles provocados pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), pela febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), pela síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e pela síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a OMS declarou a pandemia de COVID-19, doença causada por um novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, tal declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia de COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrições no fluxo de pessoas (incluindo quarentena e *lockdown*, e limitações a viagens e à utilização de transportes públicos) e no fechamento prolongado de locais de trabalho. No Brasil, estados e municípios, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para controlar a propagação da doença, como isolamento social e consequente restrição à circulação. Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos seus negócios, bem como na economia brasileira.

A pandemia pode, também, em análise extensiva, causar perturbações materiais em seus negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de sua força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar seus riscos operacionais, incluindo, mas não limitado a riscos de segurança cibernética, o que pode prejudicar a sua capacidade de gerenciar e operar seus negócios, além do aumento de rotatividade (*turnover*) e afastamento de colaboradores em consequência de impactos à saúde mental. Entre outros países, o Brasil tem enfrentado o surgimento de novas cepas do Sars-Cov-2, que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia e as medidas restritivas para contê-la no Brasil e no mundo. As novas cepas do vírus e o aumento no número de casos podem causar efeitos adversos para a Companhia, tais como redução da atividade econômica e restrição de mobilidade que poderiam impactar adversamente o potencial de consumo da população e a necessidade de redução da atividade produtiva, respectivamente.

O alcance total do impacto da pandemia de COVID-19 sobre os negócios da Companhia e resultados operacionais depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação, hoje desconhecida, sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras. No contexto da recessão econômica no Brasil causada pela pandemia de COVID-19, a Companhia também pode enfrentar dificuldades na obtenção de novos financiamentos de instituições financeiras, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está

sujeita de acordo com seus contratos de financiamento. Se seus negócios não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para a Companhia por meio de empréstimos através das linhas de crédito ou de outras fontes, a Companhia pode não conseguir cobrir suas despesas, cumprir suas obrigações com terceiros (inclusive fornecedores), investir no crescimento do seu negócio, responder aos desafios competitivos ou atender outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar seus negócios.

Não se tem conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto.

Por fim, uma recessão e/ou desaceleração econômica, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes e fornecedores.

A Companhia não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não tem como garantir que será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia de COVID-19.

Frente a este cenário, as operações multicanais da Companhia foram inicialmente impactadas, causando efeitos adversos de redução de vendas de lojas físicas, e consequente redução da diluição de despesas fixas, aumento das despesas com frete das vendas do *e-commerce*, e redução das margens de retorno.

O impacto da pandemia de COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Prospecto Preliminar e/ou no Formulário de Referência da Companhia. Para mais informações sobre os impactos da pandemia de COVID-19 nos negócios e resultados da Companhia, ver o item 10.9 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar.

Caso a Companhia seja incapaz de introduzir no seu portfólio produtos inovadores, tecnologicamente avançados e seguindo a tendência do mercado, seu crescimento e esforços para manter a lucratividade poderão ser afetados adversamente.

O modelo de negócios da Companhia depende de um portfólio amplo e diversificado de produtos, de modo que, caso a Companhia não seja capaz de prever, identificar e interpretar os gostos e preferências dos consumidores, para introduzir produtos com tecnologia e design adequados e que sigam a tendência mundial, bem como que atendam às demandas de seus clientes-varejistas e consumidores finais, pode ter sua lucratividade afetada adversamente.

Ainda, caso seus fornecedores não tenham disponibilidade suficiente de produtos, ou caso os produtos não atendam ao seu controle de qualidade, a Companhia pode não ser capaz de lançar novos produtos no tempo adequado, de modo que seu crescimento pode ser afetado adversamente. O lançamento de novos produtos pode ainda ser impactado caso a Companhia estime incorretamente a demanda de mercado ou, ainda, caso seus times de vendas não estejam devidamente treinados.

A indústria de bens de consumo em que a Companhia atua caracteriza-se por um curto ciclo de vida dos equipamentos, resultante de rápidas mudanças na preferência de consumidores, assim como na contínua evolução tecnológica dos produtos. Não é possível garantir, que a Companhia continuará a ter acesso a novas tecnologias, que será capaz de identificar tendências globais, ou que será bem sucedida na rápida incorporação de novos produtos em seu portfólio.

A introdução de novos produtos pode ser impactada negativamente pela velocidade de aceitação pelos consumidores e, consequentemente, pela demanda estimada. Adicionalmente, a indústria de bens de consumo vivencia um processo de convergência digital, caracterizado pela rápida obsolescência dos produtos. Caso a Companhia não seja capaz de adequar seu portfólio de produtos de acordo com esse processo, bem como estimar corretamente a demanda por novos produtos e dispositivos ou a adequação dos mesmos ao desejo e necessidades dos consumidores, a Companhia pode enfrentar problemas de gerenciamento de estoque, levando ao aumento do risco de falta ou obsolescência de produtos, ou eventual excesso de estoque e, consequentemente, impactos negativos em seus resultados.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de identificar quais mudanças de comportamento e hábitos de consumo dos consumidores são passageiros, possuem uma duração de médio prazo ou são definitivos, bem como responder introduzindo melhorias e adaptações nos produtos existentes ou ainda lançando novos produtos, o que poderá afetar adversamente suas vendas.

Se qualquer dos fatores acima ocorrer, a Companhia pode ter seus negócios, resultados financeiros e operacionais adversamente afetados.

A eventual alteração de incentivos fiscais pode impactar negativamente o lucro líquido da Companhia.

O lucro líquido da Companhia nos três últimos exercícios sociais foi significativamente impactado pelos incentivos fiscais recebidos, tendo sido, estes, responsáveis por 56% (R$253.372 mil), 74% (R$170.449 mil) e 75% (R$175.611 mil) do lucro líquido contábil em 2020, 2019 e 2018, respectivamente. Na hipótese de alteração significativa de incentivos fiscais, mediante condenação por ato de improbidade administrativa, limitação, suspensão ou revogação total ou parcial do tratamento tributário favorecido, o lucro líquido da Companhia pode ser afetado de forma adversa.

Ademais, a parcela do lucro líquido decorrente de incentivos fiscais é destinada à reserva de incentivos fiscais e excluído da base de cálculo do dividendo obrigatório, não podendo ser distribuída aos acionistas da Companhia como dividendos, sob pena de tributação dos valores (IRPJ/CSL), em razão da inclusão na determinação do lucro real, o que pode frustrar as expectativas dos acionistas da Companhia. Para mais informações a respeito dos incentivos fiscais usufruídos pela Companhia, ver o item 7.5 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos da Companhia poderão afetar adversamente os seus negócios.

As políticas e os procedimentos da Companhia para identificar analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra riscos desconhecidos ou que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que a Companhia utiliza. Outros métodos de gerenciamento de riscos que dependem da avaliação de informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que a Companhia se baseia ou utiliza em modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os seus negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos seus controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos seus negócios, bem como poderá ter um efeito adverso à sua reputação, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado das ações de emissão da Companhia.

A Companhia pode não conseguir implementar integralmente as suas estratégias de negócios.

O fortalecimento e a ampliação das marcas da Companhia, bem como o aumento do seu volume de vendas e desempenho operacional dependem de uma série de fatores, dentre os quais se destacam: (i) qualidade e inovação dos seus produtos; (ii) atingimento de taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade no mercado em que a Companhia atua; (iii) consolidação de sua participação no mercado, bem como expansão da sua cobertura geográfica; (iv) identificação de novas oportunidades de produtos que respondam às demandas atuais dos consumidores; (v) expansão da rede de clientes-varejistas e de seus canais de venda; (vi) investimento na eficiência operacional a partir da plataforma de infraestrutura já instalada; e (vii) expansão da base de clientes, com foco no aumento da demanda por seus produtos através do fortalecimento do relacionamento com as lojas de varejo e marketplaces que vendem seus produtos.

Não é possível assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Se a Companhia não conseguir identificar com sucesso as demandas do mercado, manter e ampliar seu relacionamento com os clientes-varejistas e marketplaces, se qualquer um dos seus produtos tiver problemas de qualidade, se seus competidores tiverem propriedade intelectual protegida que os impeça de oferecer produtos atraentes para os consumidores finais, a Companhia pode ter dificuldades em fabricar e comercializar produtos atraentes para seus clientes e consumidores. Além disso, o eventual descumprimento de normas de propriedade intelectual nacionais e/ou internacionais pode levar a Companhia a multas, abertura de processos judiciais e administrativos e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo afetar de modo adverso relevante seus negócios, imagem e situação financeira.

Adicionalmente, a estratégia de crescimento da Companhia pode demandar uma expansão na capacidade logística. Caso a Companhia não consiga encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou serviços de operadores logísticos ao seu processo de controle de estoques de maneira eficaz, a Companhia pode não conseguir entregar produtos aos seus clientes em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo nas vendas e na estratégia de crescimento.

Caso a Companhia não seja capaz de implementar satisfatoriamente tais estratégias, poderá haver um impacto adverso em sua taxa de crescimento e resultados operacionais, resultando em um efeito adverso na sua operação, situação financeira e resultados operacionais. Não é possível assegurar que a sua capacidade de gerenciamento de crescimento será bem-sucedida.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

Multilaser Industrial S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América
CEP 01452-000, São Paulo - SP
At.: Sr. Ricardo Rosanova Garcia
Tel.: +55 (11) 3198-5877
https://ri.multilaser.com.br/

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1°, 2°, 3° (parte), 4° e 5° andares
CEP 04538-132, São Paulo - SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
www.itau.com.br

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Chedid Jafet, 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo - SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4871-4277
http://www.xpi.com.br

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12° andar
CEP 04538-132, São Paulo - SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
http://www.merrilllynch-brasil.com.br

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 7º andar (parte)
CEP 04538-132, São Paulo - SP
At.: Sr. João Carlos Telles
Tel.: +55 (11) 2767-6177
https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html

Banco Safra S.A.
Avenida Paulista, 2.100, 17º andar
CEP 01310-930, São Paulo, SP
At.: Sr. João Paulo Feneberg Torres
Tel.: +55 (11) 3175-3284
https://www.safra.com.br/sobre/banco-de-investimento/ofertas-publicas.htm

Auditores Independentes

(Auditores Independentes da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 e 2020)

BDO RCS Auditores Independentes SS
Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
CEP 01050-030, São Paulo - SP
At.: Sr. Luiz Gustavo Pereira dos Santos
Tel.: +55 (11) 3848-5880

Consultor Legal Local dos Coordenadores da Oferta	Consultor Legal Local da Companhia
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447 CEP 01403-001, São Paulo - SP At.: Sra. Vanessa Fiusa Tel.: +55 (11) 3147-2821 www.mattosfilho.com.br	**Pinheiro Neto Advogados** Rua Hungria, 1.100 CEP 01455-906, São Paulo - SP At.: Srs. Henrique Lang e Guilherme Sampaio Monteiro Tel.: +55 (11) 3247-8935 / 3247-8462 www.pinheironeto.com.br

Consultor Legal Internacional dos Coordenadores da Oferta	Consultor Legal Internacional da Companhia
Davis Polk & Wardwell LLP Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041 CEP 04543-011, São Paulo - SP At.: Sr. Maurice Blanco Tel.: +55 (11) 4871-8400 www.davispolk.com	**Simpson Thacher & Bartlett LLP** Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 1.455 CEP, 04543-011, São Paulo - SP At.: Sr. Grenfel Calheiros Tel.: +55 (11) 3546-1000 www.stblaw.com

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto Preliminar a partir da página 167.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto Preliminar, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas partir das páginas 21 e 99, respectivamente, deste Prospecto Preliminar e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas este Prospecto Preliminar a partir da página 243, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Ações	O montante de 172.313.238 (cento e setenta e duas milhões, trezentas e treze mil, duzentas e trinta e oito) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravame.
Ações Adicionais	Montante de até 34.462.647 (trinta e quatro milhões, quatrocentas e sessenta e duas mil, seiscentas e quarenta e sete) novas Ações, correspondentes a até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares), que poderá ser acrescido à Oferta, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Ações Suplementares	Montante de até 25.846.985 (vinte e cinco milhões, oitocentas e quarenta e seis mil, novecentas e oitenta e cinco) novas Ações, correspondentes a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), que poderá ser acrescido à Oferta, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 172.313.238 (cento e setenta e duas milhões, trezentos e treze mil, duzentos e trinta e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 21,00% (vinte e um por cento) do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 232.622.870 (duzentos e trinta e duas milhões, seiscentas e vinte e duas mil, oitocentas e setenta) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 26,41% (vinte e seis inteiros e quarenta e um centésimos por cento) do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 44 deste Prospecto. Em 22 de junho de 2021, por meio do Ofício 282/2021-DIE, a B3 deferiu pedido da Companhia para que seja conferido tratamento excepcional,

	pelo prazo de até 18 (dezoito) meses da data de conclusão da Oferta, para o percentual mínimo de ações em circulação, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado. Em contrapartida ao deferimento do pedido, o Ofício 282/2021-DIE determina que a Companhia deverá divulgar, pelo prazo em que perdurar tal tratamento, até o dia 31 de julho de cada ano, relatório com informações ambientais, sociais e de governança corporativa, tomando por base padrão internacionalmente aceito, como o da *Global Reporting Initiative* (GRI) ou o da estrutura internacional para relato integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC).
Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Agente Estabilizador	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., XP Investments US, LLC, BofA Securities, Inc., UBS Securities LLC e Safra Securities, LLC., considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	"*Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*", a ser disponibilizado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em 13 de janeiro de 2022, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400, e disponibilizado nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto Preliminar, informando o resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	"*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*", a ser disponibilizado na forma do artigo 52 e Anexo IV da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto Preliminar, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.

Anúncio de Retificação	Anúncio a ser imediatamente disponibilizado, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "*Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto Preliminar: (i) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto e no Prospecto Definitivo; (ii) que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais quando da sua decisão de investimento; e/ou (iii) seja verificada a revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta. Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*", na página 68 deste Prospecto Preliminar.
Aprovações Societárias	A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, e a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, foram deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de maio de 2021, cuja ata foi protocolada na JUCESP, e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico", em 14 de maio de 2021. O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será publicada no jornal "Valor Econômico" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil subsequente, bem como registrada na JUCESP oportunamente.
Atividade de Estabilização	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início. Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das

	atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério. O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto Preliminar.
Aviso ao Mercado	Aviso disponibilizado em 25 de junho de 2021, e a ser novamente disponibilizado em 2 de julho de 2021, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", a partir página 74 deste Prospecto Preliminar.
Capital Social	Na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia é de R$757.039.208,00 (setecentos e cinquenta e sete milhões, trinta e nove mil, duzentos e oito reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 648.225.987 (seiscentas e quarenta e oito milhões, duzentas e vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.
Carta-Convite	Carta disponibilizada pelo Coordenador Líder em 25 de junho de 2021, para convidar a Instituições Consorciadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.
Contrato de Colocação	"*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*" a ser celebrado pela Companhia, pelos Coordenadores da Oferta e, ainda, pela B3, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional, que dispõe sobre os termos e as condições aplicáveis aos esforços de colocação das Ações no exterior.
Contrato de Empréstimo	"*Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*", celebrado entre o Doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora e a Companhia na qualidade de interveniente anuente.

Contrato de Estabilização	"*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	"*Contrato de Participação no Novo Mercado*", a ser celebrado entre a Companhia e a B3, por meio do qual a Companhia irá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, o qual entrará em vigor na mesma data de início de negociação das Ações na B3.
Contrato de Prestação de Serviços	"*Contrato de Prestação de Serviços da B3 – Oferta Pública de Ações – ICVM 400 (Primária)*" a ser celebrado entre a Companhia e a B3.
Comunicado ao Mercado	"*Comunicado ao Mercado Referente à Modificação da Oferta, do Cronograma e Abertura de Prazo para Desistência da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*"
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, a XP, o Bank of America, o UBS BB e o Banco Safra considerados em conjunto.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Cronograma Estimado da Oferta*", na página 53 deste Prospecto Preliminar.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira da Oferta, que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, com a entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais) aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações objeto da Opção de Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta serão destinados para: (i) à liquidação ou amortização, conforme o caso, de dívidas em aberto da Companhia; (ii) reforço de caixa para crescimento e outros propósitos corporativos; e (iii) potenciais aquisições de empresas (M&As). Para informações adicionais, veja a seção "*Destinação dos Recursos*", na página 107 deste Prospecto Preliminar.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme descritos na seção "*Informações Sobre à*

	Oferta – Direitos, Vantagens e Restrições das Ações", na página 72 deste Prospecto Preliminar e na seção "*18 Valores Mobiliários*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar.
Distribuição Parcial	Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição da totalidade das Ações incialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta*", a partir da página 103 deste Prospecto Preliminar.
Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicadas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto Preliminar.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto Preliminar. Estima-se que o preço de subscrição, por Ação estará situado entre R$10,80 (dez reais e oitenta centavos) e R$13,00 (treze reais), podendo, no entanto, o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
Fatores de Risco	Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", a partir das páginas 21 e 99 deste

Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

Obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar pelo Preço por Ação, financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" e o registro da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições neles previstas, e disponibilizado o Anúncio de Início e o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, liquidará, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas, no Brasil, por investidores e por esses liquidadas no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em revender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas na seção "*Informações Sobre à Oferta – Estabilização de Preço das Ações*", na página 70 deste Prospecto Preliminar, não estarão sujeitas a tais

	limites, devendo observar, entretanto, os termos e condições estabelecidos no Contrato de Estabilização.
Inadequação da Oferta	O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.
Instituições Consorciadas	Instituições financeiras consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas pelo Coordenador Líder, em nome da Companhia, para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de restrição à venda de Ações a serem assinados pela Companhia e cada um de seus administradores.
Investidores Estrangeiros	(i) consideradas investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *Securities Act*, editada pela SEC; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais investidores estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução 4.373, da Resolução CVM 13, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados investidores qualificados, nos termos da Resolução CVM 30, em qualquer caso, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, que apresentem intenções específicas e globais de investimentos, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, carteiras administradas discricionárias, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento, assim como os Investidores Estrangeiros.
Investidores Não Institucionais	Investidores de Varejo e Investidores Private, considerados em conjunto.
Investidores Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados investidores qualificados, nos termos da Resolução CVM 30, e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Private.
Investidores Private *Lock-up*	Investidores Private que optarem por se comprometer a não dispor das Ações que subscreverem por um período de 60 (sessenta) dias.
Investidores Private Sem *Lock-up*	Investidores Private que não se comprometerem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, a não dispor das Ações que subscreverem durante o período do *Lock-up* Private.
Alocação Private *Lock-up*	O montante de, no mínimo 0,8% (oito décimos por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) a ser destinado à colocação pública para Investidores Private *Lock-up.*
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 e que não sejam considerados investidores qualificados, nos termos da Resolução CVM 30 e/ou Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso aplicável, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva de Varejo.

Investidores de Varejo *Lock-up*	Investidores de Varejo que optarem por se comprometer a não dispor das Ações que subscreverem por um período de 45 (quarenta e cinco) dias.
Investidores de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores de Varejo que não se comprometerem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, a não dispor das Ações que subscreverem durante o período do *Lock-up* Varejo.
Alocação Varejo *Lock-up*	O montante de no mínimo 8% (oito por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) a ser destinado à colocação pública para Investidores de Varejo *Lock-up.*
***Lock-up* Private**	Compromisso dos Investidores Private *Lock-up* de não disporem das Ações que subscreverem por um período de 60 (sessenta) dias.
***Lock-up* Varejo**	Compromisso dos Investidores de Varejo *Lock-up* de não disporem das Ações que subscreverem por um período de 45 (quarenta e cinco) dias.
Negociação na B3	As Ações passarão a ser negociadas na B3 a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "**MLAS3**".
Oferta	A oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 172.313.238 (cento e setenta e duas milhões, trezentas e treze mil, duzentas e trinta e oito) novas Ações.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais. Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta Institucional*", na página 57 deste Prospecto Preliminar.
Oferta Não Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do Período de Reserva. Desde que haja demanda, a Oferta Não Institucional será destinada aos Investidores Não Institucionais observado o montante de, no mínimo, 11% (onze por cento) e, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 30% (trinta por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), realizada pelas Instituições Participantes da Oferta. Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta Não Institucional*", a partir da página 56 deste Prospecto Preliminar.
Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.

Oferta Private *Lock-up*	Alocação Private *Lock-up* sendo certo que, caso haja demanda: (i) de até 0,8% (oito décimos por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a 0,8% (oito décimos por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos deste Prospecto Preliminar, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta Private Sem *Lock-up*	O montante de no mínimo 0,2% (dois décimos por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda: (i) de até 0,2% (dois décimos por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a 0,2% (dois décimos por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos deste Prospecto Preliminar, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta Private	Oferta Private *Lock-up* e Oferta Private Sem *Lock-up*, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo *Lock-up*	Alocação Varejo *Lock-up*, sendo certo que caso haja demanda: (i) de até 8% (oito por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a 8% (oito por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (b) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	O montante de no mínimo 2% (dois por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para os Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, sendo certo que caso haja demanda: (i) de até 2% (dois por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a 2% (dois por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos deste Prospecto Preliminar, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta de Varejo	Oferta de Varejo *Lock-up* e Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, consideradas em conjunto.
Pedido de Reserva ou Pedidos de Reserva	Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, para subscrição de Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, por Investidores Não Institucionais, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas.
Período de Colocação	Prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, para que as Instituições Participantes da Oferta efetuem a colocação das Ações.
Período de Desistência para Investidores Não Institucionais	Período compreendido entre 15 de julho de 2021, inclusive, e 21 de julho de 2021, inclusive.
Período de Reserva	Período compreendido entre 2 de julho de 2021, inclusive, e 19 de julho de 2021, inclusive.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre 2 de julho de 2021, inclusive, e 6 de julho de 2021, inclusive, terminando em data que antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
Período de *Lock-up*	Período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início.
Período de *Lock-up* Private	Período de 60 (sessenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início.
Período de *Lock-up* Varejo	Período de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início.

Pessoas Vinculadas

Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, conforme alterada: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (vii) cônjuge ou companheiro, ascendentes, filhos menores ou colaterais até 2º (segundo) grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Plano de Distribuição

Plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) elaborado pelos Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, que em nenhuma hipótese poderão ser consideradas no plano de distribuição para alocação de Investidores Não Institucionais, com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM 30; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Prazo de Distribuição	Prazo para a distribuição das Ações que terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 21 de julho de 2021, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em 21 de janeiro de 2022, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.
Preço por Ação	Estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação, coletadas junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação. Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total das Ações do total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações no âmbito da Oferta Institucional e Oferta Private junto aos Investidores Institucionais e Investidores da Oferta Private que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

	A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding, poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", a partir da página 102 deste Prospecto Preliminar. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (hedge) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de total return *swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.
Prospecto Definitivo	O "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão Multilaser Industrial S.A.*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo, bem como seus demais anexos.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo, bem como seus demais anexos.
Prospectos	Prospecto Definitivo e este Prospecto, considerados em conjunto.
Público Alvo da Oferta	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais, considerandos em conjunto.
Rateio Private *Lock-up*	Caso a demanda por Ações da Oferta Private *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta Private *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio Private Sem *Lock-up*	Caso a demanda por Ações da Oferta Private Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta Private Sem *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Private	Rateio Private *Lock-up* e Rateio Private Sem *Lock-up*, considerados em conjunto.
Rateio Varejo *Lock-up*	Caso a demanda por Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up:* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta de Varejo *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up*; ou (b) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Varejo Sem *Lock-up*	Caso a demanda total por Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, se houver, poderão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Registro da Oferta	O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 14 de maio de 2021, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto Preliminar.

Resolução de Conflitos	A Companhia, seus acionistas e Administradores, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.
Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)	A Companhia e cada um de seus Administradores, se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo Período Período de *Lock-up*, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados. As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações: (i) decorrentes da venda de Ações decorrentes do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional (incluindo Ações Suplementares); (ii) decorrentes de doações, desde que anteriormente a referida doação, o beneficiário da doação concorde por escrito a estar sujeito pelos termos dos Instrumentos de *Lock-up* e confirme estar de acordo com seus termos; (iii) para qualquer Afiliadas da Companhia, conforme definido no Prospecto Preliminar, desde que o beneficiário da transferência confirme estar de acordo com os termos aqui estabelecidos; (iv) ao empréstimo a qualquer dos Coordenadores da Oferta ou a entidade indicada por tais Coordenadores da Oferta para fins de estabilização das Ações; e (v) decorrentes de operações em mercado, desde que em tais operações não precisem ser reportadas, nos termos do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e o do Período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 102 deste Prospecto Preliminar.

Termo de Adesão	"*Termo de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*", a ser celebrado pelos Coordenadores da Oferta e pelas Instituições Consorciadas, representadas pela B3.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), aplicável aos Investidores de Varejo.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Private	O valor mínimo de pedido de investimento, que deverá ser sempre superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), aplicável aos Investidores Private.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva de Varejo e Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Private, considerados em conjunto.
Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*	Quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia, quaisquer opções ou certificados (*warrants*) ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ou que representem o direito de receber quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou qualquer participação no capital social da Companhia, seja direta ou indiretamente (incluindo, mas não se limitando, quaisquer ações ordinárias relativas ao capital social da Companhia ou outros valores mobiliários que possam ser atribuídos, de titularidade direta ou indireta pela Companhia e os Administradores, nos termos e de acordo com as regras e regulamentação da SEC, da CVM ou qualquer lei ou regulamento aplicável), bem como valores mobiliários que possam ser emitidos mediante o exercício de uma opção ou certificado relativo às ações ordinárias de emissão da Companhia.
Valor Total da Oferta	R$2.050.527.532,20 (dois bilhões, cinquenta milhões, quinhentos e vinte e sete mil, quinhentos e trinta e dois reais e vinte centavos), considerando o Preço por Ação (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e as Ações Suplementares). R$2.768.212.153,00 (dois bilhões, setecentos e sessenta e oito milhões, duzentos e doze mil, cento e cinquenta e três reais), considerando o Preço por Ação (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares).

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia de R$757.039.208,00 (setecentos e cinquenta e sete milhões, trinta e nove mil, duzentos e oito reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 648.225.987 (seiscentas e quarenta e oito milhões, duzentas e vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de 1.067.025.987 (um bilhão, sessenta e sete milhões, vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, excluídas as ações já emitidas, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço e a quantidade de Ações a serem emitidas, bem como demais condições de subscrição dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Espécie	**Antes da Oferta**		**Após à Oferta**	
	Quantidade[1]	**Valor(R$)**	**Quantidade[1]**	**Valor(R$)[2][3]**
Ordinárias	648.225.987	757.039.208,00	820.539.225	2.807.566.740,20
Total	**648.225.987**	**757.039.208,00**	**820.539.225**	**2.807.566.740,20**

(1) Considerando o Desdobramento de Ações.
(2) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(3) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação integral das Ações Suplementares:

Espécie	**Antes da Oferta**		**Após à Oferta**	
	Quantidade[1]	**Valor(R$)**	**Quantidade[1]**	**Valor(R$)[2][3]**
Ordinárias	648.225.987	757.039.208,00	855.001.872	3.217.672.239,50
Total	**648.225.987**	**757.039.208,00**	**855.001.872**	**3.217.672.239,50**

(1) Considerando o Desdobramento de Ações.
(2) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(3) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

Espécie	**Antes da Oferta**		**Após à Oferta**	
	Quantidade[1]	**Valor(R$)**	**Quantidade[1]**	**Valor(R$)[2][3]**
Ordinárias	648.225.987	757.039.208,00	846.386.210	3.115.145.861,70
Total	**648.225.987**	**757.039.208,00**	**846.386.210**	**3.115.145.861,70**

(1) Considerando o Desdobramento de Ações.
(2) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(3) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Espécie	Antes da Oferta		Após à Oferta	
	Quantidade[1]	Valor(R$)	Quantidade[1]	Valor(R$)[2][3]
Ordinárias	648.225.987	757.039.208,00	880.848.857	3.525.251.361,00
Total	**648.225.987**	**757.039.208,00**	**880.848.857**	**3.525.251.361,00**

(1) Considerando o Desdobramento de Ações.
(2) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(3) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Principais Acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações detidas por acionistas titulares de 5% (cinco por cento) ou mais de Ações, pelos membros Administração, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão para após a conclusão da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Composição Atual[1]		Composição Após à Oferta[1]	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Alexandre Ostrowiecki	324.417.660	50,05	324.417.660	39,54
Dragon Gem LLC.....	231.053.671	35,64	231.053.671	28,16
Edward James Feder.....	50.684.790	7,82	50.684.790	6,18
André Poroger.....	31.380.620	4,84	31.380.620	3,82
Eder da Silva Grande.....	1.691.869	0,26	1.691.869	0,21
Ações em Tesouraria.....	8.997.377	1,39	8.997.377	1,10
Outros	–	–	172.313.238	21,00
Total	**648.225.987**	**100,00**	**820.539.225**	**100,00**

(1) Considerando o Desdobramento de Ações.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação integral das Ações Suplementares:

	Composição Atual[1]		Composição Após à Oferta[1]	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Alexandre Ostrowiecki	324.417.660	50,05	324.417.660	37,94
Dragon Gem LLC.....	231.053.671	35,64	231.053.671	27,02
Edward James Feder.....	50.684.790	7,82	50.684.790	5,93
André Poroger.....	31.380.620	4,84	31.380.620	3,67
Eder da Silva Grande.....	1.691.869	0,26	1.691.869	0,20
Ações em Tesouraria.....	8.997.377	1,39	8.997.377	1,05
Outros	–	–	206.775.885	24,18
Total	**648.225.987**	**100,00**	**855.001.872**	**100,00**

(1) Considerando o Desdobramento de Ações.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

	Composição Atual[1]		Composição Após à Oferta[1]	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Alexandre Ostrowiecki	324.417.660	50,05	324.417.660	38,33
Dragon Gem LLC.....	231.053.671	35,64	231.053.671	27,30
Edward James Feder.....	50.684.790	7,82	50.684.790	5,99
André Poroger.....	31.380.620	4,84	31.380.620	3,71
Eder da Silva Grande.....	1.691.869	0,26	1.691.869	0,20
Ações em Tesouraria.....	8.997.377	1,39	8.997.377	1,06
Outros	–	–	198.160.223	23,41
Total	**648.225.987**	**100,00**	**846.386.210**	**100,00**

(1) Considerando o Desdobramento de Ações.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Composição Atual[1]		Composição Após à Oferta[1]	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Alexandre Ostrowiecki	324.417.660	50,05	324.417.660	36,83%
Dragon Gem LLC.....	231.053.671	35,64	231.053.671	26,23%
Edward James Feder.....	50.684.790	7,82	50.684.790	5,75%
André Poroger.....	31.380.620	4,84	31.380.620	3,56%
Eder da Silva Grande.....	1.691.869	0,26	1.691.869	0,19%
Ações em Tesouraria.....	8.997.377	1,39	8.997.377	1,02%
Outros	–	–	232.622.870	26,41%
Total	**648.225.987**	**100,00**	**880.848.857**	**100,0%**

(1) Considerando o Desdobramento de Ações.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária de, inicialmente, 172.313.238 (cento e setenta e duas milhões, trezentas e treze mil, duzentas e trinta e oito) novas Ações a serem emitidas pela Companhia, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular CVM/SRE, com o Código ANBIMA, expedido pela ANBIMA, bem como com as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional: (i) nos Estados Unidos, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *Securities Act*, editada pela SEC; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor;, em ambos os casos (i) e (ii) em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade com o *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais investidores estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução 4.373, da Resolução CVM 13, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de

registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Exceto pelo registro da Oferta a ser concedido pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC dos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulation S*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares), ou seja, em até 34.462.647 (trinta e quatro milhões, quatrocentas e sessenta e duas mil, seiscentas e quarenta e sete) novas, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 25.846.985 (vinte e cinco milhões, oitocentas e quarenta e seis mil, novecentas e oitenta e cinco) novas Ações, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Aprovações Societárias

A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, e a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, foram deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada 11 de maio de 2021, cuja ata foi protocolada na JUCESP, e publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, em 14 de maio de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será publicada no jornal “Valor Econômico” na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil subsequente, bem como registrada na JUCESP oportunamente.

Preço por Ação

Estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicadas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto Preliminar.**

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletadas junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, no Procedimento de Bookbuilding, poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", na página 102 deste Prospecto Preliminar.**

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Reserva de Capital

O equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Preço por Ação de R$11,90 (onze reais e noventa centavos) (que é o preço médio da Faixa Indicativa) será destinado à conta de capital social da Companhia, e os 50% (cinquenta por cento) remanescentes serão destinados à reserva de capital da Companhia.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares), um montante de 172.313.238 (cento e setenta e duas milhões, trezentas e treze mil, duzentas e trinta e oito) Ações, representativas de, aproximadamente, 21,00% (vinte e um por cento) do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares), um montante de até 206.775.885 (duzentas e seis milhões, setecentas e setenta e cinco mil, oitocentas e oitenta a cinco) Ações, representativas de, aproximadamente, 24,18% (vinte e quatro inteiros e dezoito centésimos por cento) do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares), um montante de até 198.160.223 (cento e noventa e oito milhões, cento e sessenta mil, duzentas e vinte e três) Ações, representativas de, aproximadamente, 23,41% (vinte e três inteiros e quarenta e um centésimos por cento) do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares), um montante de até 232.622.870 (duzentas e trinta e duas milhões, seiscentas e vinte e duas mil, oitocentas e setenta) Ações, representativas de, aproximadamente, 26,41% (vinte e seis inteiros e quarenta e um centésimos por cento) do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Para mais informações sobre a composição do capital social da Companhia, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Composição do Capital Social*", na página 44 deste Prospecto Preliminar.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações a serem emitidas pela Companhia, o Preço por Ação, o valor total das comissões a serem pagas pela Companhia aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos das comissões oriundos da Oferta (sem considerar as demais despesas e tributos relativos à Oferta).

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[(1)]	Montante	Comissões	Recursos Líquidos[(2)]
		(R$)	(R$)	(R$)	(R$)
Oferta	172.313.238	11,90	2.050.527.532,20	73.818.991,16	1.976.708.541,04
Total.....	**172.313.238**	**11,90**	**2.050.527.532,20**	**73.818.991,16**	**1.976.708.541,04**

(1) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões, sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação integral das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões	Recursos Líquidos[2]
		(R$)	(R$)	(R$)	(R$)
Oferta	206.775.885	11,90	2.460.633.031,50	88.582.789,13	2.372.050.242,37
Total.....	**206.775.885**	**11,90**	**2.460.633.031,50**	**88.582.789,13**	**2.372.050.242,37**

(1) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões	Recursos Líquidos[2]
		(R$)	(R$)	(R$)	(R$)
Oferta	198.160.223	11,90	2.358.106.653,70	84.891.839,53	2.273.214.814,17
Total.....	**198.160.223**	**11,90**	**2.358.106.653,70**	**84.891.839,53**	**2.273.214.814,17**

(1) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões	Recursos Líquidos[2]
		(R$)	(R$)	(R$)	(R$)
Oferta	232.622.870	11,90	2.768.212.153,00	99.655.637,51	2.668.556.515,49
Total.....	**232.622.870**	**11,90**	**2.768.212.153,00**	**99.655.637,51**	**2.668.556.515,49**

(1) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, B3 e ANBIMA relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões também serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia.

Abaixo segue a descrição dos custos relativos à Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[6]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[2]	8.612.215,64	0,420%	0,05	0,42%
Comissão de Colocação[2]	25.836.646,91	1,260%	0,15	1,26%
Comissão de Garantia Firme[2]	8.612.215,64	0,420%	0,05	0,42%
Remuneração de Incentivo[3]	30.757.912,98	1,50%	0,18	1,50%
Total de Comissões	**73.818.991,16**	**3,60%**	**0,43**	**3,60%**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	7.884.374,82	0,38%	0,05	0,38%
Taxa de Registro na CVM	634.628,72	0,03%	0,00	0,03%
Despesas com Auditores	1.330.000,00	0,06%	0,01	0,06%
Taxa de Registro na ANBIMA	86.265,69	0,00%	0,00	0,00%
Taxa de Registro da B3	784.864,12	0,04%	0,00	0,04%
Despesas com Advogados[4]	3.840.204,00	0,19%	0,02	0,19%
Outras despesas da Oferta[5][6]	515.000,00	0,03%	0,00	0,03%
Total de Despesas[7]	**15.075.337,35**	**0,74%**	**0,09**	**0,74%**
Total de Comissões e Despesas	**88.894.328,51**	**4,34%**	**0,52**	**4,34%**

(1) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Comissões de Coordenação, Comissão de Colocação e Comissão de Garantia Firme de Liquidação (que constituem parte da remuneração base a ser paga aos Coordenadores da Oferta) correspondem, respectivamente, a 20%, 60% e 20% da remuneração base, equivalente a 2,10% sobre o produto entre (a) a quantidade total de Ações colocadas; e (b) o Preço por Ação.
(3) A Comissão de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem objetiva e subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades, buscando o melhor resultado para os ofertantes. A Comissão de Incentivo é equivalente a 1,50% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações colocadas; e (ii) o Preço por Ação.
(4) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta.
(5) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).
(6) Incluídos os custos estimados com Assessoria Financeira, traduções, *printer* e outros.
(7) Sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[6]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[2]	13.564.239,51	0,49%	0,06	0,49%
Comissão de Colocação[2]	34.233.556,97	1,24%	0,15	1,24%
Comissão de Garantia Firme[2]	10.334.658,73	0,37%	0,04	0,37%
Remuneração de Incentivo[3]	41.523.182,30	1,50%	0,18	1,50%
Total de Comissões	**99.655.637,51**	**3,60%**	**0,43**	**3,60%**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	10.643.905,94	0,38%	0,05	0,38%
Taxa de Registro na CVM	634.628,72	0,02%	0,00	0,02%
Despesas com Auditores	1.330.000,00	0,05%	0,01	0,05%
Taxa de Registro na ANBIMA	105.157,00	0,00%	0,00	0,00%
Taxa de Registro da B3	1.036.053,73	0,04%	0,00	0,04%
Despesas com Advogados[4]	3.840.204,00	0,14%	0,02	0,14%
Outras despesas da Oferta[5][6]	515.000,00	0,02%	0,00	0,02%
Total de Despesas[7]	**18.104.949,39**	**0,65%**	**0,08**	**0,65%**
Total de Comissões e Despesas	**117.760.586,90**	**4,25%**	**0,51**	**4,25%**

(1) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Comissões de Coordenação, Comissão de Colocação e Comissão de Garantia Firme de Liquidação (que constituem parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta) correspondem, respectivamente, a 23,4%, 59% e 17,6% da remuneração base, equivalente a 2,10% sobre o produto entre (a) a quantidade total de Ações colocadas; e (b) o Preço por Ação.
(3) A Comissão de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem objetiva e subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades, buscando o melhor resultado para os ofertantes. A Comissão de Incentivo é equivalente a 1,50% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações colocadas; e (ii) o Preço por Ação.
(4) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta.
(5) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).
(6) Incluídos os custos estimados com Assessoria Financeira, traduções, *printer* e outros.
(7) Considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização), ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data[(1)]
1	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM.	14 de maio de 2021
2	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas). Disponibilização do Prospecto Preliminar. Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*). Início do Procedimento de *Bookbuilding.*	25 de junho de 2021
3	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas). Início do Período de Reserva. Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.	2 de julho de 2021
4	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.	6 de julho de 2021
5	Divulgação do Comunicado ao Mercado	12 de julho de 2021
6	Nova Divulgação do Prospecto Preliminar Início do Período de Desistência para Investidores Não Institucionais Nova Divulgação do Comunicado ao Mercado	15 de julho de 2021
7	Encerramento do Período de Reserva.	19 de julho de 2021
8	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*). Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*. Fixação do Preço por Ação. Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta.	20 de julho de 2021
9	Concessão do registro da Oferta pela CVM. Disponibilização do Anúncio de Início. Disponibilização do Prospecto Definitivo. Término do Período de Desistência para Investidores Não Institucionais	21 de julho de 2021
10	Início de negociação das Ações na B3. Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	22 de julho de 2021
11	Data de Liquidação.	23 de julho de 2021
12	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	20 de agosto de 2021
13	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares.	24 de agosto de 2021
14	Data de Encerramento do *Lock-up* Varejo.	4 de setembro de 2021
15	Data de Encerramento do *Lock-up* Private.	19 de setembro de 2021
16	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento.	21 de janeiro de 2022

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição das Ações a partir da data da nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), as quais somente serão confirmadas pelo subscritor por meio do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva e serão formalizadas, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação do boletim de subscrição, após o início do Prazo de Distribuição, nos termos da Resolução CVM 27.

Na hipótese de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de disponibilização de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, consulte as seções "*Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta*", "*Informações Sobre à Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*" e "*Informações Sobre à Oferta – Inadequação da Oferta*", nas páginas 57, 68 e 74 deste Prospecto Preliminar, respectivamente.

Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Colocação, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*", na página 69 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto Preliminar for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelo Coordenador Líder, em nome da Companhia, para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Regime de Distribuição

A colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais e Ações Suplementares) objeto da Oferta será realizada em conformidade com o Contrato de Colocação, e os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Após: (i) a disponibilização do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas); (ii) a disponibilização deste Prospecto Preliminar; (iii) o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas; (iv) a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*; (v) a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, e o cumprimento das condições neles previstas; (vi) o deferimento do pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM; (vii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (viii) a disponibilização do Anúncio de Início; e (ix) a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), em mercado de balcão não organizado, em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Colocação, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e as disposições deste Prospecto Preliminar. Ainda, conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto Preliminar, a partir da disponibilização do Anúncio de Início.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta*", na página 103 deste Prospecto Preliminar.

Plano de Distribuição da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia, elaborarão um plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, que em nenhuma hipótese poderão ser consideradas no plano de distribuição para alocação de Investidores Não Institucionais, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM 30; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

O público-alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (vii) cônjuge ou companheiro, ascendentes, filhos menores ou colaterais até 2º (segundo) grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Procedimento de Distribuição da Oferta

Observadas as condições precedentes descritas na seção "Regime de Distribuição", na página 54 deste Prospecto Preliminar, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas não considerando as Ações Suplementares), por meio de 2 (duas) ofertas distintas, quais sejam: (i) Oferta Não Institucional; e (ii) Oferta Institucional, conforme descritas a seguir.

i. Oferta Não Institucional:

Desde que haja demanda, a Oferta Não Institucional será destinada aos Investidores Não Institucionais observado o montante de, no mínimo, 11% (onze por cento) e, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 30% (trinta por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), realizada pelas Instituições Participantes da Oferta, compreendendo:

(a) uma oferta aos Investidores Private, por meio da qual os investidores terão seus Pedidos de Reserva atendidos de maneira prioritária em relação aos Investidores Private Sem *Lock-up*, desde que optem por se comprometer com o *Lock-up* Private;

(b) uma oferta aos Investidores Private que não se comprometerem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, a não dispor das Ações que subscreverem durante o período do *Lock-up* Private;

(c) uma oferta aos Investidores de Varejo, por meio da qual os investidores terão seus Pedidos de Reserva atendidos de maneira prioritária em relação aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, desde que optem por se comprometer com o *Lock-up* Varejo; e

(d) uma oferta aos Investidores de Varejo que não se comprometerem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, a não dispor das Ações durante o período do *Lock-up* Varejo.

ii. Oferta Institucional:

A Oferta Institucional será destinada aos Investidores Institucionais, e será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional.

Procedimento da Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, sendo que, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada e poderão realizar Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta Não Institucional, o montante de, no mínimo, 11% (onze por cento) e, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 30% (trinta por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado, prioritariamente, à colocação pública para Investidores Não Institucionais que venham a realizar Pedido de Reserva de acordo com as condições previstas neste Prospecto Preliminar, observado que:

I. o montante de no mínimo 1% (um por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para **Investidores Private**, sendo certo que:

(a) o montante de no mínimo 0,8% (oito décimos por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para Investidores Private *Lock-up* sendo certo que, caso haja demanda: (i) de até 0,8% (oito décimos por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a 0,8% (oito décimos por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (b) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio. Caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta Private *Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta Private *Lock-up* para a Oferta de Varejo *Lock-up*; e

(b) o montante de no mínimo 0,2% (dois décimos por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda: (i) de até 0,2% (dois décimos por cento) da quantidade total da Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a 0,2% (dois décimos por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (a) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

II. o montante de no mínimo 10% (dez por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para **Investidores de Varejo**, sendo certo que:

(a) o montante de, no mínimo 8% (oito por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo *Lock-up*, sendo certo que caso haja demanda: (i) de até 8% (oito por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a 8% (oito por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (b) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e

(b) o montante de, no mínimo 2% (dois por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para os Investidores de Varejo *Sem Lock-up*, sendo certo que caso haja demanda: (i) de até 2% (dois por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a 2% (dois por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (a) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à prioridade na alocação, à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*" e " *Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", nas páginas 21 e 99 deste Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como o item "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada.

Procedimento da Oferta Não Institucional – Private

Observado o disposto neste item, será permitida aos Investidores Private a participação na Oferta Private mediante preenchimento de Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Private por Investidor Private.

Os Investidores Private que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores Private deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(a) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Private interessados em participar da Oferta Não Institucional deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (c), (e), (f), (h), (j) e (k) abaixo, observadas as condições do Pedido de Reserva;

(b) os Investidores Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta Private *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Private, sob pena de serem considerados Investidores Private Sem *Lock-up* e não participarem da Alocação Private *Lock-up*;

(c) os Investidores Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta Private, mas não possuem interesse em participar do *Lock-up* Private, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que desejam ser considerados Investidores Private Sem *Lock-up*;

(d) os Investidores Private poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Private, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;

(e) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor;

(f) os Investidores Private deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada;

(g) caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção àqueles Pedidos de Reserva que forem realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(h) caso a demanda total por Ações da Oferta Private *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*: (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta Private *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores Institucionais; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Private *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

(i) caso a demanda total por Ações da Oferta Private Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta Private Sem *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Private Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

(j) até às 16h00 do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Private pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do Rateio Private), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(k) até às 10h00 da Data de Liquidação, cada Investidor Private que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado na alínea (c) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor Private;

(l) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor Private que tenha realizado Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto na alínea (i) acima;

(m) caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Private ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (iii) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Private poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até às 12h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até às 12h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data da suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de Anúncio de Retificação, nos mesmos veículos utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a disponibilização do Anúncio de Retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Private está ciente de que os termos da Oferta foram alterados e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Private não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Private deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Private já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (i) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(n) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Private o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Private já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (i) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Lock-up Private. Os Investidores Private que indicarem em seu Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Private e subscreverem Ações no âmbito da Oferta Private *Lock-up* não poderão, pelo Período de *Lock-up* Private, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia, ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private *Lock-up*, cada Investidor Private, ao realizar seu Pedido de Reserva, autorizará seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do Período de *Lock-up* Private.

Não obstante o *Lock-up* Private, as Ações subscritas no âmbito da Oferta Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta Private *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o Período de *Lock-up* Private, e tendo em vista a impossibilidade das Ações serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Private e os Investidores de Varejo Lock-up que se comprometerem a observar o Lock-up Private e o Lock-up Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", na página 105 deste Prospecto Preliminar.**

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 1º e 2º, da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor Private aceitará participar da Oferta Private, bem como subscrever e liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição das Ações pelos Investidores Private será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição.

Procedimento da Oferta Não Institucional – Varejo

Observado o disposto neste item, será permitida aos Investidores de Varejo a participação na Oferta de Varejo mediante o preenchimento de Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva de Varejo por Investidor de Varejo.

Os Investidores de Varejo que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores de Varejo deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(a) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta Não Institucional deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (c), (e), (f), (h), (j) e (k) abaixo, observadas as condições do Pedido de Reserva;

(b) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up Varejo*, sob pena de serem considerados Investidores de Varejo Sem *Lock-up* e não participarem da Alocação Varejo *Lock-up*;

(c) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo, mas não possuem interesse em participar do *Lock-up* Varejo, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que desejam ser considerados Investidores de Varejo Sem *Lock-up*;

(d) os Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor de Varejo, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;

(e) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor;

(f) os Investidores de Varejo deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada;

(g) caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será vedada a colocação de Ações aos Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção àqueles Pedidos de Reserva que forem realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(h) caso a demanda por Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up:* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta de Varejo *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up*; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros, ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

(i) caso a demanda por Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, se houver, poderão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

(j) até às 16h00 do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor de Varejo pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do Rateio de Varejo), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(k) até às 10h00 da Data de Liquidação, cada Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado na alínea (c) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor de Varejo;

(l) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto na alínea (i) acima;

(m) caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores de Varejo ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (iii) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor de Varejo poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até às 12h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até às 12h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data da suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de Anúncio de Retificação, nos mesmos veículos utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a disponibilização do Anúncio de Retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor de Varejo está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor de Varejo não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva, será considerado válido e o Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (i) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(n) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor de Varejo o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (i) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Lock-up Varejo. Os Investidores de Varejo que indicarem em seu Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Varejo e subscreverem Ações no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*, não poderão, pelo Período de *Lock-up* Varejo, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a sua participação na Oferta de Varejo, cada Investidor de Varejo, ao realizar seu Pedido de Reserva, autorizará seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3

exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do Período de *Lock-up* Varejo.

Não obstante o *Lock-up* Varejo, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o Período de *Lock-up* Varejo, e tendo em vista a impossibilidade das Ações serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up Private e o Lock-up Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", na página 105 deste Prospecto Preliminar.**

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 1º e 2º da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor de Varejo aceitará participar da Oferta, subscrever e liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição das Ações pelos Investidores de Varejo será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição.

Procedimento da Oferta Institucional

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos acima descritos, as Ações remanescentes, inclusive as que não forem colocadas no âmbito da Oferta Não Institucional, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento, tendo assumido cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*, de acordo com as seguintes condições:

(a) caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding,* na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda a quantidade total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no Plano de Distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional;

(b) até às 16h00 do 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Investidores Institucionais serão informados, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocada e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser realizada na Data de Liquidação, mediante pagamento, em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação; e

(c) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de cancelamento ou revogação da Oferta, todos as intenções de investimento serão canceladas e o Coordenador da Oferta que tenha recebido a respectiva intenção de investimento comunicará ao respectivo Investidor Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (b) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

A subscrição das Ações por Investidores Institucionais será formalizada, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e/ou documento de aceitação da Oferta, nos termos do artigo 2º, parágrafo primeiro, da Resolução CVM 27. No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição das Ações deverá ser formalizada mediante ato de aceitação da Oferta pelo Investidor Institucional, o qual deverá ser realizado junto ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, devendo, no mínimo, (i) conter as condições de subscrição e de integralização das Ações, (ii) esclarecer que não será admitida a distribuição parcial da Oferta, (iii) conter esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta, e (iv) conter declaração de que obteve cópia dos Prospectos, observado que tal formalização poderá ocorrer, inclusive, mediante o preenchimento e entrega, ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, de termo de aceitação.

As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos da Resolução 4.373, da Resolução CVM 13 ou da Lei 4.131.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, no Procedimento de Bookbuilding, poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que*

***sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", na página 102 deste Prospecto Preliminar.**

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o 2º (segundo) dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até às 16h00 da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a disponibilização do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*", na página 69 deste Prospecto Preliminar.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecerão que a obrigação dos Coordenadores da Oferta de efetuar o pagamento pelas Ações estará sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia e pelos administradores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia assumirá a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obrigará a Companhia, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de

valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia.

Para informações adicionais, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil*", a partir da página 104 deste Prospecto Preliminar.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto Preliminar.

Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta

A Companhia e os Coordenadores da Oferta podem requerer autorização à CVM para a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias relativas à Oferta existentes na data do pedido de registro da distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, a Companhia e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento da distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias.

Caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seu respectivo Pedido de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação a ser disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes deste Prospecto Preliminar, mesmos meios utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado, bem como para sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas) e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não

Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até às 16h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do seu respectivo Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento nos termos deste Prospecto Preliminar.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos deste Prospecto Preliminar e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Colocação; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva celebrados pelos Investidores Não Institucionais serão automaticamente cancelados, e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos deste Prospecto Preliminar, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento pelo Investidor Não Institucional da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar pelo Preço por Ação, financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” e o registro da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições neles previstas, e disponibilizado o Anúncio de Início e o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá e liquidará, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas, no Brasil, por investidores e por esses liquidadas no Brasil, multiplicado pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em revender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Coordenador da Oferta	**Quantidade[(1)]**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	57.437.746	33,33%
XP	57.437.746	33,33%
Bank of America	24.616.177	14,29%
UBS BB	24.616.177	14,29%
Banco Safra	8.205.392	4,76%
Total	172.313.238	100,00%

(1) Sem considerar as Ações Adicionais.

Coordenador da Oferta	**Quantidade[(1)]**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	68.925.295	33,33%
XP	68.925.295	33,33%
Bank of America	29.539.412	14,29%
UBS BB	29.539.412	14,29%
Banco Safra	9.846.471	4,76%
Total	206.775.885	100,00%

(1) Considerando as Ações Adicionais.

As proporções previstas na tabela acima poderão ser realocadas de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Estabilização de Preços das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador

e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto Preliminar.

Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na Carta-Convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações (considerando as Ações Adicionais), emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais) no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações (considerando as Ações Adicionais), no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas, incluindo lucros cessantes, danos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada. A Instituição Consorciada deverá comunicar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de divulgação de seu descredenciamento.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(i) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que a cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponderá um voto;

(ii) direito de alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço);

(iii) direito de alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos eventuais acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, por, no mínimo, seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada;

(iv) no caso de liquidação da Companhia, direito de participar do acervo da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(v) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações, exceto conforme previsto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do disposto no estatuto social da Companhia;

(vi) direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e do disposto no estatuto social da Companhia;

(vii) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a partir da data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*; e

(viii) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "*18. Valores Mobiliários*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar.

Negociação das Ações na B3

A Companhia e a B3 celebrarão oportunamente o Contrato de Participação no Novo Mercado, por meio do qual a Companhia aderirá às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na mesma data de início de negociação das Ações na B3.

As Ações passarão a ser negociadas na B3 a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "**MLAS3**". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.

Manutenção Temporária das Ações em Circulação (*Free Float*) da Companhia

De acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado, segmento especial de listagem da B3, é de 25% (vinte e cinco por cento) do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações ordinárias representativas de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do seu capital social em circulação (*free float*). Em 22 de junho de 2021, por meio do Ofício 282/2021-DIE, a B3 deferiu pedido da Companhia para que seja conferido tratamento excepcional para o percentual mínimo de ações em circulação, conforme exigido pelo Regulamento do Novo Mercado, de modo que a Companhia deverá manter, em livre circulação, no mínimo, o percentual de ações em circulação alcançado na data de conclusão da Oferta, sendo este percentual, em qualquer hipótese, equivalente ou superior a 21% (vinte e um por cento).

Em contrapartida ao deferimento do pedido, o Ofício 282/2021-DIE determina que a Companhia deverá divulgar, pelo prazo em que perdurar tal tratamento, até o dia 31 de julho de cada ano, relatório com informações ambientais, sociais e de governança corporativa, tomando por base padrão internacionalmente aceito, como o da *Global Reporting Initiative* (GRI) ou o da estrutura internacional para relato integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC). Adicionalmente, a recomposição do percentual mínimo de ações em circulação de 25% (vinte e cinco), previsto pelo Regulamento do Novo Mercado, deverá ocorrer em até 18 (dezoito) meses da data de conclusão da Oferta.

O não cumprimento de tais obrigações acarretará a cessação imediata da autorização concedida e de seus efeitos, passando a Companhia e seu acionista controlador, conforme aplicável, a sujeitar-se, imediatamente, à aplicação das sanções previstas no Regulamento do Novo Mercado.

Para mais informações sobre os riscos referente a manutenção temporária, **veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *Caso, após transcorrido o período previsto na dispensa temporária concedida pela B3, a Companhia não cumpra a obrigação de manter free-float mínimo de 25% de suas Ações, a Companhia estará sujeita às sanções previstas no Regulamento do Novo Mercado as quais incluem, inclusive, a saída compulsória do Novo Mercado, o que poderá acarretar redução da liquidez de suas Ações*", a partir da página 99 deste Prospecto Preliminar.**

Acordos de Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

A Companhia e cada um de seus Administradores, se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo Período de *Lock-up*, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados.

As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações: (i) decorrentes da venda de Ações decorrentes do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional (incluindo Ações Suplementares); (ii) decorrentes de doações, desde que anteriormente a referida doação, o beneficiário da doação concorde por escrito a estar sujeito pelos termos dos Instrumentos de *Lock-up* e confirme estar de acordo com seus termos; (iii) para qualquer Afiliadas da Companhia, conforme definido no Prospecto Preliminar, desde que o beneficiário da transferência confirme estar de acordo com os termos aqui estabelecidos; (iv) ao empréstimo a qualquer dos Coordenadores da Oferta ou a entidade indicada por tais Coordenadores da Oferta para fins de estabilização das Ações; e (v) decorrentes de operações em mercado, desde que em tais operações não precisem ser reportadas, nos termos do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e do Período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 102 deste Prospecto Preliminar**.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração, custódia e transferência das Ações é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página representa um investimento de risco deste Prospecto Preliminar, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações Adicionais

A subscrição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" e "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*", nas páginas 99 e 21 deste Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como a seção "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar, antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar do Prospecto Preliminar ou informações adicionais sobre a Oferta deverão se dirigir, a partir da data de disponibilização do Aviso ao Mercado, aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das demais Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3, conforme abaixo indicados:

COMPANHIA

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América
CEP 01452-000, São Paulo, SP
Sr. Ricardo Rosanova Garcia
Tel.: +55 (11) 3198-5877
https://ri.multilaser.com.br/ (neste website, clicar em “Documentos da Oferta”).

COORDENADORES DA OFERTA

BANCO ITAÚ BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Domingues
Tel.: +55 (11) 3708-8000
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/, neste website clicar em “Multilaser Industrial S.A.”, clicar em "2021", em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e acessar o Prospecto Preliminar".

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Chedid Jafet, 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4871-4277
http://www.xpi.com.br (neste website, no item “Investimentos”, clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Multilaser Industrial S.A.” e, então, clicar em “Prospecto Preliminar”).

BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo – SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
http://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste website, no item “Prospectos”, clicar no item “Multilaser Industrial S.A.” e então no subitem “Prospecto Preliminar”).

UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 4º andar
CEP 04538-132, São Paulo – SP
At.: Sr. João Carlos Telles
Tel.: +55 (11) 2767-6177
https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste website clicar em "Multilaser Industrial S.A." e acessar o "Prospecto Preliminar").

BANCO SAFRA S.A.
Avenida Paulista, 2.100, 17º andar
CEP 01310-930, São Paulo, SP
At.: Sr. João Paulo Feneberg Torres
Tel.: +55 (11) 3175-3284
https://www.safra.com.br/sobre/banco-de-investimento/ofertas-publicas.htm (neste website, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações - Multilaser" e, por fim clicar no respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, CEP 20159-900, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente ao "*Multilaser Industrial S.A.*" e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/, clicar em clicar em "*Multilaser Industrial S.A.*" e, posteriormente, acessar "Prospecto Preliminar").

Links para Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM OS LOGOTIPOS DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES DA OFERTA E/OU DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO.

COMPANHIA

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.
https://ri.multilaser.com.br/ (neste website, clicar em "Documentos da Oferta").

COORDENADORES DA OFERTA

BANCO ITAÚ BBA S.A.
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/, neste website clicar em "Multilaser Industrial S.A.", clicar em "2021", em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e acessar o "Aviso ao Mercado".

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
http://www.xpi.com.br (neste website, no item "Investimentos", clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Multilaser Industrial S.A." e, então, clicar em "Aviso ao Mercado").

BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.

http://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste website, no item “Prospectos”, clicar no item “Multilaser Industrial S.A.” e então clicar no título do documento correspondente).

UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste website clicar em “Multilaser Industrial S.A.” e acessar o “Aviso ao Mercado").

BANCO SAFRA S.A.
https://www.safra.com.br/sobre/banco-de-investimento/ofertas-publicas.htm (neste website, clicar em “Oferta Pública Inicial de Ações - Multilaser” e, por fim clicar no respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto Preliminar não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulation* S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelo registro da Oferta na CVM, a Companhia, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes dos Prospectos e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “*SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA*” E “*FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES*”, NAS PÁGINAS 21 E 99 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO “*4. FATORES DE RISCO*” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO PRELIMINAR, A PARTIR DA PÁGINA 341 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 14 de maio de 2021.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para underwriting, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de investment banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de Deposit Receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na America do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

XP

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios.

Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) *asset management*, com mais de R$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca “XP” (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas “Rico” (www.rico.com.vc) e “Clear” (www.clear.com.br).

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.777.000 (dois milhões, setecentos e setenta e sete mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R$660 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

Atividade de Mercado de Capitais da XP

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, *M&A*, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no Ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R$1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores.

Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R$2,3 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; *follow-on* da Petrobras no valor de R$7,3 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R$830 milhões; IPO da Vivara no valor de R$2,0bilhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R$5,8 bilhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R$637 milhões; IPO da C&A no valor de R$1,6 bilhão; IPO do Banco BMG no valor de R$1,3 bilhão; *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R$760 milhões; IPO da XP Inc. no valor de R$9,2 bilhões; e no *follow-on* de Unidas no valor de R$1,8 bilhão.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R$1,1 bilhão; *follow-on* da Petrobras no valor de R$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R$384 milhões; *follow-on* de Irani no valor de R$405 milhões; *follow-on* da JHSF no valor de R$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R$1,8 bilhões; IPO da D1000 no valor de R$400 milhões; IPO da Pague Menos no valor de R$747 milhões; IPO da Lavvi no valor de R$1,0 bilhão; Re-IPO da JSL no valor de R$694 milhões; IPO da Melnick Even no valor de R$621 milhões*, follow-on* da Suzano no valor de R$6,9 bilhões; IPO do Grupo Mateus no valor de R$4,0 bilhões; IPO da Enjoei no valor de R$987 milhões; IPO da Méliuz no valor de R$584 milhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$87 milhões; IPO da Aeris no valor de R$982 milhões; IPO da 3R Petroleum no valor de R$600 milhões; IPO da Alphaville no valor de R$306 milhões; e IPO da Rede D'Or São Luiz no valor de R$10,1 bilhões.

E em 2021, a XP atuou no *follow-on* da Locaweb no valor de R$2,4 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$1,7 bilhão; IPO da Mosaico no valor de R$1,1 bilhão; IPO da Jalles Machado no valor de R$651 milhões; IPO da Bemobi no valor de R$1,1 bilhão; IPO da Westwing no valor de R$1,0 bilhão; IPO da Orizon no valor de R$486,9 milhões; IPO da CSN Mineração no valor de R$4,6 bilhões*; follow-on* da 3R Petroleum no valor de R$822,8 milhões; IPO da Allied no valor de R$197,4 milhões; IPO da Blau no valor de R$1,3 bilhão; IPO da Boa Safra no valor de R$460,0 milhões; IPO da G2D no valor de R$281,1 milhões; IPO da BR Partners no valor de R$400,4 milhões; e *follow-on* da Petrobras Distribuidora no valor de R$11,4 bilhões.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

Bank of America

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 660 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 67 milhões de clientes a partir de suas mais de 4.400 agências, mais de 16.100 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 36 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

UBS BB

O UBS BB foi constituído em 2020 por meio da combinação das operações de banco de investimentos do UBS e do Banco do Brasil, incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variável, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como em outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos clientes o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, *research* de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes, principalmente em Corporate Banking. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, project finance e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurich na Suíça e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68 mil funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: Wealth Management, Investment Bank, Personal & Corporate Banking e Asset Management, e detém mais de US$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma rede de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, com o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, "*Best Global Investment Bank*" e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, "*Best M&A Bank*" pela Global Finance. O UBS também foi nomeado "*Most Innovative Investment Bank for IPOs and Equity Raisings*" nos anos de 2020, 2019 e 2018, pela The Banker, e, em 2016, "*Most Innovative Bank for M&A"* pela The Banker. Ainda em 2020, o UBS foi nomeado como "*Best Technology Innovation in Investment Banking*" pela The Banker, "*ECM Bank of the Year for Financial Institutions*" pela Global Capital, "*Best Global Equity Bank*" pela Global Finance e "*M&A Deal of the Year for Global Banking Americas*" pela The Banker. Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria "*Bank of the Year*" como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de *Wealth Management* − que foi reconhecida como "*Best Private Banking Services Overall*" em 2021, 2020 e em 11 dos 15 anos antes disso, pela Euromoney, "*Best Global Private Bank*" em 2020 e 2019 pela The Banker, "*World's Best Bank for Wealth Management*" em 2020 pela Euromoney. – e *Equity Research*, que foi eleita em 2021, 2020, 2019 e 2018 como "*#1 Global Equity Research*" pela Institutional Investor.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 30ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria "Bancos" do Prêmio Top of Mind 2020, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R$1,8 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 86 mil funcionários, distribuídos entre 4.370 agências, 15 países e mais de 12 mil pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição da Reserva pela Arezzo &Co, o aporte de capital da Crescera e Vulcan Capital na Nelogica, aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&F Bovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

A parceria desempenhou também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Biosev, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame

Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, Moura Dubeux, Estapar, XP Inc., Vasta Platform, Quero, D1000, Rumo, Pague Menos, JSL, Grupo Mateus, Enjoei, Ânima, Rede D'Or, Neogrid, Vinci Partners, Vamos, Focus Energia, Eletromidia, CSN Mineração, entre outros.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2020, 50 emissões que totalizaram o valor de R$8,5 bilhões e 8,5% de *market share*, encerrando o período em 5º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2020. No mesmo período, foram estruturadas 18 operações de securitização, sendo 1 CRI e 13 CRAs, 1 FIDIC e 3 FIIs, com volume total de R$2,6 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US$400 milhões, conferindo-lhe o 18º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2020.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019 e 2020.

Banco Safra

O Grupo J. Safra, reconhecido conglomerado bancário e de private banking, possui mais de 175 anos de tradição em serviços financeiros e presença em mais de 20 países, com atividades nos EUA, Europa, Oriente Médio, Ásia, América Latina e Caribe. Entre as empresas financeiras incluídas no Grupo estão o Banco Safra S.A., Banco J. Safra S.A., o Safra National Bank of New York e o J. Safra Sarasin Holding. Em março de 2021, o Grupo J. Safra possuía, em valores agregados, gestão de recursos de terceiros no montante de R$1,8 trilhão.

O Banco Safra S.A. atua como banco múltiplo e figura como o quarto maior banco privado por total de ativos, segundo ranking Valor 1000 divulgado em 2019 (por ativos totais). Em março de 2021, a gestão de recursos de terceiros totalizava R$315,6 bilhões e a carteira de crédito expandida somava R$128,1 bilhões.

Fusões e Aquisições: atua na assessoria junto à empresas e fundos em processos de venda – parcial ou integral – e aquisições, tendo conduzido relevantes operações tais como a venda da Lotten Eyes para a Amil (2016), assessoria exclusiva na venda da Alesat para Glencore (2018), assessoria exclusiva na venda de 39 lojas do Grupo Pão de Açúcar para a gestora TRX (2020), assessoria exclusiva na venda do Hospital Leforte para a Dasa (2020), assim como assessoria exclusiva na venda da BrScan para Serasa Experian (2021), assessoria exclusiva da venda da Vindi para a Locaweb (2021), assessoria da Petro Rio na compra de participação da BP no campo de Wahoo (2021), assessoria exclusiva da Daviso na venda para a Viveo (2021) e assessoria exclusiva da Safra Corretora na compra do Credit Agricole Brasil (2021).

Fundos de Investimento Imobiliário: assessorou no lançamento de Fundos de Investimento Imobiliários (FIIs) da BlueMacaw (2019), Autonomy (2020), VBI (2020), Mogno (2020), Pátria (2020), J. Safra (2020) e RBR (2021), como também dos Fundos de Investimento em Participações de Infraestrutura (FIP-IE) do BTG Pactual (2020) e da Perfin (2020).

Private Banking: oferece assessoria financeira e patrimonial aos seus clientes e familiares, combinando soluções personalizadas com gerenciamento de riscos, alocação especializada de ativos e confidencialidade.

Asset Management: atuante desde 1980 na gestão de recursos de terceiros através de carteiras administradas e fundos de investimento, com oferta de variedade de produtos aos diversos segmentos de clientes. Em março de 2021, possuía aproximadamente R$105,3 bilhões de ativos sob gestão.

Sales & Trading: criada em 1967, a Safra Corretora atua nos mercados de ações, opções, índice de ações, dólar e DI, além de possuir equipe de pesquisa "Research". Esta equipe é responsável pelo acompanhamento e produção de relatórios macroeconômicos e setoriais, incluindo a cobertura dos setores de Construção Civil, Bancos, Mineração, Siderurgia, Consumo, dentre outros.

Renda Fixa: atua na originação, execução e distribuição de financiamentos estruturados e títulos de dívidas no mercado doméstico e internacional, incluindo bonds, CCB, CRA, CRI, debêntures, FIDC, notas promissórias, dentre outros, configurando entres os líderes deste mercado. Destacamos a participação do Banco Safra, em 2020, como coordenador nas ofertas de Debêntures da Rumo, CRA da Raízen, CRA da BRF, Bond do Banco Votorantim, Debêntures da Gasmig, Debêntures e CRI da B3 e Debêntures da Eletrosul.

Mercado de Capitais (Renda Variável): em 2020, os principais destaques do Safra foram a participação nas ofertas subsequente de ações (Follow-On) de Via Varejo, Lojas Americanas e Rumo, totalizando R$18,7 bilhões, assim como a participações nas ofertas públicas iniciais (IPOs) de Aura Minerals, Aeris, Melnick, Grupo Mateus e Rede D'Or São Luiz, totalizando R$18,2 bilhões. Em 2021, o Safra teve participação na oferta subsequentes de ações de Petro Rio e o re-IPO da Dasa, totalizando R$5,7 bilhões movimentados, e nas ofertas públicas iniciais (IPOs) de CSN Mineração, Mater Dei e Petro Reconcavo, bem como no spin-off e listagem do Assaí, totalizando R$7,6 bilhões.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem o seguinte relacionamento comercial relevante com a Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico:

LC nº 000004499261511 emitida em 21 de setembro de 2020, com vencimento em 18 de maio de 2021, no valor de US$2.784.303,80 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004506361510 emitida em 01 de outubro de 2020, com vencimento em 29 de junho de 2021, no valor de US$1.547.284,63 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004506461518 emitida em 01 de outubro de 2020, com vencimento em 29 de junho de 2021, no valor de US$1.897.176,05 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004520261514 emitida em 05 de novembro de 2020, com vencimento em 15 de junho de 2021, no valor de US$4.137.934,57 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004520361512 emitida em 05 de novembro de 2020, com vencimento em 15 de junho de 2021, no valor de US$2.331.950,76 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004520461510 emitida em 05 de novembro de 2020, com vencimento em 20 de maio de 2021, no valor de US$3.026.464,88 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004520561517 emitida em 05 de novembro de 2020, com vencimento em 20 de maio de 2021, no valor de US$1.513.232,44 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004520661515 emitida em 05 de novembro de 2020, com vencimento em 20 de maio de 2021, no valor de U.S.$1.159.975,92 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004540161512 emitida em 15 de dezembro de 2020, com vencimento em 10 de junho de 2021, no valor de US$2.486.626,93 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004540361518 emitida em 16 de dezembro de 2020, com vencimento em 30 de maio de 2021, no valor de US$2.402.036,02 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004541761518 emitida em 21 de dezembro de 2020, com vencimento em 31 de maio de 2021, no valor de US$3.651.919,44 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004541861516 emitida em 21 de dezembro de 2020, com vencimento em 31 de maio de 2021, no valor de US$5.472.464,30 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004541961514 emitida em 21 de dezembro de 2020, com vencimento em 31 de maio de 2021, no valor de U.S.$5.477.879,16 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004547161515 emitida em 12 de janeiro de 2021, com vencimento em 26 de setembro de 2021, no valor de US$3.118.465,11 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004548461518 emitida em 15 de janeiro de 2021, com vencimento em 15 de junho de 2021, no valor de U.S.$2.666.999,81 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004548561515 emitida em 15 de janeiro de 2021, com vencimento em 15 de junho de 2021, no valor de US$3.861.989,55 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004548761511 emitida em 15 de janeiro de 2021, com vencimento em 15 de junho de 2021, no valor de US$4.126.633,35 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004548761511 emitida em 15 de janeiro de 2021, com vencimento em 15 de junho de 2021, no valor de US$2.849.763,76 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004548761511 emitida em 21 de janeiro de 2021, com vencimento em 14 de agosto de 2021, no valor de US$4.883.106,67 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004555261512 emitida em 29 de janeiro de 2021, com vencimento em 11 de julho de 2021, no valor de U.S.$5.981.103,95 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004555561515 emitida em 01 de fevereiro de 2021, com vencimento em 23 de julho de 2021, no valor de US$1.084.635,83 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004555661513 emitida em 01 de fevereiro de 2021, com vencimento em 05 de julho de 2021, no valor de US$3.835.897,95 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004560961510 emitida em 08 de fevereiro de 2021, com vencimento em 10 de janeiro de 2022, no valor de US$3.032.769,05 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004561161516 emitida em 09 de fevereiro de 2021, com vencimento em 29 de julho de 2021, no valor de US$547.045,25 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004569761515 emitida em 25 de fevereiro de 2021, com vencimento em 12 de outubro de 2021, no valor de US$4.095.585,06 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004569961511 emitida em 25 de fevereiro de 2021, com vencimento em 27 de setembro de 2021, no valor de US$5.181.877,04 com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004572961516 emitida em 08 de março de 2021, com vencimento em 27 de setembro de 2021, no valor de US$2.269.815,05 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000004575261518 emitida em 08 de março de 2021, com vencimento em 30 de maio de 2021, no valor de US$8.533.127,10 e com taxa efetiva de 0,8% a.a., sendo que tal operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

CCB nº 100120120009100 emitida em 23 de dezembro de 2020, com vencimento em 23 de dezembro de 2022, no valor de R$70.166.494,48 e com taxa efetiva de 6,80%, sendo que tal operação conta com garantia de duplicatas para 50% do valor da referida CCB.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participou de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, serviços bancários, operações de crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Adicionalmente, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem deter títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de total *return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir Ações conforme de proteção *(hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Conforme descrito nas seções "*Operações Vinculadas à Oferta*" e "*Destinação dos Recursos*", nas páginas 97 e 107 deste Prospecto Preliminar, parte dos recursos líquidos da Oferta poderá ser destinada ao pagamento de dívidas com o Coordenador Líder e/ou com sociedades de seu conglomerado financeiro. Caso isso ocorra, a participação do Coordenador Líder na Oferta poderá caracterizar eventual conflito de interesse. Para mais informações sobre os possíveis conflitos de interesse que a participação do Coordenador Líder na Oferta pode ensejar, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Determinados Coordenadores da Oferta podem ter interesse vinculado à conclusão da Oferta, uma vez que parte dos recursos da Oferta poderá ser destinada pela Companhia à liquidação ou à amortização de dívidas em aberto com determinados Coordenadores da Oferta e/ou com sociedades que integram seu respectivo conglomerado financeiro*", constante da página 106 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pelo mencionado acima e pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição*" na página 51 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e a XP

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não possuem relacionamento comercial relevante com a Companhia e demais sociedades de seu conglomerado financeiro.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participou de: (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo a Companhia e demais sociedades de seu conglomerado financeiro.

A Companhia e/ou e demais sociedades de seu conglomerado financeiro poderão, no futuro, contratar a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades. A Companhia poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pela XP e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

A XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia) de emissão da Companhia e/ou eventualmente possuem, diretamente ou por fundos de investimento administrados ou geridos por tais sociedades, valores mobiliários de emissão da, e/ou lastreados em créditos originados pela, Companhia e, sendo que: (i) em nenhum caso tais negociações ou aquisições envolveram participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social ou do total de ações de emissão da Companhia de qualquer espécie ou classe; e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em mercados organizados a preços e condições de mercado. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão

da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). A XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir Ações como forme de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 51 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia à XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação da XP como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não possuem relacionamento comercial relevante com a Companhia e demais sociedades de seu conglomerado financeiro.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participou de: (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo a Companhia e demais sociedades de seu conglomerado financeiro.

A Companhia e/ou e demais sociedades de seu conglomerado financeiro poderão, no futuro, contratar o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades. A Companhia poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia) de emissão da Companhia e/ou eventualmente possuem, diretamente ou por fundos de investimento administrados ou geridos por tais sociedades, valores mobiliários de emissão da, e/ou lastreados em créditos originados pela, Companhia e, sendo que: (i) em nenhum caso tais negociações ou aquisições envolveram participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social ou do total de ações de emissão da Companhia de qualquer espécie ou classe; e (ii) em todos os casos, consistiram em

operações em mercados organizados a preços e condições de mercado. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bank of America no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir Ações como forme de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 51 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem o seguinte relacionamento comercial relevante com a Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico:

- CCB nº 191.201.082 emitida em 5 de novembro de 2020, com vencimento em 25 de outubro de 2022, no valor de R$50.000.000,00 e com taxa de juros de 6,8030%, sendo que tal operação conta com aval da Proinox Brasil Ltda; e

- CCB nº 191.201.038 emitida em 31 de março de 2020, com vencimento em 1 de abril de 2022, no valor de R$40.000.000,00 e com taxa de 198% da taxa média do CDI, sendo que tal operação conta com aval do Sr. Alexandre Ostrowiecki.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participou de: (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo a Companhia e demais sociedades de seu conglomerado financeiro.

A Companhia e/ou e demais sociedades de seu conglomerado financeiro poderão, no futuro, contratar o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas

atividades. A Companhia poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia) de emissão da Companhia e/ou eventualmente possuem, diretamente ou por fundos de investimento administrados ou geridos por tais sociedades, valores mobiliários de emissão da, e/ou lastreados em créditos originados pela, Companhia e, sendo que: (i) em nenhum caso tais negociações ou aquisições envolveram participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social ou do total de ações de emissão da Companhia de qualquer espécie ou classe; e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em mercados organizados a preços e condições de mercado. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir Ações como forme de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Conforme descrito nas seções "*Operações Vinculadas à Oferta*" e "*Destinação dos Recursos*", nas páginas 97 e 107 deste Prospecto Preliminar, parte dos recursos líquidos da Oferta poderá ser destinada ao pagamento de dívidas com o UBS BB e/ou com sociedades de seu conglomerado financeiro. Caso isso ocorra, a participação do UBS BB na Oferta poderá caracterizar eventual conflito de interesse. Para mais informações sobre os possíveis conflitos de interesse que a participação do UBS BB na Oferta pode ensejar, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Determinados Coordenadores da Oferta podem ter interesse vinculado à conclusão da Oferta, uma vez que parte dos recursos da Oferta poderá ser destinada pela Companhia à liquidação ou à amortização de dívidas em aberto com determinados Coordenadores da Oferta e/ou com sociedades que integram seu respectivo conglomerado financeiro*", constante da página 106 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pelo mencionado acima e pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 51 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do UBS BB como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Safra S.A.

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Banco Safra S.A. e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro possuem o seguinte relacionamento com a Companhia e demais sociedades de seu conglomerado financeiro:

Companhia - Operações financeiras:

CCB nº 006485620 emitida em 9 de novembro de 2020, com vencimento em 31 de outubro de 2022, no valor de R$80.000.000,00, o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021, é, R$79.959.489 e com taxa efetiva de 6,700004%a.a, sendo que tal operação conta com garantia de duplicatas para 50% do valor da referida CCB;

CCB nº 006485867 emitida em 16 de dezembro de 2020, com vencimento em 6 de dezembro de 2022, no valor de R$50.000.000,00, o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021, é, R$50.260.000 e com taxa efetiva de 6,9000%a.a, sendo que tal operação conta com garantia de duplicatas para 40% do valor da referida CCB;

LC nº 000028720 emitida em 4 de novembro de 2020, com vencimento em 20 de maio de 2021, no valor de R$3.311.734 e com taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 290.850. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000031420 emitida em 20 de novembro de 2020, com vencimento em 23 de junho de 2021, no valor de R$2.797.585 e com taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 522.863. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000034920 emitida em 11 de dezembro de 2020, com vencimento em 19 de outubro de 2021, no valor de R$3.143.687 e com uma taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 620.165. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 00001521 emitida em 13 de janeiro de 2021, com vencimento em 28 de setembro de 2021, no valor de R$11.557.796 e uma taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 2177.839. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 00006921 emitida em 12 de março de 2021, com vencimento em 19 de agosto de 2021, no valor de R$1.980.505 e uma taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 355.949. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 40% do valor da referida LC;

LC nº 000010121 emitida em 26 de abril de 2021 com vencimento em 29 de agosto de 2021, no valor de R$1.402.564 e uma taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 257.039. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000010621 emitida em 3 de maio de 2021, com vencimento em 28 de setembro de 2021, no valor de R$1.216.957 e uma taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 224.999. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000010721 emitida em 3 de maio de 2021, com vencimento em 28 de setembro de 2021, no valor de R$915.152 e uma taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 169.199. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº (a ser informado em D+2) emitida em 13 de maio de 2021, com vencimento em 10 de setembro de 2021, no valor de USD 711.000 (valor exato em D+2) e uma taxa efetiva de 0,9% a.a. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC; e

Operação 4.131 nº 000096033 emitido em 17 de março de 2021, com vencimento em 1º de março de 2024, no valor de R$100.000.000 com taxa de 0,95%, e uma taxa efetiva de CDI+2,75% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de R$93.401.196. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 30% do valor da referida LC.

Giga Indústria e Comercio de Produtos de Segurança Eletrônica S.A - Operações financeiras

LC nº 000031520 emitida em 20 de novembro de 2020, com vencimento em 31 de maio de 2021, no valor de R$3596.162 e uma taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 672.116. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 000034820 emitida em 11 de dezembro de 2020, com vencimento em 28 de junho de 2021, no valor de R$3.680.284 e uma taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 726.022. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 00001421 emitida em 13 de janeiro de 2021, com vencimento em 08 de junho de 2021, no valor de R$31.783.941 e uma taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 5.989.059. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº 00005621 emitida em 26 de fevereiro de 2021, com vencimento em 26 de julho de 2021, no valor de R$3.007.875 e uma taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 543.899. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 40% do valor da referida LC;

LC nº 00006821 emitida em 12 de março de 2021, com vencimento em 12 de julho de 2021, no valor de R$4.361.619 e uma taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 783.899. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 40% do valor da referida LC;

LC nº 000010821 emitida em 03 de maio de 2021, com vencimento em 28 de setembro de 2021, no valor de R$3.203.032 e uma taxa efetiva de 0,9% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de USD 592.199. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC;

LC nº (a ser informado em D+2) emitida em 13 de maio de 2021, com vencimento em 10 de setembro de 2021, no valor de USD 177.000 (valor exato em D+2) e uma taxa efetiva de 0,9% a.a. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 50% do valor da referida LC; e

Aplicação em Certificado de Deposito Bancario (CDB) no valor de R$22.190.000, emitida em 29 de março de 2021, com vencimento em 04 de outubro de 2021, com liquidez diaria a uma taxa de 101,5% do CDI.

Multilaser Industria e Equipamentos de informática, Eletrônicos e Opticos Ltda - Relacionamento comercial

Aplicação em Certificado de Deposito Bancario (CDB) no valor de R$90.000.000, emitida em 17 de março de 2021, com vencimento em 17 de junho de 2021, com liquidez diaria a uma taxa de 102,5% do CDI;

Aplicação em Debentures de terceiros no valor de R$34.500.00,01, emitida em 13 de abril de 2021 com vencimento em 14 de maio de 2021, com liquidez diaria a uma taxa de 80% do CDI;

Aplicação em Debentures de terceiros no valor de R$5.755.254,77, emitida em 13 de abril de 2021 com vencimento em 02 de junho de 2021, com liquidez diaria a uma taxa de 80% do CDI; e

Aplicação em Debentures de terceiros no valor de R$243.023,52, emitida em 10 de maiode 2021 com vencimento em 23 de agosto de 2021, com liquidez diaria a uma taxa de 80% do CDI.

Além do relacionamento descrito acima, a Companhia e demais sociedades de seu conglomerado financeiro não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Banco Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Banco Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participou de: (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo a Companhia e demais sociedades de seu conglomerado financeiro.

A Companhia e/ou e demais sociedades de seu conglomerado financeiro poderão, no futuro, contratar o Banco Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades. A Companhia poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Banco Safra e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O Banco Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia) de emissão da Companhia e/ou eventualmente possuem, diretamente ou por fundos de investimento administrados ou geridos por tais sociedades, valores mobiliários de emissão da, e/ou lastreados em créditos originados pela, Companhia e, sendo que: (i) em nenhum caso tais negociações ou aquisições envolveram participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social ou do total de ações de emissão da Companhia de qualquer espécie ou classe; e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em mercados organizados a preços e condições de mercado. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Banco Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Banco Safra no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Banco Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Banco Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir Ações como forme de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Conforme descrito nas seções "*Operações Vinculadas à Oferta*" e "*Destinação dos Recursos*", nas páginas 97 e 107 deste Prospecto Preliminar, parte dos recursos líquidos da Oferta poderá ser destinada ao pagamento de dívidas com o Banco Safra e/ou com sociedades de seu conglomerado financeiro. Caso isso ocorra, a participação do Banco Safra na Oferta poderá caracterizar eventual conflito de interesse. Para mais informações sobre os possíveis conflitos de interesse que a participação do Banco Safra na Oferta pode ensejar, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à*

Oferta e às Ações – Determinados Coordenadores da Oferta podem ter interesse vinculado à conclusão da Oferta, uma vez que parte dos recursos da Oferta poderá ser destinada pela Companhia à liquidação ou à amortização de dívidas em aberto com determinados Coordenadores da Oferta e/ou com sociedades que integram seu respectivo conglomerado financeiro", constante da página 106 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pelo mecionado acima e pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página Banco Safra deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Banco Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Banco Safra poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Banco Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Conforme descrito na seção "*Destinação dos Recursos*", na página 107 deste Prospecto Preliminar, parte dos recursos obtidos com a Oferta poderão ser utilizados pela Companhia para pagamento de quaisquer das suas principais dívidas com seus atuais credores, conforme descritas no item 10.1(f) do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar, o que pode incluir dívidas com determinados Coordenadores da Oferta e/ou sociedades pertencentes aos seus respectivos conglomerados econômicos, conforme descrito na seção "*Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta*", na página 86 deste Prospecto Preliminar.

Abaixo estão descritas as principais dívidas da Companhia, que poderão ser objeto de pagamentos com recursos líquidos da Oferta das quais constam como credores o Coordenador Líder, o UBS BB, o Banco Safra e/ou sociedades de seus respectivos conglomerados financeiros, que poderão, eventualmente, ser objeto de pagamentos com recursos da Oferta:

Coordenador Líder

- CCB nº 100120120009100 emitida em 23 de dezembro de 2020, com vencimento em 23 de dezembro de 2022, no valor de R$70.166.494,48 e com taxa efetiva de 6,80%, sendo que tal operação conta com garantia de duplicatas para 50% do valor da referida CCB.

UBS BB

- CCB nº 191.201.082 emitida em 5 de novembro de 2020, com vencimento em 25 de outubro de 2022, no valor de R$50.000.000,00 e com taxa de juros de 6,8030%, sendo que tal operação conta com aval da Proinox Brasil Ltda.

- CCB nº 191.201.038 emitida em 31 de março de 2020, com vencimento em 1 de abril de 2022, no valor de R$40.000.000,00 e com taxa de 198% da taxa média do CDI, sendo que tal operação conta com aval do Sr. Alexandre Ostrowiecki.

Banco Safra

- CCB nº 006485620 emitida em 9 de novembro de 2020, com vencimento em 31 de outubro de 2022, no valor de R$80.000.000,00, o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021, é, R$79.959.489 e com taxa efetiva de 6,700004%a.a, sendo que tal operação conta com garantia de duplicatas para 50% do valor da referida CCB;

- CCB nº 006485867 emitida em 16 de dezembro de 2020, com vencimento em 6 de dezembro de 2022, no valor de R$50.000.000,00, o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021, é, R$50.260.000 e com taxa efetiva de 6,9000%a.a, sendo que tal operação conta com garantia de duplicatas para 40% do valor da referida CCB; e

- Operação 4.131 nº 000096033 emitido em 17 de março de 2021, com vencimento em 1º de março de 2024, no valor de R$100.000.000 com taxa de 0,95%, e uma taxa efetiva de CDI+2,75% a.a., sendo que o saldo devedor na data de 13 de maio de 2021 é de R$93.401.196. Essa operação conta com garantia solidária de duplicatas para 30% do valor da referida LC.

À exceção das operações descritas acima, não há qualquer outra operação financeira celebrada entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou sociedades de seus respectivos conglomerados financeiros que sejam vinculadas à Oferta.

Adicionalmente, o montante destinado à amortização/liquidação das dívidas listadas acima junto ao Coordenador Líder, o UBS BB, do Banco Safra e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não será, em qualquer hipótese, individualmente, igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos recursos totais captados no âmbito da Oferta.

A participação do Coordenador Líder, do UBS BB e do Banco Safra na Oferta pode caracterizar eventual conflito de interesse, conforme descrito na seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Determinados Coordenadores da Oferta podem ter interesse vinculado à conclusão da Oferta, uma vez que parte dos recursos da Oferta poderá ser destinada pela Companhia à liquidação ou à amortização de dívidas em aberto com determinados Coordenadores da Oferta e/ou com sociedades que integram seu respectivo conglomerado financeiro*", na página 106 deste Prospecto Preliminar.

Para mais informações sobre o relacionamento comercial dos Coordenadores com a Companhia, veja a seção "Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta", na página 86 deste Prospecto.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto Preliminar, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" a partir da página 21 deste Prospecto Preliminar e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo este Prospecto a partir da página 341, e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas este Prospecto Preliminar a partir da página 243.

As atividades, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos, dos fatores de risco mencionados abaixo e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhes afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia, ou que atualmente consideram irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia, a partir de página 341 deste Prospecto Preliminar.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual COVID-19 (causada pelo coronavírus), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do COVID19, pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), pela febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), pela síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e pela síndrome respiratória aguda grave (SARS), podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente da COVID19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundial pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Caso, após transcorrido o período previsto na dispensa temporária concedida pela B3, a Companhia não cumpra a obrigação de manter free-float mínimo de 25% de suas Ações, a Companhia estará sujeita às sanções previstas no Regulamento do Novo Mercado as quais incluem, inclusive, a saída compulsória do Novo Mercado, o que poderá acarretar redução da liquidez de suas Ações.

No contexto da Oferta, a Companhia obteve dispensa temporária da B3 para cumprimento da obrigação de manutenção de ações em circulação de, no mínimo, ações correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) de seu capital social, conforme previsto no Artigo 10, inciso I do Regulamento do Novo Mercado. A dispensa temporária concedida pela B3 é válida por um período de até 18 (dezoito) meses, contados da data da conclusão da Oferta, sendo que, após o término de referido prazo, a Companhia estará obrigada a observar a manutenção do percentual mínimo de ações em circulação de que trata o Regulamento do Novo Mercado. Como contrapartida, a Companhia deverá divulgar, pelo prazo em que perdurar a dispensa temporária, até o dia 31 de julho de cada ano, relatório com informações ambientais, sociais e de governança corporativa, tomando por base padrão internacionalmente aceito, como o da *Global Reporting Initiative* (GRI) ou o da estrutura internacional para relato integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC). Caso a Companhia falhe em cumprir com a obrigação de divulgação do relatório aqui mencionado ou, após transcorrido o prazo concedido na dispensa temporária, a Companhia não seja capaz de atender a obrigação de *free float* mínimo de que trata o Regulamento do Novo, a Companhia poderá ser considerada inadimplente com o disposto no Artigo 10, inciso I do Regulamento do Novo Mercado, estando sujeita, portanto, às sanções previstas em tal Regulamento, incluindo a determinação da saída compulsória da Companhia do segmento de listagem do Novo Mercado da B3, o que poderá resultar em redução da liquidez das Ações da Companhia no mercado secundário.

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, países da Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China, de países membros da União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses e outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, incluindo o recente conflito envolvendo Estados Unidos e Irã, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, as tensões globais decorrentes da pandemia da COVID-19, bem como crises nos países da Europa e outros países, incluindo os conflitos envolvendo a ocorrência do Brexit, afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar adversamente a Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Desde dezembro de 2019, uma doença denominada COVID-19, causada por uma nova forma de coronavírus, se disseminou globalmente. Esse evento causou e deve continuar a causar disrupção da atividade econômica regional e global, o que afetou e deve continuar a afetar a Companhia adversamente. Adicionalmente, a COVID-19 representa risco aos funcionários, clientes e parceiros de negócio da Companhia, que podem ser impedidos de conduzir suas atividades por um período indefinido de tempo, incluindo em razão de fechamentos de lojas e fábricas que podem ser solicitados ou ordenados por autoridades governamentais, e que podem ter um efeito material adverso nos resultados operacionais da Companhia, sua situação financeira e sua liquidez. A extensão dos efeitos da pandemia causada pelo novo coronavírus e/ou outras doenças sobre as atividades da Companhia dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que podem surgir a respeito da severidade do novo coronavírus e ações para conter ou remediar seus efeitos, entre outros.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Como exemplo, em 31 de dezembro de 2019, a B3 apresentou uma capitalização bursátil de, aproximadamente, R$4,8 trilhões, com um volume diário de negociação de aproximadamente R$11,5 bilhões durante o ano de 2018. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 47% (quarenta e sete por cento) do volume total de ações negociadas na B3 durante o ano de 2019, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US$20,7 trilhões em 31 de dezembro e um volume diário médio de negociação de US$74,1 bilhões durante o ano de 2019.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global e brasileiras poderão afetar a percepção do risco no Brasil e em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do

Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, nos países membros da União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia e seus administradores celebrarão Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o Período do *Lock-up* a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das Ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as Ações e pelos administradores da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de Ações pode afetar adversamente o valor de mercado das Ações. Para informações adicionais, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)” na página 73 deste Prospecto Preliminar.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas sendo taisas ordens ou intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a quantidade total de Ações inicialmente oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar pelo Preço por Ação, financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações não sejam integralmente subscritas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta” na página 68 deste Prospecto Preliminar.

Investidores que subscreverem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações ordinárias emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscrevam Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever as Ações na Oferta, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento de 62,20% (sessenta e dois inteiros e vinte centésimos por cento). Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 112 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia pode captar capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das Ações e na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia também presta diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante as Instituições Consorciadas.

Não hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos Termos de Adesão, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações (considerando as Ações Adicionais), emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais). Caso tal desligamento ocorra, as Instituições Consorciadas em questão deverão cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenham recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido

cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para maiores informações, veja a seção "Violações de Norma de Conduta" na página 71 deste Prospecto Preliminar.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo Lock-up que se comprometerem a observar o Lock-up Private e o Lock-up Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo *Lock-up* devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o Período de *Lock-up* Private e/ou Período de *Lock-up* Varejo, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia venha a cair e/ou os Investidores Private e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o Período de *Lock-up* Private e/ou Período de *Lock-up* Varejo, respectivamente, e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta Não Institucional serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada por seus acionistas controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta, os acionistas controladores continuarão sendo titulares de, ao menos, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os atuais acionistas controladores, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuarão capazes de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia arcará com a totalidade das despesas e das comissões da Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem recebidos pela Companhia em decorrência da Oferta o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.

Por meio do Contrato de Colocação, a Companhia arcará com a totalidade das despesas e das comissões da Oferta. O desembolso desses valores pela Companhia poderá impactar os valores líquidos a serem recebidos pela Companhia em decorrência da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao patrimônio líquido da Companhia, o que poderá impactar negativamente

seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos por nós com a Oferta, veja a seção ‘‘*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição”*, na página 51 deste Prospecto Preliminar.

Determinados Coordenadores da Oferta podem ter interesse vinculado à conclusão da Oferta, uma vez que parte dos recursos da Oferta poderá ser destinada pela Companhia à liquidação ou à amortização de dívidas em aberto com determinados Coordenadores da Oferta e/ou com sociedades que integram seu respectivo conglomerado financeiro.

Durante o processo de tomada da decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem levar em consideração a existência de um potencial conflito de interesse relacionado à participação de determinados Coordenadores da Oferta, tendo em vista que a Companhia poderá destinar parte dos recursos da Oferta para liquidar dívidas contratadas junto ao Coordenador Líder, o UBS BB e o Banco Safra e/ou sociedades de seus respectivos conglomerados financeiros, conforme descrito na seção “*Destinação dos Recursos*”, na página 107 deste Prospecto. Dessa forma, o fato do Coordenador Líder, o UBS BB e o Banco Safra atuarem como Coordenadores da Oferta pode, eventualmente, gerar situações de conflito de interesse, impactando a condução dos trabalhos relativos à distribuição e aos esforços de colocação das Ações no contexto da Oferta, conforme descrito na seção “*Operações Vinculadas à Oferta*”, na página 97 deste Prospecto Preliminar. Para mais informações, veja as seções “*Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta*”, na página 86 deste Prospecto Preliminar.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo este Prospecto Preliminar, passarão a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo certos dados que não constam deste Prospecto Preliminar ou do Formulário de Referência. Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia ou dos Coordenadores da Oferta. Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam deste Prospecto Preliminar ou do Formulário de Referência, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, na suspensão da Oferta, com a consequente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão de, aproximadamente, (i) R$1.961.633.203,69 (um bilhão, novecentos e sessenta e um milhões, seiscentos e trinta e três mil duzentos e três reais e sessenta e nove centavos), com base no Preço por Ação de R$11,90 (onze reais e noventa centavos), que é o preço médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) R$2.650.451.566,10 (dois bilhões seiscentos e cinquenta milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e dez centavos), com base no Preço por Ação de R$11,90 (onze reais e noventa centavos), que é o preço médio da Faixa Indicativa, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição*", na página 51 deste Prospecto Preliminar.

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará com a totalidade das despesas e das comissões da Oferta, conforme informado na seção "*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição*", na página 51 deste Prospecto Preliminar. **Para mais informações sobre os valores e riscos relativos ao pagamento das despesas da Oferta, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A Companhia arcará com a totalidade das despesas e das comissões da Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem recebidos pela Companhia em decorrência da Oferta o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma*", na página 99 deste Prospecto Preliminar**.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta para: (i) à liquidação ou amortização, conforme o caso, de dívidas em aberto da Companhia; (ii) reforço de caixa para crescimento e outros propósitos corporativos; e (iii) potenciais aquisições de empresas (M&As).

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados da destinação que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[1][2][3]**
		(em R$ milhares)
Liquidação ou amortização de dívidas	44,4%	871.579.000,00
Reforço de caixa para crescimento e outros propósitos corporativos	40,4%	792.766.693,60
Potenciais aquisições de empresas (M&As)	15,2%	297.287.510,10
Total	**100,0%**	**1.961.633.203,69**

(1) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta.
(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares e após a dedução das comissões e despesas da Oferta.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados da destinação que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[1][2][3]**
		(em R$ milhares)
Liquidação ou amortização de dívidas	32,9%	871.579.000,00
Reforço de caixa para crescimento e outros propósitos corporativos	48,8%	1.293.725.502,62
Potenciais aquisições de empresas (M&As)	18,3%	485.147.063,48
Total	**100,0%**	**2.650.451.566,10**

(1) Com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta.
(3) Considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares e após a dedução das comissões e despesas da Oferta.

Liquidação ou amortização, conforme o caso, dívidas vigentes da Companhia.

Aproximadamente 44,4% dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares (aproximadamente 32,9% dos recursos líquidos, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares), serão destinados para liquidar ou amortizar, conforme o caso, dívidas vigentes da Companhia no valor total de R$871.579 mil com vencimentos entre abril de 2022 e março de 2024 e um custo de juros médio ponderado de CDI + 3,11% ao ano a partir da data deste Prospecto Preliminar. Abaixo é apresentada uma descrição detalhada das dívidas que serão objeto de pagamento com recursos da Oferta:

Dívida	Montante (em R$ milhares)	Taxa de Juros Anual	Parcela da Dívida a ser Amortizada/Liquidada com os recursos da Oferta	Prazo	Destinação dos Recursos da Dívida
CCB 191.201.038/BRASL	20.269	198% s/CDI	20.269	01/04/22	KGIRO
CCB-ADT 184/20/BTG	25.000	CDI + 2,30%	25.000	05/05/22	KGIRO
CCB-ADT 185/20/BTG	25.000	CDI + 2,30%	25.000	05/05/22	KGIRO
CCB 191.201.082/BRASIL	*50.598*	Tx Pré 6,8030%	50.598	25/10/22	KGITO
CCB 6485620/SAFRA	80.330	Tx Pré 6,70%	80.330	30/10/22	KGIRO
CCB 6/58025.80/CITI/SWAP P/CDI	99.160	Tx Pré 6,79%	99.160	10/11/22	KGIRO
CCB 100120120009100/ITAU	70.102	Tx. Pré 6,80%	70.102	23/12/22	KGIRO
CCB10240919/VOTORANTIM	25.041	Tx. Pré 6,90%	25.041	22/12/22	KGIRO
CCB 10240920/VOTORANTIM	25.041	Tx. Pré 6,90%	25.041	22/12/22	KGIRO
CCB 7879120/BANCO ABC	50.070	Tx. Pré 6,5487%	50.070	23/12/22	KGIRO
Operação 4.131 nº 000096033 /BANCO SAFRA	100.206	CDI + 2,75%	100.206	01/03/24	KGIRO
CCB 10250017/VOTORANTIM	70.202	CDI + 2,88%	70.202	11/03/24	KGIRO
CCB 01 01172100784/BRADESCO	200.415	CDI + 3,16%	200.415	25/02/25	KGIRO
CCB 6485867/SAFRA	50.139	Tx Pré 6,90%	50.139	06/12/22	KGIRO
Total	**871.579**		**871.579**		

Conforme verificado acima, parte dos recursos obtidos com a Oferta poderão ser utilizados para liquidar ou amortizar, conforme o caso, dívidas vigentes da Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro junto a determinados Coordenadores da Oferta e/ou com sociedades que integram seu respectivo conglomerado financeiro, devendo os potenciais investidores levar em consideração a existência de um potencial conflito de interesse relacionado à participação de tais Coordenadores da Oferta na Oferta, tendo em vista que a Companhia pretende utilizar parte dos recursos líquidos da Oferta para liquidar ou amortizar, conforme o caso, dívidas tomadas junto a eles e/ou a sociedades que integram seus respectivos conglomerados financeiros. Para mais informações, veja as seções "*Operações Vinculadas à Oferta*", "*Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder*", "*Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB*" e "*Relacionamento entre a Companhia e o Banco Safra*" nas páginas 97, 86 e 91, respectivamente, deste Prospecto Preliminar, e seção "*Fatores de Riscos Relacionados à Oferta e às Ações – Determinados Coordenadores da Oferta podem ter interesse vinculado à conclusão da Oferta, uma vez que parte dos recursos da Oferta poderá ser destinada pela Companhia à liquidação ou à amortização de dívidas em aberto com determinados Coordenadores da Oferta e/ou com sociedades que integram seu respectivo conglomerado financeiro*", na página 106 deste Prospecto Preliminar.

Reforço de caixa para crescimento e outros propósitos corporativos

Aproximadamente 40,4% (quarenta inteiros e quatro décimos por cento) dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares (aproximadamente 48,8% (quarenta e oito inteiros e oito décimos por cento) dos recursos líquidos, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares), serão destinados para melhorias na estrutura de capital da Companhia e financiamento de capital de giro necessário para crescimento.

Potenciais aquisições de empresas (M&As)

Aproximadamente 15,2% (quinze inteiros e dois décimos por cento) dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares (aproximadamente 18,3% (dezoito inteiros e três décimos por cento) dos recursos líquidos, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares), serão destinados para potenciais aquisições de empresas (M&As) a serem realizadas pela Companhia no Brasil. A Companhia pretende principalmente adquirir empresas que atuam no segmento de bens de consumo não duráveis, mas poderá vir a adquirir empresas que atuam em outros segmentos, tais como de bens de consumo duráveis e serviços. Contudo, a Companhia não pode prever o momento em que essas aquisições serão efetivadas nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

No curso normal de seus negócios, a Companhia identifica e avalia oportunidades de potenciais aquisições mas, na data deste Prospecto Preliminar não há nenhuma potencial aquisição em fase de análise ou avaliação, tampouco a Companhia havia celebrado qualquer contrato ou documento, vinculante ou não-vinculante, para qualquer tipo de aquisição, de modo que não é possível prestar maiores detalhes acerca dos negócios que poderão vir a ser adquiridos.

Reserva de Capital

O equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Preço por Ação de R$11,90 (onze reais e noventa centavos) (que é o preço médio da Faixa Indicativa) será destinado à conta de capital social da Companhia, e os 50% (cinquenta por cento) remanescentes serão destinados à reserva de capital da Companhia.

Caso os recursos líquidos provenientes da Oferta não sejam suficientes para custear a destinação de recursos acima descrita, a Companhia poderá buscar recursos adicionais, inclusive por meio de: (i) contratação de empréstimos ou financiamentos; (ii) emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida ou de ações mediante a realização de oferta privada e/ou de outra oferta pública; e/ou (iii) emissão de ações para o pagamento parcial ou integral de potenciais aquisições. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Caso os recursos líquidos provenientes da Oferta ainda não sejam suficientes para custear a destinação de recursos acima descrita, a Companhia priorizará a "*liquidação ou amortização de dívidas*"; seguida pela utilização de recursos para "*reforço de caixa para crescimento e outros propósitos corporativos*"; e o remanescente, se houver, para "*potenciais aquisições de empresas (M&As)*".

A destinação dos recursos da Oferta será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como por outros fatores que não se pode antecipar. Mudanças nas condições de mercado podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização, visando ao melhor interesse da Companhia e de seus acionistas.

Um aumento (redução) de R$1,00 (um real) no Preço por Ação aumentaria (reduziria) o valor dos recursos líquidos a serem captados na Oferta em R$165,38 milhões (sem considerar a venda das ações suplementares e das ações adicionais).

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos provenientes da Oferta na situação patrimonial da Companhia, veja a seção "*Capitalização"* na página 111 deste Prospecto Preliminar.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta por empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), e o patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31 de março de 2021, indicando: (i) a situação real em 31 de março de 2021; (ii) conforme ajustada por eventos subsequentes decorrentes da distribuição de dividendos no montante de R$108.235.358,15 (cento e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos), conforme aprovada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de junho de 2021; e (iii) a posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estimados em aproximadamente R$1.961 milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$11,90 (onze reais e noventa centavos), que é o preço médio da Faixa Indicativa.

As informações descritas abaixo na coluna denominada "Real" foram extraídas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas contidas nas Informações Financeiras Trimestrais – ITR da Companhia, referente ao período de três meses findo em 31 de marco de 2021. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "*3. Informações Financeiras Selecionadas*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do Formulário de Referência da Companhia.

	Em 31 de março de 2021		
	Real	**Ajustado pós eventos subsequentes[(1)]**	**Ajustado Pós-Oferta[(2)]**
	(em milhares de R$)		*(em milhares de R$)*
Empréstimos e financiamentos circulante	402.573	402.573	386.115
Empréstimos e financiamentos não circulante	855.121	855.121	0
Total do Patrimônio Líquido	**1.729.852**	**1.621.617**	**3.691.485**
Capitalização Total[(3)].....	**2.987.546**	**2.879.311**	**4.077.600**

(1) Considera eventos subsequentes após 31 de março de 2020, decorrentes da distribuição de dividendos no montante de R$108.235.358,15, conforme aprovada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de junho de 2021.

(2) Ajustado para refletir (i) o recebimento de recursos líquidos da Oferta, estimados em R$1.961.633.203,59, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, calculado com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa; e (ii) a destinação de parcela dos recursos da Oferta Base para amortização ou liquidação de dividas vigentes no montante histórico de R$871.579.000,00.

(3) Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e o total do patrimônio líquido.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 (um real) no Preço por Ação acarretaria um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R$165,4 milhões, após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não houve mudanças relevantes na capitalização total da Companhia desde 31 de março de 2021.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

Em 31 de março de 2021, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$1.729.788 mil e o capital social era composto de 216.075.329 (duzentas e dezesseis milhões, setenta e cinco mil, trezentas e vinte e nove) ações ordinárias, sendo que, em 11 de maio de 2021, foi aprovado o Desdobramento de Ações, na proporção de 1 para 3, de forma que o capital social passou a ser dividido em 648.225.987 (seiscentas e quarenta e oito milhões, duzentas e vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias. Considerando o valor do patrimônio líquido apontado em 31 de março de 2021, refletindo o Desdobramento de Ações, o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia, na mesma data, correspondia a R$2,50 (dois reais e cinquenta centavos). O referido valor patrimonial por ação de emissão da Companhia representa o valor contábil total do patrimônio líquido atribuível aos acionisas da Companhia dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão ex-tesouraria em 31 de março de 2021, considerando o Desdobramento de Ações.

Considerando a subscrição da totalidade das Ações no âmbito da Oferta e após a dedução das comissões e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$11,90 (onze reais e noventa centavos), que é o preço médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e Suplementares, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 31 de março de 2021 seria de R$3.691.485 mil representando um valor de R$4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por ação de emissão da Companhia. Isso representaria (i) um aumento imediato do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia, considerando o Desdobramento de Ações, correspondente a R$2,00 para os acionistas existentes; e (ii) uma diluição imediata do valor patrimonial contábil por ação de R$7,40 para os novos investidores que subscreverem Ações no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção “Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição”, na página 51 deste Prospecto Preliminar.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31 de março de 2021, considerando os impactos da realização da Oferta.

	Após a Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares)	**Após a Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares)**
	(em R$, exceto percentagens)	
Preço por Ação[(1)]	11,90	11,90
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2021, considerando o Desdobramento de Ações	2,50	2,50
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação atribuído aos atuais acionistas	2,00	2,47
Valor patrimonial contábil por ação ajustado para refletir a Oferta	4,50	4,97
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os novos investidores da Oferta[(2)]	7,40	6,93
Percentual de diluição dos novos investidores da Oferta[(3)]	**62,19%**	**58,21%**

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$11,90, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para maiores informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Preço por Ação*", na página 48 deste Prospecto Preliminar.

Um acréscimo (redução) de R$1,00 (um real) no Preço por Ação, após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, acarretaria um acréscimo (diminuição), após a conclusão da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares: (i) de R$165,38 milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R$0,20 (vinte centavos) no valor do patrimônio líquido contábil por ação de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia aos investidores desta Oferta em R$0,80 (oitenta centavos) por ação de emissão da Companhia, assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto Preliminar não sofrerá alterações.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará com a totalidade das despesas e das comissões da Oferta, conforme informado na seção "*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição*", na página 51 deste Prospecto Preliminar. Apesar de haver diluição do patrimônio líquido ocasionado pelo pagamento de referidas despesas, não haverá diluição na participação em seu capital social em decorrência dessa diluição no patrimônio líquido. **Para mais informações sobre os valores e riscos relativos ao pagamento das despesas da Oferta, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A Companhia arcará com a totalidade das despesas e das comissões da Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem recebidos pela Companhia em decorrência da Oferta o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma*", na página 99 deste Prospecto Preliminar.**

Plano Especial de Ações Restritas

Em 11 de maio de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aprovou, entre outras matérias, o seu Plano Especial de Ações Restritas, o qual será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, e tem por objetivo atrair, motivar e reter os administradores e empregados da Companhia e de suas controladas, bem como alinhar os seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas.

Na data deste Prospecto, não houve ainda a outorga de Ações Restritas no âmbito do Plano Especial de Ações Restritas e tal Plano Especial de Ações Restritas não causará diluição aos investidores, tendo em vista que será lastreado em ações em tesouraria. Para mais informações sobre o Plano Especial de Ações Restritas, veja o item "*13.4 Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária*", do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 341 deste Prospecto Preliminar.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

Não houve aumento de capital mediante subscrição de ações de emissão da Companhia nos últimos cinco.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.
CNPJ/MF nº 59.717.553/0001-02
NIRE 35.3.0041553-1

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A Multilaser Industrial S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação em vigor.

Parágrafo Único. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2. A Companhia tem a sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais no País ou no exterior por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto:

I. indústria, por meio de fabricação própria ou por meio de terceirização fabril, armazenamento, comércio atacadista ou de varejo, incluindo por meio de comércio eletrônico (*e-commerce*), representação, distribuição, importação e exportação de bens de consumo, incluindo, mas não se limitando a, suprimentos de escritório, informática, eletrônicos, ópticos, áudio e vídeo, telecomunicação e elétricos em geral, artigos de escritório de papelaria, softwares de qualquer natureza, brinquedos e jogos recreativos, bicicletas e triciclos motorizados e não motorizados, suas peças e acessórios; produtos e equipamentos elétricos, artigos e acessórios, mercadorias em geral de uso e higiene pessoal e doméstica, aparelhos eletrodomésticos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação, instrumentos e materiais para uso médico, odonto-médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, bem como de roupas acessórios para uso profissional de

segurança do trabalho, cosméticos e correlatos, produtos médicos hospitalares e correlatos, aparelhos elétricos para uso doméstico, carrinhos de bebês, seus acessórios e adornos, móveis (incluindo produtos com predominância de metal de irradiação), artigos para animais domésticos (*pet shop*), artigos para animais domésticos (*pets*), incluindo mas não se limitando a, roupas, laços e enfeites e outros artigos do vestuário, focinheiras, mordaças, coleiras, brinquedos, defensivos, comedouros, bebedouros, brinquedos, produtos de higiene, alimentos, artigos de segurança e utilidades gerais de animais, manutenção de produtos aparelhos equipamentos de ginástica de exercícios físicos esportivos incluindo as suas partes peças; desenvolvimento de montagens eletrônicas, de informática, automação, segurança eletrônica, e telecomunicações, componentes, instrumentos e equipamentos eletroeletrônicos, de telecomunicação e softwares customizados e não customizados, Prestação de serviços associados, incluindo consultoria, desenvolvimento, projeto, treinamento, manutenção e assistência técnica, como sócia quotista ou acionista, prestação de, Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;

II. edição e comercialização de livros, jornais, revistas e outras publicações;

III. serviços de logística, trading e desembaraço aduaneiro;

IV. licenciamento ou cessão de direitos de uso de programas de computação;

V. serviços de testes de análises técnicas;

VI. intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário**s**;

VII. locação de bens móveis; e

VIII. a gestão de participações societárias em empresas que explorem atividades previstas neste artigo 3º.

Parágrafo Único. A Companhia poderá explorar outros ramos de atividade afins ou complementares ao objeto expresso no artigo 3º.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 757.039.208,00 (setecentos e cinquenta e sete milhões, trinta e nove mil e duzentos e oito reais), dividido em 648.225.987 (seiscentos e quarenta e oito milhões, duzentas e vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§ 1º. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§ 2º. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com a qual a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

§ 3º. O custo de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista alienante pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Artigo 6º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.067.025.987 (um bilhão, sessenta e sete milhões, vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

§ 1º. Dentro do limite autorizado neste artigo, o Conselho de Administração fixará o número, preço, prazo de integralização e as demais condições para a emissão de ações.

§ 2º. Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a

capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

Artigo 7º. A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

Artigo 8º. Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

Seção I – Organização

Artigo 9º. A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme previsto na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem.

§ 1º. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo as convocações serem feitas nos prazos previstos na Lei das S.A., observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais de companhias abertas.

§ 2º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleia, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável e observado o disposto no artigo 11, parágrafo único, deste Estatuto Social.

§ 3º. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

§ 4º. As atas de Assembleias Gerais deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 10. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários para auxiliar na condução dos trabalhos.

Seção II – Competência

Artigo 11. Compete à Assembleia Geral, além das atribuições conferidas por lei, regulamentos aplicáveis e por este Estatuto Social:

I. tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

II. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;

III. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

IV. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

V. aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas;

VI. alterar o Estatuto Social;

VII. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;

VIII. aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;

IX. deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;

X. suspender o exercício de direitos de acionista, incluindo direitos de voto, de qualquer acionista ou acionistas que deixem de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária, na forma do disposto no artigo 120 da Lei das S.A., não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;

XI. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e

XII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único. Para fins do inciso IX acima:

(a) a Assembleia Geral deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;
(b) caso o quórum previsto na alínea (a) acima não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação; e
(c) a deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 12. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, sendo observado que os cargos de Presidente do Conselho de Administração ou Vice-Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 1º. O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorá-los. Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho serão designados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme o caso.

§ 2º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse em seus cargos mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, observada a exigência de submissão à cláusula compromissória, conforme o disposto no Artigo 43 deste Estatuto Social, bem como os demais requisitos legais aplicáveis.

§ 3º. Os administradores da Companhia permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 13. As reuniões dos órgãos de administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.

§ 1º. Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social, será dispensada a convocação prévia e considerada regular a reunião em que estiverem presentes todos os seus membros.

§ 2º. As reuniões poderão ser realizadas modo parcial ou exclusivamente digital, por meio de videoconferência, audioconferência ou qualquer outro sistema eletrônico que permita: (i) o registro de presença e dos respectivos votos; (ii) a manifestação e o acesso simultâneo a documentos apresentados durante a reunião e que não tenham sido disponibilizados anteriormente; e (iii) a possibilidade de comunicação entre os

presentes, sendo facultada a gravação pela Companhia.

§ 3º. Os órgãos de administração deliberarão pelo voto da maioria dos presentes, nos termos dos artigos 18 e 22 deste Estatuto Social, conforme o caso.

§ 4º. Caso não estejam fisicamente presentes, os membros dos órgãos da administração terão a faculdade de manifestar seu voto por meio de: (i) delegação de poderes feita em favor de outro membro do respectivo órgão, (ii) voto escrito enviado antecipadamente e (iii) voto escrito transmitido por correio eletrônico.

Artigo 14. Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento.

Artigo 15. Dentro dos limites estabelecidos neste artigo, a Companhia indenizará e manterá indenes seus Conselheiros de Administração, Diretores, membros de Comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

§ 1º. A Companhia não indenizará o Beneficiário por (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o artigo 11, § 5º, II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário.

§ 2º. Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com ma-fé, dolo, culpa grava ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiro, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º. As condições e as limitações da indenização objeto do presente artigo serão determinadas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

§ 4º. O contrato de indenidade deverá estipular que caso o Beneficiário venha a solicitar qualquer desembolso pela Companhia, a aferição sobre sua incidência no caso concreto deverá ocorrer anteriormente a qualquer decisão sobre sua concessão.

Seção II - Conselho de Administração

Subseção I – Composição

Artigo 16. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

§ 2º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado como independente o Conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador.

§ 3º. Adicionalmente, as seguintes situações devem ser analisadas de modo a verificar se implicam na perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de

sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia; (iii) tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

§ 4º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) referido no § 2º deste artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§ 5º. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

§ 6º. A Assembleia Geral poderá eleger um ou mais suplentes para os membros do Conselho de Administração, não podendo, entretanto, ser eleito mais de um suplente para cada membro efetivo do Conselho de Administração.

§ 7º. O membro do Conselho de Administração ou suplente deverá ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem: (i) atuar como administrador, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, empregado ou prestador de serviços em sociedades que se envolvam em atividades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O membro do Conselho de Administração não poderá exercer direito de voto caso se configurem, supervenientemente à eleição, os mesmos fatores de impedimento, sem prejuízo do disposto no § 8º deste artigo.

§ 8º. O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

§ 9º. No caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o Conselho de Administração elegerá tantos conselheiros substitutos quantos forem os cargos vagos, sendo que os substitutos terão o seu mandato encerrado na próxima Assembleia Geral que for realizada. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Artigo 17. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.

§ 1º. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente.

§ 2º. Na hipótese de vacância permanente do Presidente, o Vice-Presidente automaticamente assumirá o cargo e deverá convocar uma reunião do Conselho de Administração em até 60 (sessenta) dias a partir da data de vacância, para a eleição do novo Presidente do Conselho de Administração para substituí-lo, até o término do prazo do mandato original, respeitado o disposto no art. 20 do Regulamento do Novo Mercado.

Subseção II – Reuniões

Artigo 18. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente pelo menos 4 (quatro) vezes ao ano, conforme calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação realizada na forma do § 1º deste artigo. O Conselho de Administração pode deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia.

§ 1º. As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente, se ausente o primeiro, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Quaisquer 2 (dois) Conselheiros poderão, mediante solicitação escrita ao Presidente ou ao Vice-Presidente, se ausente o primeiro, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

§ 2º. O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses de ausência ou impedimento temporário, previstas no artigo 17 deste Estatuto Social.

§ 3º. Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho de Administração, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros presentes na reunião.

§ 4º. Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

§ 5º. O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá levar em consideração e não computará o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que possa estar devidamente arquivado na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A.

§ 6º. No caso de ausência ou impedimento temporário, de membro do Conselho de Administração, tal membro ausente ou temporariamente impedido poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro indicado por escrito, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do membro ausente ou temporariamente impedido.

§ 7º. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Subseção III – Competência

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:

I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II. aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia;

III. aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas

relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; e (v) indicação de administradores;

IV. eleger e destituir os Diretores, definir suas atribuições e fixar sua remuneração, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

V. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

VI. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

VII. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

VIII. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

IX. apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

X. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias;

XI. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;

XII. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

XIII. aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, que não seja da alçada da Diretoria, no caso da administração da Companhia, nos termos deste Estatuto Social;

XIV. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

XV. dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no § 2º do artigo 6º deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

XVI. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais e regulamentares pertinentes;

XVII. estabelecer a alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior à alçada da Diretoria;

XVIII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia;

XIX. deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

XX. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

XXI. estabelecer a alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

XXII. estabelecer a alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior à alçada da Diretoria;

XXIII. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um membro da administração, do que se lavrará ata no livro próprio;

XXIV. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

XXV. elaborar e divulgar parecer fundamentado favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de

aquisição, contendo a manifestação, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da oferta pública de aquisição quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado;

XXVI. aprovar seu próprio regimento interno e o regimento interno da Diretoria e de todos os Comitês;

XXVII. designar os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais Comitês que vierem a ser instituídos pelo Conselho de Administração;

XXVIII. estruturar e conduzir um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria;

XXIX. avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como analisar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência;

XXX. aprovar transações com partes relacionadas que envolvam valores relevantes, seguindo os critérios de relevância e as regras de exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes previstos na política de transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses, salvo nos casos em que a lei exigir aprovação pela Assembleia Geral;

XXXI. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário;

XXXII. deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

XXXIII. deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais e/ou para oferta pública de distribuição; e

XXXIV. aprovar as atribuições da Auditoria Interna e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, receber o reporte daquela área, avaliando, ao menos

anualmente, se a sua estrutura e orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções.

Seção III - Diretoria

Subseção I – Composição

Artigo 20. A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, dentre os quais serão designados Diretor-Presidente, Diretor de Produtos, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, sendo que os cargos de Diretor-Presidente e de Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os Diretores poderão acumular cargos.

Artigo 21. Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, por um prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição da Diretoria ocorrerá até 10 (dez) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores.

§ 2º. O Diretor-Presidente será substituído: (i) em caso de afastamento ou impedimento por período de até 30 dias, por outro Diretor por ele indicado; (ii) em caso de afastamento por prazo superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias, por Diretor nomeado pelo Conselho de Administração, em reunião especialmente convocada para tal fim; e (iii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor-Presidente, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social.

§ 3º. Os demais Diretores (exceto pelo Diretor-Presidente) serão substituídos: (i) nos casos de ausência ou impedimento, bem como de afastamento por prazo inferior a 120 (cento e vinte) dias, por outro Diretor indicado pelo Diretor-Presidente; e (ii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância, o

Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor.

Subseção II- Reuniões

Artigo 22. O Diretor-Presidente presidirá as reuniões de Diretoria.

Parágrafo Único. Nas deliberações da Diretoria será atribuído ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

Artigo 23. As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

Artigo 24. Das reuniões da Diretoria lavrar-se-ão atas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria, que serão assinadas pelos Diretores presentes.

Subseção III – Competência

Artigo 25. A Diretoria possui todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração, o regimento interno da Diretoria e as competências dos demais órgãos societários.

Artigo 26. Compete à Diretoria implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração e, como órgão colegiado:

I. aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II. propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual;

III. deliberar sobre a abertura e o fechamento de filiais; e

IV. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

§ 1º. Compete ao Diretor-Presidente: (i) dirigir e orientar as atividades de planejamento geral da Companhia, incluindo a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios e do plano plurianual da Companhia; (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia; (iii) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas controladas, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (iv) aprovar a estrutura organizacional da Companhia; (v) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e (vi) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º. Compete ao Diretor de Produtos: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as atividades de lançamento de produtos e novas verticais de venda; (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de pesquisa e desenvolvimento de produtos (P&D); e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

§ 3º. Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas financeira, contábil e de controles internos e gerenciamento de riscos; (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital; (iii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e gestão de recursos, incluindo o caixa e endividamento; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de relações governamentais, e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

§ 4º. Compete ao Diretor de Relação com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas Conselho de Administração.

Subseção IV – Representação

Artigo 27. A Companhia será sempre representada (i) pelo Diretor-Presidente isoladamente, em quaisquer atos; (ii) por qualquer outro diretor isoladamente, nas transações bancárias entre contas da mesma titularidade da Companhia, sem limitação de valor, e nos demais atos, desde que observada a alçada prevista no Regimento Interno da Diretoria; (iii) por 2 (dois) diretores em conjunto; (iv) por 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador investido de poderes especiais e expressos; (v) 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de poderes especiais e expressos; ou (vi) por 1 (um) procurador agindo isoladamente, desde que investido de poderes especiais e expressos.

§ 1º. Todas as procurações serão outorgadas pela assinatura do Diretor-Presidente isoladamente, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicia*, caso em que poderão ser outorgadas pela assinatura do Diretor-Presidente isoladamente ou por 2 (dois) diretores agindo em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e por prazo indeterminado.

§ 2º. Qualquer dos Diretores ou procurador, isoladamente, poderá representar, ativa ou passivamente, a Companhia em juízo, bem como perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais.

§ 3º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião e nos casos de prestação, pela Companhia, de avais, abonos e fianças para entidades controladas ou coligadas, em qualquer estabelecimento bancário, creditício ou instituição financeira, departamento de crédito rural, de crédito comercial, de contratos de câmbio, e outras operações aqui não especificadas, sendo a Companhia, nestes atos, representada por no mínimo 2 (dois) Diretores, ou por um diretor e um procurador com poderes específicos para a prática do ato.

Seção IV – Comitês

Subseção I - Comitê de Auditoria Estatutário

Artigo 28. O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, nomeados pelo Conselho de Administração, dos quais:

I. ao menos 1 (um) deles deve ser um Conselheiro Independente, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado;

II. ao menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes;

III. 1 (um) dos membros poderá cumular as qualificações descritas nos incisos I e II acima; e

IV. Nenhum dos membros poderá ser controlador da companhia, nem diretor da companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, e tampouco possuir qualquer vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionada.

§ 1º. O Comitê de Auditoria será coordenado por um Coordenador designado no ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria.

§ 2º. O Conselho de Administração aprovará o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, requisitos de qualificação de seus membros e atividades do Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário, entre outras matérias.

§ 3º. O Comitê de Auditoria será dotado de orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e com a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando

necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

Artigo 29. Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário:

I. opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;

II. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

III. acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

IV. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

V. avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e

VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Parágrafo Único. O Comitê de Auditoria Estatutário deve elaborar, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.

Subseção II – Comitês Não-Estatutários

Artigo 30. Além do Comitê de Auditoria Estatutário, outros Comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração de tempos em tempos.

Parágrafo Único. O Conselho de Administração aprovará o regimento interno dos demais Comitês que vierem a ser instituídos, o qual estipulará as competências, a

composição, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, eventuais requisitos de qualificação de seus membros e atividades do coordenador de cada Comitê, entre outras matérias.

V - CONSELHO FISCAL

Artigo 31. O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente nos termos do capítulo XIII da Lei das SA, com os poderes e atribuições a ele conferidos, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido de acionistas representando a porcentagem requerida por lei ou pelos regulamentos da CVM.

Artigo 32. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número (acionistas ou não) todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais.

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

§ 2º. Os membros do Conselho Fiscal deverão ser eleitos pela Assembleia Geral que aprovar sua instalação. Seus prazos de mandato deverão terminar quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua eleição, podendo ser destituídos e reeleitos.

§ 3º. Após instalação do Conselho Fiscal, a investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, observados a exigência de submissão à cláusula compromissória, conforme o disposto no artigo 43 deste Estatuto Social, bem como os demais requisitos legais aplicáveis.

§ 4º. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

§ 5º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Artigo 33. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

§ 1º. As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal por sua própria iniciativa ou por solicitação por escrito de qualquer de seus membros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

§ 2º. As deliberações do Conselho Fiscal deverão ser aprovadas por maioria absoluta de votos. Para que uma reunião seja instalada, deverá estar presente a maioria dos seus membros.

§ 3º. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes.

Artigo 34. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das S.A.

CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Artigo 35. O exercício social coincide com o ano civil. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

§ 1º. Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, a Companhia irá elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes.

§ 2º. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das S.A.

§ 3º. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

Artigo 36. Após realizadas as deduções contempladas no artigo acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma:

I. 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia;

II. uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;

III. poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, nos termos do artigo 195-A da Lei das S.A.;

IV. uma parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. deverá ser distribuída como dividendo obrigatório, observado o disposto no inciso V;

V. no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do inciso III acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.;

VI. uma parcela do lucro líquido que não seja distribuída como dividendo obrigatório, conforme descrito no inciso III acima, tampouco destinada para as reservas descritas nos incisos acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia. O saldo acumulado desta reserva, somado aos saldos das demais reservas, excetuadas a reserva de lucros a realizar, a reserva de incentivos fiscais e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A.;

VII. a assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; e

VIII. o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos.

§ 1º. O dividendo obrigatório não será pago nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá emitir parecer sobre esta informação dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, e os Diretores deverão protocolar na CVM um relatório fundamentado, justificando a informação transmitida à Assembleia.

§ 2º. Lucros retidos nos termos do § 1º deste artigo serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Artigo 37. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá:

I. distribuir dividendos com base em lucros apurados nos balanços semestrais;

II. levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros nele apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º da Lei das S.A.;

III. distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral; e (d) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Artigo 38. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável, sem prejuízo do disposto no artigo 6º, § 2º deste Estatuto Social.

Artigo 39. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII - ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E OPA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

Seção I – Alienação do Controle Acionário

Artigo 40. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Seção II – OPA por Atingimento de Participação Relevante

Artigo 41. Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir, de forma direta ou indireta a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social ("Participação Relevante"), tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações ("Novo Acionista Relevante"), deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando-se o disposto na legislação e regulamentação aplicável, bem como nos termos deste artigo ("OPA por Atingimento de Participação Relevante").

§ 1º. A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos na regulamentação aplicável: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no § 2º deste artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional; e (iv) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública.

§ 2º. O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante ("Preço da OPA") não poderá ser inferior à maior cotação unitária média das ações da Companhia, no pregão da B3, durante os 24 (vinte e quatro) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante e deverá ser ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, bem como devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

§ 3º. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas na regulamentação aplicável, imediatamente após adquirir ou tornar-se titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social, o Novo Acionista Relevante deverá encaminhar uma comunicação ao Diretor de Relações com Investidores, contendo: (i) as informações previstas no art. 12 da Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002, e nos itens "i" até "m" do inciso I do Anexo II à Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM 361"); (ii) informação sobre quaisquer Outros Direitos de Natureza Societária que possua; (iii) a informação sobre a obrigação de efetivar a OPA por Atingimento de Participação Relevante; (iv) a informação da maior cotação unitária média das ações da Companhia, no pregão da B3, durante os 24 (vinte e quatro) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustada por eventos societários ocorridos após a data da transação, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações; e (v) a informação do preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante que o Novo Acionista Relevante se propõe a pagar, observado o § 2º deste artigo ("Preço Proposto").

§ 4º. A efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

I. a Assembleia Geral deverá ser realizada antes do atingimento da Participação Relevante pelo Novo Acionista Relevante;

II. a dispensa de efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante será considerada aprovada com o voto da maioria absoluta dos votos dos

acionistas presentes naquela Assembleia Geral, seja em primeira ou segunda convocação; e

III. o potencial Novo Acionista Relevante estará impedido de votar e não serão computadas as ações detidas pelo Novo Acionista Relevante para fins dos quóruns de instalação e de deliberação da Assembleia Geral.

§ 5º. Se a OPA por Atingimento de Participação Relevante não estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de atingimento da Participação Relevante.

§ 6º. Se a OPA por Atingimento de Participação Relevante estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá solicitar o seu registro no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de atingimento da Participação Relevante, e estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. A publicação do edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de registro da OPA pela CVM.

§ 7º. O instrumento de OPA conterá a informação de que a documentação que comprove o cálculo do Preço da OPA se encontra disponível a eventuais interessados, no mínimo, na sede da Companhia e da instituição intermediadora da OPA.

§ 8º. Na hipótese de o Novo Acionista Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Novo Acionista Relevante não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Novo Acionista Relevante que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei n° das S.A.

§ 9º. Sem prejuízo do disposto no § 8**º** acima, enquanto a OPA por Atingimento de Participação Relevante não for efetivada, liquidada ou dispensada nos termos do § 4 deste artigo, o Novo Acionista Relevante não poderá votar com mais de 20% (vinte por cento) das ações de emissão da Companhia, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral não computar em Assembleia os votos que excederem o limite.

§ 10. A exigência da OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica ao acionista ou Grupo de Acionistas que atinja a Participação Relevante:

I. por meio de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, desde que tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao Preço da OPA;

II. de forma involuntária, como resultado de resgate ou cancelamento de ações em tesouraria ou decorrente de redução do capital social da Companhia;

III. por subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública;

IV. em decorrência de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; ou

V. em decorrência de: (i) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante; ou (ii) transferência para *trust* ou entidade fiduciária similar, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante, seus descendentes ou seu cônjuge.

§ 11. A efetivação da OPA por Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§ 12. Para fins deste artigo, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; (iv)

agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (b) 2 (duas) pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das 2 (duas) pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que 2 (duas) ou mais entre tais entidades forem: (a) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (b) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como representando um interesse comum aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário; e

"Outros Direitos de Natureza Societária" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia.

CAPÍTULO VIII - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Artigo 42. Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a reorganização.

Parágrafo Único. Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na assembleia geral deve dar anuência a essa

estrutura.

CAPÍTULO IX - JUÍZO ARBITRAL

Artigo 43. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385/76, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único. A posse dos administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar a sua sujeição à cláusula compromissória, referida no *caput* deste Artigo 43.

CAPÍTULO X - DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 44. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 45. As disposições contidas nos Capítulos VII e IX, bem como as demais regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes deste Estatuto Social (incluindo, *inter alia*, a vedação de que os cargos de Presidente do Conselho de Administração ou Vice-Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia sejam acumulados pela mesma pessoa, constante do artigo 13 deste Estatuto Social), somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

Artigo 46. O disposto na Seção II do Capítulo VII deste Estatuto Social não se aplica ao acionista titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária na data de assinatura pela Companhia do Contrato de Participação no Novo Mercado da B3, bem como a: (i) seus descendentes e cônjuge que adquirirem as respectivas ações em decorrência de adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária; ou (ii) *trusts* ou entidades fiduciárias similares, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas, seus descendentes ou seu cônjuge.

Artigo 47. O Conselho de Administração poderá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, dispensada a eleição de conselheiros independentes, enquanto a Companhia não obtiver o registro de companhia aberta na CVM, na qualidade de emissor de valores mobiliários "Categoria A".

Artigo 48. Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A., observado o previsto no Regulamento do Novo Mercado.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO B – CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2021, QUE APROVOU, DENTRE OUTRAS MATÉRIAS, A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.
CNPJ/ME nº 59.717.553/0001-02
NIRE 35.3.0041553-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 11 de maio de 2021

DATA, HORA E LOCAL: 11 de maio de 2021, às 10h00, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000.

MESA: Presidente: Sr. **Alexandre Ostrowiecki**; Secretário: Sr. **Eder da Silva Grande**.

PRESENÇA: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todos os acionistas da Companhia, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

LEITURA DE DOCUMENTOS: Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta Assembleia Geral, uma vez que os referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre:

(1) a abertura do capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");

(2) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e a adesão ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado ("Novo Mercado");

(3) a aprovação do Plano de Ações Restritas da Companhia;

(4) a supressão da permissão para emissão de ações preferenciais e a adoção do regime de capital autorizado, com a aprovação do capital autorizado da Companhia e a alteração do artigo 6º do Estatuto Social, para refletir o capital autorizado em substituição à permissão para emissão de ações preferenciais;

(5) o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 (uma) ação para 3 (três) ações, na forma do artigo 12 da Lei das S.A.;

(6) a alteração do artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia para refletir o desdobramento das ações de emissão da Companhia;

(7) a alteração do objeto social da Companhia, para inclusão de novas atividades, com a alteração do artigo 3º do Estatuto Social;

(8) a reforma integral e a consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às deliberações da presente ata, às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado;

(9) (i) a fixação do número efetivo de membros do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos; (ii) a caracterização dos candidatos indicados como conselheiros independentes; e (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;

(10) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2021;

(11) a realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); e

(12) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(1) a abertura de capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480;

(2) a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado da B3 e a celebração, com a B3, do Contrato de Participação no Novo Mercado;

(3) a aprovação do Plano de Ações Restritas da Companhia, que estabelece as condições gerais de incentivo de longo prazo a ser outorgado aos administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e de seus acionistas, que rubricado pela Mesa, fica arquivado na sede da Companhia;

(4) a supressão da permissão para emissão de ações preferenciais e a adoção do regime de capital autorizado, com a aprovação do capital autorizado de 1.067.025.987 (um bilhão, sessenta e sete milhões, vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, de forma a permitir o aumento de seu capital social sem reforma estatutária, até esse limite, e a alteração do artigo 6º do Estatuto Social, que possa a vigorar com a seguinte nova redação:

> **"Artigo 6º.** A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.067.025.987 (um bilhão, sessenta e sete milhões, vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
>
> **§ 1º.** Dentro do limite autorizado neste artigo, o Conselho de Administração fixará o número, preço, prazo de integralização e as demais condições para a emissão de ações.
>
> **§ 2º.** Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações."

(5) o desdobramento da totalidade das 216.075.329 (duzentas e dezesseis milhões, setenta e

cinco mil, trezentas e vinte e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A., sem modificação do capital social, na razão de 1 (uma) ação para 3 (três) ações, passando o capital social a ser dividido em 648.225.987 (seiscentas e quarenta e oito milhões, duzentas e vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, distribuídas entre os seus acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao desdobramento de ações ("Desdobramento de Ações");

(6) a alteração do artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia para refletir o Grupamento de Ações, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

> **"Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 757.039.200,00 (setecentos e cinquenta e sete milhões, trinta e nove mil e duzentos reais), dividido em 648.225.987 (seiscentas e quarenta e oito milhões, duzentas e vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal."

(7) a alteração do objeto social da Companhia, para a inclusão de novas atividades, de modo que o artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passe a vigorar com a seguinte redação:

> "**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto:
>
> I. indústria, por meio de fabricação própria ou por meio de terceirização fabril, armazenamento, comércio atacadista ou de varejo, incluindo por meio de comércio eletrônico (*e-commerce*), representação, distribuição, importação e exportação de bens de consumo, incluindo, mas não se limitando a, suprimentos de escritório, informática, eletrônicos, ópticos, áudio e vídeo, telecomunicação e elétricos em geral, artigos de escritório de papelaria, softwares de qualquer natureza, brinquedos e jogos recreativos, bicicletas e triciclos motorizados e não motorizados, suas peças e acessórios; produtos e equipamentos elétricos, artigos e acessórios, mercadorias em geral de uso e higiene pessoal e doméstica, aparelhos eletrodomésticos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação, instrumentos e materiais para uso médico, odonto-médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, bem como de roupas acessórios para uso profissional de segurança do trabalho, cosméticos e correlatos, produtos médicos hospitalares e correlatos, aparelhos elétricos para uso doméstico, carrinhos de bebês, seus acessórios e adornos, móveis (incluindo produtos com predominância de metal de irradiação), artigos para animais domésticos (*pet shop*), artigos para animais domésticos (*pets*), incluindo mas não se limitando a, roupas, laços e enfeites e outros artigos do vestuário, focinheiras, mordaças, coleiras, brinquedos, defensivos, comedouros, bebedouros, brinquedos, produtos de higiene, alimentos, artigos de segurança e utilidades gerais de animais, manutenção de produtos aparelhos equipamentos de ginástica de exercícios físicos esportivos incluindo as suas partes peças; desenvolvimento de montagens eletrônicas, de informática, automação, segurança eletrônica, e telecomunicações, componentes, instrumentos e equipamentos eletroeletrônicos, de telecomunicação e softwares customizados e não customizados, Prestação de serviços associados, incluindo consultoria, desenvolvimento, projeto, treinamento, manutenção e assistência técnica, como sócia quotista ou acionista, prestação de, Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.
>
> II. edição e comercialização de livros, jornais, revistas e outras publicações;
>
> III. a organização, participação e administração, sob qualquer forma, em sociedades e negócios de qualquer natureza, na qualidade de sócia ou acionista;

IV. serviços de logística, trading e desembaraço aduaneiro

V. licenciamento ou cessão de direitos de uso de programas de computação;

VI. serviços de testes de análises técnicas;

VII. intermediação de negócios de qualquer natureza inclusive comercial; e

VIII. locação de bens móveis."

(8) a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações da presente ata e para sua adaptação às cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata;

(9) (i) a determinação de que o Conselho de Administração da Companhia será composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) conselheiros independentes;

(ii) o enquadramento dos Srs. Eduardo Shakir Carone e Tomas Henrique Fuchs como candidatos a membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado; e

(iii) a eleição das pessoas a seguir indicadas para comporem o Conselho de Administração da Companhia, todos na condição de membros efetivos, para mandato unificado de 2 (dois) anos, até a data de realização da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022:

(a) **Renato Feder**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 29.157.860 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 278.171.268-01, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como conselheiro de administração;

(b) **Alexandre Ostrowiecki,** brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 14.187.297-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 292.713.568-10, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como conselheiro de administração;

(c) **Edward James Feder**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 3.108.111-3 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 875.198.958-15, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como conselheiro de administração;

(d) **Eduardo Shakir Carone**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 33.708.812-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 295.344.578-17, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como conselheiro independente; e

(e) **Tomas Henrique Fuchs**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 20.455.977-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 263.773.858-89, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como conselheiro independente.

Os Conselheiros eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de (a) declaração

de que possuem qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 147 e parágrafos da Lei das S.A., para o exercício dos respectivos cargos, e de que não possuem qualquer impedimento legal que obste sua eleição, nos termos da Instrução da CVM nº 367, de 29 de maio de 2002; e (b) de termo de posse, lavrado no livro de atas do Conselho de Administração. Para fins do artigo 149, §1º, da Lei das S.A., foi aprovado que a posse dos conselheiros independentes poderá ocorrer até o lançamento da Oferta;

(10) a aprovação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2021 no valor máximo de R$42.468.000,00 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil reais);

(11) a realização da Oferta no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., do Banco Safra S.A. (em conjunto, os "Coordenadores da Oferta") e com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, sendo (a) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule 144A* do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("SEC"), e (b) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço de Ações inicialmente ofertado, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das S.A., não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta;

(12) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima, incluindo, *inter alia*, a contratação dos bancos coordenadores e agentes de colocação no exterior, a definição dos termos e condições finais da Oferta, incluindo a quantidade de Ações inicialmente ofertadas, a definição quanto ao uso da possibilidade de que a Oferta possa ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400), bem como de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400), a fixação do preço de emissão das Ações e a aprovação do aumento de capital decorrente da Oferta, bem como emissão dos prospectos preliminar e definitivo e do *preliminary* e do *final offering memorandum,* e a negociação e assinatura de todos os contratos e dos demais documentos da Oferta.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem

dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

São Paulo, 11 de maio de 2021. **MESA:** (aa) Alexandre Ostrowiecki - Presidente; Eder da Silva Grande - Secretário. **ACIONISTAS:** (aa) Alexandre Ostrowiecki, Drangon Gem LLC, Edward Feder, André Poroger e Eder da Silva Grande.

CERTIDÃO: Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Eder da Silva Grande
Secretário

ANEXO C – MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.
CNPJ/ME nº 59.717.553/0001-02
NIRE 35.3.0041553-1

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: No dia [•] de [•] de 2021, às [•]h[•], na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000.

PRESENÇA: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

MESA: Presidente: Sr. **Edward James Feder**; Secretário: Sr. **Eder da Silva Grande**.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia.

ORDEM DO DIA: No âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021 ("Oferta"), deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) a fixação do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia, no âmbito da Oferta ("Ações" e "Preço por Ação", respectivamente);

(ii) a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.");

(iii) a determinação da forma de subscrição das Ações a serem emitidas;

(iv) a aprovação dos direitos atribuídos às novas Ações;

(v) a verificação da subscrição das Ações distribuídas no âmbito da Oferta e a homologação do novo capital social da Companhia; e

(vi) a autorização para a Diretoria da Companhia emitir o prospecto definitivo e o *final offering memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar o "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação da Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Multilaser Industrial S.A.*" ("Contrato de Colocação"), o "*Placement Facilitation Agreement"*, o "*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias*

da Multilaser S.A." e todos os outros contratos e documentos que se fizerem necessários no âmbito da Oferta (os "Documentos da Oferta").

DELIBERAÇÕES: Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia foram tomadas as seguintes deliberações pelos membros do Conselho de Administração:

(i) a fixação do Preço por Ação em R$[●] ([●]), com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*"), conduzido exclusivamente com investidores profissionais no Brasil e no exterior, pelos Coordenadores da Oferta e Agentes do Colocação Internacional (conforme definidos no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.), nos termos do artigo 23, parágrafo primeiro, e do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada. De acordo com o artigo 170, parágrafo primeiro, inciso III, da Lei das S.A., a escolha do critério para a determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e pelo fato de as Ações serem distribuídas por meio de uma oferta pública, na qual o preço de mercado das Ações foi definido com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding;*

(ii) o aumento no capital social da Companhia, de R$[●] ([●] reais) para R$[●] ([●] reais), mediante a emissão de [●] ([●]) Ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, para subscrição pública no âmbito da Oferta, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das S.A. e com o Estatuto Social da Companhia. Do Preço por Ação de R$[●] ([●] reais): (a) o valor de R$[●] ([●] reais) será destinado à conta de capital social da Companhia, totalizando a quantia de R$[●] ([●] reais) em aumento do capital social; e (b) o valor remanescente será destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações, totalizando a quantia de R$[●] ([●] reais) destinada à reserva de capital;

(iii) a forma de integralização das Ações sujeitas à Oferta, que deverá ser feita em moeda corrente nacional, na data de liquidação da Oferta, nos termos das cláusulas aplicáveis do Contrato de Colocação;

(iv) a atribuição, aos titulares das novas Ações emitidas em virtude do aumento do capital social da Companhia, dos mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares das Ações previamente emitidas pela Companhia, de acordo com a Lei das S.A., o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e o Estatuto Social da Companhia, a partir da divulgação do Anúncio de Início da Oferta, incluindo o direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às Ações que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início da Oferta;

(v) a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de [●] ([●]) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta e, consequentemente, a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$[●] ([●] reais), dividido em [●] ([●]) Ações. O Conselho de Administração irá submeter à Assembleia Geral de acionistas a proposta para alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o novo capital social; e

(vi) autorizar a Diretoria da Companhia a emitir o prospecto definitivo e o *final offering memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar os Documentos da Oferta.

ENCERRAMENTO: Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

São Paulo, [●] de [●] de 2021. **MESA:** (aa) Edward James Feder - Presidente; Eder da Silva Grande - Secretário. **CONSELHEIROS:** (aa) Renato Feder, Alexandre Ostrowiecki, Edward James Feder, Eduardo Shakir Carone e Tomas Henrique Fuchs.

CERTIDÃO: Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio.

_____

Eder da Silva Grande
Secretário

ANEXO D – DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

MULTILASER INDUSTRIAL S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 59.717.553/0001-02, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do **BANCO ITAÚ BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), da **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("XP" ou "Agente Estabilizador"), do **BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.** ("Bank of America"), do **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("UBS BB") e do **BANCO SAFRA S.A.** ("Banco Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP, o Bank of America e o UBS BB, "Coordenadores da Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta;

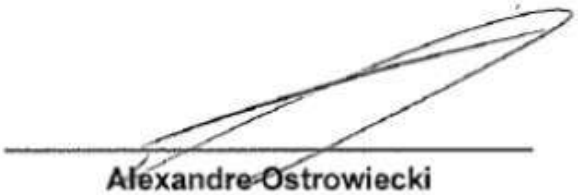
(ii) (a) as informações fornecidas ao mercado no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*" ("Prospecto Preliminar") e que venham a ser fornecidas no "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*" ("Prospecto Definitivo"), nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, o Ofício-Circular 01/2021/CVM/SRE, de 1º de março de 2021, o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis; e

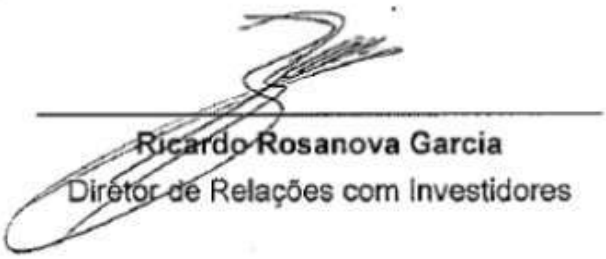
(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta das Ações a serem ofertadas, da Companhia, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e de quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 25 de junho de 2021

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.



Alexandre Ostrowiecki
Diretor Presidente



Ricardo Rosanova Garcia
Diretor de Relações com Investidores

ANEXO E – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com escritório comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), de emissão da **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 59.717.553/0001-02 ("Companhia"), sob a coordenação do Coordenador Líder, da **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("XP" ou "Agente Estabilizador"), do **BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.** ("Bank of America"), do **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("UBS BB") e do **BANCO SAFRA S.A.** ("Banco Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP, o Bank of America e o UBS BB, "Coordenadores da Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em março de 2021, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*" ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Multilaser Industrial S.A.*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta;

(D) a Companhia disponibilizou os documentos que considerou relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia, suas controladas e coligadas;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia, a Companhia confirmou ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular 1/2021/CVM/SRE, de 1º de março de 2021, com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e de quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 25 de junho de 2021

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome: Roderick Greenlees
Cargo: Managing Director

Nome: Cassio Gouveia
Cargo: Managing Director

ANEXO F – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRIAIS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 MARÇO DE 2021

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2021

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais intermediários individuais e consolidados

Demonstrações intermediárias do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa individuais e consolidadas – método indireto

Demonstrações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas – informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Relatório da Administração

Em consonância com as disposições legais e estatutárias da Multilaser Industrial S.A. submetemos à apreciação dos acionistas o relatório da administração, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor independente para o exercício findo em 31 de março de 2021.

Sobre a Multilaser

A Multilaser Industrial S.A. é uma companhia integralmente brasileira de capital fechado que atua na fabricação, importação e comercialização de bens de consumo nos segmentos de Mobile Device, Office & IT Supplies, Home Products e Kids & Sports.

A companhia conta com mais de 3.000 colaboradores em sua sede administrativa na cidade de São Paulo/SP, nas unidades fabris localizadas em Manaus/AM e em Extrema/MG, onde também está localizado um dos centros de distribuição que, em conjunto com a unidade de distribuição em Itajaí/SC, abastece os mais de 44.000 pontos de venda em todo território nacional. Adicionalmente, a companhia possui um laboratório na cidade chinesa de Shenzhen onde está lotado um time de engenharia que atestam a qualidade, as unidades fabris e os processos produtivos dos fornecedores localizados na Ásia.

Com alto conhecimento técnico e mercadológico, a companhia ocupa as mais altas posições em participação de mercado em diversos segmentos de atuação, além de conta com o reconhecimento dos consumidores no que diz respeito a qualidade, atendimento e pós venda.

Comentários da Administração

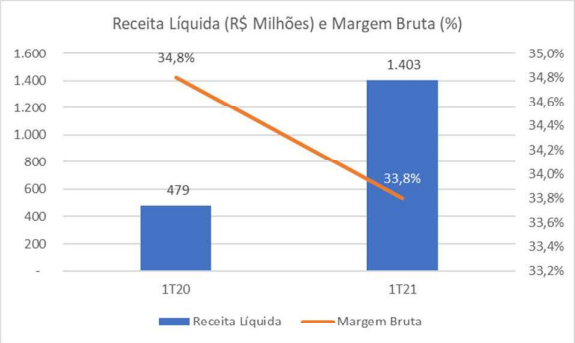
O ano de 2021 continua sendo desafiador devido aos impactos da pandemia da COVID-9, tanto economicamente, como nas dinâmicas de trabalho e hábitos de consumo, exigindo inovação por parte das empresas e da população como um todo.

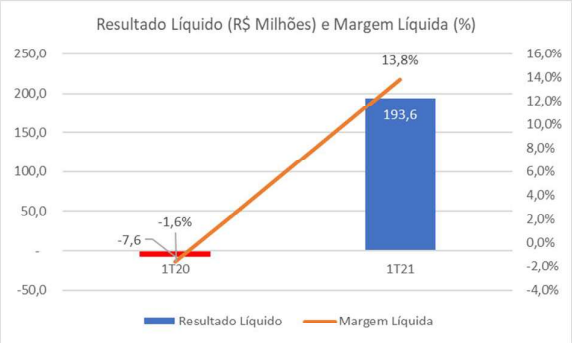
Tendo esse cenário em vista, a Multilaser demonstrou estar bem posicionada para absorver os impactos adversos e capturar oportunidades, principalmente em decorrência de seu modelo de negócio singular que permite diluir e administrar os riscos pela alta capilaridade e heterogeneidade da base de clientes, agilidade no lançamento, amplo portfólio de produtos novos e existentes e excelência no pós venda.

Assim, registrou no primeiro trimestre de 2021 uma Receita Líquida Consolidada de R$ 1,4 bilhão, apresentando um aumento de 193% em relação ao 1T20 e Lucro Líquido Consolidado de R$ 193.624 milhões, revertendo o prejuízo do ano anterior.

Desempenho financeiro Consolidado

Em um exercício com inúmeras peculiaridades a companhia reporta crescimento expressivo em receita e lucro com manutenção da margem bruta conforme gráficos a seguir:





Na tabela abaixo repoprtamos os principais indicadores de resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2021:

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	**Período de três meses findo em**		
	31/03/2021	**31/03/2020**	**Variação**
Receita Líquida	1.402.533	478.740	193,0%
Lucro Bruto	474.284	166.462	184,9%
Margem Bruta (%)	33,8%	34,8%	-100 bps
Lucro Líquido	193.624	- 7.606	-2645,7%
Margem Líquida (%)	13,8%	-1,6%	1540 bps

A receita líquida apresentou crescimento de 193,0% no primeiro trimestre de 2021, atingindo R$ 1.402, 5 milhões, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Este aumento também foi refletido no lucro bruto que avançou 184,9% na comparação entre os trimestres, com margem bruta de 33,8% para o primeiro trimestre do ano de 2021 e 34,8% no mesmo período de 2020.

A companhia reverteu o prejuizo líquido de R$ 7,6 milhões referente ao primeiro trimestre de 2020 para um lucro líquido de R$ 193,6 milhões no primeiro trimestre de 2021.

Expectativas

O ano de 2021 segue em cenário de pandemia, contudo com perspectivas de retomada da atividade econômica e empresarial com alteração nos hábitos laborais e das famílias que tendem a se normalizar de forma híbrida entre àquelas observadas anteriormente e com o advento do isolamento social. A Multilaser seguirá a estratégia de agarrar as oportunidades de mercado e ampliar a sua presença na vida dos consumidores visando melhorar a condição das famílias por meio da tecnologia, mantendo sua política de investimento e desenvolvimento de sua equipe.

Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM 381/03 e ao Ofício Circular CVM/SEP 01/2021, a Companhia informa que os auditores independentes (BDO RCS Auditores Independentes S/S) são

contratados para a realização dos serviços de auditoria externa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e assegura, por meio das políticas adotadas pela Companhia, integral preservação de independência e objetividade necessárias para a execução dos trabalhos de auditoria independente em observância às Normas Brasileiras de Auditoria e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. A BDO RCS Auditores Independentes S/S não prestou outros serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Multilaser Industrial S.A.

Para onde a tecnologia for a Multilaser estará lá!

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Multilaser Industrial S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Multilaser Industrial S.A. ("Companhia"),** identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - *Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board* (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Demonstrações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Ênfase

Reapresentação das informações contábeis intermediárias

Conforme descrito na Nota Explicativa n° 2.7, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 estão sendo reapresentadas em decorrência dos ajustes realizados pela Companhia para corrigir os efeitos contábeis relacionados ao assunto mencionado na referida nota explicativa, conforme previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Esse relatório substitui o anteriormente emitido em 24 de junho de 2021. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes aos períodos de três meses findo em 31 de março de 2021 e 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de julho de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Luiz Gustavo Pereira dos Santos
Contador CRC 1 SP 258849/O-9

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota explicativa	Controladora 31/03/2021 Reapresentado	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/03/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.944	41.237	502.003	452.453
Contas a receber	5	1.440.984	973.180	1.428.902	967.780
Partes relacionadas	28	173.922	183.878	-	-
Estoques	6	2.009.485	1.651.923	2.648.834	2.610.622
Instrumentos financeiros derivativos	25(b.2)(b.3)	19.798	10.920	19.798	10.920
Tributos a recuperar	7	328.618	207.001	360.735	222.315
Despesas antecipadas	-	27.177	6.506	27.225	6.568
Outros ativos	9	15.286	3.953	23.269	12.325
Total do ativo circulante		**4.046.213**	**3.078.598**	**5.010.766**	**4.282.983**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos diferidos	26	121.741	130.139	124.909	133.208
Depósitos judiciais	9	60.672	53.797	61.845	53.797
Outros ativos	9	35.600	29.857	51.100	39.525
		218.014	**213.793**	**237.854**	**226.530**
Investimentos	8	554.253	476.382	-	-
Propriedades para investimentos	10	5.020	5.020	5.020	5.020
Imobilizado	11	99.117	87.032	185.378	161.925
Intangível	12	2.066	2.107	5.315	5.403
Ativos de direitos de uso	13	11.256	4.779	11.764	5.504
		671.712	**575.320**	**207.477**	**177.852**
Total do ativo não circulante		**889.726**	**789.112**	**445.331**	**404.382**
Total do ativo		**4.935.939**	**3.867.710**	**5.456.098**	**4.687.365**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	Controladora 31/03/2021 Reapresentado	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/03/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Fornecedores	14	1.462.879	1.227.723	1.941.620	1.992.782
Empréstimos e financiamentos	15	402.573	232.282	402.573	232.282
Obrigações trabalhistas e sociais	16	33.645	26.619	38.153	30.250
Obrigações tributárias	17	23.730	22.602	41.198	37.329
Partes relacionadas	28	41.991	170	-	-
Adiantamento de clientes	-	78.609	51.594	81.764	54.921
Instrumentos financeiros derivativos	25(b.2)(b.3)	3.766	20.548	3.766	20.548
Obrigações com garantia	-	35.385	35.430	35.387	35.432
Juros sobre capital próprio e dividendos		23.538	23.538	23.538	23.538
Passivos de arrendamento	13	3.443	1.681	3.688	2.138
Outras contas	-	49.530	46.024	88.562	71.736
Total do passivo circulante		**2.159.090**	**1.688.211**	**2.660.248**	**2.500.955**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	855.121	473.464	855.121	473.464
Obrigações tributarias	17	40.424	36.457	58.700	42.641
Provisão para riscos processuais, civeis e tributários	18	143.269	142.079	143.269	142.079
Passivos de arrendamento	13	8.183	3.445	8.909	4.170
Total do passivo não circulante		**1.046.997**	**655.444**	**1.065.998**	**662.354**
Patrimônio líquido					
Capital social	19.1	757.039	757.039	757.039	757.039
Reservas de capital	19.2(c.1)	12.271	8.357	12.271	8.357
Reserva legal	19.2(a)	55.182	45.501	55.182	45.501
Reserva incentivos fiscais	19.2(b)	730.062	599.432	730.062	599.432
Reserva de retenção de lucros	-	155.034	101.722	155.034	101.722
Reserva estatutaria	19.2(c.2)	22.711	22.711	22.711	22.711
Ações em tesouraria	19.2(c.3)	(2.448)	(10.708)	(2.448)	(10.708)
Total do patrimônio líquido		**1.729.852**	**1.524.055**	**1.729.852**	**1.524.055**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.935.939**	**3.867.710**	**5.456.098**	**4.687.365**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Demonstrações do resultado
Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021 Reapresentado	31/03/2020	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2020
Receita líquida de vendas	20	1.362.182	468.208	1.402.533	478.740
Custo das mercadorias e produtos vendidos	21	(1.047.110)	(350.152)	(928.249)	(312.278)
Lucro bruto		**315.072**	**118.056**	**474.284**	**166.462**
(Despesas)/receitas operacionais					
Com vendas	21	(174.057)	(87.323)	(214.237)	(105.407)
Gerais e administrativas	21	(29.300)	(9.950)	(30.888)	(10.636)
Resultado com equivalência patrimonial	8	77.870	20.848	-	-
Outras (despesas)/receitas operacionais	23	(468)	2.260	(823)	176
Resultado antes do resultado financeiro		**189.117**	**43.891**	**228.335**	**50.595**
Receitas financeiras	-	46.989	1.421	48.113	2.234
Despesas financeiras	-	(32.197)	(3.516)	(33.158)	(3.717)
Variação cambial líquida	-	(1.888)	(40.941)	(6.212)	(48.264)
Resultado financeiro	22	**12.904**	**(43.036)**	**8.743**	**(49.747)**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**202.022**	**856**	**237.079**	**848**
Imposto de renda e contribuição social correntes	26.(a)	-	-	(35.156)	(552)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.(a)	(8.398)	(8.462)	(8.299)	(7.901)
Lucro (Prejuízo) do período		**193.624**	**(7.606)**	**193.624**	**(7.606)**
Resultado atribuído aos					
Acionistas controladores	-	193.624	(7.606)	193.624	(7.606)
Lucro (Prejuízo) do período		**193.624**	**(7.606)**	**193.624**	**(7.606)**
Resultado por ação:					
Resultado por ação - básico (em R$)	24	0,908708	0,035202	0,908708	0,035202
Resultado por ação - diluído (em R$)	24	**0,908708**	**0,035202**	**0,908708**	**0,035202**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2020	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2020
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**193.624**	**(7.606)**	**193.624**	**(7.606)**
Resultado abragente total	**193.624**	**(7.606)**	**193.624**	**(7.606)**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	193.624	(7.606)	193.624	(7.606)
Resultado abragente total	**193.624**	**(7.606)**	**193.624**	**(7.606)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

			Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros Retidos	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Ações em tesouraria	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**757.039**	**-**	**23.286**	**23.593**	**346.059**	**-**	**-**	**-**	**1.149.978**
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	(7.606)	**(7.606)**
Saldos em 31 de março de 2020	**757.039**	**-**	**23.286**	**23.593**	**346.059**	**-**	**-**	**(7.606)**	**1.142.372**

			Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros Retidos	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**757.039**	**8.357**	**45.501**	**101.722**	**599.432**	**22.711**	**(10.708)**	**-**	**1.524.055**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	193.624	**193.624**
Destinações									
Reserva legal	-	-	9.681	-	-	-	-	(9.681)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	130.631	-	-	(130.631)	-
Retenção de lucros	-	-	-	53.312	-	-	-	(53.312)	-
Remuneração com entrega de ações (nota n°19.2(c.1)) / nota 29	-	3.914	-	-	-	-	1.403	-	**5.317**
Transferência de ações entre sócios (nota n°19.2(c.3))	-	-	-	-	-	-	6.857	-	**6.857**
Saldos em 31 de março de 2021	**757.039**	**12.271**	**55.182**	**155.034**	**730.063**	**22.711**	**(2.448)**	**-**	**1.729.852**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021 Reapresentado	31/03/2020	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2020
Fluxo de caixa da atividade operacional					
Lucro líquido/(prejuízo) do período		**193.624**	**(7.606)**	**193.624**	**(7.606)**
Ajustes as atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.(a)	8.398	8.462	8.299	7.901
Equivalência patrimonial	8	(77.870)	(20.848)	-	-
Depreciação e amortização	11,12 e 13	2.695	2.797	7.368	4.991
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	11	4	-	4	-
Variação cambial não realizada	-	126	(11.402)	(3.803)	(19.469)
Despesas de juros líquidos	-	11.798	611	11.817	611
Ajuste ao valor presente de contas a receber	-	(691)	1.223	(691)	1.223
Estimativa para perdas com crédito de liquidação duvidosa	5	(15.341)	(19.670)	(15.213)	(18.484)
Estimativas para gastos e abatimentos com clientes	-	9.573	8.744	13.091	16.174
Perda estimativa para ajuste ao valor realizável do estoque	6	(9.844)	11.441	(10.871)	16.254
Provisão para riscos processuais, civeis e tributários	18	1.190	(16.283)	1.190	(16.283)
Provisões para garantias	-	(45)	35.427	(45)	35.427
Outras transações com efeito não caixa	-	(13.485)	-	(13.485)	(239)
		110.131	**(7.104)**	**191.285**	**20.499**
Variações patrimoniais					
Contas a receber	-	(461.345)	3.957	(458.309)	9.299
Estoques	-	(347.718)	(239.653)	(27.341)	(242.197)
Créditos tributários	-	(121.617)	(28.564)	(138.419)	(37.063)
Outros ativos	-	(34.666)	62.098	(51.226)	60.591
Fornecedores	-	235.944	184.925	(46.446)	237.508
Obrigações tributárias	-	5.096	14.655	19.928	24.678
Contas a pagar	-	79.366	(25.470)	51.568	(22.983)
		(644.939)	**(28.053)**	**(650.245)**	**29.833**
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais		**(534.809)**	**(35.157)**	**(458.960)**	**50.332**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobiilzado	11	(14.195)	(3.502)	(29.970)	(5.267)
Aquisição de intangível	12	-	-	-	17.803
Investimento em participação societária	-	-	(570)	-	-
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de investimentos		**(14.195)**	**(4.072)**	**(29.970)**	**12.535**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Recursos provenientes de emprestimos e financiamentos	15.4	590.401	27.555	590.401	20.226
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	15.4	(41.331)	(16.185)	(41.331)	(16.185)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	15.4	(9.720)	(583)	(9.720)	(621)
Pagamentos de passivos de arrendamento	13	(639)	(1.220)	(870)	(8.196)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamentos		**538.711**	**9.566**	**538.480**	**(4.777)**
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(10.293)**	**(29.663)**	**49.550**	**58.091**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		41.237	33.871	452.453	97.980
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		30.944	4.209	502.003	156.071
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(10.293)**	**(29.663)**	**49.550**	**58.091**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2020	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2020
Receitas				
Venda de mercadorias e serviços	1.582.158	543.893	1.544.219	532.294
Outras receitas	16	116	54	116
Estimativa para perdas com crédito de liquidação duvidosa	15.341	19.670	15.213	18.483
	1.597.514	**563.679**	**1.559.487**	**550.893**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.053.810)	(337.708)	(803.803)	(262.795)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(143.738)	(75.766)	(170.533)	(86.031)
Perda / recuperação de valores ativos	9.844	(11.441)	10.871	(16.254)
	(1.187.704)	**(424.915)**	**(963.465)**	**(365.080)**
Valor adicionado bruto	**409.810**	**138.764**	**596.022**	**185.813**
Depreciação e amortização	(2.695)	(2.797)	(7.368)	(4.991)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**407.115**	**135.967**	**588.654**	**180.822**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	77.870	20.848	-	-
Receitas financeiras e variaçoes cambiais	83.804	21.650	119.888	31.336
Outras	1.979	1.112	1.979	1.123
Valor adicionado total a distribuir	**570.768**	**179.577**	**710.520**	**213.281**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	51.059	23.571	58.305	27.195
Benefícios	8.442	6.617	10.829	7.660
FGTS	2.860	2.065	3.381	2.330
	62.362	**32.253**	**72.515**	**37.185**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	170.237	65.261	262.766	71.473
Estaduais	70.416	21.573	66.353	24.278
Municipais	273	161	288	317
	240.926	**86.995**	**329.406**	**96.067**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	67.367	62.819	106.811	79.093
Outras	5.685	4.822	7.061	7.957
Aluguéis	804	294	1.104	586
	73.856	**67.935**	**114.976**	**87.635**
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos	193.624	(7.606)	193.624	(7.606)
	193.624	**(7.606)**	**193.624**	**(7.606)**
Valor adicionado total distribuído	**570.768**	**179.577**	**710.520**	**213.281**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Multilaser Industrial S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede na cidade de São Paulo, possui um complexo industrial em Extrema - MG, com mais de 120.000 m2, detentora de um portfólio abrangente e diversificado de produtos.

Tem como atividades preponderantes a importação, fabricação, venda, distribuição e pós-venda de diversos produtos, dentre eles tablets, smartphones, notebooks, pen drives, chips de memória, acessórios de informática, eletroportáteis, casa conectada - IoT (Internet of Things), utensílios domésticos, ferramentas, acessórios e equipamentos esportivos, instrumentos de saúde, redes de telecomunicações, acessórios e produtos automotivos, áudio e vídeo, segurança eletrônica, brinquedos, papelaria, pets e puericultura, oferecidos sob marcas próprias e marcas licenciadas a milhares de clientes varejistas e no comércio eletrônico.

A Companhia foi fundada em 14 de novembro de 1988, com o nome de Fax Point Indústria, Importação e Exportação Ltda., teve sua denominação social alterada para Multilaser Industrial S.A. em junho de 2015.

Companhia possuí ainda, quatro controladas diretas:

- **Multilaser Industria de Equipamentos de Informática, Eletrônicos e Ópticos Ltda.:** é uma sociedade empresarial limitada, fundada em 2013, também localizada no município de Extrema – MG, cujo seu objeto social consistente na produção de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos;
- **Giga Industria e Comércio de Produtos de Segurança Eletrônica S.A.:** é uma sociedade empresarial limitada, adquirida em março de 2017, localizada em Manaus-AM, cujo seu objeto social consistente em comercialização, industrialização e desenvolvimento de equipamentos eletrônicos, informática, segurança eletrônica e telecomunicações;
- **Proinox Brasil Ltda.:** é uma sociedade empresarial limitada, adquirida em março de 2019, localizada em Santa Catarina, cujo seu objeto social consistente em comercialização e importação de produtos diversos;
- **Lojas Multilaser – Comércio Varejistas Ltda.:** em outubro de 2019, a Companhia iniciou o investimento em sua primeira loja física própria, localizada na cidade de São Paulo - SP, cuja operação está em pleno funcionamento.

2. Apresentação e elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração realiza uma avaliação da capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram autorizadas pela Diretoria em 13 de julho de 2021.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Companhias abertas. NBC TG 09 / (Deliberação CVM 557/08). As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Base de apresentação

As Informações contábeis intermediárias foram elaboradas para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), inclusive as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/Nº 003/2011.

Estas informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 31 de março de 2021 e 2020 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2020, conforme item 2.6 desta nota explicativa.

A NBC TG 21 (R4)) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Certos ativos e instrumentos financeiros podem estar apresentados pelo valor justo

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R$) que é a moeda de apresentação. Todos os valores estão arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Conversão de saldos em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da controladora e a moeda de apresentação das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, é o real.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de março de 2021 e 2020 e 31 dezembro de 2020, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

	Fechamento		Média	
Moeda	**31/03/2021**	**31/12/2020**	**31/03/2021**	**31/03/2020**
Euro	6,6915	6,3779	6,6033	4,9225
Dólar Norte Americano	5,6973	5,1967	5,4833	4,4657

2.4. Uso de estimativa

A preparação das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as IFRS e as NBC's requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As áreas que envolvem julgamento críticos ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, estão demonstradas na Nota Explicativa nº 2.5 abaixo.

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data da sua fundação, ou a partir da data em que a Companhia obteve o seu controle efetivo.

As informações contábeis intermediárias consolidadas são elaboradas com base nas demonstrações contábeis da controlada, e suas controladas, que utilizam as mesmas práticas contábeis em sua elaboração. Os períodos de apresentação, das controladoras coincidem com os das controladas. Os principais procedimentos de consolidação estão descritos no item 3.

2.5. Estimativas contábeis e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das informações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Estes julgamentos e estimativas se baseiam em premissas originadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo projeções de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A seguir, destacam-se as principais transações que envolvem o uso de julgamentos e premissas que, dada as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, podem gerar risco significativo de causar eventuais ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no exercício social seguinte: (i) Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD); (ii) Ajuste de valor presente das contas a receber; (iii) Estimativa com gastos e abatimentos com clientes; (iv) Perda estimada no valor recuperável dos estoques; (v) vida útil dos bens do ativo imobilizado; (vi) tributos e incentivos fiscais; (vii) Obrigações com garantia; (viii) Provisão para riscos processuais, cíveis e tributários; (ix) recebimento de rebates de fornecedores; (x) realização dos tributos diferidos; (xi) recompra/ transferência de ações entre sócios. (xii) remuneração com entrega de ações mensuradas a valor justo.

2.6. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- **Novas normas adotadas em 1 de janeiro de 2021;**

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
Aprimoramento de normas	Definição de taxas de juros de referência para aplicação das normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16	1 de janeiro de 2021

As alterações nas referidas normas não tiveram impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

- **Novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1° de janeiro de 2021;**

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após
IAS 37	Contrato oneroso - Classificação dos custos relacionados ao cumprimento de contrato oneroso.	1 de janeiro de 2022
IAS 16	Imobilizado - Classificação de itens antes do imobilizado estar em condições de operação	1 de janeiro de 2022
IFRS 3	Estrutura conceitual	1 de janeiro de 2022
Aprimoramento de normas	IFRS 1 - Aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9 - Critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16 - Exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41 - Aspectos de mensuração a valor justo	1 de janeiro de 2022
IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1 de janeiro de 2023
IFRS 4	Contrato de seguros - Isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras	1 de janeiro de 2023
IFRS 17	Nova norma para Contratos de Seguros em substituição do IFRS 4	1 de janeiro de 2023

A Companhia não espera impacto dessas alterações nas normas contábeis.

2.7. Reapresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Administração da Companhia, com objetivo de atender aos requerimentos previstos no Ofício CVM n° 89/2021/CVM/SEP/GEA-2, recebido no contexto do pedido de registro de companhia aberta, realizou ajustes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de março de 2021, bem como das notas explicativas n° 19.2, 21, 24, 25.3, 26, 28 e 29 para corrigir os efeitos contábeis relacionados a mensuração a valor justo das ações entregues como parte da remuneração da Administração ao longo do período de 2021. As referidas ações foram mensuradas a valor justo, com base em laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia (método de fluxo de caixa descontado), elaborado por consultores externos, cujo montante apurado por ação foi de R$ 18,45. Diante deste cenário, a Companhia procedeu os referidos ajustes de correção em relação a este assunto e está reapresentando as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março de 2021, anteriormente emitidas em 24 de junho de 2021, em consonância com os requerimentos previstos da NBC TG 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os efeitos destes ajustes estão apresentados abaixo:

Ativo

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2021 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2021 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2021 Reapresentado
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	30.944	-	30.944	502.003	-	502.003
Contas a receber	1.440.984	-	1.440.984	1.428.902	-	1.428.902
Partes relacionadas	173.922	-	173.922	-	-	-
Estoques	2.009.485	-	2.009.485	2.648.834	-	2.648.834
Instrumentos financeiros derivativos	19.798	-	19.798	19.798	-	19.798
Tributos a recuperar	328.618	-	328.618	360.735	-	360.735
Despesas antecipadas	27.177	-	27.177	27.225	-	27.225
Outros ativos	15.286	-	15.286	23.269	-	23.269
Total do ativo circulante	**4.046.213**	**-**	**4.046.214**	**5.010.766**	**-**	**5.010.766**
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Tributos diferidos	121.741	-	121.741	124.909	-	124.909
Depósitos judiciais	60.672	-	60.672	61.845	-	61.845
Outros ativos	35.600	-	35.600	51.100	-	51.100
	218.014	**-**	**218.013**	**237.854**	**-**	**237.854**
Investimentos	554.253	-	554.253	-	-	-
Propriedades para investimentos	5.020	-	5.020	5.020	-	5.020
Imobilizado	99.117	-	99.117	185.378	-	185.378
Intangível	2.066	-	2.066	5.315	-	5.315
Ativos de direitos de uso	11.256	-	11.256	11.764	-	11.764
	671.712	**-**	**671.712**	**207.477**	**-**	**207.477**
Total do ativo não circulante	**889.726**	**-**	**889.725**	**445.331**	**-**	**445.331**
Total do ativo	**4.935.939**	**-**	**4.935.939**	**5.456.098**	**-**	**5.456.098**

Passivo e patrimônio líquido

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2021 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2021 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2021 Reapresentado
Circulante						
Fornecedores	1.462.879	-	1.462.879	1.941.620	-	1.941.620
Empréstimos e financiamentos	402.573	-	402.573	402.573	-	402.573
Obrigações trabalhistas e sociais	33.645	-	33.645	38.153	-	38.153
Obrigações tributárias	23.730	-	23.730	41.198	-	41.198
Partes relacionadas	41.991	-	41.991	-	-	-
Adiantamento de clientes	78.609	-	78.609	81.764	-	81.764
Instrumentos financeiros derivativos	3.766	-	3.766	3.766	-	3.766
Obrigações com garantia	35.385	-	35.385	35.387	-	35.387
Juros sobre capital próprio e dividendos	23.604	(66)	23.538	23.604	(66)	23.538
Passivos de arrendamento	3.443	-	3.443	3.688	-	3.688
Outras contas	49.531	-	49.531	88.560	-	88.560
Total do passivo circulante	**2.159.156**	**(66)**	**2.159.090**	**2.660.313**	**(66)**	**2.660.248**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	855.121	-	855.121	855.121	-	855.121
Obrigações tributarias	40.424	-	40.424	58.700	-	58.700
Provisão para riscos processuais, cíveis e tributários	143.269	-	143.269	143.269	-	143.269
Passivos de arrendamento	8.183	-	8.183	8.909	-	8.909
Total do passivo não circulante	**1.046.997**	**-**	**1.046.997**	**1.065.999**	**-**	**1.065.998**
Patrimônio líquido						
Capital social	757.039	-	757.039	757.039	-	757.039
Reservas de capital	12.271	-	12.271	12.271	-	12.271
Reserva legal	55.585	(403)	55.182	55.585	(403)	55.182
Reserva incentivos fiscais	730.062	-	730.062	730.062	-	730.062
Reserva de retenção de lucros	162.627	(7.592)	155.035	162.627	(7.592)	155.035
Reserva estatutaria	22.711	-	22.711	22.711	-	22.711
Ações em tesouraria	(10.509)	8.061	(2.448)	(10.509)	8.061	(2.448)
Total do patrimônio líquido	**1.729.788**	**66**	**1.729.852**	**1.729.786**	**66**	**1.729.852**
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.935.939**	**-**	**4.935.939**	**5.456.098**	**-**	**5.456.098**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2021 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2021 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2021 Reapresentado
Receita líquida de vendas	1.362.182	-	1.362.182	1.402.533	-	1.402.533
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(1.047.110)	-	(1.047.110)	(928.249)	-	(928.249)
Lucro bruto	**315.072**	**-**	**315.072**	**474.284**	**-**	**474.284**
(Despesas)/receitas operacionais						
Com vendas	(174.057)	-	(174.057)	(214.237)	-	(214.237)
Gerais e administrativas	(28.163)	(1.137)	(29.300)	(29.751)	(1.137)	(30.888)
Resultado com equivalência patrimonial	77.870	-	77.870	-	-	-
Outras (despesas)/receitas operacionais	(468)	-	(468)	(823)	-	(823)
Resultado antes do resultado financeiro	**190.254**	**(1.137)**	**189.117**	**229.472**	**(1.137)**	**228.335**
Receitas financeiras	46.989	-	46.989	48.113	-	48.113
Despesas financeiras	(32.197)	-	(32.197)	(33.158)	-	(33.158)
Variação cambial líquida	(1.888)	-	(1.888)	(6.212)	-	(6.212)
Resultado financeiro	**12.904**	**-**	**12.904**	**8.743**	**-**	**8.743**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**203.158**	**(1.137)**	**202.022**	**238.216**	**(1.137)**	**237.079**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(35.156)	-	(35.156)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.398)	-	(8.398)	(8.299)	-	(8.299)
Lucro (Prejuízo) do período	**194.761**	**(1.137)**	**193.624**	**194.761**	**(1.137)**	**193.624**
Resultado atribuído aos						
Acionistas controladores	194.761	(1.137)	193.625	194.761	(1.137)	193.624
Lucro (Prejuízo) do período	**194.761**	**(1.137)**	**193.625**	**194.761**	**(1.137)**	**193.624**
Resultado por ação:						
Resultado por ação - básico (em R$)	0,914046	(0,005336)	0,908708	0,914046	(0,005336)	0,908708
Resultado por ação - diluído (em R$)	**0,914046**	**(0,005336)**	**0,908708**	**0,914046**	**(0,005336)**	**0,908708**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2021 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2021 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2021 Reapresentado
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**194.761**	**(1.137)**	**193.624**	**194.761**	**(1.137)**	**193.624**
Resultado abragente total	**194.761**	**(1.137)**	**193.624**	**194.761**	**(1.137)**	**193.624**
Resultado atribuído aos:						
Acionistas controladores	194.761	(1.137)	193.624	194.761	(1.137)	193.624
Resultado abragente total	**194.761**	**(1.137)**	**193.624**	**194.761**	**(1.137)**	**193.624**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2021 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2021 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2021 Reapresentado
Fluxo de caixa da atividade operacional						
Lucro liquido/(prejuízo) do período	**194.761**	**(1.137)**	**193.624**	**194.761**	**(1.137)**	**193.624**
Ajustes as atividades operacionais:						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.398	-	8.398	8.299	-	8.299
Equivalência patrimonial	(77.870)	-	(77.870)	-	-	-
Depreciação e amortização	2.695	-	2.695	7.368	-	7.368
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	4	-	4	4	-	4
Variação cambial não realizada	126	-	126	(3.803)	-	(3.803)
Despesas de juros líquidos	11.798	-	11.798	11.817	-	11.817
Ajuste ao valor presente de contas a receber	(691)	-	(691)	(691)	-	(691)
Estimativa para perdas com crédito de liquidação duvidosa	(15.341)	-	(15.341)	(15.213)	-	(15.213)
Estimativas para gastos e abatimentos com clientes	9.573	-	9.573	13.091	-	13.091
Perda estimativa para ajuste ao valor realizável do estoque	(9.844)	-	(9.844)	(10.871)	-	(10.871)
Provisão para riscos processuais, civeis e tributários	1.190	-	1.190	1.190	-	1.190
Provisões para garantias	(45)	-	(45)	(45)	-	(45)
Outras transações com efeito não caixa	(14.622)	1.137	(13.485)	(14.622)	1.137	(13.485)
	110.131	**-**	**110.131**	**191.285**	**-**	**191.285**
Variações patrimoniais						
Contas a receber	(461.345)	-	(461.345)	(458.309)	-	(458.309)
Estoques	(347.718)	-	(347.718)	(27.340)	-	(27.340)
Créditos tributários	(121.617)	-	(121.617)	(138.419)	-	(138.419)
Outros ativos	(34.666)	-	(34.666)	(51.226)	-	(51.226)
Fornecedores	235.944	-	235.944	(46.446)	-	(46.446)
Obrigações tributárias	5.096	-	5.096	19.928	-	19.928
Contas a pagar	79.366	-	79.366	51.568	-	51.568
	(644.939)	**-**	**(644.939)**	**(650.245)**	**-**	**(650.245)**
Caixa liquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais	**(534.809)**	**-**	**(534.809)**	**(458.960)**	**-**	**(458.960)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição de ativo imobiilzado	(14.195)	-	(14.195)	(29.970)	-	(29.970)
Aquisição de intangível	-	-	-	-	-	-
Investimento em participação societária	-	-	-	-	-	-
Caixa liquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de investimentos	**(14.195)**	**-**	**(9.175)**	**(29.970)**	**-**	**(29.970)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Recursos provenientes de emprestimos e financiamentos	590.401	-	590.401	590.401	-	590.401
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(41.331)	-	(41.331)	(41.331)	-	(41.331)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(9.720)	-	(9.720)	(9.720)	-	(9.720)
Pagamentos de passivos de arrendamento	(639)	-	(639)	(870)	-	(870)
Caixa liquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamentos	**538.711**	**-**	**538.711**	**538.480**	**-**	**538.480**
(Diminuição)/aumento liquido de caixa e equivalentes de caixa	**(10.293)**	**-**	**(5.273)**	**49.550**	**-**	**49.550**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	41.237	-	41.237	452.453	-	452.453
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	30.944	-	30.944	502.003	-	502.003
(Diminuição)/aumento liquido de caixa e equivalentes de caixa	**(10.293)**	**-**	**(10.293)**	**49.550**	**-**	**49.550**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2021 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2021 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2021 Reapresentado
Receitas						
Venda de mercadorias e serviços	1.582.158	-	1.582.158	1.544.219	-	1.544.219
Outras receitas	16	-	16	54	-	54
Estimativa para perdas com crédito de liquidação duvidosa	15.341	-	15.341	15.213	-	15.213
	1.597.514	**-**	**1.597.514**	**1.559.487**	**-**	**1.559.487**
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.053.810)	-	(1.053.810)	(803.803)	-	(803.803)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(143.738)	-	(143.738)	(170.533)	-	(170.533)
Perda / recuperação de valores ativos	9.844	-	9.844	10.871	-	10.871
	(1.187.704)	**-**	**(1.187.704)**	**(963.465)**	**-**	**(963.465)**
Valor adicionado bruto	**409.810**	**-**	**409.810**	**596.022**	**-**	**596.022**
Depreciação e amortização	(2.695)	-	(2.695)	(7.368)	-	(7.368)
Valor adicionado liquido produzido pela Companhia	**407.115**	**-**	**407.115**	**588.654**	**-**	**588.654**
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	77.870	-	77.870	-	-	-
Receitas financeiras e variaçoes cambiais	83.804	-	83.804	119.888	-	119.888
Outras	1.979	-	1.979	1.979	-	1.979
Valor adicionado total a distribuir	**570.768**	**-**	**570.768**	**710.520**	**-**	**710.520**
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal						
Remuneração direta	49.922	1.137	51.059	57.168	1.137	58.305
Benefícios	8.442	-	8.442	10.829	-	10.829
FGTS	2.860	-	2.860	3.381	-	3.381
	61.224	**1.137**	**62.362**	**71.378**	**1.137**	**72.515**
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	170.237	-	170.237	262.766	-	262.766
Estaduais	70.416	-	70.416	66.353	-	66.353
Municipais	273	-	273	288	-	288
	240.926	**-**	**240.926**	**329.406**	**-**	**329.406**
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros e variações cambiais	67.367	-	67.367	106.811	-	106.811
Outras	5.685	-	5.685	7.061	-	7.061
Aluguéis	804	-	804	1.104	-	1.104
	73.856	**-**	**73.856**	**114.976**	**-**	**114.976**
Remuneração de capitais próprios						
Lucros retidos	194.761	(1.137)	193.624	194.761	(1.137)	193.624
	194.761	**(1.137)**	**193.624**	**194.761**	**(1.137)**	**193.624**
Valor adicionado total distribuído	**570.768**	**-**	**570.768**	**710.520**	**-**	**710.520**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Principais práticas contábeis

Conforme mencionado da nota explicativa n°2.2, estas informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações contábeis anuais, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 31 de março de 2021 e 2020 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2020, conforme item 2.6 desta nota explicativa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa	3	2	112	93
Bancos	21.794	26.071	23.167	59.799
Aplicações financeiras	9.147	15.164	478.724	392.561
	30.944	**41.237**	**502.003**	**452.453**

As aplicações financeiras estão representadas por: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"); (ii) títulos emitidos de operações compromissadas pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata; (iii) fundo de investimento.

A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira no resultado do exercício.

5. Contas a receber

Composição das contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Contas a receber	1.478.335	1.026.563	1.467.191	1.021.973
(-) Estimativa para perdas recebimento de créditos	(35.647)	(50.988)	(36.585)	(51.798)
(-) Ajuste a valor presente - AVP	(1.704)	(2.395)	(1.704)	(2.395)
	1.440.984	**973.180**	**1.428.902**	**967.780**

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente à data das transações com base na taxa estimada pelo prazo de recebimento, quando nelas há um componente financeiro incluso, e cujos vencimentos são superiores a 120 dias. As taxas de descontos utilizadas são as taxas implícitas nas respectivas transações e variam entre 2% e 2,5% a.a.
O ajuste a valor presente é reconhecido no resultado na conta de receitas, e tem como contrapartida a conta de clientes. A sua recomposição é registrada como receita financeira no resultado financeiro.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Valores a vencer	**1.105.851**	**865.591**	**1.122.515**	**860.801**
Valores vencidos:				
Até 30 dias	134.324	2.322	127.503	2.309
De 31 a 60 dias	68.622	49.547	49.019	49.272
De 61 a 90 dias	67.954	37.579	65.276	37.370
De 91 a 180 dias	65.937	20.537	66.294	20.423
Acima de 180 dias	35.647	50.988	36.585	51.798
	1.478.335	**1.026.563**	**1.467.191**	**1.021.973**

Movimentação da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	**(50.988)**	**(25.646)**	**(51.798)**	**(26.377)**
Estimativa constituida	(11.918)	(55.268)	(13.643)	(59.977)
Estimativa revertida	27.259	29.926	28.857	34.557
Saldos finais	**(35.647)**	**(50.988)**	**(36.585)**	**(51.798)**

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48-Instrumentos financeiros, na mensuração das perdas de crédito esperadas. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão com base na média de perdas de crédito histórica e a perda prevista ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada aos recebíveis para todo o saldo de contas a receber.

6. Estoques

Composição dos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Produtos acabados	501.974	256.614	597.690	273.096
Matérias-prima	466.159	235.610	514.754	271.604
Importações em andamento	1.075.712	1.195.671	1.573.460	2.105.043
Material de embalagem	-	8.233	-	8.820
Perda no valor recuperável do estoque	(34.360)	(44.205)	(37.070)	(47.941)
	2.009.485	**1.651.923**	**2.648.834**	**2.610.622**

Movimentação das perdas estimadas ao valor recuperável de estoque:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Saldos no inicio dos exercicios	**(44.205)**	**(41.770)**	**(47.941)**	**(46.003)**
Perda no valor liquido realizável do estoque	(2.115)	(54.440)	(2.327)	(69.540)
Reversão de perda no valor liquido realizável do estoque	11.959	52.005	13.198	67.603
Saldos finais	**(34.360)**	**(44.205)**	**(37.070)**	**(47.941)**

A Companhia reconheceu no resultado dos períodos findos em 31/03/20201 e 31/03/2020, a rubrica de "'Custo das mercadorias e produtos vendidos", os montantes de R$ 1.047.110, R$ 350.152, respectivamente, como resultado da venda dos estoques.

7. Tributos a recuperar

Os saldos de tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
IPI a recuperar	22.661	13.110	26.866	17.661
ICMS a recuperar	9.117	4.011	11.836	5.893
PIS e COFINS a recuperar	125.638	78.766	135.345	80.134
IRPJ e CSLL a recuperar	171.202	110.259	186.416	117.500
Outros impostos a recuperar	-	855	272	1.127
	328.618	**207.001**	**360.735**	**222.315**

IPI / IRPJ e CSLL a recuperar

Com a aprovação da lei 13.969 de dezembro de 2019, em abril de 2020, passaram a vigorar novas disposições para as Leis da Informática e PADIS. Dentre as mudanças, trazidas pela nova legislação, estão a alteração do incentivo de redução do IPI.
A nova lei que retirou o incentivo, implementou um novo benefício fiscal, que será aproveitado por meio de crédito financeiro que leva em conta o valor do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas (PD&I), e o valor do faturamento de produtos que cumpram as regras do processo produtivo básico (PPB) – Lei 8.248/91.

No expediente da lei o referido crédito financeiro deve ser utilizado para abater os valores de imposto de renda e contribuição social, bem como na compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal. No balanço patrimonial da Companhia, o crédito financeiro está reconhecido na rubrica IRPJ e CSLL a recuperar, no grupo de tributos a recuperar.

PIS / COFINS

A Companhia era parte em processo que discutia créditos para o PIS e COFINS. Em 2020, após trânsito em julgado, a companhia obteve êxito e reconheceu os valores em seu resultado e na rubrica de "PIS e COFINS a recuperar".

A Administração está empenhada na busca por oportunidades de realização destes créditos tributários ao longo do próximo exercício social.

8. Investimentos

Investimentos em controladas

As informações sobre as controladas do Grupo no final do período do relatório estão apresentadas a seguir:

		Controladora	
Controladas	**Participação**	**31/03/2021**	**31/12/2020**
(1) Multilaser Indústria de Equipamentos de Informática, Eletrônicos e Opticos Ltda.	100,00%	343.467	304.952
(2) Giga Indústria e Comércio de Produtos de Segurança Eletrônica S.A.	100,00%	209.952	165.370
(3) Proinox Brasil Ltda	100,00%	1.048	6.395
(4) Lojas Multilaser - Comercio Varejista Ltda	100,00%	(214)	(334)
		554.253	**476.382**

Movimentação dos investimentos em participações societárias nas demonstrações contábeis intermediárias, individuais da controladora em 31/03/2021:

Controladas	(1) Componentes	(2) Giga	(3) Proinox	(4) Loja	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	304.952	165.370	6.395	(334)	476.382
Equivalência patrimonial	38.515	44.581	(5.346)	120	77.870
Saldos em 31 de março de 2021	343.467	209.952	1.048	(214)	554.253

Informações relevantes sobre os investimentos em participações societárias em 31 de março de 31/03/2021 e 31/12/2020:

31/03/2021	Multilaser Componentes Ltda	Com. Prod. Seg. Eletr. S.A.	Proinox Brasil Ltda	Lojas Multilaser Ltda
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%
Total de ativos	426.773	685.351	340.624	7.200
Total de passivos	83.307	475.399	340.735	7.414
Capital Social	75.863	26.346	4.788	500
Patrimônio Líquido	343.467	209.952	(110)	(214)
Receita Líquida	144.618	419.119	255.811	1.602
Resultado Líquido do Período	38.515	44.581	(5.345)	120
Patrimonio Liquido conforme % participação	343.467	209.952	(110)	(214)
Participação do grupo nos lucros/prejuízos	38.515	44.581	(5.345)	120

31/12/2020	Multilaser Componentes Ltda	Giga Ind. Com. Prod. Seg. Eletr.	Proinox Brasil Ltda	Lojas Multilaser Ltda
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%
Total de ativos	443.771	719.223	382.744	6.370
Total de passivos	140.117	538.414	379.834	6.704
Capital Social	75.863	26.346	4.788	500
Patrimônio Líquido	303.654	180.809	2.910	(334)
Receita Líquida	67.914	252.645	(4.572)	849
Resultado Líquido do Exercício	56.155	130.994	(7.465)	(657)
Patrimonio Liquido conforme % participação	303.654	180.809	2.910	(334)
Participação do grupo nos lucros/prejuízos	56.155	130.994	(7.465)	(657)

9. Depósitos judiciais e outros ativos

A seguir detalhamento dos depósitos judiciais e outros ativos da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	60.672	53.797	61.845	53.797
Adiantamentos	15.370	4.038	23.354	13.577
Titulos precatórios	15.882	16.156	15.882	16.156
Fundos de investimentos privados	19.634	13.616	35.134	22.116
	111.558	**87.607**	**136.214**	**105.646**
Circulante	**15.286**	**3.953**	**23.269**	**12.325**
Não circulante	**96.273**	**83.654**	**112.945**	**93.322**
	111.558	**87.607**	**136.214**	**105.646**

Fundos de investimento privados

Em 2020, a Companhia iniciou aportes nos fundos *Inova We Empreendedorismo Feminino em Participações – Capital Semente* e no *Inova V Fundo de Investimentos em Participações – Empresas Emergentes*. Em março de 2021, iniciou aportes no fundo Indicator 2 IOT Fundo de Investimentos em Participações. O propósito da Companhia, é investir em startups de bases tecnológicas, de acordo com a política de cada fundo.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Inova We Empreendedorismo Feminino Fundo de Investimentos em Participações	13.634	13.616	13.634	13.616
Indicator 2 IOT Fundo de Investimentos em Participações	6.000	-	6.000	-
Inova V Fundo de Investimentos em Participações Empresas Emergentes	-	-	15.500	8.500
	19.634	**13.616**	**35.134**	**22.116**

Consolidado	Saldo 31/12/2020	Aportes de Capital	Valor Justo	Saldo 31/03/2021
Inova We Empreendedorismo Feimino em Participações Capital Semente	13.616	-	18	13.634
Indicator 2 IoT Fundo de Investimentos em Participações	-	6.000	-	6.000
Inova V Fundo em Participações Empresas Emergentes	8.500	7.000	-	15.500
	22.116	**13.000**	**18**	**35.134**

10. Propriedades para investimentos

	Controladora e consolidado	
	31/03/2021	**31/12/2020**
Imóveis comerciais	5.020	5.020
	5.020	**5.020**

(a) Propriedades para investimentos

Propriedades para investimento incluem dois imóveis comerciais que foram adquiridos no ano de 2018, e que estão arrendados à terceiros. As renovações subsequentes são negociadas com os locatários com período médio de seis meses antecedentes ao final do contrato. Não há cobranças contingenciais em nenhum dos contratos. A priori, a Companhia não tem intenção de continuar com estes imóveis no médio/longo prazo.

(b) Mensuração das propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos foram reconhecidas inicialmente pelo custo de aquisição. Em 31 de março de 2021, este valor não sofreu ajuste para o valor justo, pois a companhia entende que o valor de aquisição está próximo do valor justo (mensuração após o reconhecimento).

11. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações	Maquinas e Instalações	Móveis, Equip. informática, outros	Obras em andamento	Total
Taxas anuais médias de depreciação	N/A	5,38%	12,99%	22,35%	N/A	N/A
Valor liquido em 31/12/2020	**5.489**	**15.580**	**27.934**	**5.367**	**32.662**	**87.032**
Custo de aquisição	5.489	53.762	45.984	15.790	16.576	137.601
Depreciação acumulada	-	(11.084)	(16.720)	(9.076)	(1.604)	(38.484)
Valor liquido em 31/03/2021	**5.489**	**42.678**	**29.264**	**6.714**	**14.972**	**99.117**

Consolidado	Terrenos	Edificações	Maquinas e Instalações	Móveis, Equip. informática, outros	Obras em andamento	Total
Taxas anuais médias de depreciação	N/A	5,38%	12,99%	22,35%	N/A	N/A
Valor liquido em 31/12/2020	**5.489**	**21.018**	**75.802**	**6.968**	**52.648**	**161.925**
Custo de aquisição	5.489	61.046	136.847	18.153	37.633	259.168
Depreciação acumulada	-	(13.003)	(49.506)	(9.873)	(1.408)	(73.790)
Valor liquido em 31/03/2021	**5.489**	**48.043**	**87.341**	**8.280**	**36.225**	**185.378**

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações	Maquinas e Instalações	Móveis, Equip. informática, outros	Obras em andamento	Total
Valor liquido em 31/12/2020	**5.489**	**15.580**	**27.934**	**5.367**	**32.662**	**87.032**
Adições					14.195	**14.195**
Transferências	-	27.543	2.554	1.785	(31.882)	-
Depreciação do exercício	-	(445)	(1.224)	(437)	-	**(2.106)**
Baixas (valor liquido)	-	-	-	(1)	(3)	**(4)**
Valor liquido em 31/03/2021	**5.489**	**42.678**	**29.264**	**6.714**	**14.972**	**99.117**

Consolidado	Terrenos	Edificações	Maquinas e Instalações	Móveis, Equip. informática, outros	Obras em andamento	Total
Valor liquido em 31/12/2020	**5.489**	**21.017**	**75.801**	**6.970**	**52.647**	**161.925**
Adições	-	-	-	-	29.970	**29.970**
Transferências	-	27.544	17.010	1.838	(46.392)	-
Depreciação do exercício	-	(518)	(5.470)	(525)	-	**(6.513)**
Baixas (valor liquido)	-		(1)	(3)	-	**(4)**
Valor liquido em 31/03/2021	**5.489**	**48.043**	**87.341**	**8.280**	**36.225**	**185.378**

A Companhia e suas controladas declaram que não possuem: (i) ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos; (ii) ativos imobilizados retirados de uso e não classificados como mantidos para venda.

12. Intangível

		Controladora		Consolidado	
	Taxas de amortização (%)	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Softwares	12,16%	162	203	544	606
Outros intagíveis	N/A	1.904	1.904	3.612	3.638
Ágio		-	-	1.159	1.159
		2.066	**2.107**	**5.315**	**5.403**

A seguir, apresentamos a movimentação do ativo intangível:

Controladora	31/12/2020	Amortização do exercício	31/03/2021
Software	203	(41)	162
Outros intangíveis	1.904	-	1.904
	2.107	**(41)**	**2.066**

Consolidado	31/12/2020	Amortização do exercício	31/03/2021
Software	606	(62)	544
Outros intangíveis	3.638	(26)	3.612
Ágio aquisilçao controlada	1.159	-	1.159
	5.403	**(88)**	**5.315**

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

13. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas detém contratos de arrendamento de ativos das edificações onde se localizam, sua sede e as fábricas e armazéns de algumas empresas do grupo. O prazo médio de arrendamento é de cinco anos.

A Companhia optou por apresentar os ativos de direitos de uso e passivos por arrendamento em subgrupos específicos no balanço patrimonial, embora a norma não estabeleça tal obrigatoriedade.

Ativos de direitos de uso

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.779**	**5.504**
Adições por novos contratos de arrendamento	7.026	7.026
(-) Depreciação dos ativos de direitos de uso no período	(549)	(766)
Saldos em 31 de março de 2021	**11.256**	**11.764**

No período, a Companhia celebrou um novo contrato de arrendamento de um imóvel utilizado como depósito em Extrema-MG.

Passivos por arrendamento

Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**5.126**	**6.309**
Adições por novos contratos no período	7.026	7.026
Juros do período	113	132
(-) Contraprestação paga	(639)	(870)
Saldos em 31 de março de 2021	**11.627**	**12.597**
Circulante	3.443	3.688
Não circulante	8.183	8.909
	11.627	**12.597**
Cronograma de pagamento:		
Em até 1 ano	3.443	3.688
De 2 a 3 anos	3.347	4.072
De 3 a 4 anos	1.927	1.927
De 4 a 5 Anos	2.910	2.910
	11.627	**12.597**

A taxa média de juros incremental utilizada pela Companhia é de 6%.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Fornecedores de matéria-prima - internacionais	1.100.070	1.143.105	1.731.549	1.958.699
Fornecedores de matéria-prima - nacionais	352.568	80.354	196.263	27.742
Fornecedores de serviços nacionais	10.241	4.264	13.808	6.340
	1.462.879	**1.227.723**	**1.941.620**	**1.992.782**

Fornecedores de matéria-prima - internacionais

As transações comerciais realizadas com fornecedores de matéria-prima - internacionais são estabelecidas em dólar americano, cuja Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos, designado como *hedge accounting*, para proteção da exposição cambial, exceto quando certos contratos firmados com clientes são definidos a preço fixo de venda.

A Companhia utiliza como garantia/meio de pagamento aos fornecedores internacionais a contratação de cartas de créditos junto a instituições financeiras de primeira linha.

15. Empréstimos e financiamentos

		Consolidado		
Modalidade	Encargos	Taxa média ponderada de juros (% a.a.)	31/03/2021	31/12/2020
Em moeda nacional				
FINEP[1]	Taxa fixa	3,22%	66.849	70.647
			66.849	**70.647**
Em moeda estrangeira				
Capital de giro	Taxa media	6,33%	1.165.668	635.098
FINIMP[2]	Taxa media + VC	3,59%	25.177	-
			1.190.845	**635.098**
			1.257.694	**705.745**
Passivo circulante			402.573	232.282
Passivo não circulante			855.121	473.464
			1.257.694	**705.745**

[1]FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
[2]FINIMP - Financiamento de Importação

A posição dos empréstimos e financiamentos na controladora representa a posição do consolidado. Para parte dos saldos de empréstimos contratados em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos (contratos de swap), objetivando mitigar os riscos de eventuais perdas financeiras cambiais nesses saldos (Vide Nota Explicativa 25.2.(b))

A seguir, está apresentado o cronograma consolidado de vencimentos dos empréstimos e financiamentos do logo prazo:

	31/03/2021	31/12/2020
2022	493.079	443.497
2023	210.318	13.737
2024	115.113	13.737
Vencimentos após 2024	36.611	2.493
	855.121	**473.464**

15.1 FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

A Companhia possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias, tais programas de inovação têm o apoio de programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com a FINEP.

15.2 FINIMP - Financiamento de Importação

No período findo em 31 de março de 2021, a Companhia fez uso de linhas de financiamentos de importação na modalidade FINIMP com bancos de primeira linha.

15.3 Garantias e restrições contratuais

Os empréstimos bancários estão em parte garantidos por uma média de 50% (cinquenta por cento) de recebíveis e por aval dos acionistas majoritários da Companhia.

Na data das referidas informações contábeis intermediárias, a Companhia e suas controladas detinham apenas um contrato de financiamentos mantido que possui cláusulas restritivas e estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas, para um período de 12 meses, cujo descumprimento torne automaticamente exigível o pagamento da dívida (*Covenants*). Para o referido contrato, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos, além das cláusulas de *Covenants* mencionados, possuem também *cross-default* sobre a dívida financeira.

15.4 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2020	**232.282**	**473.464**	**705.745**
Novos empréstimos	590.401	-	**590.401**
Encargos financeiros	11.685	-	**11.685**
Variação cambial	913	-	**913**
Pagamento principal	(41.331)	-	**(41.331)**
Pagamento juros	(9.720)	-	**(9.720)**
Transferência	(381.657)	381.657	**-**
Saldo em 31/03/2021	**402.573**	**855.121**	**1.257.694**

16. Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Salários e encargos sociais	9.893	11.667	11.559	13.560
Honorários da Diretoria	9.947	4.393	9.947	4.393
Férias e encargos sociais	13.805	10.560	16.647	12.298
	33.645	**26.619**	**38.153**	**30.250**

17. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
IPI a recolher	-	-	6	72
ICMS a recolher	42.296	37.786	45.944	39.994
PIS e COFINS a recolher	10.901	10.901	28.889	19.269
IRPJ e CSLL	4.387	6.873	6.988	15.665
Outros impostos a recolher	6.570	3.498	18.071	4.970
	64.154	**59.059**	**99.898**	**79.970**
Circulante	23.730	22.602	41.198	37.329
Não circulante	40.424	36.457	58.700	42.641
	64.154	**59.059**	**99.898**	**79.970**

18. Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e/ou na expectativa de provável desembolso de caixa futuro.

As principais informações desses processos, no período findo em 31 de março de 2021, estão assim representadas:

Consolidado	31/03/2021	31/12/2020
Tributários	140.651	139.464
Trabalhistas e previdenciárias	1.359	1.364
Cíveis	227	226
Regulatorias	1.032	1.025
	143.269	**142.079**

A movimentação nos saldos consolidados das provisões no período de 31/03/2021 estão demonstradas a seguir:

Consolidado	31/12/2020	Adições	Reversões	31/03/2021
Tributários	139.464	1.187	-	140.651
Trabalhistas e previdenciárias	1.364	-	(5)	1.359
Cíveis	226	1	-	227
Regulatorias	1.025	7	-	1.032
	142.079	**1.195**	**(5)**	**143.269**

(a) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

Em 2020, a Companhia concluiu o processo de habilitação de créditos de PIS e COFINS extemporâneos junto à Receita Federal do Brasil no montante de R$88.801. Embora a Companhia entenda que existem evidências que suportam a utilização dos referidos créditos, com base na análise de risco de questionamentos pelas autoridades fiscais, bem como suportada pelas orientações de seus assessores jurídicos externos sobre a probabilidade de perda, a Companhia reconheceu uma provisão para contingências destes créditos.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31/03/2021, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em outros processos tributários, trabalhista e cíveis, envolvendo risco de perda para a Companhia avaliados como “possíveis” conforme montantes demonstrados a seguir:

Natureza das contingências	31/03/2021	31/12/2020
Tributárias	427.416	423.880
Trabalhistas e previdenciárias	57	57
Cíveis	910	902
Regulatória	57	57
	428.440	**424.896**

19. Patrimônio Líquido

19.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2021, e 31 de dezembro de 2020, era de R$ 757.039.208, dividido em 205.271.563 ações ordinárias, e 10.803.766, ações preferenciais nominativas sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	31/03/2021	31/12/2020
Controladores e partes relacionadas	108.138.766	107.028.139
Não controladores, partes relacionadas e diretores	104.936.923	104.013.884
Ações em tesouraria	2.999.640	5.033.306
	216.075.329	**216.075.329**

19.2 Reservas de lucros

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

b) Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais são decorrentes de subvenções e assistências governamentais, reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes.

São apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício.

A Companhia é detentora da subvenção governamental junto ao Estado de Minas Gerais, o qual autoriza o diferimento do pagamento de ICMS nas entradas das mercadorias que especifica, em decorrência de importação direta do exterior, e assegura crédito presumido parcial para o ICMS nas saídas das mercadorias comercializadas pela Companhia.

A principal obrigação da Companhia pela fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual.

Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, no grupo das deduções de vendas – impostos incidentes.

Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

c) Reserva de capital, estatutária e ações em tesouraria

c.1) Reserva de capital – remuneração com entrega de ações

Em 31 março de 2021, a Companhia não possuía, formalizado, nenhum tipo de plano de incentivo baseado em ações. No entanto, conforme Acordo de Acionistas vigente à época, foi estabelecida uma remuneração máxima para seu Diretor-Presidente, equivalente a 1,5% da margem de contribuição da Companhia apurada gerencialmente, a ser liquidada da seguinte forma: (i) 30% em moeda corrente nacional (dinheiro); (ii) 70% mediante subscrição de ações. Neste contexto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e 31 de março de 2021, a remuneração calculada com base no acordo de acionistas totalizou um montante de R$ 12.750 (31/12/2020), dos quais: (i) R$ 4.393 (correspondentes à remuneração em moeda corrente nacional) foram lançados a conta de obrigação no passivo, e (ii) R$ 8.357 (correspondente à remuneração a ser liquidada com a entrega de ações) foram lançados a conta de reserva de capital no patrimônio líquido; e R$ 5.591 (21/03/2021), dos quais: (i) R$ 1.677 (correspondentes à remuneração em moeda corrente nacional) foram lançados a conta de obrigação no passivo, e (ii) R$ 3.914 (correspondente à remuneração a ser liquidada com a entrega de ações) foram lançados a conta de reserva de capital no patrimônio líquido. Em 2021 e 2020, não houve subscrição de ações para liquidação das obrigações de remuneração do Diretor-Presidente.

Cabe destacar que este Acordo de Acionistas foi rescindido em 12 de maio de 2021 (evento subsequente à data das demonstrações contábeis), sem, todavia, tratar da forma de liquidação da remuneração com a entrega de ações ao Diretor-Presidente, conforme previsto no referido Acordo de Acionistas vigente à época.

Em 21 de junho de 2021, o Acordo de Acionistas celebrado anteriormente foi rerratificado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, para esclarecer que a remuneração do Diretor-Presidente, a ser liquidada em ações, será realizada mediante a entrega de uma quantidade de ações, avaliadas a valor de mercado na data da efetiva entrega, que respeite o montante de R$ 12.271 reconhecido em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, conforme limite máximo aprovado e vigente na data dos respectivos balanços.

A Companhia usará as suas ações em tesouraria para liquidar esta obrigação com o Diretor-Presidente.

Portanto, a quantidade de ações a qual o Diretor-Presidente receberá em transferência de ações em tesouraria será definida mediante a divisão do montante de R$ 12,271 pelo preço por ação a ser fixado no IPO (oferta pública inicial de ações), cuja liquidação deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de determinação do número de ações a serem transferidas ao Diretor-Presidente, refletindo, assim, o valor justo das ações a serem transferidas. Em caso de não ocorrência do IPO a Companhia definirá o modelo de precificação de ações apropriado para refletir o justo valor da ação e determinar a quantidade de ações a serem transferidas ao Diretor-Presidente.

Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa n° 29, embora não existisse um plano formalizado de incentivo baseado em ações, a Companhia, como parte da remuneração de um dos seus diretores, entregou ações ordinárias de sua emissão, mensuradas a valor justo, no montante de R$1.403 ao longo do período findo em 31 de março de 2021.

A seguir, a movimentação da reserva de capital em 2021 e 2020:

Controladora	Reserva de capital
Saldo em 1° de Janeiro de 2020	-
Constituição de reserva	8.357
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**8.357**
Constituição de reserva	3.914
Saldo em 31 de março de 2021	**12.271**

c.2) Reserva estatutária

Em 2020, a Companhia efetuou a destinação de parte do seu resultado à criação de reserva estatutária, destinada para recompra de ações em tesouraria. O objetivo da recompra é obter ações para: (i) futuro plano de incentivo baseado em ações (vide nota explicativa n°32); (ii) revendê-las no futuro; e (iii) prover a intermediação e transferência de ações entre sócios, conforme descrito abaixo:

Controladora	Reserva estatutária
Saldo em 1° de Janeiro de 2020	-
Constituição de reserva	22.711
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**22.711**

c.3) Ações em tesouraria

Recompra / transferência de ações entre sócios

Em junho de 2020, a Companhia recomprou de seus acionistas, proporcionalmente, o equivalente a 3% de suas ações ordinárias, totalizando a quantidade de 6.482.260 ações, ao custo total de R$ 22.711, cujo valor por ação foi de R$ 3,5036.

Em março de 2021, a Companhia efetuou a transferência onerosa de 1.957.642 ações ordinárias recompradas, no montante de R$ 6.859, para dois acionistas que atuam como diretores na Companhia e que também venderam suas ações à Companhia no processo de recompra de ações mantidas em tesouraria.

Essas transferências de ações foram realizadas pelo mesmo valor pago pela Companhia aos próprios acionistas na recompra de ações dias/meses antes, ao preço de R$ 3,5036 por ação. Isso porque, no entendimento da Administração, em sua essência, houve uma transferência de ações entre sócios, com objetivo de equalizar a participação acionária entre eles na Companhia, sem geração de quaisquer ganhos/perdas entre as partes. A Companhia foi utilizada apenas como 'veículo de intermediação' do processo, ao invés de tal transação ter sido realizada diretamente entre os sócios. Portanto, essa transação (recompra e subsequente transferência de ações) não possui, no julgamento da Administração, qualquer relação com as condições para aquisição e/ou restrição de direito às ações transferidas (*vesting period; performance;* outros), usualmente observadas em contratos de pagamento baseado em ações e/ou planos de incentivos de longo prazo.

A seguir a movimentação das ações em tesouraria que apresentam a recompra/transferência mencionada acima, bem como a entrega de ações como remuneração (nota explicativa n°29):

Movimentação das ações em tesouraria - Quantidade de Ações (em milhares)

Controladora	Alexandre Ostrowiecki	Dragon Gem	Edward Feder	Andre Poroger	Eder Grande	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	**-**
Ações adiquiridas	(3.293)	(2.382)	(523)	(284)	-	**(6.482)**
Transferências não onerosa	540	-	-	421	-	**961**
Remuneração com entrega de ações (nota nº 29)	-	-	-	-	488	**488**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(2.753)**	**(2.382)**	**(523)**	**137**	**488**	**(5.033)**
Transferências não onerosa	1.111	-	-	847	-	**1.958**
Remuneração com entrega de ações (nota nº 29)	-	-	-	-	76	**76**
Saldo em 31 de março de 2021	**(1.642)**	**(2.382)**	**(523)**	**984**	**564**	**(2.999)**

Movimentação das ações em tesouraria - (Em milhares de Reais)

Controladora	Alexandre Ostrowiecki	Dragon Gem	Edward Feder	Andre Poroger	Eder Grande	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	**-**
Ações adiquiridas	(11.539)	(8.345)	(1.831)	(996)	-	**(22.711)**
Transferências não onerosa	1.893	-	-	1.476	-	**3.369**
Remuneração com entrega de ações (nota nº 29)	-	-	-	-	8.634	**8.634**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(9.646)**	**(8.345)**	**(1.831)**	**480**	**8.634**	**(10.708)**
Transferências não onerosa	3.891			2.968	-	**6.859**
Remuneração com entrega de ações (nota nº 29)	-	-	-	-	1.403	**1.403**
Saldo em 31 de março de 2021	**(5.755)**	**(8.345)**	**(1.831)**	**3.448**	**10.037**	**(2.446)**

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos

O estatuto social da Companhia, estabelece a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. No período, a Companhia não efetuou qualquer distribuição de dividendos.

Descrição	Em milhares de reais	
	31/03/2021	**31/12/2020**
Lucro líquido do exercício	193.624	444.302
(-) Reserva Legal	(9.681)	(22.215)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(130.631)	(253.372)
Lucro líquido ajustado para fins de dividendos	**53.312**	**168.715**
Dividendos obrigatórios (1%)	-	1.687
Juros sobre capital proprio deliberados	-	25.270
Dividendos propostos	-	17.325
	-	**44.282**

20. Receita líquida de vendas

A receita líquida da Companhia está composta conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receita bruta de vendas				
Venda de produtos e serviço	1.784.019	606.839	1.746.407	596.931
	1.784.019	**606.839**	**1.746.407**	**596.931**
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(201.861)	(62.946)	(202.187)	(64.637)
Impostos sobre vendas	(219.976)	(75.685)	(141.687)	(53.554)
	(421.837)	**(138.631)**	**(343.874)**	**(118.191)**
Receita líquida	**1.362.182**	**468.208**	**1.402.533**	**478.740**

21. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2020	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2020
Custos das mercadorias e produtos vendidos				
Custos materiais	1.027.667	335.165	887.425	278.814
Com pessoal	14.275	6.959	21.773	10.789
Depreciação/Amortização	952	3.564	4.273	13.716
Outros	4.216	4.464	14.778	8.959
	1.047.110	**350.152**	**928.249**	**312.278**
Despesas com vendas				
Comerciais	49.007	23.751	68.307	25.423
Distribuição	41.001	17.853	45.475	19.763
Promoções e marketing	35.685	25.521	39.470	33.320
Pos-venda	17.007	12.123	17.076	12.181
Pesquisa e desenvolvimento	17.502	4.382	28.793	10.089
Créditos de liquidação duvidosa	13.855	3.693	15.116	4.631
Outras				
	174.057	**87.323**	**214.237**	**105.407**
Despesas gerais e administrativas				
Com pessoal	18.928	4.751	19.147	4.892
Serviços profissionais	1.359	825	2.132	1.039
Cumunicaçao	886	715	953	752
Tecnologia e comunicação	4.254	1.296	4.482	1.397
Aluguéis, seguros, viagens, outras	3.873	2.363	4.174	2.556
	29.300	**9.950**	**30.888**	**10.636**

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	2	2	1.150	757
Juros ativos	604	323	604	346
Atualizações monetárias ativas	149	379	165	388
Ajustes a valor presente	2.311	646	2.311	646
Ganhos com derivativos	43.865	-	43.865	-
Outras	58	72	18	97
	46.989	**1.421**	**48.113**	**2.234**
Despesas financeiras				
Juros passivos	(11.891)	(1.020)	(12.033)	(1.097)
Atualizações monetárias passivas	(820)	(944)	(648)	(944)
Perdas com derivativos	(15.483)	-	(15.483)	-
Despesas bancárias	(2.691)	(1.375)	(3.636)	(1.470)
Outras despesas	(1.312)	(177)	(1.358)	(205)
	(32.197)	**(3.516)**	**(33.158)**	**(3.717)**
Variação cambial				
Ativa	36.751	19.711	71.712	28.585
Passiva	(38.639)	(60.652)	(77.924)	(76.849)
	(1.888)	**(40.941)**	**(6.212)**	**(48.264)**
Resultado financeiro liquido	**12.904**	**(43.036)**	**8.743**	**(49.747)**

23. Outras receitas/(despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Outras receitas				
Intermediações de negócios		188		188
Créditos extemporâneos	222	4.633	454	5.578
Indenizações, intermediações, venda imobilizado, demais receitas	1.979	1.203	2.017	1.213
	2.201	**6.024**	**2.471**	**6.979**
Outras despesas				
Autos de infração tributárias	(7)	(17.668)	(626)	(17.668)
Provisões tributárias e trabalhistas e outras	(647)	15.105	(647)	15.105
Perda na alienação de imobilizado	(3)	(182)	(3)	(182)
Indenizaçoes e multas contratuais	(26)	(16)	(26)	(16)
Perda na realização de investimentos	18	-	18	-
	(2.669)	**(3.764)**	**(3.294)**	**(6.803)**
Outras receitas e despesas líquidas	**(468)**	**2.260**	**(823)**	**176**

24. Resultado por ação

O quadro a seguir apresentado, reconcilia o resultado apurado em 31/03/2021 e 31/03/2020, no cálculo do resultado por ação básico e diluído:

	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2020
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	**193.624**	**(7.606)**
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias do exercício (em unidades)	216.075.329	205.271.563
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais do exercício (em unidades)	-	10.803.766
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais (em unidades)	**216.075.329**	**216.075.329**
Lucro Básico e Diluído (em R$) por ação ordinária	0,908708	- 0,035202
Lucro Básico e Diluído (em R$) por ação preferencial	0,908708	- 0,035202

A Companhia possui ações em tesouraria e, em 2021, a média ponderada de ações ordinárias no exercício foi considerada para o cálculo do lucro básico diluído, excluindo-se as ações em tesouraria.

25. Gestão de risco financeiro

25.1 Considerações gerais e políticas

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria da Companhia, que tem também a função de apresentar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Companhia, para aprovação da Alta Administração e do Conselho de Administração da Companhia.

25.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de mercado, decorrentes das atividades de seus negócios.

Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, mudanças nas taxas de juros e mudanças na legislação brasileira em todas as esferas.

(b) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Abaixo a exposição da Companhia com instrumentos financeiros.

b.1) Obrigações expostas a variação cambial

Por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da estrutura do endividamento e sua exposição a variação cambial, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, contratos de swap, objetivando mitigar os riscos de eventuais perdas financeiras nos empréstimos e financiamentos (Vide Nota Explicativa n°15).

Com relação ao saldo a pagar, em dólares americanos, à fornecedores de matéria-prima internacionais, conforme descrito na Nota Explicativa n°14, a Companhia não possui política de contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de exposição a flutuação cambial, pois, quaisquer incrementos de custo da matéria-prima relacionados à variação cambial, a Companhia busca alternativas para repassar, substancialmente, tais custos ao preço de venda final do produto acabado.

Todavia, no caso de certos contratos de fornecimento firmados com clientes que estabelecem preço de venda fixo, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, *Non-Deliverable forward (NDF)*, para mitigar o risco de flutuação cambial ao qual está exposta.

b.2). Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de empréstimos e financiamentos

Operações passivas
Objetivo de hedge de risco de mercado (a)

				Valor Justo em 31/03/2021			Valor justo em 31/12/2020		
Swap	Indexador	Vencto.	Valor nocional	Ponta ativa	Ponta passiva	Saldo	Ponta ativa	Ponta passiva	Saldo
Banco									
Citibank	Euro - CDI	Mar/2021	**17.000**	99.161	(97.174)	**1.987**	98.908	(88.620)	**10.288**
Bradesco	Dolar - CDI	Fev/2025	**34.837**	200.416	(198.774)	**1.642**	-	-	-
				299.577	**(295.948)**	**3.629**	**98.908**	**(88.620)**	**10.288**
Itau	Euro - CDI	Mar/2021	**2.936**	-	-	**-**	16.022	(18.717)	**(2.695)**
Santander	Dolar - CDI	Fev/2024	**35.972**	200.418	(202.033)	**(1.615)**	-	-	**-**
Safra	Dolar - CDI	Mar/2024	**17.763**	100.206	(101.311)	**(1.105)**	-	-	**-**
Votorantim	Dolar - CDI	Mar/2024	**12.490**	70.202	(71.248)	**(1.046)**	-	-	**-**
				370.826	**(374.592)**	**(3.766)**	**16.022**	**(18.717)**	**(2.695)**

b.3). Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de instrumentos financeiros

				Notional		MTM
Tipo	Contraparte	Proteção	Moeda	USD	REAIS	31/03/2021
NDF	BTG	Taxa de Cambio	USD	19.092	108.774	7.398
NDF	CITI	Taxa de Cambio	USD	32.096	182.861	7.733
NDF	VOTORANTIM	Taxa de Cambio	USD	2.751	15.672	1.038
				53.939	**307.306**	**16.169**

				Notional		MTM 2020
Tipo	Contraparte	Proteção	Moeda	USD	REAIS	31/12/2020
NDF	BRASIL	Taxa de Cambio	USD	629	3.268	(10)
NDF	BTG	Taxa de Cambio	USD	22.788	118.424	(2.496)
NDF	CITI	Taxa de Cambio	USD	34.496	179.265	(8.497)
NDF	VOTORANTIM	Taxa de Cambio	USD	24.523	127.440	(6.851)
				82.436	**428.397**	**(17.853)**
NDF	FIBRA	Taxa de Cambio	USD	8.912	46.312	632
						(17.222)

b.4) Saldos dos ativos e passivos derivativos apresentados no balanço patrimonial

Os ativos e passivos financeiros derivativos, apresentados no balanço patrimonial, cujo objetivo de proteção patrimonial, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Valores a receber				
NDF	16.169	632	16.169	632
SWAP	3.629	10.288	3.629	10.288
	19.798	**10.920**	**19.798**	**10.920**
Valore a pagar				
NDF	-	(17.853)		(17.853)
SWAP	(3.766)	(2.695)	(3.766)	(2.695)
	(3.766)	**(20.548)**	**(3.766)**	**(20.548)**
Efeito liquido	**16.032**	**(9.628)**	**16.032**	**(9.628)**

c) Análise de sensibilidade de risco cambial

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, em relação ao saldo de fornecedores estrangeiros a pagar (nota explicativa n°14) e de empréstimos em moeda estrangeira na modalidade FINIMP (Nota Explicativa 15), são considerados três cenários, sendo que o cenário provável, é o valor justo em 31 de março de 2021, e 31 de dezembro de 2020, e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente. Foi utilizada a curva futura do mercado em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Teste de stress - exposiçao cambial do balanço patrimonial			
31/03/2021[1]	Cenário Provável Saldo contábil	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Controladora	1.125.247	1.406.559	1.687.871
Consolidado	1.756.726	2.195.908	2.635.089

Teste de stress - exposiçao cambial do balanço patrimonial			
31/12/2020	Cenário Provável Saldo contábil	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Controladora	1.143.105	1.428.881	1.714.658
Consolidado	1.958.699	2.448.374	2.938.049

[1] Os saldos de empréstimos de capital de giro de 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, em moeda estrangeira, não foram incluídos na análise acima, pois a Companhia contratou, junto a instituições financeiras, operação de swap observando as mesmas datas, vencimentos e valores nacionais das referidas exposições passivas contratadas em moeda estrangeira, substituindo-o pela variação percentual do CDI aplicada em montante em reais.

d) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Não havia risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2021.

e) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme descrito na Nota Explicativa n°3.1, práticas contábeis.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa n° 5).

A seguir, demonstramos os valores do ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	30.944	41.237	502.003	452.453
Contas a receber	1.440.984	973.180	1.428.902	967.780
	1.471.928	**1.014.417**	**1.930.905**	**1.420.233**

f) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas dos quocientes do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31/03/2021, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos de R$ 9.147, e R$ 388.418, consolidado. (R$ 15.164, consolidado R$ 392.561 em 31/12/2020), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	31/03/2021				
Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	402.573	493.079	325.431	36.611	1.257.694
Fornecedores	1.462.879	-	-	-	1.462.879
	1.865.452	**493.079**	**325.431**	**36.611**	**2.720.573**

	31/03/2021				
Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	402.573	493.079	325.431	36.611	1.257.694
Fornecedores	1.941.620	-	-	-	1.941.620
	2.344.193	**493.079**	**325.431**	**36.611**	**3.199.314**

	31/12/2020				
Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	232.282	443.497	27.474	2.492	705.745
Fornecedores	1.227.723	-	-	-	1.227.723
	1.460.005	**443.497**	**27.474**	**2.492**	**1.933.468**

	31/12/2020				
Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	232.282	443.497	27.474	2.492	705.745
Fornecedores	1.992.782	-	-	-	1.992.782
	2.225.064	**443.497**	**27.474**	**2.492**	**2.698.527**

25.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A seguir, os índices de alavancagem financeira em 31/03/2021 e 31/03/2020:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021 Reapresentado	31/12/2020	31/03/2021 Reapresentado	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	1.257.694	705.745	1.257.694	705.745
Caixa e equivalente de caixa	(30.944)	(41.237)	(502.003)	(452.453)
Dívida líquida	**1.226.750**	**664.508**	**755.691**	**253.292**
Patrimônio líquido	1.729.852	1.524.055	1.729.852	1.524.055
Índice de alavancagem financeira	**70,9%**	**43,6%**	**43,7%**	**16,6%**

25.4 Instrumento financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e proteção.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelos acionistas e pela Administração, sendo posteriormente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A Empresa não realiza qualquer transação e aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas e aprovadas pela Administração.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada.

Assim, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelos acionistas e pela Administração, a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles necessários para monitorar a aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme a NBC TG 40/R3 (Deliberação CVM 684/12), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, conforme as seguintes considerações gerais:

Em 31 de março de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa**: são classificados como valor justo por meio de resultado ou custo amortizado. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- **Contas a receber de clientes e outros créditos**: decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a perdas estimadas e ajustes a valor presente e abatimentos concedidos à clientes, quando aplicável;
- **Partes relacionadas**: decorrem de operações realizadas com as controladas da Companhia, sendo eliminadas no processo de consolidação. Os valores de mercado destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis;
- **Fornecedores e outras contas a pagar**: decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros;
- **Empréstimos e financiamentos**: Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada. Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 15;

- **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. A Companhia não possui derivativos designados como *hedge accounting* para nenhum dos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo em 31 de março de 2021, e 31 de dezembro de 2020:

- **C.A** – Custo amortizado;
- **VJR** – Valor justo por meio de resultado.

	Controladora				
	31/03/2021		31/12/2020		
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Classificação
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	30.944	30.944	41.237	41.237	C.A
Contas a receber	1.440.984	1.440.984	973.180	973.180	C.A
Partes relacionadas	173.922	173.922	183.878	183.878	C.A
Instrumentos financeiros derivativos	19.798	19.798	10.920	10.920	VJR
Outros créditos	15.286	15.286	3.953	3.953	C.A
	1.680.933	**1.680.933**	**1.213.168**	**1.213.168**	
Passivos					
Fornecedores	1.462.879	1.462.879	1.227.723	1.227.723	C.A
Empréstimos e financiamentos	1.257.694	1.259.767	705.745	707.285	C.A
Partes relacionadas	41.991	41.991	170	170	C.A
Instrumentos financeiros derivativos	3.766	3.766	20.548	20.548	VJR
Passivos de arrendamentos	11.627	11.627	5.126	5.126	C.A
Outras contas a pagar	65.683	65.683	46.025	46.025	C.A
	2.843.640	**2.845.713**	**2.005.337**	**2.006.877**	

	Consolidado				
	31/03/2021		31/12/2020		
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Classificação
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	502.003	502.003	452.453	452.353	C.A
Contas a receber	1.428.902	1.428.902	967.780	967.780	C.A
Partes relacionadas	-	-	-	-	C.A
Instrumentos financeiros derivativos	19.798	19.798	10.920	10.920	VJR
Outros créditos	23.269	23.269	12.325	12.325	C.A
	1.973.972	**1.973.972**	**1.443.478**	**1.443.378**	
Passivos					
Fornecedores	1.941.620	1.941.620	1.991.782	1.991.782	C.A
Empréstimos e financiamentos	1.257.694	1.259.767	705.745	707.285	C.A
Instrumentos financeiros derivativos	3.766	3.766	20.548	20.548	VJR
Passivos de arrendamentos	12.597	12.597	6.309	6.309	C.A
Outras contas a pagar	104.714	104.714	71.737	71.737	C.A
	3.320.391	**3.322.464**	**2.796.121**	**2.797.661**	

Instrumentos financeiros derivativos

Em 2020, a Companhia contratou *swap*s para minimizar os efeitos cambiais dos contratos de "Empréstimos e financiamentos" (Nota explicativa n°25.2(b.2).

O efeito da mensuração ao valor justo destes instrumentos derivativos está contabilizado no resultado do exercício, no resultado financeiro.

A posição dos instrumentos financeiros derivativos mencionados acima estão demonstrados na (Nota Explicativa n°25.2(b.2)).

Valor justo de instrumentos financeiros

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, exceto os derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. De acordo com a NBC TG 40/R3 (Deliberação CVM 684/12), a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1**: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2**: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- **Nível 3**: Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo.

Atualmente todos os instrumentos financeiros da Empresa têm o seu valor justo mensurado confiavelmente, dessa forma classificados e demonstrados a seguir:

Em 31 de março de 2021

Controladora	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	30.944	-
Instrumento financeiro derivativo		19.798	
	-	**50.742**	**-**

Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	502.003	-
Instrumento financeiro derivativo	-	19.798	-
	-	**521.801**	**-**

Em 31 de dezembro de 2020

Controladora	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	41.237	-
Instrumento financeiro derivativo	-	10.920	-
	-	**52.157**	**-**

Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	452.453	-
Instrumento financeiro derivativo	-	10.920	-
	-	**463.373**	**-**

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações (inclusive instrumentos derivativos) atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia.

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Tributos Correntes				
Contribuiçao social	-	-	(9.648)	(401)
Imposto de renda	-	-	(25.508)	(151)
	-	**-**	**(35.156)**	**(552)**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Tributos Diferidos				
Contribuiçao social	(2.223)	(2.240)	(2.285)	(2.092)
Imposto de renda	(6.175)	(6.222)	(6.014)	(5.809)
	(8.398)	**(8.462)**	**(8.299)**	**(7.901)**

Estes créditos fiscais se referem ao Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre as adições/exclusões temporárias que foram adicionadas/excluídas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores, além dos valores sobre prejuízos fiscais, os quais a Companhia espera realizar nos próximos dois anos.

A seguir está apresentada a conciliação dos tributos diferidos no balanço patrimonial do período findo em 31 de março de 2021:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**95.690**	**34.449**	**97.910**	**35.298**
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	(6.175)	(2.223)	(6.109)	(2.190)
Saldo final em 31 de março de 2021	**89.515**	**32.226**	**91.801**	**33.108**

A realização do "Tributo diferido ativo" está pautada em projeções de lucros tributários futuros, cujas projeções levaram em consideração as premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade do negócio nos próximos anos, tendo em vista o panorama econômico esperado pela Companhia durante a definição da sua estratégia de negócio.

A expectativa de realização do "Ativo Fiscal Diferido", fundamentada em estudo técnico de viabilidade conforme NBC TG 32, está definida da seguinte forma:

Consolidado		
Exercício	31/03/2021	31/12/2020
2021	8.299	3.069
2022	23.215	36.744
2023	60.514	60.514
2024	32.881	32.881
	124.909	**133.208**

b) Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social corrente no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Lucro líquido antes dos imposto	202.022	856	237.079	848
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Tributos pela alíquota vigente	**(68.687)**	**(291)**	**(80.607)**	**(288)**
Efeito fiscal das adiçoes e exclusões permanentes:				
Incentivos fiscais	68.872	15.433	68.872	15.433
Equivalência patrimonial	26.476	7.088	-	-
Incentivos PAT / Lei Rouanet, outros	240	240	240	240
Prejuízos fiscais	(37.105)	(22.610)	(37.105)	(22.610)
Outras diferenças permanentes	1.807	(8.322)	5.145	(1.229)
Imposto de renda e contribuição social	**(8.398)**	**(8.462)**	**(43.455)**	**(8.454)**
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	-	-	(35.156)	(552)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	(8.398)	(8.462)	(8.299)	(7.901)
	(8.398)	**(8.462)**	**(43.455)**	**(8.454)**
Taxa efetiva %	**4,2%**	**988,9%**	**18,3%**	**997,4%**

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias e Prejuízos fiscais sua maioria na controladora:

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão realizados entre 2021 e 2025.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Originada de provisões indedutíveis	84.636	93.034	87.804	96.103
Prejuízo fiscais	37.105	37.105	37.105	37.105
Outras diferenças temporárias dedutiveis	-	-	-	-
	121.741	130.139	124.909	133.208

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A seguir as coberturas declaradas:

Riscos declarados	31/03/2021	31/12/2020
Danos materiais	588.564	588.564
Lucros cessantes	506.000	506.000
Responsabilidade civil	3.000	3.000
Roubos e riscos diversos	260.000	260.000

a) Riscos de créditos

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía seguro para cobertura para perda de créditos de clientes com cláusulas pré-estabelecidas visando diminuir quaisquer prejuízos por conta dessas perdas. Aproximadamente 60% do contas a receber da Companha está segurado e as condições gerais da apólice foram consideradas pela Companhia como suficientes para a cobertura destes riscos.

28. Partes relacionadas

A tabela a seguir mostra as operações e saldos na controladora com partes relacionadas:

31/03/2021	Valores a receber			Valores a pagar		
	Clientes	Outras contas	Total	Fornecedores	Outras contas	Total
Giga S.A	494	-	494	169.743	41.173	210.916
Componentes Ltda	-	28.207	28.207	577		577
Proinox Ltda	5.800	145.715	151.515	-	818	818
Lojas Multilaser Ltda	5.769	-	5.769	-		-
	12.063	**173.922**	**185.985**	**170.320**	**41.991**	**212.311**

31/12/2020	Valores a receber			Valores a pagar		
	Clientes	Outras contas	Total	Fornecedores	Outras contas	Total
Giga S.A	195	111.178	**111.373**	43.640		**43.640**
Componentes Ltda		71.759	**71.759**			**-**
Proinox Ltda	4.204	16	**4.220**	13.326	170	**13.496**
Lojas Multilaser Ltda		925	**925**			**-**
	4.399	**183.878**	**188.277**	**56.966**	**170**	**57.136**

	Receita		Custos/ Despesas	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Giga S.A	40.060	44.334	35.925	36.229
Componentes Ltda	2.912	8.642	2.912	8.665
Lojas Multilaser Ltda	1.660	373	1.018	127
Transação com sócios (Nota 19.2(c.3))	-	-	6.859	-
	44.632	**53.349**	**46.714**	**45.021**

Como a Companhia consolida estas controladas e, desta forma, todos estes saldos foram eliminados no processo de consolidação.

Os saldos com partes relacionadas se referem as transações com condições específicas pactuadas entre as partes. Tanto os valores a pagar, como valores a receber, não sofrem atualização monetária. Os saldos com empresas ligadas nas contas a receber e nas contas a pagar, representam os valores que a Companhia tem a receber pela venda de produtos.

A Companhia presta garantia referente aos financiamentos e empréstimos, concedidos para as instituições financeiras, sendo carta fiança e bens do ativo imobilizado. Em 31 de março de 2021, não havia avais e garantias concedidos para partes relacionadas.

A despesa de R$6.859 se refere a transferência de ações não onerosas aos sócios (nota n°19.2(c.3)).

29. Remuneração diretores e executivos

A remuneração do pessoal-chave da administração corresponde a benefícios de curto prazo foi de R$ 10.604 (R$ 552 em 31 de março de 2020). Deste montante, R$1.403 corresponde a remuneração com entrega de ações a um dos diretores da Companhia ao longo do trimestre findo em 31 de março de 2021. As ações entregues, como parte da remuneração do referido diretor, foram mensuradas a valor justo, conforme previsto no CPC 10/IFRS 2, cuja mensuração das ações foi realizada com base em laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia (método de fluxo de caixa descontado), elaborado por consultores externos, cujo valor apurado por ação foi de R$ 18,45.

Não houve remuneração para o conselho de Administração.

A Companhia, quando proposto, remunera seus acionistas sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto da Companhia.

29.1 Acionistas controladores

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15.1, Garantias e restrições contratuais, os acionistas da Companhia concederam aval para determinados empréstimos e financiamentos da Companhia, sem qualquer custo à Companhia.

30. Informações por segmento

A Companhia gerencia o desempenho operacional dos seus negócios baseada em informações por segmento. As informações por segmentos do negócio são utilizadas pela Administração para tomar decisões sobre como alocar recursos, tomando como base o lucro bruto de cada segmento operacional. As atividades e resultados do negócio são acompanhados pelos principais gestores de cada negócio e reportadas ao principal gestor das operações, para tomar decisões sobre a melhor forma de alocação dos recursos em cada segmento.
Os principais segmentos operacionais da Companhia são:

- **Mobile Devices;**

  Segmento formado por dispositivos eletrônicos de fácil transporte e manuseio, composto basicamente por smartphones, notebooks e tablets direcionados às grandes redes de varejo e clientes corporativos.

- **Office & IT supplies;**

  Segmento composto de periféricos de informática, materiais de escritório

e equipamentos de internet e de segurança, preponderantemente comercializados no pequeno varejo e junto a fornecedores de serviços de internet e instaladores.

- **Home products;**

  Segmento formado por Eletroportáteis, produtos da linha Áudio e Vídeo e produtos de Health Care, amplamente comercializados nas grandes lojas de varejo e em redes de drogaria.

- **Kids & Sports.**

  Composto de Puericultura leve e pesada, equipamentos de ginástica, brinquedos e produtos para Pets, normalmente comercializados no varejo especializado.

A Companhia realiza operações preponderantemente no Brasil, menos de 1% das suas vendas são exportação. Apesar de não ser algo recorrente, no período de três meses findo em 31 de março de 2021, houve um contrato público celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, decorrente de licitação pública, o qual representou 19% da receita operacional líquida da Companhia.

	Consolidado				
31/03/2021	Mobile Devices	Office & IT supplies	Home eletric products	Kids & Sports	Total
Receita operacional líquida	655.261	424.280	277.073	45.919	1.402.533
Lucro bruto	192.956	185.309	71.182	24.837	474.284

	Consolidado				
31/03/2020	Mobile Devices	Office & IT supplies	Home eletric products	Kids & Sports	Total
Receita operacional líquida	188.454	198.063	67.173	25.050	478.740
Lucro bruto	41.755	83.166	28.442	13.099	166.462

A seguir as informações dos ativos e passivos que são analisadas pelos principais gestores de cada negócio e reportadas ao principal gestor das operações, para tomar decisões.

	Consolidado				
31/03/2021	Mobile Devices	Office & IT supplies	Home eletric products	Kids & Sports	Total
Ativos	133.846	1.003.603	483.624	797.424	2.418.497
Passivos	66.156	746.843	266.582	620.169	1.699.750

	Consolidado				
31/03/2021	Mobile Devices	Office & IT supplies	Home eletric products	Kids & Sports	Total
Ativos	321.099	360.113	140.113	56.712	878.037
Passivos	190.571	247.736	76.110	15.096	529.513

31. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

O quadro a seguir demonstra as alterações dos passivos provenientes das atividades de financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa, conforme determina a NBC TG 03/R3 (Deliberação CVM 641/10) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	Controladora			
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Movimento não Caixa	Efeito líquido no fluxo de caixa nas atividades de financiamento	Saldo em 31/03/2021
Empréstimos e financiamentos	705.745	12.599	539.350	1.257.694
Passivos de arrendamento	5.126	7.140	(639)	11.627
	710.871	**19.739**	**538.711**	**1.269.321**

	Controladora			
Descrição	Saldo em 31/12/2019	Movimento não Caixa	Efeito líquido no fluxo de caixa nas atividades de financiamento	Saldo em 31/12/2020
Dividendos e juros sobre o capital próprio	494	67.942	(44.832)	23.604
Empréstimos e financiamentos	175.501	45.825	484.419	705.745
	175.995	**113.767**	**439.587**	**729.349**

32. Eventos subsequentes

Aprovação do Plano de Ações Restritas

Em 11 de Maio de 2021, com o objetivo de atrair, motivar e reter os diretores estatutários da Companhia, bem como alinhar os seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária um Plano Especial de Ações Restritas ("Plano"). O Plano será lastreado e limitado à quantidade de ações atualmente mantidas em tesouraria (vide nota explicativa 19.c) e o Conselho de Administração indicará a seu exclusivo critério, dentre os diretores estatutários da Companhia, aqueles aos quais serão oferecidas ações restritas.

Desdobramento de ações ordinárias e aumento do limite do capital autorizado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021, foi aprovado o desdobramento de ações da Companhia na razão de 1 (uma) para 3 (três) ações, passando o capital social da Companhia de 216.075.329 (duzentas e dezesseis milhões, setenta e cinco mil, trezentas e vinte e nove) ações ordinárias a ser dividido em 648.225.987 (seiscentas e quarenta e oito milhões, duzentas e vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias. Adicionalmente, o capital autorizado da Companhia teve seu limite alterado para 1.067.025.987 (um bilhão, sessenta e sete milhões, vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias.

Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias

Em 14 de Maio de 2021, a Companhia submeteu à Comissão de Valores mobiliários – CVM, seu **Pedido de Registro de Oferta Pública** de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, combinado com Pedido de Aprovação das Atividades de Estabilização do Preço das Ações e Pedidos de Dispensa de Requisitos:

"Pedido de registro da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), compreendendo a distribuição ("Oferta"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior, cumulado com os pedidos de Aprovação das Atividades de Estabilização do Preço das Ações e Pedidos de Dispensa de Requisitos constantes do pedido de registro ("Pedido de Registro")".

Aquisição da Empresa EXPET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TAPETES LTDA

Em 08 de Junho de 2021, a Companhia efetuou a aquisição da empresa **Expet Industria e Comercio de Tapetes Ltda**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São, Paulo, Estado de São Paulo, pelo montante de R$ 8.600 mil. A Expet tem como atividade preponderante, a fabricação e comercialização de tapetes higiênicos descartáveis para pets. A Companhia deseja com essa aquisição ampliar e expandir a sua linha própria de produtos pet, bem como ampliar o alcance dessa linha de produtos.

Como essa aquisição não é relevante em relação a posição patrimonial consolidada da Companhia e, portanto, não atinge os indicadores previstos no item 7 do OCPC 06, a Companhia entende que não há necessidade de apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma* no contesto do IPO.

Distribuição de dividendos

Em 21 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram e declararam a distribuição de dividendos no montante de R$108.235 mil debitados a conta reserva de lucros a distribuir, podendo ser pagos até 31 de dezembro de 2021.

Em 12 de julho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas retificaram o valor da distribuição de dividendos aprovada em 21 de junho de 2021, para o montante de R$ 101.722.

* * *

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 59.717.553/0001-02 ("Companhia"), declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2021; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes sobre as informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2021.

São Paulo, 14 de julho de 2021.

Alexandre Ostrowiecki
Diretor Presidente

Ricardo Rosanova Garcia
Diretor de Relações com Investidores

Eder da Silva Grande
Diretor Financeiro

André Poroger
Diretor de Produtos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO G – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Relatório da Administração

Em consonância as disposições legais e estatutárias da Multilaser Industrial S/A submetemos à apreciação dos acionistas o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Sobre a Multilaser

A Multilaser Industrial S/A é uma companhia integralmente brasileira de capital fechado que atua na fabricação, importação e comercialização de bens de consumo nos segmentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, brinquedos, baby care, artigos esportivos, ferramentas, equipamentos de segurança e saúde, chips de memória, entre outros.

A companhia conta com mais de 3.000 colaboradores em sua sede administrativa na cidade de São Paulo/SP, nas unidades fabris localizadas em Manaus/AM e em Extrema/MG, onde também está localizado o um dos centros de distribuição que, em conjunto com a unidade de distribuição em Itajaí/SC, abastece os mais de 40.000 pontos de venda em todo território nacional. Adicionalmente, a companhia possui um laboratório na cidade chinesa de Shenzhen onde está lotado um time de engenharia com 70 pessoas que atestam a qualidade, as unidades fabris e os processos produtivos dos fornecedores localizados na Ásia.

Com alto conhecimento técnico e mercadológico, a companhia ocupa as mais altas posições em participação de mercado em diversos segmentos de atuação bem como reconhecimento dos consumidores em qualidade, atendimento e pós venda.

Comentários da Administração

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de COVD-19 iniciada ao final do primeiro trimestre do ano que impôs diversos desafios à população e às empresas, bem como impactou fortemente a atividade econômica, a dinâmica de trabalho e os hábitos de consumo.

Neste cenário imposto pela pandemia com suas implicações nos âmbitos social, empresarial e econômico a Multilaser demonstrou estar bem posicionada para absorver os impactos adversos e capturar oportunidades, principalmente em decorrência de seu modelo de negócio singular que permite diluir e administrar os riscos pela alta capilaridade e heterogeneidade da base de clientes, agilidade no lançamento e amplo portfólio de produtos novos e existentes e excelência no pós venda.

Assim, registrou em 2020 Receita Líquida Consolidada de R$ 3,1 bilhões e Lucro Líquido Consolidado de R$ 444 milhões. Um aumento de 61% e 92%, respectivamente ante o exercício de 2019.

Desempenho financeiro Consolidado

Em um exercício atípico com inúmeras peculiaridades a companhia reporta crescimento expressivo em receita e lucro com manutenção das margens conforme gráficos abaixo:





Na tabela abaixo repoprtamos os principais indicadores de resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	**Exercício social encerrado em**		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**Variação**
Receita Líquida	3.077.116	1.909.372	61,2%
Lucro Bruto	1.110.663	618.429	79,6%
Margem Bruta (%)	36,1%	32,4%	370 bps
Lucro Líquido	444.302	231.373	92,0%
Margem Líquida (%)	14,4%	12,1%	230 bps

A receita líquida apresentou crescimento de 61,2% no ano de 2020, atingindo R$ 3.007,1 milhões, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Este aumento também foi refletido no lucro bruto que avançou 79,6% na comparação entre os exercícios, com margem bruta de 36,1% para o ano de 2020 e 32,4% em 2019.

A companhia apurou lucro líquido de R$ 444,3 milhões em 2020 e R$ 231,4 milhões em 2019, um aumento de 92,0%.

Expectativas

O ano de 2021 segue em um cenário de pandemia, contudo com perspectivas de retomada da atividade econômica e empresarial com alteração nos hábitos laborais e das famílias que tendem a se normalizar de forma híbrida entre àquelas observadas anteriormente e com o advento do isolamento social. A Multilaser seguirá a estratégia de capturar as oportunidades de mercado e ampliar a sua presença na vida dos consuimidores visando melhorar a vida das famílais por meio da tecnoligia, mantendo sua política de investimento e desenvolvimento de sua equipe.

Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM 381/03 e ao Ofício Circular CVM/SEP 02/2020, a Companhia informa que os auditores independentes (BDO RCS Auditores Independentes S/S) são contratados para a realização dos serviços de auditoria externa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e assegura, por meio das políticas adotadas pela Companhia, integral preservação de independência e objetividade necessárias para a execução

dos trabalhos de auditoria independente em observância às Normas Brasileiras de Auditoria e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. A BDO RCS Auditores Independentes S/S não prestou outros serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Multilaser Industrial S.A.

Para onde a tecnologia for a Multilaser estará lá!

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Multilaser Industrial S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Multilaser Industrial S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Multilaser Industrial S.A.** em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos opinião separada sobre esses assuntos.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, regulatória e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas possuem assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, nos montantes totais de R$ 563.344 mil, R$ 511.510 e R$ 428.604, respectivamente, sendo que R$ 139.464 mil, R$ 72.507 mil e R$ 103.880 mil, respectivamente, estão provisionados por serem considerados como provável perda, conforme avaliação realizada pela administração a partir da opinião de seus assessores jurídicos.

A determinação dos montantes provisionados e divulgados dependem do julgamento crítico da Administração em relação à probabilidade de perda destacada nas discussões em andamento, com base nas interpretações da legislação vigente e nas decisões judiciais. Adicionalmente, dada a magnitude dos valores envolvidos, a complexidade do ambiente tributário e a evolução da jurisprudência, quaisquer mudanças nas premissas adotadas na determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

Por esses fatores, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração e divulgação dessas contingências como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Atualização do nosso entendimento do ambiente de controles internos relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes;
- Avaliação das premissas e critérios utilizados pela Companhia, incluindo as atualizações, para reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências nas demonstrações contábeis;
- Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos tributários, com objetivo de confirmar: (i) a existência de processos e seu estágio atual; (ii) a respectiva avaliação de perda envolvida e as fundamentações jurídicas aplicáveis;
- Envolvimento dos nossos especialistas tributários para avaliar a natureza e fundamentações adotadas pela Companhia, suportada pelos seus assessores jurídicos, na constituição de provisão para certos créditos tributários de Pis/Cofins reconhecida em 2020;
- Com relação aos aspectos tributários ligados a tributos sobre o lucro, nossa avaliação contemplou: (i) reuniões com a administração para atualizar nosso entendimento dos controles internos para identificação e monitoramento de tratamentos fiscais incertos; (ii) critérios adotados para reconhecimento e mensuração de passivo tributário, quando aplicável.
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia na Nota Explicativa n°18.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, identificamos um ajuste que, por não ser material, não foi regularizado pela Companhia. Portanto, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para contingências com um todo, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa n°18, por estarem consistentes com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Conforme descrito na Nota Explicativa n° 2.7, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020 estão sendo reapresentadas em decorrência dos ajustes realizados pela Companhia para corrigir os efeitos contábeis relacionados ao assunto mencionado na referida nota explicativa, conforme previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Esse relatório substitui o anteriormente emitido em 24 de junho de 2021. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de julho de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Luiz Gustavo Pereira dos Santos
Contador CRC 1 SP 258849/O-9

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Ativo

		Controladora			Consolidado		
	Nota explicativa	2020 Reapresentado	2019 Reapresentado	2018 Reapresentado	2020 Reapresentado	2019 Reapresentado	2018 Reapresentado
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.237	33.871	28.086	452.453	97.927	33.506
Contas a receber	5	973.180	600.084	514.236	967.780	613.386	551.186
Partes relacionadas	28	183.878	639	191	-	639	-
Estoques	6	1.651.923	624.011	832.729	2.610.622	787.688	972.894
Instrumentos financeiros derivativos	25(b.4)	10.920	-	279	10.920	-	279
Tributos a recuperar	7	207.001	93.597	57.408	222.315	108.847	65.615
Despesas antecipadas	-	6.506	17.682	4.724	6.568	17.788	5.310
Outros ativos	9	3.953	1.734	3.994	12.325	2.223	4.384
		3.078.598	**1.371.618**	**1.441.648**	**4.282.983**	**1.628.498**	**1.633.174**
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Tributos diferidos	26	130.139	74.577	55.218	133.208	78.930	64.919
Depósitos judiciais	9	53.797	36.899	4.033	53.797	38.042	4.033
Outros ativos	9	29.857	8.773	1.011	39.525	8.792	1.083
		213.793	**120.249**	**60.262**	**226.530**	**125.764**	**70.035**
Investimentos	8	476.382	297.944	235.471	-	-	-
Propriedades para investimentos	10	5.020	5.020	4.992	5.020	5.020	4.992
Imobilizado	11	87.032	88.349	57.234	161.925	142.890	107.936
Intangível	12	2.107	2.166	2.325	5.403	4.483	3.384
Ativos de direitos de uso	13	4.779	14.679	-	5.504	16.785	-
		575.320	**408.157**	**300.023**	**177.852**	**169.178**	**116.313**
		789.112	**528.406**	**360.285**	**404.382**	**294.942**	**186.348**
Total do ativo		**3.867.710**	**1.900.024**	**1.801.933**	**4.687.365**	**1.923.440**	**1.819.522**

Passivo e patrimônio líquido

		Controladora			Consolidado		
	Nota explicativa	2020 Reapresentado	2019 Reapresentado	2018 Reapresentado	2020 Reapresentado	2019 Reapresentado	2018 Reapresentado
Circulante							
Fornecedores	14	1.227.723	333.806	415.887	1.992.782	345.483	447.820
Empréstimos e financiamentos	15	232.282	104.614	108.864	232.282	106.546	108.864
Obrigações trabalhistas e sociais	16	26.619	15.304	17.384	30.250	17.778	18.523
Obrigações tributárias	17	22.602	9.670	19.461	37.329	10.933	19.805
Partes relacionadas	28	170	-	18.774	-	7	-
Adiantamento de clientes	-	51.594	17.329	21.235	54.921	18.044	22.123
Instrumentos financeiros derivativos	25(b.4)	20.548	-	1.354	20.548	-	1.354
Obrigações com garantia	-	35.430	33.649	26.534	35.432	33.653	26.534
Juros sobre capital próprio e dividendos	19.2(d)	23.538	494	33.840	23.538	494	33.840
Passivos de arrendamento	13	1.681	4.337	-	2.138	5.838	-
Outras contas	-	46.024	35.095	20.375	71.736	37.057	22.409
		1.688.211	**554.298**	**683.708**	**2.500.955**	**575.832**	**701.273**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	15	473.464	70.886	65.016	473.464	70.886	65.016
Obrigações tributarias	17	36.457	41.447	-	42.641	42.066	-
Provisão para riscos processuais, civeis e tributários	18	142.079	74.405	106.960	142.079	74.405	106.985
Passivos de arrendamento	13	3.445	9.009	-	4.170	9.735	-
Outras contas	-	-	-	118	-	537	118
		655.444	**195.748**	**172.094**	**662.354**	**197.629**	**172.119**
Patrimônio líquido							
Capital social	19.1	757.039	757.039	757.039	757.039	757.039	757.039
Reservas de capital	19.2(c.1)	8.357	-	-	8.357	-	-
Reserva legal	19.2(a)	45.501	23.287	11.717	45.501	23.287	11.717
Reserva incentivos fiscais	19.2(b)	599.432	346.060	175.611	599.432	346.060	175.611
Reserva de retenção de lucros	-	101.722	23.593	1.763	101.722	23.593	1.763
Reserva estatutaria	19.2(c.2)	22.711	-	-	22.711	-	-
Ações em tesouraria	19.2(c.3)	(10.708)	-	-	(10.708)	-	-
		1.524.055	**1.149.978**	**946.130**	**1.524.055**	**1.149.978**	**946.130**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.867.710**	**1.900.024**	**1.801.933**	**4.687.365**	**1.923.440**	**1.819.522**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		2020 Reapresentado	2019	2018	2020 Reapresentado	2019	2018
Receita líquida de vendas	20	2.983.206	1.794.496	1.740.046	3.077.116	1.909.372	1.914.705
Custo das mercadorias e produtos vendidos	21	(2.177.563)	(1.295.154)	(1.139.199)	(1.966.453)	(1.290.943)	(1.246.048)
Lucro bruto		**805.642**	**499.342**	**600.846**	**1.110.663**	**618.429**	**668.657**
(Despesas)/receitas operacionais							
Com vendas	21	(473.616)	(378.188)	(333.077)	(529.181)	(403.130)	(350.355)
Gerais e administrativas	21	(54.679)	(49.841)	(46.094)	(67.211)	(54.384)	(48.107)
Resultado com equivalência patrimonial	8	178.198	85.479	47.460	-	-	-
Outras receitas operacionais	23	12.479	57.914	(34.866)	10.571	59.653	(34.889)
Resultado antes do resultado financeiro		**468.023**	**214.706**	**234.270**	**524.842**	**220.568**	**235.306**
Receitas financeiras	-	36.657	24.192	17.300	42.040	26.007	17.499
Despesas financeiras	-	(61.656)	(17.157)	(21.991)	(64.534)	(17.811)	(22.816)
Variação cambial líquida	-	(54.283)	(9.727)	(5.955)	(71.093)	(8.589)	(7.183)
Resultado financeiro	22	**(79.283)**	**(2.692)**	**(10.646)**	**(93.587)**	**(393)**	**(12.500)**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**388.740**	**212.014**	**223.624**	**431.255**	**220.174**	**222.805**
Imposto de renda e contribuição social correntes	26.(a)	-	-	(10.281)	(41.231)	(2.812)	(11.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.(a)	55.562	19.359	20.999	54.278	14.011	23.392
Lucro do exercício		**444.302**	**231.373**	**234.342**	**444.302**	**231.373**	**234.342**
Resultado atribuído aos							
Acionistas controladores	-	444.302	231.373	234.342	444.302	231.373	234.342
Lucro do exercício		**444.302**	**231.373**	**234.342**	**444.302**	**231.373**	**234.342**
Resultado por ação:							
Resultado por ação - básico (em R$)	24	2,105279	1,070800	1,084538	2,105279	1,070800	1,084538
Resultado por ação - diluído (em R$)	24	**2,105279**	**1,070800**	**1,084538**	**2,105279**	**1,070800**	**1,084538**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020 Reapresentado	2019	2018	2020 Reapresentado	2019	2018
Lucro do exercício	**444.302**	**231.373**	**234.342**	**444.302**	**231.373**	**234.342**
Resultado abragente total	**444.302**	**231.373**	**234.342**	**444.302**	**231.373**	**234.342**
Resultado atribuído aos						
Acionistas controladores	444.302	231.373	234.342	444.302	231.373	234.342
Resultado abragente total	**444.302**	**231.373**	**234.342**	**444.302**	**231.373**	**234.342**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

			Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**757.039**	**-**	**11.717**	**1.763**	**175.611**	**-**	**-**	**-**	**946.130**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	231.373	**231.373**
Destinações:									
Reserva legal	-	-	11.568	-	-	-	-	(11.568)	**-**
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	170.449	-	-	(170.449)	**-**
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(27.526)	**(27.526)**
Retenção de lucros	-	-	-	21.830	-	-	-	(21.830)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**757.039**	**-**	**23.285**	**23.593**	**346.060**	**-**	**-**	**-**	**1.149.978**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	444.302	**444.302**
Destinações									
Reserva legal	**-**	-	22.215	-	-	-	-	(22.215)	**-**
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	253.372	-	-	(253.372)	**-**
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	22.711	-	(22.711)	**-**
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	(23.593)	-	-	-	(17.325)	**(40.918)**
Dividendos obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(1.687)	**(1.687)**
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(25.270)	**(25.270)**
Retenção de lucros	-	-	-	101.722	-	-	-	(101.722)	**-**
Aquisição de ações da propria companhia (nota n°19.2(c.2))	-	-	-	-	-	-	(22.711)	-	**(22.711)**
Remuneração com entrega de ações (nota n°19.2(c.1))/ nota° 29	-	8.357	-	-	-	-	8.634	-	**16.991**
Transferência de ações entre sócios (nota n°19.2(c.3))	-	-	-	-	-	-	3.370	-	**3.370**
									-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**757.039**	**8.357**	**45.501**	**101.722**	**599.432**	**22.711**	**(10.708)**	**-**	**1.524.055**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota explicativa	2020 Reapresentado	2019 Reapresentado	2018 Reapresentado	2020 Reapresentado	2019 Reapresentado	2018 Reapresentado
Fluxo de caixa da atividade operacional							
Lucro líquido do exercício		**444.302**	**231.373**	**232.222**	**444.302**	**231.373**	**232.222**
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.(a)	(55.562)	(19.359)	(21.653)	(54.278)	(14.011)	(24.045)
Variação monetária, cambial e juros não realizados	-	45.825	8.843	4.426	45.825	8.843	4.426
Depreciação e amortização	11,12 e 13	12.272	8.765	4.019	23.641	16.666	9.437
Perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	11	822	-	-	822	-	-
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	5	25.342	17.548	14.356	25.421	20.805	14.660
Ajuste ao valor presente de contas a receber	-	849	-	-	849	-	-
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	11	2.515	121	-	6.756	123	-
Perda estimativa para ajuste ao valor realizável do estoque	6	2.435	22.381	7.589	1.938	14.538	15.471
Provisão para riscos processuais, civeis e tributários	18	67.674	(32.554)	56.583	67.674	(32.580)	56.609
Equivalência patrimonial	8	(178.198)	(85.479)	(47.460)	-	-	-
Provisão para gastos e abatimentos com clientes	-	93.563	8.231	11.074	92.339	9.077	11.942
Provisões para garantias	-	1.781	7.115	5.297	1.782	7.113	5.285
Outras transações com efeito não caixa	-	22.491	-	-	22.491	-	-
		486.110	**166.985**	**266.454**	**679.559**	**261.947**	**326.007**
Variações patrimoniais							
Contas a receber	-	(492.849)	(111.626)	(150.967)	(393.670)	(165.940)	(148.796)
Estoques	-	(1.017.597)	186.338	(129.992)	(1.811.774)	170.774	(168.367)
Créditos tributários	-	(113.404)	(36.189)	20.205	(113.416)	(40.913)	18.301
Outros ativos	-	(212.263)	(51.495)	(22.854)	(44.725)	(32.490)	(38.659)
Fornecedores	-	893.917	(82.081)	37.555	1.567.543	(25.079)	16.546
Obrigações tributárias	-	7.942	31.656	(49.096)	64.746	33.028	(47.895)
Contas a pagar	-	48.459	(11.512)	24.786	78.357	(13.823)	42.974
Imposto de renda e contribuiçao social pagos	-	-	-	(10.281)	(41.231)	-	(11.855)
		(885.795)	**(74.910)**	**(280.644)**	**(694.171)**	**(74.444)**	**(337.752)**
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais		**(399.685)**	**92.075**	**(14.190)**	**(14.611)**	**187.504**	**(11.745)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos							
Aquisição de ativo imobiilzado	11	(10.154)	(36.718)	(25.838)	(44.869)	(47.007)	(38.159)
Aquisição de intangível	12	-	-	-	(992)	(359)	(213)
Resultado na venda de imobilizado	-	-	-	120	-	-	120
Aquisição de propriedades para investimentos	-	-	(27)	(4.992)	-	(27)	(4.992)
Dividendos e juros sobre capital proprio	-	911	36.070	-	-	-	-
Investimento em participação societária	-	(582)	(13.064)	(8.834)	-	(4.533)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		**(9.826)**	**(13.739)**	**(39.544)**	**(45.861)**	**(51.926)**	**(43.244)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos							
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	19.2(d)	(44.832)	(60.873)	(57.000)	(44.832)	(60.873)	(57.000)
Aquisição de ações para tesouraria	19.2(c.2)	(22.711)	-	-	(22.711)	-	-
Recursos provenientes de emprestimos e financiamentos	15.4	656.720	126.939	69.890	656.720	128.871	69.890
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	15.4	(10.774)	(3.798)	(4.553)	(10.774)	(3.798)	(4.553)
Pagamentos ativos direito de uso		-	(4.456)	-	-	(5.600)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	15.4	(161.527)	(130.363)	(53.009)	(163.458)	(130.363)	(53.009)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		**416.877**	**(72.551)**	**(44.672)**	**414.946**	**(71.763)**	**(44.672)**
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		**7.366**	**5.785**	**(98.406)**	**354.474**	**63.814**	**(99.661)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	33.871	28.086	126.492	97.980	34.113	133.168
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	41.237	33.871	28.086	452.453	97.927	33.506
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		**7.366**	**5.785**	**(98.406)**	**354.474**	**63.814**	**(99.661)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020 Reapresentado	2019	2018	2020 Reapresentado	2019	2018
Receitas						
Venda de mercadorias e serviços	3.529.099	2.135.222	2.084.689	3.512.605	2.525.224	2.251.099
Outras receitas	89.730	34.905	18.767	94.234	35.734	19.407
Estimativa para perdas com crédito de liquidação duvidosa	(25.342)	(17.548)	(14.356)	(25.421)	(20.805)	(14.660)
	3.593.487	**2.152.579**	**2.089.099**	**3.581.419**	**2.540.153**	**2.255.846**
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.098.396)	(1.205.344)	(1.092.468)	(1.666.562)	(1.450.997)	(1.173.257)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(374.271)	(293.414)	(243.252)	(435.031)	(317.672)	(250.045)
Perda / recuperação de valores ativos	(2.435)	(22.381)	(7.589)	(1.938)	(14.538)	(15.471)
	(2.475.102)	**(1.521.139)**	**(1.343.309)**	**(2.103.531)**	**(1.783.207)**	**(1.438.772)**
Valor adicionado bruto	**1.118.385**	**631.441**	**745.790**	**1.477.888**	**756.946**	**817.074**
Depreciação e amortização	(12.272)	(8.765)	(4.019)	(23.640)	(16.666)	(9.437)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**1.106.113**	**622.675**	**741.771**	**1.454.248**	**740.280**	**807.637**
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	178.198	85.479	47.460	-	-	-
Receitas financeiras e variaçoes cambiais	168.555	97.033	140.912	245.033	113.915	175.173
Outras	1.754	1.872	810	1.930	2.005	843
Valor adicionado total a distribuir	**1.454.621**	**807.059**	**930.954**	**1.701.211**	**856.200**	**983.652**
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal						
Remuneração direta	114.884	102.150	91.085	133.526	111.107	98.730
Benefícios	24.469	30.249	25.717	29.809	32.538	27.142
FGTS	9.641	9.876	7.978	11.065	10.695	8.586
	148.994	**142.275**	**124.781**	**174.400**	**154.340**	**134.458**
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	477.808	276.803	302.098	586.098	295.258	306.117
Estaduais	60.712	74.323	112.209	79.705	77.983	113.572
Municipais	309	1.059	671	635	1.732	1.126
	538.829	**352.185**	**414.978**	**666.437**	**374.973**	**420.814**
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros e variações cambiais	237.006	92.331	135.412	325.991	106.459	170.929
Outras	82.739	(15.784)	18.840	86.643	(16.290)	19.419
Aluguéis	2.751	2.237	2.601	3.438	2.904	3.689
	322.496	**78.784**	**156.853**	**416.071**	**93.072**	**194.038**
Remuneração de capitais próprios						
Juros sobre o capital próprio	25.270	21.260	38.559	25.270	21.260	38.559
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	19.012	5.772	7.500	19.012	5.772	7.500
Lucros retidos	400.020	206.782	188.283	400.020	206.782	188.283
	444.303	**233.814**	**234.342**	**444.303**	**233.814**	**234.342**
Valor adicionado total distribuído	**1.454.621**	**807.059**	**930.954**	**1.701.211**	**856.200**	**983.652**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Multilaser Industrial S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede na cidade de São Paulo, possui um complexo industrial em Extrema - MG, com mais de 120.000 m2, detentora de um portfólio abrangente e diversificado de produtos.

Tem como atividades preponderantes a importação, fabricação, venda, distribuição e pós-venda de diversos produtos, dentre eles tablets, smartphones, notebooks, pen drives, chips de memória, acessórios de informática, eletroportáteis, casa conectada - IoT (Internet of Things), utensílios domésticos, ferramentas, acessórios e equipamentos esportivos, instrumentos de saúde, redes de telecomunicações, acessórios e produtos automotivos, áudio e vídeo, segurança eletrônica, brinquedos, papelaria, pets e puericultura, oferecidos sob marcas próprias e marcas licenciadas a milhares de clientes varejistas e no comércio eletrônico.

A Companhia foi fundada em 14 de novembro de 1988, com o nome de Fax Point Indústria, Importação e Exportação Ltda., teve sua denominação social alterada para Multilaser Industrial S.A. em junho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía quatro controladas diretas:

- **Multilaser Industria de Equipamentos de Informática, Eletrônicos e Ópticos Ltda.:** é uma sociedade empresarial limitada, fundada em 2013, também localizada no município de Extrema – MG, cujo seu objeto social consistente na produção de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos;
- **Giga Industria e Comércio de Produtos de Segurança Eletrônica S.A.:** é uma sociedade empresarial limitada, adquirida em março de 2017, localizada em Manaus-AM, cujo seu objeto social consistente em comercialização, industrialização e desenvolvimento de equipamentos eletrônicos, informática, segurança eletrônica e telecomunicações;
- **Proinox Brasil Ltda.:** é uma sociedade empresarial limitada, adquirida em março de 2019, localizada em Santa Catarina, cujo seu objeto social consistente em comercialização e importação de produtos diversos;
- **Lojas Multilaser – Comércio Varejistas Ltda.:** em outubro de 2019, a Companhia iniciou o investimento em sua primeira loja física própria, localizada na cidade de São Paulo - SP, cuja operação está em pleno funcionamento.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração realiza uma avaliação da capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 13 de julho de 2021.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Companhias abertas. NBC TG 09 / (Deliberação CVM 557/08). As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais (R$) que é a moeda de apresentação. Todos os valores estão arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Certos ativos e instrumentos financeiros podem estar apresentados pelo valor justo.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3. Conversão de saldos em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da controladora e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real. Cada entidade incluída nas demonstrações contábeis consolidadas, tem sua própria moeda funcional, que se diferente da moeda de apresentação das demonstrações contábeis, deve ser convertida na moeda funcional de apresentação das demonstrações consolidadas.

2.4. Uso de estimativa

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e as NBC's requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As áreas que envolvem julgamento críticos ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3.1.2.

2.5. Demonstrações contábeis consolidadas

Base de consolidação

Controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas Controladas conforme Nota Explicativa nº 8.

As controladas incluídas na consolidação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, estão listadas a seguir:

			Participação em (%)	
Controladas	Principal Atividade	UF	2020	20219
Multilaser Ind de Equip. de Infom, Elet e Opticos Ltda.	Produção de memórias	MG	100	100
Giga Ind. e Com. de Prod. de Seg. Eletrônica S.A.	Produção de equipamentos de segurança	AM	100	100
Proinox Brasil Ltda	Importação	SP	100	100
Lojas Multilaser - Comercio Varejista Ltda	Comercio varejista	SP	100	100

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data da sua fundação, ou a partir da data em que a Companhia obteve o seu controle efetivo.

As demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas com base nas demonstrações contábeis da controlada, que utilizam as mesmas práticas contábeis em sua elaboração. O exercício social das controladas coincide com o da controladora. Os principais procedimentos de consolidação estão descritos no item 3.

Outros investimentos

A Companhia não tem influência significativa nestes investimentos, os quais foram mensurados a valor justo por meio do resultado ou pelo custo de aquisição:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Inova We Empreendedorismo Feminino Fundo de Investimentos em Participações Capital Semente	14,00%	-	-	14,00%	-	-
Inova V Fundo de Investimentos em Participações Empresas Emergentes	-	-	-	8,50%	-	-

2.6. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

A Companhia utiliza os segmentos abaixo e avalia o desempenho a nível de lucro bruto operacional de cada segmento, o que propicia um melhor gerenciamento das suas operações:

- Mobile devices;
- Office & IT supplies;
- Home products;
- Kids & sports.

2.7. Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020

Administração da Companhia, com objetivo de atender aos requerimentos previstos no Ofício CVM n° 89/2021/CVM/SEP/GEA-2, recebido no contexto do pedido de registro de companhia aberta, realizou ajustes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como das notas explicativas n° 3.1.2, 19.2, 21, 24, 25.3, 26, 28 e 29, para corrigir os efeitos contábeis relacionados a mensuração a valor justo das ações entregues como parte da remuneração da Administração ao longo do exercício de 2020. As referidas ações foram mensuradas a valor justo, com base em laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia, elaborado por consultores externos, cujo montante apurado por ação foi de R$ 17,71. Diante deste cenário, a Companhia procedeu os referidos ajustes de correção em relação a este assunto e está reapresentando as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020, anteriormente emitidas em 24 de junho de 2021, em consonância com os requerimentos previstos da NBC TG 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os efeitos destes ajustes estão apresentados abaixo:

Ativo

	Controladora			Consolidado		
	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	41.237	-	41.237	452.453	-	452.453
Contas a receber	973.180	-	973.180	967.780	-	967.780
Partes relacionadas	183.878	-	183.878	-	-	-
Estoques	1.651.923	-	1.651.923	2.610.622	-	2.610.622
Instrumentos financeiros derivativos	10.920	-	10.920	10.920	-	10.920
Tributos a recuperar	207.001	-	207.001	222.315	-	222.315
Despesas antecipadas	6.506	-	6.506	6.568	-	6.568
Outros ativos	3.953	-	3.953	12.325	-	12.325
	3.078.598	**-**	**3.078.598**	**4.282.983**	**-**	**4.282.983**
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Tributos diferidos	130.139	-	130.139	133.208	-	133.208
Depósitos judiciais	53.797	-	53.797	53.797	-	53.797
Outros ativos	29.857	-	29.857	39.525	-	39.525
	213.793	**-**	**213.793**	**226.530**	**-**	**226.530**
Investimentos	476.382	-	476.382	-	-	-
Propriedades para investimentos	5.020	-	5.020	5.020	-	5.020
Imobilizado	87.032	-	87.032	161.925	-	161.925
Intangível	2.107	-	2.107	5.403	-	5.403
Ativos de direitos de uso	4.779	-	4.779	5.504	-	5.504
	575.320	**-**	**575.320**	**177.852**	**-**	**177.852**
	789.112	**-**	**789.112**	**404.382**	**-**	**404.382**
Total do ativo	**3.867.710**	**-**	**3.867.710**	**4.687.365**	**-**	**4.687.365**

Passivo e patrimônio líquido

	Controladora			Consolidado		
	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado
Circulante						
Fornecedores	1.227.723	-	1.227.723	1.992.782	-	1.992.782
Empréstimos e financiamentos	232.282	-	232.282	232.282	-	232.282
Obrigações trabalhistas e sociais	26.619	-	26.619	30.250	-	30.250
Obrigações tributárias	22.602	-	22.602	37.329	-	37.329
Partes relacionadas	170	-	170	-	-	-
Adiantamento de clientes	51.594	-	51.594	54.921	-	54.921
Instrumentos financeiros derivativos	20.548	-	20.548	20.548	-	20.548
Obrigações com garantia	35.430	-	35.430	35.432	-	35.432
Juros sobre capital próprio e dividendos	23.604	(66)	23.538	23.604	(66)	23.538
Passivos de arrendamento	1.681	-	1.681	2.138	-	2.138
Outras contas	46.024	-	46.024	71.736	-	71.736
	1.688.277	**(66)**	**1.688.212**	**2.501.021**	**(66)**	**2.500.956**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	473.464	-	473.464	473.464	-	473.464
Obrigações tributarias	36.457	-	36.457	42.641	-	42.641
Provisão para riscos processuais, civeis e tributários	142.079	-	142.079	142.079	-	142.079
Passivos de arrendamento	3.445	-	3.445	4.170	-	4.170
Outras contas	-	-	-	-	-	-
	655.444	**-**	**655.444**	**662.354**	**-**	**662.354**
Patrimônio líquido						
Capital social	757.039	-	757.039	757.039	-	757.039
Reservas de capital	8.357	-	8.357	8.357	-	8.357
Reserva legal	45.847	(346)	45.501	45.847	(346)	45.501
Reserva incentivos fiscais	599.432	-	599.432	599.432	-	599.432
Reserva de retenção de lucros	108.236	(6.514)	101.722	108.236	(6.514)	101.722
Reserva estatutaria	22.711	-	22.711	22.711	-	22.711
Ações em tesouraria	(17.634)	6.926	(10.708)	(17.634)	6.926	- 10.708
	1.523.989	**66**	**1.524.055**	**1.523.989**	**66**	**1.524.055**
Total do passivo e patrimônio liquido	**3.867.710**	**-**	**3.867.710**	**4.687.365**	**-**	**4.687.365**

	Controladora			Consolidado		
	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado
Receita líquida de vendas	2.983.206	-	2.983.206	3.077.116	-	3.077.116
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(2.177.563)	-	(2.177.563)	(1.966.453)	-	(1.966.453)
Lucro bruto	**805.642**	**-**	**805.642**	**1.110.663**	**-**	**1.110.663**
(Despesas)/receitas operacionais						
Com vendas	(473.616)	-	(473.616)	(529.181)	-	(529.181)
Gerais e administrativas	(47.753)	(6.926)	(54.679)	(60.285)	(6.926)	(67.211)
Resultado com equivalência patrimonial	178.198	-	178.198	-	-	-
Outras receitas operacionais	12.479	-	12.479	10.571	-	10.571
Resultado antes do resultado financeiro	**474.949**	**(6.926)**	**468.024**	**531.768**	**(6.926)**	**524.842**
Receitas financeiras	36.657	-	36.657	42.040	-	42.040
Despesas financeiras	(61.656)	-	(61.656)	(64.534)	-	(64.534)
Variação cambial líquida	(54.283)	-	(54.283)	(71.093)	-	(71.093)
Resultado financeiro	**(79.283)**	**-**	**(79.283)**	**(93.587)**	**-**	**(93.587)**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**395.666**	**(6.926)**	**388.741**	**438.181**	**(6.926)**	**431.255**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(41.231)	-	(41.231)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	55.562	-	55.562	54.278	-	54.278
Lucro do exercício	**451.228**	**(6.926)**	**444.303**	**451.228**	**(6.926)**	**444.302**
Resultado atribuído aos						
Acionistas controladores	451.228	(6.926)	444.303	451.228	(6.926)	444.302
Lucro do exercício	**451.228**	**(6.926)**	**444.303**	**451.228**	**(6.926)**	**444.302**
Resultado por ação:						
Resultado por ação - básico (em R$)	2,138096	(0,032822)	2,105274	2,138096	(0,032822)	2,105274
Resultado por ação - diluído (em R$)	**2,138096**	**(0,032822)**	**2,105274**	**2,138096**	**(0,032822)**	**2,105274**

	Controladora			Consolidado		
	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado
Lucro do exercício	**451.228**	**(6.926)**	**444.302**	**451.228**	**(6.926)**	**444.302**
Resultado abragente total	**451.228**	**(6.926)**	**444.302**	**451.228**	**(6.926)**	**444.302**
Resultado atribuído aos						
Acionistas controladores	451.228	(6.926)	444.302	451.228	(6.926)	444.302
Resultado abragente total	**451.228**	**(6.926)**	**444.302**	**451.228**	**(6.926)**	**444.302**

	Controladora			Consolidado		
	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado
Fluxo de caixa da atividade operacional						
Lucro líquido do exercício	**451.228**	**(6.926)**	**444.302**	**451.228**	**(6.926)**	**444.302**
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(55.562)	-	(55.562)	(54.278)	-	(54.278)
Variação monetária, cambial e juros não realizados	45.825	-	45.825	45.825	-	45.825
Depreciação e amortização	12.272	-	12.272	23.641	-	23.641
Perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	822	-	822	822	-	822
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	25.342	-	25.342	25.421	-	25.421
Ajuste ao valor presente de contas a receber	849	-	849	849	-	849
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	2.515	-	2.515	6.756	-	6.756
Perda estimativa para ajuste ao valor realizável do estoque	2.435	-	2.435	1.938	-	1.938
Provisão para riscos processuais, civeis e tributários	67.674	-	67.674	67.674	-	67.674
Equivalência patrimonial	(178.198)	-	(178.198)	-	-	-
Provisão para gastos e abatimentos com clientes	93.563	-	93.563	92.339	-	92.339
Provisões para garantias	1.781	-	1.781	1.782	-	1.782
Outras transações com efeito não caixa	15.565	6.926	22.491	15.566	6.926	22.492
	486.110	**-**	**486.110**	**679.560**	**-**	**679.560**
Variações patrimoniais						
Contas a receber	(492.849)	-	(492.849)	(393.670)	-	(393.670)
Estoques	(1.017.597)	-	(1.017.597)	(1.811.774)	-	(1.811.774)
Créditos tributários	(113.404)	-	(113.404)	(113.416)	-	(113.416)
Outros ativos	(212.263)	-	(212.263)	(44.725)	-	(44.725)
Fornecedores	893.917	-	893.917	1.567.543	-	1.567.543
Obrigações tributárias	7.942	-	7.942	64.746	-	64.746
Contas a pagar	48.459	-	48.459	78.357	-	78.357
Imposto de renda e contribuiçao social pagos	-	-	-	(41.231)	-	(41.231)
	(885.795)	**-**	**(885.795)**	**(694.171)**	**-**	**(694.171)**
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais	**(399.686)**	**-**	**(399.685)**	**(14.611)**	**-**	**(14.611)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição de ativo imobiilzado	(10.154)	-	(10.154)	(44.869)	-	(44.869)
Aquisição de intangível	-	-	-	(992)	-	(992)
Resultado na venda de imobilizado	-	-	-	-	-	-
Aquisição de propriedades para investimentos	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital proprio	911	-	911	-	-	-
Investimento em participação societária	(582)	-	(582)	-	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(9.826)**	**-**	**(9.826)**	**(45.861)**	**-**	**(45.861)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(44.832)	-	(44.832)	(44.832)	-	(44.832)
Aquisição de ações para tesouraria	(22.711)	-	(22.711)	(22.711)	-	(22.711)
Recursos provenientes de emprestimos e financiamentos	656.720	-	656.720	656.720	-	656.720
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(10.774)	-	(10.774)	(10.774)	-	(10.774)
Pagamentos ativos direito de uso	-	-	-	-	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(161.527)	-	(161.527)	(163.458)	-	(163.458)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**416.877**	**-**	**416.877**	**414.946**	**-**	**414.946**
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**7.366**	**-**	**7.366**	**354.474**	**-**	**354.474**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.871	-	33.871	97.980	-	97.980
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	41.237	-	41.237	452.453	-	452.453
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**7.366**	**-**	**7.366**	**354.474**	**-**	**354.474**

	Controladora			Consolidado		
	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado
Receitas						
Venda de mercadorias e serviços	3.529.099	-	3.529.099	3.512.605	-	3.512.605
Outras receitas	89.730	-	89.730	94.234	-	94.234
Estimativa para perdas com crédito de liquidação duvidosa	(25.342)	-	(25.342)	(25.421)	-	(25.421)
	3.593.487	**-**	**3.593.487**	**3.581.419**	**-**	**3.581.419**
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.098.396)	-	(2.098.396)	(1.666.562)	-	(1.666.562)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(374.271)	-	(374.271)	(435.031)	-	(435.031)
Perda / recuperação de valores ativos	(2.435)	-	(2.435)	(1.938)	-	(1.938)
	(2.475.102)	**-**	**(2.475.102)**	**(2.103.531)**	**-**	**(2.103.531)**
Valor adicionado bruto	**1.118.385**	**-**	**1.118.385**	**1.477.888**	**-**	**1.477.888**
Depreciação e amortização	(12.272)	-	(12.272)	(23.640)	-	(23.640)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**1.106.113**	**-**	**1.106.113**	**1.454.248**	**-**	**1.454.248**
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	178.198	-	178.198	-	-	-
Receitas financeiras e variaçoes cambiais	168.555	-	168.555	245.033	-	245.033
Outras	1.754	-	1.754	1.930	-	1.930
Valor adicionado total a distribuir	**1.454.621**	**-**	**1.454.621**	**1.701.211**	**-**	**1.701.211**
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal						
Remuneração direta	107.958	6.926	114.884	126.600	6.926	133.526
Benefícios	24.469	-	24.469	29.809	-	29.809
FGTS	9.641	-	9.641	11.065	-	11.065
	142.068	**6.926**	**148.994**	**167.474**	**6.926**	**174.400**
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	477.808	-	477.808	586.098	-	586.098
Estaduais	60.712	-	60.712	79.705	-	79.705
Municipais	309	-	309	635	-	635
	538.829	**-**	**538.829**	**666.437**	**-**	**666.437**
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros e variações cambiais	237.006	-	237.006	325.991	-	325.991
Outras	82.739	-	82.739	86.643	-	86.643
Aluguéis	2.751	-	2.751	3.438	-	3.438
	322.496	**-**	**322.496**	**416.071**	**-**	**416.071**
Remuneração de capitais próprios						
Juros sobre o capital próprio	25.270	-	25.270	25.270	-	25.270
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	19.078	(66)	19.012	19.078	(66)	19.012
Lucros retidos	406.880	(6.860)	400.020	406.880	(6.860)	400.020
	451.229	**(6.926)**	**444.302**	**451.229**	**(6.926)**	**444.302**
Valor adicionado total distribuído	**1.454.621**	**-**	**1.454.621**	**1.701.211**	**-**	**1.701.211**

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para apresentar a demonstração do valor adicionado, resultado por ação e aprimoramentos de certas divulgações em notas explicativas.

A Administração da Companhia não identificou ajustes e reclassificações que pudessem materialmente afetar o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data.

Ativo

	Controladora			Consolidado		
	2019 Originalmente apresentado	Reclassificações	2019 Reapresentado	2019 Originalmente apresentado	Reclassificações	2019 Reapresentado
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	33.871	-	33.871	97.927	-	97.927
Contas a receber	600.084	-	600.084	613.386	-	613.386
Partes relacionadas	639	-	639	639	-	639
Estoques	624.011	-	624.011	787.688	-	787.688
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	93.597	-	93.597	108.847	-	108.847
Despesas antecipadas	17.682	-	17.682	17.788	-	17.788
Outros ativos	1.734	-	1.734	2.223	-	2.223
	1.371.618	**-**	**1.371.618**	**1.628.498**	**-**	**1.628.498**
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Tributos diferidos	74.577	-	74.577	78.930	-	78.930
Depósitos judiciais	-	36.899	36.899	-	38.042	38.042
Outros ativos	45.672	(36.899)	8.773	46.834	(38.042)	8.792
	120.249	**-**	**120.249**	**125.764**	**-**	**125.764**
Investimentos	297.944	-	297.944	-	-	-
Propriedades para investimentos	5.020	-	5.020	5.020	-	5.020
Imobilizado	88.349	-	88.349	142.890	-	142.890
Intangível	2.166	-	2.166	4.483	-	4.483
Ativos de direitos de uso	14.679	-	14.679	16.785	-	16.785
	408.157	**-**	**408.157**	**169.178**	**-**	**169.178**
	528.406	**-**	**528.406**	**294.942**	**-**	**294.942**
Total do ativo	**1.900.024**	**-**	**1.900.024**	**1.923.440**	**-**	**1.923.440**

Passivo e patrimônio líquido

	Controladora			Consolidado		
	2019 Originalmente apresentado	Reclassificações	2019 Reapresentado	2019 Originalmente apresentado	Reclassificações	2019 Reapresentado
Circulante						
Fornecedores	333.806	-	333.806	345.483	-	345.483
Empréstimos e financiamentos	104.614	-	104.614	106.546	-	106.546
Obrigações trabalhistas e sociais	15.304	-	15.304	17.778	-	17.778
Obrigações tributárias	9.670	-	9.670	10.933	-	10.933
Partes relacionadas	-	-	-	7	-	7
Adiantamento de clientes	17.329	-	17.329	18.044	-	18.044
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Obrigações com garantia	33.649	-	33.649	33.653	-	33.653
Juros sobre capital próprio e dividendos	494	-	494	494	-	494
Passivos de arrendamento	4.337	-	4.337	5.838	-	5.838
Outras contas	35.095	-	35.095	37.057	-	37.057
	554.298	**-**	**554.298**	**575.832**	**-**	**575.832**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	70.886	-	70.886	70.886	-	70.886
Obrigações tributarias	41.447	-	41.447	42.066	-	42.066
Provisão para riscos processuais, civeis e tributários	74.405	-	74.405	74.405	-	74.405
Passivos de arrendamento	9.009	-	9.009	9.735	-	9.735
Outras contas	-	-	-	537	-	537
	195.748	**-**	**195.748**	**197.629**	**-**	**197.629**
Patrimônio líquido						
Capital social	757.039	-	757.039	757.039	-	757.039
Reservas de capital	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	23.287	23.287	-	23.287	23.287
Reserva incentivos fiscais	-	346.060	346.060	-	346.060	346.060
Reserva de retenção de lucros	-	23.593	23.593	-	23.593	23.593
Reserva estatutaria	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	**392.939**	(392.939)	-	**392.939**	(392.939)	-
	1.149.978	**-**	**1.149.978**	**1.149.978**	**-**	**1.149.978**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.900.024**	**-**	**1.900.024**	**1.923.440**	**-**	**1.923.440**

DFC	Controladora			Consolidado		
	2019 Originalmente apresentado	Reclassificações	2019 Reapresentado	2019 Originalmente apresentado	Reclassificações	2019 Reapresentado
Fluxo de caixa da atividade operacional						
Lucro liquido do exercicio	**231.373**	**-**	**231.373**	**231.373**	**-**	**231.373**
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(19.359)	-	(19.359)	(14.011)	-	(14.011)
Variação monetária, cambial e juros não realizados	8.843	-	8.843	8.843	-	8.843
Depreciação e amortização	5.640	3.125	8.765	12.278	4.388	16.666
Amortizações ativo de direito de uso	3.125	(3.125)	-	4.388	(4.388)	-
Perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	17.548	-	17.548	20.805	-	20.805
Ajuste ao valor presente de contas a receber	-	-	-	-	-	-
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	121	-	121	123	-	123
Perda estimativa para ajuste ao valor realizável do estoque	22.381	-	22.381	14.538	-	14.538
Provisão para riscos processuais, civeis e tributários	(32.554)	-	(32.554)	(32.580)	-	(32.580)
Equivalência patrimonial	(85.479)	-	(85.479)	-	-	-
Provisão para gastos e abatimentos com clientes	8.231	-	8.231	9.077	-	9.077
Provisões para garantias	7.115	-	7.115	7.113	-	7.113
Outras transações com efeito não caixa	-	-	-	-	-	-
	166.985	**-**	**166.985**	**261.947**	**-**	**261.947**
Variações patrimoniais:						
Contas a receber	(111.626)	-	(111.626)	(165.940)	-	(165.940)
Estoques	186.338	-	186.338	170.774	-	170.774
Créditos tributários	(36.189)	-	(36.189)	(40.913)	-	(40.913)
Outros ativos	(51.495)	-	(51.495)	(32.490)	-	(32.490)
Fornecedores	(82.081)	-	(82.081)	(25.079)	-	(25.079)
Obrigações tributárias	31.656	-	31.656	33.028	-	33.028
Contas a pagar	(11.512)	-	(11.512)	(13.823)	-	(13.823)
Imposto de renda e contribuiçao social pagos	-	-	-	-	-	-
	(74.910)	**-**	**(74.910)**	**(74.444)**	**-**	**(74.444)**
Caixa liquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais	**92.075**	**-**	**92.075**	**187.504**	**-**	**187.504**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição de ativo imobiilzado	(36.718)	-	(36.718)	(47.007)	-	(47.007)
Aquisição de intangível	-	-	-	(359)	-	(359)
Resultado na venda de imobilizado	-	-	-	-	-	-
Aquisição de propriedades para investimentos	(27)	-	(27)	(27)	-	(27)
Dividendos e juros sobre capital proprio	36.070	-	36.070	-	-	-
Investimento em participação societária	(13.064)	-	(13.064)	(4.533)	-	(4.533)
Caixa liquido consumido nas atividades de investimentos	**(13.739)**	**-**	**(13.739)**	**(51.926)**	**-**	**(51.926)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(60.873)	-	(60.873)	(60.873)	-	(60.873)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	-	-
Recursos provenientes de emprestimos e financiamentos	126.939	-	126.939	128.871	-	128.871
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(3.798)	-	(3.798)	(3.798)	-	(3.798)
Pagamentos ativos direito de uso	(4.456)	-	(4.456)	(5.600)	-	(5.600)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(130.363)	-	(130.363)	(130.363)	-	(130.363)
Caixa liquido consumido nas atividades de financiamentos	**(72.551)**	**-**	**(72.551)**	**(71.763)**	**-**	**(71.763)**
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**5.785**	**-**	**5.785**	**63.814**	**-**	**63.814**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.086	-	28.086	34.113	-	34.113
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	33.871	-	33.871	97.927	-	97.927
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**5.785**	**-**	**5.785**	**63.814**	**-**	**63.814**

Ativo

	Controladora			Consolidado		
	2018 Originalmente apresentado	Reclassificações	2018 Reapresentado	2018 Originalmente apresentado	Reclassificações	2018 Reapresentado
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	28.086	-	28.086	33.506	-	33.506
Contas a receber	514.236	-	514.236	551.186	-	551.186
Partes relacionadas	191	-	191	-	-	-
Estoques	832.729	-	832.729	972.894	-	972.894
Instrumentos financeiros derivativos	279	-	279	279	-	279
Tributos a recuperar	57.408	-	57.408	65.615	-	65.615
Despesas antecipadas	4.724	-	4.724	5.310	-	5.310
Outros ativos	3.994	-	3.994	4.384	-	4.384
	1.441.648	**-**	**1.441.648**	**1.633.174**	**-**	**1.633.174**
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Tributos diferidos	55.218	-	55.218	64.919	-	64.919
Depósitos judiciais	-	4.033	4.033	-	4.033	4.033
Outros ativos	5.044	(4.033)	1.011	5.116	(4.033)	1.083
	60.262	**-**	**60.262**	**70.035**	**-**	**70.035**
Investimentos	235.471	-	235.471	-	-	-
Propriedades para investimentos	4.992	-	4.992	4.992	-	4.992
Imobilizado	57.234	-	57.234	107.936	-	107.936
Intangível	2.325	-	2.325	3.384	-	3.384
Ativos de direitos de uso	-	-	-	-	-	-
	300.023	**-**	**300.023**	**116.313**	**-**	**116.313**
	360.285	**-**	**360.285**	**186.348**	**-**	**186.348**
Total do ativo	**1.801.933**	**-**	**1.801.933**	**1.819.522**	**-**	**1.819.522**

Passivo e patrimônio líquido

	Controladora			Consolidado		
	2018 Originalmente apresentado	Reclassificações	2018 Reapresentado	2018 Originalmente apresentado	Reclassificações	2018 Reapresentado
Circulante						
Fornecedores	415.887	-	415.887	447.820	-	447.820
Empréstimos e financiamentos	108.864	-	108.864	108.864	-	108.864
Obrigações trabalhistas e sociais	17.384	-	17.384	18.523	-	18.523
Obrigações tributárias	19.461	-	19.461	19.805	-	19.805
Partes relacionadas	18.774	-	18.774	-	-	-
Adiantamento de clientes	21.235	-	21.235	22.123	-	22.123
Instrumentos financeiros derivativos	1.354	-	1.354	1.354	-	1.354
Obrigações com garantia	26.534	-	26.534	26.534	-	26.534
Juros sobre capital próprio e dividendos	33.840	-	33.840	33.840	-	33.840
Passivos de arrendamento	-	-	-	-	-	-
Outras contas	20.375	-	20.375	22.409	-	22.409
	683.708	**-**	**683.708**	**701.273**	**-**	**701.273**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	65.016	-	65.016	65.016	-	65.016
Obrigações tributarias	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos processuais, civeis e tributários	106.960	-	106.960	106.985	-	106.985
Passivos de arrendamento	-	-	-	-	-	-
Outras contas	118	-	118	118	-	118
	172.094	**-**	**172.094**	**172.119**	**-**	**172.119**
Patrimônio líquido						
Capital social	757.039	-	757.039	757.039	-	757.039
Reservas de capital	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	11.717	11.717	-	11.717	11.717
Reserva incentivos fiscais	-	175.611	175.611	-	175.611	175.611
Reserva de retenção de lucros	-	1.764	1.764	-	1.764	1.764
Reserva estatutaria	-	-	-	-		-
Reserva de lucros	189.092	(189.092)	-	189.092	(189.092)	-
	946.131	**-**	**946.131**	**946.131**	**-**	**946.131**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.801.934**	**-**	**1.801.934**	**1.819.523**	**-**	**1.819.523**

DFC	Controladora			Consolidado		
	2018 Originalmente apresentado	Reclassificações	2018 Reapresentado	2018 Originalmente apresentado	Reclassificações	2018 Reapresentado
Fluxo de caixa da atividade operacional						
Lucro liquido do exercicio	**232.222**	**-**	**232.222**	**232.222**	-	**232.222**
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.653)	-	(21.653)	(24.045)	-	(24.045)
Variação monetária, cambial e juros não realizados	4.426	-	4.426	4.426	-	4.426
Depreciação e amortização	4.019	-	4.019	9.437	-	9.437
Perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	14.356	-	14.356	14.660	-	14.660
Ajuste ao valor presente de contas a receber	-	-	-	-	-	-
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	-	-	-	-	-	-
Perda estimativa para ajuste ao valor realizável do estoque	7.589	-	7.589	15.471	-	15.471
Provisão para riscos processuais, civeis e tributários	56.583	-	56.583	56.609	-	56.609
Equivalência patrimonial	(47.460)	-	(47.460)	-	-	-
Provisão para gastos e abatimentos com clientes	11.074	-	11.074	11.942	-	11.942
Provisões para garantias	5.297	-	5.297	5.285	-	5.285
Outras transações com efeito não caixa	-	-	-	-	-	-
	266.454	**-**	**266.454**	**326.007**	**-**	**326.007**
Variações patrimoniais:						
Contas a receber	(150.967)	-	(150.967)	(148.796)	-	(148.796)
Estoques	(129.992)	-	(129.992)	(168.367)	-	(168.367)
Créditos tributários	20.205	-	20.205	18.301	-	18.301
Outros ativos	(22.854)	-	(22.854)	(38.659)	-	(38.659)
Fornecedores	37.555	-	37.555	16.546	-	16.546
Obrigações tributárias	(69.658)	20.562	(49.096)	(71.605)	23.710	(47.895)
Contas a pagar	24.786	-	24.786	42.974	-	42.974
Imposto de renda e contribuiçao social pagos	10.281	(20.562)	(10.281)	11.855	(23.710)	(11.855)
	(280.643)	**-**	**(280.643)**	**(337.751)**	**-**	**(337.751)**
Caixa liquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais	**(14.189)**	**-**	**(14.189)**	**(11.744)**	**-**	**(11.744)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição de ativo imobilizado	(25.838)	-	(25.838)	(38.159)	-	(38.159)
Aquisição de intangível	-	-	-	(213)	-	(213)
Resultado na venda de imobilizado	120	-	120	120	-	120
Aquisição de propriedades para investimentos	(4.992)	-	(4.992)	(4.992)	-	(4.992)
Dividendos e juros sobre capital proprio	-	-	-	-	-	-
Investimento em participação societária	(8.834)	-	(8.834)	-	-	-
Caixa liquido consumido nas atividades de investimentos	**(39.544)**	**-**	**(39.544)**	**(43.244)**	**-**	**(43.244)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(57.000)	-	(57.000)	(57.000)	-	(57.000)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	-	-
Recursos provenientes de emprestimos e financiamentos	69.890	-	69.890	69.890	-	69.890
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(4.553)	-	(4.553)	(4.553)	-	(4.553)
Pagamentos ativos direito de uso	-	-	-	-	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(53.009)	-	(53.009)	(53.009)	-	(53.009)
Caixa liquido consumido nas atividades de financiamentos	**(44.672)**	**-**	**(44.672)**	**(44.672)**	**-**	**(44.672)**
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**(98.405)**	**-**	**(98.405)**	**(99.661)**	**-**	**(99.661)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	126.492	-	126.492	133.168	-	133.168
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	28.086	-	28.086	33.506	-	33.506
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**(98.406)**	**-**	**(98.406)**	**(99.661)**	**-**	**(99.661)**

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas de maneira consistente para elaboração de todos os exercícios apresentadas nessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, são as seguintes:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

- **Receita**

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes, a medida em que os riscos e os benefícios inerentes ao produto ou serviço, evidenciam o controle sobre tais bens pelo cliente. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade, ocorre no momento do embarque dos produtos, acompanhados da respectiva nota fiscal de venda. Os critérios são considerados atendidos, quando do embarque dos bens para transferência ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia. A adoção destes procedimentos atende aos requerimentos previstos na NBC TG 47/ IFRS 15.

Apresentação da receita

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações contábeis consolidadas, estão líquidas das vendas e dos lucros não realizados nos estoques, em operações entre a Controladora e suas Controladas.

- **Receita e despesa financeira**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, receita de dividendos (exceto dividendos recebidos de investidas), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado do exercício, por meio do método dos juros efetivos e na competência de sua incidência.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.1.2. Estimativas contábeis e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

Estes julgamentos e estimativas se baseiam em premissas originadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo projeções de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A seguir, destacam-se as principais transações que envolvem o uso de julgamentos e premissas que, dada as fontes de incerteza nas estimativas futuras, outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço e a complexidade da essência de certas transações, podem gerar risco significativo de causar eventuais ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no exercício social seguinte:

Contas a receber (Nota Explicativa n°5)

- **Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD);**

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48- Instrumntos financeiros, na mensuração das perdas de crédito esperadas. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão com base na média de perdas de crédito histórica e a perda prevista ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada aos recebíveis para todo o saldo de contas a receber.

- **Ajuste de valor presente das contas a receber;**

A Companhia ajusta a valor presente as contas a receber, quando nelas há um componente financeiro incluso, e cujo vencimento seja superior a 120 dias. As taxas de descontos utilizadas são as taxas implícitas nas respectivas transações.

- **Estimativa com gastos e abatimentos com clientes.**

A Companhia concede abatimentos no saldo a receber de seus clientes com a finalidade de realizar o desenvolvimento de mercado, tais como propaganda e marketing, conforme critérios pré-estabelecidos. Os gastos relacionados a programas de propaganda e marketing são reconhecidos como despesa de vendas. Ao final de cada exercício a provisão é estimada e registrada com base nas metas já atendidas, mas ainda não realizadas. As provisões levam em conta estimativas de vendas, de atendimento aos critérios estabelecidos, bem como dados históricos.

A Companhia também mantém programas pelos quais oferece aos seus clientes descontos mediante o atingimento de determinadas metas comerciais pré-definidas. Os descontos são apresentados como deduções das vendas, quando associados ao preço da transação.

Estoque (Nota explicativa n°6)

- **Perda estimada no valor recuperável dos estoques**

As perdas estimadas ao valor recuperável de estoques são constituídas principalmente para: (i) cobrir perdas históricas de estoques da Companhia; (ii) estoques sem giro a mais de 180 (cento e oitenta) dias; (iii) a redução ao valor de mercado, para cobrir queda no preço de alguns produtos adquiridos pela Companhia e que tiveram um declínio nos preços de vendas. Para redução ao valor de mercado, estão deduzidos dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas.

Imobilizado (Nota explicativa n°10)

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas estimadas ao valor de recuperação. Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção são capitalizados até o ativo entrar em operação. Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada grupo do imobilizado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do imobilizado, para os exercícios de 2020, 2019 e 2018 são as seguintes:

Descrição	Vidas úteis
Edificações	30 anos
Máquinas, equipamentos e instrumentos	7-12 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações e benfeitorias	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores	3 - 5 anos

Tributos e Incentivos fiscais

- **Impostos a recuperar;**

A Companhia efetua análises periódicas sobre os saldos dos créditos relativos a impostos a recuperar, para a tomada de medidas preventivas que visam a realização destes créditos e evitar que os saldos excedam sua capacidade de realização.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos;**

No que tange ao Imposto de renda e contribuição social diferidos, a Companhia avalia a realização dos tributos diferidos, no mínimo anualmente, baseada nas suas estimativas de lucro e no nível de lucro tributável futuro.

- **Incentivos fiscais.**

A companhia reconhece uma subvenção governamental, quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida, conforme a NBC TG 07 (R1). As subvenções relacionadas a itens de despesas são reconhecidas pela Companhia como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.

Obrigações com garantia

A Companhia, dentro do seu programa de pós-venda, estabelece determinadas políticas de trocas e reembolso a seus clientes. Visando a cobertura com esses gastos, são realizadas estimativas para cobertura de custos com garantia. Tais estimativas são efetuadas com base nos custos efetivos e visam a cobertura de um ano, que é o período máximo estabelecido.

Provisão para riscos processuais, cíveis e tributários (Nota Explicativa n°17)

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas Controladas revisam as estimativas e premissas trimestralmente.

Recompra / transferência de ações entre sócios

Conforme mencionado na nota explicativa n°19.2(c.3), a Companhia recomprou ações de seus acionistas e, subsequentemente, efetuou a transferência não onerosa de parte delas para dois destes acionistas. Esta transação representou, em sua essência, uma transferência de ações entre sócios, com objetivo de equalizar a participação acionária entre eles. Portanto, no julgamento da Administração, essa transação de equalização de participações de sócios (recompra para transferência de ações) está no alcance do CPC 10/ IFRS 2.

Remuneração com entrega de ações

Ao longo do exercício de 2020, a Companhia, como parte da remuneração de um dos seus diretores, entregou ações ordinárias de sua emissão e que estavam em tesouraria. Conforme previsto no CPC 10/IFRS 2, essas ações, entregues como parte da remuneração da Administração, devem ser mensuradas a valor justo. Neste contexto, a mensuração a valor justo das referidas ações foi apurada com base em laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia (método de fluxo de caixa descontado), elaborado por consultores externos, cujo montante apurado por ação foi de R$ 17,71.

3.1.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, e Deliberação CVM 763/16.

A Companhia tem instrumentos derivativos em algumas datas das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, mas não adota a contabilidade de hedge.

Ativos financeiros

A Companhia reconhece um instrumento financeiro na data da negociação que se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos. Inicialmente, o reconhecimento é efetuado pelo seu valor justo, e

subsequentemente, a Companhia os classifica de acordo com sua designação e mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

A Companhia reconhece os passivos financeiros na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros estão classificados na categoria descrita a seguir:

- **Passivos financeiros ao custo amortizado (substancialmente empréstimos e financiamentos)**: após o reconhecimento inicial de empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio, ágio ou deságio na aquisição e taxas e custos que são integrantes do método de taxa efetiva. Outros passivos financeiros da Companhia nessa categoria incluem, principalmente, fornecedores e outras contas a pagar.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou pagas. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

A Companhia não possui derivativos designados como *hedge accounting* para nenhum dos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1.4. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional, bem como das suas controladas no Brasil, é o Real de acordo com as normas descritas na NBC TG 02/R3 (Deliberação CVM 640/10) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Desta forma, as transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação realizada.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.
Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários e não monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.5. Subvenções governamentais

A companhia reconhece uma subvenção governamental, quando há razoável segurança de que a companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. NBC TG 07 (R1).

As subvenções relacionadas a itens de despesa, são reconhecidas pela Companhia como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. A Companhia e suas controladas optaram por apresentar as subvenções relacionadas com um item de despesa como receita na demonstração do resultado, conforme NBC TG 07 (R1).29.

3.1.6. Ativo circulante e não circulante

A seguir as principais práticas contábeis adotadas para os itens do ativo circulante e não circulante.

- **Caixa e equivalentes de caixa;**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, realizáveis em até 90 dias da data original do título e considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

- **Contas a receber;**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente, em conformidade com a NBC TG 12-Ajuste a valor presente (Deliberação CVM 564/08) – ajuste a valor presente. As contas a receber de clientes também estão apresentadas líquidas de eventuais obrigações e abatimentos concedidos aos clientes.

A Administração estabelece políticas de créditos para garantir um adequado gerenciamento de risco e limitar exposições que prejudicam o capital de giro da Companhia. Dentre as práticas adotadas pela Companhia, cabe destacar as seguintes: (i) avaliação prévia de liberação de crédito; (ii) estabelecimento de limites de exposição da carteira; (iii) seguro de crédito junto a instituições de primeira linha, quando necessário e dentro de limites pré-estabelecidos; (iv) venda de recebíveis sem direito a regresso para gerenciar o risco de exposição da carteira, quando necessário; (v) critério de atribuição de risco da carteira de clientes para fins de constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) a cada data de fechamento contábil; (v) análise de sensibilidade das condições econômicas de mercado.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48-Instrumntos financeiros, na mensuração das perdas de crédito esperadas. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão com base na média de perdas de crédito histórica e a perda prevista ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada aos recebíveis para todo o saldo de contas a receber.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses ativos.

- **Estoques;**

Os estoques estão apresentados pelo seu valor de custo, deduzidos de estimativa para redução a seus valores de realização. Os custos dos estoques incluem todos os custos de aquisição e de transformação, bem

como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

As perdas estimadas para o valor recuperável dos estoques visam manter o saldo dos estoques mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Dentre as premissas e critérios aplicados na constituição desta estimativa de perda, destacam-se as seguintes: (i) estoques sem giro há mais de 180 dias; (ii) ajuste ao valor de mercado de alguns produtos adquiridos pela Companhia e que tiveram um declínio nos preços de vendas. A Companhia revisa trimestralmente estas premissas/critérios e, quando necessário, a perda estimada é complementada e/ou revertida, dependendo das condições existentes a cada data de preparação das demonstrações contábeis.

- **Investimentos;**

Os investimentos da controladora em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

- **Propriedades para investimento;**

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelos custos de aquisição, incluídos os custos da transação e subsequentemente ao valor justo, para refletir o seu valor de mercado na data do balanço. NBC TG 28/R3 (Deliberação CVM 584/09), sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

- **Imobilizado;**

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota explicativa nº 11 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e os prazos contratuais.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

A Companhia avalia anualmente se existe alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma

indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo. NBC TG 01/R4- Redução ao valor recuperável de ativos (Deliberação CVM 639/10).

- **Intangível;**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação. Os intangíveis da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

- **Ativos de direitos de uso (Arrendamentos).**

A partir de 1º de janeiro de 2019, por disposição da norma NBC TG 06 / IFRS 16, as operações de arrendamento mercantil, passaram ter um único modelo de contabilização. Em conformidade com a norma, os arrendatários passaram a reconhecer um passivo assumido por arrendamento, em contrapartida a um ativo de direito de uso. A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada, considerando o valor de direito de uso igual ao valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial, não gerando desta forma impacto sobre o patrimônio líquido.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1º de janeiro de 2019, um ativo de direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento nos montantes de R$ 10.896 na controladora e R$ 13.363, no consolidado.

3.1.7. Redução do valor recuperável

Os ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado, intangível e ativos de direito de uso, são submetidos a testes de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a seu valor recuperável (isto é, o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil desse ativo ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de impairment é realizado em sua unidade geradora de caixa (UGC): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual

existem fluxos de caixa separadamente identificáveis.

3.1.8. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.1.9. Provisões

As provisões são reconhecidas sempre que houver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; quando for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e A Companhia possa estimar confiavelmente do valor da obrigação.

3.1.10. Imposto de Renda e Contribuição Social

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$ 240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste relacionado aos exercícios anteriores. O imposto de renda e a contribuição social corrente, são reconhecidos no balanço patrimonial como um passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos, que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ativos e passivos fiscais correntes não são compensados, exceto se pertencerem a um mesmo ano fiscal, e são apresentados de forma que reflitam um direito ou uma obrigação fiscal.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota explicativa n°26)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os valores utilizados para fins de tributação, conforme a NBC TG 32/R4 (Deliberação CVM 599/09) – tributos sobre lucro, sempre que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são

reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão das diferenças temporárias tributáveis. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A Companhia revisa os ativos fiscais diferidos a cada data de balanço e se houver evidências de que sua realização não seja mais provável, os ativos fiscais diferidos são reduzidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial.

3.1.11. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

3.1.12. Resultado por ação

Básico

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o período, conforme determinado pela NBC TG 41/R2 (Deliberação CVM 636/10) – resultado por ação.

Diluído

O lucro/prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro/prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações da Controladora pela quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais, diluídas em ações ordinárias e preferenciais. O efeito de diluição do lucro/prejuízo por ação não gera diferença material entre o lucro/prejuízo básico e diluído. O percentual

de diluição está demonstrado na Nota Explicativa nº 24.

3.1.13. Ações em tesouraria

Quando a Companhia adquiri ações do seu próprio patrimônio líquido, tais ações são colocadas em tesouraria. O valor da contraprestação paga, o qual inclui os custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas, classificadas como ações em tesouraria, são apresentadas como dedução da reserva de lucro, cujo saldo foi utilizado. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

3.1.14. Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas com base nas demonstrações contábeis da controlada, que utilizam as mesmas práticas contábeis em sua elaboração. O exercício social das controladas coincide com o da controladora. O processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos:

- Eliminação dos saldos das contas a receber e contas a pagar mantidos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da controladora nos patrimônios líquidos das controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- Eliminação de lucros não realizados decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

3.1.15. Demonstração de valor adicionado

A Companhia está apresentando da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, como requerimento da legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Companhias abertas, conforme a NBC TG 09 / (Deliberação CVM 557/08). As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Desta forma, para fins das normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação adicional.

3.1.16. ITG 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A ITG 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do NBC TG 32 (R4) (IAS 12) – Tributos sobre o lucro, (Deliberação CVM 804/18), quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro.

A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos da norma com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Na avaliação da Administração da Companhia, não há impactos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de tribunais administrativos e judiciais.

3.2. Efeitos da Pandemia do Coronavírus (COVID-19)

A pandemia deflagrada pelo Coronavírus (COVID-19) em escala global, e declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que afetou o Brasil e diversos países no mundo, trouxe grandes riscos à saúde pública, refletindo em diversos impactos na economia mundial. A Companhia informa que, em resposta à Pandemia, vem tomando medidas preventivas que visam mitigar os riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

O Comitê de Crise da Companhia está tratando do assunto com a aplicação de um plano interno de combate a pandemia, que visa minimizar os possíveis e eventuais impactos causados no que se refere a saúde e a segurança dos seus colaboradores, bem como de seus familiares, parceiros de negócios, a comunidade de forma geral, e a manutenção da continuidade das operações e dos negócios.

Neste cenário que se apresenta, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas suas demonstrações contábeis e de suas controladas:

3.2.1. Perdas estimada com créditos de liquidação duvidosa esperadas decorrentes dos impactos da Pandemia do COVID-19

Foram avaliadas as posições das contas a receber em 31 de dezembro de 2020, e a Companhia e suas controladas entendem que estas posições das contas a receber, bem como das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (créditos de difícil recebimento), refletem as posições mais adequadas neste momento sobre a expectativa de realização destes créditos. A análise foi feita com base nas políticas da companhia, e na avaliação da situação financeira dos clientes no decorrer de todo o ano de 2020.

3.2.2. Estimativa de perdas dos estoques

Após a análise de giros dos estoques, e considerando as projeções para os preços de vendas, a Companhia e suas controladas não identificaram alterações significativas nos valores de realização dos estoques, que pudessem contribuir com necessidades de incrementos nas estimativas para perdas nos estoques já contabilizadas, em decorrência da Pandemia causada pelo COVID-19.

3.2.3. Realização dos tributos diferidos ativos

A Companhia e suas controladas avaliaram os tributos diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias contabilizados em seu balanço em 31 de dezembro de 2020. Como resultado desta avaliação, mesmo diante do cenário de incertezas, não foram identificadas necessidades de reconhecimento de perdas para os saldos já contabilizados. Para tal, a companhia se utilizou de projeções de resultados futuros.

3.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A companhia e suas controladas avaliaram os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluíram que não há mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis, que possam vir a afetar suas operações futuras.

A Companhia, avaliou também a necessidade da realização de impairment por Unidade Geradora de Caixa (GC) para o saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura, detida na aquisição de uma de suas controladas, e concluiu que não houve necessidade de reconhecimento de perdas por impairment para o saldo avaliado. As avaliações de ativos tangíveis foram efetuadas com base nas áreas produtivas e comerciais da Companhia, tendo em vista o atual reaquecimento do mercado.

3.2.5. Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Companha efetuou avaliação dos principais contratos de fornecimento e suprimento junto aos clientes e fornecedores, bem como de suas controladas. Com base no cumprimento desses contratos, concluíram que, apesar dos impactos causados pela Pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, até o momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

A Companhia, até 31 de dezembro de 2020, postergou parte dos vencimentos de alguns de seus clientes, sendo que uma outra parte destes foram mantidos dentro do vencimento original. Tais postergações estão sendo quitadas de acordo com as negociações.

Em relação aos fornecedores, a Companhia manteve seus pagamentos dentro dos vencimentos originais.

3.2.6. Cumprimentos de obrigações em contrato de dívidas – covenants

A companhia avaliou o cumprimento das cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2020, a fim de certificar-se que todos os covenants foram atendidos conforme clausulas pré-estabelecidas em contratos.
Em suma, considerando que a Companhia está exposta a riscos operacionais decorrentes de eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência da Pandemia do COVID-19, não é possível assegurar que a Companhia não sofrerá impactos em suas operações ou se o seu resultado será afetado por reflexos que a nova pandemia poderá provocar.

Todavia, é importante sinalizar e observar que após o primeiro trimestre de 2020, o mercado demonstrou uma boa recuperação, notada principalmente pelo aumento da demanda de itens de consumo de tecnologia. Com isso, a Companhia tem demostrado um forte e consistente crescimento nas suas vendas e, consequentemente, melhores resultados.

3.3. Novas normas e interpretações

Os principais pontos da revisão das novas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que são efetivas para o exercício iniciado em 2020, estão descritos a seguir:

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão das NBC TG 38/R3, NBC TG 40/R2 e NBC TG 48, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre as NBC TG 38/R3, NBC TG 40/R2 e NBC TG 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

As alterações aos pronunciamentos técnicos previstas na Deliberação CVM nº 854 foram avaliadas e consideradas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2020, sem efeitos nestas informações contábeis.

Emendas IFRS 16 e Deliberação CVM nº 859/2020

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da COVID-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Emendas do NBC TG 26 (R5)/IAS 1 e NBC TG 23 (R2)/IAS 8

Emendas do NBC TG 26 (R5)/IAS 1 e do NBC TG 23 (R2)/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Caixa	2	2	2	93	2	5
Bancos	26.071	31.237	5.286	59.799	32.296	5.846
Aplicações financeiras	15.164	2.632	22.798	392.561	65.629	27.655
	41.237	**33.871**	**28.086**	**452.453**	**97.927**	**33.506**

As aplicações financeiras estão representadas por: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"); (ii) títulos emitidos de operações compromissadas pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata; (iii) fundo de investimento.

A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira no resultado do exercício.

5. Contas a receber

Composição das contas a receber de clientes:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Contas a receber	1.026.563	627.276	532.977	1.021.973	641.309	572.559
(-) Estimativa para perdas recebmento de créditos	(50.988)	(25.646)	(18.007)	(51.798)	(26.377)	(20.639)
(-) Ajuste a valor presente - AVP	(2.395)	(1.546)	(734)	(2.395)	(1.546)	(734)
	973.180	**600.084**	**514.236**	**967.780**	**613.386**	**551.186**

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente à data das transações com base na taxa estimada pelo prazo de recebimento, quando nelas há um componente financeiro incluso, e cujos vencimentos são superiores a 120 dias. As taxas de descontos utilizadas são as taxas implícitas nas respectivas transações e variam entre 2% e 2,5% a.a. em 2020, 4% a 4,5% em 2019 e 6% em 2018.

O ajuste a valor presente é reconhecido no resultado na conta de receitas, e tem como contrapartida a conta de clientes. A sua recomposição é registrada como receita financeira no resultado financeiro.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Valores a vencer	**865.591**	**470.887**	**371.977**	**860.801**	**468.054**	**398.136**
Valores vencidos:						
Até 30 dias	2.322	67.489	87.501	2.309	70.543	90.228
De 31 a 60 dias	49.547	24.452	22.823	49.272	26.736	25.574
De 61 a 90 dias	37.579	9.600	17.189	37.370	10.796	19.461
De 91 a 180 dias	20.537	17.871	11.009	20.423	27.522	18.300
Acima de 180 dias	50.988	36.977	22.478	51.798	37.658	20.860
	1.026.563	**627.276**	**532.977**	**1.021.973**	**641.309**	**572.559**

Movimentação da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Saldos iniciais	**(25.646)**	**(18.007)**	**(37.276)**	**(26.377)**	**(20.639)**	**(41.248)**
Estimativa constituida	(55.268)	(32.592)	(24.277)	(59.977)	(34.341)	(25.246)
Estimativa revertida	29.926	24.953	43.546	34.557	28.603	45.855
Saldos finais	**(50.988)**	**(25.646)**	**(18.007)**	**(51.798)**	**(26.377)**	**(20.639)**

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48-Instrumentos financeiros, na mensuração das perdas de crédito esperadas.

A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão com base na média de perdas de crédito histórica e a perda prevista ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada aos recebíveis para todo o saldo de contas a receber.

6. Estoques

Composição dos estoques:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Produtos acabados	256.614	258.939	252.492	273.096	275.370	324.448
Matérias-prima	235.610	113.686	109.183	271.604	203.297	143.797
Importações em andamento	1.195.671	288.895	486.921	2.105.043	349.712	531.552
Material de embalagem	8.233	4.261	3.522	8.820	5.312	4.562
Perda no valor recuperável do estoque	(44.205)	(41.770)	(19.389)	(47.941)	(46.003)	(31.465)
	1.651.923	**624.011**	**832.729**	**2.610.622**	**787.688**	**972.894**

Movimentação das perdas estimadas ao valor recuperável de estoque:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Saldos no inicio dos exercicios	**(41.770)**	**(19.389)**	**(11.800)**	**(46.003)**	**(31.465)**	**(21.763)**
Perda no valor liquido realizável do estoque	(54.440)	(24.649)	(16.055)	(69.540)	(37.162)	(33.004)
Reversão de perda no valor liquido realizável do estoque	52.005	2.268	8.466	67.603	22.624	23.302
Saldos finais	**(44.205)**	**(41.770)**	**(19.389)**	**(47.941)**	**(46.003)**	**(31.465)**

A Companhia reconheceu no resultado do exercício, rubrica de "'Custo das mercadorias e produtos vendidos", os montantes de R$ 2.177.563, R$ 1.295.154 e R$ 1.139.199, em 2020, 2019 e 2018, respectivamente, como resultado da venda dos estoques.

7. Tributos a recuperar

Os saldos de tributos a recuperar:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
IPI a recuperar	13.110	35.938	11.217	17.661	39.625	11.708
ICMS a recuperar	4.011	7.097	5.763	5.893	9.121	5.905
PIS e COFINS a recuperar	78.766	32.521	11.286	80.134	38.422	15.944
IRPJ e CSLL a recuperar	110.259	11.720	5.001	117.500	15.049	7.812
Outros impostos a recuperar	855	6.321	24.141	1.127	6.630	24.246
	207.001	**93.597**	**57.408**	**222.315**	**108.847**	**65.615**

IPI / IRPJ e CSLL a recuperar

Com a aprovação da lei 13.969 de dezembro de 2019, em abril de 2020, passaram a vigorar novas disposições para as Leis da Informática e PADIS. Dentre as mudanças, trazidas pela nova legislação, estão a alteração do incentivo de redução do IPI.

A nova lei que retirou o incentivo, implementou um novo benefício fiscal, que será aproveitado por meio de crédito financeiro que leva em conta o valor do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas (PD&I), e o valor do faturamento de produtos que cumpram as regras do processo produtivo básico (PPB) – Lei 8.248/91.

No expediente da lei o referido crédito financeiro deve ser utilizado para abater os valores de imposto de renda e contribuição social, bem como na compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal. No balanço patrimonial da Companhia, o crédito financeiro está reconhecido na rubrica IRPJ e CSLL a recuperar, no grupo de tributos a recuperar.

PIS / COFINS

A Companhia era parte em processo que discutia créditos para o PIS e COFINS. Em 2020, após trânsito em julgado, a companhia obteve êxito e reconheceu os valores em seu resultado e na rubrica de "PIS e COFINS a recuperar".

A Administração está empenhada na busca por oportunidades de realização destes créditos tributários ao longo do próximo exercício social.

8. Investimentos

Investimentos em controladas

As informações sobre as controladas do Grupo no final do exercício do relatório estão apresentadas a seguir:

		Controladora		
Controladas	**Participação**	**2020**	**2019**	**2018**
(1) Multilaser Indústria de Equipamentos de Informática, Eletrônicos e Opticos Ltda.	100,00%	304.952	248.797	206.305
(2) Giga Indústria e Comércio de Produtos de Segurança Eletrônica S.A.	100,00%	165.370	35.287	29.166
(3) Proinox Brasil Ltda	100,00%	6.395	13.859	-
(4) Lojas Multilaser - Comercio Varejista Ltda	100,00%	(334)	-	-
		476.382	**297.944**	**235.471**

Movimentação dos investimentos em participações societárias nas demonstrações contábeis individuais da controladora em 2020, 2019 e 2018:

Controladas	(1) Componentes	(2) Giga	(3) Proinox	(4) Loja	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**116.479**	**17.738**	**-**	**-**	**134.217**
Aquisição	-	-	-	-	-
Aportes	44.959	8.834	-	-	**53.793**
Equivalência patrimonial	44.867	2.593	-	-	**47.460**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**206.305**	**29.165**	-	-	**235.471**
Aquisição	-	-	4.534	-	**4.534**
Aportes	-	2.000	6.530	-	**8.530**
Equivalência patrimonial	78.563	4.121	2.795	-	**85.479**
(-) Dividendos / Juros sobre capital proprio	(36.071)	-	-	-	**(36.071)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**248.797**	**35.286**	**13.860**	-	**297.944**
Aquisição	-	-	-	-	-
Aportes	-	-	-	1.152	**1.152**
Equivalência patrimonial	56.155	130.994	(7.465)	(1.486)	**178.198**
(-) Dividendos / Juros sobre capital proprio	-	(911)	-	-	**(911)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**304.952**	**165.369**	**6.395**	**(334)**	**476.382**

Informações relevantes sobre os investimentos em participações societárias em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

2020	Multilaser Componentes Ltda	Com. Prod. Seg. Eletr. S.A.	Proinox Brasil Ltda	Lojas Multilaser Ltda
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%
Total de ativos	443.771	719.223	382.744	6.370
Total de passivos	140.117	538.414	379.834	6.704
Capital Social	75.863	26.346	4.788	500
Patrimônio Líquido	303.654	180.809	2.910	(334)
Receita Líquida	67.914	252.645	(4.572)	849
Resultado Líquido do Exercício	56.155	130.994	(7.465)	(657)
Patrimonio Liquido conforme % participação	303.654	180.809	2.910	(334)
Participação do grupo nos lucros/prejuízos	56.155	130.994	(7.465)	(657)

2019	Multilaser Componentes Ltda	Giga Ind. Com. Prod. Seg. Eletr.	Proinox Brasil Ltda	Lojas Multilaser Ltda
Percentual de participação	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Total de ativos	279.515	78.414	41.442	-
Total de passivos	30.718	43.127	28.206	-
Capital Social	75.863	26.346	4.788	-
Patrimônio Líquido	248.797	35.287	12.699	-
Receita Líquida	276.538	68.154	30.329	-
Resultado Líquido do Exercício	78.563	4.121	2.795	-
Patrimonio Liquido conforme % participação	248.797	35.287	12.699	-
Participação do grupo nos lucros/prejuízos	78.563	4.121	2.795	-

2018	Multilaser Componentes Ltda	Giga Ind. Com. Prod. Seg. Eletr.	Proinox Brasil Ltda	Lojas Multilaser Ltda
Percentual de participação	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Total de ativos	229.459	44.842	-	-
Total de passivos	23.154	15.676	-	-
Capital Social	75.863	26.346	-	-
Patrimônio Líquido	206.305	29.166	-	-
Receita Líquida	244.493	2.495	-	-
Resultado Líquido do Exercício	44.867	2.593	-	-
Patrimonio Liquido conforme % participação	206.305	29.166	-	-
Participação do grupo nos lucros/prejuízos	44.867	2.593	-	-

9. Depósitos judiciais e outros ativos

A seguir detalhamento dos depósitos judiciais e outros ativos da Companhia:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019 Reapresentado	2018 Reapresentado	2020	2019 Reapresentado	2018 Reapresentado
Depósitos judiciais	53.797	36.899	4.033	53.797	38.042	4.033
Adiantamentos	4.038	2.389	5.005	13.577	2.223	5.467
Titulos precatórios	16.156	8.119	-	16.156	8.792	-
Fundos de investimentos privados	13.616	-	-	22.116	-	-
	87.607	**47.407**	**9.038**	**105.646**	**49.057**	**9.500**
Curto prazo	**3.953**	**1.734**	**3.994**	**12.325**	**2.223**	**4.384**
Longo prazo	**83.654**	**45.672**	**5.044**	**93.322**	**46.834**	**5.116**
	87.607	**47.407**	**9.038**	**105.646**	**49.057**	**9.500**

Fundos de investimento privados

Em 2020, a Companhia iniciou aportes nos fundos *Inova We Empreendedorismo Feminino em Participações – Capital Semente* e no *Inova V Fundo de Investimentos em Participações – Empresas Emergentes*, cujo propósito é investir em startups de bases tecnológicas, de acordo com a política de cada fundo.

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Inova We Empreendedorismo Feminino Fundo de Investimentos em Participações	13.616	-	-	13.616	-	-
Inova V Fundo de Investimentos em Participações Empresas Emergentes	-	-	-	8.500	-	-
	13.616	**-**	**-**	**22.116**	**-**	**-**

Consolidado	Saldo 31/01/2019	Aportes de Capital	Valor Justo	Saldo 31/12/2020
Inova We Empreendedorismo Feimino em Participações				
Capital Semente	-	14.000	(384)	13.616
Inova V Fundo em Participações Empresas Emergentes	-	8.500	-	8.500
	-	**22.500**	**(384)**	**22.116**

10. Propriedades para investimentos

	Controladora e consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Imóveis comerciais	5.020	5.020	4.992
	5.020	**5.020**	**4.992**

(a) Propriedades para investimentos

Propriedades para investimento incluem dois imóveis comerciais que foram adquiridos no ano de 2018, e que estão arrendados à terceiros. As renovações subsequentes são negociadas com os locatários com período médio de seis meses antecedentes ao final do contrato. Não há cobranças contingenciais em nenhum dos contratos. A priori, a Companhia não tem intenção de continuar com estes imóveis no médio/longo prazo.

(b) Mensuração das propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos foram reconhecidas inicialmente pelo custo de aquisição. Em 31 de dezembro de 2020, este valor não sofreu ajuste para o valor justo, pois a companhia entende que o valor de aquisição está próximo do valor justo (mensuração após o reconhecimento).

11. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações	Maquinas e Instalações	Móveis, Equip. informática, outros	Obras em andamento	Total
Taxas anuais médias de depreciação	N/A	5,38%	12,99%	22,35%	N/A	N/A
Valor liquido em 31/12/2017	**4.439**	**17.701**	**8.464**	**3.016**	**1.691**	**35.311**
Custo de aquisição	-	25.305	16.951	9.235	22.198	73.689
Depreciação acumulada	-	(8.615)	(8.895)	(6.384)	-	(23.894)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Valor liquido em 31/12/2018	**4.439**	**16.690**	**11.056**	**2.851**	**22.198**	**57.234**
Custo de aquisição	4.439	25.305	33.517	11.404	42.909	117.574
Depreciação acumulada	-	(9.627)	(12.021)	(7.577)	-	(29.225)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Valor liquido em 31/12/2019	**4.439**	**15.678**	**21.496**	**3.827**	**42.909**	**88.349**
Custo de aquisição	5.489	26.218	43.436	14.010	32.662	121.816
Depreciação acumulada	-	(10.638)	(14.681)	(8.643)	-	(33.962)
Redução ao valor recuperável	-	-	(822)	-	-	(822)
Valor liquido em 31/12/2020	**5.489**	**15.580**	**27.934**	**5.367**	**32.662**	**87.032**

Consolidado	Terrenos	Edificações	Maquinas e Instalações	Móveis, Equip. informática, outros	Obras em andamento	Total
Taxas anuais médias de depreciação	N/A	5,38%	12,99%	22,35%	N/A	N/A
Valor liquido em 31/12/2017	**4.439**	**25.552**	**41.526**	**3.227**	**4.332**	**79.076**
Custo de aquisição	4.439	32.588	73.013	10.027	28.053	148.120
Depreciação acumulada	-	(9.878)	(23.573)	(6.733)	-	(40.184)
Valor liquido em 31/12/2018	**4.439**	**22.710**	**49.440**	**3.294**	**28.053**	**107.936**
Custo de aquisição	4.439	32.588	96.549	12.272	49.006	194.854
Depreciação acumulada	-	(11.181)	(32.763)	(8.021)	-	(51.965)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Valor liquido em 31/12/2019	**4.439**	**21.407**	**63.786**	**4.251**	**49.006**	**142.890**
Custo de aquisição	5.489	33.502	119.844	16.319	52.648	227.801
Depreciação acumulada	-	(12.484)	(43.221)	(9.350)	-	(65.055)
Redução ao valor recuperável	-	-	(822)	-	-	(822)
Valor liquido em 31/12/2020	**5.489**	**21.018**	**75.802**	**6.968**	**52.648**	**161.925**

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações	Maquinas e Instalações	Móveis, Equip. informática, outros	Obras em andamento	Total
Valor liquido em 31/12/2018	**4.439**	**16.690**	**11.056**	**2.851**	**22.198**	**57.234**
Adições	-	-	13.741	2.266	20.711	36.718
Transferências	-	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	-	(1.012)	(3.197)	- 1.273	-	(5.482)
Baixas (valor líquido)	-	-	(104)	(17)	-	(121)
Perdas valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Valor liquido em 31/12/2019	**4.439**	**15.678**	**21.496**	**3.827**	**42.909**	**88.349**
Adições	-	-	8	-	10.146	10.154
Transferências	1.050	914	13.685	2.808	(18.564)	(107)
Depreciação do exercício	-	(1.012)	(3.970)	(1.240)	(1.806)	(8.027)
Baixas (valor líquido)	-	-	(2.464)	(29)	(23)	(2.515)
Perdas valor recuperável	-	-	(822)	-	-	(822)
Valor liquido em 31/12/2020	**5.489**	**15.580**	**27.934**	**5.367**	**32.662**	**87.032**

Consolidado	Terrenos	Edificações	Maquinas e Instalações	Móveis, Equip. informática, outros	Obras em andamento	Total
Valor liquido em 31/12/2018	**4.439**	**22.710**	**49.440**	**3.294**	**28.053**	**107.936**
Adições	-	-	23.715	2.352	20.952	**47.019**
Transferências	-	-	-	-	-	**-**
Depreciação do exercício	-	(1.303)	(9.264)	(1.376)	-	**(11.943)**
Baixas (valor líquido)	-	-	(105)	(17)	-	**(122)**
Perdas valor recuperável	-	-	-	-	-	**-**
Valor liquido em 31/12/2019	**4.439**	**21.407**	**63.786**	**4.253**	**49.005**	**142.890**
Adições	-	-	-	-	42.416	**42.416**
Transferências	1.050	914	33.257	3.553	(38.774)	**-**
Depreciação do exercício	-	(1.304)	(13.696)	(804)	-	**(15.804)**
Baixas (valor líquido)	-	-	(6.724)	(32)	-	**(6.756)**
Perdas valor recuperável	-	-	(822)	-	-	**(822)**
Valor liquido em 31/12/2020	**5.489**	**21.017**	**75.801**	**6.970**	**52.647**	**161.925**

A Companhia acompanha e revisa anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados, e durante o ano de 2020, foi identificado que alguns de seus ativos não gerariam fluxos de caixa futuro, motivo pelo qual foram reconhecidas perdas estimadas ao valor recuperável do ativo, conforme NBC TG 01/R4- redução ao valor recuperável de ativo (deliberação CVM 639/10).

A Companhia e suas controladas declaram que não possuem: (i) ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos; (ii) ativos imobilizados retirados de uso e não classificados como mantidos para venda.

A seguir destacamos os ativos imobilizados e intangíveis totalmente depreciados e amortizados que ainda estão em operação:

Bens totalmente depreciados e amortizados	2020	2019	2018
Instalações	1.014	55	52
Máquinas e equipamentos	4.678	3.311	2.263
Móveis e utensílios	786	921	718
Veículos	436	383	150
Computadores e periféricos	3.756	4.479	2.540
Direitos de uso de software	1.366	1.492	1.029
	12.036	**10.641**	**6.752**

12. Intangível

		Controladora			Consolidado		
	Taxas de amortização (%)	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Softwares	12,16%	203	262	421	606	278	488
Outros intagíveis	N/A	1.904	1.904	1.904	3.638	3.045	2.896
Ágio		-	-	-	1.159	1.160	-
		2.107	**2.166**	**2.325**	**5.403**	**4.483**	**3.384**

A seguir, apresentamos a movimentação do ativo intangível:

Controladora	2019	Adições	Transferência	Amortização do exercício	2020
Software	262	-	107	(166)	203
Outros intangíveis	1.904	-	-	-	1.904
	2.166	**-**	**107**	**(166)**	**2.107**

Consolidado	2019	Adições	Baixas	Amortização do exercício	2020
Software	507	525	-	(197)	835
Outros intangíveis	2.816	680	-	(89)	3.407
Ágio aquisilçao controlada	1.160	-	-	-	1.160
	4.483	**1.206**	**-**	**(286)**	**5.403**

Controladora	2018	Adições	Aquisição de controlada	Amortização do exercício	2019
Software	421	-	-	(159)	262
Outros intangíveis	1.904	-	-	-	1.904
Ágio aquisilçao controlada	-	-	-	-	-
	2.325	**-**	**-**	**(159)**	**2.166**

Consolidado	2018	Adições	Aquisição de controlada	Amortização do exercício	2019
Software	488	183	-	(164)	507
Outros intangíveis	2.896	-	-	(80)	2.816
Ágio aquisilçao controlada	-	-	1.160	-	1.160
	3.384	**183**	**1.160**	**(244)**	**4.483**

Controladora	2017	Adições	Aquisição de controlada	Amortização do exercício	2018
Software	646	-	-	(225)	421
Outros intangíveis	1.904	-	-	-	1.904
Ágio aquisilçao controlada	-	-	-	-	-
	2.550	**-**	**-**	**(225)**	**2.325**

Consolidado	2017	Adições	Aquisição de controlada	Amortização do exercício	2018
Software	659	-	-	(171)	488
Outros intangíveis	2.771	213	-	(88)	2.896
Ágio aquisilçao controlada	-	-	-	-	-
	3.430	**213**	**-**	**(259)**	**3.384**

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

13. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas detém contratos de arrendamento de ativos das edificações onde se localizam, sua sede e as fábricas e armazéns de algumas empresas do grupo. O prazo médio de arrendamento é de cinco anos.

A Companhia optou por apresentar os ativos de direitos de uso e passivos por arrendamento em subgrupos específicos no balanço patrimonial, embora a norma não estabeleça tal obrigatoriedade.

Ativos de direitos de uso

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**14.679**	**16.785**
(-) Depreciação dos ativos de direitos de uso no período	(4.079)	(5.460)
(-) Reduções por recisão de ativos de direitos de uso	(5.821)	(5.821)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.779**	**5.504**

Em 2020, devido as medidas de segurança ocasionadas pela Pandemia, causada pelo Coronavírus (COVID-19), que levou a nova modalidade de trabalho home-office de uma parte dos seus colaboradores, a Companhia efetuou a rescisão de contrato de alguns imóveis alugados, que estavam reconhecidos anteriormente como arrendamento dentro de ativos de direitos de uso.

Passivos por arrendamento

Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**13.347**	**15.573**
Adições por novos contratos no período	7.981	8.931
Juros do período	(756)	(830)
(-) Contraprestação paga	(4.806)	(6.214)
(-) Redução por rescisões de contratos de arrendamento	(10.640)	(11.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**5.126**	**6.309**
Arrendamentos de curto prazo	1.681	2.138
Arrendamentos de longo prazo	3.445	4.170
Total	**5.126**	**6.309**
Cronograma de pagamento:		
Em até 1 ano	1.681	2.138
De 2 a 3 anos	1.782	2.239
De 3 a 4 anos	1.486	1.755
De 4 a 5 Anos	177	177
	5.126	**6.309**

A taxa média de juros incremental utilizada pela Companhia foi de 6%.

14. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Fornecedores de matéria-prima - internacionais	1.143.105	266.073	397.509	1.958.699	327.792	430.050
Fornecedores de matéria-prima - nacionais	80.354	64.664	16.091	27.742	14.597	15.438
Fornecedores de serviços nacionais	4.264	3.069	2.287	6.340	3.094	2.332
	1.227.723	**333.806**	**415.887**	**1.992.782**	**345.483**	**447.820**

Fornecedores de matéria-prima - internacionais

Conforme descrito na Nota Explicativa n° 25.2(c), as transações comerciais realizadas com fornecedores de matéria-prima - internacionais são estabelecidas em dólar americano, cuja Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos, designado como *hedge accounting*, para proteção da exposição cambial, exceto quando certos contratos firmados com clientes são definidos a preço fixo de venda.

A Companhia utiliza como garantia/meio de pagamento aos fornecedores internacionais a contratação de cartas de créditos junto a instituições financeiras de primeira linha.

15. Empréstimos e financiamentos

		Consolidado			
Modalidade	Encargos	Taxa média ponderada de juros (% a.a.)	2020	2019	2018
Em moeda nacional					
FINEP[1]	Taxa fixa	3,22%	70.647	84.638	74.863
			70.647	**84.638**	**74.863**
Em moeda estrangeira					
Capital de giro	Taxa media	6,33%	635.098	45.361	43.115
FINIMP[2]	Taxa media + VC	3,59%		47.432	55.902
			635.098	**92.794**	**99.017**
			705.745	**177.432**	**173.880**
Passivo circulante			232.282	106.546	108.864
Passivo não circulante			473.464	70.886	65.016
			705.745	**177.432**	**173.880**

[1]FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
[2]FINIMP - Financiamento de Importação

A posição dos empréstimos e financiamentos na controladora representa a posição do consolidado. Para parte dos saldos de empréstimos contratados em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos (contratos de swap), objetivando mitigar os riscos de eventuais perdas financeiras cambiais nesses saldos (Vide Nota Explicativa 25.2.(b))

A seguir, está apresentado o cronograma consolidado de vencimentos dos empréstimos e financiamentos do logo prazo:

	2020	2019	2018
2019	-	-	11.592
2020	-	-	12.723
2021	-	13.751	12.723
2022	443.497	13.751	12.723
2023	13.737	13.751	12.723
2024	13.737	13.751	2.532
Vencimentos após 2024	2.493	15.882	-
	473.464	**70.886**	**65.016**

15.1 FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

A Companhia possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias, tais programas de inovação têm o apoio de programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com a FINEP.

15.2 FINIMP - Financiamento de Importação

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia fez uso de linhas de financiamentos de importação na modalidade FINIMP com bancos de primeira linha.

15.3 Garantias e restrições contratuais

Os empréstimos bancários estão em parte garantidos por uma média de 50% (cinquenta por cento) de recebíveis e por aval dos acionistas majoritários da Companhia.

Na data das referidas demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas detinham apenas um contrato de financiamentos mantido que possui cláusulas restritivas e estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas, cujo descumprimento torne automaticamente exigível o pagamento da dívida (*Covenants*). Para o referido contrato, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos, além das cláusulas de *Covenants* mencionados, possuem também *cross-default* sobre a dívida financeira.

15.4 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo no final de 2017	**15.316**	**47.090**	**62.406**
Novos empréstimos	94.720	69.890	**164.610**
Encargos financeiros	4.426	-	**4.426**
Pagamento principal	(53.009)	-	**(53.009)**
Pagamento juros	(4.553)	-	**(4.553)**
Transferência	51.964	(51.964)	**-**
Saldo no final de 2018	**108.864**	**65.016**	**173.880**

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo no final de 2018	**108.864**	**65.016**	**173.880**
Novos empréstimos	128.871	-	**128.871**
Encargos financeiros	8.843	-	**8.843**
Pagamento principal	(130.363)	-	**(130.363)**
Pagamento juros	(3.798)	-	**(3.798)**
Transferência	(5.870)	5.870	-
Saldo no final de 2019	**106.546**	**70.886**	**177.433**

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo no final de 2019	**106.546**	**70.886**	**177.433**
Novos empréstimos	656.720	-	**656.720**
Encargos financeiros	12.334	-	**12.334**
Variação cambial	33.491	-	**33.491**
Pagamento principal	(163.458)	-	**(163.458)**
Pagamento juros	(10.774)	-	**(10.774)**
Transferência	(402.577)	402.577	**-**
Saldo no final de 2020	**232.283**	**473.464**	**705.746**

16. Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Salários e encargos sociais	11.667	6.448	4.037	13.560	6.824	4.366
Honorários da Diretoria	4.393	-	-	4.393	-	-
Férias e encargos sociais	10.560	8.856	13.347	12.298	10.954	14.157
	26.619	**15.304**	**17.384**	**30.250**	**17.778**	**18.523**

17. Obrigações tributárias

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
IPI a recolher	-	-	9.968	72	-	9.968
ICMS a recolher	37.786	21.547	7.736	39.994	21.590	7.578
PIS e COFINS a recolher	10.901	21.257	1.555	19.269	21.592	1.725
IRPJ e CSLL	6.873	5.754		15.665	5.754	
Outros impostos a recolher	3.498	2.559	202	4.970	4.064	534
	59.059	**51.117**	**19.461**	**79.970**	**52.999**	**19.805**
Passivo circulante	22.602	9.670	19.461	37.329	10.933	19.805
Passivo não circulante	36.457	41.447	-	42.641	42.066	-
	59.059	**51.117**	**19.461**	**79.970**	**52.999**	**19.805**

18. Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e/ou na expectativa de provável desembolso de caixa futuro.

As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, estão assim representadas:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Tributários	139.464	72.507	103.854	139.464	72.507	103.880
Trabalhistas e previdenciárias	1.364	738	969	1.364	738	969
Cíveis	226	209	2.136	226	209	2.136
Regulatórias	1.025	951	-	1.025	951	-
	142.079	**74.405**	**106.960**	**142.079**	**74.405**	**106.985**

A movimentação nos saldos consolidados das provisões nos exercícios de 2020, 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

Consolidado	2019	Adições	Reversões	2020
Tributários	72.507	95.274	(28.318)	139.464
Trabalhistas e previdenciárias	738	683	(57)	1.364
Cíveis	209	17	-	226
Regulatorias	951	74	-	1.025
	74.405	**96.049**	**(28.375)**	**142.079**

Consolidado	2018	Adições	Reversões	2019
Tributários	103.880	56.772	(88.145)	72.507
Trabalhistas e previdenciárias	969	231	(462)	738
Cíveis	2.136	132	(2.059)	209
Regulatorias	-	951	-	951
	106.985	**58.086**	**(90.666)**	**74.405**

Consolidado	2017	Adições	Reversões	2018
Tributários	47.037	58.397	(1.554)	103.880
Trabalhistas e previdenciárias	1.334	127	(493)	969
Cíveis	2.005	132	-	2.136
	50.376	**58.656**	**(2.047)**	**106.985**

(a) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

Em 2020, a Companhia concluiu o processo de habilitação de créditos de PIS e COFINS extemporâneos junto à Receita Federal do Brasil no montante de R$88.801. Embora a Companhia entenda que existem evidências que suportam a utilização dos referidos créditos, com base na análise de risco de questionamentos pelas autoridades fiscais, bem como suportada pelas orientações de seus assessores jurídicos externos sobre a probabilidade de perda, a Companhia reconheceu uma provisão para contingências destes créditos.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 2020, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em outros processos tributários, trabalhista e cíveis, envolvendo risco de perda para a Companhia avaliados como “possíveis” conforme montantes demonstrados a seguir:

Natureza das contingências	2020	2019	2018
Tributárias	423.880	439.003	324.724
Trabalhistas e previdenciárias	57	298	3.900
Cíveis	902	1.157	1.612
Regulatória	57	17.108	-
	424.896	**457.566**	**330.236**

19. Patrimônio Líquido

19.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, era de R$ 757.039.208, dividido em 205.271.563 ações ordinárias, e 10.803.766, ações preferenciais nominativas sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	2020	2019	2018
Controladores e partes relacionadas	107.028.139	109.791.382	109.791.382
Não controladores, partes relacionadas e diretores	104.013.884	106.283.947	106.283.947
Ações em tesouraria	5.033.306	-	-
	216.075.329	**216.075.329**	**216.075.329**

Conforme o estatuto social da Companhia, o capital social autorizado é de 432.150.658 ações ordinárias.

19.2 Reservas de lucros

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

b) Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais são decorrentes de subvenções e assistências governamentais, reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes.

São apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício.

A Companhia é detentora da subvenção governamental junto ao Estado de Minas Gerais, o qual autoriza o diferimento do pagamento de ICMS nas entradas das mercadorias que especifica, em decorrência de importação direta do exterior, e assegura crédito presumido parcial para o ICMS nas saídas das mercadorias comercializadas pela Companhia.

A principal obrigação da Companhia pela fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual.

Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, no grupo das deduções de vendas – impostos incidentes.

Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

c) Reserva de capital, estatutária e ações em tesouraria

c.1) Reserva de capital – remuneração com entrega de ações

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía, formalizado, nenhum tipo de plano de incentivo baseado em ações. No entanto, conforme Acordo de Acionistas vigente à época, foi estabelecida uma remuneração máxima para seu Diretor-Presidente, equivalente a 1,5% da margem de contribuição da Companhia apurada gerencialmente, a ser liquidada da seguinte forma: (i) 30% em moeda corrente nacional (dinheiro); (ii) 70% mediante subscrição de ações. Neste contexto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração calculada com base no acordo de acionistas totalizou um montante de R$ 12.750, dos quais: (i) R$ 4.393 (correspondentes à remuneração em moeda corrente nacional) foram lançados a conta de obrigação no passivo, e (ii) R$ 8.357 (correspondente à remuneração a ser liquidada com a entrega de ações) foram lançados a conta de reserva de capital, no patrimônio líquido. Em 2020, não houve subscrição ou entrega de ações para liquidação das obrigações de remuneração do Diretor-Presidente.

Cabe destacar que este Acordo de Acionistas foi rescindido em 12 de maio de 2021 (evento subsequente à data das demonstrações contábeis), sem, todavia, tratar da forma de liquidação da remuneração com a entrega de ações ao Diretor-Presidente, conforme previsto no referido Acordo de Acionistas vigente à época.

Em 21 de junho de 2021, o Acordo de Acionistas celebrado anteriormente foi rerratificado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, para esclarecer que a remuneração do Diretor-Presidente, a ser liquidada em ações, será realizada mediante a entrega de uma quantidade de ações, avaliadas a valor de mercado na data da efetiva entrega, que respeite o montante de R$8.357 reconhecido em 31 de dezembro de 2020, conforme limite máximo aprovado e vigente na data do balanço. A Companhia usará as suas ações em tesouraria para liquidar esta obrigação com o Diretor-Presidente.

Portanto, a quantidade de ações a qual o Diretor-Presidente receberá em transferência de ações em tesouraria será definida mediante a divisão do montante de R$ 8.357 pelo preço por ação a ser fixado no IPO (oferta pública inicial de ações), cuja liquidação deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de determinação do número de ações a serem transferidas ao Diretor-Presidente, refletindo, assim, o valor justo das ações a serem transferidas. Em caso de não ocorrência do IPO, a Companhia definirá o modelo de precificação de ações apropriado para refletir o justo valor da ação e determinar a quantidade de ações a serem transferidas ao Diretor-Presidente.

Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa n° 29, embora não existisse um plano formalizado de incentivo baseado em ações, a Companhia, como parte da remuneração de um dos seus diretores, entregou ações ordinárias de sua emissão, mensuradas a valor justo, no montante de R$8.634 ao longo do exercício de 2020.

A seguir a movimentação da reserva de capital em 2020:

Controladora	Reserva de capital
Saldo em 1° de Janeiro de 2020	-
Constituição de reserva	8.357
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**8.357**

c.2) Reserva estatutária

Em 2020, a Companhia efetuou a destinação de parte do seu resultado à criação de reserva estatutária, destinada para recompra de ações em tesouraria. O objetivo da recompra é obter ações para: (i) futuro plano de incentivo baseado em ações (vide nota explicativa n°32); (ii) revendê-las no futuro; e (iii) prover a intermediação e transferência de ações entre sócios, conforme descrito abaixo:

Controladora	Reserva estatutária
Saldo em 1° de Janeiro de 2020	-
Constituição de reserva	22.711
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**22.711**

c.3) Ações em tesouraria

Recompra / transferência de ações entre sócios

Em junho de 2020, a Companhia recomprou de seus acionistas, proporcionalmente, o equivalente a 3% de suas ações ordinárias, totalizando a quantidade de 6.482.260 ações, ao custo total de R$22.711, cujo valor por ação foi de R$ 3,5036.

Em junho de 2020, a Companhia efetuou a transferência onerosa de 961.535 ações ordinárias recompradas, no montante de R$ 3.369, para dois acionistas que atuam como diretores na Companhia e que também venderam suas ações à Companhia no processo de recompra de ações mantidas em tesouraria.

Essas transferências de ações foram realizadas pelo mesmo valor pago pela Companhia aos próprios acionistas na recompra de ações dias/meses antes, ao preço de R$3,5036 por ação. Isso porque, no entendimento da Administração, em sua essência, houve uma transferência de ações entre sócios, com objetivo de equalizar a participação acionária entre eles na Companhia, sem geração de quaisquer ganhos/perdas entre as partes. A Companhia foi utilizada apenas como 'veículo de intermediação' do processo, ao invés de tal transação ter sido realizada diretamente entre os sócios. Portanto, essa transação (recompra e subsequente transferência de ações) não possui, no julgamento da Administração, qualquer relação com as condições para aquisição e/ou restrição de direito às ações transferidas (*vesting period; performance;* outros), usualmente observadas em contratos de pagamento baseado em ações e/ou planos de incentivos de longo prazo, e, consequentemente, não está no alcance do CPC 10 para fins de mensuração ao valor justo das referidas ações recompradas/transferidas.

A seguir a movimentação das ações em tesouraria que apresentam a recompra/transferência mencionada acima, bem como a entrega de ações como remuneração (nota explicativa n°29):

Movimentação das ações em tesouraria - Quantidade de Ações (em milhaes)

Controladora	Alexandre Ostrowiecki	Dragon Gem	Edward Feder	Andre Poroger	Eder Grande	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-
Ações adiquiridas	(3.293)	(2.382)	(523)	(284)	-	(6.482)
Transferências não onerosa	540	-	-	421	-	961
Remuneração com entrega de ações (nota n° 29)	-	-	-	-	488	488
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.753)	(2.382)	(523)	137	488	(5.033)

Movimentação das ações em tesouraria - (Em milhares de Reais)

Controladora	Alexandre Ostrowiecki	Dragon Gem	Edward Feder	Andre Poroger	Eder Grande	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-
Ações adiquiridas	(11.539)	(8.345)	(1.831)	(996)	-	(22.711)
Transferências não onerosa	1.893	-	-	1.476	-	3.369
Remuneração com entrega de ações (nota n° 29)	-	-	-	-	8.634	8.634
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(9.646)	(8.345)	(1.831)	480	8.634	(10.708)

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos

O estatuto social da Companhia, estabelece a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Em milhares de reais		
	2020	2019	2018
Lucro líquido do exercício	444.302	231.373	234.342
(-) Reserva Legal	(22.215)	(11.569)	(11.717)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(253.372)	(170.449)	(175.611)
Lucro líquido ajustado para fins de dividendos	**168.715**	**49.356**	**47.014**
Dividendos obrigatórios (1%)	1.687	494	470
Juros sobre capital proprio deliberados	25.270	21.260	38.559
Dividendos propostos	17.325	5.772	7.030
	44.282	**27.526**	**46.059**

Juros sobre capital próprio

A Companhia faz uso do expediente do artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com alterações do artigo 88, XXVI, da Lei nº 9.430/96, que permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP. A Administração da Companhia propôs a distribuição de R$ 21.480 (líquidos de tributos) (R$ 18.071 em 2019), (R$ 32.775 em 2018), conforme demonstrado a seguir:

	Em milhares de reais		
Descrição	**2020**	**2019**	**2018**
Patrimônio líquido base	761.768	779.703	772.422
(x) TJLP acumulada do período	4,98%	6,54%	6,72%
Limite conforme legislação	**37.936**	**50.993**	**51.907**
Valor dos juros sobre o capital próprio deliberados	25.270	21.260	38.559
(-) Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(3.791)	(3.189)	(5.784)
Valor dos juros sobre o capital próprio líquido	**21.480**	**18.071**	**32.775**

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Em milhares de reais		
Descrição	**2020 Reapresentado**	**2019**	**2018**
Saldo no início do período	**494**	**33.840**	**10.966**
Constituição de valor a pagar no exercício			
Reservas de lucros a ditribuir	23.593	-	-
Resultado do exercício			
Juros sobre capital próprio	25.270	21.260	38.559
Dividendos obrigatório	1.687	494	1.065
Dividendos propostos	17.325	5.772	-
Total constituido no período	**67.876**	**27.526**	**39.624**
(-) IRRF - Juros sobre capital próprio	(3.791)	(3.189)	(5.784)
Valor pago no decorrer do exercício	(41.042)	(57.683)	(10.966)
Saldo em 31 de dezembro	**23.538**	**494**	**33.840**
Juros sobre capital próprio	21.480	-	32.775
Dividendos a pagar	2.058	494	1.065
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	**23.538**	**494**	**33.840**

20. Receita líquida de vendas

A receita líquida da Companhia está composta conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Receita bruta de vendas						
Venda de produtos	3.828.076	2.333.911	2.277.679	3.807.631	2.470.270	2.492.798
	3.828.076	**2.333.911**	**2.277.679**	**3.807.631**	**2.470.270**	**2.492.798**
Deduções de vendas						
Devoluções e abatimentos	(298.977)	(198.689)	(192.990)	(295.026)	(206.449)	(229.072)
Impostos sobre vendas	(545.893)	(340.726)	(344.643)	(435.489)	(354.449)	(349.021)
	(844.870)	**(539.415)**	**(537.633)**	**(730.515)**	**(560.898)**	**(578.093)**
Receita líquida	**2.983.206**	**1.794.496**	**1.740.046**	**3.077.116**	**1.909.372**	**1.914.705**

21. Custos e despesas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2020 Reapresentado	2019	2018	2020 Reapresentado	2019	2018
Custos das mercadorias e produtos vendidos						
Custos materiais	2.098.250	1.231.517	1.071.797	1.885.549	1.195.501	1.160.005
Com pessoal	49.679	32.921	45.600	39.920	54.439	54.833
Depreciação/Amortização	3.593	2.942	2.223	11.295	8.788	8.275
Outros	26.041	27.774	19.578	29.689	32.215	22.935
	2.177.563	**1.295.154**	**1.139.199**	**1.966.453**	**1.290.943**	**1.246.048**
Despesas com vendas						
Comerciais	220.534	127.650	103.220	243.428	137.660	113.035
Distribuição	104.294	73.786	54.073	112.525	79.447	55.701
Promoções e marketing	43.038	65.586	63.767	43.048	65.586	63.773
Pos-venda	49.529	59.512	64.851	49.755	59.673	64.906
Pesquisa e desenvolvimento	33.433	20.386	19.688	54.653	24.627	24.334
Créditos de liquidação duvidosa	22.790	19.768	18.075	25.771	23.125	18.839
Outras	-	11.500	9.402	-	13.012	9.766
	473.616	**378.188**	**333.077**	**529.181**	**403.130**	**350.355**
Despesas gerais e administrativas						
Com pessoal	31.499	19.448	20.337	32.344	20.549	20.537
Serviços profissionais	2.959	5.897	7.621	7.718	6.094	7.781
Depreciação/Amortização	4.072	2.866	914	4.188	2.955	965
Cumunicaçao	3.986	2.882	2.526	4.208	3.000	2.640
Tecnologia e comunicação	5.762	5.386	3.264	11.829	5.788	3.509
Aluguéis, seguros, viagens, outras	6.401	13.362	11.432	6.924	15.998	12.675
	54.679	**49.841**	**46.094**	**67.211**	**54.384**	**48.107**

22. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Receitas financeiras						
Rendimentos de aplicação financeira	8	1.371	3.461	5.487	2.984	3.471
Juros ativos	1.350	1.820	1.685	1.300	1.965	1.838
Atualizações monetárias ativas	822	4.473	294	868	4.473	294
Ajustes a valor presente	9.359	12.229	9.896	9.359	12.229	9.896
Ganhos com derivativos	24.296	4.099	1.717	24.296	4.099	1.717
Outras	821	200	248	729	257	284
	36.657	**24.192**	**17.300**	**42.040**	**26.007**	**17.499**
Despesas financeiras						
Juros passivos	(14.183)	(8.853)	(6.008)	(15.264)	(9.022)	(6.202)
Atualizações monetárias passivas	(3.187)	(669)	(4.922)	(3.527)	(679)	(4.958)
Perdas com derivativos	(33.582)	(495)	(2.014)	(33.582)	(495)	(2.014)
Despesas bancárias	(7.314)	(3.662)	(3.144)	(8.584)	(3.742)	(3.533)
Outras depesas	(3.391)	(3.478)	(5.902)	(3.578)	(3.873)	(6.108)
	(61.656)	**(17.157)**	**(21.991)**	**(64.534)**	**(17.811)**	**(22.816)**
Variação cambial						
Ativa	113.479	71.479	123.450	184.574	85.533	157.544
Passiva	(167.763)	(81.206)	(129.404)	(255.667)	(94.122)	(164.726)
	(54.283)	**(9.727)**	**(5.955)**	**(71.093)**	**(8.589)**	**(7.183)**
Resultado financeiro liquido	**(79.283)**	**(2.692)**	**(10.646)**	**(93.587)**	**(393)**	**(12.500)**

23. Outras receitas/(despesas) operacionais

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Outras receitas						
Créditos extemporâneos	85.441	33.897	13.774	88.712	35.511	13.774
Indenizações, intermediações, venda imobilizado, demais receitas	18.946	2.878	5.760	18.551	3.450	5.922
	104.388	**36.775**	**19.534**	**107.263**	**38.961**	**19.696**
Outras despesas						
Autos de infração tributárias	(18.180)	(2.619)	(1.212)	(18.185)	(2.619)	(1.227)
Provisões tributárias e trabalhistas	(67.916)	26.657	(49.179)	(67.916)	26.657	(49.179)
Indenizações e multas contratuais, perdas imobilizado, demais despesas	(5.813)	(2.899)	(4.010)	(10.591)	(3.346)	(4.180)
	(91.909)	**21.139**	**(54.401)**	**(96.692)**	**20.692**	**(54.586)**
Outras receitas e despesas líquidas	**12.479**	**57.914**	**(34.866)**	**10.571**	**59.653**	**(34.889)**

24. Resultado por ação

O quadro a seguir apresentado, reconcilia o resultado apurado em 2020, 2019 e 2018 no cálculo do resultado por ação básico e diluído:

	2020 Reapresentado	2019	2018
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	**444.302**	**231.373**	**234.342**
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias do exercício (em unidades)	216.075.329	205.271.563	216.075.329
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais do exercício (em unidades)	-	10.803.766	-
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais (em unidades)	**216.075.329**	**216.075.329**	**216.075.329**
Lucro Básico e Diluído (em R$) por ação ordinária	2,105279	1,070800	1,084538
Lucro Básico e Diluído (em R$) por ação preferencial	2,105279	1,070800	1,084538

A Companhia possui ações em tesouraria e, em 2020, bonificou alguns diretores com a entrega de parte destas ações. A média ponderada de ações ordinárias no exercício foi considerada para o cálculo do lucro básico diluído, excluindo as ações em tesouraria.

25. Gestão de risco financeiro

25.1 Considerações gerais e políticas

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria da Companhia, que tem também a função de apresentar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Companhia, para aprovação da Alta Administração e do Conselho de Administração da Companhia.

25.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de mercado, decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, mudanças nas taxas de juros e mudanças na legislação brasileira em todas as esferas.

(b) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Abaixo a exposição da Companhia com instrumentos financeiros.

b.1) Obrigações expostas a variação cambial

Por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da estrutura do endividamento e sua exposição a variação cambial, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, contratos de swap, objetivando mitigar os riscos de eventuais perdas financeiras nos empréstimos e financiamentos (Vide Nota Explicativa n°15).

Com relação ao saldo a pagar, em dólares americanos, à fornecedores de matéria-prima internacionais, conforme descrito na Nota Explicativa n°14, a Companhia não possui política de contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de exposição a flutuação cambial, pois, quaisquer incrementos de custo da matéria-prima relacionados à variação cambial, a Companhia busca alternativas para repassar, substancialmente, tais custos ao preço de venda final do produto acabado.

Todavia, no caso de certos contratos de fornecimento firmados com clientes que estabelecem preço de venda fixo, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, *Non-Deliverable forward (NDF)*, para mitigar o risco de flutuação cambial ao qual está exposta.

b.2). Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de empréstimos e financiamentos

Operações passivas				Valor justo		
Objetivo de hedge de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento	Valor nocional 2020	2020	2019	2018
Swap						
Banco Itau						
Ponta ativa	Euro	Mar/2021		16.022		-
Ponta passiva	CDI	Mar/2021		(18.717)	-	-
Saldos a pagar			**2.936**	**(2.695)**	**-**	**-**
Banco Citi						
Ponta ativa	Euro	Mar/2021		98.908	-	-
Ponta passiva	CDI	Mar/2021		(88.620)	-	-
Saldos a receber			**17.000**	**10.288**	**-**	**-**
Banco do Brasil						
Ponta ativa	Euro	Out/2018		-	-	44.468
Ponta passiva	CDI	Out/2019		-	-	(43.144)
Saldos a pagar			**10.000**	**-**	**-**	**1.324**

b.3). Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de instrumentos financeiros

				Notional		
Tipo	Contraparte	Proteção	Moeda	USD	REAIS	MTM 2020
NDF	BRASIL	Taxa de Cambio	USD	629	3.268	(10)
NDF	BTG	Taxa de Cambio	USD	22.788	118.424	(2.496)
NDF	CITI	Taxa de Cambio	USD	34.496	179.265	(8.497)
NDF	VOTORANTIM	Taxa de Cambio	USD	24.523	127.440	(6.851)
				82.436	**428.397**	**(17.853)**
NDF	FIBRA	Taxa de Cambio	USD	8.912	46.312	632
						(17.222)

				Notional		
Tipo	Contraparte	Proteção	Moeda	Ativo	Passivo	MTM 2018
NDF	BRASIL	Taxa de Cambio	USD	1.349.000	5.511	279
				1.349.000	**5.511**	**279**

b.4) Saldos dos ativos e passivos derivativos apresentados no balanço patrimonial

Os ativos e passivos financeiros derivativos, apresentados no balanço patrimonial, cujo objetivo de proteção patrimonial, estão resumidos a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Valores a receber						
NDF	632	-	279	632	-	279
SWAP	10.288	-	-	10.288	-	-
	10.920	**-**	**279**	**10.920**	**-**	**279**
Valore a pagar						
NDF	(17.853)	-	-	(17.853)	-	-
SWAP	(2.695)	-	(1.354)	(2.695)	-	(1.354)
	(20.548)	**-**	**(1.354)**	**(20.548)**	**-**	**(1.354)**
Efeito líquido	**(9.628)**	**-**	**(1.075)**	**(9.628)**	**-**	**(1.075)**

c) Análise de sensibilidade de risco cambial

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, em relação ao saldo de fornecedores estrangeiros a pagar (nota explicativa n°14) e de empréstimos em moeda estrangeira na modalidade FINIMP e Capital de Giro (Nota Explicativa 15), são considerados três cenários, sendo que o cenário provável, que é o valor justo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente. Foi utilizada a curva futura do mercado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Teste de stress - exposiçao cambial do balanço patrimonial

2020[1]	Cenário Provável Saldo contábil	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Controladora	1.143.105	1.428.881	1.714.658
Consolidado	1.958.699	2.448.374	2.938.049

Teste de stress - exposiçao cambial do balanço patrimonial

2019	Cenário Provável Saldo contábil	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Controladora	356.936	446.170	535.404
Consolidado	418.655	523.319	627.983

Teste de stress - exposiçao cambial do balanço patrimonial

2018	Cenário Provável Saldo contábil	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Controladora	496.526	620.657	744.789
Consolidado	529.067	661.334	793.600

[1] Os saldos de empréstimos de capital de giro de 2020, em moeda estrangeira, não foram incluídos na análise acima, pois a Companhia contratou, junto a instituições financeiras, operação de swap observando as mesmas datas, vencimentos e valores nacionais das referidas exposições passivas contratadas em moeda estrangeira, substituindo-o pela variação percentual do CDI aplicada em montante em reais.

d) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Não havia risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

e) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme descrito na Nota Explicativa n°3.1, práticas contábeis.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa n° 5).

A seguir, demonstramos os valores do ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Caixa e equivalente de caixa	41.237	33.871	28.086	452.453	97.927	33.506
Contas a receber	973.180	600.084	514.236	967.780	613.386	551.186
	1.014.417	**633.955**	**542.322**	**1.420.233**	**711.313**	**584.692**

f) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas dos quocientes do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 2020, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos de R$ 15.164, consolidado R$ 391.488 (R$ 2.632 / R$ 65.629, em 2019 e 22.798 / 27.655, 2018), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2020				
Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	232.282	443.497	27.474	2.492	705.745
Fornecedores	1.227.723	-	-	-	1.227.723
	1.460.005	**443.497**	**27.474**	**2.492**	**1.933.468**

	2020				
Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	232.282	443.497	27.474	2.492	705.745
Fornecedores	1.992.782	-	-	-	1.992.782
	2.225.064	**443.497**	**27.474**	**2.492**	**2.698.527**

	2019				
Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	104.614	13.751	41.253	15.882	175.501
Fornecedores	333.806	-	-	-	333.806
	438.420	**13.751**	**41.253**	**15.882**	**509.307**

	2019				
Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	106.546	13.751	41.253	15.882	177.432
Fornecedores	345.483	-	-	-	345.483
	452.029	**13.751**	**41.253**	**15.882**	**522.915**

	2018				
Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	108.864	11.592	50.892	2.532	173.880
Fornecedores	415.887	-	-	-	415.887
	524.751	**11.592**	**50.892**	**2.532**	**589.767**

	2018				
Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	108.864	11.592	50.892	2.532	173.880
Fornecedores	447.820	-	-	-	447.820
	556.684	**11.592**	**50.892**	**2.532**	**621.700**

25.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A seguir, os índices de alavancagem financeira em 2020, 2019 e 2018:

	Controladora			Consolidado		
	2020 Reapresentado	2019	2018	2020 Reapresentado	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	705.745	175.501	173.880	705.745	177.432	173.880
Caixa e equivalente de caixa	(41.237)	(33.871)	(28.086)	(452.453)	(97.927)	(33.506)
Divida liquida	**664.508**	**141.630**	**145.794**	**253.292**	**79.505**	**140.374**
Patrimônio líquido	1.524.055	1.149.978	946.130	1.524.055	1.149.978	946.130
Índice de alavancagem financeira	**43,6%**	**12,3%**	**15,4%**	**16,6%**	**6,9%**	**14,8%**

25.4 Instrumento financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e proteção.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelos acionistas e pela Administração, sendo posteriormente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A Empresa não realiza qualquer transação e aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas e aprovadas pela Administração.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada.

Assim, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelos acionistas e pela Administração, a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles necessários para monitorar a aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme a NBC TG 40/R3 (Deliberação CVM 684/12), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, conforme as seguintes considerações gerais:

Em 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa**: são classificados como valor justo por meio de resultado ou custo amortizado. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- **Contas a receber de clientes e outros créditos**: decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a perdas estimadas e ajustes a valor presente e abatimentos concedidos à clientes, quando aplicável;
- **Partes relacionadas**: decorrem de operações realizadas com as controladas da Companhia, sendo eliminadas no processo de consolidação. Os valores de mercado destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis;
- **Fornecedores e outras contas a pagar**: decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros;
- **Empréstimos e financiamentos**: Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada. Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 15;

- **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. A Companhia não possui derivativos designados como *hedge accounting* para nenhum dos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo em 2020, 2019 e 2018:

- **C.A** – Custo amortizado;
- **VJR** – Valor justo por meio de resultado.

	Controladora						
	2020		2019		2018		
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Classificação
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	41.237	41.237	33.871	33.871	28.086	28.086	C.A
Contas a receber	973.180	973.180	600.084	600.084	514.236	514.236	C.A
Partes relacionadas	183.878	183.878	639	639	191	191	C.A
Instrumentos financeiros derivativos	10.920	10.920	-	-	279	279	VJR
Outros créditos	3.953	3.953	1.734	1.734	3.994	3.994	C.A
	1.213.168	**1.213.168**	**636.328**	**636.328**	**546.786**	**546.786**	
Passivos							
Fornecedores	1.227.723	1.227.723	333.806	333.806	415.887	415.887	C.A
Empréstimos e financiamentos	705.745	707.285	175.501	179.277	173.880	175.512	C.A
Partes relacionadas	170	170	-	-	18.774	18.774	C.A
Instrumentos financeiros derivativos	20.548	20.548	-	-	1.354	1.354	VJR
Passivos de arrendamentos	5.126	5.126	13.347	13.347			
Outras contas a pagar	46.025	46.025	35.095	35.095	20.375	20.375	C.A
	2.005.337	**2.006.877**	**557.749**	**561.525**	**630.270**	**631.902**	

	Consolidado						
	2020		2019		2018		
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Classificação
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	452.453	452.353	97.927	97.927	33.506	33.506	C.A
Contas a receber	967.780	967.780	613.386	613.386	551.186	551.186	C.A
Partes relacionadas	-	-	639	639	-	-	C.A
Instrumentos financeiros derivativos	10.920	10.920	-	-	279	279	VJR
Outros créditos	12.325	12.325	2.223	2.223	4.384	4.384	C.A
	1.443.478	**1.443.378**	**714.175**	**714.175**	**589.355**	**589.355**	
Passivos							
Fornecedores	1.991.782	1.991.782	345.483	345.483	447.280	447.280	C.A
Empréstimos e financiamentos	705.745	707.285	177.432	179.277	173.880	175.512	C.A
Instrumentos financeiros derivativos	20.548	20.548	-	-	1.354	1.354	VJR
Passivos de arrendamentos	6.309	6.309	15.573	15.573	-	-	C.A
Outras contas a pagar	71.737	71.737	37.594	37.594	22.527	22.527	C.A
	2.796.121	**2.797.661**	**576.082**	**577.927**	**645.041**	**646.673**	

Instrumentos financeiros derivativos

Em 2020, a Companhia contratou *swap*s para minimizar os efeitos cambiais dos contratos de "Empréstimos e financiamentos" (Nota explicativa n°25.2(b.2).
O efeito da mensuração ao valor justo destes instrumentos derivativos está contabilizado no resultado do exercício, no resultado financeiro.

A posição dos instrumentos financeiros derivativos mencionados acima estão demonstrados na (Nota Explicativa n°25.2(b.2)).

Valor justo de instrumentos financeiros

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, exceto os derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. De acordo com a NBC TG 40/R3 (Deliberação CVM 684/12), a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1**: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2**: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- **Nível 3**: Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo.

Atualmente todos os instrumentos financeiros da Empresa têm o seu valor justo mensurado confiavelmente, dessa forma classificados e demonstrados a seguir:

Em 2020

Controladora	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	41.237	-
Instrumento financeiro derivativo	-	10.920	-
Propriedades para investimentos*			5.020
	-	**52.157**	**5.020**

Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	452.453	-
Instrumento financeiro derivativo	-	10.920	-
Propriedades para investimentos*	-	-	5.020
	-	**463.373**	**5.020**

Em 2019

Controladora	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	33.871	-
Propriedades para investimentos			5.020
	-	**33.871**	**5.020**

Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	97.927	-
Instrumento financeiro derivativo	-	-	-
Propriedades para investimentos	-	-	5.020
	-	**97.927**	**5.020**

Em 2018

Controladora	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	28.086	-
Instrumento financeiro derivativo	-	279	-
	-	**28.365**	**4.992**

Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	33.506	-
Instrumento financeiro derivativo	-	279	-
Propriedades para investimentos	-	-	4.992
	-	**33.785**	**4.992**

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações (inclusive instrumentos derivativos) atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia.

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Tributos Correntes						
Contribuiçao social	-	-	(2.817)	(11.916)	(2.753)	(4.391)
Imposto de renda	-	-	(7.464)	(29.315)	(59)	(7.464)
	-	**-**	**(10.281)**	**(41.231)**	**(2.812)**	**(11.855)**

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Tributos Diferidos						
Contribuiçao social	14.708	(14.235)	(5.559)	14.368	(10.303)	(17.200)
Imposto de renda	40.854	(5.124)	(15.440)	39.910	(3.708)	(6.192)
	55.562	**(19.359)**	**(20.999)**	**54.278**	**(14.011)**	**(23.392)**

Estes créditos fiscais se referem ao Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre as adições/exclusões temporárias que foram adicionadas/excluídas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores, além dos valores sobre prejuízos fiscais, os quais a Companhia espera realizar nos próximos dois anos.

A seguir está apresentada a conciliação dos tributos diferidos no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	**54.836**	**19.741**	**58.037**	**20.893**
Tributos diferidos sobre prejuizo fiscal/base de cálculo negativa de CSLL	10.658	3.837	9.283	3.342
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	30.196	10.871	30.590	11.063
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**95.690**	**34.449**	**97.910**	**35.298**

A realização do "Tributo diferido ativo" está pautada em projeções de lucros tributários futuros, cujas projeções levaram em consideração as premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade do negócio nos próximos anos, tendo em vista o panorama econômico esperado pela Companhia durante a definição da sua estratégia de negócio.

A expectativa de realização do "Ativo Fiscal Diferido", fundamentada em estudo técnico de viabilidade conforme NBC TG 32, está definida da seguinte forma:

Consolidado			
Exercício	2020	2019	2018
2019	-	-	18.700
2020	-	26.730	8.200
2021	3.069	11.721	9.500
2022	36.744	13.580	10.600
2023	60.514	15.152	8.218
2024	32.881	11.747	9.701
	133.208	**78.930**	**64.919**

b) Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social corrente no resultado

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Lucro líquido antes dos imposto	388.740	212.014	223.624	431.255	220.174	222.805
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Tributos pela alíquota vigente	**(132.172)**	**(72.085)**	**(76.032)**	**(146.627)**	**(74.859)**	**(75.754)**
Efeito fiscal das adiçoes e exclusões permanentes:						
Subvençao para investimento	128.767	57.953	59.708	164.574	73.187	70.521
Resultado da participação em controladas	64.505	29.063	16.136	-	-	-
Incentivos PAT / Lei Rouanet, outros	240	240	338	240	240	338
Juros sobre o capital prórpio	8.592	7.228	13.120	9.503	8.058	13.120
Outras diferenças permanentes	(14.370)	(3.040)	(2.552)	(14.643)	4.572	3.311
Imposto de renda e contribuição social	**55.562**	**19.359**	**10.718**	**13.047**	**11.199**	**11.536**
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	-	-	(10.281)	(41.231)	(2.812)	(11.855)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	55.562	19.359	20.999	54.278	14.011	23.392
Taxa efetiva %	**-14,3%**	**-9,1%**	**-4,8%**	**-3,0%**	**-5,1%**	**-5,2%**

c) Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos no resultado

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias e Prejuízos fiscais sua maioria na controladora:

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão realizados entre 2021 e 2025.

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Originada de provisões indedutíveis	41.068	(4.193)	20.331	39.784	(6.951)	25.540
Prejuízo fiscais	14.494	23.552	(2.246)	14.494	20.962	(4.948)
Outras diferenças temporárias dedutíveis	-	-	2.914	-	-	2.800
	55.562	**19.359**	**20.999**	**54.278**	**14.011**	**23.392**

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A seguir as coberturas declaradas:

Riscos declarados	2020	2019	2018
Danos materiais	588.564	489.531	432.000
Lucros cessantes	506.000	100.000	108.000
Responsabilidade civil	3.000	-	-
Roubos e riscos diversos	260.000	22.720	20.000

a) Riscos de créditos

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia possuía seguro para cobertura para perda de créditos de clientes com cláusulas pré-estabelecidas visando diminuir quaisquer prejuízos por conta dessas perdas. Aproximadamente 60% do contas a receber da Companha está segurado e as condições gerais da apólice foram consideradas pela Companhia como suficientes para a cobertura destes riscos.

28. Partes relacionadas

A tabela a seguir mostra as operações e saldos na controladora com partes relacionadas:

2020	Valores a receber			Valores a pagar		
	Clientes	Outras contas	Total	Fornecedores	Outras contas	Total
Giga S.A	195	111.178	111.373	43.640	-	43.640
Componentes Ltda	-	71.759	71.759	-	-	-
Proinox Ltda	4.204	16	4.220	13.326	170	13.496
Lojas Multilaser Ltda	-	925	925	-	-	-
	4.399	**183.878**	**188.277**	**56.966**	**170**	**57.136**

2019	Valores a receber			Valores a pagar		
	Clientes	Outras contas	Total	Fornecedores	Outras contas	Total
Giga S.A	25.703	7	**25.710**	1.381	-	**1.381**
Componentes Ltda	-	-	**-**	51.816	-	**51.816**
Proinox Ltda	-	-	**-**	270	-	**270**
Lojas Multilaser Ltda	585	632	**1.217**	-	-	**-**
	26.288	**639**	**26.927**	**53.467**	**-**	**53.467**

2018	Valores a receber			Valores a pagar		
	Clientes	Outras contas	Total	Fornecedores	Outras contas	Total
Giga S.A	190	191	**381**	78	-	**78**
Componentes Ltda	799	-	**799**	-	18.774	**18.774**
Proinox Ltda	-	-	**-**	-	-	**-**
Lojas Multilaser Ltda	-	-	**-**	-	-	**-**
	989	**191**	**1.180**	**78**	**18.774**	**18.852**

	Receita			Custos/ Despesas		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Giga S.A	40.073	30.972	304	32.576	26.215	258
Componentes Ltda	34.495	56.367	79.835	34.532	55.856	93.519
Proinox Ltda	-	-	-	-	-	-
Lojas Multilaser Ltda	4.690	-	-	2.495	-	-
Transação com sócios (Nota 19.2(c.3))	-	-	-	3.369	-	-
	79.258	**87.339**	**80.139**	**72.972**	**82.071**	**93.777**

Como a Companhia consolida estas controladas e, desta forma, todos estes saldos foram eliminados no processo de consolidação.

Os saldos com partes relacionadas se referem as transações com condições específicas pactuadas entre as partes. Tanto os valores a pagar, como valores a receber, não sofrem atualização monetária. Os saldos com empresas ligadas nas contas a receber e nas contas a pagar, representam os valores que a Companhia tem a receber pela venda de produtos.

A Companhia presta garantia referente aos financiamentos e empréstimos, concedidos para as instituições financeiras, sendo carta fiança e bens do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2020, não havia avais e garantias concedidos para partes relacionadas.

A despesa de R$3.369 se refere a transferência de ações não onerosas aos sócios (nota n°19.2(c.3)).

29. Remuneração diretores e executivos

A remuneração do pessoal-chave da administração corresponde a benefícios de curto prazo foi de R$ 23.179 (R$ 2.752 em 2019, R$ 2.852 em 2018). Deste montante, R$8.634 corresponde a remuneração com entrega de ações a um dos diretores da Companhia ao longo do exercício de 2020. Conforme mencionado na nota explicativa n°3.1.2, as ações entregues como parte da remuneração do referido diretor foram mensuradas a valor justo, conforme previsto no CPC 10/IFRS 2, cuja mensuração das ações foi realizada com base em laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia, elaborado por consultores externos, cujo valor apurado por ação foi de R$17,71.

Não houve remuneração para o conselho de Administração.

A Companhia, quando proposto, remunera seus acionistas sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto da Companhia. A Companhia distribui dividendos no montante de R$ 40.919 e irá pagar juros sobre capital próprio no montante de R$ 25.270 aos seus acionistas, conforme mencionado na Nota explicativa 19.2(d).

29.1 Acionistas controladores

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15.1, Garantias e restrições contratuais, os acionistas da Companhia concederam aval para determinados empréstimos e financiamentos da Companhia, sem qualquer custo à Companhia.

30. Informações por segmento

A Companhia gerencia o desempenho operacional dos seus negócios baseada em informações por segmento. As informações por segmentos do negócio são utilizadas pela Administração para tomar decisões sobre como alocar recursos, tomando como base o lucro bruto de cada segmento operacional. As atividades e resultados do negócio são acompanhados pelos principais gestores de cada negócio e reportadas ao principal gestor das operações, para tomar decisões sobre a melhor forma de alocação dos recursos em cada segmento.

Os principais segmentos operacionais da Companhia são:

- **Mobile Devices;**

  Segmento formado por dispositivos eletrônicos de fácil transporte e manuseio, composto basicamente por smartphones, notebooks e tablets direcionados às grandes redes de varejo e clientes corporativos.

- **Office & IT supplies;**

  Segmento composto de periféricos de informática, materiais de escritório e equipamentos de internet e de segurança, preponderantemente comercializados no pequeno varejo e junto a fornecedores de serviços de internet e instaladores.

- **Home products;**

  Segmento formado por Eletroportáteis, produtos da linha Áudio e Vídeo e produtos de Health Care, amplamente comercializados nas grandes lojas de varejo e em redes de drogaria.

- **Kids & Sports.**

  Composto de Puericultura leve e pesada, equipamentos de ginástica, brinquedos e produtos para Pets, normalmente comercializados no varejo especializado.

  A Companhia realiza operações preponderantemente no Brasil, menos de 1% das suas vendas são exportação e não existem clientes que representem mais de 10% da receita de cada segmento.

	Consolidado				
2020	**Mobile Devices**	**Office & IT supplies**	**Home eletric products**	**Kids & Sports**	**Total**
Receita operacional líquida	1.095.588	1.175.837	620.920	184.771	3.077.116
Lucro bruto	331.596	445.251	225.654	108.162	1.110.663

	Consolidado				
2019	**Mobile Devices**	**Office & IT supplies**	**Home eletric products**	**Kids & Sports**	**Total**
Receita operacional líquida	675.074	823.235	254.241	156.822	1.909.372
Lucro bruto	144.492	311.403	83.445	79.089	618.429

	Consolidado				
2018	**Mobile Devices**	**Office & IT supplies**	**Home eletric products**	**Kids & Sports**	**Total**
Receita operacional líquida	723.564	908.176	167.754	115.211	1.914.705
Lucro bruto	247.090	305.899	57.205	58.463	668.657

A seguir as informações dos ativos e passivos que são analisadas pelos principais gestores de cada negócio e reportadas ao principal gestor das operações, para tomar decisões.

	Consolidado				
2020	**Mobile Devices**	**Office & IT supplies**	**Home eletric products**	**Kids & Sports**	**Total**
Ativos	1.062.838	799.976	413.117	103.927	2.379.858
Passivos	907.135	666.193	264.186	59.819	1.897.334

	Consolidado				
2019	**Mobile Devices**	**Office & IT supplies**	**Home eletric products**	**Kids & Sports**	**Total**
Ativos	258.866	262.216	98.682	53.834	673.598
Passivos	131.948	140.100	42.355	13.389	327.792

	Consolidado				
2018	**Mobile Devices**	**Office & IT supplies**	**Home eletric products**	**Kids & Sports**	**Total**
Ativos	354.173	307.960	137.668	63.494	863.295
Passivos	180.526	173.654	56.163	19.707	430.050

31. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

O quadro a seguir demonstra as alterações dos passivos provenientes das atividades de financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa, conforme determina a NBC TG 03/R3 (Deliberação CVM 641/10) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	Controladora			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Movimento não Caixa**	**Efeito líquido no fluxo de caixa nas atividades de financiamento**	**Saldo em 2020**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	494	67.942	(44.832)	23.604
Empréstimos e financiamentos	175.501	45.825	484.419	705.745
Capital social	757.039	-		757.039
	933.034	**113.767**	**439.587**	**1.486.388**

	Controladora			
Descrição	**Saldo em 2018**	**Movimento não Caixa**	**Efeito líquido no fluxo de caixa nas atividades de financiamento**	**Saldo em 2019**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	33.840	27.526	(60.872)	494
Empréstimos e financiamentos	173.880	6.911	(5.290)	175.501
Capital social	757.039	-	-	757.039
	964.759	**34.437**	**(66.162)**	**933.034**

	Controladora				
Descrição	Saldo em 2017	Movimento não Caixa	Efeito líquido no fluxo de caixa nas atividades de financiamento	Alteração no valor justo	Saldo em 2018
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10.966	79.874	(57.000)	-	33.840
Empréstimos e financiamentos	62.406	94.720	12.328	4.426	173.880
Capital social	216.075	540.964	-	-	757.039
	289.447	**715.558**	**(44.672)**	**4.426**	**964.759**

Não houve movimentação nas atividades de financiamento nas controladas e, portanto, não há divulgação para o consolidado.

32. Eventos subsequentes

Aprovação do Plano de Ações Restritas

Em 11 de Maio de 2021, com o objetivo de atrair, motivar e reter os diretores estatutários da Companhia, bem como alinhar os seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária um Plano Especial de Ações Restritas ("Plano"). O Plano será lastreado e limitado à quantidade de ações atualmente mantidas em tesouraria (vide nota explicativa 19.c) e o Conselho de Administração indicará a seu exclusivo critério, dentre os diretores estatutários da Companhia, aqueles aos quais serão oferecidas ações restritas.

Desdobramento de ações ordinárias e aumento do limite do capital autorizado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021, foi aprovado o desdobramento de ações da Companhia na razão de 1 (uma) para 3 (três) ações, passando o capital social da Companhia de 216.075.329 (duzentas e dezesseis milhões, setenta e cinco mil, trezentas e vinte e nove) ações ordinárias a ser dividido em 648.225.987 (seiscentas e quarenta e oito milhões, duzentas e vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias. Adicionalmente, o capital autorizado da Companhia teve seu limite alterado para 1.067.025.987 (um bilhão, sessenta e sete milhões, vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias.

Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias

Em 14 de Maio de 2021, a Companhia submeteu à Comissão de Valores mobiliários – CVM, seu **Pedido de Registro de Oferta Pública** de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, combinado com Pedido de Aprovação das Atividades de Estabilização do Preço das Ações e Pedidos de Dispensa de Requisitos:

"Pedido de registro da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), compreendendo a distribuição ("Oferta"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior, cumulado com os pedidos de Aprovação das Atividades de Estabilização do Preço das Ações e Pedidos de Dispensa de Requisitos constantes do pedido de registro ("Pedido de Registro")".

Aquisição da Empresa EXPET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TAPETES LTDA

Em 08 de Junho de 2021, a Companhia efetuou a aquisição da empresa **Expet Industria e Comercio de Tapetes Ltda**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São, Paulo, Estado de São Paulo, pelo montante de R$ 8.600 mil. A Expet tem como atividade preponderante, a fabricação e comercialização de tapetes higiênicos descartáveis para pets. A Companhia deseja com essa aquisição ampliar e expandir a sua linha própria de produtos pet, bem como ampliar o alcance dessa linha de produtos.

Como essa aquisição não é relevante em relação a posição patrimonial consolidada da Companhia e, portanto, não atinge os indicadores previstos no item 7 do OCPC 06, a Companhia entende que não há necessidade de apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma* no contesto do IPO.

Distribuição de dividendos

Em 21 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram e declararam a distribuição de dividendos no montante de R$108.235 mil debitados a conta reserva de lucros a distribuir, podendo ser pagos até 31 de dezembro de 2021.

Em 12 de julho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas retificaram o valor da distribuição de dividendos aprovada em 21 de junho de 2021, para o montante de R$ 101.722.

* * *

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 59.717.553/0001-02 ("Companhia"), declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 14 de julho de 2021.

Alexandre Ostrowiecki
Diretor Presidente

Ricardo Rosanova Garcia
Diretor de Relações com Investidores

Eder da Silva Grande
Diretor Financeiro

André Poroger
Diretor de Produtos

ANEXO H – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições Não Contábeis 8

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 12

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 14

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 15

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 16

3.7 - Nível de Endividamento 17

3.8 - Obrigações 18

3.9 - Outras Informações Relevantes 19

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 20

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 83

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 88

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 94

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 95

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 96

4.7 - Outras Contingências Relevantes 98

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 101

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 102

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 107

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 108

5.4 - Programa de Integridade 111

5.5 - Alterações significativas 115

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 116

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 117

6.3 - Breve Histórico 118

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 120

6.6 - Outras Informações Relevantes 121

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 122

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 138

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 139

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 141

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 174

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 175

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 183

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 184

7.8 - Políticas Socioambientais 185

7.9 - Outras Informações Relevantes 186

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 187

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 188

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 189

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 190

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 191

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 194

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 195

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 203

9.2 - Outras Informações Relevantes 204

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 205

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 230

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 233

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 234

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 235

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 238

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 239

10.8 - Plano de Negócios 240

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 242

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 244

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 245

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 246

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 254

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 258

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 261

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 262

12.7/8 - Composição Dos Comitês 266

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 268

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 269

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 270

12.12 - Outras informações relevantes 271

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 274

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 281

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 285

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 286

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 291

13.6 - Opções em Aberto 296

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 297

13.8 - Precificação Das Ações/opções 298

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 301

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 302

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 303

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 304

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 305

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 306

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 307

13.16 - Outras Informações Relevantes 308

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 310

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 316

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 317

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 318

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 319

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 320

15.3 - Distribuição de Capital 323

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 324

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 325

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 330

15.7 - Principais Operações Societárias 331

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 332

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 333

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 334

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 335

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 337

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 338

17.2 - Aumentos do Capital Social 339

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 340

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 341

17.5 - Outras Informações Relevantes 342

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 343

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 344

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 345

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 346

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 347

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 348

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 349

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 350

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 351

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 352

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 353

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 354

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 355

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 356

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 357

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 358

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 359

20.2 - Outras Informações Relevantes 360

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 361

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 362

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 364

21.4 - Outras Informações Relevantes 365

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Alexandre Ostrowiecki**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Ricardo Rosanova Garcia**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ALEXANDRE OSTROWIECKI, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 14.187.297-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 292.713.568, com endereço comercial na Avenida Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Presidente da **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 59.717.553/0001-02, com seu estatuto social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.3.0041553-1 ("Companhia"), vem de acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), declarar que: (i) reviu o Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

ALEXANDRE OSTROWIECKI
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

RICARDO ROSANOVA GARCIA, brasileiro, solteiro, profissional de relação com investidores, portador da cédula de identidade RG nº 21.152.028-7 e inscrito no CPF/ME sob o nº 259.792.868-37, com endereço comercial na Avenida Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.,** sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Bairro Jardim América, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 59.717.553/0001-02, com seu estatuto social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.3.0041553-1 ("Companhia"), vem de acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), declarar que: (i) reviu o Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



RICARDO ROSANOVA GARCIA
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 - Declaração individual de novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; e (iii) revisão das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas referentes aos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No último exercício social, foram pagos aos auditores independentes como remuneração pelos serviços prestados R$334.140,00 referente à auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Luiz Gustavo Pereira dos Santos	01/01/2018	316.826.888-79	Rua Major Quedinho, nº 90, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01050-030, e-mail: gustavo.pereira@bdo.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	1.729.788.000,00	1.523.989.000,00	1.149.978.000,00	946.130.000,00
Ativo Total	5.456.098.000,00	4.687.365.000,00	1.923.440.000,00	1.819.522.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.402.533.000,00	3.077.116.000,00	1.909.372.000,00	1.914.705.000,00
Resultado Bruto	474.284.000,00	1.110.663.000,00	618.429.000,00	668.657.000,00
Resultado Líquido	193.624.000,00	444.302.000,00	231.373.000,00	234.342.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	213.075.689	211.042.023	216.075.329	216.075.329
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	8,118186	7,221258	5,322118	4,378706
Resultado Básico por Ação	0,908708	2,105279	1,070798	1,084538
Resultado Diluído por Ação	0,91	2,11	1,07	1,08

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2021 as seguintes medições não contábeis:

	Período de três meses findo em	Exercício social encerrado em		
(valores em R$ milhares, exceto os percentuais)	**31/03/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
EBITDA	235.704	548.483	237.233	244.742
Margem EBITDA	16,8%	17,8%	12,4%	12,8%
Dívida Líquida	755.691	253.293	79.505	140.374
ROIC	31,1%	35,8%	20,0%	26,3%

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido do exercício ou do período, acrescido resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia, nem como base para distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e é definida como saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), menos caixa e equivalente de caixa.

A Dívida Líquida não é uma medida contábil reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e nem pelas IFRS emitidas pelo IASB e não deve ser considerada como substituta para o fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

3.2 - Medições Não Contábeis

ROIC

O Retorno sobre o Capital Investido, também conhecido como ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) é uma medida não contábil que é obtida pela divisão do resultado antes do resultado financeiro acrescido do imposto de renda e contribuição social (NOPAT) pelo capital investido médio dos últimos doze meses. É uma medida de rentabilidade sobre o capital alocado, utilizado pela Companhia. O capital investido por sua vez, é a somatória do patrimônio líquido e dívida líquida. A dívida líquida é obtida pela soma de contas de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos e a dedução da conta de caixa e equivalentes de caixa.

O ROIC não é uma medida contábil reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e nem pelas IFRS emitidas pelo IASB e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras sociedades.

(b) conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
(valores em R$ milhares, exceto os percentuais)	**31/03/2021**	**31/03/2020**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Resultado líquido do exercício	193.624	(7.606)	444.302	231.373	234.342
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	43.455	8.454	(13.047)	(11.199)	(11.537)
(+) Resultado financeiro, líquido	(8.743)	49.747	93.587	393	12.500
(+) Depreciação e amortização	7.368	4.991	23.641	16.666	9.437
EBITDA	235.704	55.586	548.483	237.233	244.742
Receita operacional líquida	1.402.533	478.740	3.077.116	1.909.372	1.914.705
Margem EBITDA	16,8%	11,6%	17,8%	12,4%	12,8%

Dívida Líquida

	Período de três meses findo em	Exercício social encerrado em		
(valores em R$ milhares, exceto os percentuais)	**31/03/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	402.573	232.282	106.546	108.864
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	855.121	473.464	70.886	65.016
Caixa e Equivalentes de Caixa	502.003	452.453	97.927	33.506
Dívida Líquida	**755.691**	**253.293**	**79.505**	**140.374**

3.2 - Medições Não Contábeis

ROIC

	Período de três meses findo em (1)	Exercício social encerrado em		
(valores em R$ milhares, exceto os percentuais)	**31/03/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Resultado antes do resultado financeiro (a) (2)	702.582	524.842	220.568	235.306
Imposto de renda e contribuição social (correntes + diferidos) (b) (3)	-38.861	13.047	11.199	11.537
NOPAT (c=a+b)	**663.721**	**537.889**	**231.767**	**246.843**
Capital investido - final do período (d=e+f)	**2.485.543**	**1.777.348**	**1.229.483**	**1.086.504**
Patrimônio líquido - final do período (e)	1.729.852	1.524.055	1.149.978	946.130
Dívida líquida - final do período (f=g+h-i)	755.691	253.293	79.505	140.374
Empréstimos e financiamentos de curto prazo (g)	402.573	232.282	106.546	108.864
Empréstimos e financiamentos de longo prazo (h)	855.121	473.464	70.886	65.016
Caixa e equivalentes de caixa (i)	502.003	452.453	97.927	33.506
Capital investido - início do período (j=k+l)	**1.777.348**	**1.229.483**	**1.086.504**	**789.178**
Patrimônio líquido - início do período (k)	1.524.055	1.149.978	946.130	859.939
Dívida líquida - início do período (l=m+n-o)	253.293	79.505	140.374	-70.761
Empréstimos e financiamentos de curto prazo (m)	232.282	106.546	108.864	15.316
Empréstimos e financiamentos de longo prazo (n)	473.464	70.886	65.016	47.090

3.2 - Medições Não Contábeis

	Período de três meses findo em (1)	Exercício social encerrado em		
(valores em R$ milhares, exceto os percentuais)	**31/03/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Caixa e equivalentes de caixa (o)	452.453	97.927	33.506	133.167
Capital investido médio (p=(d+j)/2)	**2.131.446**	**1.503.416**	**1.157.994**	**937.841**
ROIC (c/p)	**31,1%**	**35,8%**	**20,0%**	**26,3%**

(1) Saldos divulgados considerando os últimos doze meses ("LTM").
(2) O Resultado antes do resultado financeiro, descrito na coluna 31/3/2021 foi calculado adicionando o Resultado antes do resultado financeiro do trimestre findo em 31/03/2021 (R$ 228.335 mil) ao Resultado antes do resultado financeiro do exercício de 2020 (R$ 524.842 mil) e subtraindo o Resultado antes do resultado financeiro do trimestre findo em 31/03/2020 (R$ 50.595 mil).
(3) O Imposto de renda e contribuição social, descrito na coluna 31/3/2021 foi calculado adicionando o Imposto de renda e contribuição social do trimestre findo em 31/03/2021 (R$ 43.455 mil) ao Imposto de renda e contribuição social do exercício de 2020 (R$ 13.047 mil) e subtraindo o imposto de renda e contribuição social do trimestre findo em 31/03/2020 (R$ 8.454 mil).

(c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medida mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, pois apresenta o verdadeiro lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo utilizados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA oferecem aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para investimentos e capital de giro.

Dívida Líquida

A Companhia entende que a Dívida Líquida, indicador não contábil utilizado pela administração, é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa.

ROIC

A Companhia apresenta o ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) como medida de retorno sobre o capital investido da Companhia, ou seja, considera o capital empregado para as atividades da Companhia.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Seguem descritos abaixo os eventos subsequentes que constaram das informações financeiras da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, conforme emitida em 11 de maio de 2021 e reemitida em 24 de junho de 2021 e em 12 de julho de 2021:

Desdobramento de ações ordinárias e aumento do limite do capital autorizado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021, foi aprovado o desdobramento de ações da Companhia na razão de 1 (uma) para 3 (três) ações, passando o capital social da Companhia de 216.075.329 (duzentas e dezesseis milhões, setenta e cinco mil, trezentas e vinte e nove) ações ordinárias a ser dividido em 648.225.987 (seiscentas e quarenta e oito milhões, duzentas e vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias. Adicionalmente, o capital autorizado da Companhia teve seu limite alterado para 1.067.025.987 (um bilhão, sessenta e sete milhões, vinte e cinco mil, novecentas e oitenta e sete) ações ordinárias.

Aprovação do Plano Especial de Ações Restritas

A Companhia aprovou, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021, um Plano Especial de Ações Restritas (“Plano”). O Plano será lastreado e limitado às 8.997.377 ações atualmente mantidas em tesouraria e o Conselho de Administração indicará a seu exclusivo critério, dentre os diretores estatutários da Companhia, aqueles aos quais serão oferecidas ações restritas.

Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias

Em 14 de Maio de 2021, a Companhia submeteu à Comissão de Valores mobiliários – CVM, seu Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, combinado com Pedido de Aprovação das Atividades de Estabilização do Preço das Ações e Pedidos de Dispensa de Requisitos:

“Pedido de registro da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), compreendendo a distribuição (“Oferta”), a ser realizada na República Federativa do Brasil (“Brasil”), em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior, cumulado com os pedidos de Aprovação das Atividades de Estabilização do Preço das Ações e Pedidos de Dispensa de Requisitos constantes do pedido de registro ("Pedido de Registro")”.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Aquisição da Empresa EXPET Indústria e Comércio de Tapetes Ltda.

Em 08 de Junho de 2021, a Companhia realizou a aquisição da empresa Expet Industria e Comercio de Tapetes Ltda. ("Expet"), com sede na Cidade de São, Paulo, Estado de São Paulo, pelo montante de R$ 8.600 mil. A Expet tem como atividade preponderante, a fabricação e comercialização de tapetes higiênicos descartáveis para animais de estimação (*pets*). A Companhia pretende com essa aquisição ampliar e expandir a sua linha própria de produtos pets, bem como ampliar o alcance dessa linha de produtos.

Distribuição de dividendos

Em 21 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram e declararam a distribuição de dividendos no montante de R$108.235 mil debitados a conta reserva de lucros a distribuir, podendo ser pagos até 31 de dezembro de 2021. Em 12 de julho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas retificaram o valor da distribuição de dividendos aprovada em 21 de junho de 2021, para o montante de R$ 101.722 mil.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
a. Regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia estabelecia, nos três últimos exercícios sociais, as seguintes regras sobre retenção de lucros: i. 5% do lucro líquido era alocado anualmente para constituição de reserva legal, que não poderia exceder 20% do capital social integralizado ou o limite estipulado no parágrafo 1º do artigo 193 da Lei das S.A.; ii. em um exercício em que o saldo da reserva legal, somado aos valores de reserva de capital constantes do parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., fosse superior a 30% do capital social, o lucro do período fiscal para a reserva legal não era obrigatório; iii. a administração, poderia propor que parcela dos lucros fosse destinada à constituição de reserva para contingências e reverter as mesmas reservas constituídas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; iv. em um exercício em que o dividendo obrigatório, calculado de acordo com o item (b) abaixo, excedesse o valor realizado do resultado do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta da administração, destinar o excedente a uma reserva realizável, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; e v. nos termos do artigo 195-A da Lei das S.A., a assembleia geral poderá, por proposta da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.		
a.i. Valores das Retenções de Lucros	**Reserva Legal**: R$ 22,6 milhões; **Reserva de Incentivos Fiscais**: R$ 253,4 milhões; e **Retenção de Lucros**: R$ 101,7 milhões	**Reserva Legal**: R$ 11,6 milhões; **Reserva de Incentivos Fiscais**: R$ 170,4 milhões; e **Retenção de Lucros**: R$ 21,8 milhões	**Reserva Legal**: R$ 11,7 milhões; e **Reserva de Incentivos Fiscais**: R$ 175,6 milhões. **Retenção de Lucros**: R$ 1,7 milhão
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	85,1%	88,1%	79,2%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 1,00% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, observado que a Companhia também pode, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.		
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das S.A., não há restrições quanto à distribuição de dividendos. Ademais, a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções e doações governamentais, devem ser destinadas ao cumprimento dos encargos que a Companhia assume perante o Poder Público. Desta forma, tal montante é destinado à Reserva de Incentivos Fiscais e excluído da base de cálculo do dividendo obrigatório.		
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, uma vez que a Companhia não possuía, nos três últimos exercícios sociais, uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.		

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	0,00	175.295.017,45	49.356.208,64	47.014.091,30
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	25,300000	55,800000	98,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	2,900000	2,400000	4,900000
Dividendo distribuído total	0,00	44.348.481,04	27.525.962,01	46.059.323,44
Lucro líquido retido	0,00	108.235.358,15	21.829.808,72	954.767,87
Data da aprovação da retenção		29/04/2021	17/04/2020	31/05/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária	0,00		17.325.189,71	13/08/2020	4.748.086,07	20/08/2019	6.435.000,00	13/04/2018
Ordinária			1.752.950,17					
Ordinária					1.023.998,21	22/08/2019		
Ordinária					122.368,35	25/08/2020		
Ordinária					371.193,74			
Ordinária							1.065.000,00	28/06/2019
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária	0,00		3.790.551,17	01/10/2020	3.189.047,35	03/06/2019	5.783.898,52	03/12/2018
Ordinária			21.479.789,99					
Ordinária					18.071.268,29	20/08/2019		
Ordinária							6.571.000,00	22/03/2019
Ordinária							26.204.424,92	20/08/2019

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Em reunião da Diretoria realizada em 16 de fevereiro de 2018, foram declarados dividendos à conta de lucros retidos, com base na posição acionária naquela data, no valor total de R$ 40.363 mil.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 21 de maio de 2018, foram declarados dividendos à conta de lucros retidos, com base na posição acionária naquela data, no valor total de R$ 61.729 mil.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 13 de agosto de 2020, foram declarados dividendos à conta de lucros retidos, com base na posição acionária naquela data, no valor total de R$ 23.593 mil.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2021	3.726.246.000,00	Índice de Endividamento	2,15408370	
31/12/2020	3.163.309.000,00	Índice de Endividamento	2,07558717	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (31/03/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		66.667.000,00	133.333.000,00	0,00	0,00	200.000.000,00
Financiamento	Quirografárias		335.906.000,00	570.103.000,00	115.074.000,00	36.611.000,00	1.057.694.000,00
Total			402.573.000,00	703.436.000,00	115.074.000,00	36.611.000,00	1.257.694.000,00

Observação

As informações acima referem-se às últimas informações contábeis da Companhia.

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Quirografárias		232.282.000,00	470.970.000,00	2.493.000,00	0,00	705.745.000,00
Total			232.282.000,00	470.970.000,00	2.493.000,00	0,00	705.745.000,00

Observação

As informações acima referem-se às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas da Companhia. As atividades, a reputação, a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez, a participação de mercado, as margens, as perspectivas, os setor de atuação, os valor de mercado de seus valores mobiliários e/ou seus negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, bem como em decorrência das informações contidas neste Formulários de Referência, nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas, entre outros. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetar significativamente de maneira adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente pela Companhia ou que não foram considerados relevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão afetar adversamente de forma relevante a Companhia.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” sobre Companhia, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de sua emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os termos "sua(s)", "seu(s)" ou "Companhia", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, à “Multilaser Industrial S.A.” e suas controladas em conjunto, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

(a) Riscos Relacionados à Companhia.

A extensão da pandemia de COVID-19, a percepção de seus efeitos e a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia dependem de eventos futuros, que são incertos e imprevisíveis, assim como seus possíveis desdobramentos e consequências, e podem afetar material e adversamente seus negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, sua capacidade de continuar a operar seus negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como aqueles provocados pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), pela febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), pela síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e pela síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou a pandemia de COVID-19, doença causada por um novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, tal declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia de COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrições no fluxo de pessoas (incluindo quarentena e *lockdown*, e limitações a viagens e à utilização de transportes públicos) e no fechamento prolongado de locais de trabalho. No Brasil, estados e municípios, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para controlar a propagação da doença, como isolamento social e consequente restrição à circulação. Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos seus negócios, bem como na economia brasileira.

A pandemia pode, também, em análise extensiva, causar perturbações materiais em seus negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de sua força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar seus riscos operacionais, incluindo, mas não limitado a riscos de segurança cibernética, o que pode prejudicar a sua capacidade de gerenciar e operar seus negócios, além do aumento de rotatividade (*turnover*) e afastamento de colaboradores em consequência de impactos à saúde mental. Entre outros países, o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Brasil tem enfrentado o surgimento de novas cepas do Sars-Cov-2, que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia e as medidas restritivas para contê-la no Brasil e no mundo. As novas cepas do vírus e o aumento no número de casos podem causar efeitos adversos para a Companhia, tais como redução da atividade econômica e restrição de mobilidade que poderiam impactar adversamente o potencial de consumo da população e a necessidade de redução da atividade produtiva, respectivamente.

O alcance total do impacto da pandemia de COVID-19 sobre os negócios da Companhia e resultados operacionais depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação, hoje desconhecida, sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras. No contexto da recessão econômica no Brasil causada pela pandemia de COVID-19, a Companhia também pode enfrentar dificuldades na obtenção de novos financiamentos de instituições financeiras, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está sujeita de acordo com seus contratos de financiamento. Se seus negócios não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para a Companhia por meio de empréstimos através das linhas de crédito ou de outras fontes, a Companhia pode não conseguir cobrir suas despesas, cumprir suas obrigações com terceiros (inclusive fornecedores), investir no crescimento do seu negócio, responder aos desafios competitivos ou atender outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar seus negócios.

Não se tem conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto.

Por fim, uma recessão e/ou desaceleração econômica, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes e fornecedores.

A Companhia não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não tem como garantir que será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia de COVID-19.

Frente a este cenário, as operações multicanais da Companhia foram inicialmente impactadas, causando efeitos adversos de redução de vendas de lojas físicas, e consequente redução da diluição de despesas fixas, aumento das despesas com frete das vendas do *e-commerce*, e redução das margens de retorno.

O impacto da pandemia de COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência. Para mais informações sobre os

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

impactos da pandemia de COVID-19 nos negócios e resultados da Companhia, ver o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Caso a Companhia seja incapaz de introduzir no seu portfólio produtos inovadores, tecnologicamente avançados e seguindo a tendência do mercado, seu crescimento e esforços para manter a lucratividade poderão ser afetados adversamente.

O modelo de negócios da Companhia depende de um portfólio amplo e diversificado de produtos, de modo que, caso a Companhia não seja capaz de prever, identificar e interpretar os gostos e preferências dos consumidores, para introduzir produtos com tecnologia e design adequados e que sigam a tendência mundial, bem como que atendam às demandas de seus clientes-varejistas e consumidores finais, pode ter sua lucratividade afetada adversamente.

Ainda, caso seus fornecedores não tenham disponibilidade suficiente de produtos, ou caso os produtos não atendam ao seu controle de qualidade, a Companhia pode não ser capaz de lançar novos produtos no tempo adequado, de modo que seu crescimento pode ser afetado adversamente. O lançamento de novos produtos pode ainda ser impactado caso a Companhia estime incorretamente a demanda de mercado ou, ainda, caso seus times de vendas não estejam devidamente treinados.

A indústria de bens de consumo em que a Companhia atua caracteriza-se por um curto ciclo de vida dos equipamentos, resultante de rápidas mudanças na preferência de consumidores, assim como na contínua evolução tecnológica dos produtos. Não é possível garantir, que a Companhia continuará a ter acesso a novas tecnologias, que será capaz de identificar tendências globais, ou que será bem sucedida na rápida incorporação de novos produtos em seu portfólio.

A introdução de novos produtos pode ser impactada negativamente pela velocidade de aceitação pelos consumidores e, consequentemente, pela demanda estimada. Adicionalmente, a indústria de bens de consumo vivencia um processo de convergência digital, caracterizado pela rápida obsolescência dos produtos. Caso a Companhia não seja capaz de adequar seu portfólio de produtos de acordo com esse processo, bem como estimar corretamente a demanda por novos produtos e dispositivos ou a adequação dos mesmos ao desejo e necessidades dos consumidores, a Companhia pode enfrentar problemas de gerenciamento de estoque, levando ao aumento do risco de falta ou obsolescência de produtos, ou eventual excesso de estoque e, consequentemente, impactos negativos em seus resultados.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de identificar quais mudanças de comportamento e hábitos de consumo dos consumidores são passageiros, possuem uma duração de médio prazo ou são definitivos, bem como responder introduzindo melhorias e adaptações nos produtos existentes ou ainda lançando novos produtos, o que poderá afetar adversamente suas vendas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se qualquer dos fatores acima ocorrer, a Companhia pode ter seus negócios, resultados financeiros e operacionais adversamente afetados.

A eventual alteração de incentivos fiscais pode impactar negativamente o lucro líquido da Companhia.

O lucro líquido da Companhia nos três últimos exercícios sociais foi significativamente impactado pelos incentivos fiscais recebidos, tendo sido, estes, responsáveis por 56% (R$ 253.372 mil), 74% (R$ 170.449 mil) e 75% (R$ 175.611 mil) do lucro líquido contábil em 2020, 2019 e 2018, respectivamente. Na hipótese de alteração significativa de incentivos fiscais, mediante condenação por ato de improbidade administrativa, limitação, suspensão ou revogação total ou parcial do tratamento tributário favorecido, o lucro líquido da Companhia pode ser afetado de forma adversa.

Ademais, a parcela do lucro líquido decorrente de incentivos fiscais é destinada à reserva de incentivos fiscais e excluído da base de cálculo do dividendo obrigatório, não podendo ser distribuída aos acionistas da Companhia como dividendos, sob pena de tributação dos valores (IRPJ/CSL), em razão da inclusão na determinação do lucro real, o que pode frustrar as expectativas dos acionistas da Companhia. Para mais informações a respeito dos incentivos fiscais usufruídos pela Companhia, ver o item 7.5 deste Formulário de Referência.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos da Companhia poderão afetar adversamente os seus negócios.

As políticas e os procedimentos da Companhia para identificar analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra riscos desconhecidos ou que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que a Companhia utiliza. Outros métodos de gerenciamento de riscos que dependem da avaliação de informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que a Companhia se baseia ou utiliza em modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os seus negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos seus controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos seus negócios, bem como poderá ter um efeito adverso à sua reputação, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado das ações de emissão da Companhia.

A Companhia pode não conseguir implementar integralmente as suas estratégias de negócios.

O fortalecimento e a ampliação das marcas da Companhia, bem como o aumento do seu volume de vendas e desempenho operacional dependem de uma série de fatores, dentre os quais se destacam: (i) qualidade e inovação dos seus produtos; (ii) atingimento

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade no mercado em que a Companhia atua; (iii) consolidação de sua participação no mercado, bem como expansão da sua cobertura geográfica; (iv) identificação de novas oportunidades de produtos que respondam às demandas atuais dos consumidores; (v) expansão da rede de clientes-varejistas e de seus canais de venda; (vi) investimento na eficiência operacional a partir da plataforma de infraestrutura já instalada; e (vii) expansão da base de clientes, com foco no aumento da demanda por seus produtos através do fortalecimento do relacionamento com as lojas de varejo e marketplaces que vendem seus produtos.

Não é possível assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Se a Companhia não conseguir identificar com sucesso as demandas do mercado, manter e ampliar seu relacionamento com os clientes-varejistas e marketplaces, se qualquer um dos seus produtos tiver problemas de qualidade, se seus competidores tiverem propriedade intelectual protegida que os impeça de oferecer produtos atraentes para os consumidores finais, a Companhia pode ter dificuldades em fabricar e comercializar produtos atraentes para seus clientes e consumidores. Além disso, o eventual descumprimento de normas de propriedade intelectual nacionais e/ou internacionais pode levar a Companhia a multas, abertura de processos judiciais e administrativos e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo afetar de modo adverso relevante seus negócios, imagem e situação financeira.

Adicionalmente, a estratégia de crescimento da Companhia pode demandar uma expansão na capacidade logística. Caso a Companhia não consiga encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou serviços de operadores logísticos ao seu processo de controle de estoques de maneira eficaz, a Companhia pode não conseguir entregar produtos aos seus clientes em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo nas vendas e na estratégia de crescimento.

Caso a Companhia não seja capaz de implementar satisfatoriamente tais estratégias, poderá haver um impacto adverso em sua taxa de crescimento e resultados operacionais, resultando em um efeito adverso na sua operação, situação financeira e resultados operacionais. Não é possível assegurar que a sua capacidade de gerenciamento de crescimento será bem-sucedida.

A Companhia opera por meio de canais distintos (lojas físicas de clientes-varejistas, vendas para provedores de serviços de internet – ISP, marketplaces e seu e-commerce) e a eventual falha na integração desses canais poderá impactar negativamente para seus negócios.

Suas operações são realizadas por meio de formato físico e virtual, e sua estratégia de longo prazo é focada no aprofundamento da *omnichannel*, com integração entre estes canais. A companhia não pode garantir que a estratégia de aprofundamento da multicanalidade será bem-sucedida. A falta de agilidade ou incapacidade em aumentar a integração da plataforma digital com as lojas físicas de seus clientes-varejistas poderá afetar adversa e negativamente os seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional. Outro risco da estratégia *omnichannel* é a possibilidade dos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

canais de vendas da Companhia entrarem em competição. Caso isso aconteça, a Companhia não será bem-sucedida na estratégia de crescimento do seu faturamento e a integração dos seus canais de vendas poderá não trazer os benefícios esperados, afetando negativamente os seus negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

Além disso, o crescimento das suas vendas também está baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce* e marketplace. Se a Companhia não for capaz de atender adequadamente aos novos padrões e práticas da indústria, a plataforma digital e a própria tecnologia podem ficar desatualizadas e a Companhia pode ser materialmente e adversamente afetada.

A Companhia é vulnerável a pressões competitivas das atividades de *e-commerce* no mercado, uma vez que seus competidores podem, por exemplo, se utilizar de canais de divulgações (mídias sociais) mais eficientes que aqueles utilizados pela Companhia, ou por seus clientes que atuam no marketplace. Adicionalmente, a expansão dos canais digitais de vendas por meio do *e-commerce* e do marketplace pode aumentar a sua dependência por evoluções no sistema de rede nacional (*internet*), podendo impactar adversamente o seu ritmo de crescimento de vendas e resultado financeiro.

Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em custos maiores do que os esperados e as iniciativas *omnichannel* podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma *omnichannel* no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para suas operações. Quaisquer dos fatores acima poderão afetar de forma relevante a sua estratégia de crescimento e resultado operacional.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à administração de seu estoque.

A Companhia está sujeita a vários riscos relacionados à reposição e otimização de estoque. Por exemplo, a Companhia está sujeita a riscos relacionados à sazonalidade, lançamento de novos produtos, mudanças rápidas nos ciclos e preços de produtos, produtos defeituosos, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos, entre outros fatores. A demanda pelos produtos da Companhia pode mudar significativamente entre o momento da compra dos fornecedores e a venda para os clientes de varejo, o que pode reduzir a capacidade da Companhia de vender seus produtos mantidos em estoque.

A Companhia não pode fornecer qualquer garantia de que selecionará corretamente novos produtos a serem fabricados ou importados ou que sua estimativa inicial da demanda de qualquer produto será mantida ou precisa. Certos produtos que a Companhia compra podem exigir prazos de entrega mais longos e seus fornecedores podem não aceitar devoluções ou trocas desses produtos. Por fim, a Companhia pode não conseguir vender seus produtos em quantidades suficientes ou durante os períodos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de pico de vendas, o que causaria ineficiência em seu volume de estoque. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante o inverno ou mais frias durante o verão podem deixar uma parte do inventário da Companhia incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem levar a Companhia a vender o excesso de seus estoques a preços descontados, reduzindo suas margens, o que pode ter um efeito material negativo. Isso pode ser mais significativo nos casos de coleções de inverno, que têm preços médios mais altos.

Adicionalmente, para se preparar para temporadas de compras, a Companhia deve comprar e estocar uma quantidade de estoque maior do que a que de outras épocas do ano, já que a demanda cresce significativamente. Qualquer redução não planejada (por exemplo, devido à duração e ao impacto contínuos e desconhecidos da pandemia da COVID-19 sobre o fornecimento de estoque e demanda dos seus consumidores) ou apropriação da demanda por seus produtos durante este período de pico de compras – ou mesmo o número de funcionários temporários contratados – pode obrigar a Companhia a vender o estoque excedente a um preço substancialmente mais baixo, o que afetaria negativamente seus resultados operacionais e condição financeira. Tais flutuações nos resultados operacionais e condição financeira da Companhia podem afetar o valor de mercado de suas ações ordinárias.

Os produtos da Companhia devem apelar para uma base de clientes cujas preferências não podem ser previstas com precisão e estão sujeitas a mudanças rápidas, o que pode afetar seus resultados adversamente. A Companhia não pode garantir que não haverá alteração do hábito dos seus consumidores em razão de fatores como limitações ou restrição de circulação de pessoas como o provocado em razão da pandemia da COVID-19. Além disso, caso haja alteração de hábito, a Companhia não pode garantir que será eficiente e ágil na adaptação ao atendimento desses novos hábitos.

A Companhia depende do sistema de transporte e de infraestrutura para entregar os produtos do seu centro de distribuição aos seus clientes-varejistas, marketplaces e consumidores.

As operações da Companhia dependem de um centro de distribuição próprio, localizado em Extrema/MG que atende todas as vendas que realiza. Com isso, sendo dependente do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, incluindo aeroportos, rodovias e todos os meios de transporte utilizados pela Companhia, ou por prestadores de serviços, fornecedores, clientes-varejistas e marketplaces. Adicionalmente, as vendas que a Companhia realiza por meio do *e-commerce* são encaminhadas para os consumidores por meio de uma rede de transportadoras parceiras.

A infraestrutura de transportes no Brasil enfrenta problemas que dificultam um funcionamento eficiente, incluindo o elevado custo da mão-de-obra especializada, a saturação e a falta de investimentos na expansão e modernização da infraestrutura

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

portuária e aeroportuária, a elevada carga tributária incidente sobre essas operações e o precário estado de conservação viária e da frota de transportes. Além disso, destacam-se como obstáculos as interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde a Companhia atua, resultantes, por exemplo, de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves e paralisações de servidores públicos e entidades privadas ligadas ao setor de transportes (a exemplo da paralisação de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de epidemias e pandemias (como, por exemplo, a pandemia de COVID-19) ou outras causas inesperadas que podem atrasar ou prejudicar sua capacidade de comercializar os seus produtos e serviços, bem como ocasionar queda em suas vendas e perda de clientes existentes, o que poderá impactar negativamente seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia possui dependência relevante de uma ampla estrutura logística internacional, utilizada para os processos de importação dos produtos e insumos que comercializa, incluindo armadores, armazenagem portuária, entre outros.

Desse modo, qualquer evento adverso (greves, incêndios, problemas logísticos, enchentes, pandemias, roubos, dentre outros), qualquer interrupção ou redução significativa nos serviços prestados pelos Correios, ou reduções significativas nos serviços prestados no funcionamento das infraestruturas de transporte internacional, como redução da frota de armadores e escassez de contêineres, além de adversidades na infraestrutura de transporte ou em seu funcionamento na cidade em que se localiza o centro de distribuição ou qualquer incapacidade de transportar produtos entre essas instalações, ou fornecedores, ou clientes, por qualquer razão, pode atrasar ou afetar a sua capacidade de distribuir produtos para a loja, bem como para os clientes varejistas e marketplaces, prejudicar a demanda ou os preços de produtos, impedir ou atrasar sua entrega e impor custos adicionais aos produtos, o que pode reduzir as vendas e afetar adversa e negativamente o seu negócio, o resultado operacional e a condição financeira. Nesse mesmo sentido, a declaração da pandemia da COVID-19, por ter desencadeado severas medidas restritivas por autoridades governamentais no mundo todo, que incluíram restrições às viagens e interrupções na cadeia de suprimentos também afetou e pode continuar afetando negativamente seus negócios.

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que a Companhia ou seus fornecedores usem para entregar produtos em sua loja e aos seus clientes varejistas ou centros de distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendem em sua loja e afetar negativamente suas operações. Por exemplo, a sua rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, a disponibilidade de combustível e, por isso, qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais. Adicionalmente, caso normas para combater o trânsito de rua forem promulgadas e impuserem mais restrições na entrega de produtos para a sua loja, em determinadas horas do dia, em determinados municípios em que a Companhia atua, a sua capacidade de distribuir produtos em tempo hábil para os seus clientes varejistas poderá ser afetada.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, a eficiência dos embarques da Companhia depende de inspeções eficientes nas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais, entre outros fatores. Essas inspeções podem ter atrasos devido a vários motivos, incluindo: (i) a qualidade das informações e da documentação preparadas e necessárias para a liberação das mercadorias, (ii) greves de agentes; (iii) aumento da demanda que pode exceder a capacidade de processamento dos agentes, (iv) falta de recursos para desenvolver operações ou contratar outros agentes, ou (v) mudanças nas regulamentações ou implementação de regulamentos que possam aumentar a burocracia envolvida nessas inspeções ou exigem uma análise mais completa das mercadorias que passam pelas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais. No caso de inspeções serem substancialmente mais lentas, o fluxo de mercadorias será reduzido. A entrega atrasada dos produtos da Companhia poderá afetar diretamente sua reputação e incentivar seus clientes a buscar produtos alternativos com concorrentes da Companhia e pode afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

A Companhia enfrenta riscos relacionados ao seu centro de distribuição e infraestrutura de logística

A distribuição da Companhia está concentrada hoje no centro de distribuição localizado em Extrema/MG, de modo que se sua operação normal for interrompida por fatores que estão além do seu controle, como incêndios, pandemias, epidemias ou surtos, greves de caminhoneiros, desastres naturais, falta de energia, falha nos sistemas, intrusões, entre outros, a Companhia pode não ser capaz de realizar a distribuição de suas mercadorias em tempo hábil, ou realizar a distribuição de modo parcial, de modo que o fornecimento de produtos aos clientes varejistas será afetado, o que geraria um efeito negativo material em sua situação financeira e resultado operacional.

Adicionalmente, a estratégia de crescimento da Companhia pode demandar uma expansão na capacidade logística. Caso a Companhia não consiga incrementar esta capacidade de maneira eficaz, a Companhia pode não conseguir atender a demanda por seus produtos, o que pode ter um efeito negativo em suas vendas e na sua estratégia de crescimento.

A Companhia está sujeita às penalidades previstas na Lei de Licitações e na Lei do Pregão, tendo em vista que possui contratos celebrados com entidades da Administração Pública.

A Companhia possui contratos com entidades da Administração Pública para fornecimento de equipamentos de informática, que são regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (“Lei de Licitações”), a qual prevê o regramento para contratação com o Poder Público para prestação de serviços e aquisição de bens, e pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 (“Lei do Pregão”), a qual prevê, também, a aquisição de bens e serviços comuns, porém considerados como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital e por meio de especificações usuais do mercado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, o percentual das vendas decorrente dos contratos firmados com entidades da Administração Pública foi de 22%, cerca de R$ 342 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o percentual das vendas decorrente dos contratos firmados com entidades da Administração Pública foi de 4%, cerca de R$ 120 milhões. Considerando que os contratos públicos são firmados mediante procedimentos competitivos de licitação pública, a celebração de novos instrumentos pode ser adversamente afetada por riscos de mercado, bem como dependerá da capacidade da Companhia de se manter competitiva em face de seus competidores. Eventual incapacidade da Companhia de manter a competitividade nas licitações públicas pode ter efeito adverso sobre os seus resultados financeiros.

Nos contratos regidos pela Lei de Licitações e pela Lei do Pregão, em caso de descumprimento de cláusulas contratuais ou regras de contratação (incluindo dos editais de licitação), a Companhia está sujeita a diversas penalidades, tais como: (i) advertência; (ii) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração; (iv) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Adicionalmente, em caso de contratação com a Administração Pública por meio de inexigibilidade ou dispensa de licitação sem observar as formalidades pertinentes (e.g., processo de justificativa da contratação sem licitação pela entidade pública contratante), a Companhia está sujeita, além das penalidades indicadas acima, à responsabilização criminal dos indivíduos que possibilitaram ou deram causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei ou, então, frustraram ou fraudaram o caráter competitivo do processo licitatório com o intuito de obter vantagem para si ou para outrem (art. 337-E e art. 337-F do Código Penal). Nesses casos, a pena aplicável é de reclusão, de 04 a 08 anos, e multa (art. 337-E e art. 337-F do Código Penal).

Eventuais aplicações das penalidades indicadas acima podem ter efeito adverso relevante sobre a sua reputação, bem como sobre sua condição financeira e resultados operacionais.

Importante ainda destacar que com a aprovação da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021 (“Nova Lei de Licitações”), haverá alterações sensíveis quanto às penalidades impostas até então pela Lei de Licitações.

A Nova Lei de Licitações será obrigatória após 2 (dois) anos de sua publicação, facultado aos entes públicos sua adoção antes de tal prazo em substituição à Lei de Licitações.

No que tange às possíveis penalidades que podem causar efeitos adversos à Companhia, a Nova Lei de Licitações prevê que (i) a multa será calculada na forma do edital ou do contrato, com limite mínimo e máximo, não podendo ser inferior a 0,5%

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(cinco décimos por centro), nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e (ii) o impedimento de licitar e contratar ficará restrito à esfera administrativa do ente sancionador e seu prazo máximo será de 3 anos (artigo 155, § 4º). No caso da penalidade de declaração de inidoneidade, a Nova Lei de Licitações dispõe que o impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública será pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos (artigo 155, § 5º).

Com a promulgação da Nova Lei de Licitações, caberá aos entes públicos contratantes, durante o período de transição, definir o regime legal aplicável quando do início do processo licitatório, o que definirá o possível conjunto de penalidades aos quais a Companhia estará sujeita em caso de descumprimento.

A Companhia está sujeita às penalidades previstas na Lei das Estatais, tendo em vista que possui contratos celebrados com empresas estatais.

A Companhia possui atualmente contratos celebrados com entes públicos regidos pela Lei nº 13.303, de 30 de Junho de 2016 ("Lei das Estatais") e pelas disposições dos regulamentos de contratação próprios de cada empresa estatal.

Caso a Companhia não seja capaz de cumprir os requisitos estabelecidos pela referida lei e pelos regulamentos de contratação aplicáveis, estará sujeita à imposição de penalidades como: (i) advertência, (ii), multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato e (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos. Ainda, em caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação sem observar as formalidades pertinentes, aplicam-se as consequências previstas no Código Penal e expostas no fator de risco "*A Companhia está sujeita às penalidades previstas na Lei de Licitações e na Lei do Pregão, tendo em vista que possui contratos celebrados com entidades da Administração Pública"*.

A aplicação dessas sanções pode resultar em despesas significativas, impactos reputacionais, discussões administrativas e judiciais e prejuízo na sua capacidade de renovar ou celebrar novos contratos com a entidade sancionadora.

A Companhia está sujeita à fiscalização de órgãos de controle, como os Tribunais de Contas Estaduais e o Ministério Público Estadual, em razão dos processos públicos de contratação conduzidos por Estados e Municípios.

De acordo com a Lei de Licitações, a celebração de contratos com Municípios e Estados obriga entidades privadas a participarem do procedimento licitatório. Em situações excepcionais, podem ser celebrados contratos em caráter emergencial ou por meio de processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Em ambos os casos, a observância aos procedimentos elencados na Lei de Licitações e na Lei do Pregão são obrigatórias, sob possibilidade de cumular na aplicação das penalidades descritas no fator de risco *"A Companhia está sujeita às penalidades previstas na Lei de Licitações e na Lei do Pregão, tendo em vista que possuí contratos celebrados com entidades da Administração Pública*".

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em caso de contratação com Municípios e Estados, a Companhia está sujeita à atuação de órgãos fiscalizadores, como os Tribunais de Contas dos Municípios e/ou dos Estados e o Ministério Público Estadual, que podem instaurar investigações e processos judiciais e/ou administrativos contra a Companhia em conexão com tais contratações, caso sejam verificadas eventuais irregularidades nos processos de contratação. Nessa hipótese, a Companhia pode incorrer em custos e despesas com honorários advocatícios, além do pagamento de custas judiciais e a realização de depósitos, dentre outras medidas que possam gerar certo impacto financeiro a Companhia.

Ademais, caso seja verificado que a Companhia participou de processo licitatório fraudado ou irregular, as seguintes penalidades poderão ser aplicadas: (i) pagamento de multa civil equivalente a danos ao erário; (ii) proibição de contratar com o Poder Público; e (iii) não aproveitamento de benefícios fiscais.

Caso a Companhia seja alvo de investigações de referidos órgãos fiscalizadores e/ou seja condenada por irregularidades ou fraude na contratação com o Poder Público, sua reputação e seus resultados poderão ser adversamente impactados.

A Companhia não está segurada contra todos os riscos envolvidos em suas atividades e as suas coberturas de seguro podem ser insuficientes para cobrir todas as perdas e/ou responsabilidades que podem ser incorridas em suas operações.

A Companhia não tem seguro contra todos os riscos relativos às suas atividades (tais como riscos decorrentes de guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, interrupção de certas atividades e falhas humanas) e eventuais sinistros podem ter um efeito negativo substancial na sua condição financeira ou resultados operacionais. Adicionalmente, inundações, incêndios, desastres naturais e condições meteorológicas adversas podem causar danos de todo tipo, incluindo, danos ambientais ou destruir as suas instalações e estoques. Interrupções duradouras na energia elétrica ou escassez de combustíveis podem implicar em aumentos significativos nos custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais. No mais, a Companhia não mantém atualmente apólices que assegurem os danos causados por atos de administradores e diretores ou por riscos cibernéticos.

Ainda, a cobertura das apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá a colocar em uma situação de risco, em que o dano não será indenizado sob a cobertura contratada junto à seguradora. Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Todas as situações descritas acima poderão ter um efeito adverso para a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não conseguir obter ou renovar todas as licenças de operação necessárias à condução dos seus negócios.

A Companhia não pode assegurar que as licenças e/ou alvarás de uso e funcionamento necessários ao desenvolvimento das suas atividades, expedidos pelas prefeituras municipais, pelos corpos de bombeiros competentes e órgãos ambientais, que devem ser obtidos e mantidos válidos para cada uma de suas unidades industriais e áreas produtivas, serão regularmente mantidos em vigor ou tempestivamente renovados junto às autoridades públicas competentes. A não obtenção, atrasos, inclusive em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, a suspensão, a revogação ou a não renovação de tais licenças e/ou alvarás, por qualquer razão, inclusive por ação do Ministério Público, pode resultar, de acordo com o rigor da autoridade fiscalizadora, na aplicação de sucessivas multas e, conforme o caso, no fechamento dos estabelecimentos irregulares, com interrupção das atividades. Ademais, além da aplicação das penalidades acima, a Companhia estará sujeita: (i) à lavratura de autos de infração; (ii) à exposição a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção ou evento similar; (iii) a efeitos adversos a tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (iv) à exposição dela e dos representantes da Companhia a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças; e (v) à inviabilização de recebimento de indenização securitária em caso de sinistro.

Adicionalmente, em caso de eventuais acidentes, a falta de autorizações, licenças e alvarás pode ainda criar problemas relacionados ao pagamento da indenização pela seguradora, além de danos à imagem da Companhia.

Caso ocorra o fechamento, ainda que temporário, de qualquer de suas unidades industriais e áreas produtivas, os seus negócios e resultados podem ser adversamente afetados.

A estratégia de negócios da Companhia e a sua imagem poderão ser afetadas de forma adversa relevante se a Companhia não obtiver êxito em abrir e operar seus estabelecimentos, ou se tiver que suspender ou cessar as atividades de qualquer deles em consequência da não obtenção, cancelamento ou não renovação tempestiva dos registros, autorizações, licenças e alvarás, ou mesmo se um acidente afetar adversamente qualquer dos estabelecimentos e, consequentemente, afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

A construção de novas unidades industriais e áreas produtivas e a expansão das atuais apresentam riscos que podem impactar negativamente seu resultado.

A construção de novas unidades industriais e áreas produtivas está condicionada à obtenção de licenças, autorizações e alvarás exigidos pela legislação aplicável perante as autoridades governamentais competentes. A obtenção dessas licenças, autorizações e alvarás está sujeita à apreciação dos projetos pelas autoridades governamentais competentes e à fiscalização de órgãos governamentais diversos, tais como o Ministério Público, órgãos ambientais e órgãos responsáveis pela infraestrutura de transportes e rodovias, no que se refere às faixas de domínio ocupadas pela Companhia em seus empreendimentos e projetos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A construção, expansão ou otimização das suas atuais unidades industriais e áreas produtivas localizadas em Extrema/MG e Manaus/AM, ou a construção de novas unidades industriais e áreas produtivas apresentam riscos que podem ter um efeito adverso relevante sobre a sua condição financeira e os resultados operacionais. Projetos de expansão ou construção estão sujeitos ao risco de: (i) não obtenção de autorizações ambientais, alvarás e/ou licenças necessários para sua operação, conforme acima mencionado; (ii) falta de fornecedores aptos a fornecer equipamentos ou matéria-prima; (iii) elevação de custos ou redução de receitas; (iv) falta de mão-de-obra capacitada; (v) falta de prestadores de serviços; (vi) falta de fonte de financiamento em condições satisfatórias; (vii) indisponibilidade de imóveis apropriados nas proximidades da área desejada, seja pela ausência de infraestrutura logística, fatores mercadológicos, ou ainda, por conta de restrições impostas pelos poderes públicos. Além disso, a Companhia pode não obter recursos financeiros adicionais, ou acesso a tais recursos em termos aceitáveis ou em tempo hábil, necessários para a expansão dos seus negócios e integração dos projetos de crescimento à sua operação existente.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita aos riscos envolvendo a expansão, otimização e construção de unidades industriais e áreas produtivas, que podem não ser concluídas no prazo planejado ou ser concluídas em desacordo com os respectivos projetos, seja por falta de mão-de-obra, matéria-prima ou equipamentos, adversidades climáticas, por demandarem gastos acima do inicialmente estimado, por descumprimento de obrigações por parte dos prestadores de serviço, fornecedores de equipamentos ou outros terceiros envolvidos no projeto de expansão, otimização ou construção ou mesmo em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19. Descumprimentos contratuais por parte de fornecedores de equipamentos ou serviços podem causar prejuízos financeiros, prejuízos ao projeto e descumprimento de obrigações assumidas perante terceiros, e as obrigações de indenização ou garantias prestadas por tais fornecedores podem ser insuficientes para compensar os seus prejuízos e as penalidades a que a Companhia está sujeita por descumprimento de suas obrigações.

Caso sejam verificados erros de engenharia em projetos de construção, otimização ou expansão ou ocorram sinistros ao longo da sua execução, tais erros ou sinistros poderão causar atrasos à conclusão das obras, além de prejuízos financeiros. Atrasos de certos projetos podem gerar a perda de licenças ou autorizações governamentais, o que pode ter um efeito adverso relevante não apenas no projeto atrasado, como também nas suas atividades como um todo. Finalmente, a integração de projetos de construção, otimização ou expansão de unidades industriais e áreas produtivas pode resultar em dificuldades operacionais que poderão requerer a alocação de novos recursos financeiros e gerenciais significativos, e podem não resultar em desempenho satisfatório como esperado ou estimado para as suas operações como um todo. Quaisquer dessas falhas na implementação dos projetos de crescimento e/ou expansão das instalações existentes poderão causar impacto negativo na sua situação financeira e nos negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em atuais e futuros processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos aos negócios, da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia e seus administradores são e poderão ser, no futuro, partes em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais relevantes, bem como em fiscalizações e autuações, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, regulatória, ambiental, criminal, concorrencial, dentre outras. Em 31 de março de 2021, os acionistas controladores e principais executivos, à época, Alexandre Ostrowiecki e Renato Feder, na qualidade de administradores da Multilaser Industrial S.A., eram réus em dois processos por suposto Crime contra a Ordem Tributária, conforme descrito na Seção 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia não pode garantir que os resultados destes processos lhe serão favoráveis ou serão favoráveis aos membros de sua administração, ou, ainda, que constituirá e/ou manterá provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. Seu envolvimento e de seus administradores nos referidos processos, especialmente aqueles de natureza relevante e que possam causar danos à imagem, bem como decisões desfavoráveis no âmbito desses processos, poderão restringir a capacidade da Companhia de conduzir seus negócios, exigir pagamentos substanciais que não tenham sido provisionados, afetar a continuidade ou a rentabilidade de linhas de serviços já estabelecidas pela Companhia, impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, receber incentivos e benefícios fiscais, acessar financiamentos e recursos da administração pública e, por conseguinte, afetar adversamente os seus negócios, sua situação financeira e sua reputação. Além disso, a Companhia e seus administradores, conforme o caso, podem incorrer em custos com honorários advocatícios para o patrocínio desses processos, além de a Companhia pode ser obrigada a oferecer garantias ou sofrer constrições em tais processos, o que poderá reduzir sua liquidez e afetar sua condição financeira.

Adicionalmente, é possível que a Companhia não tenha os recursos necessários para realizar depósitos judiciais, prestar ou oferecer garantias em processos judiciais ou administrativos que discutam valores substanciais. A dificuldade na obtenção de recursos necessários para a realização destes depósitos ou de prestação ou oferecimento destas garantias não suspenderá a cobrança dos valores decorrentes de eventuais condenações e poderá ter um efeito adverso aos seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Além disso, a eventual incapacidade de realização dos depósitos mencionados acima ou da prestação ou do oferecimento de garantias poderá gerar a formalização de penhora livre de seus bens, inclusive de seus ativos financeiros, faturamento, e até mesmo a dificuldade de obtenção de certidões de regularidade fiscal, o que pode ter um efeito adverso em nas suas operações e no desenvolvimento de seu negócio.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a Companhia possui processos administrativos perante o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia ("INMETRO"), que podem resultar na aplicação de penalidades. No âmbito de fiscalização obrigatória realizada pelo INMETRO, a comercialização de produtos em desconformidade com os requisitos aplicáveis sujeita à Companhia a abertura de processos administrativos sancionadores para a apuração de irregularidades. A Companhia já foi, e poderá vir a ser autuada por irregularidades relacionadas aos produtos comercializados no que tange a: (i) utilização incorreta de marcas, símbolos ou selo do INMETRO; (ii) erro formal por indicação quantitativa em desacordo com as regras aplicáveis; (iii) comercialização de produto sem ostentar o selo de identificação da conformidade aprovado pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade.

Dessa forma, em se confirmando as irregularidades, a Companhia estará sujeita a aplicação das sanções previstas na Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999 (art. 8º), que compreendem: (i) advertência; (ii) multa que pode variar entre R$ 100,00 (cem reais) e R$ 1.500.000,00 (um milhão e meio de reais); (iii) interdição; (iv) apreensão; (v) inutilização; (vi) suspensão do registro de objeto; e (vii) cancelamento do registro do objeto.

Para mais informações sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais nos quais a Companhia está envolvida (incluindo seus administradores), ver os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

As matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia são importados ou têm seus preços direta ou indiretamente atrelados ao dólar americano. Uma oscilação brusca e inesperada em seus preços poderá causar um efeito adverso relevante.

Os produtos e principais matérias primas que a Companhia importa têm o seu preço atrelado ao dólar. Em razão do custo dos produtos e matérias primas terem seus preços direta ou indiretamente atrelados ao dólar, seus valores flutuam de acordo com a oscilação mundial da oferta e da procura, bem como de acordo com a cotação do dólar. Historicamente, os preços de tais produtos e matérias primas no mercado internacional sofreram flutuações devido a uma série de fatores, sobre os quais não temos e não teremos controle. Caso ocorra uma variação significativa nos preços dos produtos importados e/ou das matérias primas para a produção nas suas fábricas, os fabricantes necessitarão repassar nos preços dos produtos o aumento deste custo para seus clientes, sendo que tal repasse poderá não ser possível por um determinado período de tempo, o que poderá vir a diminuir sua margem de lucro e afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais e financeiros.

Adicionalmente, um aumento relevante nos preços das matérias primas pode encarecer o preço final dos produtos oferecidos pelos membros da indústria a ponto de reduzir parte da demanda proveniente de consumidores das classes de renda mais baixas, reduzindo o tamanho do mercado como um todo e, por conseguinte, causando um efeito adverso nas suas vendas e nos seus resultados operacionais e financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode ser considerada responsável por danos causados por seus produtos a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente os seus resultados.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor imputa ao fornecedor (seja ele o fabricante, comerciante, importador, ou qualquer outro agente que participe direta ou indiretamente da cadeia de consumo) responsabilidade objetiva e solidária por eventuais danos causados aos consumidores. Além disso, a legislação impõe ao fornecedor o ônus da prova na demanda de um cliente, o que consequentemente impõe certa desvantagem processual.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos sob as alegações de que os seus produtos eram defeituosos, viciados ou não continham informações adequadas, dentre outras. Esses processos administrativos são, em síntese, autos de infração e inquéritos civis propostos respectivamente pelo PROCON e o Ministério Público, além de outros órgãos/entidades de proteção ao direito do consumidor, como é o caso da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON).

Caso venha a ser responsabilizada ou condenada por defeitos, vícios, erros ou falhas de seus produtos (incluindo acidentes) em uma ação judicial, tal decisão poderá ter um efeito material adverso em seu negócio, sua reputação, sua marca, seu resultado operacional e financeiro e em seu fluxo de caixa, além de vir a impactar negativamente sua lucratividade. Eventual multa imposta pelo PROCON igualmente pode lhe afetar negativamente.

Adicionalmente, a apresentação de defesa em uma ação judicial cujo objeto é sua responsabilidade por defeitos/vícios em produtos pode demandar um custo adicional elevado, bem como requerer substancial atenção e tempo do pessoal administrativo e técnico da Companhia. Ainda, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação a defeitos, vícios, erros ou falhas nos produtos da Companhia (incluindo acidentes) e à sua qualidade poderia afetar adversamente a sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suasmarcas, o que poderia causar um efeito adverso relevante em seus negócios e situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O negócio da Companhia está sujeito à flutuação substancial devido aos padrões sazonais de compra dos seus consumidores.

A Companhia está sujeita a flutuações sazonais em suas vendas líquidas e resultados operacionais que podem variar de trimestre para trimestre. Uma redução na confiança dos consumidores durante e imediatamente após períodos em que as vendas são mais altas, tais como dia das crianças, *black friday*, natal e férias escolares, teria um impacto significativo nos seus resultados.

A sazonalidade também influencia os seus padrões de compra, já que as mercadorias são adquiridas em antecipação a períodos em que historicamente há maior demanda. Este padrão de compra impacta diretamente os seus fluxos de caixa, níveis das contas a pagar e estoque. Ademais, a sazonalidade afeta o seu capital de giro, pois durante a primeira metade do ano tem aumento de suas necessidades de fluxo de caixa em decorrência (1) do vencimento dos pagamentos aos fornecedores pelos estoques adquiridos antes das altas estações de vendas; e (2) de uma diminuição no volume de vendas, que normalmente ocorre após a temporada de vendas do Natal que se prolonga até o final do primeiro semestre no ano subsequente.

O seu resultado trimestral também pode variar significativamente em consequência de vários outros fatores, incluindo, entre outros, o momento da apresentação e publicidade de novos produtos e alterações na variedade de produtos. Quaisquer flutuações sazonais ou trimestrais futuras podem não corresponder às expectativas dos investidores e analistas de mercado, e isso poderá afetar negativamente o seu negócio, resultados financeiros e operacionais e o preço das suas ações. Para maiores informações sobre a sazonalidade à que a Companhia está sujeita, vide Seção 7.3 deste Formulário de Referência.

As locações e a utilização dos imóveis em que se situam a fábrica da Companhia localizada em Manaus/AM, seu depósito localizado em Extrema/MG, seu centro de distribuição localizado em Itajaí/SC e seu escritório localizado em São Paulo/SP lhe expõem a riscos de continuidade das atividades operacionais conduzidas nesses imóveis.

Os imóveis em que se situam a fábrica localizada em Manaus/AM, o depósito localizado em Extrema/MG, o centro de distribuição localizado em Itajaí/SC e o escritório localizado em São Paulo/SP são alugados de terceiros.

O contrato de locação do escritório localizado em São Paulo/SP está vigorando atualmente por prazo indeterminado. De acordo com a Lei nº 8.245/1991, nesse cenário o locador poderá denunciar o contrato a qualquer tempo mediante prévia comunicação por escrito, concedendo um prazo de 30 dias para desocupação.

Ademais, com relação a todos os imóveis locados, a Companhia pode não conseguir: (i) renovar os contratos de locação de suas unidades em termos aceitáveis; (ii) apresentar a ação renovatória no prazo legal; ou (iii) cumprir os requisitos legais da ação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

renovatória, o que lhe obrigaria eventualmente a mudar o local de uma atual unidade. Ainda, se a Companhia conseguir negociar novo contrato de locação para qualquer das unidades já existente, pode estar sujeita a condições menos favoráveis que as atuais.

Além disso, de acordo com a legislação aplicável, os proprietários podem buscar judicialmente a revisão do valor do aluguel periodicamente, geralmente a cada três anos. Um aumento significativo no valor dos imóveis alugados pode indiretamente afetar o valor do aluguel no momento de sua renegociação, o que afetará adversamente a sua posição financeira e o resultado operacional da Companhia.

Ademais, se decidir fechar as unidades localizadas em imóveis alugados de terceiros antes do fim dos prazos contratuais das locações, poderá ser obrigada a pagar uma multa contratual ao respectivo proprietário como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. A depender do patamar dessa multa, esta poderia lhe afetar adversamente.

Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, a Companhia poderá ter seus negócios, resultados financeiros e operacionais adversamente afetados.

A Companhia pode incorrer em custos e penalidades decorrentes da ausência de averbação de construção nas matrículas de seus imóveis operacionais

A existência de áreas construídas não averbadas nas matrículas dos imóveis, edificadas sem a autorização prévia da Prefeitura Municipal competente, ou em desacordo com os projetos aprovados, poderá acarretar riscos e passivos para os imóveis irregulares e para a Companhia, os quais nem sempre são passíveis de ressarcimento pelos proprietários dos imóveis.

Caso referidas áreas irregulares venham a sofrer fiscalização pelos órgãos responsáveis, a Companhia estará sujeita a alguns riscos, tais como: (i) a aplicação de multas pela administração pública; (ii) a impossibilidade da averbação da construção; (iii) a necessidade de regularização das áreas dos imóveis e de eventuais pendências a eles relacionadas; (iv) possibilidade de exigências formuladas pelos órgãos envolvidos que demandem tempo para sua execução e cumprimento; (v) a negativa de expedição ou renovação da licença de funcionamento; (vi) a recusa da contratação ou renovação de seguro patrimonial; e (vii) a interdição dos imóveis, podendo ainda, culminar na obrigação da Companhia de demolir as áreas não regularizadas, o que poderá afetar adversamente as atividades e os resultados operacionais dos imóveis e, consequentemente, os negócios da Companhia.

Tais riscos podem resultar na necessidade de a Companhia ter que adiantar recursos para cobrir tais custos acima do orçado, ou na necessidade de buscar outro imóvel para a respectiva unidade. Ainda, tais fatores podem afetar seus negócios e reduzir seus resultados operacionais de forma negativa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia depende de membros em sua alta administração e pode vir a enfrentar dificuldades na eventual substituição por profissionais igualmente qualificados.

Grande parte do sucesso da Companhia depende das habilidades e esforços dos membros que integram a sua alta administração formada por experientes executivos e funcionários-chave que detêm amplo conhecimento do seu negócio. Caso haja a perda ou o desligamento de quaisquer dos seus administradores chave, inclusive em decorrência de processos criminais, poderá enfrentar dificuldades na sua substituição por profissionais igualmente qualificados. Além disso, a contratação, capacitação e integração de um novo membro da alta administração, seja uma contratação interna ou externa, podem ser demoradas e não ter êxito. A perda de qualquer membro da sua alta administração e/ou eventuais dificuldades enfrentadas na sua substituição por profissionais com experiência e qualificação semelhantes poderá afetar significativamente o seu amadurecimento e desenvolvimento, bem como causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Violações, interrupções significativas ou falhas na segurança das plataformas virtuais ou sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem impactar adversamente os seus negócios.

As plataformas virtuais e sistemas de tecnologia da informação da Companhia, as quais são um importante meio de apresentação dos seus negócios, são suscetíveis a danos, interrupções ou desligamentos devido a quedas de energia, falhas de hardware, falhas estruturais ou operacionais, vírus de computador, ataques de hackers, outros problemas de segurança de dados, falhas de telecomunicações, erro do usuário, improbidade, catástrofes, atualizações de sistema ou software, integração ou migração, ou outros eventos ou imprevistos. Violações ou interrupções das suas plataformas virtuais ou sistemas de tecnologia da informação, violações de informações confidenciais, corrupção de dados ou outros problemas de segurança de dados podem afetar negativamente as suas marcas, sua reputação, seu relacionamento com clientes ou parceiros de negócios ou a percepção dos consumidores ou investidores, bem como seus negócios ou produtos. Além disso, a Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação para realizar atividades de publicidade e marketing digital e se comunicar, por meio de mensagens eletrônicas, com seu pessoal, clientes e fornecedores. Essas atividades podem ser prejudicadas devido ao aumento de funcionários em home office, o que pode aumentar a chances de falhas e/ou interrupções nas plataformas.

Tais circunstâncias podem resultar, por exemplo, em acesso não autorizado, divulgação, modificação, uso indevido, perda ou destruição de informações comerciais, dados pessoais ou sistemas, incluindo aqueles que pertencem a Companhia, aos seus clientes ou a terceiros; roubo de dados confidenciais, incluindo dados pessoais; perda de acesso a dados ou sistemas críticos através de *ransomware*, ataques destrutivos ou outros meios; erros de transação; atrasos nos negócios; e interrupções no serviço ou no sistema.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Quaisquer destes acontecimentos pode lhe sujeitar, direta ou indiretamente, a responsabilização, ou processos judiciais e administrativos. Somado a isto, poderá, ainda, estar sujeita à perda de clientes existentes ou potenciais, perda de vendas, danos à marca, reputação e outras perdas financeiras. Além disso, se não for capaz de evitar violações à segurança, poderá sofrer danos ou penalidades financeiras e de reputação devido à divulgação não autorizada de informações confidenciais pertencentes à Companhia ou aos seus clientes.

O custo e as consequências operacionais de responder a incidentes de segurança cibernética e implementar medidas de remediação podem ser significativos e não há seguros atualmente contratados para cobri-los. A Companhia não pode garantir que as medidas e planos de recuperação implementados serão bem-sucedidos na prevenção de ataques de segurança cibernética, incidentes gerais de segurança de informações ou interrupção dos sistemas de tecnologia da informação. Além disso, à medida que os seus negócios e o cenário de segurança cibernética evoluam, poderão ser necessários investimentos adicionais significativos para proteger sua infraestrutura de tecnologia, de dados e informações, o que poderá afetar adversamente a sua condição financeira e os resultados das suas operações.

O ambiente regulatório em relação às questões de segurança cibernética, privacidade e proteção de dados é cada vez mais complexo e pode ter impactos nos seus negócios, incluindo o aumento de riscos, custos e das obrigações de conformidade. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"), que entrou em vigor, em sua maior parte, em setembro de 2020, e um número cada vez maior de regras referentes à proteção de dados em todo o mundo, pode resultar em maiores custos de conformidade e riscos. Os possíveis custos de conformidade podem ter um impacto adverso relevante nos seus resultados operacionais.

Adicionalmente, de acordo com a LGPD, os agentes de tratamento de dados pessoais podem responder solidariamente pelos danos causados aos titulares em decorrência do tratamento de dados, de modo que a Companhia também poderá ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos decorrentes do descumprimento das obrigações estabelecidas na LGPD por outros controladores envolvidos diretamente nas mesmas operações de tratamento de dados que a Companhia e/ou por operadores que realizarem tratamento de dados de acordo com as suas instruções.

A incapacidade ou falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual, bem como qualquer violação de propriedade intelectual contra a Companhia, podem ter um impacto negativo em seus resultados operacionais

Os ativos de propriedade intelectual, atuais e futuros da Companhia, tais como marcas, nomes de domínio, patentes, desenhos industriais, know-how, e outras propriedades intelectuais (incluindo aquelas relacionadas à tecnologia, produtos e marcas próprias) são essenciais para as atividades da Companhia. O sucesso da Companhia depende,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

em parte, da capacidade de proteger e preservar os seus ativos passíveis de proteção por institutos de propriedade intelectual, sobretudo em relação às marcas e domínios. Assim, eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI"), o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais. Favor consultar o item 9.1.b deste Formulário de Referência para relação de bens de propriedade intelectual relevantes da Companhia.

Caso a Companhia não logre êxito em obter eventuais registros de marca pendentes, bem como proteger adequadamente seus ativos intangíveis, tal evento poderá gerar impactos adversos relevantes nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia. As atividades da Companhia dependem, em parte, de licenças de uso de marcas que, caso seus registros enfrentem algum óbice, podem gerar impactos negativos nos seus resultados operacionais. Nestes casos, ações judiciais podem ser necessárias para garantir os direitos de propriedade intelectual da Companhia. Caso, nestas ações, os seus direitos não sejam assegurados, a Companhia poderá sofrer efeitos adversos relevantes sobre seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Qualquer falha em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. O monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual é difícil, e assim a Companhia pode não proteger adequadamente seus direitos ou impedir que terceiros se apropriem destes. Ocasionalmente terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao seu mercado. Há também o risco de a Companhia não conseguir renovar o registro de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de seus direitos de propriedade, e se a Companhia não obtiver êxito em defesa, seus negócios podem ser impactados.

Nesse sentido, relevante destacar que as medidas necessárias para proteger os direitos de marcas/propriedade intelectual podem desviar a atenção da administração e pode fazer com que os custos relacionados à proteção de direitos de propriedade intelectual aumentem substancialmente.

Em vista das características da legislação relativa à proteção de marcas/propriedade intelectual, que determina períodos de sigilo em que não se pode obter informações sobre marcas e/ou tecnologias em processo de registro ou obtenção de proteção, não é possível garantir que a utilização de marcas pela Companhia ou determinadas pesquisas não venham a infringir direitos de terceiros, assim como não é possível garantir que, em razão disto, os produtos objeto de pesquisas poderão ser explorados comercialmente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode ser obrigada a alterar, no todo ou em parte, algumas das suas marcas que supostamente infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e pode ser obrigada a pagar multas expressivas, royalties ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que, eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório.

Qualquer discussão acerca do direito de uso e exploração das marcas pela Companhia poderá afetar adversamente a reputação da Companhia, impactando negativamente em seus resultados. Adicionalmente, tais alterações poderão requerer a atenção da administração e/ou acarretar despesas adicionais, inclusive despesas legais, fatores que podem afetar substancial e negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

Em 14 de agosto de 2018, foi publicada a LGPD, a qual regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil de forma geral e não mais esparsa e setorial, inclusive em meio digital, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia, podendo gerar custos adicionais para a Companhia, em virtude da necessidade de adequação de suas operações de tratamento de dados pessoais às disposições da LGPD. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, exceto quanto as suas sanções administrativas (arts. 52, 53 e 54), que somente serão aplicáveis a partir de 1º de agosto de 2021, em virtude da promulgação da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabeleceu um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, o dever de transparência por parte do controlador dos dados, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança, transferências e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições e, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir o cumprimento das disposições da LGPD.

A Companhia não pode garantir que já adotou todas as medidas necessárias para a proteção de dados adequada de acordo com a LGPD e que seus processos atendam à todas as regras estabelecidas na legislação vigente.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da ANPD ter iniciado o seu trabalho, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ademais, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD a Companhia e sua controlada podem estar sujeitas às sanções previstas na LGPD, de forma isolada ou cumulativa, quais sejam, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$ 50.000.000,00 por infração, bem como multa diária, observado o limite global mencionado. Consequentemente, qualquer falha que a Companhia experimente na proteção de dados pessoais e no cumprimento da regulamentação de proteção de dados aplicável pode resultar em multas significativas, divulgação do incidente ao mercado, remoção de dados pessoais da base e suspensão das operações, o que pode significativamente afetar de maneira negativa a sua reputação e resultados operacionais.

Além disso, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causada. Dessa forma, a ausência de medidas de segurança de informação suficientes para proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados pela Companhia, bem como eventual inadequação de suas práticas e modelo de negócios à LGPD e à legislação aplicável em outras jurisdições onde opera, podem resultar em custos e afetar adversamente os seus resultados e, consequentemente, o valor de suas ações. Adicionalmente, de acordo com a LGPD, os agentes de tratamento de dados pessoais podem responder solidariamente pelos danos causados aos titulares em decorrência do tratamento de dados. Assim, também a Companhia pode ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos decorrentes do descumprimento das obrigações estabelecidas na LGPD por outros controladores envolvidos diretamente nas mesmas operações de tratamento de dados que a Companhia e/ou por operadores que realizarem tratamento de dados de acordo com as suas instruções.

Falhas no sistema de segurança da Companhia com relação à proteção de informações confidenciais de seus clientes e de sua rede poderá prejudicar a sua reputação e sua marca, além de afetar de forma relevante o seu negócio e resultados das operações.

No âmbito do comércio eletrônico, da comunicação *online* e da informática, a Companhia deve estabelecer uma transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas e o armazenamento seguro de dados nos seus sistemas conectados a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

redes públicas. A Companhia depende de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que a Companhia utiliza. Uma falha no sentido de impedir essas quebras de segurança poderá prejudicar sua reputação e sua marca e, ainda, afetar de forma relevante o seu negócio e os resultados das suas operações.

Além disso, a Companhia armazena seu banco de dados de clientes, que contém detalhadas informações demográficas e de vendas de cada um de seus clientes, sua *intranet*, que está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas. Ameaças de hackers, novas vulnerabilidades e novos ataques contra o sistema de proteção de informações criam riscos de incidentes de segurança na internet. Qualquer comprometimento de sua segurança poderá prejudicar a sua reputação e sua marca e lhe expor a situações de litígio, nas quais poderá ser obrigada a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente o seu negócio e os resultados das suas operações.

Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as suas medidas de segurança poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em suas operações. A Companhia não pode garantir que não será sujeita a incidentes de segurança na internet, o que pode impactar a integridade, disponibilidade ou privacidade da identidade e do histórico de compras de cada um dos seus clientes ou outros dados sujeitos a leis de privacidade, bem como prejudicar os seus sistemas, aplicativos e negócios. Como as ameaças cibernéticas continuam se desenvolvendo, poderá ter de aumentar significativamente os recursos utilizados para melhorar suas medidas protetivas contra vulnerabilidades cibernéticas. A ocorrência de qualquer dos eventos descritos acima pode resultar em: (i) danos aos seus clientes; (ii) interrupção de seus negócios e atraso na entrega de produtos; (iii) perda, apropriação indevida, corrupção ou acesso não autorizado aos dados confidenciais da Companhia e de seus clientes; (iv) conflitos e possível responsabilização nos termos das leis brasileiras de privacidade, segurança e defesa do consumidor e outras leis aplicáveis e (v) dano reputacional; sendo que qualquer dos riscos mencionados poderá gerar um efeito material adverso na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

A Companhia depende de suas fábricas para a montagem de parcela significativa dos produtos que comercializa. As operações fabris estão sujeitas a atrasos e falhas que podem causar efeitos adversos nos seus negócios.

A Companhia depende de suas fábricas para a montagem de parcela significativa dos produtos que comercializa. As operações fabris estão sujeitas a riscos de eventos adversos de diversas naturezas como, por exemplo, interrupções no funcionamento causadas por intempéries naturais, como vendavais, alagamentos e incêndios, entre outras; interrupções do suprimento de insumos importantes, como energia elétrica e água; falhas humanas no processo, como erros na montagem dos produtos; quebra de maquinário; entre outros. A ocorrência de quaisquer destes eventos pode levar a atrasos na produção e comercialização dos produtos, o que gerar efeito adverso sobre os seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de realizar associações e/ou aquisições no momento e em termos ou preços desejados. Adicionalmente, tais associações e/ou aquisições podem não trazer os resultados que espera e/ou pode não ser capaz de integrá-las com sucesso aos seus negócios.

A Companhia poderá adquirir ou investir em empresas ou negócios. O sucesso de tais aquisições ou investimentos depende, principalmente, da sua capacidade de identificar oportunidades de planos e/ou prestadores de serviços, negociar aquisições, associações ou parcerias com tais prestadores, e de integrá-los de forma satisfatória aos seus negócios. A negociação de potenciais aquisições ou investimentos, bem como a integração de empresas, serviços adquiridos ou desenvolvidos em conjunto, poderá resultar em desvio substancial e demandar um esforço considerável dos seus recursos administrativos. A Companhia não pode garantir que as suas aquisições ou investimentos produzirão os resultados esperados no momento em que celebrar ou concluir uma determinada transação, ou mesmo que os produzirão a qualquer tempo. Adicionalmente, pode não ser capaz de identificar novas oportunidades que sejam atrativas em razão de condições e preços não aceitáveis ou menos favoráveis, da atuação de seus principais concorrentes e de restrições regulatórias, entre outros fatores. Ademais, a geração de caixa oriunda de atividades operacionais pode não ser suficiente para suportar os seus planos de expansão, sendo necessário que incorrermos em dívidas adicionais ou emitimos ações adicionais para financiar seu crescimento. Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamentos, ou de obtê-los em condições aceitáveis, existe risco de que os seus planos de negócios e de crescimento tenham que ser revisados, afetando adversamente os seus resultados operacionais e condições financeiras, bem como o valor de mercado das ações de sua emissão. Além disso, as aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem como no desvio do capital e da atenção da sua administração para outras questões e oportunidades de negócios. A Companhia pode não conseguir integrar com sucesso as operações adquiridas, incluindo os seus colaboradores, sistemas financeiros, distribuição ou procedimentos operacionais. Se o processo de integração dos negócios não tiver êxito, o seu negócio poderá ser impactado negativamente.

A Companhia pode ter dificuldades em manter o volume de suas vendas, o que pode causar um efeito adverso.

Os principais fatores que podem impactar o volume de vendas da Companhia são, sem prejuízo de outros também relevantes: (i) a capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) a capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iv) a concorrência; e (v) a manutenção da qualidade dos serviços prestados. A depender de tais variáveis, a performance das vendas da Companhia pode não apresentar um crescimento contínuo ou pode diminuir em períodos futuros, o que pode impactar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O desempenho da Companhia depende de relações trabalhistas favoráveis com seus empregados. Qualquer deterioração em tais relações ou o aumento dos custos trabalhistas poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía mais de 3.900 colaboradores. A maioria desses colaboradores é representada por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, os quais estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Grupos de empregados atualmente não sindicalizados podem procurar a representação sindical no futuro. Se a Companhia não for capaz de negociar acordos coletivos de trabalho aceitáveis, a Companhia pode estar sujeita a paralisações coletivas ou interrupções de trabalho em suas instalações, incluindo greves. Qualquer aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações trabalhistas ou paralisações em quaisquer de suas localidades ou que afetem qualquer um de seus fornecedores, seja decorrente de atividades sindicais, movimentação dos empregados ou de outra forma, pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e valor de mercado das ações da Companhia.

A Companhia está sujeita à fiscalização pelo Ministério Público do Trabalho e da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Eventual descumprimento das regras de natureza trabalhista poderá fundamentar o Ministério Público do Trabalho a ingressar com medidas judiciais como ação civil pública ou propor assinatura de termos de ajustamento de conduta, além de autos de infração lavrados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, o que poderá eventualmente ensejar em penalidades e resultar em impacto negativo aos negócios da Companhia.

A perda de pessoas chave da administração ou a inabilidade de atrair ou reter pessoas chave qualificadas poderá ter efeito adverso nas operações da Companhia.

As operações da Companhia são dependentes de alguns membros da sua administração, especialmente com relação à definição e implementação de suas estratégias e desenvolvimento das operações. A Companhia está sujeita ao risco de que tais pessoas chave deixem de integrar o seu quadro de colaboradores. Nesse caso, a Companhia pode enfrentar dificuldades para a contratação de novas pessoas chave com as mesmas qualificações. Para que a Companhia tenha capacidade para reter essas pessoas chave em seu quadro de colaboradores, poderá ser necessária alteração na política de remuneração da Companhia a fim de fazer frente a eventuais propostas a serem oferecidas pelo mercado, o que poderá acarretar aumento nos seus custos. Não há garantia de que a Companhia será bem-sucedida em atrair ou reter pessoas chave para sua administração. Caso qualquer dessas pessoas chave deixe de exercer suas atuais atividades por qualquer motivo, a Companhia pode sofrer um impacto adverso relevante em suas operações, o que poderá afetar os resultados e condição financeira da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não conseguir integrar e captar sinergias de aquisições e associações, como também pode não obter a aprovação dos órgãos necessários para a realização de suas operações societárias.

A estratégia de crescimento da Companhia inclui a avaliação de oportunidades de negócios (o que inclui aquisições, parcerias, joint ventures, entre outras formas associativas ou de aquisição) que julgam oportunas para as suas respectivas atividades, relacionadas a seu mercado de atuação ou a novos mercados a serem explorados. Tais transações incorrem em uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos sobre os objetivos de crescimento da Companhia, como riscos relacionados à integração das operações, sistemas, pessoal, produtos, base de clientes das companhias envolvidas e à geração de retorno esperado sobre os investimentos, além da exposição aos passivos das empresas adquiridas. Assim, a integração dos negócios adquiridos com os negócios da Companhia e a captação de suas sinergias podem, também, exigir mais recursos e tempo do que inicialmente esperado.

Futuras aquisições pretendidas pela Companhia podem não ser aprovadas ou podem estar sujeitas a restrições e/ou condições para a sua realização e obtenção da aprovação do CADE, incluindo condições impostas que reflitam na estrutura da operação, em remédios estruturais ou que demandem desembolsos financeiros diretos ou indiretos por parte das empresas envolvidas.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio a seus acionistas.

De acordo com a Lei das S.A. e o seu Estatuto Social, os acionistas da Companhia fazem jus a um dividendo obrigatório de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. O ajuste do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos inclui contribuições à reserva legal e outras deduções que reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. O lucro líquido também pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos acumulados ou ser retido, nos termos previstos da Lei das S.A., assim também ficando indisponível para a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, a Companhia pode optar por não pagar dividendos acima da distribuição mínima obrigatória prevista em seu Estatuto Social, ou mesmo não distribuir quaisquer dividendos aos seus acionistas, em qualquer exercício fiscal, caso o Conselho de Administração determine que essas distribuições não sejam aconselháveis em vista da sua condição financeira, sendo que tal deliberação deve ser objeto de apreciação da Assembleia Geral. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto sobre a renda na distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual está sendo revista atualmente no Projeto de Lei n° 3061, o qual tem por objeto estabelecer a cobrança de Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas aos seus sócios e acionistas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Assim sendo, tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos seus acionistas a título de participação nos resultados.

Para mais informações acerca da sua política de distribuição de dividendos, ver o item 3.4 deste Formulário de Referência.

O Estatuto Social da Companhia contém disposições destinadas a proteger sua dispersão acionária, as quais poderão impedir ou atrasar operações que favoreçam seus acionistas.

O artigo 41 do Estatuto Social da Companhia contém certas disposições que têm o efeito de dificultar as tentativas de aquisição de parcelas substanciais das suas ações em circulação por um investidor isolado ou por um pequeno grupo de investidores. Qualquer acionista ou grupo de acionistas representando o mesmo interesse que se torne detentor de 20% ou mais do seu capital social tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas. O preço de aquisição por ação objeto da oferta pública de aquisição não poderá ser inferior à maior cotação unitária média das ações da Companhia, no pregão da B3, durante os 24 meses que antecederem o atingimento da participação relevante e deverá ser ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, bem como devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC. Estas disposições estatutárias podem vir a causar dificuldades ou limitar operações com suas ações que poderão ser do interesse dos investidores, podendo causar um impacto adverso relevante no preço de suas ações e na percepção dos investidores.

Aumento de salários, atrasos em negociações sindicais e paralisações ou greves da força de trabalho da Companhia poderão reduzir a lucratividade e afetar as suas operações.

Os salários e benefícios dos colaboradores da Companhia representaram 2,6% dos seus custos e despesas considerando seus resultados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. De acordo com as leis trabalhistas, a Companhia está obrigada a negociar anualmente com os sindicatos os níveis salariais, benefícios, jornadas, entre outros.

Caso não seja capaz de negociar de forma que lhe seja satisfatória com os sindicatos, poderá ser obrigada a aumentar os níveis dos salários em valores superiores aos índices inflacionários pelos quais as receitas são corrigidas, ou conceder outros benefícios que podem resultar em um aumento dos custos ou despesas, ou gerar insatisfações dos empregados, que podem resultar em greves e/ou paralisações. É possível que a Companhia não seja capaz de repassar os aumentos salariais aos preços dos serviços, o que pode vir a reduzir as suas margens.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os seus empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos e contratos de trabalho, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Adicionalmente, greves, paralisações ou interrupções de trabalho nas instalações da Companhia, ou que afetem qualquer um de seus fornecedores ou contratados, inclusive relacionados aos efeitos da pandemia de COVID-19 nas condições de trabalho podem ter um efeito adverso sobre as suas operações e seus negócios.

A ocorrência de casos fortuitos, casos de força-maior, pandemias, guerras, ou desastres naturais e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções nas fabricações de produtos de tecnologia e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor tecnológico, incluindo a Companhia. Além disso, tais eventos podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os seus negócios e resultados.

Casos fortuitos, força maior, pandemias, guerras ou desastres naturais podem ter impactos de longo alcance – desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Podem ainda ameaçar a produção de produtos de tecnologia e a interrupção da cadeia de peças/suprimentos para empresas do setor tecnológico. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de peças e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, principalmente da China, incluindo a sua Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, redução na receita.

Ainda, cabe destacar que qualquer um destes eventos que afete o comportamento das pessoas pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. As ações de sua emissão e toda a classe de ativos similares que compõem o mercado de capitais global podem apresentar uma maior volatilidade resultando em pressão negativa na economia mundial e, consequentemente, nos seus negócios e no preço das ações de sua emissão.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações ou títulos conversíveis em ações poderá diluir a participação acionária dos investidores da Companhia.

É possível que a Companhia tenha necessidade ou interesse em captar recursos no mercado de capitais por meio de emissão de ações e ou colocação pública ou privada de valores mobiliários conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, consequentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e menor poder de influência nas suas decisões tomadas, caso não exerçam, por qualquer motivo, seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro. Na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento de capital social poderá diluir a participação de seus acionistas no capital social.

A Companhia pode falhar em cumprir suas políticas de compliance e a legislação antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro e antitruste, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais, sua imagem e sobre a cotação de seus valores mobiliários.

A Companhia está sujeita, entre outras, à Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa") e à Lei n.º 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"). A Lei Anticorrupção, regulada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 (Decreto Anticorrupção) introduziu o conceito de responsabilidade objetiva, no âmbito administrativo e civil, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas.

De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos lesivos se sujeitam a multas no valor de até 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R$ 6.000,00 (seis mil reais) e R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). A Companhia poderá ainda vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por seus controladores ou sociedades coligadas, controladas ou consorciadas.

No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, a Companhia e seus administradores estão sujeitos às sanções de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

A Companhia também está sujeita à Lei de Licitações, que prevê normas gerais aplicáveis às licitações e contratos públicos em todos os níveis da federação, bem como a responsabilização administrativa e judicial em caso de descumprimento dos princípios nela elencados ou de frustração de seus objetivos. Em razão do recorrente contato da Companhia com a administração pública por meio da participação em procedimentos licitatórios e assinatura de contratos para o fornecimento de eletroeletrônicos, conforme detalhado no fator de risco *"A Companhia está sujeita às penalidades previstas na Lei de Licitações e na Lei do Pregão, tendo em vista que possui contratos celebrados com*

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

entidades da Administração Pública", estamos sujeitos às sanções administrativas – multa prevista no instrumento convocatório ou no contrato, multa moratória, rescisão unilateral de contrato, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública – e penas eventualmente impostas em face dos administradores da Companhia por crimes previstos no Código Penal atrelados ao descumprimento das formalidades exigidas em procedimentos licitatórios. Importante ainda destacar que com a aprovação da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, ("Nova Lei de Licitações"), haverá alterações relevantes quanto às penalidades impostas até então pela Lei de Licitações.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita a violações de suas políticas internas, como seu Código de Conduta, já que os seus processos internos de controle e gerenciamento de riscos e de compliance podem não ser capazes de detectar violações às leis de combate à corrupção ou outras leis e regulamentos aplicáveis, nas esferas cível, administrativa ou criminal, ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados no nome, interesse ou benefício da Companhia, inclusive por parte de administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes/terceiros que possam representar ou atuar em seu nome, interesse ou benefício, e outras ocorrências de comportamento não condizentes com princípios éticos e morais.

O não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra a Companhia pode lhe levar a multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo afetar de modo adverso relevante seus negócios, imagem, capacidade de contratação com o Poder Público ou de aproveitamento de benefícios fiscais e situação financeira, bem como podem sujeitar seus administradores a sanções criminais.

Atrasos nas vistorias da alfândega e incremento em suas exigências podem afetar o fluxo de negócios nos portos e aeroportos brasileiros e assim afetar os negócios da Companhia.

A eficiência das operações de importação da Companhia depende de vistorias alfandegárias eficientes, dentre outros fatores. As vistorias alfandegárias podem sofrer atrasos por diversos motivos, inclusive: (i) qualidade das informações e/ou documentações preparadas pelos despachantes e agentes de comercio exterior, necessárias para o desembaraço das mercadorias, (ii) greves dos agentes alfandegários, (iii) aumento do comércio exterior que seja superior à capacidade de processamento dos agentes alfandegários, (iv) falta de recursos para modernizar as operações aduaneiras ou contratar outros agentes alfandegários, ou (v) mudanças nos regulamentos aduaneiros ou implementação de regulamentos que aumentem a burocracia envolvida nas vistorias alfandegárias ou exijam uma análise minuciosa das mercadorias que passam pelos portos e aeroportos do país. Se as operações aduaneiras se tornarem substancialmente lentas, o fluxo de mercadorias será reduzido. O atraso na entrega dos produtos impactaria diretamente em sua imagem e encorajaria seus clientes a buscar alternativas com seus concorrentes, além de poder causar efeitos adversos em seus negócios e resultados operacionais e financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Risco de realização dos tributos diferidos registrados nos seus ativos.

Atualmente a Companhia revisa os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de revisão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Riscos associados aos pagamentos realizados na sua plataforma via cartões de crédito poderão afetar adversamente os seus negócios e os seus resultados operacionais.

Para o período encerrado em 31 de março de 2021, 3% das receitas de vendas foram derivadas de clientes pagando com cartões de crédito. A Companhia assume riscos atrelados aos pagamentos realizados em sua plataforma via cartão de crédito, visto que os pagamentos efetuados com cartão de crédito não possuem verificação de titularidade, por se tratar de transação online. Tais riscos podem ser originados, por exemplo, pelo uso não autorizado de cartão de crédito de terceiros, roubo de identidade, bem como invasões para aprovação de transações fraudulentas em perfis com histórico positivo de compras no site. Tais riscos podem acarretar a não conclusão dos serviços de compra, bem como em perdas devido a reclamações de clientes juntos às administradoras de cartões de crédito com a justificativa de que não autorizaram determinadas transações.

A Companhia pode não ser capaz de cumprir as cláusulas restritivas (covenants) impostas em seus contratos de financiamento, o que poderá configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros e, consequentemente, lhe afetar adversamente.

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) existentes em seus contratos de dívidas, com base em determinados aspectos não financeiros (obrigações) e cláusulas de vencimento antecipado, nos casos de alteração de controle, recuperação judicial, reorganização societária, entre outros, bem como cláusulas restritivas à capacidade de endividamento (*covenants* financeiros) A capacidade da Companhia de cumprir com tais obrigações pode ser afetada por eventos além do seu controle e a Companhia.

Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos poderá resultar na decisão dos respectivos credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou resultar no vencimento cruzado ou inadimplemento cruzado de outros contratos financeiros da Companhia (*cross default e cross acceleration*), o que pode afetar a sua capacidade em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante nos seus negócios e em sua situação financeira. Ainda, certas condições econômicas, financeiras e setoriais que independem do seu controle, além

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de outros riscos relacionados ao desenvolvimento de suas atividades, podem impactar adversamente seu fluxo de caixa operacional e/ou, seus resultados operacionais, com eventual impacto em sua capacidade de cumprir com os *covenants* financeiros, bem como outras obrigações pecuniárias contidas nos seus contratos de financiamento.

Caso (i) não seja capaz de obter *waivers* ou aprovações necessárias de seus credores com relação aos contratos que eventualmente sejam inadimplidos; ou (ii) não tenha recursos suficientes para pagar suas dívidas tempestivamente, o que poderá ocorrer por diversas razões que afetem adversamente sua situação econômico-financeira, poderá ser declarado o vencimento antecipado dos seus contratos de financiamento devido à existência de cláusulas de *cross default* e/ou de *cross acceleration*. Para mais informações, ver o item 10.1.f deste Formulário de Referência.

Caso parte relevante ou todos os seus contratos financeiros sejam vencidos antecipadamente sua situação financeira e, consequentemente, sua capacidade de pagamento de dívidas será afetada de forma material e adversa, podendo até mesmo resultar em sua insolvência. Adicionalmente, a Companhia pode enfrentar dificuldades ou limitações no acesso a novas linhas de financiamento, o que pode prejudicar a execução de seu plano de investimentos, afetando de forma material e adversa seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia depende de centros de distribuição e qualquer interrupção ou falha na operação dos centros de distribuição poderá causar um efeito adverso à Companhia.

Todos os canais de venda de mercadorias da Companhia dependem de centros de distribuição. Qualquer interrupção significativa, fechamento ou mal funcionamento na operação desses centros de distribuição ou na infraestrutura de transportes devido a qualquer desastre da natureza, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, outras causas imprevistas e fatores externos ao controle da Companhia, incluindo epidemias e pandemias, tais como a atual pandemia da COVID-19, podem atrasar ou prejudicar a capacidade de distribuir mercadorias, ou ainda resultar na perda de produtos, o que pode resultar na falta de abastecimento e queda nas vendas.

A Companhia não pode assegurar que não será solicitada ou obrigada a suspender operações ou implementar restrições em suas operações nos centros de distribuição como consequência da pandemia da COVID-19, o que pode afetar material e substancialmente a Companhia.

A Companhia depende da eficácia das suas campanhas de marketing e publicidade.

O negócio da Companhia dedica recursos significativos para campanhas publicitárias e de marketing, a fim de promover a atratividade e o movimento de seus canais de vendas. Se essas campanhas não atenderem às metas esperadas, isto é, não fazendo sucesso entre os consumidores da Companhia, suas vendas e lucratividade poderão ser

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

afetadas negativamente, e talvez a Companhia não consiga fortalecer sua marca como esperado. Consequentemente, seus resultados operacionais, imagem e condição financeira podem ser adversamente afetados. Além disso, se a Companhia não for capaz de identificar mudanças no comportamento e nas preferências do consumidor e de responder adequadamente em suas campanhas de marketing e publicidade, a Companhia pode ser adversamente afetada.

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como matéria prima ou mão de obra. Os preços das matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sobre os quais a Companhia não tem controle incluindo, mas não se limitando a clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, bem como pandemias (tais como a recente pandemia da COVID-19). Caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos de insumos e serviços aos clientes, sua condição financeira e resultados podem ser impactados adversamente.

A Companhia pode sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por suas operações.

A Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gestão de resíduos sólidos. Como resultado, a Companhia é responsável pelo gerenciamento dos resíduos gerados em suas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e, se aplicável, por qualquer dano ambiental causado por suas operações, desde que haja evidência de cadeia de causalidade entre suas atividades e o dano ambiental. Penalidades podem ser aplicadas se a Companhia deixar de cumprir as condições exigidas, o que afetaria adversamente suas operações e reputação.

As estruturas de controles internos da Companhia foram recentemente constituídas.

As estruturas atuais de controles internos da Companhia foram constituídas recentemente, com a finalidade de aprimorar a governança da Companhia e adequar as estruturas então existentes aos requisitos legais e regulamentares exigidos a companhias abertas listadas no segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3, tendo em vista a realização da sua oferta pública inicial. Assim, a identificação, a análise e a gestão dos riscos da Companhia, bem como os controles e procedimentos de monitoramento para a efetiva criação, proteção e crescimento do seu valor, podem ser adversamente afetados. Além disso, o fato de terem sido adotadas novas estruturas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de controles internos recentemente pode afetar a sua eficácia até que a Companhia e seus colaboradores se adequem plenamente a elas. Para mais informações sobre a Política de Gerenciamento de Riscos, ver o item 5.3 deste Formulário de Referência.

O Estatuto Social da Companhia prevê indenização aos seus administradores na hipótese de eventual dano ou prejuízo. A Companhia não pode garantir que a decisão pela concessão de tais indenizações seja realizada sem conflito de interesses e visando o seu melhor interesse.

O Estatuto Social da Companhia prevê que ela indenize e mantenha indenes os membros de seu Conselho de Administração, de sua Diretoria, de seus comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo de gestão ("Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido por força do exercício regular de suas funções, contanto que tais atos tenham sido praticados de boa-fé e no melhor interesse da Companhia, em linha com as condições e limitações constantes do contrato de indenidade existente. Considerando que a concessão da indenização é feita pelo Conselho de Administração, em observância ao disposto no artigo 156 da Lei das S.A., A Companhia pode enfrentar situações de conflitos de interesses nas decisões tomadas por referido órgão.

Adicionalmente, a realização de desembolsos inesperados de recursos financeiros, em razão dos compromissos de indenidade, podem impactar de forma adversa sua condição financeira.

Caso alguma dessas situações se configurem, poderá haver impacto negativo para os negócios da Companhia, o que poderá vir a causar um impacto adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados. Para mais informações relacionadas ao compromisso de indenidade e aos contratos de indenidade, ver o item 12.11 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Quando da reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes da Companhia identificaram uma deficiência significativa nos controles internos da Companhia. A Companhia não pode garantir que conseguirá implementar o plano de ação elaborado à luz da recomendação dos auditores independentes para sanar referida deficiência significativa, tampouco que não será afetada por irregularidades ou erros contábeis no futuro, o que pode causar um efeito adverso significativo nos negócios da Companhia.

Os auditores independentes da Companhia, quando da reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentaram uma deficiência significativa e respectiva recomendação sobre os controles internos da Companhia, relacionada a realização de transferências de ações entre acionistas envolvendo um não-acionista. Para obter mais informações, veja os itens 5.3(d) e 5.3(e) deste Formulário de Referência.

A Companhia não pode assegurar que o plano de ação descrito no item 5.3(e) deste Formulário de Referência, elaborado à luz da recomendação dos auditores independentes para sanar referida deficiência significativa, será implementado com sucesso. Ademais, durante os futuros testes de procedimentos de controles internos da Companhia, poderão ser identificadas outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros.

Se a Companhia não for capaz de gerenciar com eficácia seus controles internos, pode não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas. Falhas ou ineficiências em controles internos, como aquela identificada pelos auditores independentes da Companhia (que se encontra transcrita no item 5.3(d) deste Formulário de Referência), podem impedi-la de reportar adequadamente seus resultados operacionais, causando um efeito adverso significativo nos negócios da Companhia.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Os acionistas controladores da Companhia possuem, na data deste Formulário de Referência, detêm 85,69% de seu capital social. Os seus acionistas controladores possuem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração e determinar o resultado de determinadas deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época, condições e valores para pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os seus acionistas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos ou parcerias, buscar financiamentos ou realizar operações similares que podem ser conflitantes com os interesses de seus investidores.

Para mais informações sobre o seu grupo de controle, ver o item 15 deste Formulário de Referência.

Possibilidade de divergência entre os dois maiores acionistas, controladores da Companhia.

Considerando que a Companhia é controlada conjuntamente pelos dois maiores acionistas, que detêm 85,69% do capital social da Companhia, há a possibilidade de divergência de interesses entre eles, o que pode levar a disputas entre tais acionistas, e também a novas formações de grupos de controle, contendo um desses acionistas aliados a terceiros. Caso alguma dessas situações se configure, os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados.

Os acionistas controladores da Companhia podem vir a ter interesses conflitantes com os dos demais acionistas nas deliberações sobre suas próprias remunerações, incluindo na outorga de ações restritas ou outras remunerações baseadas em ações.

Nos termos da lei, a remuneração global dos administradores da Companhia é estabelecida anualmente pela assembleia geral, sendo que o Conselho de Administração fixará a remuneração global e individual dos Diretores. Conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência, em 11 de maio de 2021 foi aprovado o Plano Especial de Ações Restritas, o qual terá uma única outorga limitada a 8.997.377 de ações restritas. A outorga das ações restritas será feita pelo Conselho de Administração. O Sr. Alexandre Ostrowiecki é, ao mesmo tempo, Diretor-Presidente e um dos acionistas controladores da Companhia, podendo ser beneficiário do Plano Especial de Ações Restritas. A Companhia não pode garantir que seus acionistas controladores não terão interesses conflitantes com os de seus demais acionistas nas deliberações sobre suas próprias remunerações, incluindo na outorga de ações restritas ou outras remunerações baseadas em ações.

(c) Riscos Relacionados aos Seus Acionistas

O Sr. Renato Feder, membro do Conselho de Administração e um dos acionistas controladores da Companhia, é considerado uma pessoa exposta politicamente, podendo ser alvo de denúncias, acusações, investigações ou ações administrativas ou judiciais de grande repercussão, o que pode afetar a imagem e os negócios da Companhia.

O Sr. Renato Feder, membro do Conselho de Administração e um dos acionistas controladores da Companhia, exerce desde janeiro de 2019 o cargo de Secretário da Educação do Estado do Paraná. Como tal, o Sr. Renato Feder é considerado uma

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pessoa exposta politicamente, e está sujeito a um risco maior do que a de um cidadão comum de exposição a denúncias, acusações, investigações ou ações administrativas ou judiciais de grande repercussão.

A Companhia não pode garantir que não ocorrerão denúncias, acusações, investigações ou ações administrativas ou judiciais instauradas em face do Sr. Renato Feder, tampouco garantir que eventuais denúncias, investigações ou investigações serão arquivadas ou julgadas improcedentes. A ocorrência desse tipo de situação pode causar um efeito adverso relevante à imagem e aos negócios da Companhia.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas da Companhia são os mesmos relacionados aos seus.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

A Companhia depende de terceiros para fabricar seus produtos.

A Companhia depende de terceiros (nacionais e internacionais) para fabricar seus produtos. Ao depender de terceiros, a Companhia está sujeita a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos e acidentes de natureza ambiental, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não tem controle, o que pode afetar adversamente seus negócios, suas vendas e resultados operacionais.

Os seus fornecedores são suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica. Alguns fatores macroeconômicos podem fazer com que os fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, como aumento da inflação, e não se pode prever se a Companhia conseguirá aumentar os seus preços de venda para seus consumidores em linha com os aumentos promovidos por seus fornecedores. Um aumento nos custos dos seus produtos pode refletir negativamente em seus negócios, resultados operacionais e valor de suas ações.

Ainda, a Companhia não pode garantir que seus fornecedores não terão problemas relacionados às condições de trabalho, bem como ao respeito às normas ambientais e de segurança, ou que não usarão práticas irregulares. Se algum dos seus fornecedores se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, a sua reputação e marca podem ser prejudicadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O relacionamento da Companhia com seus fornecedores está sujeito a riscos diversos de fulfillment.

Atualmente, a Companhia conta com uma base de aproximadamente 688 fornecedores, incluindo, em alguns casos, fontes limitadas ou únicas de fornecimento, que são importantes para fabricação e/ou venda de seus produtos. Caso os seus atuais fornecedores parem de lhe vender ou licenciar mercadorias que a Companhia compra, em termos aceitáveis, não cumpram com os contratos, ou atrasem a entrega, inclusive em razão de eventuais problemas financeiros de tais fornecedores devido a condições econômicas ruins, desastres naturais ou por outras razões, poderão ser incapazes de encontrar alternativas de fornecedores de forma oportuna, eficiente e em termos aceitáveis ao seu modelo de negócio. Além disso, se seus fornecedores violarem leis, regulamentos, ou implementarem práticas consideradas antiéticas, inseguras ou perigosas para o meio ambiente, isso poderá prejudicar a sua imagem e reputação, limitar seu crescimento e afetar negativamente seu resultado operacional.

A Companhia pode *ter tanto a sua produção como as suas receitas prejudicadas em razão de atrasos e descumprimentos de seus fornecedores.*

A sua atividade se caracteriza pela manutenção de um nível de estoque adequado para suprir as necessidades de suas operações. Eventuais atrasos ou descumprimentos por parte dos fornecedores poderão afetar o desempenho em sua produção, vendas e receitas, uma vez que a Companhia poderá não conseguir obter o fornecimento de seus produtos em tempo hábil. A dependência de fornecedores poderá lhe causar um efeito adverso em seus negócios e resultados operacionais e financeiros em caso de eventuais atrasos ou descumprimentos. Adicionalmente, eventuais atrasos na entrega dos produtos adquiridos de seus fornecedores (dos quais a maior parte é proveniente de países estrangeiros e transportada por via aérea ou marítima), devido a problemas de logística, poderão afetar a sua capacidade produtiva, o que causaria um efeito adverso relevante nos seus resultados operacionais e em sua capacidade financeira.

Não há garantia de que os fornecedores e provedores de serviços da Companhia não venham a se utilizar de práticas irregulares.

A Companhia não tem controle sobre as operações de seus fornecedores e provedores de serviços e eventuais irregularidades que estes possam apresentar. Assim, a Companhia não pode garantir que alguns de seus fornecedores e provedores de serviços não venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva, emprego de mão de obra infantil ou análoga à escrava, e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos e serviços e, caso seus fornecedores e provedores de serviços o façam, a Companhia poderá ter prejuízos em sua imagem e na qualidade de seus produtos e serviços, e em consequência, perda de atratividade junto aos seus clientes, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, bem como queda no valor das ações de sua emissão.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A Companhia pode ser responsabilizada de forma solidária ou subsidiária por dívidas trabalhistas de terceirizados**.*

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços à Companhia, como as empresas que atuam nos setores de transportes, segurança, serviços de limpeza, dentre outros, não atendam às exigências da legislação trabalhista brasileira, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de eventuais processos trabalhistas e eventualmente obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades. Caso tal risco se materialize, a sua imagem, negócios e resultados financeiros podem ser adversamente afetados.

A Companhia pode ser considerada solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus fornecedores.

A Companhia pode ser responsável pela destinação final de resíduos sólidos gerados pelas suas atividades industriais, assim como dos seus produtos pós-consumo que estão sujeitos a logística reversa. A destinação final dos resíduos de fábrica e pós-consumo é realizada por meio de empresas contratadas. A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Sendo assim, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa, sem limitação de valores e prazos prescricionais. Sendo assim, a responsabilidade civil ambiental pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros pode ser obrigada a repará-lo.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia, incluindo o descarte de resíduos, não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsáveis pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigados a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas para recuperação do dano ambiental ocorrido. Caso a Companhia seja responsabilizada solidariamente por danos causados pelos seus fornecedores, os resultados, operacionais e financeiros, as atividades e a sua imagem podem ser adversamente afetadas, incluindo no caso de haver a necessidade de redirecionar planos de investimento em outras áreas, com possível efeito adverso relevante sobre seu fluxo de caixa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventuais mudanças de políticas ou diretrizes estratégicas dos seus fornecedores podem levar à redução ou interrupção das vendas destes mesmos para a Companhia, o que pode gerar impactos negativos em seus resultados.

A Companhia possui uma ampla gama de fornecedores globais. A negociação e parceria com estes fornecedores está sujeita a mudanças estratégicas e táticas originadas nos mesmos, que podem afetar a capacidade deles de operar com a Companhia e outras empresas no mercado brasileiro.

Eventuais mudanças desta natureza que resultem na redução ou incapacidade de a Companhia adquirir produtos de algum de seus fornecedores levaria, na maior parte dos casos, a um processo de substituição deles. Eventual substituição de fornecedor poderia levar a termos menos favoráveis para a Companhia, com possível efeito adverso sobre suas margens de lucro. Caso não seja possível substituir o fornecedor afetado por tais mudanças, a Companhia pode ser afetada adversamente também por meio de redução de faturamento, impactando negativamente os seus resultados.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

A Companhia está exposta a riscos de crédito e outros riscos de contraparte de seus clientes no curso normal dos negócios.

A Companhia concede aos seus clientes créditos com prazos variáveis e seus clientes têm diversos graus de solvabilidade, o que a expõe ao risco de não recebimento ou inadimplemento no âmbito de seus contratos e outros acordos com clientes. Caso número significativo de seus clientes inadimplam suas obrigações de pagamento conosco, a sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser afetados de maneira negativa e substancial.

Parte relevante da receita das vendas da Companhia decorre de contratos firmados com entidades da Administração Pública. A perda desses contratos pode afetar de forma negativa as receitas da Companhia e a sua capacidade de operar seus negócios.

Em 31 de março de 2021, 22% da receita das vendas da Companhia, cerca de R$ 342 milhões, decorre de contratos firmados com entidades da Administração Pública, o que representa um aumento de 1.201% em relação à 31 de março de 2020. Este aumento se deu em razão de a Companhia ter sido vencedora em diversas licitações realizadas pela Administração Pública para a aquisição de tablets, smartphones, computadores e softwares para utilização por estudantes de escolas públicas durante o período da pandemia da COVID-19. Não há como garantir que tais contratações continuarão a ser realizadas no futuro e, caso não sejam, resultado operacional e financeiro e o fluxo de caixa da Companhia, poderão ser adversamente impactados, além de vir a impactar negativamente sua lucratividade.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Vale mencionar, que tais contratos são regidos pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme alterada, bem como pelas respectivas leis estaduais ou municipais às quais cada entidade pública está submetida, incluindo, na maioria dos casos, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, conforme alterada. Além do fornecimento de computadores e softwares, a Companhia assume perante tais entidades, na maioria dos casos, obrigações de manutenção dos bens fornecidos, de prestação de garantia aos produtos e de prestação de serviços técnicos.

Na hipótese da Companhia ser responsabilizada ou condenada por irregularidades, erros ou falhas no fornecimento dos bens ou serviços contratados, a Companhia pode ser advertida pelos órgãos da Administração Pública, sofrer multas contratuais significativas, ter as garantias por ela prestadas excutidas, ter o fornecimento dos bens e serviços suspenso temporariamente, bem como ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública em geral ou com a entidade específica relacionada ao contrato em questão. Tais sanções, assim como a rescisão unilateral de contratos por razões de interesse público, poderão afetar a marca, o resultado operacional e financeiro e o fluxo de caixa da Companhia, além de vir a impactar negativamente sua lucratividade por um período.

Ademais, os prazos de recebimento de clientes de licitações são usualmente superiores aos praticados nos mercados de varejo e corporativo, sendo que um crescimento nas vendas para este segmento poderia acarretar em maior necessidade de capital de giro, resultando em maior exposição do fluxo de caixa da Companhia.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

O setor de varejo é altamente competitivo e as condições de concorrência podem afetar adversamente os seus resultados.

A competição do setor é baseada principalmente na variedade de produtos, preço, qualidade, disponibilidade, publicidade e promoção, conveniência ou local de armazenamento, segurança e suporte ao cliente e serviço. Além disso, alguns dos seus concorrentes podem possuir mais recursos financeiros, menores custos de aquisição de produtos e despesas operacionais menores do que os seus. Os seus concorrentes podem se utilizar de descontos, políticas agressivas de preços e propagandas para aumentar as suas vendas de produtos eletroeletrônicos durante a temporada de férias, festas e volta às aulas. O negócio da Companhia é vulnerável às mudanças na demanda e nos preços, bem como nas preferências dos consumidores.

Não conseguimos prever se novos competidores nacionais e/ou internacionais entrarão no setor. Caso novos competidores apareçam, a concorrência poderá ficar ainda mais acirrada e poderemos ser obrigados a tomar novas estratégias, cuja eficácia não conseguimos assegurar. Se a Companhia não for capaz de competir com seus concorrentes, pode enfrentar queda nas vendas e pode decidir por ou ser obrigados a oferecer grandes descontos aos seus clientes, o que poderia resultar em diminuição da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sua rentabilidade e afetar seus resultados financeiros. Para mais informações sobre as condições de competitividade da Companhia, ver o item 7.3(c) deste Formulário de Referência.

O mercado de varejo é sensível a quedas do poder de compra dos consumidores e a ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o mercado de varejo sofreu períodos de desaceleração econômica, em virtude da queda dos gastos dos consumidores, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao cliente, da tributação, da confiança do cliente nas condições econômicas futuras, dos níveis de emprego e renda e da existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia da COVID-19, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas e fechamento temporário generalizado dos clientes varejistas). Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo (principalmente das classes com menor poder aquisitivo), tornar as condições de refinanciamento de dívida mais restritas e causar aumentos na taxa de desemprego. Historicamente, o setor de varejo foi afetado negativamente e de forma relevante em virtude de períodos de desaquecimento econômico, resultando em uma redução do consumo. Assim, a redução do poder aquisitivo dos clientes e condições econômicas adversas podem afetar o resultado operacional e a situação financeira da Companhia de forma negativa e relevante.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil, periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito para reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Tais regulamentações incluem, entre outras ferramentas, (i) alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e em outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas regulamentações podem reduzir a capacidade dos clientes da Companhia de obter crédito junto a instituições financeiras. Alguns desses controles podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que reduzam o acesso dos clientes a créditos junto a instituições financeiras, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o resultado operacional e a situação financeira da Companhia.

Ainda, o sucesso das atividades da Companhia depende do aumento da taxa de crescimento da população e do aumento de sua renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante as suas vendas, resultado operacional e situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a possíveis atrasos motivados por greves nas alfândegas, portos e Receita Federal.

Parte significativa dos seus produtos e/ou de seus componentes são importados da China, possíveis greves na Receita Federal, nas alfândegas e nos portos de todo o País podem afetar a entrega desses materiais pelos seus fornecedores, e, por consequência, sua capacidade produtiva, o que poderá gerar atraso na entrega dos produtos aos consumidores, com a consequente diminuição do seu volume de vendas.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das operações da Companhia.

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e, em última análise, afetar a demanda dos consumidores pelos seus produtos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas e na criação de tributos, temporárias ou permanentes.

Algumas dessas mudanças podem aumentar a sua carga tributária, o que pode gerar aumento dos preços cobrados pelos produtos, além de restringir a capacidade dos negócios da Companhia nos diversos mercados de atuação e, consequentemente, afetar de forma adversa e relevante a sua lucratividade. Não há nenhuma garantia de que conseguirá manter o seu fluxo de caixa e a sua lucratividade, após qualquer aumento nos tributos aplicáveis a Companhia e às suas operações.

Além disso, não há como garantir que seus atuais benefícios fiscais serão mantidos ou renovados. Se tais benefícios fiscais não forem renovados, ou se os benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, a Companhia poderá ter seu negócio e situação financeira afetados adversamente, tendo em vista o aumento da carga fiscal. Adicionalmente, determinadas leis tributárias podem estar sujeitas à interpretação controversa por parte das autoridades tributárias. Caso as autoridades tributárias venham a interpretar as leis tributárias de maneira que seja inconsistente com as suas práticas, a Companhia poderá ser afetada de forma adversa.

Dentre as mudanças que podem afetar materialmente os seus negócios, estão a reforma tributária, a revogação de isenções fiscais e alterações significativas na legislação do ICMS e do PIS/COFINS, incluindo aumento de alíquotas, alterações de base de cálculo, entre outras.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais, sendo que qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às suas posições fiscais pode afetar adversamente os seus negócios, o resultado operacional e a sua condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as suas posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades competentes em processos administrativos ou judiciais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos (quando houver) serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional ou que não será necessária a constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar negativamente a Companhia.

A Companhia se beneficia de incentivos fiscais a partir de programas do governo e está sujeita à complexidade do sistema tributário brasileiro. Esses incentivos podem ser encerrados ou reduzidos no futuro, o que pode prejudicar os resultados das suas operações.

A Companhia se beneficia de incentivos fiscais relacionados a crédito presumido de ICMS sobre vendas, a diferimento de ICMS na importação, a redução de IRPJ e adicional (Sudene), a isenção de IPTU e a obtenção de crédito financeiro sobre produtos produzidos em conformidade com a lei de informática. A Companhia não possui obrigações a cumprir relacionadas a crédito presumido de ICMS sobre vendas, a diferimento de ICMS na importação, de redução de IRPJ e adicional e a isenção de IPTU. A capacidade da Companhia se beneficiar do crédito financeiro sobre produtos produzidos em conformidade com a lei de informática depende do cumprimento de certas obrigações, dentre elas a execução de determinadas etapas produtivas (processo produtivo básico) e o investimento em pesquisa e desenvolvimento. O não cumprimento destas obrigações de acordo com as normas aplicáveis e/ou de envio da documentação exigida para a concessão de tais incentivos, poderá implicar a perda do direito aos incentivos ainda não utilizados e a cobrança, pelas autoridades fiscais, do valor correspondente aos tributos não pagos em decorrência dos incentivos já utilizados, acrescidos de multa e de juros previstos na legislação tributária, sem prejuízo de eventuais sanções penais cabíveis, o que poderá lhe afetar adversamente. Se houver a expiração, extinção ou cancelamento dos benefícios fiscais atualmente concedidos, a Companhia não pode garantir que tais benefícios serão renovados ou que teremos sucesso na obtenção de novos benefícios fiscais em condições igualmente favoráveis. Se tais benefícios não forem renovados, os seus negócios poderão ser adversamente afetados. A complexidade do sistema tributário brasileiro pode deixar a Companhia sujeita a questionamentos no âmbito federal, estadual e municipal, podendo acarretar perdas materiais, impactando assim adversamente seu resultado. Para mais informações sobre os incentivos fiscais usufruídos pela Companhia, ver o item 7.5 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode sofrer multas e restrições relacionadas à legislação consumerista brasileira ou o Código de Defesa do Consumidor.

A legislação de defesa do consumidor do Brasil imputa ao fornecedor o ônus da prova na demanda de um cliente (consumidor). Diante desse contexto, autoridades judiciais podem adotar posturas favoráveis aos pleitos formulados por consumidores. Caso posturas favoráveis sejam adotadas, colocarão o prestador de serviço ou fornecedor de produtos em desvantagem em processos judiciais envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos sob as alegações de que os seus produtos eram defeituosos, viciados ou não continham informações adequadas, dentre outras. Esses processos administrativos são, em síntese, autos de infração e inquéritos civis propostos respectivamente pelo PROCON e o Ministério Público, além de outros órgãos/entidades de proteção ao direito do consumidor, como é o caso da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON).

Caso venha a ser responsabilizados ou condenados por defeitos, erros ou falhas de seus produtos (incluindo acidentes) em uma ação judicial, tal decisão poderá ter um efeito material adverso em seu negócio, sua reputação, sua marca, seu resultado operacional e financeiro e em seu fluxo de caixa, além de vir a impactar negativamente sua lucratividade.

Além disso, como a legislação consumerista prevê responsabilidade solidária de todas as empresas que participam da cadeia de fornecimento, a companhia pode eventualmente ser responsabilizada por demandas relativas a terceiros, como por exemplo empresas que direta ou indiretamente participam do fornecimento de seus produtos.

Adicionalmente, a apresentação de defesa em uma ação judicial cujo objeto é sua responsabilidade por defeitos em produtos pode demandar um custo adicional elevado, bem como requerer substancial atenção e tempo do pessoal administrativo e técnico da Companhia. Ainda, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação a defeitos, erros ou falhas nos produtos da Companhia (incluindo acidentes) e à sua qualidade poderia afetar adversamente a sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que poderia causar um efeito adverso relevante em seus negócios e situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a sua imagem e a imagem de suas marcas, afetando, consequentemente, suas vendas e sua reputação, o que pode impactar adversamente os seus resultados e a sua situação financeira.

Por fim, ressalta-se que a legislação consumerista tem aplicabilidade tanto nas vendas realizadas fisicamente como nas realizadas por meio da sua plataforma de *e-commerce*.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as IFRS são emitidas IASB. O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, não há como prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as suas futuras demonstrações financeiras individuais e consolidadas sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as suas futuras demonstrações financeiras individuais e consolidadas a serem elaboradas.

A Companhia pode sofrer com atrasos e suspensões no processo de certificação e homologação dos seus produtos perante a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVIA e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

Caso ocorra qualquer atraso ou suspensão nos processos de certificação e homologação dos equipamentos produtos da sua empresa, a Companhia corre o risco de atrasar seu cronograma mercadológico, com possíveis impactos econômicos, os quais a Companhia não consegue controlar. O processo de certificação e homologação de produtos pode sofrer exigências ou suspensões, fatos que podem atrasar ou inviabilizara disponibilização de produtos ao mercado consumidor.

A Companhia detém autorização para prestação do Serviço Limitado Privado e está sujeita ao cumprimento de obrigações setoriais, sob pena de aplicação de sanções pela ANATEL.

A Companhia possui autorização para a prestação do Serviço Limitado Privado – SLP. Referido serviço é destinado ao uso próprio ou prestação de serviços a determinados grupos de usuários. Trata-se de autorização outorgada por prazo indeterminado, que sujeita a Companhia ao cumprimento de obrigações previstas na regulação setorial. Em caso de descumprimento da regulamentação e obrigações aplicáveis e após o devido processo administrativo, poderão ser aplicadas pela ANATEL as seguintes penalidades:

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(i) advertência; (ii) multa; (iii) suspensão temporária; (iv) caducidade; (v) declaração de inidoneidade; e (vi) cassação. Tais penalidades poderão ser aplicadas segundo a natureza da infração e seguindo metodologia específica estabelecida pela ANATEL, o que poderá afetar adversamente as operações da Companhia.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Riscos políticos e econômicos nas regiões e países para os quais a Companhia exporta produtos e dos quais adquire artigos para a sua produção podem limitar a lucratividade de suas operações e sua capacidade de executar a sua estratégia.

Uma vez que a Companhia importa matérias primas de diferentes países, está sujeita a uma série de situações que podem afetar seu resultado financeiro adversamente. Nas regiões onde a Companhia comercializa produtos e de onde importa matérias primas, existe uma variedade de riscos, como por exemplo:

- Instabilidade governamental;
- Riscos e conflitos geopolíticos (incluindo guerra, atos de terrorismo e conflitos civis);
- Câmbio fixo e controle de preços;
- Imposição de restrições às exportações dos produtos ou às importações de matérias primas necessárias à produção (incluindo embargos de países em que a Companhia possui atividades de distribuição);
- Flutuação de moedas locais contra o real;
- Nacionalização das propriedades;
- Aumento das tarifas de exportações e impostos sobre os produtos;
- O fechamento de fronteiras, imposição de quarentena e demais barreiras sanitárias impostas durante o período enfrentado pela pandemia de COVID-19; e
- Mudanças institucionais e contratuais unilaterais (governo), incluindo controles sobre investimentos e limitação a novos projetos.

Como consequência desses fatores, o resultado operacional e as condições financeiras das operações nas regiões onde a Companhia tem distribuição e/ou de onde as matérias primas são importadas podem ser negativamente afetados e pode haver, no futuro, significante variação das receitas. Não é possível precisar o impacto dessas mudanças na sua capacidade de entregar seus projetos e executar sua estratégia, podendo, portanto, representar um impacto negativo sobre suas operações e seu resultado financeiro.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

O não cumprimento da legislação e regulamentação ambiental pode afetar adversamente o seu negócio e a sua reputação.

A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

estabelece exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, tratamento e remediação de áreas contaminadas, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas.

Quaisquer violações às leis e regulamentações ambientais poderá expor a Companhia a sanções administrativas (incluindo, por exemplo, suspensão de obras e atividades, bem como multas de até R$ 50 milhões) e criminais, prejudicando sua imagem, além da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente e a indenizar terceiros na esfera cível.

Na esfera criminal, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (“Lei de Crimes Ambientais”). Referida Lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por crimes ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica. A pessoa jurídica pode ser punida com a aplicação de uma multa criminal ou com penas restritivas de direitos, que podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária do estabelecimento, da obra ou da atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive administradores.

Ademais, referida lei prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da causadora do dano ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

A sua responsabilização por infrações, danos e crimes ambientais poderá afetar adversamente sua imagem, operações e situação financeira.

Ainda, o Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às suas atividades. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termos de Compromissos (TC) perante respectivas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

autoridades, com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados em referidos instrumentos de compromisso, a Companhia pode ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

A companhia não pode garantir que essas leis e regulamentações não se tornarão mais rígidas, exigindo que aumente de forma significativa seus investimentos a fim de cumpri-los. Caso isso ocorra, poderá haver redução dos recursos disponíveis para outros investimentos, o que poderá, por sua vez, impactar os seus resultados de forma significativa.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os seus custos para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os seus resultados operacionais e financeiros.

(k) riscos macroeconômicos

A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os negócios e resultado operacional da Companhia.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de commodities, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das suas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e os impactos decorrentes, como o comprometimento da capacidade de pagamento de clientes do sistema bancário, teriam impacto direto sobre o seu negócio, limitando a sua capacidade de atingir metas.

A crise econômica e política no Brasil pode ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, operações e condição financeira, bem como o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político no Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

Nos últimos anos, o mercado brasileiro enfrentou um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas a escândalos de corrupção, os quais continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal nas Operações *Lava Jato*, *Zelotes*, *Greenfield*, *Eficiência*, dentre outras, e ao impacto desses escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo e Executivo, bem como altos executivos de grandes empresas foram presos ou estão sendo processados ou investigados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes que envolvem o pagamento de propina. A Companhia não pode prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários do governo no futuro. Além disso, a Companhia não pode prever o resultado dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os seus negócios.

Adicionalmente, durante o mês de abril de 2020, o atual Presidente da República se envolveu em discussões políticas que culminaram na exoneração do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e do pedido de exoneração do então Ministro da Justiça, Sergio Moro. Mencionados ex-Ministros eram considerados nomes fortes do atual Governo Federal e as ocasiões em que as alterações ministeriais ocorreram provocaram ainda mais instabilidade na economia brasileira e no mercado de capitais. A Companhia não pode garantir que o desenrolar desses eventos não provocará impactos adversos adicionais à situação político-econômica do Brasil. Além disso, não pode garantir que outros eventos políticos não provocarão ainda mais instabilidade na economia brasileira, no mercado de capitais e no preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Não se pode garantir que qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, esteja vinculada à Companhia, seja funcionário, diretor, conselheiro, fornecedor, prestador de serviços ou subcontratado, não está ou estará envolvida na Operação Lava Jato ou em investigações similares, o que poderia afetar negativamente a imagem e reputação da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O resultado das investigações em curso no âmbito da Operação Lava Jato e de outras investigações similares é incerto, mas já houve impacto negativo na imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como na economia brasileira. A Companhia não pode prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários e executivos do governo ou companhias privadas no futuro. Além disso, a Companhia não pode prever o resultado dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os seus negócios.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo a potencial abertura de processo de *impeachment*, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive nos negócios da Companhia. Além disso, o presidente foi criticado no Brasil e internacionalmente, e os efeitos desestabilizadores da pandemia da COVID-19 aumentaram a incerteza política e a instabilidade no Brasil, principalmente após a saída de vários ministros e alegações de corrupção contra o presidente mencionadas acima.

Desta forma, a Companhia não pode estimar completamente o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em seus negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode lhe afetar adversamente, assim como aos seus valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica continuada e incerteza política também podem afetar adversamente os seus negócios.

A inflação e as medidas do Governo Federal para controlar a inflação, inclusive aumentando as taxas de juros, podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e afetar a Companhia de maneira adversa.

O Brasil experimentou, no passado, taxas de inflação extremamente altas e, em consequência, seguiu políticas monetárias que contribuíram para uma das maiores taxas de juros real do mundo. A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e os seus negócios. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósitos compulsórios podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e quedas nas taxas de juros podem desencadear aumentos da inflação e, consequentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos da taxa de juros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, medido pelo IBGE, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, foi de 3,75%, 4,31% e 4,52% respectivamente. Da mesma forma, entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2020, a taxa de juros estabelecida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou SELIC, variou entre 7% e 2% ao ano. Em abril de 2021, o SELIC aumentou a taxa de juros para 2,75%.

As pressões inflacionárias podem resultar em intervenções governamentais na economia, incluindo políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que poderia, por sua vez, afetar adversamente operações e o preço de negociação dos valores mobiliários da emissão da Companhia. A inflação, as medidas para conter a inflação e a especulação sobre medidas potenciais também podem contribuir para uma incerteza significativa em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores, o que pode afetar a sua capacidade de acesso ao financiamento, incluindo o acesso aos mercados de capitais internacionais.

Medidas futuras do Governo Federal, incluindo reduções nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real podem desencadear aumentos na inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira.

A inflação também pode aumentar os seus custos e despesas, e a Companhia pode não ser capaz de transferir tais custos aos clientes, reduzindo suas margens de lucro e lucro líquido. Além disso, índices inflacionários elevados geralmente aumentam as taxas de juros domésticas e, portanto, o serviço da dívida da parcela em reais da sua dívida, que é indexada a taxas flutuantes, de acordo com o Certificado de Depósito Interbancário – CDI, também pode aumentar, e com isso, o seu resultado pode ser afetado. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros domésticas poderiam, ainda, reduzir a liquidez nos mercados de capital e financeiro domésticos, o que afetaria a capacidade de refinanciar o seu endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também pode lhe afetar indiretamente, pois os seus clientes também podem ser afetados e ter sua capacidade financeira reduzida. Qualquer redução em suas vendas líquidas ou lucro líquido, bem como qualquer redução no seu desempenho financeiro e preço de negociação das suas notas. Os seus clientes e fornecedores podem ser afetados por altas taxas de inflação e tais efeitos podem afetar adversamente os seus negócios.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes, podem afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por acontecimentos políticos, econômicos e sociais ou a percepção de risco em outros países, incluindo os Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

latino-americanos e de mercados emergentes. Embora as condições econômicas na Europa, na China e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo serem incapazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das ações de emissão da Companhia, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das ações da Companhia, restringir o acesso aos mercados de capitais e comprometer a capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia de COVID-19, pode afetar negativamente a economia brasileira e, por sua vez, levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em suas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou ao aumento da taxa doméstica de juros ou ao aumento do nível de desemprego, um maior percentual de seus clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em seus negócios.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países latino-americanos. Ainda, eventuais reduções na oferta de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de sua emissão. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados. Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o seu negócio e o preço de mercado das suas ações ordinárias também podem ser afetados negativamente.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os seus negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Adicionalmente, desde dezembro de 2019, uma doença causada por uma nova forma de coronavírus, denominada COVID-19, disseminou-se globalmente. Esse evento causou e deve continuar a causar disrupção da atividade econômica regional e global, o que afetou e deve continuar a afetar a Companhia adversamente. A extensão dos efeitos da pandemia causada pelo atual coronavírus e/ou outras doenças sobre a crise global dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que podem surgir a respeito de novas ações para conter ou remediar seus efeitos.

Além disso, em novembro de 2020, Joe Biden venceu a eleição presidencial nos Estados Unidos. A Companhia não pode prever os efeitos da eleição de Joe Biden ou de suas políticas. O Presidente dos Estados Unidos tem considerável poder na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito material adverso na economia global e na estabilidade política global. A Companhia não pode garantir que o novo governo adotará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e o investimento doméstico e estrangeiro, o que pode ter um efeito adverso significativo nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos valores mobiliários de emissores brasileiros.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, podem causar um efeito adverso relevante nas suas atividades, nos seus resultados operacionais e mesmo no preço das suas ações.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente promove modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, a situação financeira, o resultado operacional e o preço de mercado das suas ações podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida por taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- política fiscal e monetária; políticas sanitárias (incluindo práticas adotadas em relação a atual pandemia da COVID-19)
- disponibilidade de crédito;
- controle de importação;
- taxas de juros;
- fornecimento de energia elétrica;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- instabilidade social e política;
- movimentos de taxas de câmbio e controle cambial; e
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, agravada pelos impactos da pandemia de COVID-19 no ano de 2020, o que pode prejudicar as atividades e resultados operacionais da Companhia, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do Governo Federal para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia e sobre suas ações.

Qualquer diminuição da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard&Poor's, Moody's e Fitch.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o *rating* de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB+, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o *rating* de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB+ para BB, e manteve sua perspectiva negativa, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu o *rating* atribuído ao Brasil para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano.

Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.

A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção.

Em 5 de maio de 2020, a Fitch manteve a nota de risco de crédito soberano do Brasil em BB negativo, mas revisou a perspectiva para negativa e apontou que a revisão reflete a deterioração das perspectivas econômicas e fiscais do país, e os riscos negativos tanto por conta da incerteza política quanto sobre a duração e intensidade da pandemia da COVID-19.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das suas ações.

Crises econômicas, sanitárias (incluindo o atual coronavírus (COVID-19), políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderão afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos seus produtos

Crises econômicas, sanitárias (incluindo o atual coronavírus (COVID-19), políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderão afetar o poder aquisitivo da população, o que poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos seus produtos.

A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008, por exemplo, provocou o aumento do dólar frente ao real, a restrição de crédito no mercado interno, o aumento das taxas de desemprego, o aumento da inadimplência e, consequentemente, a redução do consumo no Brasil. No mesmo sentido, a crise político-econômica vivenciada pelo país entre 2015-2016, teve um impacto relevante nas taxas de desemprego, diminuindo o poder aquisitivo da população e, consequentemente o consumo no país.

Recentemente, a pandemia de COVID-19 tem provocado impactos econômicos negativos globais, que a Companhia ainda não consegue quantificar. Como resultado da pandemia, acredita-se que o poder aquisitivo da população brasileira reduzirá, o que poderá provocar uma redução no consumo e impactar o volume das suas vendas. O impacto no volume das vendas da Companhia poderá afetar negativamente os seus resultados e a sua situação econômica.

A instabilidade da taxa de câmbio poderá ter efeito substancial negativo sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Em 13 de maio de 2020, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano foi de R$ 5,901 por US$ 1,00. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Segundo estimativas da Companhia, foram importados aproximadamente 95% de suas compras de mercadorias e matéria-prima de países asiáticos. Dessa forma, o preço praticado nas vendas da Companhia ou nos seus clientes varejistas depende, em certa medida, da taxa de câmbio dos países de que são adquiridas mercadorias ou matérias-primas, sendo limitada, contudo, a capacidade de repassar aos seus clientes eventuais aumentos de preço decorrentes de flutuações cambiais.

Desse modo, caso haja depreciação do Real em relação à moeda corrente de tais países ou ao Dólar dos Estados Unidos da América, ou das moedas correntes de tais países em relação ao Dólar norte-americano, os produtos da Companhia poderão ser menos atrativos para seus clientes ou poderão ter de diminuir suas margens ou descontinuar a venda de certas mercadorias, resultando em impacto adverso nos seus resultados operacionais.

Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as suas atividades.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os seus resultados, por conta da retração no consumo e do aumento dos seus custos. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O seu negócio, a sua situação financeira, os resultados operacionais e as suas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

A concentração bancária no Brasil pode prejudicar a disponibilidade e o custo do crédito.

De acordo com o Relatório de Economia Bancária 2019, divulgado pelo Banco Central do Brasil, em 2020, os cinco maiores bancos brasileiros — Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Itaú e Santander — concentravam 72,7% dos depósitos totais, o que fez com que o Brasil figurasse no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados do mundo. A título de comparação, em 2006, a concentração era de 80,0%.

Essa concentração pode afetar a concorrência, com possíveis efeitos sobre taxas bancárias e outros preços. Adicionalmente, um eventual problema de relacionamento com qualquer instituição financeira, principalmente com algum dos referidos bancos pode afetar a sua capacidade de financiamento.

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem ações ordinárias de sua emissão ao preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias de emissão da Companhia, envolve frequentemente um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissores em determinados outros países e geralmente são

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, incluindo: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode garantir que, após a conclusão de sua oferta pública inicial de distribuição, haverá um mercado líquido, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de sua emissão pelo preço e no momento desejados.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ou seu eventual sucessor pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade dos acionistas de venderem seus ativos ao preço e no momento desejados. Além disso, o preço das ações alienadas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após sua realização. O preço de mercado das ações ordinárias de sua emissão pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais fora do controle da Companhia.

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia ao preço e na ocasião desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

Por conseguinte, a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações da Companhia poderão prejudicar o valor de negociação das ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total de capitalização das companhias listadas na B3 correspondia a aproximadamente R$ 5,1 trilhões, segundo informações da própria B3, com um volume médio diário de R$ 29,8 bilhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2020. Ainda segundo a B3, foram realizados em seu pregão, durante o ano de 2020, 843,2 milhões de negócios, frente aos 394,3 milhões registrados no ano anterior.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais, e podem afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

Desse modo, a Companhia não pode assegurar a liquidez de suas ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade dos atuais e/ou futuros acionistas da Companhia de venderem as suas ações pelo preço e na ocasião desejados.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 – Riscos de Mercado

A Companhia informa que, em linha com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas publicadas, está sujeita aos riscos de mercado abaixo descritos quantitativa e qualitativamente, por ordem de relevância e sem mitigação ou omissão de informações relevantes.

As atividades da Companhia a expõe a diversos tipos de riscos: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez, conforme a seguir detalhados.

Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, utilizadas para aquisição de insumos e pela contratação de instrumentos financeiros, principalmente atrelados ao dólar norte-americano.

Para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 31/12/2020, a exposição cambial da Companhia estava assim representada:

	31/03/2021		31/12/2020	
Controladora	Dolares	Reais	Dolares	Reais
Fornecedores	(193.086)	(1.100.070)	(219.967)	(1.143.105)
Empréstimos e financiamentos	(122.113)	(695.580)	(19.936)	(107.337)
Instrumentos financeiros				
Swaps	117.694	670.540	19.936	114.930
NDFs	53.939	307.306	91.348	474.709
Exposição líquida	**(143.566)**	**(817.804)**	**(128.619)**	**(660.803)**

	31/03/2021		31/12/2020	
Consolidado	Dolares	Reais	Dolares	Reais
Fornecedores	(333.202)	(1.731.549)	(343.789)	(1.958.669)
Empréstimos e financiamentos	(122.113)	(695.580)	(19.936)	(107.337)
Instrumentos financeiros				
Swaps	117.694	670.540	19.936	114.930
NDFs	53.939	307.306	91.348	474.709
Exposição líquida	**(283.682)**	**(1.449.283)**	**(252.441)**	**(1.476.367)**

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, em relação ao saldo de fornecedores estrangeiros a pagar, são

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

considerados três cenários, sendo que os cenários prováveis, são para o valor justo em 31 de março de 2021, e 31 de dezembro de 2020, e mais dois cenários com aumento de 25% e 50% em relação a taxa base. Foram utilizadas as taxas bases de R$ 5,6973 para 31 de março de 2021, e de R$ 5,1967 para 31 de dezembro de 2020.

(em R$ milhares)

Teste de stress - exposiçao cambial do balanço patrimonial

31/03/2021	Cenário Provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Controladora	1.125.247	1.406.559	1.687.871
Consolidado	1.756.726	2.195.908	2.635.089

Teste de stress - exposiçao cambial do balanço patrimonial

31/12/2020	Cenário Provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Controladora	1.143.105	1.428.881	1.714.658
Consolidado	1.958.699	2.448.374	2.938.049

Para os saldos de empréstimos em moeda estrangeira, não incluídos na análise acima, a Companhia contratou junto a instituições financeiras operação de swap observando as mesmas datas, vencimentos e valores nacionais das referidas exposições passivas contratadas em moeda estrangeira, substituindo-o pela variação percentual do CDI aplicada em montante em reais.

Abaixo, segue a tabela com as taxas utilizadas nos diferentes cenários:

	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II
	0%	25%	50%
31/12/2020	5,1967	6,4959	7,7951
31/03/2021	5,6973	7,1216	8,5460

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Não havia risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2021.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída.

A seguir, são demonstrados os valores do ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

(em R$ milhares)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	30.944	41.237	502.003	452.453
Contas a receber	1.440.984	973.180	1.428.902	967.780
	1.471.928	**1.014.417**	**1.930.905**	**1.420.233**

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48-Instrumentos financeiros, na mensuração das perdas de crédito esperadas. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão com base na média de perdas de crédito histórica e a perda prevista ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada aos recebíveis para todo o saldo de contas a receber.

A seguir, é demonstrada a movimentação da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	**(50.988)**	**(25.646)**	**(51.798)**	**(26.377)**
Estimativa constituida	(11.918)	(55.268)	(13.643)	(59.977)
Estimativa revertida	27.259	29.926	28.857	34.557
Saldos finais	**(35.647)**	**(50.988)**	**(36.585)**	**(51.798)**

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Saldos iniciais	(25.646)	(18.007)	(37.276)	(26.377)	(20.639)	(41.248)
Estimativa constituida	(55.268)	(32.592)	(24.277)	(59.977)	(34.341)	(25.246)
Estimativa revertida	29.926	24.953	43.546	34.557	28.603	45.855
Saldos finais	(50.988)	(25.646)	(18.007)	(51.798)	(26.377)	(20.639)

Risco de liquidez

O risco de liquidez se materializa com a possibilidade de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros, em função dos diferentes prazos de realização e/ou liquidação de seus direitos e obrigações. Pode ser definido pela possibilidade de não cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas dos quocientes do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de março de 2021, a Companhia mantinha aplicações financeiras de curto prazo no valor de R$ 9.147, e R$ 478.724, consolidado. (R$ 15.164, consolidado R$ 392.561 em 31 de dezembro de 2020), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

(em R$ milhares)

	31/03/2021				
Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	402.573	493.079	325.431	36.611	1.257.694
Fornecedores	1.462.879	-	-	-	1.462.879
	1.865.452	**493.079**	**325.431**	**36.611**	**2.720.573**

	31/03/2021				
Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	402.573	493.079	325.431	36.611	1.257.694
Fornecedores	1.941.620	-	-	-	1.941.620
	2.344.193	**493.079**	**325.431**	**36.611**	**3.199.314**

	31/12/2020				
Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	232.282	443.497	27.474	2.492	705.745
Fornecedores	1.227.723	-	-	-	1.227.723
	1.460.005	**443.497**	**27.474**	**2.492**	**1.933.468**

	31/12/2020				
Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contabil
Empréstimos e financiamentos	232.282	443.497	27.474	2.492	705.745
Fornecedores	1.992.782	-	-	-	1.992.782
	2.225.064	**443.497**	**27.474**	**2.492**	**2.698.527**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia figura como parte em diversos processos judiciais e administrativos, classificados com chance de perda provável, possível e remota. As provisões são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo pelos advogados internos e externos, sendo constituídas provisões conforme necessárias.

Em 31 de março de 2021, era de conhecimento da Companhia ser parte em um total de 247 processos, que representam um valor envolvido aproximado de R$ 547 milhões. Desse total, R$ 143.269 mil refere-se a causas cuja chance de perda é classificada pelos assessores legais como “provável” e para os quais foi constituída provisão, R$ 428.440 mil refere-se ao valor das causas cuja de perda é classificada como “possível” e o restante a causas cuja perda é classificada como “remota”.

O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda das ações judiciais e administrativas, apuradas pelos advogados responsáveis pela condução/gerenciamento dos processos. O cálculo foi realizado com base na análise dos pedidos e adequação dos valores quanto as métricas dos pedidos e respectiva possibilidade jurídica.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possuam individualmente valor envolvido superior a R$ 28 milhões, e que, portanto, possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia e de suas controladas, ou (ii) possam vir a impactar negativamente a operação e imagem da Companhia ou de suas controladas. As avaliações das chances de perda são provenientes dos advogados responsáveis pela condução dos processos.

São descritos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia está sujeita em 31 de março de 2021, segregados conforme sua natureza:

(i) Processos Tributários

Processo nº 10611.720.030/2020-53	
a. Juízo	Delegacia de Julgamento ALF BH
b. Instância	2ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	10/02/2020
d. Partes no processo	**Polo ativo**: Receita Federal do Brasil **Polo passivo**: Multilaser Industrial S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$70.255.904,00
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado em revisão aduaneira por erro de classificação fiscal de placas de circuito. Foi apresentada impugnação que, contudo, foi julgada improcedente. Contra esta decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário, que atualmente aguarda julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia terá que efetuar o pagamento atualizado do valor indicado no item “e”, devidamente atualizado.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 10660.720795/2014-60	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), localizado no Distrito Federal
b. Instância	2ª Instância administrativa
c. Data de instauração	01/07/2014
d. Partes no processo	**Polo ativo**: Receita Federal do Brasil **Polo passivo**: Multilaser Industrial S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$121.008.135,66 – em julho de 2014, sujeito a atualização dos juros pelo valor da SELIC.
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo relativo à cobrança de imposto sobre produtos industrializados ("IPI"), devido à invalidação dos benefícios fiscais gerados pelo processo produtivo básico ("PPB"). Foi apresentada impugnação, a qual foi julgada parcialmente procedente para cancelar a exigência de IPI sobre a revenda de mercadorias adquiridas no mercado nacional. Contra essa decisão foi apresentado Recurso Voluntário e Recurso de Ofício pela Fazenda Nacional. Os autos foram remetidos ao CARF e, atualmente, aguardam julgamento pela 2ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção do CARF. Em sessão de julgamento realizada em 23.1.2019, foi negado provimento ao Recurso de Ofício e, por voto de qualidade, negado provimento ao Recurso Voluntário. A Companhia apresentou Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), o qual foi admitido e atualmente aguarda julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia terá que efetuar o pagamento atualizado do valor indicado no item "e". Caso não seja pago espontaneamente, a Companhia estará sujeita à ação de execução a ser proposta pela Procuradoria da Fazenda Nacional. Além das consequências financeiras, não foram vislumbradas outras consequências em caso de perda na demanda.

Processo nº 1504829-49.2016.8.26.0014	
a. Juízo	Fórum Execuções Fiscais Estaduais – SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	07/10/2016
d. Partes no processo	**Polo ativo**: Fazenda do Estado de São Paulo **Polo passivo**: Multilaser Industrial S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$51.441.658,19

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal relativa à cobrança de débitos de ICMS ST, em razão da não homologação dos pedidos de compensação com precatórios. A presente execução fiscal é relacionada à ação criminal nº 0060865-14.2015.8.26.0050 (detalhada no item 4.7). Foi protocolada Exceção de Pré-Executividade requerendo a retificação dos débitos executados, para que os juros de mora fossem calculados com base na Taxa SELIC. Foi proferida decisão determinando a atualização dos valores pela Taxa SELIC, em relação a todo o período, deixando de acolher o pedido de condenação da Fazenda Estadual ao pagamento de honorários advocatícios. Em resposta, a Fazenda Estadual requereu o sobrestamento do feito pelo prazo de 180 dias, para que procedesse à retificação dos valores. Ato contínuo, a Fazenda Estadual apresentou pedido de bloqueio de valores. Em resposta, foi apresentada petição informando que a Fazenda Estadual ainda não efetuou o recálculo da dívida, requerendo o sobrestamento da execução. Em 30.1.2018, foi proferida decisão determinando que a Fazenda Estadual apresente o demonstrativo de cálculo retificado. Em 17.5.2018, foi apresentada pela Fazenda Estadual petição contendo o demonstrativo de cálculo. Em 25.6.2018, a Companhia apresentou petição requerendo o sobrestamento do processo até que seja homologado o pedido de compensação do débito de ICMS em discussão com precatórios estaduais. A tese defendida possui fundamento na Emenda Constitucional nº 99/2017, recentemente regulamentada no Estado de São Paulo pela Resolução PGE nº 12, de 2.5.2018. Em 29.4.2019, a Companhia apresentou Exceção de Pré-Executividade reiterando o pedido de sobrestamento da ação de cobrança e que a Fazenda Estadual fique impedida de bloquear valores e ativos em seu nome. Em 25.6. 2019, foi proferida decisão rejeitando a Exceção apresentada. A Companhia apresentou novas petições solicitando novamente o sobrestamento da ação de cobrança e juntando documente relativa ao pedido de compensação apresentado perante a PGE/SP. Atualmente, aguarda-se manifestação da Fazenda Estadual sobre a documentação apresentada.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia terá que efetuar o pagamento atualizado do valor indicado no item “e”. Em decorrência, a Companhia passará a deter novamente a titularidade dos precatórios estaduais, cuja compensação com o ICMS-ST não foi homologada. Além das consequências financeiras, não foram vislumbradas outras consequências em caso de perda na demanda

Processo nº 1504830-34.2016.8.26.0014	
a. Juízo	Fórum Execuções Fiscais Estaduais – SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	07/10/2016

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

d. Partes no processo	**Polo ativo**: Fazenda do Estado de São Paulo **Polo passivo**: Multilaser Industrial S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$51.764.356,58
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal relativa à cobrança de débitos de ICMS ST, em razão da não homologação dos pedidos de compensação com precatórios. De acordo com as informações fornecidas pelo patrono do caso, a tese defendida possui fundamento na Emenda Constitucional nº 99/2017, recentemente regulamentada no Estado de São Paulo pela Resolução PGE nº 12, de 2.5.2018. Foi protocolada Exceção de Pré-Executividade requerendo a retificação dos débitos executados, para que os juros de mora fossem calculados com base na taxa SELIC. Foi proferida decisão determinando a atualização dos valores pela taxa SELIC, em relação a todo o período, deixando de acolher o pedido de condenação da Fazenda Estadual ao pagamento de honorários advocatícios. Contra a parte da decisão que não acolheu o pedido de condenação da Fazenda Estadual ao pagamento de honorários, foram opostos Embargos de Declaração, os quais não foram acolhidos. A Fazenda Estadual apresentou memória de cálculo retificada, cujo valor foi confirmado pela contadoria. Em 3.11.2017, a Companhia nomeou à penhora precatórios judiciais vencidos e não pagos, no valor total de R$ 44.539.153,80. A Fazenda Estadual se manifestou no sentido de não aceitar os bens nomeados à penhora, requerendo a penhora online. Parte dos débitos executados encontram-se com a exigibilidade suspensa, por força da decisão proferida em Agravo de Instrumento relacionado. A Fazenda Estadual se manifestou no sentido de que a execução prossiga em relação os débitos que não estão com a exigibilidade suspensa. Foi proferida decisão determinando que a Fazenda Estadual apresente cálculo demonstrando os débitos que não se encontram suspensos. A Fazenda Estadual apresentou petição contendo os débitos que não se encontram suspensos e requereu bloqueio online dos valores. Em 12.7.2018, foi proferida decisão informando que o Agravo de Instrumento havia sido julgado prejudicado, de modo que as CDAs informadas não estavam mais com a exigibilidade suspensa. Em 1.10.2019, foi proferida decisão deferindo o pedido de penhora de ativos financeiros da Companhia para garantia do juízo, a qual foi devidamente cumprida. Em 3.4.2020, foi apresentada petição requerendo a substituição da penhora dos ativos financeiros pelos precatórios já ofertados nos autos. Em 29.4.2020, foi proferida decisão indeferindo o pedido de substituição da penhora. A Fazenda Estadual requereu a expedição de mandato para levantamento dos valores penhorados, para liquidação parcial dos débitos em discussão. Em resposta, a Companhia apresentou petição requerendo o trânsito em julgado do Agravo de Instrumento vinculado, que aguarda julgamento de Recurso Especial, para que proceda à expedição de mandato de levantamento em nome da Fazenda Estadual. Em 23.7.2020, foi proferida decisão deferindo o pedido apresentado pela Companhia, sobrestando o levantamento dos valores até o julgamento definitivo do Agravo de Instrumento nº 2092490-12.2020.8.26.0000. A Fazenda Estadual apresentou um novo pedido de penhora, e, em 2.9.2020, o pedido foi deferido, para que fossem penhorados os ativos financeiros da Companhia até o limite do crédito ainda não penhorado.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, os valores penhorados serão convertidos em renda em favor da Fazenda Estadual e eventual diferença, deverá ser paga pela Companhia. Em decorrência, a Companhia passará a deter novamente a titularidade dos precatórios estaduais, cuja compensação com o ICMS-ST não foi homologada. Além das consequências financeiras, não foram vislumbradas outras consequências em caso de perda na demanda

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

Não há valor provisionado para os processos descritos no item 4.3 acima em 31 de março de 2021.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas fossem partes e cujas partes contrárias fossem seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos Judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia ou suas controladas não figuravam como partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

O fato de que a soma dos valores envolvidos nos processos informados no item 4.3 é consideravelmente menor que a soma dos valores dos valores dos processos para os quais foram constituídas provisões e dos valores cujas chances de perda foram classificadas como possíveis é explicado pelo fato de que esses processos não possuem individualmente valor envolvido superior a R$ 28 milhões, embora não sejam repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, tendo em vista que não há processos descritos na Seção 4.6.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Em 31 de março de 2021, os acionistas controladores, Alexandre Ostrowiecki e Renato Feder, na qualidade de administradores da Multilaser Industrial S.A., eram réus em dois processos por suposto Crime contra a Ordem Tributária, descritos abaixo. A Companhia não é parte desses processos, não obstante os fatos tenham relação com os débitos discutidos em execuções fiscais descritas no item 4.3 deste Formulário de Referência. As avaliações das chances de perda são provenientes dos advogados responsáveis pela condução das defesas.

Processo nº 0081109-72.2016.8.19.0001	
a. Juízo	34ª Vara Criminal da Comarca do Rio de Janeiro/RJ
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	18.5.2016
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Réu: Alexandre Ostrowiecki Réu: Renato Feder
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável.
f. Principais fatos	Trata-se de processo criminal instaurado a partir de denúncia oferecida contra Alexandre Ostrowiecki e Renato Feder, na qualidade de administradores da Multilaser Industrial S.A., por suposto Crime contra a Ordem Tributária, previsto no artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, sob alegação de terem deixado de recolher ICMS-ST na condição de substituto tributário, retendo os valores pagos pelos destinatários nas operações posteriores, nos meses de abril a dezembro de 2014. A denúncia se fundamenta integralmente em autuação fiscal lavrada contra a companhia. Os réus foram citados e apresentaram defesas, alegando, em suma, que (i) a denúncia é inepta porque não descreve qual teria sido a participação dos réus no suposto crime, tendo sido acusados apenas e tão somente por serem sócios da Multilaser Industrial S.A.; (ii) os fatos não configuram crime, uma vez que todas as operações foram realizadas de acordo com a legislação fiscal, não tendo havido fraude ou dolo; (iii) o pretenso crédito tributário que ensejou o oferecimento da denúncia está garantido por apólice de seguro oferecida nos autos da Execução Fiscal nº 0191877-02.2015.8.19.0001, o que retira a justa causa para prosseguimento da ação penal; e (iv) ao final do processo judicial tributário, se o débito fiscal for considerado devido, a garantia será convertida em renda em favor da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, extinguindo a punibilidade do suposto Crime Tributário. Em 4.7.2017, o Juiz entendeu que não seria o caso de absolvição sumária e determinou o prosseguimento do processo, com a abertura de vista dos autos ao Ministério Público. Em 2.9.2020, os réus apresentaram petição para informar a respeito do pagamento do crédito tributário que ensejou a instauração da ação penal, efetuado no âmbito do negócio jurídico processual (NPJ) firmado com a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, requerendo assim a declaração de extinção de punibilidade do suposto Crime Tributário. No momento, aguarda-se a manifestação do Ministério Público e a decisão do Juiz acerca da petição apresentada em nome dos réus. O processo ainda está em curso, mas, caso seja declarada extinta a punibilidade do suposto Crime Tributário, o processo será arquivado definitivamente.
g. Chance de perda (remota, possível ou provável)	Remota.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

h. Impacto em caso de perda do processo	Em tese, no caso de decisão desfavorável, os réus poderão ser condenados à pena de detenção, de 6 meses a 2 anos. Em casos dessa natureza, a pena poderá ser convertida em pena restritiva de direitos ou multa. Eventual sentença e consequente pena só atingiria os próprios réus e não a Companhia, mas poderia acarretar risco reputacional.

Processo nº 0060865-14.2015.8.26.0050	
a. Juízo	2ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Comarca de São Paulo/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	24/05/2017
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réu: Alexandre Ostrowiecki Réu: Renato Feder
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valores cobrados na Execução Fiscal nº 1504829-49.2016.8.26.0014
f. Principais fatos	Trata-se de processo criminal instaurado a partir de denúncia oferecida contra Alexandre Ostrowiecki e Renato Feder, na qualidade de administradores da Multilaser Industrial S.A., por suposto Crime contra a Ordem Tributária, previsto no artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, sob alegação de terem deixado de recolher ICMS-ST na condição de substituto tributário, retendo os valores pagos pelos destinatários nas operações posteriores, no período de setembro de 2013 a outubro de 2014. A denúncia se fundamenta integralmente em autuação fiscal lavrada contra a companhia. Os réus apresentaram diversas petições para requerer a suspensão da ação penal até que seja homologado o pedido de compensação de precatórios com débitos de natureza tributária apresentado pela Multilaser Industrial S.A. perante a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. De acordo com tais petições, os réus esclareceram, em suma, que (i) o pretenso crédito tributário que ensejou o oferecimento da denúncia (exigido pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo nos autos da Execução Fiscal nº 1504829-49.2016.8.26.0014) se enquadra nos termos da Emenda Constitucional nº 99/2017 e das Resoluções PGE/SP nºs 12/2018 e 24/2018, que possibilitam a compensação de precatórios com débitos de natureza tributária; e (ii) após a homologação do pedido de compensação pela Procuradoria Geral do Estado, haverá a extinção do crédito tributário que ensejou a instauração da ação penal, nos termos do artigo 156, inciso II, do Código Tributário Nacional, com a consequente extinção da punibilidade do suposto Crime Tributário. O Juiz vem acolhendo os pedidos feitos pelos réus e a ação penal permanece suspensa. O processo ainda está em curso e, segundo informações dos advogados de defesa responsáveis pelo caso, os réus poderão, se necessário, apresentar suas defesas e alegar, em suma, que (i) a denúncia é inepta porque não descreve qual teria sido a participação dos réus no suposto crime, tendo sido acusados apenas e tão somente por serem sócios da Multilaser Industrial S.A.; (ii) os fatos não configuram crime, uma vez que todas as operações foram realizadas de acordo com a legislação fiscal, não tendo havido fraude ou dolo; e (iii) a existência de pedido de compensação de precatórios com débitos de natureza tributária apresentado pela Multilaser Industrial S.A. perante a Procuradoria Geral do Estado retira a justa causa para prosseguimento da ação penal, tendo em vista que, caso o pedido seja homologado, haverá a extinção do crédito tributário e da punibilidade do suposto Crime Tributário.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

g. Chance de perda (remota, possível ou provável)	Remota.
h. Impacto em caso de perda do processo	Em tese, no caso de decisão desfavorável, os réus poderão ser condenados à pena de detenção, de 6 meses a 2 anos. Em casos dessa natureza, a pena poderá ser convertida em pena restritiva de direitos ou multa. Eventual sentença e consequente pena só atingiria os próprios réus e não a Companhia, mas poderia acarretar risco reputacional.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que possuímos sede no Brasil e nossos valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às suas atividades, a Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de maio de 2018 e posteriormente alterada em 22 de junho de 2021, e que pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da Companhia (www.ri.multilaser.com.br/).

Além disso, a Companhia adota também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de riscos, tais como o Código de Conduta, a Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos é entendê-los, avaliar e definir ações de resposta para que eventuais perdas sejam previstas e reduzidas, visando manter os riscos em níveis aceitáveis. A análise de riscos deve auxiliar o processo de tomada de decisão nos diversos níveis de gestão da Companhia.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia está comprometida com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver os seus valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais a Companhia busca proteção, encontram-se os seguintes:

- Risco estratégico: associado com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade.

- Risco operacional: risco relacionado à operação da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia. Pode se manifestar de diversas maneiras, como por exemplo, atos fraudulentos, interrupção do negócio, conduta incorreta de empregados, incapacidade de produzir e/ou distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos, resultando em perdas financeiras, comerciais, multas fiscalizatórias e/ou impactos jurídicos e reputacionais.

- Risco financeiro: está associado à exposição das operações financeiras/contábeis da Companhia e confiabilidade do balanço patrimonial. Pode se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, expondo a Companhia à multas e penalidades.

- Risco regulatório e/ou de *compliance*: risco relacionado ao cumprimento de normas e legislação, considerando leis aplicáveis ao setor de atuação, leis gerais, nacionais e internacionais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal), acordos, regulamentos, Código de Conduta e/ou demais políticas.

- Risco socioambiental: risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Risco de imagem: possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

- Risco da informação: trata-se do risco associado à perda ou uso indevido de dados pessoais confidenciais ou informações confidenciais, podendo ameaçar os negócios e prejudicar a reputação da Companhia.

- Risco de tecnologia da informação: trata-se do risco de a Companhia incorrer falhas em seus sistemas de tecnologia da informação que impactem os negócios e atividades da Companhia.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia foi elaborado à luz do disposto no "ISO 3100:2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos". A avaliação dos riscos é realizada, principalmente, de acordo com o previsto abaixo:

(a) identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
(b) análise dos principais riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos, conforme matriz de risco prevista na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia; e
(c) priorização e definição do limite (ou apetite) de cada risco que a Companhia e seus acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos como de acordo com a matriz de priorização de riscos e as definições previstas na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

Após a avaliação, os riscos devem ser tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio da Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos da Companhia, de forma a adequar a exposição da Companhia aos limites do risco aprovado.

As ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos riscos devem objetivar sua (i) eliminação, (ii) mitigação ou (iii) transferência à terceiros.

A comunicação e a consulta entre os colaboradores da Companhia, sobre riscos e seu gerenciamento, deve ocorrer de forma contínua, visando o compartilhamento de informações e melhorias nos processos de gerenciamento.

O processo de gerenciamento de riscos deve ser observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

A partir da identificação dos riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita no item (iii) abaixo.

Por fim, dentre os principais instrumentos que a Companhia utiliza na gestão de seus riscos, pode-se citar:

- Risco estratégico: como medida de mitigação de riscos estratégicos a Companhia gerencia suas atividades por meio de decisões colegiadas dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, conjunta ou isoladamente, que são compostos por profissionais com vasta experiência e qualificação.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Risco operacional: os riscos operacionais são mitigados por meio de uma estrutura de sistemas de gestão integrados que aglutinam uma infinidade de informações das operações nas suas mais amplas dimensões. Contando com um sem-número de parametrizações grande parte das atividades desenvolvidas pela Companhia é sistematicamente gerida por esses sistemas que administram os processos. Em complemento a essa estrutura, a Companhia conta com uma Área de Auditoria Interna.

- Risco financeiro: a Companhia busca mitigar seu risco financeiro por meio de controles internos específicos e um departamento de auditoria interno eficiente e, mais recentemente, com a instalação de um Comitê de Auditoria Estatutário. Para maiores informações sobre tais controles, ver o item 5.3 deste Formulário de Referência.

- Risco regulatório e/ou de *compliance*: para mitigar o risco de perda de reputação ou aplicações de eventuais sanções ou multas em decorrência do risco de conformidade, a Companhia aprovou em 18 de maio de 2018 e alterou em 11 de maio de 2021 um Código de Conduta formal, que prevê, entre outros instrumentos e medidas preventivas, um canal de denúncias, auditoria de terceiros, procedimentos para apuração de incidentes, celebração de termos de compromisso e realização de treinamentos.

- Risco socioambiental: a Companhia possui no âmbito ambiental certificação ISO 14.001 para os seus processos e segue estritamente todas as diretrizes estabelecidas pela legislação ambiental. Adicionalmente, todo o processo de descarte é realizado por empresas homologadas e certificadas.

- Risco de imagem: o risco de imagem é mitigado pela ação de assessorias internas e externas que realizam o monitoramento da opinião pública, redes sociais, imprensa e outros meios de comunicação através de ações rápidas e tempestivas em resposta a publicidade negativa, sendo elas verdadeiras, ou não.

- Risco da informação: a Companhia busca conscientizar todos os seus colaboradores e partes interessadas a respeito da importância de manter a devida proteção a toda informação sigilosa recebida. O Código de Conduta da Companhia detalha as regras específicas a serem seguidas por todos os colaboradores com relação a informações sigilosas, bem como prevê sanções para o caso de descumprimento das obrigações assumidas.

- Risco de tecnologia da informação: a Companhia possui um departamento interno de tecnologia da informação, que a Companhia mantém em constante treinamento para que estejam sempre atualizados no que diz respeito a medidas de segurança e monitoramento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Seguindo o modelo de “Três Linhas de Defesa”, o gerenciamento dos riscos deve ser realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos, conforme descrito neste item.

Compete ao Conselho de Administração da Companhia:

(a) aprovar as políticas, diretrizes, matriz/modelagem de risco, limites de exposição e impactos conforme apresentado pela Diretoria;
(b) fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;
(c) avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e
(d) avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de riscos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Compete à Diretoria da Companhia:

(a) desenhar as diretrizes, matriz/modelagem de risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos riscos;
(b) definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de riscos dentro da Companhia;
(c) definir, em conjunto com a Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos, os planos de ação para mitigação dos riscos;
(d) supervisionar o processo de avaliação de riscos e monitorar a evolução da exposição aos riscos e os sistemas de gerenciamento de risco; e
(e) disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.

Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, o qual está em funcionamento desde 11 de maio de 2021, tendo o dever de reporte ao Conselho de Administração:

(a) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
(b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
(c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
(d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
(e) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas;
(f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Compete aos gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos, como primeira linha de defesa, com reporte para a Diretoria:

(a) identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de riscos;
(b) comunicar, tempestivamente, à Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos da Companhia, os eventos de risco apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de risco; e
(c) implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

Compete à Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos da Companhia, como segunda linha de defesa, a qual está em funcionamento desde 11 de maio de 2021, com reporte direto ao Comitê de Auditoria Estatutário:

(a) administrar o sistema de gerenciamento de risco;
(b) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
(c) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos;
(d) apresentar percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
(e) propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco;
(f) supervisionar o processo de avaliação de riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os riscos emergentes;
(g) acompanhar a Diretoria na implantação da Política de Gerenciamento de Riscos por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
(h) avaliar os riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;
(i) cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(j) comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
(k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos.

A Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos é autônoma, embora suas atividades sejam reportadas e acompanhadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Os membros da Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos não podem acumular funções com atividades operacionais.

Compete à Área de Auditoria Interna da Companhia, como terceira linha de defesa, a qual está em funcionamento desde 11 de maio de 2021, vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário:

(a) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;
(b) fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
(c) apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e
(d) propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário e a Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos ainda não estão plenamente funcionais, tendo em vista que foram constituídos recentemente, como parte da preparação da Companhia para sua oferta pública inicial de ações.

(c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A administração e diversos órgãos da Companhia monitoram e avaliam, por meios que a Companhia considera adequados, se as operações efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas pela Companhia e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos seus objetivos.

O resultado dessa avaliação é reportado ao Conselho de Administração, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado por meio de interação com a Diretoria e o Comitê de Auditoria Estatutário, que por sua vez supervisiona a Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos e a Área de Auditoria Interna, buscando assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Em vista do seu porte, riscos correspondentes e volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo, a Companhia entende que sua estrutura operacional atual para verificação da efetividade de suas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Ademais, o Conselho de Administração avaliou e confirmou, na reunião realizada em 11 de maio de 2021, que a estrutura e orçamento destinados à Área de Auditoria Interna são suficientes para o desempenho de suas competências e aprovou o orçamento da auditoria interna de 2021.

Adicionalmente, conforme informado no item 12.1 deste Formulário de Referência, a Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário instalado recentemente, que supervisiona os riscos de conformidade (*compliance*).

Por fim, a Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário, a Companhia revisa seus códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado. No entanto, adota uma Política de Gerenciamento de Riscos, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de maio de 2018 e posteriormente alterada em 11 de maio de 2021, a qual traz o processo de gerenciamento de riscos de uma maneira geral. A Companhia entende que a correta identificação e gestão de riscos é um importante vetor de governança, ainda que tenha uma abordagem conservadora e baixa complexidade em suas atividades, e que a sua Política de Gerenciamento de Riscos é suficiente para a devida avaliação e monitoramento da totalidade dos riscos a que está sujeita, incluindo os de mercado.

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da Companhia (www.ri.multilaser.com.br/).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não contrata instrumentos financeiros para fins diversos de proteção patrimonial.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementa e mantém práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos seus acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os processos e sistemas de controles internos adotados baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução dos objetivos da Companhia. Para isso, o processo consiste basicamente na avaliação periódica do potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que a Companhia está disposta a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com a gestão de riscos de *compliance* encontram-se detalhados no item 5.4 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, como ação para a Companhia aperfeiçoar constantemente seus níveis de controle, o Comitê de Auditoria deverá elaborar, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que será divulgado pela Companhia, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

A Companhia considera suas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao seu porte e à complexidade de suas atividades.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia instalou em 11 de maio de 2021 um Comitê de Auditoria Estatutário, responsável por acompanhar as atividades da auditoria interna, bem como por avaliar e monitorar suas exposições de risco. Antes da instalação do Comitê de Auditoria Estatutário, esse acompanhamento era realizado diretamente pela Diretoria, com o auxílio da Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos.

O Comitê de Auditoria Estatutário, a Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos e a área de auditoria interna ainda não estão plenamente funcionais, tendo em vista que foram constituídos recentemente, como parte da preparação da Companhia para sua oferta pública inicial de ações.

Entre as competências do Comitê de Auditoria Estatutário, encontram-se as seguintes:

(a) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
(b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;
(c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da Área de Controles Internos;
(d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
(e) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
(f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Área de Auditoria Interna responsável por avaliar as transações entre partes relacionadas e administração de conflitos de interesse.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme informado no item 5.3(a) acima, o Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão colegiado, será responsável por supervisar e elaborar, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que será divulgado pela Companhia, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Antes da instalação do Comitê de Auditoria, essa supervisão era realizada diretamente pela Diretoria, com o auxílio da Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes da Companhia, quando da reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentaram uma deficiência significativa e respectiva recomendação sobre os controles internos da Companhia, conforme relatório de recomendações emitido em 02 de julho de 2021, sem o comentário da administração para este assunto, e em 12 de julho de 2021, contemplando o comentário da administração sobre o assunto, em conformidade com o inciso II do artigo 25 da Instrução da CVM n° 308, de 14 de maio de 1999, conforme transcrita abaixo:

Deficiência Significativa	Recomendação do auditor independente
Transferências de ações entre acionistas envolvendo um não-acionista Durante a nossa avaliação da essência da transação de recompra e transferência de ações entre acionistas, constatamos que um dos executivos que recebeu ações não era acionista na data da referida transação e, portanto, estaria sujeito aos requerimentos da NBC TG 10 – Pagamento baseado em ações, cujo efeito estimado do ajuste não é material, individualmente ou combinado. Embora o ajuste estimado não seja material, como se trata de um assunto contábil complexo, esta falha nos controles internos revela a existência de uma deficiência significativa no processo de elaboração das demonstrações contábeis. Deficiências de controles sobre transações contábeis complexas não remediadas tempestivamente podem se tornar relevantes ao longo do exercício e, eventualmente, não prevenir e/ou detectar distorções materiais nas demonstrações contábeis.	Recomendamos que a Companhia defina uma rotina de avaliação de transações contábeis complexas e formalize uma matriz de controle para endereçar tais assuntos, considerando o desenho, implementação e manutenção de controles de atividades que sejam performados para prevenir e/ou detectar eventuais distorções materiais nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração tomou ciência e concorda com o relatório circunstanciado do auditor independente sobre as deficiências nos controles internos identificadas durante o processo de auditoria da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, destacando que os pontos reportados serão abordados com melhorias a serem implementadas pela Companhia ao longo do ano de 2021 e que continuará adotando medidas para o constante aprimoramento dos controles internos da Companhia.

Adicionalmente, segue abaixo, a resposta específica da Companhia sobre a deficiência significativa descrita no item 5.3(d) acima:

Deficiência significativa	Comentários dos Diretores
Transferências de ações entre acionistas envolvendo um não-acionista	A Companhia se compromete a, até o final do exercício social de 2021, definir uma rotina de avaliação de transações contábeis complexas, com uma matriz de controle formalizada para endereçar tais assuntos, considerando o desenho, implementação e manutenção de controles de atividades que sejam performados, conforme recomendado pelos auditores independentes. O Diretor Financeiro da Companhia será o responsável pelo acompanhamento e implementação desta rotina de avaliação de transações contábeis complexas. Adicionalmente, a Companhia destaca que a transação de recompra e transferência de ações ocorreu pontualmente na Companhia e a Companhia se compromete a não mais realizar esse tipo de operação. Vale mencionar, ainda, que a Companhia aprovou em 11 de maio de 2021 um Plano de Ações Restritas e qualquer futura operação que estaria sujeita aos requerimentos da “NBC TG 10 – Pagamento baseado em ações” a ser realizada pela Companhia junto aos seus administradores, sejam estes acionistas ou não, serão realizadas no âmbito deste plano ou de outro plano de incentivo de longo prazo a ser formalmente aprovado nos termos da legislação vigente.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui um sistema de controles internos para monitorar seus processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que a Companhia entende adequado ao seu porte, aos riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, entre as quais destacam-se aquelas descritas no Código de Conduta da Companhia, que foi recentemente atualizado e reformulado, conforme detalhadas a seguir.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia tem como princípios fomentar a transparência de suas atividades, proteger seu patrimônio físico e intelectual e manter boas práticas de governança corporativa.

Buscando desenvolver e aprofundar tais princípios, em 11 de maio de 2021, a Companhia reformulou e atualizou seu código de ética, quando o Conselho de Administração aprovou o Código de Conduta atual, que estabelece como condutas inaceitáveis a promessa, oferta, recebimento ou autorização, direta ou indiretamente, de qualquer forma de suborno, com o objetivo de obter ou prover vantagem indevida em qualquer situação. Adicionalmente, o Código de Conduta proíbe expressamente a realização de pagamentos indevidos em toda e qualquer transação de negócios, em qualquer país, a agentes de governo e ao setor privado, incluindo taxas de facilitação.

A Companhia respeita o direito de seus colaboradores de participarem do processo político, porém o Código de Conduta veda a realização, em nome da Companhia, de qualquer contribuição política em valor, bens ou serviços. Dessa maneira, nenhum colaborador deve prometer, oferecer ou contribuir com fundos corporativos ou quaisquer outros ativos empresariais para fins políticos sem prévia aprovação formal, por escrito, pela Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

Entre os mecanismos existentes para garantir a aplicação e efetividade do Código de Conduta, a Companhia mantém registros comerciais, contas, livros e contratos para se certificar que reflitam corretamente a natureza das transações e dos pagamentos.

Adicionalmente, de acordo com o Código de Conduta, todos os colaboradores deverão firmar um Termo de Responsabilidade e Compromisso de Adesão, comprometendo-se a zelar pela aplicação de todos os dispositivos descritos no Código de Conduta, bem como participar de treinamentos periódicos a respeito das principais práticas a serem observadas por todos.

Os riscos da Companhia são reavaliados e suas políticas, procedimentos e práticas são adaptadas constantemente, sem uma periodicidade formal previamente estabelecida, de modo que a administração da Companhia pode implementar mudanças e aperfeiçoamentos sempre que entender conveniente.

Por fim, junto com a reformulação do Código de Conduta, a Companhia aperfeiçoou também seu canal de denúncias, conforme descrito no item 5.4(b) deste Formulário de Referência.

5.4 - Programa de Integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos se reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário e é responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade estabelecidos pelo Código de Conduta.

Ainda, as investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta serão realizadas sob a liderança da Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos.

De acordo com as políticas e documentos societários da Companhia, a criação da Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos não necessitou de uma aprovação formal ou implementação de mecanismos próprios de garantia de independência.

Importante ressaltar que a Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos possui (i) atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração; (ii) estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo Conselho de Administração; e (iv) responsabilidade para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos da Companhia.

A Companhia entende que seus mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao seu porte, aos riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando

A Companhia possui um Código de Conduta formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de maio de 2018 e alterado em 11 de maio de 2021, conforme detalhado no item 5.4(a)(i) deste Formulário de Referência.

Previamente ao Código de Conduta atual, a Companhia possuía um código de ética que estabelecia princípios gerais de ética e tinha por objetivo orientar o comportamento de seus colaboradores de forma a minimizar os princípios éticos que vão contra os valores da Companhia. O código de ética da Companhia foi reformulado em 18 de maio de 2018 e passou a endereçar as matérias aqui descritas.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta deve ser observado em qualquer local e situação por todos os empregados, administradores e outros colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços no relacionamento com seus diferentes públicos e partes interessadas.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O Código de Conduta estabelece que a Companhia deve propiciar treinamentos periódicos a todos os seus colaboradores, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta.

No último exercício social, não houve treinamentos relacionados ao Código de Conduta destinados a todos os colaboradores da Companhia, em função da pandemia de COVID-19. Contudo, foram

5.4 - Programa de Integridade

realizados treinamentos em grupos para todos os membros que foram admitidos no último exercício social e no exercício social corrente.

A Companhia pretende realizar ao menos um treinamento para todos os colaboradores no exercício social corrente, que ocorrerá logo após a conclusão de sua oferta pública inicial. Não há, entretanto, uma periodicidade formal para a implementação de tais treinamentos, de modo que sua oportuna aplicação deverá ser avaliada pela Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Quaisquer violações ao Código de Conduta, as políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável, por parte de qualquer dos colaboradores da Companhia, poderão ensejar, de acordo com a gravidade do ato praticado e após garantido o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, (i) advertência oral e por escrito, (ii) aplicação de medidas disciplinares e/ou afastamento temporário dos indivíduos envolvidos na ocorrência, (iii) imposição de atividades de aprimoramento, ou (iv) demissão por justa causa. Eventuais violações por fornecedores ou terceiros poderão resultar em advertência ou rescisão do contrato, sempre que aplicável.

Tais sanções encontram-se previstas no item 6.3 do Código de Conduta.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de maio de 2018 e alterado em 11 de maio de 2021 e pode ser consultado no website da Companhia: ri.multilaser.com.br/

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo

A Companhia disponibiliza um canal para o envio de denúncias em caso de situações ou comportamentos que representem conflito ou potencial conflito com o Código de Conduta, as políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável. Até recentemente, a Companhia não mantinha registros das denúncias recebidas, de modo que não consegue precisar a quantidade de vezes em que o canal foi utilizado até a presente data.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno, e o Código de Conduta estabelece que eventuais investigações devem ser realizadas por uma equipe independente e habilitada, sob a liderança da Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos e, sempre que possível e necessário, com o apoio de agentes externos.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O acesso ao canal de denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto pelos colaboradores quanto pelos fornecedores, parceiros, prestadores de serviço, representantes comerciais da Companhia e público em geral pelos seguintes meios: (i) intranet: https://intranet.multilaser.com.br/ (acessar a aba "*denúncia*"); (ii) e-mail: denuncia@multilaser.com.br; e (iii) website: https://suporte.multilaser.com.br/denuncia.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Código de Conduta estabelece que a Companhia deve assegurar a confidencialidade e independência do canal de denúncias, garantindo ainda a possibilidade de envio de dúvidas, sugestões ou eventuais denúncias de forma anônima. De forma a garantir o anonimato e a confidencialidade, as denúncias são dirigidas diretamente à Área de Compliance e Gerenciamento de Riscos.

5.4 - Programa de Integridade

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta deverão ser realizadas por uma equipe independente e habilitada, sob a liderança da Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos e, sempre que possível e necessário, com o apoio de agentes externos.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

O crescimento da Companhia tem sido fundamentalmente orgânico e, com exceção da aquisição da Giga e da Proinox descrita no item 6.4 deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou outras aquisições de sociedades nem participou de fusões ou reestruturações societárias nos últimos cinco anos.

Durante o procedimento para aquisição da Giga e da Proinox, a Companhia buscou identificar eventuais fraudes ou atos ilícitos por meio da realização de diligência legal e contábil. Para tanto, a Companhia contou com a assessoria de auditores contábeis e de advogados especializados, e todos os procedimentos foram acompanhados pela Área de Auditoria Interna da Companhia.

A Companhia entende que o procedimento adotado foi satisfatório para a aquisição da Giga e da Proinox, mas pretende reavaliar a necessidade ou conveniência de investigações mais profundas dependendo do porte e das características de cada empresa-alvo, e pretende seguir processos similares caso surjam eventuais oportunidades de fusões e aquisições no futuro.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme detalhado na presente Seção 5, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que a Companhia entende adequadas ao seu porte, aos riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia.

Em 11 de maio de 2021, o Conselho de Administração alterou a Política de Gerenciamento de Riscos, conforme detalhada no item 5.1 deste Formulário de Referência. Adicionalmente, também em 11 de maio de 2021, o Código de Conduta foi reformulado e atualizado, conforme descrito no item 5.4 deste Formulário de Referência.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na Seção 4 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Gerenciamento de riscos relativos à segurança da informação

No intuito de mitigar o risco de invasões e ataques cibernéticos, desde abril de 2017, a Companhia contratou uma empresa especializada em segurança da informação (Proteus), com objetivo de executar *pentests* (testes de invasão) e análise de vulnerabilidades, para identificar e tratar situações que possibilitem ataques através de *hackers* aos sistemas da Companhia.

Além disso, a empresa contratada pela Companhia desenvolve *baseline* (padronização de configuração para aumentar os níveis de segurança, tanto de equipamentos de usuários finais, tais como notebook's e desktop's, como servidores da Companhia).

Desta maneira, recebemos uma análise mensal, com apontamentos em relatórios do nível de riscos e necessidades de ajustes das configurações, através de processos constantes de *scans* (mapeamento de ativos credenciados na rede da Companhia e analise, de acordo com as políticas de segurança previamente configuradas, das vulnerabilidades existentes). A partir destes relatórios, a Companhia tem uma visão mais clara de quais são as fraquezas em seu ambiente, quais os níveis de impacto de cada vulnerabilidade no sistema e quais as prioridades no processo de remediação.

A contratação da Proteus se deu pela sua abordagem de visão continuada e focada em resultados. Ela utiliza metodologia própria denominada GSS (*Global Security Services*). O GSS é composto por serviços bem definidos para remediação e manutenção de um nível efetivo de segurança na infraestrutura de TI. De acordo com a ilustração abaixo:



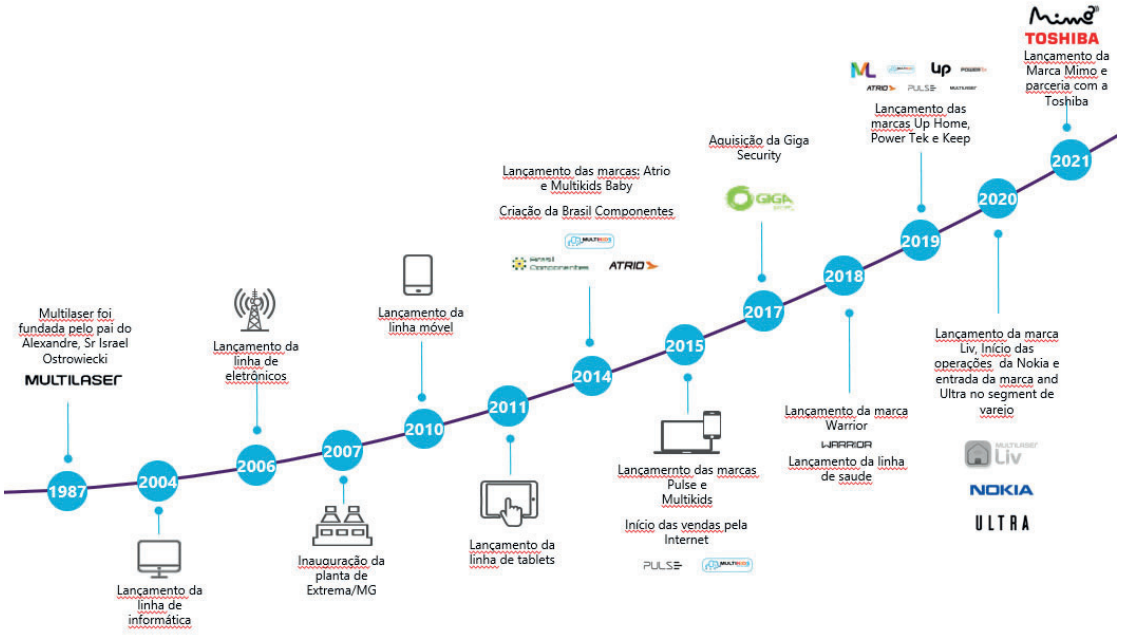
Através desta metodologia, a Companhia acredita ser capaz de mitigar os riscos de risco de invasões em seus sistemas e ataques cibernéticos.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	21/11/1988
Forma de Constituição do Emissor	Constituição sob a forma de sociedade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico



A Companhia foi fundada em 1988 pelo Sr. Israel Ostrowiecki, pai do Sr. Alexandre Ostrowiecki, atual Diretor-Presidente e um dos atuais acionistas controladores da Companhia. Até 2004, atuava exclusivamente no setor de serviços de reciclagem de cartuchos de impressoras, quando passou a comercializar acessórios de computação tais como mouses, impressoras e periféricos. Nos dois anos seguintes, outros aparelhos eletrônicos foram somados ao portfólio de produtos da Companhia, como aparelhos de som, acessórios para notebook, reprodutores de MP3 e MP4 e câmera digital.

O ano de 2007 foi marcado pela inauguração do complexo industrial da Companhia localizado na cidade de Extrema/MG, na ocasião, sua única planta industrial. Atualmente, a Companhia conta com três plantas industriais, sendo duas delas localizadas neste complexo.

A maior parte dos produtos de produção própria da Companhia passam pela unidade industrial de Extrema/MG e ele é nacionalmente reconhecido pela sua capacidade de produção e, também, pela fabricação de chips de memória.

Impulsionada pela capacidade de produção e armazenagem do complexo de Extrema/MG, a Companhia pôde expandir seu portfólio e, ao longo do tempo, foi integrando novos produtos como telefones celulares, tablets, televisores e telas, eletroportáteis, brinquedos, equipamentos de segurança, entre outros.

Em 2013, a Companhia constituiu uma subsidiária denominada “Multilaser Indústria de Equipamentos de Informática, Eletrônicos e Opticos Ltda.”, também localizada no complexo de Extrema/MG, e iniciou a fabricação de chips de memória. Esta operação emprega tecnologia de ponta, com pouquíssimos fabricantes no país, e, a partir dela, credenciou a Companhia como “Fabricante de Equipamento Original” (OEM – *Original, Equipment Manufacturer*). A referida subsidiária é conhecida por seu nome fantasia, “Brasil Componentes”.

Em 2017, a Companhia adquiriu a “Giga Indústria e Comércio de Produtos de Segurança Eletrônica S.A.”, que passou a ser subsidiária integral da Companhia e que é sediada em Manaus/AM. Com essa aquisição, a Companhia passou também a atuar no segmento de equipamentos de segurança, fabricando e comercializando produtos como câmeras de segurança, equipamentos para controle de acesso e interfonia, sensores de movimento e gravadores de imagens, entre outros.

6.3 - Breve Histórico

No ano de 2019, a Companhia concluiu a aquisição da Proinox Brasil Ltda, sediada na cidade de Itajaí/SC. Essa aquisição foi motivada para incrementar a eficiência logística e das operações de comércio exterior não adicionando novos produtos ao portfólio.

Desde 2013, visando um posicionamento mercadológico mais amplo, a Companhia lançou diversas marcas para sustentar seu crescimento nos diferentes segmentos em que passou a atuar. Com a finalidade de capturar novos mercados ou incrementar a participação nos mercados em que a Companhia já atua com a marca que leva seu nome, a Companhia possui atualmente 20 marcas próprias e fabrica e/ou comercializa outras 9 marcas globais nos seguintes segmentos:

Marcas Próprias

- Multilaser (produtos de informática, eletrônicos e eletroportáteis);
- Keep (papelaria);
- PowerTek (nobreaks);
- Warrior (equipamentos para jogos eletrônicos);
- Smartogo (acessórios para smartphones);
- Swisspack (bolsas e mochilas);
- Ultra (celulares, tablets e notebooks);
- Pulse (equipamentos de áudio);
- Giga (segurança eletrônica);
- Essenza (eletroportáteis para beleza);
- Up Home (utensílios domésticos);
- Liv (casa conectada – IoT);
- Motorcare (linha automotiva);
- Atrio (equipamentos esportivos);
- Multikids Baby (puericultura);
- Multikids (brinquedos);
- Litet (acessórios infantis – linha premium);
- Mimo (pets);
- Weego (acessórios infantis – linha de entrada); e
- Wellness (equipamentos de ginástica).

Marcas Globais

- Fischer Price (brinquedos e puericultura);
- Microsoft (acessórios de informática);
- Nokia (smartphones);
- ZTE (redes de telecomunicações);
- Rapoo (acessórios de informática);
- Tommee Tippee (puericultura);
- Michelin (ferramentas);
- Sony (áudio); e
- Toshiba (televisores).

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julgamos relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

A Companhia acredita ser uma das mais diversificadas companhias de bens de consumo do Brasil devido a amplitude de seu portfólio com mais de 5.000 produtos diferentes (SKUs) e ampla capacidade de distribuição nacional. Atuando no desenvolvimento, fabricação, distribuição, venda e pós-venda de diversos produtos em diferentes áreas como *tablets*, *smartphones*, *notebooks*, *pen drives*, chips de memória, acessórios de informática, eletroportáteis, casa conectada (*Internet of Things* – IoT), utensílios domésticos, ferramentas, acessórios e equipamentos esportivos, instrumentos de saúde, redes de telecomunicações, acessórios e produtos automotivos, áudio e vídeo, segurança eletrônica, brinquedos, papelaria, pets e puericultura.

Em 2020, a Companhia apresentou uma receita líquida de R$ 3.077 milhões e, entre os anos de 2018 a 2020, um crescimento anual composto de 26,8%, comprovando sua concreta capacidade de expansão. O EBITDA totalizou R$ 548 milhões, com uma margem de 17,8%, e o lucro líquido atingiu R$ 444 milhões, com uma margem de 14,4%. O modelo de negócios da Companhia tem alto retorno sobre o capital investido (ROIC), que atingiu 35,8% em 2020.

Em 31 de março de 2021, o portfólio de produtos era composto por mais de 5 mil *stock keeping units* (SKUs), oferecidos sob 20 marcas próprias e 9 marcas licenciadas, distribuídas para aproximadamente 29 mil clientes-varejistas em todo o País. Atualmente os produtos são vendidos em mais de 44 mil pontos de venda físicos de propriedade de terceiros, em 44 marketplaces e em 7 lojas virtuais da Companhia (*e-commerce*), além dos demais pontos de venda que adquirem os produtos da Companhia dos clientes varejistas/distribuidores. Em 2020, a Companhia lançou aproximadamente 1.300 novos SKUs (aproximadamente 5 novos produtos por dia útil), que representaram mais de 30% da receita para o exercício de 2020, o que apenas foi possível em função de sua plataforma operacional escalável e flexível.

Linhas de Negócio e Portfólio de Produtos

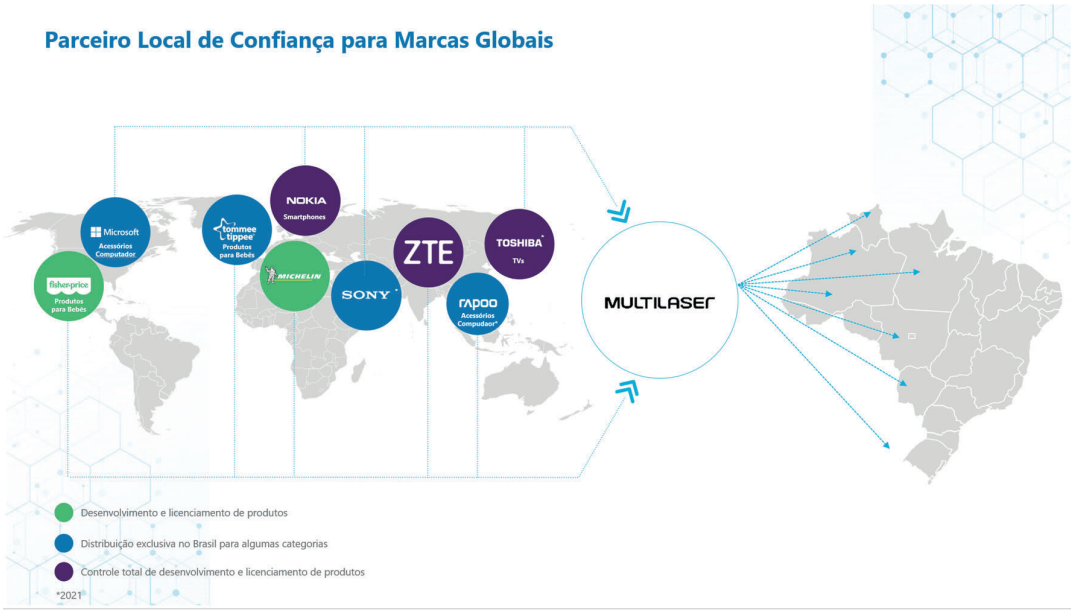
A Companhia está organizada em unidades de negócio com estruturas próprias especializadas e dedicadas nas áreas de marketing, engenharia, desenvolvimento de produtos, *design* e suporte às vendas que viabilizam a gestão focada nas diversas linhas de atuação da Companhia.

Além da marca Multilaser, presente nos segmentos de tecnologia, celulares, smartphones, telecomunicações, ferramentas e eletro/eletrônicos, dentre outros, são comercializadas as seguintes marcas próprias, que se dividem em 4 grandes segmentos (*Mobile Devices*, *Office & IT Supplies*, *Home Electric Products* e *Kids & Sports*).

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Adicionalmente às marcas próprias, a Companhia também é parceira de 9 grandes marcas globais para comercialização, desenvolvimento e/ou produção de produtos específicos de tais parceiros, conforme indicadas no gráfico abaixo. Estas parcerias permitem que a Companhia atue em extratos sociais da população mais elevados àqueles em que já atua com suas 20 marcas próprias e posicione-se em nichos especializados, tais como provedores de internet e home centers, cujas marcas parceiras já são amplamente consolidadas. As parcerias são construídas em um modelo de benefício mútuo, onde os parceiros se beneficiam da estrutura comercial e/ou industrial da Companhia e esta rentabiliza as vendas e/ou produção desses produtos.



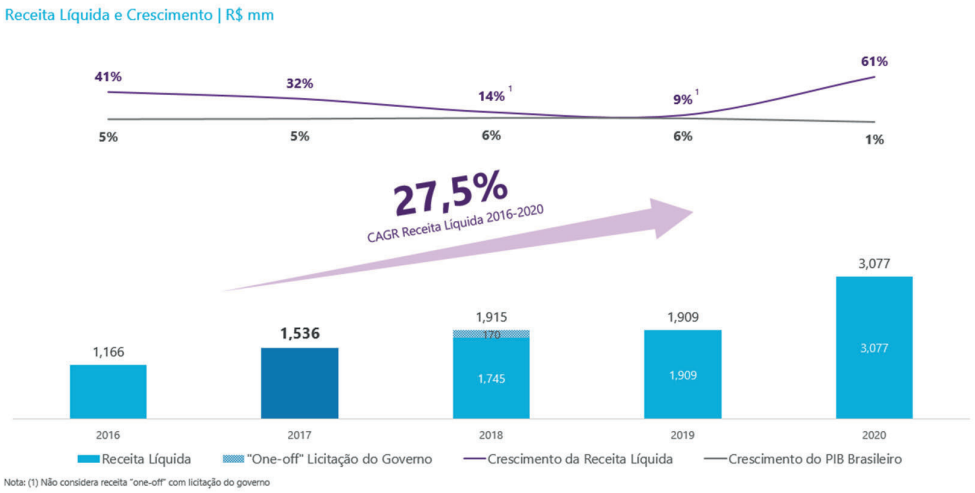
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A gama de 20 marcas próprias e a realização de parcerias com as marcas globais é mais um diferencial da Companhia, pois permite oferecer aos seus clientes produtos diversificados, atendendo às diferentes necessidades dos mais diversos grupos de consumidores. Além disso, a diversificação do portfólio é um importante fator de mitigação de riscos, uma vez que permeia diversas linhas de produtos, segmentos de mercado e todas as classes de consumidores.

Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas

A Companhia apresentou um crescimento nos últimos anos, mesmo diante das diversas e desafiadoras condições macroeconômicas domésticas e globais, o que se deu tanto em função da consolidação de seus produtos no mercado e ritmo acelerado de lançamento de novos produtos, bem como do seu modelo de negócios que tem como característica uma estrutura organizacional eficiente na gestão comercial e operacional que possibilita uma ampla permeabilidade em diversos mercados e segmentos mitigando os riscos e potencializando as oportunidades.

A receita líquida da Companhia apresentou taxa de crescimento composta média anual (CAGR) entre 2016 e 2020 de 27,5%, alcançando o montante de R$ 3.077 milhões em 2020.



Fonte: Companhia

A rentabilidade, crescimento sólido, liderança em diversos segmentos de atuação, qualidade dos produtos, excelência no pós-venda, flexibilidade operacional, capilaridade nacional e a constante busca por rápida adesão a novas tendências (*fast follower*) nos diversos mercados de bens de consumo em que opera colocam a Companhia em posição privilegiada para continuar crescendo e atendendo sua vasta rede de clientes e consumidores em todos os segmentos. A tabela abaixo demonstra a distribuição do faturamento e os principais indicadores financeiros e operacionais nos períodos indicados:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

(valores em R$ milhares, exceto os percentuais)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2021	**31/03/2020**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receita Líquida	1.402.533	478.740	3.077.116	1.909.372	1.914.705
– Mobile Devices	655.261	188.454	1.095.588	675.074	723.564
– Office & IT Supplies	424.280	198.063	1.175.837	823.235	908.176
– Home Eletric Products	277.073	67.173	620.920	254.241	167.754
– Kids & Sports	45.919	25.050	184.771	156.822	115.211
Lucro Bruto	474.284	166.462	1.110.663	618.429	668.657
Margem Bruta(1)	33,8%	34,8%	36,1%	32,4%	34,9%
EBITDA(2)	235.704	55.586	548.493	237.233	244.742
Margem EBITDA(3)	16,8%	11,6%	17,8%	12,4%	12,8%
Lucro líquido	193.624	-7.606	444.302	231.373	234.342
Margem Líquida(4)	13,8%	-1,6%	14,4%	12,1%	12,2%
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	402.573	N/A	232.282	106.546	108.864
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	855.121	N/A	473.464	70.886	65.016
Caixa e Equivalentes de Caixa	502.003	N/A	452.453	97.927	33.506
Dívida Líquida(5)	755.691	N/A	253.293	79.505	140.374
Patrimônio Líquido	1.729.852	N/A	1.524.055	1.149.978	946.130

(1) Margem Bruta significa Lucro Bruto dividido por Receita Líquida.

(2) EBITDA é definido como o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas e das depreciações, amortizações e exaustões, de acordo com a definição da Instrução da CVM nº 527, de 4 outubro de 2012, conforme alterada.

(3) Margem EBITDA significa EBITDA dividido por Receita Líquida.

(4) Margem Líquida significa Lucro Líquido dividido por Receita Líquida.

(5) Dívida Líquida é definida como saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), menos caixa e equivalente de caixa.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nossas Atividades

Identificação, Desenvolvimento e Lançamento de Produtos: Um dos pilares da Companhia é a capacidade e eficiência para identificar, desenvolver, lançar e comercializar novos produtos. No exercício de 2020, mais de 30% da receita bruta adveio de novos SKUs adicionados ao portfólio no ano. A Companhia conta com uma equipe de mais de uma centena de profissionais dedicados ao desenvolvimento de novos produtos, o que viabilizou o lançamento de mais de 4.000 produtos entre 2018 e 2020. Com excelência para identificar potenciais produtos para incluir ao portfólio, o time de desenvolvimento de produtos da Companhia busca, por meio da análise das feiras internacionais de tecnologia, das demandas dos clientes e da análise/inteligência de mercado, as oportunidades de novos lançamentos e as tendências de mercado para, posteriormente, selecionar os produtos com maior aderência à estratégia da Companhia com a finalidade de atender os objetivos comerciais e de rentabilidade.

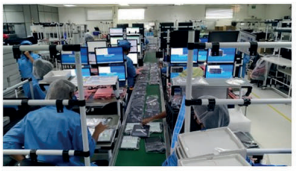
Os principais fatores avaliados na tomada de decisão sobre a incorporação de novos itens são a qualidade, a margem esperada, o ciclo de vida do produto, disponibilidade e potencial de vendas. Cada produto é criteriosamente selecionado e testado antes de ser incluído no portfólio da Companhia.

Produção/Importação de Produtos: Aliando a viabilidade tecnológica e financeira aos principais fatores elencados acima, a Companhia possui a flexibilidade de importar ou produzir os produtos que comercializa.

Esta flexibilidade deve-se à estrutura física e organizacional que conta com aproximadamente 4 mil funcionários, um complexo industrial de 120 mil m2 localizado em Extrema/MG com 41 linhas de produção e outro de 6 mil m² localizado em Manaus/AM com 10 linhas de produção, que se somam à uma diversificada base de mais de 680 fornecedores internacionais que são certificados pela unidade localizada em Shenzhen (China), onde a equipe de 75 técnicos e engenheiros locais dispõem de um complexo de testes com 2 mil metros quadrados.

Operações da Multilaser em Extrema (Minas Gerais)

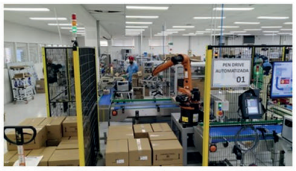
Montagem | Tablet



Produtos de Healthcare



Montagem Automatizada | Per



Montagem | Notebooks



SMT



DDR3/DDR4



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Operações da Multilaser em Shenzhen



Fonte: Companhia

Por ser a única empresa privada 100% nacional a produzir chips integrados de memória no Brasil, a Companhia desfruta de importante vantagem competitiva no cumprimento dos requisitos legais mínimos de conteúdo nacional na produção de eletrônicos e possui capacidade para atender a demanda própria nas linhas de produção de celulares, smartphones, tablets, notebooks e cartões de memória, bem como de outros players globais que atuam em território nacional.

Além dos chips de memória, diversos outros componentes são fabricados ou produzidos em instalações da Companhia, fornecidos por empresas nacionais ou estrangeiras, e então, montados nas unidades de Extrema/MG e Manaus/AM.

Ao final de 2020 possuíamos 1,8 mil funcionários nas unidades fabris da Companhia. No exercício social de 2020, foram produzidos aproximadamente 1 milhão de celulares, 1,1 milhão de tablets, 240 mil notebooks e 12 milhões de chips de memória nessas unidades.

Com exceção de tablets, celulares, smartphones, notebooks, TVs, chips de memória, áudio automotivo e câmeras de segurança, que são montados nas fábricas de Extrema/MG e Manaus/AM, o restante dos produtos é importado de fornecedores na Ásia.

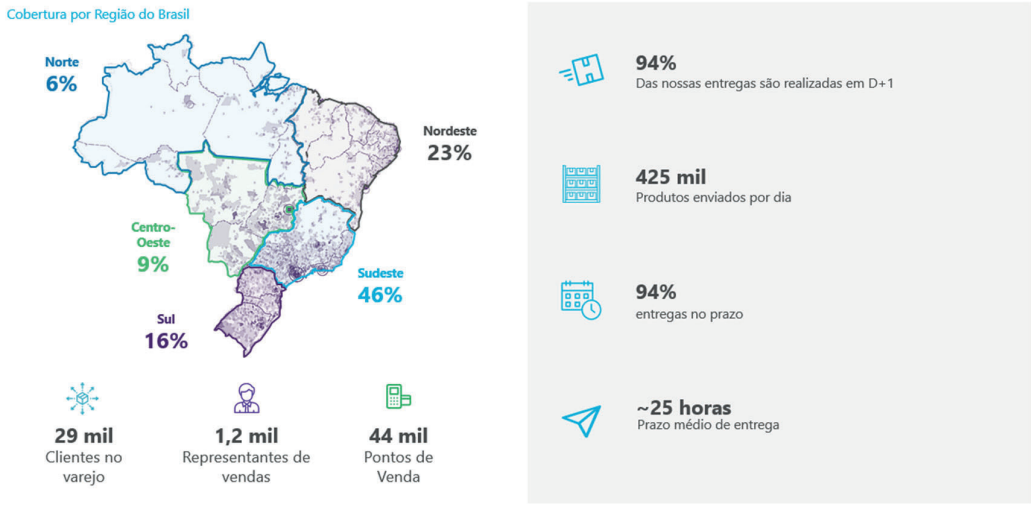
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Canais de Venda: As vendas são realizadas por meio de uma plataforma multicanal diversificada e integrada, composta por: (1) pontos de venda físicos (44 mil) de clientes-varejistas; (2) marketplaces (44); e (3) lojas próprias de *e-commerce*, que compreendem 7 websites de marcas próprias.

Dentre os principais clientes-varejistas estão as maiores redes varejistas do país como, por exemplo, Lojas Americanas, Magazine Luiza, Raia-Drogasil, Kalunga, Carrefour, Via Varejo e outros, que conjuntamente representam aproximadamente 6% do faturamento no exercício de 2020. Adicionalmente, são realizadas vendas também por meio dos marketplaces dos principais clientes varejistas, além de Mercado Livre, Amazon, Kabum, Shoptime, Submarino, entre outros que somam 44 no total.

As vendas totais em marketplaces somadas aos canais próprios de *e-commerce* representaram 6% da receita líquida no exercício de 2020.

A força de vendas conta com mais de 1,5 mil colaboradores, entre representantes de vendas e promotores, e atendeu aproximadamente 29 mil clientes-varejistas em 2020, em todo o País. Para gerenciar toda essa capilaridade da rede de distribuição, foram desenvolvidos 2 sistemas proprietários de gestão comercial e relacionamento com os clientes-varejistas, vendedores nos pontos de venda, promotores e representantes, quais sejam, os sistemas Mercury e Multiplik.



O sistema Mercury da Companhia possui 24 módulos com diferentes funções para suportar o time de vendas. Dotado de diversas funcionalidades, tais como descrição completa dos produtos do portfólio, geração automática de apresentação dos produtos, cálculo automático de comissão, preço de venda, prazos de pagamento e alíquota fiscal, sugestão de produtos e destaque de promoções, potencializando a capacidade comercial dos representantes de venda como uma solução única para abastecer os clientes varejistas com mercadorias, é totalmente integrado ao estoque da companhia e sistemas logísticos dos centros de distribuição. Aderente integralmente às políticas comerciais da Companhia, com inteligência artificial que aumenta as vendas e produtividade da área comercial, e estabelece parâmetros de comissionamento e desconto, o Mercury também provê informações sobre histórico de pedidos e prazos de entrega, além de automaticamente gerar catálogos personalizados e segunda via de boletos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Outro sistema de propriedade da Companhia é o Multiplik. Trata-se de um aplicativo direcionado aos vendedores no ponto de venda que permite à Companhia conceder incentivos e premiações diretamente para os balconistas/vendedores dos clientes/varejistas. Os balconistas/vendedores instalam o aplicativo em seus próprios telefones e ao efetuar uma venda de um produto da Companhia, podem, por meio da leitura de um código único existente em cada uma das embalagens, registrar esta venda no Multiplik como sua e, posteriormente, resgatar incentivos com base no saldo individual acumulado. O sistema possui mais de 80 mil usuários cadastrados e objetiva incrementar o engajamento dos profissionais na venda de produtos Multilaser, por meio dos incentivos e premiações.

Por meio do Multiplik é possível também fornecer treinamento para esses profissionais e comunicar lançamentos de produtos e campanhas.

Gestão dos Produtos: As vendas, margens e rentabilidade de todos os produtos comercializados são monitorados constantemente com o uso de inteligência artificial e algoritmos que otimizam o preço e a reposição de estoque à demanda observada para cada produto, indicando inclusive descontinuidade de determinadas linhas que não atendem os parâmetros pré-definidos. Neste último caso, o monitoramento define, por exemplo, redução de preços visando queima de estoque e a sua não reposição.

A gestão de produtos da Companhia visa apenas a comercialização de produtos cuja relação rentabilidade/demanda mantém as margens e o giro dos estoques em linha com seu modelo de negócios, o que reduz sensivelmente a estocagem de mercadorias não comercializadas e que não contribuam para a rentabilidade da companhia. Assim, produtos que não apresentam o resultado esperado são descontinuados com perdas mínimas.

O vasto portfólio de produtos e a capacidade de lançamento rápido de novos itens conforme descrito acima dilui sensivelmente os riscos mercadológicos da Companhia.

Pós-venda: A Companhia possui qualidade reconhecida nos serviços de pós-venda e atendimento ao consumidor[1] por meio de diversos canais, como atendimento telefônico gratuito (0800), *chat online*, *e-mail*, postos de atendimento físico, assistências técnicas em todos os estados brasileiros, e também nas redes sociais e WhatsApp. O serviço de pós-venda, em 31 de março de 2021, contava com mais de 240 colaboradores exclusivos, além de um eficiente sistema de garantia virtual onde o consumidor efetua a troca do produto com defeito sem que seja necessário enviar o produto defeituoso para a fábrica. O atendimento pós-venda é premiado com o selo Ótimo do ReclameAqui, com pontuação de 9.0/10. Também está em 1º lugar no ranking geral nacional do ElogieAki. A qualidade no pós-venda é um dos principais fatores de fidelização do consumidor final e grande contribuinte para reputação das marcas.

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

O modelo de negócios da Companhia possui bases sólidas que o tornam difícil de ser replicado em um curto espaço de tempo, sem investimentos maciços e em escala nacional. Segue abaixo as principais vantagens da Companhia em relação aos seus concorrentes.

[1] No website ReclameAqui, a Multilaser possui reputação, nos últimos 6 meses, de 9,0/10, classificada como “ótimo” (https://www.reclameaqui.com.br/empresa/multilaser-industrial/) e no website Eloqieaki, a Multilaser é a mais elogiada em sua categoria, https://old.elogieaki.com.br/ranking-empresas#1

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Portfólio amplo e diversificado de produtos, com posição de destaque nas principais linhas de produtos.

A Companhia possui amplo e diversificado portfólio de produtos com mais de 5 mil SKUs de alta qualidade, atrativo custo-benefício e penetração em diversos mercados e todos os segmentos sociais. A diversificação do portfólio e pulverização dos clientes-varejistas e fornecedores reduzem o risco de concentração nas receitas, marcas, clientes e linhas de produtos.

A posição de destaque das marcas da Companhia são reconhecidas e aumentam a demanda pelos produtos comercializados, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Produtos	*Market Share* no mercado brasileiro em 2020
Gaming Mouse Devices	19,3%
Gaming Keyboards	21,7%
Mouse Devices	35,1%
Keyboards	27,7%
Gaming Headphones e Headsets	26,8%
Feature Phones	34,9%
Tablets	30,1%
Headphones e Headsets	17,7%
Áudio Automotivo	23,5%
Smartphones < R$ 600	16,6%
Notebooks	2,6%

Fonte: GfK (Growth from Knowledge).

A diversidade e constante renovação do portfólio de produtos tornam a operação da Companhia mais resiliente às oscilações e tendências do mercado.

Eficiente aderência a novas tendências (fast-follower), com equipe de desenvolvimento de produtos qualificada, capaz de antecipar tendências de consumo e impulsionar o futuro crescimento.

Possuir conhecimento (*know-how)* e estrutura para antecipar as tendências de diferentes linhas de negócio e rapidamente incorporar esses produtos ao portfólio é um dos grandes diferenciais em um mercado dinâmico como o de eletroeletrônicos.

Desde 2018 até 2020 foram lançados mais de 4.000 novos SKUs, aproximadamente 1.300 deles no ano de 2020, o que representou mais de 30% da receita líquida no referido exercício social, o que comprova a eficiência na atuação da Companhia como uma aderente a novas tendências (*fast follower*).

Os produtos são desenvolvidos por equipes multidisciplinares, organizadas por unidades de negócios. As equipes analisam o mercado, observando e seguindo tendências, sempre como *fast followers*, participando de fóruns e feiras de tecnologia e eletrônicos pelo mundo, especialmente na China, Estados Unidos da América, Taiwan e Espanha, e mantêm diálogo ativo com os fornecedores atuais e potenciais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Desta forma é possível construir, ampliar e diferenciar o portfólio com agilidade. Devido ao modelo operacional da companhia, caracterizado pela flexibilidade, torna-se possível constantemente adicionar novos produtos e, consequentemente, manter o relacionamento frequente e de qualidade com clientes-varejistas e os marketplaces onde os produtos da Companhia são oferecidos.

A Companhia busca a maior agilidade possível no lançamento de produtos de alto interesse dos consumidores, o que possibilita, muitas vezes, posicionar-se à frente e tornar-se um fornecedor relevante nestas linhas. Esta relevância e a capacidade rápida de adaptação permitiu antecipar-se a migrações tecnológicas como, por exemplo, a substituição de mídias como CDs e DVDs para entradas USB no áudio automotivo e adoção de SIM *cards* nos aparelhos celulares.

Plataforma operacional forte, escalável e flexível, certificada por procedimentos rigorosos de controle de qualidade.

Ao longo dos últimos 15 anos foi construída uma plataforma operacional forte, escalável e flexível, comum a todas as linhas de produto. A Companhia é a única fabricante de eletroeletrônicos do País que também fabrica e domina a cadeia de produção de *chips* de memória, permitindo avançar um elo vital na verticalização e obter significativa vantagem competitiva.

Com capacidade instalada de produção de 86 milhões de produtos por ano na fábrica de Extrema/MG e 5,7 milhões de produtos por ano na fábrica de Manaus/AM, a Companhia possui um complexo industrial do Brasil cujas linhas de produção são flexíveis e permitem introduzir, suspender ou alterar a montagem e fabricação de determinados produtos de forma otimizada, em termos de custo e tempo, alinhando-se à estratégia de manutenção do diversificado portfólio de produtos.

Ao estabelecer um processo automatizado de atendimento de pedidos de venda (*fulfillment*) e pós-venda gera-se alto valor à Companhia. O sistema proprietário de previsão de demanda possibilita ajustar o suprimento (*sourcing*) das diversas linhas de produtos e, consequentemente, dispor de um estoque com mais de 90% dos SKUs do portfólio.

O sistema logístico conta com uma área de separação de pedidos automatizada, que possibilita manipular aproximadamente 425 mil produtos por dia e despachar 94% das vendas em até um dia útil (D+1). A rede de logística e distribuição possui alcance nacional por meio da utilização de empresas terceirizadas de logística que realizam entregas rápidas e completas para os clientes-varejistas. As transportadoras são selecionadas e monitoradas pela equipe de logística. O sistema logístico multicanal e integrado confere à Companhia uma grande vantagem competitiva por viabilizar maior eficiência nos prazos e custos de entrega, alcançando 96% de pontualidade.

Estratégia comercial forte e efetiva, com capilaridade nacional.

A composição da força de vendas conta com mais de 1,2 mil vendedores em campo, distribuídos por todos os Estados do país. Este time compreende uma equipe de 466 promotores, conectados por sistemas proprietários criados pela Companhia para incentivar a venda de produtos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Com presença nacional, a Companhia é capaz de alcançar, com equipe própria, os locais mais remotos do País. Os produtos são distribuídos em mais de 44 mil pontos de venda físicos que englobam 14,7 mil clientes na Região Sudeste, 6,4 mil na Região Nordeste, 5,1 mil na Região Sul, 3,5 mil na região Centro-Oeste e 2,1 mil na Região Norte do Brasil. Dois sistemas proprietários são utilizados para aumentar a produtividade do time de vendas: o Mercury e o Multiplik.

Por meio do Mercury, uma plataforma de vendas única desenvolvida pela Companhia, os representantes de vendas dos clientes-varejistas conseguem verificar o inventário de fornecimento de produtos completo, a disponibilidade de produtos em todos os seus respectivos pontos de venda físicos, o tempo de reposição dos produtos fora de estoque, itens que outros clientes-varejistas com similaridades em seu negócio compram, preço de venda final sugerido, entre outras informações. Essa ferramenta é essencial para a eficiência comercial e, em grande parte, responsável pela crescente fidelização dos clientes-varejistas. A ferramenta permite também acompanhar todas as etapas do processo de vendas, com alta autonomia para o vendedor.

O Multiplik, lançado em 2017, é um sistema totalmente digital de incentivo para vendedores que confere pontos de acordo com o desempenho das vendas dos produtos da Companhia. Através de aplicativo desse sistema, os representantes, promotores e funcionários dos clientes-varejistas têm acesso a informações sobre os produtos, vídeos de treinamento e catálogo digital, bem como podem registrar a venda dos produtos. O aplicativo também permite controlar a performance dos representantes dos clientes-varejistas, bonificando aqueles com melhor desempenho, consequentemente, aumentando a fidelização e o relacionamento com tais clientes-varejistas. O Multiplik já possui mais de 82 mil vendedores adeptos.

Os esforços de vendas são complementados por ações de marketing, treinamentos e incentivos nos pontos de venda físicos onde os produtos são vendidos. Estas modalidades nos esforços de vendas atingiram mais de 26 mil ações de venda de produto e mais de 19 mil balconistas treinados presencialmente.

Em novembro de 2015, foi lançada a plataforma própria de *e-commerce*, formada por sete *websites* de marcas próprias, por meio das quais é oferecido o portfólio completo de produtos para os consumidores finais. Com 143% de crescimento composto entre 2015 e 2020 e tendo atingido a marca de 15,6 milhões de visitantes em 2020, o *e-commerce* é o canal de vendas com a maior taxa de crescimento, e representou 6% da receita líquida total da Companhia no exercício social findo em 2020. A plataforma de *e-commerce* permitiu balizar a política de vendas e preços praticados, que posiciona e referência a margem aplicada à cada produto, igualmente, também, aos varejistas que vendem os produtos da Companhia por meio de suas plataformas de *e-commerce*. Assim, é obtida melhor rentabilidade nos canais de *e-commerce* e do cliente-varejista que revende os produtos.

A Companhia possui elevada reputação entre os consumidores dos principais clientes varejistas nos quais vende seus produtos por meio dos respectivos marketplaces. Isso pode ser evidenciado através das notas e posicionamento no ranking atribuído por alguns deles, tais como:

- B2W – 5,0 / 5,0
- Mercado Livre – Platinum
- Magazine Luiza – 4,5 / 5,0

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Entre os fatores avaliados na atribuição destas classificações/notas estão prazo de entrega, cancelamento de pedido, atendimento pós-venda e reclamações, entre outros.

Serviço de pós-venda eficiente e premiado, que fideliza o cliente e reduz custos operacionais.

O atendimento oferecido após a venda é essencial para estreitar o relacionamento, aumentar o nível de fidelização dos consumidores finais, gerenciar riscos reputacionais e reduzir despesas operacionais.

Nos últimos anos, houve significativo aprimoramento dos serviços de pós-venda, visando melhorar a experiência do consumidor final e o fortalecimento da marca. Em média, 95% das chamadas telefônicas recebidas são atendidas na primeira tentativa, e, igualmente, as perguntas respondidas por meio das mídias sociais ocorrem em menos de uma hora. O mesmo índice, de 95%, também se aplica ao processamento de devoluções de produtos em menos de 48 horas. Interações via WhatsApp são atendidas em menos de 10 minutos.

Desde 2016, a Companhia possui o selo Òtimo do ReclameAqui com nota 9,0 na média de atendimentos entre 01 de dezembro de 2020 e 31 de maio de 2021[2]. Essa certificação reflete a avaliação dos consumidores quanto à qualidade das soluções empregadas pela Companhia em resposta às reclamações sobre os produtos e serviços. Um dos critérios do ReclameAqui é a propensão do consumidor de fazer novos negócios com as empresas avaliadas.

Além da fidelização do cliente, o eficiente serviço de pós-venda também reduz as despesas operacionais. A título de exemplo, em casos que os produtos apresentam problemas não solucionáveis pelos canais assistidos de pós-venda, ou seja, por canais que permitem a interação com os consumidores finais, o produto defeituoso é substituído, dispensando a sua devolução pelo consumidor. Esse processo de substituição de produtos aumenta a eficiência operacional ao eliminar as despesas de logística reversa.

[2] Vide: https://www.reclameaqui.com.br/empresa/multilaser-industrial/

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Unidades de negócio com independência e capacidade de gerenciar um portfólio amplo de marcas e produtos.



A Companhia está organizacionalmente segmentada em 13 diferentes unidades de negócio com estruturas dedicadas e times especializados em cada uma delas. Essa estrutura permite que a Companhia seja ágil, diversificada e especializada em cada linha de atuação mercadológica.

A gestão de cada uma das unidades de negócio é feita de forma independente, contudo seguindo a estratégia e cultura da organização. Com apoio das estruturas de back-office, fabril e logística, essas unidades desfrutam de foco total na cadeia que envolve o produto em si, como por exemplo: identificação das oportunidades e tendências, desenvolvimento de fornecedores e produtos, definição de preço, estratégia de marketing etc.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em seus fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações, ver os itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

Nossa Estratégia

A estratégia da Companhia é continuar a ampliar as linhas de negócio e portfólio de produtos e crescer as operações com rentabilidade, amparadas nas seguintes principais iniciativas:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Lançar continuamente novos produtos com a melhor relação custo-benefício para o consumidor.

Na qualidade de aderente a novas tendências (*fast followers*), é avaliado constantemente o mercado nacional e internacional visando identificar as tendências a serem desenvolvidas e incorporadas ao portfólio de produtos. Há como meta e modelo de negócios o lançamento recorrente de novos produtos, sejam eles em segmentos que a companhia já atua ou não, sempre com foco em oferecer a melhor relação custo-benefício para o consumidor. Alicerçada nesta estratégia desde 2003, a Companhia deixou de ser uma empresa de reciclagem de cartuchos com receita de R$ 30 milhões/ano e passou a ter um dos maiores portfolios de bens de consumo do mercado nacional, com R$ 3,1 bilhões de receita líquida em 2020. Esse histórico de sucesso atesta que a companhia detém todas as ferramentas, processos e material humano necessários para continuar oferecendo aos clientes as mais novas tendências e tecnologias disponíveis no mercado global.

Avançar no mercado por meio da continuação e celebração de novas parcerias com marcas globais.

A Companhia possui parcerias com nove marcas globais de diversos segmentos em que já atua visando aumento de participação de mercado e/ou maior amplitude no posicionamento de cada um desses mercados. A Companhia pretende continuar avançando nesse modelo de parcerias.

As parcerias atuais envolvem as seguintes marcas e segmentos:

- Microsoft (acessórios de informática);
- Nokia (smartphones);
- Michelin (ferramentas elétricas);
- Rapoo (acessórios de informática);
- Fischer Price (puericultura);
- Tommy Tippee (puericultura);
- ZTE (roteadores e equipamentos de rede);
- Toshiba (televisores); e
- Sony (equipamentos de áudio).

Ampliar a representatividade nos mercados de smartphones e de provedores de internet no segmento de redes.

Segundo a consultoria de pesquisa de mercado *Growth from Knowledge* - GfK, considerando os números de 2020, a Companhia detém 16,6% do mercado de smartphones com valor até R$ 600,00 em unidades vendidas no Brasil. Com o atual portfólio de smartphones é factível que se possa expandir o *market share*, especialmente nos segmentos low e mid-low, considerando que esse nicho de mercado é estável. Além dos telefones de entrada, a Companhia desde 2020 produz e comercializa a marca Nokia em telefonia, abrindo espaço no grande segmento voltado para as classes média e média/alta.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Adicionalmente, vislumbra-se a possibilidade de crescimento em *market share* no mercado de provedores de internet. Há enorme potencial de crescimento, na medida em que as redes deverão migrar para a tecnologia de fibra ótica para atender o crescimento de demanda por acesso à internet. Esse mercado é majoritariamente atendido por pequenos provedores locais cujo perfil é bastante aderente ao da Companhia. Este segmento de provedores de internet é uma grande oportunidade de crescimento para a linha de redes, fibra óptica, centrais de distribuição de sinal e receptores.

Maximizar as vendas de e-commerce por meio das lojas virtuais próprias e parcerias com marketplaces.

A Companhia iniciou a operação no canal de *e-commerce* em novembro de 2015, e desde então apresenta a maior taxa de crescimento entre os diversos canais.

No ano de 2020, as vendas por *e-commerce* atingiram 6% da receita líquida, o que representa um crescimento de 234% em relação ao ano anterior. Espera-se que o *e-commerce,* alavancado tanto pelas vendas virtuais nos sites próprios quanto por vendas em marketplaces de terceiros, continuará a crescer em ritmo acelerado nos próximos anos, aumentando sua representatividade na receita líquida.

Adicionalmente, a Companhia opera também no modelo de estoque na fonte (*drop shipping*). A partir dessa solução, clientes-varejistas são apoiados para revender os produtos em seus sites próprios a fim de que tenham acesso a todo o catálogo de produtos sem a necessidade de compor estoques antes de efetuarem as vendas aos consumidores finais. As vendas pelo método de estoque na fonte (*drop shipping*) são realizadas via comércio eletrônico, e a Companhia se encarrega de toda a logística para disponibilizar o produto ao consumidor final.

Fortalecer a percepção e reconhecimento das marcas da Companhia dentro dos principais segmentos de atuação.

Pretende-se ampliar o investimento em divulgação das marcas próprias e produtos de forma a reforçar o posicionamento mercadológico. Em 2020, foram gastos mais de R$ 43 milhões em despesas de marketing, através de ações promocionais dos clientes varejistas (*sell out*), diversas campanhas em redes sociais, patrocínios e publicidade na televisão. Tais iniciativas visam fortalecer a imagem das marcas da Companhia perante o público e o mercado, maximizando a percepção de valor dos produtos. Aliado a esse extenso esforço de marketing, a Companhia já possui um rigoroso controle de qualidade que garante elevados padrões aos produtos que vêm a mercado. Assim, combina-se a percepção gerada pelas campanhas de marketing com a experiência de uso do consumidor, o que maximiza o valor das marcas da Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Expandir o segmento de eletroportáteis oferecidos pela Companhia e vendas de produtos de som e acessórios automotivos.

A partir de novembro de 2017, foram incluídos no portfólio produtos eletroportáteis sob a marca Multilaser. Essa adição fortalece de maneira relevante a atuação no segmento de home, áudio e vídeo, que passou a oferecer uma linha completa de produtos domésticos de pequeno porte. Este mercado movimenta mais de R$ 6 bilhões por ano no Brasil, o que evidencia o potencial de crescimento existente para a Companhia. Impulsionado pela bem estruturada força de vendas, presença nos pontos de venda físicos familiarizados com a marca Multilaser, além dos marketplaces e lojas virtuais, existe grande potencial de aumento no *market share* nesta linha de produtos. Adicionalmente, pode-se explorar a liderança no *market share* de som automotivo, de 23,5% em 2020, para alavancar as vendas no segmento voltado ao setor. Para tanto foi criada uma equipe dedicada para o atendimento às demandas das montadoras e concessionárias.

Aproveitar oportunidades seletivas de aquisições e consolidação nos setores de atuação.

Pretende-se ampliar a política de aquisições de maneira oportunista e complementar à base atual, mantendo os critérios para identificação, seleção das empresas alvo e aplicabilidade do modelo de negócios. Os alvos preferenciais de aquisição são empresas fabricantes ou importadoras de produtos de consumo em verticais onde a Companhia ainda não esteja e fundos de comércio com as mesmas características. Buscam-se negócios que agreguem uma combinação dos elementos a seguir: (i) marcas fortes em segmentos onde a Companhia não atua; (ii) equipes comerciais montadas em canais de vendas novos; e (iii) linhas de produtos diferentes e complementares às da Companhia.

Nos últimos 12 anos a Companhia realizou quatro operações como essas, seja por compra direta ou por aquisição de fundo de comércio, todas as cinco com bastante sucesso.

Impactos da pandemia da COVID-19

Os impactos da pandemia da COVID-19 foram mais significativos na cadeia de suprimentos da Companhia em face das complicações acarretadas para o comércio internacional, como atrasos nos embarques e liberação de cargas, maior rigor no processo aduaneiro, mas também pelo fato das restrições de circulação impostas por autoridades de outros países, que levaram a interrupções na produção por parte dos fornecedores.

No âmbito doméstico, a decretação de lockdown em diversas unidades da federação e municípios impactou a distribuição dos produtos e, consequentemente, os prazos de entrega e faturamento.

A receita da Companhia não sofreu alterações relevantes em razão da pandemia e não houve aumento relevante de inadimplência dos clientes da Companhia, contudo não é possível assegurar plenamente os impactos decorrentes da COVID-19. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19, ver os itens 4.1 e 10.9 deste Formulário de Referência.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1- A – Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Este item não é aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando

Este item não é aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Este item não é aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

A Companhia segmenta sua atuação e, consequentemente, a receita para fins de análise gerencial da operação em quatro segmentos:

- *Mobile Devices*. Este segmento é formado por dispositivos eletrônicos de fácil transporte e manuseio, composto basicamente por smartphones, notebooks e tablets direcionados às grandes redes de varejo e clientes corporativos;

- *Office & IT Supplies*. Este segmento é composto de periféricos de informática, materiais de escritório e equipamentos de internet e de segurança, preponderantemente comercializados no pequeno varejo e junto a fornecedores de serviços de internet e instaladores;

- *Home Eletric Products*. Este segmento é formado por Eletroportáteis, produtos da linha Áudio e Vídeo e produtos de Health Care, amplamente comercializados nas grandes lojas de varejo e em redes de drogaria; e

- *Kids & Sports*. Este segmento é composto de Puericultura leve e pesada, equipamentos de ginástica, brinquedos e produtos para Pets, normalmente comercializados no varejo especializado.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(em R$ milhares, exceto %)	Período de três meses findo em				Exercício social encerrado em					
	31/03/2021		31/03/2020		31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Mobile Devices	655.261	46,72%	188.454	39,36%	1.095.588	35,60%	675.074	35,36%	723.564	37,79%
Office & IT Supplies	424.280	30,25%	198.063	41,37%	1.175.837	38,21%	823.235	43,12%	908.176	47,43%
Home Eletric Products	277.073	19,76%	67.173	14,03%	620.920	20,18%	254.241	13,32%	167.754	8,76%
Kids & Sports	45.919	3,27%	25.050	5,23%	184.771	6,00%	156.822	8,21%	115.211	6,02%
Receita operacional líquida	**1.402.533**	**100,00%**	**478.740**	**100,00%**	**3.077.116**	**100,00%**	**1.909.372**	**100,00%**	**1.914.705**	**100,00%**

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

As informações contábeis por segmento limitam-se ao lucro bruto, uma vez que as despesas de vendas e operacionais e resultado financeiro e tributário são apurados em dimensão consolidada da Companhia.

(em R$ milhares, exceto %)	Período de três meses findo em				Exercício social encerrado em					
	31/03/2021		31/03/2020		31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Mobile Devices	192.956	40,68%	41.755	25,08%	331.596	29,86%	144.492	23,36%	247.090	36,95%
Office & IT Supplies	185.309	39,07%	83.166	49,96%	445.251	40,09%	311.403	50,35%	305.899	45,75%
Home Eletric Products	71.182	15,01%	28.442	17,09%	225.654	20,32%	83.445	13,49%	57.205	8,56%
Kids & Sports	24.837	5,24%	13.099	7,87%	108.162	9,74%	79.089	12,79%	58.463	8,74%
Lucro Bruto	**474.284**	**100,00%**	**166.462**	**100,00%**	**1.110.663**	**100,00%**	**618.429**	**100,00%**	**668.657**	**100,00%**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do processo de produção

Atualmente a Companhia conta com três fábricas, duas em Extrema/MG e outra em Manaus/AM, onde são fabricados, montados e distribuídos todos os produtos vendidos, com exceção dos que são importados em sua forma final.

Nas fábricas de Extrema/MG, a primeira com uma área total de aproximadamente 420 mil metros quadrados, sendo aproximadamente 49 mil metros quadrados de área construída da planta principal, contando com 40 linhas de produção, e a segunda com 4.185 metros quadrados da planta de memória, com uma linha de produção, a Companhia possui uma capacidade instalada de aproximadamente 79,8 milhões e 6,2 milhões de produtos por ano, respectivamente, das quais utilizam aproximadamente 57% e 92%, respectivamente. Já na fábrica de Manaus/AM, com uma área total de aproximadamente 6,1 mil metros quadrados, sendo sua totalidade de área construída e 11 linhas de produção, possui uma capacidade instalada de aproximadamente 7,2 milhões de produtos por ano, da qual utiliza aproximadamente 87%.

Nesse contexto, a Companhia é, atualmente, a única empresa privada 100% brasileira a produzir chips integrados de memória no país, e com uma linha de produção totalmente automatizada. Ainda assim, o processo de embalagem e coleta é feito através da tecnologia LITE, sendo 100% através de robôs, conferindo eficiência e rapidez nos processos, possibilitando que mais de 80 mil produtos sejam manuseados diariamente.

A partir das linhas de produção e linhas de montagem *“plug and play”, cerca de* 71% da Receita Bruta é proveniente do processo produtivo da Companhia.

O desenvolvimento, e incorporação de novos produtos no portfólio é realizado por uma equipe com mais de 70 profissionais dedicados a tal atividade, que buscam antecipar as demandas dos consumidores visando a direcionar o crescimento futuro da Companhia.

O processo de desenvolvimento de novos produtos acompanha critérios rígidos e consistentes, como por exemplo o foco em bens de consumo, complementares ao portfólio atual, rápido direcionamento às principais tendências globais de consumo, margens de contribuições em linha com a estratégia em curso, produtos com potencial de serem oferecidos a um preço médio competitivo e em grande quantidade, que utilizem a plataforma operacional existente e produtos com alta liquidez e qualidade. As pesquisas e análises conduzidas por tal equipe são realizadas em feiras internacionais, na Europa, Estados Unidos, Ásia e China, nas quais são analisadas oportunidades de adição de novos itens ao portfólio.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Os principais fatores avaliados na tomada de decisão sobre a incorporação de novos itens são a qualidade, a margem esperada e o ciclo de vida do produto. O processo de identificação, validação, produção e lançamento de novos produtos é descrito no fluxograma abaixo



Cada potencial produto é cuidadosamente selecionado e testado antes de ser incluído no portfólio, sendo que tal processo de avaliação e incorporação dura, em média, 6 meses. Uma vez que se decide lançar os produtos, estes são importados e vendidos com uma das marcas próprias da Companhia. O processo completo de análise e decisão de incorporação de novos produtos no portfólio está representado no fluxograma abaixo.



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia conta também com uma equipe situada em Shenzen, na China, em um complexo com aproximadamente 2.000 m². Com 9 gerentes e 62 engenheiros, é possível manter um relacionamento próximo com os fornecedores, inspecionando constantemente o processo de produção deles, minimizando assim riscos de falhas nos produtos e interrupções de fornecimento. Ainda assim, a equipe realiza testes meticulosos para garantir o produto com melhor qualidade para os clientes.

A metodologia de produção é diferente para cada linha de produto comercializado, conforme apresentado abaixo. Os chips de memória são integralmente produzidos na fábrica de Extrema/MG, sendo que é importada a matéria prima necessária para sua fabricação. Com relação a produtos como tablets, celulares, notebooks, TVs e telas, auto-rádios e câmeras de segurança, os componentes são adquiridos dos fornecedores e montados nas fábricas. Os demais produtos comercializados são importados de fornecedores asiáticos já em sua forma final e vendidos aos clientes.

Além do processo de produção de chips de memória, *tablets*, celulares, notebooks, TVs e telas, auto-rádios, câmeras de segurança, entre outros, são realizados procedimentos de controle de qualidade, divididos em diversas fases, por meio de laboratório próprio antes da comercialização de qualquer um dos produtos.

A importação destes produtos é feita principalmente da China e Taiwan, com volume superior a 260 containers por mês, sendo que aproximadamente 95% das importações são classificadas nos canais de parametrização da Secretaria da Receita Federal como canais verdes, ou seja, são desembaraçadas automaticamente sem qualquer verificação (dispensa o exame documental, verificação da mercadoria e entrega dos documentos de instrução do despacho). Além disso, os produtos importados são enviados e recebidos por diferentes portos, de maneira a minimizar os riscos associados ao transporte dessas mercadorias.

Por fim, também são disponibilizados aos clientes uma série de serviços pós-venda por meio de canais telefônicos e mídias sociais.

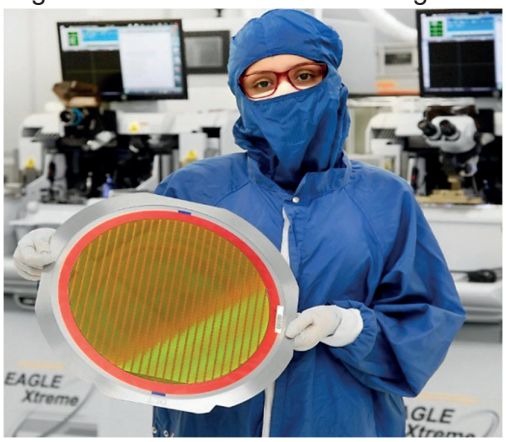
Produção de chips de memória

Os chips de memória são circuitos integrados de altíssima tecnologia. Para sua fabricação são necessárias técnicas, ferramentas e conhecimentos específicos da indústria de semicondutores.

O processo produtivo de chips de memórias tem como matéria prima principal as lâminas de circuitos integrados em pastilhas, conhecidas na indústria como wafers de circuitos integrados, feitos de silício. Os wafers passam por 3 principais etapas produtivas: corte; encapsulamento; e teste.

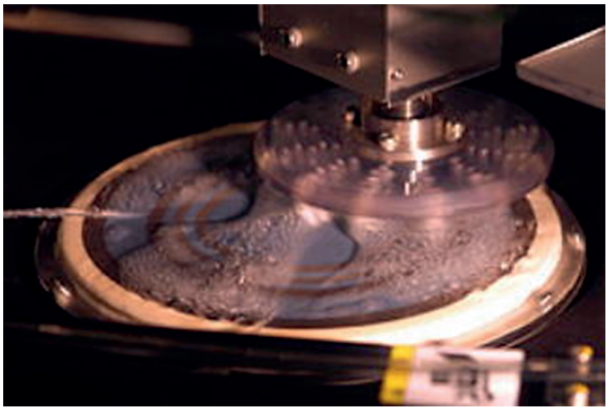
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Figura 1 – *Wafer* de circuitos integrados



A etapa de corte consiste na transformação do wafer, por meio de processos mecânicos de lixamento e corte. Este processo é essencial para que o material alcance as especificações necessárias para seu dimensionamento dentro do circuito integrado do chip de memória.

Figura 2 – Etapa de corte do *wafer*



O processo de encapsulamento reúne outros materiais essenciais, tais como a placa de circuito impresso, fios de ouro e resinas de epóxi. Esse processo contempla a montagem do die, ou seja, a área correspondente ao espaço ocupado em um elemento do circuito, na placa de circuito impresso. Os fios de ouro são soldados entre a placa do circuito e o die para permitir as interconexões elétricas. Em seguida, é aplicada a resina em todo o conjunto, para proteger os componentes internos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Figura 3 – Fios de ouro soldados no *die* de memória

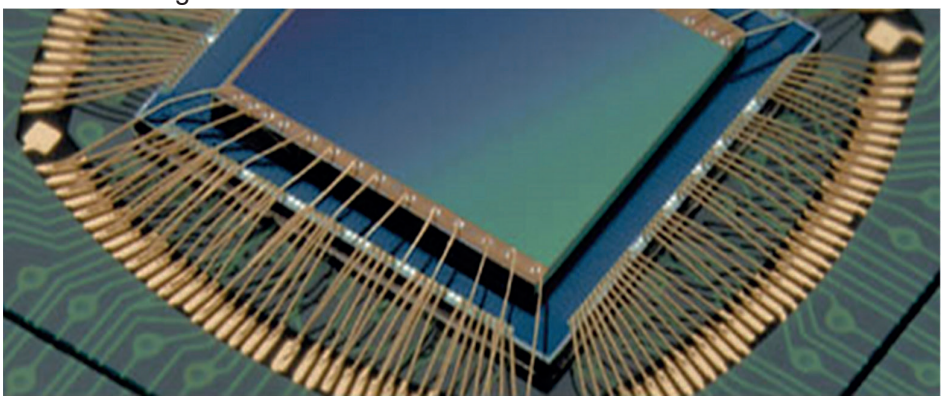
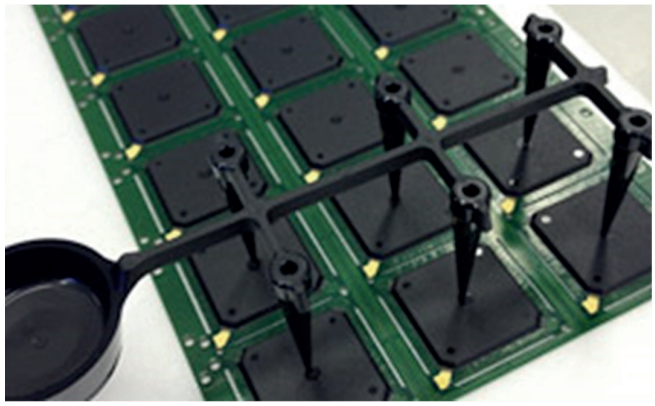


Figura 4 – Aplicação de resina epóxi nos *dies* e fios de ouro



A etapa final de teste consiste nos ensaios e análises de todos os circuitos integrados produzidos, por meio de máquinas automáticas de teste, de forma a assegurar o funcionamento e qualidade dos chips. Os circuitos aprovados são armazenados em embalagens seladas a vácuo para evitar o contato com humidade e outros possíveis contaminantes e permitir o armazenamento em estoque.

Montagem dos Produtos

O processo de montagem dos tablets, celulares, notebooks, TVs e telas, auto-rádios, câmeras de segurança, dentre outros produtos têm início com o recebimento dos respectivos componentes dos fornecedores. É realizada a vistoria amostral dos materiais recebidos para testar a qualidade e, estocam-se os kits até o momento oportuno de os materiais serem encaminhados para a linha de montagem.

O processo de montagem dos referidos eletrônicos é dividido em duas etapas principais, a montagem da placa eletrônica e a integração dos demais componentes. Todos os produtos eletrônicos possuem uma placa de processamento central (“placa mãe”) que é o componente principal do sistema, responsável pelas funcionalidades do aparelho. Esta placa principal é composta de um circuito impresso, que conecta todos os componentes que serão montados em sua superfície, bem como os demais componentes do produto, tais como processadores, memórias, conectores e componentes passivos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Figura 1 – Placa de circuito impresso para produto eletrônico

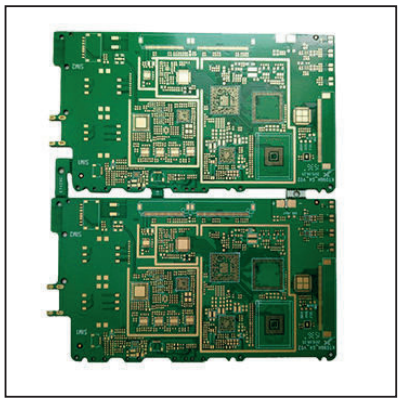
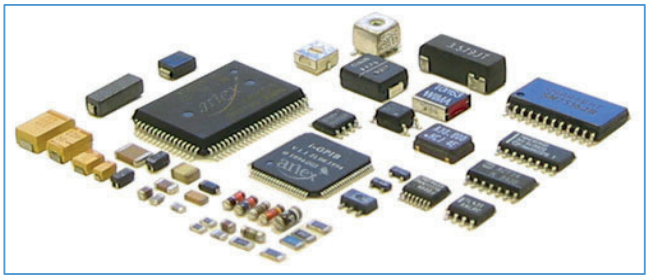


Figura 2 – Componentes para montagem na superfície da placa de circuito impresso



O processo de montagem dos componentes é realizado através de linhas de montagem automáticas com tecnologia SMT – *Surface-Mount Technology*, padrão amplamente utilizado na indústria de eletrônicos. As linhas SMT realizam, de forma totalmente automatizada, ou seja, sem qualquer interferência humana, a inserção e soldagem dos componentes na placa de processamento central. Esse processo é essencial para produção dos eletrônicos, tendo em vista que em cada placa de processamento central são saldadas centenas, ou até mesmo milhares, de componentes microscópicos por produto.

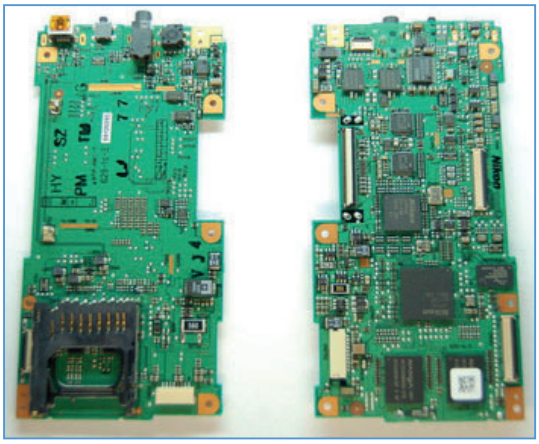
A Companhia possui linhas de SMT- Surface-Mount Technology nas plantas de Manaus/AM e Extrema/MG e os componentes fabricados nestas linhas são utilizados na linha de montagem na instalação fabril de Extrema/MG.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Figura 3 – Linhas de montagem automáticas SMT

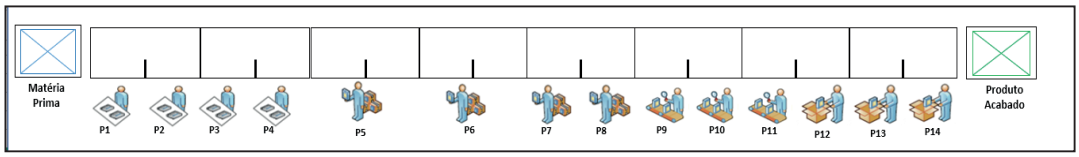


Figura 4 – Placa de processamento central com os componentes montados



A etapa de integração consiste na montagem da placa de processamento central com o gabinete plástico ou metálico, tela LCD, conectores, botões e todos os demais itens aplicáveis para cada um dos produtos. Esta etapa é realizada por meio de linhas de montagem com etapas manuais e automatizadas, de acordo com a especificação do produto. Uma linha de integração é configurada para que cada posto de trabalho realize operações com tempos similares, de forma que o processo de montagem não seja interrompido. Todo o processo de industrialização de um *smartphone*, começando pela da montagem SMT até a conclusão da integração de todos os seus componentes, pode ser realizado em aproximadamente 12 minutos, por exemplo.

Figura 5 – Layout básico de uma linha de integração



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Figura 6 – Linhas de integração de eletrônicos



Testes de Qualidade

Ao longo do processo de montagem e ao final da linha, são realizados testes de qualidade em laboratório próprio. A companhia possui forte controle de qualidade para testar e homologar todos os produtos montados nas fábricas. Ao todo, são realizados aproximadamente 20 testes de qualidade para cada produto, dentre eles testes funcionais, os quais simulam o uso do produto como se estivesse no uso do dia-a-dia do cliente; testes de confiabilidade, os quais avaliam a tolerâncias e falhas que podem decorrer pelo uso prolongado e intensivo da unidade e testes de desempenho, que mensuram o comportamento em relação ao tempo, a utilização de recursos e a eficiência de um modo geral do produto.

O primeiro nível de teste dos produtos consiste em uma inspeção visual da performance dos aparelhos com a utilização de níveis baixos e elevados de energia. O segundo nível de testes dos produtos consiste em inspeções realizadas por meio de raio-x para verificação dos componentes dos produtos. O terceiro nível de testes consiste na separação dos componentes das amostras para sua análise individualizada.

Após aprovação nos testes, os produtos são estocados e posteriormente encaminhados para distribuição. Tais procedimentos permitem alcançar uma taxa inferior a 2 produtos devolvidos por meio da garantia a cada 100 produtos vendidos

(b) Características do processo de distribuição

O processo de distribuição abrange todas as atividades relacionadas à administração dos estoques e à disponibilização dos produtos para os clientes (varejistas e consumidores finais) por meio dos canais de venda, que proporcionam uma cobertura em todo o território nacional, sendo 45% dos clientes cobertos baseados no Sudeste, 20% no Nordeste, 16% no Sul, 11% no Centro-Oeste, e 8% no Norte. O time próprio de vendas é composto, na data deste Formulário de Referência, por 6 administradores dos canais de vendas, 26 administradores regionais de vendas e mais de 1.500 vendedores e promotores, todos conectados por sistemas proprietários

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Canais de Venda

A Companhia possui capilaridade nos canais de venda. Os produtos são vendidos em pontos de venda físicos de terceiros, em lojas de varejo, lojas de departamento, supermercados, bem como por meio de 57 marketplaces no Brasil, incluindo aqueles disponibilizados por Amazon, Mercado Livre, Magazine Luiza, Lojas Americanas, Shoptime, Submarino, além de uma plataforma de *e-commerce* com sete lojas de marcas próprias.

Ao longo do ano de 2020, os produtos foram vendidos para aproximadamente 29 mil clientes-varejistas, como por exemplo, Lojas Americanas, Cencosud, Magazine Luiza, Carrefour, Walmart, além de lojas com atuação mais regional tais como Lojas Colombo, Casa & Vídeo, Gazin, Grupo Mateus, Eletro Zema, Eletrosom, dentro outros.

O início do processo de distribuição começa na área comercial, por meio do Mercury, um sistema online de gestão que possibilita aos representantes/clientes de varejo, apresentarem seus pedidos de compra. Por meio desta plataforma, a equipe de vendas tem acesso aos dados do estoque, preços de venda sugeridos, informações sobre todos os produtos disponíveis, bem como previsão de disponibilização de estoque, acompanhamento de pedidos anteriores, prazo de entrega, dados de faturamento, entre outras funcionalidades. Adicionalmente, o sistema Mercury permite que a equipe de vendas consulte as informações sobre o histórico das compras realizadas pelos clientes, bem como sugestões de compras com base em outras redes varejistas comparáveis.

Clientes varejistas

Com mais de 44 mil pontos de venda espalhados em todas as regiões do Brasil, os produtos são vendidos em estabelecimentos de varejo, lojas de departamento, supermercados e lojas de equipamentos, sendo 22% das vendas realizadas através dos principais varejistas nacionais, como Pão de Açúcar, Amazon, Lojas Americanas, Magazine Luiza, Via Varejo e Raia Drogasil, e 78% das vendas através dos varejistas regionais e para consumidor final. Abaixo seguem alguns destaques dos principais pontos de venda.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



A Companhia possui também um aplicativo proprietário, Multiplik, que é utilizado no engajamento com os vendedores varejistas e balconistas, com mais de 80 usuários registrados, o aplicativo possui três principais funcionalidades, sendo elas a proximidade com a equipe de venda, controle em tempo real de todas as transações realizadas e direcionar incentivos a equipe de venda para aumentar a penetração dos produtos.

E-commerce

Com R$185 milhões de receita em 2020, com mais de 236% de crescimento comparado a 2019, o *e-commerce* foi responsável por 6% da receita líquida em 2020 com mais de 15 milhões de usuários visitando o site da Companhia por ano.

A Companhia conta, também, com 57 marketplaces parceiros, como Carrefour, Amazon, Dotz, Multiplus, Magazine Luiza, Buscapé, Zoom e muitos outros.

Ainda nesse contexto, possuí diversos projetos de integralização dos pontos de venda com suas plataformas online, com website proprietários por marca, como Multilaser, Mirage, Weego, Pulse, Atrio, Multikids e Giga Security por exemplo.

Gestão de Estoque

A companhia desenvolveu um sistema proprietário que permite monitorar e otimizar os níveis de estoque e rentabilidade por produto, o Gaps. Produtos com altos níveis de estoque e baixos volumes de vendas têm os preços ajustados para atingir um nível de demanda adequado. É seguida uma política de liquidação de estoque onde, caso a produção de uma mercadoria seja suspensa, gradualmente baixa-se a faixa de preço até o estoque ser totalmente liquidado.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Assim, a gestão de estoques combina o processo automático de reposição baseado em modelos estatísticos com o conhecimento e experiência de gestores de cada linha de produto. A responsabilidade pela administração do nível de estoques é atribuída a cada gestor de produtos. Monitoram-se constantemente as vendas, margens e rentabilidade de todos os produtos oferecidos, analisando os resultados com o mesmo algoritmo que auxilia a incorporação de novos lançamentos. Esse algoritmo ajusta o preço e reposição de estoque à demanda observada e, eventualmente, leva a descontinuação de determinadas linhas que não estão atendendo os critérios definidos. Ao se deparar com um produto que apresenta rentabilidade abaixo da esperada, o algoritmo reduz o preço desse produto de forma a eliminar o estoque e não permitir a sua reposição. Por essa razão, a companhias dedica-se apenas à comercialização de produtos com alta liquidez, reduzindo sensivelmente o risco de não se dar vazão ao estoque, mesmo que a preços mais baixos, e descontinua-se, com perdas mínimas, os produtos que não tiveram a performance esperada.

Logística

Atualmente, todos os produtos são estocados e distribuídos a partir do centro de distribuição próprio, localizado em Extrema/MG, inclusive para as vendas realizadas por meio do *e-commerce*. O fluxograma abaixo representa o processo de distribuição para os produtos adquiridos no canal de varejo.



O sistema logístico conta com uma área de separação de pedidos eficiente que permite manipular aproximadamente 425 mil produtos por dia e despachar 94% das vendas em até um dia útil (D+1). Adicionalmente, 94% das entregas são realizadas no prazo indicado no momento da compra. O sistema acompanha todas as movimentações de estoque em tempo real. Nesse sentido, são adotados os seguintes procedimentos como práticas de gestão: (i) recebimento de mercadorias apenas em data e hora agendada com os fornecedores; (ii) conferência da mercadoria com a nota fiscal; (iii) conferência para garantir que os produtos apresentam plena condição de comercialização; (iv) máxima eficiência na ocupação dos espaços dentro do centro de distribuição.

A rede de logística e distribuição possui alcance nacional por meio da utilização de 21 empresas terceirizadas de logística que garantem entregas rápidas e completas para os clientes varejistas. As transportadoras são cuidadosamente selecionadas e monitoradas pela equipe de logística. A companhia considera que o sistema logístico, multicanal e integrado é uma grande vantagem competitiva na medida em que proporciona à

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Companhia prazos e custos de entrega eficientes. A qualidade e custo benefício das empresas de logística responsáveis pela entrega dos produtos é monitorada constantemente. Desta forma, caso haja qualquer problema com uma determinada empresa, rapidamente esta será substituída.

Distribuição para vendas pelo e-commerce

A Companhia está conectada a mais de 57 marketplaces, bem como possui plataforma de *e-commerce* própria formada por sete *websites* de marcas próprias, que permite à companhia oferecer o portfólio completo para os consumidores finais, pessoas físicas. As entregas do *e-commerce* são realizadas pelos Correios e outras 6 transportadoras. O fluxograma abaixo representa o processo de distribuição para os produtos adquiridos no *e-commerce* e marketplace.



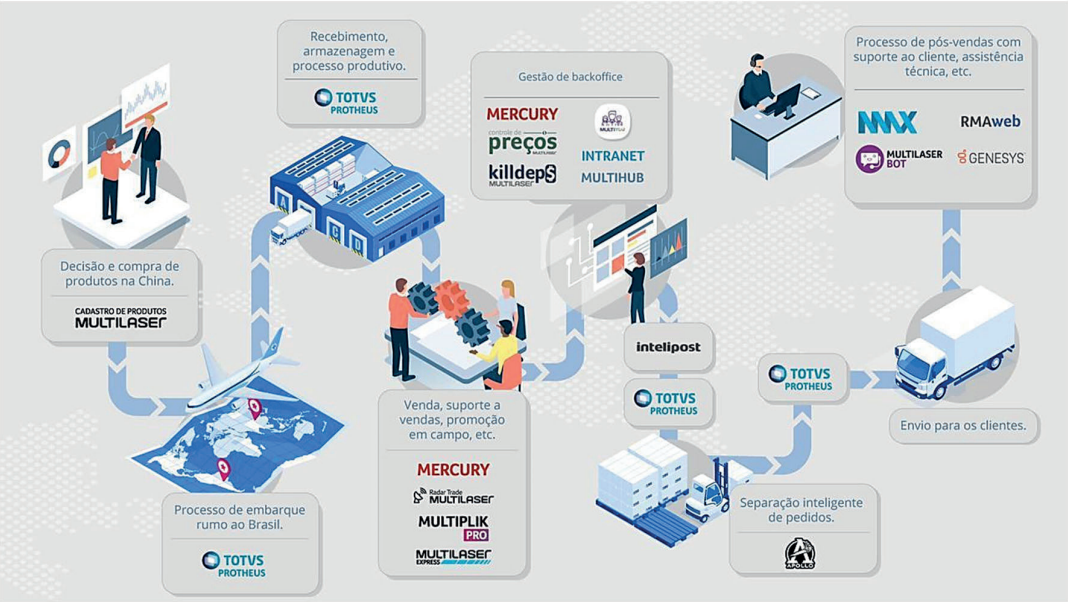
Serviços Pós-Venda

Os serviços pós-venda permitem aprimorar o nível de satisfação dos consumidores, bem como sua fidelização, por meio de uma estratégia multicanal que disponibiliza atendimento telefônico, que apresentaram uma taxa de aproximadamente 82% de consultas atendidas na primeira tentativa, atendimento em mídias sociais, com um tempo médio de 50 minutos para atendimento às solicitações e outros canais como e-mail e chat online. A estrutura de pós-vendas da Companhia está descrita abaixo.



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A imagem abaixo ilustra o processo de distribuição e venda de produtos da Companhia:



(c) Características dos mercados de atuação

A Companhia opera no setor de bens de consumo, mais especificamente no desenvolvimento, fabricação, distribuição, venda e pós-venda de equipamentos eletroeletrônicos, de telecomunicação, esportivos, acessórios de informática, TV & vídeo, brinquedos, produtos para pet, entre outros. Sendo assim, por conta da atuação no varejo, a companhia é afetada pelo desempenho da economia nacional, principalmente pela disponibilidade de crédito e pela renda do consumidor.

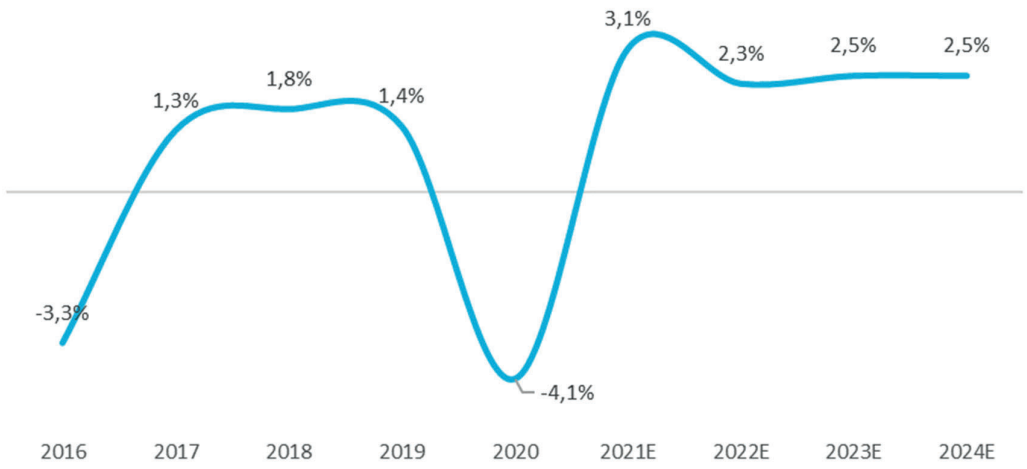
I. Perspectivas da economia brasileira

A economia brasileira presenciou recessão econômica nos últimos anos, o que impactou negativamente, por consequência, o setor de bens de consumo. Em 2020, o isolamento social utilizado como forma de amenização dos impactos da COVID-19 fez com que a atividade econômica diminuísse significativamente com o fechamento de diversos estabelecimentos e a circulação de pessoas ficar restrita. No entanto, mesmo com medidas de restrição ainda em vigência em diversos locais do país, é esperado uma retomada do crescimento da economia brasileira já para o ano de 2021. Além desse impacto direto, há um impacto indireto na confiança do consumidor. Como mostrado mais à frente, o índice de confiança do consumidor diminuiu significativamente nos primeiros meses do ano de 2020, mostrando um sentimento de receio e medo nas pessoas em relação ao futuro da economia brasileira. No entanto, os dados mostram que o consumidor vem ganhando cada vez mais segurança nos últimos meses de 2020 e início de 2021, com o início da vacinação contra a COVID-19 no Brasil. As projeções

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

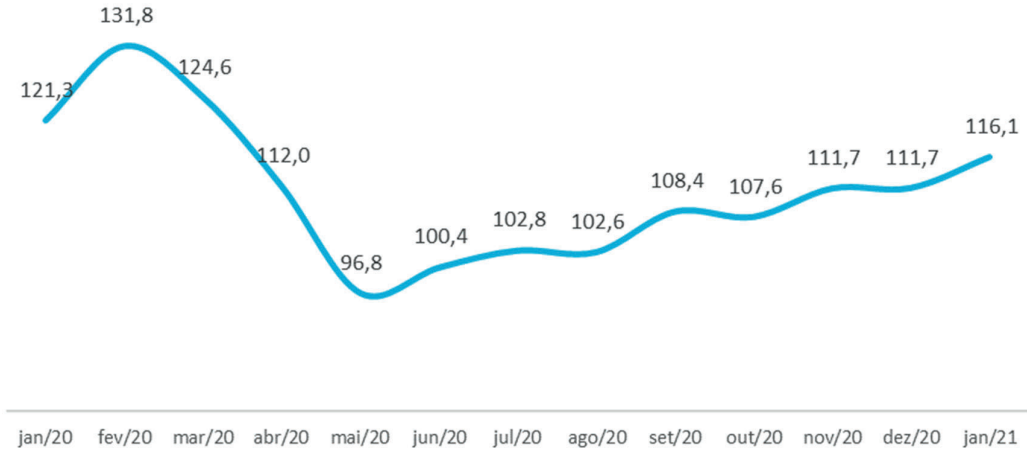
a seguir refletem a mediana das expectativas de analistas ouvidos pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 9 de abril de 2021.

Crescimento real do PIB histórico e projetado



Fonte: IBGE e Relatório Focus

Índice de confiança do consumidor

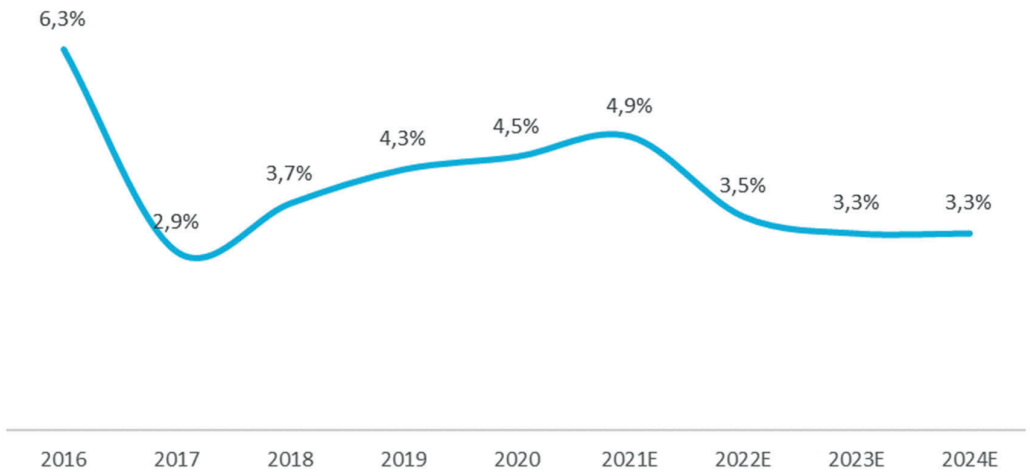


Fonte: Fecomércio

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

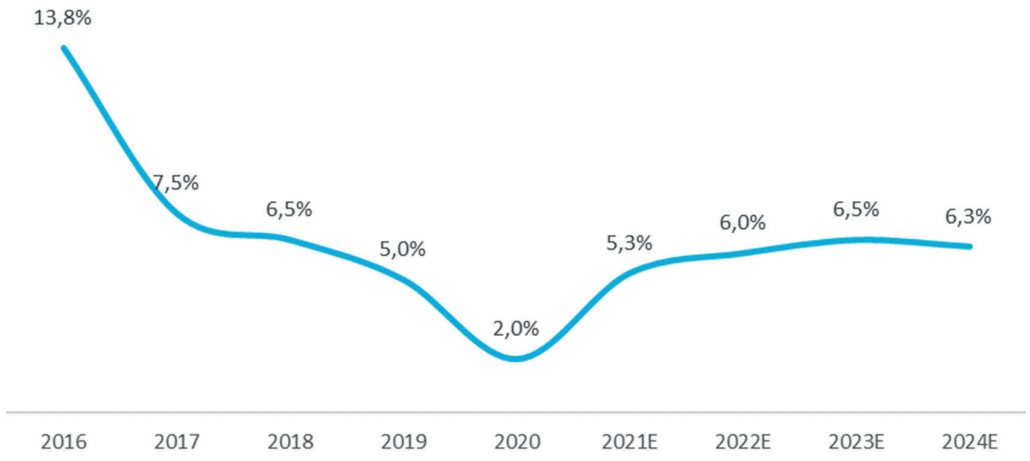
Como consequência da atividade econômica, a pressão inflacionária também diminuiu. No gráfico abaixo são mostrados os valores históricos e a mediana das expectativas de analistas ouvidos pelo BACEN em 9 de abril de 2021. O consenso de mercado para a inflação de longo prazo é de 3,3% a.a. Concomitantemente, as taxas de juros foram reduzidas de 13,8% em 2016 e atingiram 2,0% em agosto de 2020 e estão atualmente no patamar de 2,75% em abril de 2021, segundo dados divulgados pelo Banco Central do Brasil. Essa redução permite o crescimento do consumo impulsionado por maior disponibilidade de crédito, além de amenizar o impacto do endividamento dos consumidores.

IPCA histórico e projetado



Fonte: BACEN e Relatório Focus

Selic Meta fim de período histórico e projetado

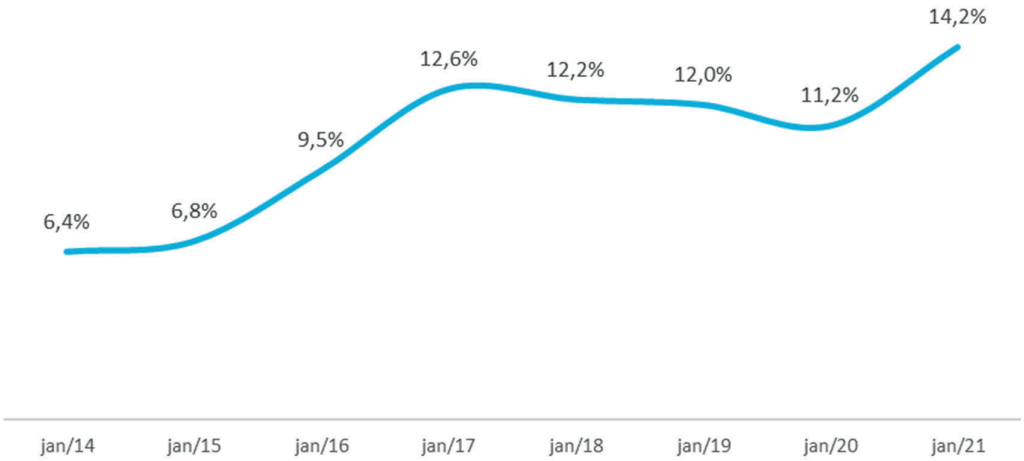


Fonte: BACEN e Relatório Focus

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Ao analisar o desemprego histórico do país, observa-se que o indicador vinha em tendência de queda desde janeiro de 2017 até janeiro de 2020. Com os impactos econômicos causados pelas políticas de distanciamento social, a taxa de desemprego voltou a crescer, chegando a 14,2% em janeiro de 2021. O gráfico abaixo mostra a taxa de desemprego histórica, desde janeiro de 2014.

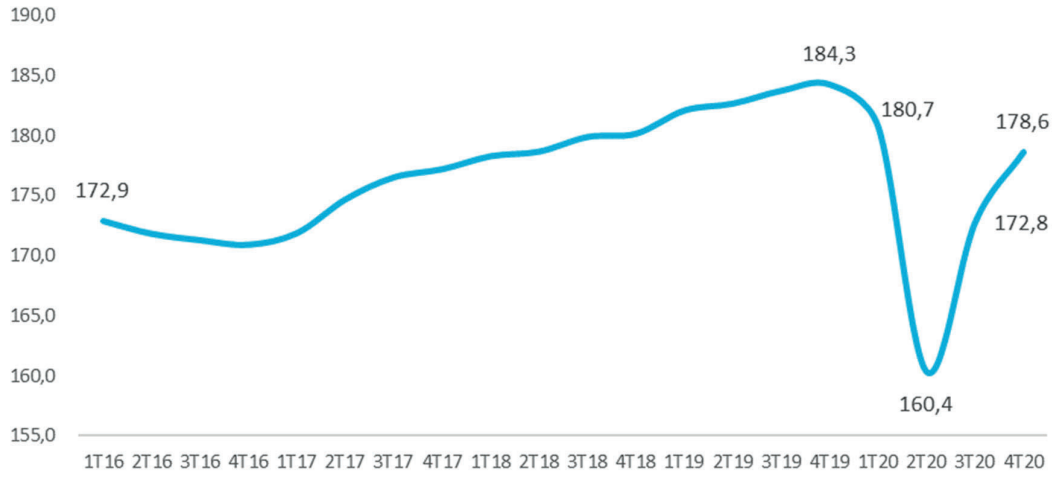
Taxa de Desemprego



Fonte: IBGE

Ao mesmo tempo, apesar do consumo das famílias ter sofrido uma queda relevante no 2T20 por conta da COVID-19, o índice já demonstrou rápida recuperação no 3T20 e 4T20, retornando a patamares de consumo do 1T20. O índice abaixo demonstra o comportamento histórico do consumo das famílias, em forma de índice dessazonalizado.

PIB trimestral: consumo das famílias - Índice dessazonalizado



Fonte: BACEN

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

À medida que uma melhora do ambiente econômico se concretize, suportado pela vacinação da população e volta da confiança, tais mudanças criam um ambiente mais favorável para o desenvolvimento do setor varejista, já que o consumidor, especialmente aquele de menor renda, passa a ter mais oportunidades de comprar produtos como eletroeletrônicos, eletrodomésticos e outros de maior valor agregado.

II. Canais de venda

A Companhia realiza suas vendas por meio de uma plataforma multicanal diversificada e integrada, composta por (1) pontos de venda físicos dos clientes-varejistas; (2) marketplaces dos clientes-varejistas; e (3) *e-commerce* proprietário. A Companhia acredita que dos canais de venda que atualmente opera, o *e-commerce* tem uma posição de relevância e com potencial de desenvolvimento.

Abertura das Vendas por Canal



O *e-commerce* está trazendo novas características para o mercado de varejo brasileiro, especialmente em decorrência do seu crescimento. Segundo dados do Webshoppers, as vendas online saltaram de R$44 bilhões em 2016 para R$87 bilhões em 2020, o que representou um crescimento médio anual de 18%. Mais de 79 milhões de consumidores brasileiros fizeram pelo menos uma compra virtual em 2020, crescimento de 29% ante 2019.

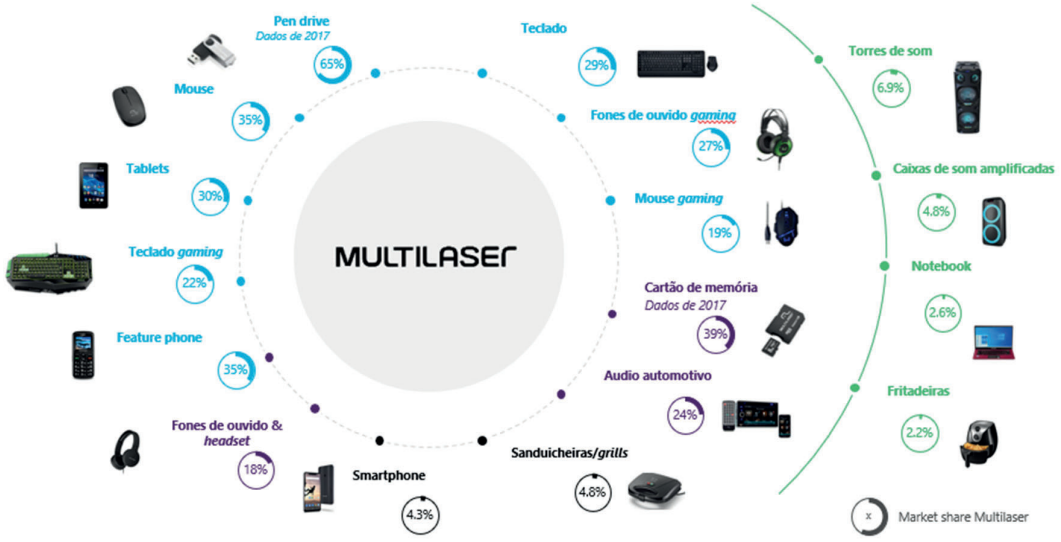
Mesmo num cenário de crise, o *e-commerce* manteve crescimento resistente no volume de pedidos nos últimos anos, com 5% de crescimento anual em 2017, 10% em 2018, 21% em 2019 e 30% em 2020, segundo dados do Webshoppers. Com tal crescimento, o *e-commerce* passa a representar uma parte cada vez mais significativa do negócio varejista, que tem adaptado continuamente seus canais de venda a um mundo cada vez mais conectado. Diante deste cenário, se tornam necessários sistemas sólidos e de fácil utilização, com plataformas de marketplace criando novas relações entre consumidores e vendedores.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O Brasil tem a terceira maior população conectada à internet do mundo medido pelo tempo de acesso à internet no dia, com base em dados de Jan/2020 expostos no relatório da Atlântico. De acordo com o mesmo relatório, de 2005 para 2020, a penetração da internet na população brasileira passou de cerca de 20% para 71%. Apesar desta forte evolução e do tamanho absoluto da população, ainda há grande espaço para crescimento, dado que os níveis de penetração da internet se mantém consideravelmente abaixo do de outros países mais desenvolvidos como os Estados Unidos (87%) e Alemanha (93%), conforme informações da mesma pesquisa. Tais dados evidenciam a tendência de manutenção do forte crescimento do canal de *e-commerce* para os próximos anos, que representou apenas cerca de 6% das vendas da Companhia em 2020.

III. Linhas de produtos

A companhia se destaca pela capacidade de oferecer a seus clientes um mix de produtos diversificado, com mais de 5 mil SKUs, suportado por sua capacidade de distribuição e qualidade dos produtos. Os principais mercados de atuação da Companhia são detalhados abaixo.



Dispositivos Móveis

Considerando o uso da internet, as tendências de aumento de adoção de teletrabalho (*home office)* e educação à distância, além da tendência pela maior penetração e reposição de dispositivos móveis em todas as classes sociais, a companhia enxerga uma perspectiva positiva para o consumo de computadores, smartphones e tablets. A linha de produtos de dispositivos móveis representou 34% das vendas em 2020, sendo

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a segunda categoria mais representativa de vendas da companhia, e onde enxerga-se um momento favorável para os segmentos de atuação e público-alvo.

Nos últimos anos, o ensino à distância (EaD) passou a ter cada vez mais representatividade no ensino superior nacional. Em 2009, havia cerca de 665 mil matrículas realizadas na rede privada em cursos à distância. Em 2019, esse número passou a ser cerca de 2x maior, com mais de 2,3 milhões de matrículas. Essa tendência fica ainda mais evidente ao analisar a evolução do número de cursos de graduação EaD no Brasil, que passou de 844 cursos em 2009 para 4.529 em 2019, um crescimento de mais de 5x no período segundo o Censo da Educação Superior do INEP. Por conta desse movimento, combinado com novos padrões de consumo provenientes da pandemia, com pessoas em casa e se adaptando a tendências como tele-trabalho (*home office)* e educação à distância, a companhia entende que o crescimento do segmento de dispositivos móveis deve ser acelerado nos próximos anos. Tal movimento pode ocorrer seja pelo aumento do número de dispositivos per capita, bem como pela necessidade de reposição de tais dispositivos, além da disponibilização dos dispositivos móveis pelo governo aos alunos do ensino público.

Isso se reforça pelo esforço do SESu/MEC, que vem trabalhando desde 2020 no Plano de Expansão da EaD nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES). Tal projeto vislumbra ampliar o acesso e a permanência dos estudantes por meio da educação a distância e assegurar a qualidade da oferta de cursos.

Tal tendência de EaD e digitalização do ensino não se resume somente ao ensino superior. Em 2021, o governo do estado de São Paulo anunciou o investimento de R$ 1,5 bilhão em tecnologia para escolas estaduais. Segundo o governo, tal investimento será destinado a compra de notebooks, desktops, wi-fi, estabilizadores, TVs, entre outros itens para melhorar a conectividade nas 5,1 mil escolas da rede estadual. A Companhia entende que esse movimento deve ocorrer com mais frequência não somente no governo de São Paulo, mas em outras regiões do país em busca de assegurar o acesso à tecnologia para os alunos da rede pública de ensino.

A Companhia também observa uma mudança da preferência do consumidor, cada vez mais focado em notebooks, smartphones e tablets ao invés de computadores *desktop.*

Celulares

Com os avanços tecnológicos e as consequentes mudanças nas preferências do consumidor, o mercado de smartphones brasileiros cresceu fortemente. Em 2020, foi firmado um acordo de exclusividade para fabricação e comercialização da linha de dispositivos móveis da Nokia para o mercado brasileiro.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Segundo a Euromonitor International, em 2020 as vendas de celulares mais simples (*feature phones)* somaram R$494 milhões, verificando-se uma queda de 23% em comparação a 2019.[3]

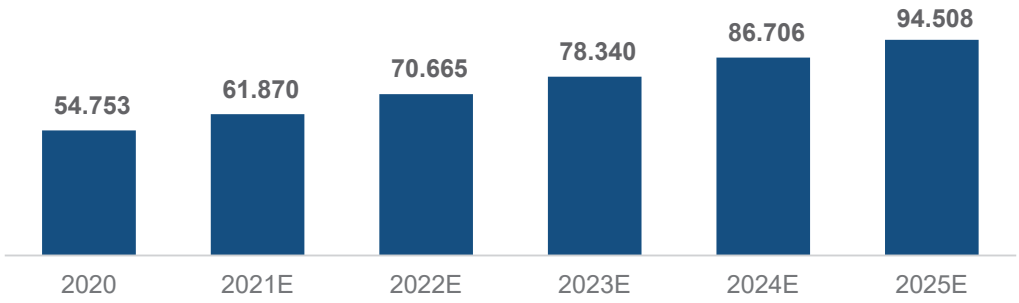
A Companhia possui um *market share* de cerca de 35% do volume vendido para linha de *feature phones* em 2020, o que a credencia como um dos principais players do mercado, segundo dados da GfK (*Growth from Knowledge*).

Para a categoria de *smartphones,* as vendas de celulares em 2020 representaram R$54,8 bilhões, verificando um crescimento de 2,5% em comparação com 2019, segundo dados da Euromonitor International.[1]

Na categoria de smartphones com preço final abaixo de R$ 600, a Companha possui cerca de 17% de *market share* do volume vendido em 2020, sendo um dos players de maior relevância no setor, segundo dados da GfK.

Para os próximos anos, é esperado um crescimento do mercado de celulares com um CAGR 2020-2025 de 11,5%, conforme estimativas de venda abaixo, segundo dados da Euromonitor International[1]

Venda Estimada de Celulares – 2020 a 2025 (R$ milhões)



Fonte: Companhia, com base em Euromonitor International Limited, *Consumer Electronics in Brazil 2021*, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, moeda local, em termos correntes.

Notebooks e Desktop

O número de unidades vendidas de laptops vem crescendo consistentemente após passar por uma queda em 2016, passando de 3,0 milhões em 2016 para 4,3 milhões em 2020, segundo dados da Euromonitor International. Isso representa um crescimento médio anual ponderado entre 2016 e 2020 de 9,0% do volume vendido. Ao analisar o

[3] Companhia, com base em Euromonitor International Limited, *Consumer Electronics in Brazil 2021*, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, moeda local, em termos correntes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

mercado de desktops, observa-se um CAGR 2016-2020 de 2,6%, atingindo um volume de 639 mil unidades vendidas em 2020, segundo a Euromonitor International.[4]

Os dados acima suportam a tese de recuperação no segmento, bem como de uma migração do uso de desktops para notebooks. Nesse cenário, destaca-se que o *market share* da Companhia segundo dados da GfK, é de cerca de 2,6% do volume vendido de notebooks em 2020, sendo um dos players mais relevantes do setor.

Tablets

A venda de tablets no Brasil vêm caindo, com um CAGR de volume vendido entre 2016-2020 de -4,4%, totalizando 2,8 milhões de unidades vendidas em 2020, segundo dados da Euromonitor International.[2]
No mercado de tablets, a Companhia possui posição de relevância em participação do mercado, com cerca de 30% de *market share* no volume vendido em 2020, segundo dados da GfK. A Companhia entende que uma recuperação do mercado deve ocorrer à medida que a transformação do padrão de consumo por conta de novas tendências como tele-trabalho (*home office)* e educação à distância se consolidem.

Acessórios de TI e Material de Escritório

Esse novo padrão de consumo gera consequências nas linhas de acessórios para notebooks, tais como teclados, *pen-drives*, fones de ouvido e chips de memória. Tendo em vista a facilidade da companhia em introduzir novos produtos na sua linha de produção, a Companhia se adapta rapidamente a alteração do cenário o que a colocou em uma posição competitiva vantajosa.

O segmento de Acessórios de TI e Material de Escritório é o que possuiu maior representatividade em vendas da companhia no ano de 2020, com 36% de participação. Nesse segmento, a Companhia atua com diversas linhas de produtos, como redes de internet e fibra óptica, acessórios de TI, segurança e IoT (*Internet of Things*), OEM, memória e pen drives, materiais de escritório e papelaria, e energia.

Acessórios de TI

Dentre as linhas de produtos, destaca-se o tamanho das linhas de fones de ouvido e *head-sets, pen-drives*, teclados e chips de memória. Segundo dados da GfK (*Growth from Knowledge*) as vendas de fones de ouvido da Companhia representaram cerca de 18% do volume vendido no Brasil, o que a coloca como um dos players de referência no segmento. Ainda, com base em dados de volume vendido em 2017, a linha de *pen-*

[4] Companhia, com base em Euromonitor International Limited, Consumer Electronics in Brazil 2021, vendas formais ao consumidor final em milhares de unidades.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

drives da Companhia representou cerca de 65% do mercado, e a linha de cartões de memória, 39% de *market-share.*

Na categoria de fones de ouvido para *gaming*, também credencia a companhia como player de referência, com uma participação do volume vendido em 2020 de cerca 27%, segundo a GfK, o mesmo ocorre para a linha de teclados, com cerca de 28% do volume vendido em 2020, e em teclados para *gaming*, em que a companhia possui cerca de 22% de *market share* em volume vendido em 2020, segundo dados da GfK.

Em relação aos mouses, a empresa é referência e se destaca pelo volume vendido em 2020, com 35%, e com a mesma posição de destaque no segmento de mouses para *gaming*, em que possui 19% de *market share* em volume vendido em 2020, segundo a GfK.

Internet e Fibra Óptica

Apesar do pouco tempo no segmento e de representar um canal relativamente novo, a Companhia já possui papel de relevância no setor, seja através do fornecimento de produtos como terminais de linha óptica, rede óptica passiva, cabos de fibra óptica, dentre outros. A Companhia enxerga um grande potencial no mercado de servidores de internet brasileiro. Segundo dados da TELECO, houve um crescimento exponencial no número de residências conectadas a redes de fibra ótica. Em 2017, havia 3,1 milhões de residências conectadas e passando para 16,9 milhões em 2020. No período, isso representa um crescimento de mais de 4x, com um CAGR 2017-2020 de 75,6%.

Produtos para Casa

O segmento de Produtos para Casa representou 20% das vendas no ano de 2020. Nesse segmento, a Companhia atua com diversas linhas de produtos, como áudio, eletroportáteis, TV & Video, healthcare, áudio automotivo e ferramentas (linha em processo de lançamento no ano de 2021).

Áudio

O mercado de áudio para casa (*home audio and cinema*) vêm apresentando queda nos últimos anos. O CAGR 2016-2020 de volume no setor foi de -1,5%, com um volume de 1,5 milhões de unidades vendidas e um mercado de cerca de R$ 1,6 bilhão, segundo dados da Euromonitor International.[5]

Segundo dados da GfK, possuímos cerca de 5% de *market share* do volume vendido em 2020 de caixas de som amplificadas e cerca de 7% no segmento de torres de som.

[5] Companhia, com base em Euromonitor International Limited, Consumer Electronics in Brazil 2021, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, moeda local, em termos correntes e vendas formais ao consumidor final em milhares de unidades.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

TV & Vídeo

O mercado de TVs e Vídeo vêm apresentando recuperação desde 2016, após ter sofrido queda de volume vendido versus o ano de 2015. O segmento apresentou um CAGR 2016-2020 de 3,1% do volume vendido, com um mercado estimado de R$ 21,8 bilhões em 2020, segundo dados da Euromonitor.

A companhia entrou no segmento em 2019 e vêm apresentando rápido crescimento de vendas, com um CAGR 2019-2020 de 169,6%. No ano de 2021, a companhia assinou um contrato de exclusividade para a produção e comercialização de TVs Toshiba no Brasil. A Companhia entende que tal acordo comercial deve impulsionar o volume de vendas para os próximos anos.

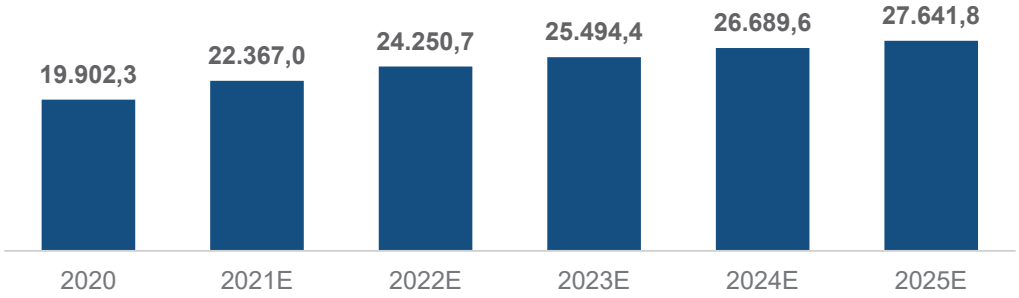
Eletrodomésticos

O segmento de eletrodomésticos de pequeno porte (aspiradores de pó, utensílios de cozinha, ferro de passar roupa, produtos de tratamento de ar, dentre outros) vêm apresentando crescimento desde a queda em 2016 por conta do cenário econômico adverso no país. O CAGR 2016-2020 de 5,8% demonstra um crescimento consistente do volume vendido, segundo dados da Euromonitor International. Em 2020, o tamanho do mercado totalizava R$ 19,9 bilhões, e estima-se que o crescimento do volume vendido deve permanecer para os próximos anos, com um CAGR 2020-2025 de 4,4%, segundo a Euromonitor International.[3]

Segundo dados da GfK, a Companhia possui cerca de 2,2% de *market share* em volume vendido em 2020 no segmento de fritadeiras e cerca de 4,8% de *market share* no segmento de sanduicheiras/*grills*, o que a credencia como um dos players mais relevantes da categoria.

Para os próximos anos, é esperado um crescimento do mercado de eletrodomésticos de pequeno porte (*small appliances*) com um CAGR 2020-2025 de 6,8%, conforme estimativas de venda abaixo, segundo dados da Euromonitor International[3]

Venda Estimada de *Small Appliances* – 2020 a 2025 (R$ milhões)



Fonte: Companhia, com base em Euromonitor International Limited, *Consumer Appliances in Brazil 2021*, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, moeda local, em termos correntes

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Healthcare

Atuamos no segmento de healthcare através da venda de equipamentos médicos com a finalidade de ajudar na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças. Tais produtos que vendemos incluem termômetros, humidificadores, marcadores de pulsação, equipamentos para tratamento dental, inaladores entre outros.

A demanda global por equipamentos portáteis de saúde tem aumentado consistentemente devido ao envelhecimento da população mundial, a tendência de crescimento no número de doenças crônicas e a ascensão de um sistema preventivo de saúde. Para se dimensionar este crescimento, o mercado Global de equipamentos médicos portáteis estava estimado em USD 34,6 bilhões em 2020 e projetado para chegar à USD 56,2 bilhões até 2025, representando um crescimento anual composto de 10,2%, conforme apontam estudos da *Research and Markets*. Esse crescimento está em linha com a expansão do setor mundial de tecnologia geral de saúde, que em 2019 atingiu USD 457 bilhões, representando um crescimento anual de 5,5%, de acordo dados da pesquisa da *EvaluateMedTech*. A pesquisa também revelou que em 2019, o investimento mundial em pesquisa e desenvolvimento para equipamentos de saúde foi de USD 31 bilhões.

De acordo com estudos da MetTech Europe, com base nos preços de produção de 2017, o Brasil possui apenas 1% de mercado mundial de equipamentos médicos. Não obstante, o país tem 2,73% da população mundial, conforme ilustram dados do Wordometer. Essa expressiva discrepância sinaliza forte potencial de expansão no Brasil para o mercado de equipamentos médicos. Ainda mais, de acordo com a *Flanders Investment & Trade Market Survey,* no contexto da América Latina como um todo, a qualidade do sistema de saúde brasileiro é avaliado como um dos piores, o que indica grande potencial para melhora tanto nos serviços quanto equipamentos médicos no país. A *Flanders Investment & Trade Market Survey* também aponta que o Brasil é o maior mercado de equipamentos médicos da América Latina. A pesquisa estimou que a indústria de equipamentos médicos no Brasil estava avaliada em USD 4,7 bilhões em 2015 e que esse valor estava projetado para atingir USD 5,5 bilhões até 2020. Com relação a importações de equipamentos médicos, a tributação e burocracia processual elevada dificultam importações, fazendo com que a produção interna de equipamentos médicos seja essencial para o setor no país.

Áudio automotivo

A frota de automóveis brasileira apresentou crescimento de 2016-2020. Em 2020, a frota total do país totalizou 37,9 milhões de veículos segundo a Anfavea, se posicionando como a 6ª maior frota global, segundo dados da Sindipeças. Além disso, também se verifica aumento na venda dos produtos acessórios para os carros, com o crescente desejo da população de incrementar seus veículos tecnologicamente. Em 2020, a linha de produtos acessórios aos carros registrou R$ 53 milhões em vendas, sendo que no mesmo período a companhia alcançou um *market share* de cerca de 23% em volume vendido em 2020, segundo a GfK.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Kids e Esportes

O segmento de Kids e Esportes representou 6% das vendas no ano de 2020. Nesse segmento, a Companhia atua com linhas de produtos variadas, como a linha baby, esportes, brinquedos, bem-estar e pet (linha em processo de lançamento no ano de 2021).

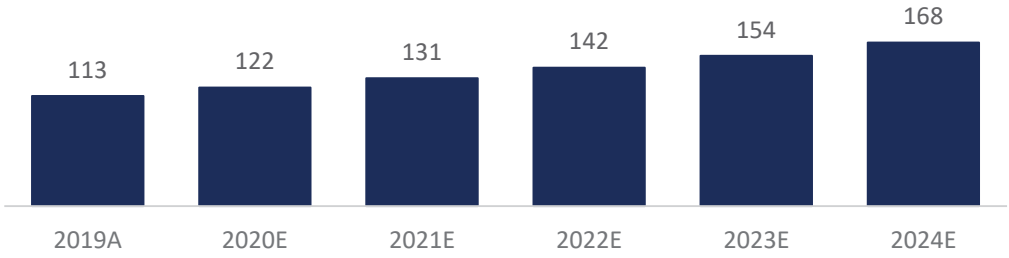
Produtos para bebês e brinquedos

Atuamos na venda de produtos infanto-juvenis como equipamentos para bebês que incluem berços, brinquedos de plástico, mamadeiras, animais de pelúcia, kits de brinquedos, jogos entre diversos outros.

Em termos totais, o mercado mundial de brinquedos e jogos apresentou um valor de mercado de USD 113 bilhões em 2019 e a projeção de chegar em USD 168 bilhões em 2024, um crescimento anualizado composto de 8,2%, conforme apontam dados do relatório *Global Toys and Games Market* da Technavio.

Entende-se que esse crescimento sustentável se explica pelo papel importante exercido por brinquedos no desenvolvimento de crianças, sendo uma ferramenta importante para desenvolvimento de capacidades lógicas nessa etapa da vida. No gráfico abaixo vemos essa tendência de expansão.

Tamanho do mercado mundial de jogos e brinquedos (em bilhões de dólares)

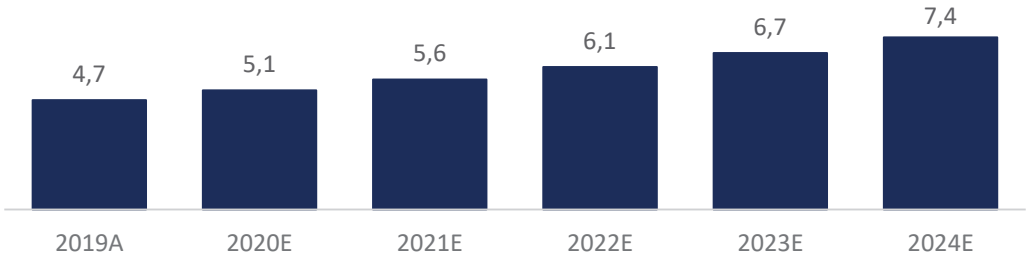


Fonte: Technavio

Ao olhar o tamanho de mercado de jogos e brinquedos na América do Sul, vemos que ainda há bastante espaço para expansão, em 2019 este mercado apresentava tamanho estimado em torno de USD 4,7 bilhões com uma previsão de crescimento composto anualizado de 9,5% entre 2019-2014, atingindo USD 7,4 bilhões em 2024.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Tamanho do mercado de jogos e brinquedos na América do Sul (em bilhões de dólares)



Fonte: Technavio

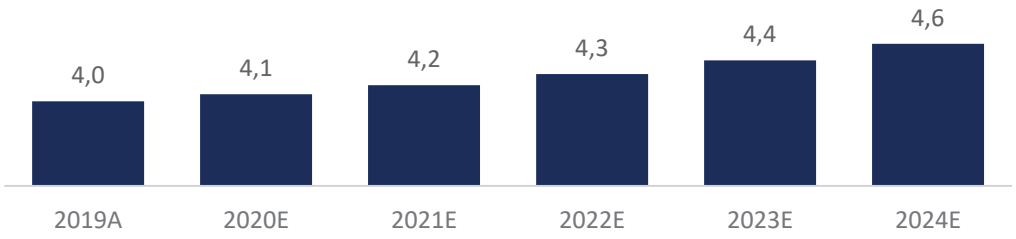
Esse expressivo crescimento na região se atribui principalmente a demanda de brinquedos no Brasil. De acordo com o IBGE, em 2020, 44,2 milhões de pessoas estava entre 0-14 anos, representando 20,9% da população do Brasil, fazendo assim o país ser um dos lugares mais lucrativos do mundo para vendas de brinquedos e jogos. Adicionalmente, esse crescimento também é apoiado pelo aumento da penetração do uso de internet entre os brasileiros, o que estimula as compras on-line. Em 2019, 78,3% da população do país tinha acesso à internet, conforme apontam dados do IBGE.

Esportes e bem-estar

Conforme aponta estudo da Grand View Research, o setor mundial de equipamento esportivo e bem-estar deve passar por um crescimento agressivo até 2025, explicado por uma conscientização global dos benefícios de saúde que o exercício físico possui e a importância da qualidade de vida. A Companhia atua vendendo equipamentos esportivos para fitness e pilates, natação, de mobilidade urbana, como bicicletas, patines, skates, hoverboards e seus acessórios, além de equipamentos eletrônicos para a prática de esportes como drones, câmeras e smartwatchs.

Em termos de equipamentos de esporte para casa, dados do *Technavio* mostram que em 2019, o mercado global estava avaliado em aproximadamente USD 4,0 bilhões e que atingiria USD 4,6 bilhões em 2024, representando um crescimento anual composto de 3,1%.

Mercado global de equipamentos esportivos para a casa de 2019 a 2024 (em bilhões de dólares)



Fonte: *Technavio*

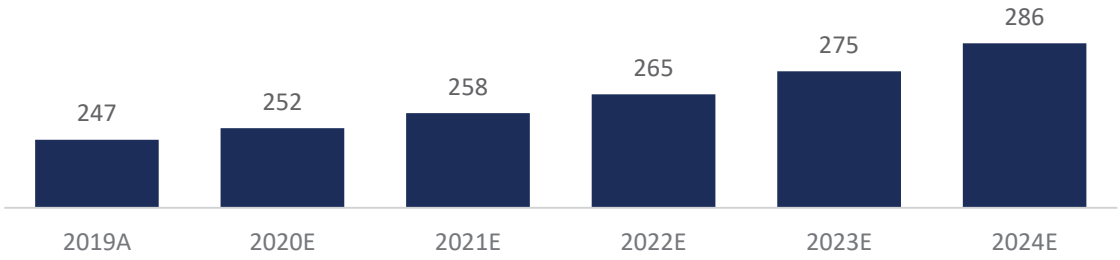
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Vale destacar que na América Latina, o Brasil é líder na indústria de equipamentos esportivos. A preocupação com complicações de saúde como obesidade e um estilo de vida sedentário estimularam o consumo de equipamentos para prática de exercício no país, aponta a *Technavio*.

A dinâmica do mercado, tanto nacional quanto mundial, esportivo é favorável e vale destacar que a demanda por equipamentos esportivos que podem ser utilizados dentro de casa, aumentou fortemente devido às restrições de isolamento provocadas pelo coronavírus, especialmente em países *zona-vermelhas,* como o Brasil, de acordo com a *Technavio*.

Nas estimativas da Technavio de 2019-2024, projeta-se que o segmento de mercado esportivo para casa irá crescer de USD 247 milhões em 2019 para USD 286 milhões em 2024, sustentando uma taxa de crescimento anual de 3,0%. O Brasil é o principal responsável pelo volume e crescimento do mercado de compras de equipamentos para casa. De acordo com a Technavio, essa tendência do Brasil é incentivada por mudanças no estilo de vida, a crise do coronavírus, a criminalidade e os incentivos governamentais em estimular um estilo de vida mais saudável.

Mercado de equipamento esportivos para casa na América do Sul (em milhões de dólares)



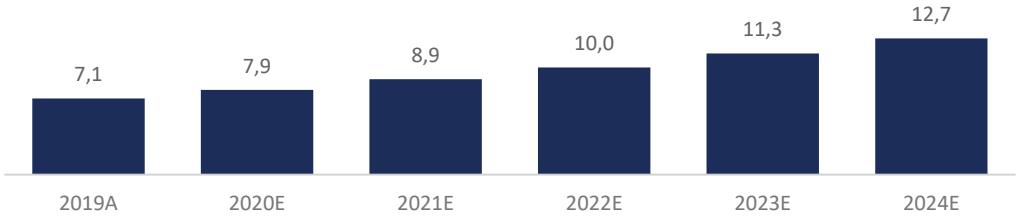
Fonte: *Technavio*

Bicicletas Elétricas

Outro segmento com perspectivas positivas de crescimento é o mercado de bicicletas elétricas, seguindo a tendência do mercado de bicicletas em geral. Dados da Technavio apontam que este mercado estava avaliado em USD 7,1 bilhões em 2019 e projetado para crescer a uma taxa anual composta de 12,5%, atingindo o valor de USD 12,7 bilhões em 2024.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

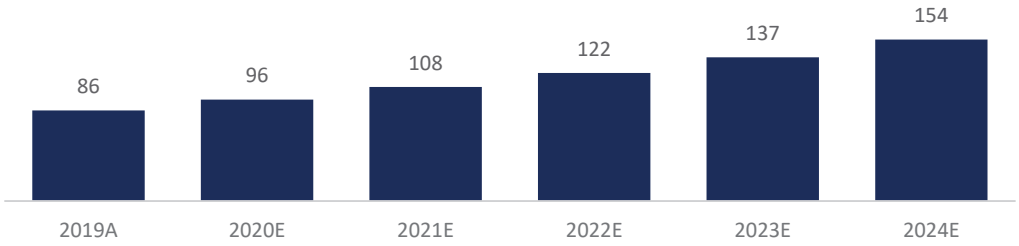
Tamanho do mercado de bicicletas no mundo (em bilhões de dólares)



Fonte: *Technavio*

Na América do Sul, o uso de bicicletas elétricas está acelerando substancialmente. Dados da Technavio demonstram que esse mercado estava avaliado em USD 86 milhões em 2019 e projetado para atingir USD 154 milhões até 2024, uma taxa anual composta de crescimento de 12,3%. A maior parte dessa expansão na região se deve ao Brasil e a Argentina. No caso do Brasil, a tração é especialmente marcante, sendo que de março a junho de 2019 mais de 10 milhões de jornadas com bicicletas elétricas foram registrados. A gradual queda do custo de baterias assim como preocupações com emissões poluentes são drivers chave neste mercado de bicicletas elétricas, de acordo com a Technavio. O gráfico a seguir demonstra essa situação.

Tamanho do mercado de bicicletas na América do Sul (em milhões de dólares)



Fonte: *Technavio*

Equipamentos eletrônicos para esporte

Podemos entender que o mercado de equipamentos eletrônicos para esportes é composto por produtos como drones recreacionais, smartwatches, câmeras de ação digitais, entre outros artigos.

Em 2019, o mercado global de drones recreacionais estava avaliado em USD 2,1 bilhões em 2020 e projetado para chegar em USD 3,3 bilhões em 2025, uma taxa de crescimento composta de 9,0% ao ano, aponta estudo da Business Research Company. O estudo também afirma que esse expressivo crescimento se explica principalmente pelo aumento da popularidade de fotografia aérea.

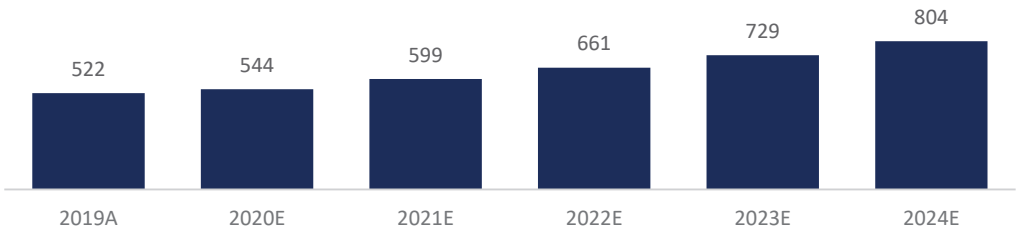
Com relação as câmeras de ação digitais, segundo a Global Market Insights, em 2019, o mercado global desses produtos estava avaliado em USD 3,5 bilhões e projetado para atingir USD 5,5 bilhões em 2026, com taxa de crescimento composta de 6,7% ao ano

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

no período projetado. O setor de viagens e turismo desempenha um papel crucial no desenvolvimento desse mercado globalmente segundo ao estudo da Global Market Insights. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2019, houve cerca de 1,5 bilhão de chegadas de turistas internacionais em todas as regiões do mundo, que preferem utilizar câmeras de ação compactas que garantem mais facilidade e conveniência. A expansão da indústria do turismo aumentará a demanda por câmeras de ação robustas, pois os viajantes estão entusiasmados com a gravação de vídeos HD e fotos de alta qualidade durante as viagens.

No que diz respeito ao mercado de smartwatches, dados da Technavio também são favoráveis para o crescimento desse mercado. Em 2019, na América do Sul, o mercado estava avaliado em USD 522 milhões, com crescimento previsto de 9,0% ao ano até 2025, ano em que o mercado atingiria USD 804 milhões. Países como o Brasil são os principais responsáveis por esse crescimento, que vem principalmente do aumento da penetração de smartwatches, aponta a Technavio. Outro fator apontado é o aumento da preocupação com saúde e monitoramento de sinais vitais com esses produtos.

Tamanho do mercado de smartwatches na América do Sul (em milhões de dólares)



Fonte: *Technavio*

Assim, podemos ver que o mercado de equipamentos esportivos eletrônicos no Brasil possui perspectivas de crescimento e adoção favoráveis no médio e longo prazo.

Pets

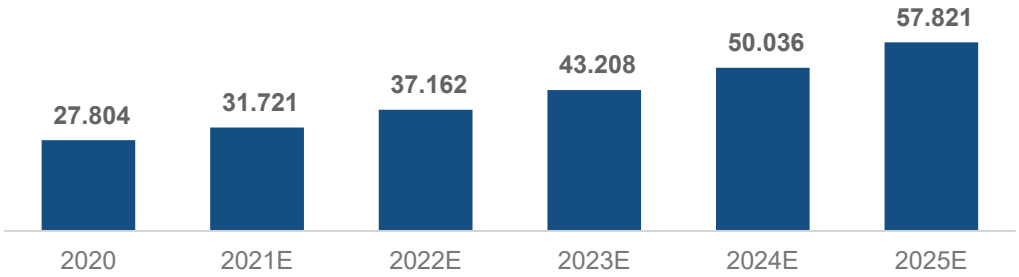
A Companhia está iniciando no ano de 2021 com a linha Pet, num mercado que a companhia enxerga um potencial de crescimento significativo e sinergias com seus canais de distribuição. Estima-se que o mercado de Pet no Brasil será um dos seis maiores do mundo em termos de venda no varejo segundo a Euromonitor International em 2021. Ainda, segundo a Euromonitor International, as vendas relacionadas a Pet Care totalizaram cerca de R$27,8 bilhões em 2020, com um crescimento médio ponderado entre 2020 a 2025 estimado em 15,8%.[6]

As estimativas de venda podem ser visualizadas abaixo, segundo dados da Euromonitor International.[4]

[6] Companhia, com base em Euromonitor International Limited, Pet Care in Brazil 2021, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, moeda local, em termos correntes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Venda Estimada do segmento Pet Care – 2020 a 2025 (R$ milhões)



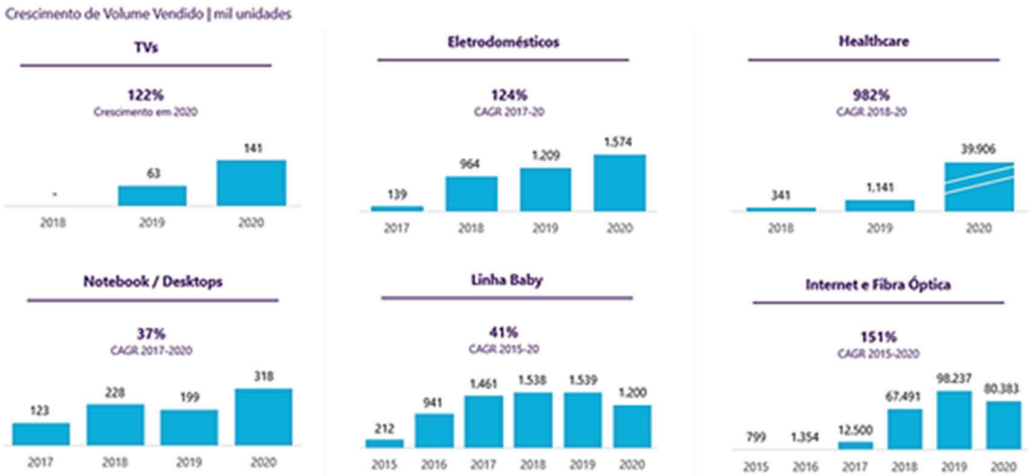
Fonte: Companhia, com base em Euromonitor International Limited, *Pet Care in Brazil 2021*, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, moeda local, em termos correntes.

Dinâmica competitiva

Mesmo com a recente crise econômica no País, a Companhia se manteve competitiva e com margens sustentáveis. Além disso, pequenas e médias empresas continuam enfrentando dificuldades relacionadas à abastecimento e crédito para financiamento de seus clientes, criando um cenário onde *players* com escala conseguem se solidificar como líderes de mercado.

A Companhia acredita que sua capacidade de sempre realizar lançamentos bem-sucedidos de novas linhas no portfólio lhe garante uma posição de destaque, exemplificada pelas linhas de TVs, Eletrodomésticos, Healthcare, Notebook e Desktop, Baby e Internet e Fibra Ótica. Tais produtos ilustram o elevado crescimento de volume de vendas desde o início de suas operações nos respectivos segmentos.

Exemplos de Lançamentos de Linhas de Produtos nos Últimos Anos



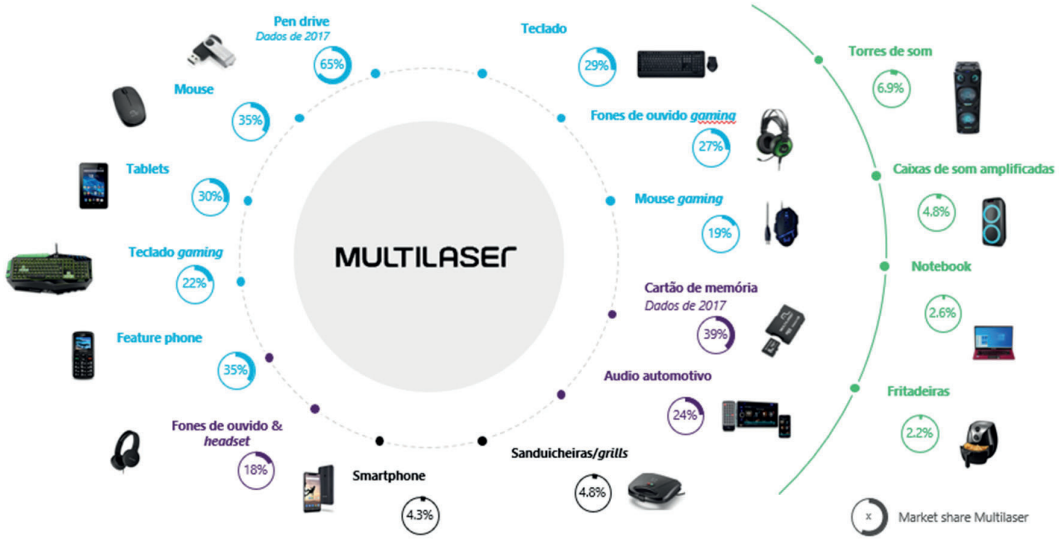
Fonte: Companhia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Desde a data de lançamento destas linhas, a companhia apresentou os seguintes crescimentos: (i) TVs (crescimento em 2020: 122%, lançamento em 2018); (ii) Eletrodomésticos (CAGR 17-20: 124%, lançamento em 2017); (iii) Healthcare (CAGR 18-20: 982%, lançamento em 2018); (iv) Notebook e Desktop (CAGR 17-20: 37%, lançamento em 2016) (v) Linha Baby (CAGR 15-20: 41%, lançamento em 2015); (vi) Internet e Fibra Ótica (CAGR 15-20: 151%, lançamento em 2015).

O mercado de varejo de bens de consumo em que a companhia atua é altamente disperso, e deve ser analisado por linha de produto comercializada. Assim, os concorrentes da companhia variam consideravelmente, com poucos atuando em mais de uma linha de produtos. Devido a relevância de *market share* da Companhia, ela concorre com as principais empresas de cada segmento, com a participação em seus respectivos mercados de atuação já citadas acima e sintetizadas na imagem abaixo:

Posição de Relevância em Diversas Linhas de Produto



Fonte: GfK

(d) Eventual sazonalidade

A demanda pelos produtos vendidos é usualmente menor no primeiro trimestre, especialmente em função da redução dos gastos pelos consumidores finais neste período do ano. Assim, a companhia está sujeita a flutuações sazonais nos resultados trimestrais. As vendas realizadas no primeiro semestre seguem um padrão. Historicamente, no segundo semestre as vendas aumentam, principalmente, em decorrência dos dias das crianças, *Black Friday* e Natal, bem como do recebimento de décimo-terceiro salário pelos consumidores finais.

A receita líquida de vendas consolidadas atingiu R$ 3.077 milhões no ano de 2020.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A tabela abaixo demonstra a distribuição trimestral da receita líquida de vendas:

Sazonalidade de Vendas (em percentual da receita líquida total para cada período)				
	1T	**2T**	**3T**	**4T**
2018	20%	24%	29%	27%
2019	22%	23%	25%	30%
2020	16%	20%	30%	34%

Ainda não há dados suficientes na data deste Formulário de Referência para verificar a sazonalidade do primeiro trimestre de 2021.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Os principais componentes na linha de produção são os *wafers*, ou seja, lâminas de circuitos integrados em pastilhas feitas de silício que são transformadas nas fábricas, e os componentes para montagem dos produtos finais, tais como a placa de processamento central, gabinete plástico ou metálico, tela LCD, conectores, botões e todos os demais componentes de acordo com cada um dos produtos. O relacionamento com os fornecedores não está sujeito a controle governamental.

Em 31 de março de 2021, a Companhia contava com uma base de aproximadamente 680 fornecedores, na sua maioria de origem asiática. Para garantir a disponibilidade de mercadorias, conteúdo, componentes ou serviços, condições de pagamento específicas ou a extensão de limites de crédito, a companhia procura estabelecer acordos de longo prazo com a maioria dos fornecedores. A escala na aquisição de mercadorias e o relacionamento estreito mantido com os fornecedores proporcionam condições especiais de fornecimento de produto que garantem menor risco de fornecimento, bem como melhor gestão de fluxo de caixa, níveis mais previsíveis de margem bruta e menores necessidades de capital de giro para formação e recomposição de estoques, além de acesso mais rápido a novos produtos.

A Companhia está sempre em busca de novos fornecedores e novos produtos. O time de desenvolvimento de produtos participa de aproximadamente 20 feiras internacionais todos os anos, para analisar as novas oportunidades de produtos e fornecedores. Os principais fatores avaliados na tomada de decisão sobre a incorporação de novos itens são a qualidade, canal de distribuição, a margem esperada e o ciclo de vida do produto. Para definir se um produto pode ser incorporado ao portfólio é necessário que seja analisada a viabilidade de importação do produto e/ou seus componentes, as margens

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

percentual e absoluta do item, além da rentabilidade que o capital investido irá proporcionar à Companhia.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

A maior parte dos produtos e matérias primas é importada. Desta forma, os custos de tais mercadorias podem flutuar de acordo com a oscilação mundial da oferta e da demanda, bem como de acordo com a cotação do dólar. Para maiores informações sobre a exposição à taxa de câmbio, ver os itens 4.1, 5.1 e 5.2 deste Formulário de Referência.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício social de 31 de dezembro de 2020 nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

Entretanto, apesar de não ser algo recorrente, no período de três meses findo em 31 de março de 2021, contrato público celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 003/2020 firmada com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, representou 21% da receita operacional líquida da Companhia.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, o segmento operacional afetado pelas receitas provenientes do cliente informado no subitem (a) foi o de Mobile Devices, vez que o percentual apresentado no subitem (a), representou 42% da receita do segmento de Mobile Devices no período.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

São descritas abaixo as leis e regulamentações do mercado brasileiro que são aplicáveis aos negócios da Companhia:

Direito do Consumidor

A Companhia está sujeita a diversas regras de proteção aos consumidores que estabelecem certos direitos básicos do consumidor que precisam ser observados nas operações. Dentre elas, vale destacar o direito a informações claras e precisas sobre os produtos que estão sendo oferecidos no mercado e o direito do consumidor de ter acesso e de modificar as informações pessoais recolhidas sobre eles e armazenadas em banco de dados.

Legislação Ambiental

(i) Responsabilização Ambiental

Conforme dispõe o artigo 225, §3º, da Constituição Federal, qualquer pessoa física ou jurídica que cause danos ao meio ambiente estará sujeita a sanções administrativas e criminais, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados na esfera cível. Tais disposições são reguladas no nível federal por três normas: (i) Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 ("Política Nacional do Meio Ambiente"); (ii) Lei de Crimes Ambientais e (iii) Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 (Sanções Administrativas ao Meio Ambiente).

A Política Nacional do Meio Ambiente estabelece o quadro geral e as orientações para a proteção ambiental, bem como conceitos importantes, tais como a definição de "poluição", e a fixação da responsabilidade civil objetiva para a reparação do dano ambiental na esfera cível.

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. As infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R$50 milhões; multa diária; suspensão parcial ou total das atividades; restrição de direitos; embargo entre outras.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando a demonstração do nexo de causalidade, podendo um dos agentes responder pelo dano ambiental de forma integral. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço ou fornecedor, poderá ser demandada à remediação ou pagamento de indenização aquela que tiver maiores condições financeiras para fazê-lo, cabendo, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado. Além disso, conforme posicionamento consolidado do Supremo Tribunal Federal, pleitos de reparação/compensação por danos ambientais não estão sujeitos a prescrição.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente.

Como consequência, quando são contratados terceiros para realizar a qualquer intervenção nas operações, como a disposição final de resíduos, não há isenção de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que o infrator só será penalizado se agir com dolo ou culpa. A Lei de Crimes Ambientais prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorram para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal Lei prevê, ainda, a responsabilização na esfera criminal tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa.

A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

(ii) Licenças e Autorizações

As fábricas, escritórios e depósitos são obrigadas a possuir as licenças exigidas pelas legislações federais, estaduais e municipais, entre as quais vale destacar: (i) licença operacional emitida pela Prefeitura; (ii) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB; (iii) Habite-se, emitido pelas Prefeituras locais; e (iv) licenças ambientais e outorgas de água, conforme aplicáveis.

Especificamente, quanto ao licenciamento ambiental, esta é uma exigência estabelecida na Política Nacional do Meio Ambiente, que estabelece a estrutura de proteção ambiental do país, definindo, dentre outros, órgãos licenciadores e executores da mesma. Estão sujeitos a estas exigências todas as atividades ou os empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, podem causar degradação ambiental. Adicionalmente, algumas autorizações e regulamentações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, como aquelas relativas à supressão de vegetação, utilização de recursos hídricos, tratamento de efluentes.

Conforme definido pela Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o processo de licenciamento ambiental engloba, em regra, três diferentes licenças, cada uma correspondendo a uma fase particular do projeto: a Licença Prévia ("LP"), concedida na fase preliminar e que avalia as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade; a Licença de Instalação ("LI"), que autoriza a sua efetiva instalação e implementação, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, a Licença de Operação ("LO") que autoriza o início de seu funcionamento ou das operações do empreendimento e/ou atividade licenciada.

A responsabilidade pela condução do licenciamento ambiental, de acordo com a disposição da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, é definida de acordo com as características do empreendimento e as atividades nele exercidas, podendo ser de âmbito federal, estadual ou municipal ou inclusive serem dispensadas de licenciamento ambiental, por não causarem significativo impacto ambiental.

A depender das especificidades do empreendimento e/ou projeto, do âmbito de seus impactos ambientais e dos critérios de exigibilidade estabelecidos pelo órgão ambiental competente, o processo de licenciamento ambiental pode ocorrer de forma simplificada, ao invés do sistema trifásico previamente descrito. No caso de licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade que tenham potencial de causar significativo impacto ambiental, a autoridade ambiental poderá exigir a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

As licenças ambientais possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas perante os órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade e irregularidade da atividade e/ou empreendimento. Ainda, as licenças ambientais podem conter condicionantes técnicas estabelecidas pela autoridade ambiental, que são condições de validade e o seu descumprimento pode impactar a regularidade das operações da Companhia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Em relação aos locais ocupados para o exercício das atividades potencialmente poluidoras (e.g. unidades fabris), a companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos sujeitos ao licenciamento e que violem as normas legais e regulamentares sobre o tema (e.g. ausência de licenças ou operação em desacordo com suas condicionantes) podem sujeitar a Companhia a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas (de R$500,00 até R$10 milhões), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que ficamos impedidos de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento de indenização securitária em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

(iii) Cadastro Técnico Federal ("CTF")

Importante mencionar que a legislação brasileira determina que as atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais devem ser registradas junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) por meio do CTF. A depender da atividade é necessário pagar a correspondente Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), que pode variar entre R$128,80 e R$5.796,73 por trimestre, dependendo do porte da empresa e do grau de utilização dos recursos naturais da atividade desenvolvida. Relatórios periódicos, similarmente, devem ser submetidos em determinados casos.

(iv) Áreas Contaminadas

A contaminação de solo e águas subterrâneas representa passivo ambiental que deve ser administrado com cautela.

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, podemos incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos, visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Caso não sejamos capazes de cumprir com nossas responsabilidades, podemos nos tornar alvo de processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, objetivamente responsáveis pela nossa integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, inclusive acarretar restrições do uso do imóvel, ainda que parcialmente.

Ressalta-se que não há qualquer processo em curso neste sentido.

(v) Resíduos Sólidos

Os resíduos sólidos, em função de sua natureza, podem gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final. A Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), instituída pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e seu respectivo Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, têm por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

No que diz respeito à regulamentação de resíduos sólidos, os empreendimentos da Companhia podem estar sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS"), conforme delineado pela PNRS, devido à natureza, composição ou volume dos resíduos gerados.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

É possível que a Companhia não possua planos de gerenciamento de resíduos sólidos para todas as suas unidades, mas que, não obstante, a Companhia faça a gestão dos resíduos gerados pelas suas atividades, mediante contratação de terceiros devidamente licenciados pelas autoridades ambientais. Ainda que terceirizados os serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, a Companhia não é isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

De acordo com a PNRS, a disposição inadequada dos resíduos bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa, penal e cível. As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade e multas que podem variar entre R$5 mil a R$50 milhões. Ainda, as penalidades criminais aplicáveis incluem reclusão de 1 a 4 anos e multa.

(vi) Outras Autorizações Ambientais

A legislação brasileira exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) autorização para uso de produtos perigosos; e (iii) estudo de impacto de vizinhança para avaliar o uso da área, qualidade do ar e outros aspectos. Além disso, estamos sujeitos a uma ampla legislação e regulação do setor ambiental relacionadas, dentre outros aspectos, às emissões atmosféricas, ao gerenciamento de resíduos e às intervenções em áreas especialmente protegidas. A não obtenção de tais autorizações e ausência de elaboração de tais estudos poderão nos sujeitar às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver.

(vi) Recursos Hídricos

A Companhia está sujeita à Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 ("Política Nacional de Recursos Hídricos"), que, em termos gerais, dispõe que estão sujeitos à obtenção de outorga e de autorização os seguintes usos de recursos hídricos: (i) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo; (ii) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo (poços tubulares); e (iii) lançamento de esgotos e/ou efluentes líquidos ou gasosos em corpo de água, dentre outros.

No caso de utilização da rede pública de esgoto para o despejo de efluente sanitário e/ou industrial, a concessionária do serviço é responsável pela obtenção da outorga e o interessado deve solicitar à concessionária a ligação à rede pública.

Considera-se infração administrativa a utilização de recursos hídricos para qualquer finalidade sem a respectiva outorga ou em desacordo com as condições estabelecidas, bem como a perfuração de poços tubulares sem a devida autorização ou o lançamento de efluentes de forma irregular.

(vii) Áreas Especialmente Protegidas

As Áreas de Preservação Permanente ("APP") são áreas situadas em zonas urbanas ou rurais, especialmente protegidas em virtude da sua importância ambiental. De acordo com o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012) são consideradas APP, dentre outras, os manguezais, em toda sua extensão, a faixa marginal de cursos d'água, nascentes e topos de morro. A supressão de vegetação em APP somente é possível em situações previstas na legislação ambiental (e.g. utilidade pública, interesse social ou baixo impacto).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Na esfera administrativa, conforme Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, impedir ou dificultar a regeneração de vegetação em APPs podem resultar em multas de R$5 mil por hectare. O corte irregular de vegetação em APPs, por sua vez, também poderá resultar em multas de R$5 mil a R$50 mil por hectare. Já na esfera criminal, a utilização irregular de APPs configura crime e pode ensejar multa e detenção de um a três anos. Sendo culposo, a pena pode ser reduzida à metade. Ainda, poderá responder civilmente pelos danos causados, sem que haja qualquer limitação de valores à título de indenização ou para reparação do dano, sendo que pleitos de reparação/compensação por danos ambientais não estão sujeitos a prescrição.

Benefícios Fiscais

A Companhia possui regime especial de tributação nos estados de Minas Gerais, Amazonas e Santa Catarina que abrange dentre os benefícios fiscais diferimento do pagamento do ICMS-Importação na aquisição de produtos importados, bem como crédito presumido de ICMS na venda de produtos fabricados e importados.

Também possui benefício federal por conta de alguns de seus produtos (tablets, smartphones, notebooks, hard drive etc.) estarem habilitados no Processo Produtivo Básico (PPB), o qual permite a venda desses produtos com posterior repasse de crédito do Governo.

Ademais, usufrui de benefício federal por conta de determinados produtos (memórias e pen-drives) estarem habilitados no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores ("PADIS"), que confere isenção dos impostos federais referentes ao desembaraço da matéria prima desses produtos (Imposto de Importação, IPI, PIS e COFINS), bem como posterior repasse de crédito financeiro pelo Governo Federal (IPI, PIS e COFINS). O PADIS confere ainda redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ").

Por fim, por realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica ("P&D"), usufrui dos benefícios federais concedidos pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, conforme alterada ("Lei do Bem"). A Lei do Bem concede incentivos fiscais com dedução do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em valores proporcionais ao investido pela Companhia em P&D, bem como garante descontos no IPI para compra de máquinas e equipamentos vinculados com tais P&D.

Lei de Licitações e Lei do Pregão

A Companhia possui contratos com entidades da Administração Pública para fornecimento de equipamentos de informática, que são regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 ("Lei de Licitações"), a qual prevê o regramento para contratação com o Poder Público para prestação de serviços e aquisição de bens, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 ("Lei do Pregão"), a qual prevê, também, a aquisição de bens e serviços comuns, porém considerados como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital e por meio de especificações usuais do mercado.

Nos contratos regidos pela Lei de Licitações, em caso de descumprimento de cláusulas contratuais ou regras de contratação (incluindo dos editais de licitação), a Companhia está sujeita às seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos; (iv) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade a penalidade.

Adicionalmente, em caso de contratação com a Administração Pública por meio de inexigibilidade ou dispensa de licitação sem observar as formalidades pertinentes (e.g., processo de justificativa da contratação sem licitação pela entidade pública contratante), a Companhia está sujeita, além das penalidades indicadas acima, à responsabilização criminal dos indivíduos que possibilitaram ou deram causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei ou, então, frustraram ou fraudaram o caráter competitivo do processo licitatório com o intuito de obter vantagem para si ou para outrem (art. 337-E e art. 337-F do Código Penal). Nesses casos, a pena aplicável é de reclusão, de 04 a 08 anos, e multa (art. 337-E e art. 337-F do Código Penal).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

No caso dos contratos regidos pela Lei do Pregão, a Companhia poderá ficar impedida de licitar e contratar e ser descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ("SICAF") pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nas hipóteses de a Companhia: (i) ser convocada dentro do prazo de validade de proposta e não celebrar o contrato; (ii) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; (iii) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; (iv) não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato; e (v) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Importante ainda destacar que com a aprovação da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021 ("Nova Lei de Licitações"), haverá alterações sensíveis quanto às penalidades impostas até então pela Lei de Licitações.

A Nova Lei de Licitações será obrigatória após 2 (dois) anos de sua publicação, facultado aos entes públicos sua adoção antes de tal prazo em substituição à Lei de Licitações. Note-se, não obstante, que os artigos 89 ao 108 da Lei de Licitações já se encontram revogados desde a data de publicação da Nova Lei de Licitações.

No que tange às possíveis penalidades, a Nova Lei de Licitações prevê que (i) a multa será calculada na forma do edital ou do contrato, com limite mínimo e máximo, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centro), nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e (ii) o impedimento de licitar e contratar ficará restrito à esfera administrativa do ente sancionador e seu prazo máximo será de 3 anos (artigo 155, § 4º). No caso da penalidade de declaração de inidoneidade, a Nova Lei de Licitações dispõe que o impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública será pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos (artigo 155, § 5º).

Com a promulgação da Nova Lei de Licitações, caberá aos entes públicos contratantes, durante o período de transição, definir o regime legal aplicável quando do início do processo licitatório, o que definirá o possível conjunto de penalidades aos quais a Companhia estará sujeita em caso de descumprimento. Os contratos que tenham sido assinados antes da entrada em vigor da Nova Lei de Licitações continuarão a ser regidos de acordo com as regras previstas na legislação revogada.

Lei das Estatais

A Companhia possui contratos celebrados com entes públicos regidos pela Lei nº 13.303/2016 ("Lei das Estatais") e, subsidiariamente, pelas disposições previstas pelas próprias empresas estatais em seus regulamentos próprios de contratação. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir os requisitos estabelecidos pela referida lei e pelos regulamentos de contratação aplicáveis, estará sujeita à imposição de penalidades.

Nesse sentido, o artigo 83 da Lei das Estatais prevê que, em caso inexecução total ou parcial do contrato, estamos sujeitos às sanções de: (i) advertência, (ii), multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato e (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos. A Lei das Estatais não prevê penalidade de declaração de inidoneidade assim como faz a Lei de Licitações. Ainda, em caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação sem observar as formalidades pertinentes, aplicam-se as consequências mesmas previstas no Código Penal (conforme exposto acima).

A aplicação dessas sanções pode resultar em despesas significativas, impactos reputacionais, discussões administrativas e judiciais e prejuízo na nossa capacidade de renovar ou celebrar novos contratos com a entidade sancionadora.

Fiscalização pelo INMETRO

No âmbito de fiscalização obrigatória realizada pelo INMETRO, a comercialização de produtos em desconformidade com os requisitos aplicáveis sujeita à Companhia a abertura de processos administrativos sancionadores para a apuração de irregularidades. A Companhia já foi autuada por irregularidades relacionadas aos produtos comercializados no que tange a: (ii) utilização incorreta de marcas, símbolos ou selo do Inmetro; (ii) erro formal por indicação quantitativa em desacordo com as regras aplicáveis; (iii) comercialização de produto sem ostentar o selo de identificação da conformidade aprovado pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Dessa forma, em se confirmando as irregularidades, após realização de processo administrativo, a Companhia estará sujeita a aplicação das sanções previstas na Lei nº 9.933/99 (art. 8º), que compreendem: (i) advertência; (ii) multa que pode variar entre R$ 100,00 (cem reais) e R$ 1.500.000,00 (um milhão e meio de reais); (iii) interdição; (iv) apreensão; (v) inutilização; (vi) suspensão do registro de objeto; e (vii) cancelamento do registro do objeto.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Política ambiental

Apesar de não possuir, na data deste Formulário de Referência, uma política ambiental formalmente aprovada, a Companhia está comprometida com temas como mudanças climáticas, biodiversidade, gestão de resíduos, energia e água. Cada vez mais pretende-se trabalhar para reduzir os impactos com protagonismo e inovação em todos esses eixos.

De qualquer modo, a Companhia aderiu ao ISO 14001 no processo de fabricação. A certificação ISO 14001 é composta por uma série de diretrizes que assegura que as companhias certificadas se preocupem com boas práticas de gestão ambiental. Dessa forma, o ISO 14001 leva em consideração as reduções de emissões, efluentes e resíduos que as empresas obtêm após a implementação de um sistema de gestão ambiental. Ao obter a certificação ISO 14001, foram implementadas práticas de gestão ambiental no processo de fabricação de chips de memória e montagem de produtos, além do gerenciamento dos aspectos ambientais durante o ciclo de vida dos produtos, por meio de sua correta utilização e descarte.

Custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não incorreu em custos relevantes relativos ao cumprimento da regulação ambiental.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (“Lei da Propriedade Industrial”), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro validamente concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marca, patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Após a concessão do registro pelo INPI, o titular passar a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de seu uso exclusivo em todo o território nacional, por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputacional do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando não solicitada a renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, as principais marcas (“ATRIO”, “MULTIKIDS BABY”, “MULTIKIDS”, “KID PAD”, “MULTILASER”, “GIGA ANTENNAS”, “GIGA SECURITY”, “WARRIOR”, “ULTRA”, “MIMO”, “KEEP”, “WELLNESS”, “POWERTEK”, ““SMARTO GO”, “UP HOME”, “MOTOR CARE”, “LITET”) estavam devidamente registradas junto ao INPI. A Companhia é titular de 79 marcas, de diferentes classes e apresentações, registradas ou em processo de registro no Brasil. Conforme previsto na Lei de Propriedade Industrial, os registros de marca são válidos por períodos de 10 anos a partir da data da concessão do registro pelo INPI, renováveis por iguais períodos.

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui aproximadamente 78 nomes de domínio registrados em seu nome ou de suas controladas. Os principais nomes de domínio, entre outros, são os seguintes: <atrioesportes.com.br>, <lojamultilaser.com.br>, <lojamultikids.com.br>, <multikids.com.br>, <multikidsbaby.com.br> e <multilaser.com.br>.

Adicionalmente, as licenças para uso e exploração de marca e propriedade intelectual de terceiros envolvem, dentre outros, “BARBIE”, “HOT WHEELS”, “MONSTER HIGH”, “FICHER PRICE”, “POWERPUFF GIRLS”, “OS VINGADORES”, “CAPITÃO AMÉRICA: GUERRA CIVIL”, “NERF”, “PEPPA PIG”, “PJ MASKS”, “HOMEM-ARANHA”, “FROZEN”, “TOY STORY”, “PRINCESAS DA DISNEY”, “MONSTERS UNIVERSITY”, “MONSTROS S.A.”, “MICKEY”, “MINNIE”, “ARISTOCATS” e “FINDING DORY”.

Por fim, a Companhia considera ser dependente das marcas, patentes e licenças de direitos de propriedade intelectual de terceiros para o devido desenvolvimento das atividades e manutenção da posição competitiva, conforme detalhado no item 9.1.b deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, 99,9% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no Brasil, e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 99,8% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no Brasil, conforme descrito na tabela abaixo:

(em R$ milhões, exceto %)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	31 de março de 2021		2020	
	R$	% do total	R$	% do total
Brasil	1,401	99,9%	3,071	99,8%
Total	**1,401**	**99,9%**	**3,071**	**99,8%**

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, 0,1% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior, e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia auferiu 0,2% da sua receita líquida a clientes sediados no exterior.

(em R$ milhões, exceto %)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	31 de março de 2021		2020	
	R$	% do total	R$	% do total
Uruguai, Argentina, Holanda, Israel e Bolívia	1,6	0,1%	6,0	0,2%
Total	**1,6**	**0,1%**	**6,0**	**0,2%**

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, 0,1% da receita líquida da Companhia foi proveniente de países estrangeiros, e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 0,2% da sua receita líquida foi proveniente de países estrangeiros.

(em R$ milhões, exceto %)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	31 de março de 2021		2020	
	R$	% do total	R$	% do total
Brasil	1.401	99,9%	3.071	99,8%
Uruguai, Argentina, Holanda, Israel e Bolívia	1,6	0,1%	6,0	0,2%
Receita operacional líquida	**1.402,6**	**100,0%**	**3.077**	**100,0%**

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) divulgação de informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que não são divulgadas informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado.

(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, tendo em vista que não são divulgadas informações socioambientais.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que não são divulgadas informações socioambientais.

(d) as páginas na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável, tendo em vista que não são divulgadas informações socioambientais.

(e) indicar se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não são divulgadas informações socioambientais.

(f) indicar se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo

A Companhia entende que a legislação ambiental atual não traz essa exigência para as suas operações.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenha sido mencionada no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras inf. relev. - Negócios extraordinários

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - Outros

Descrição dos ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças e nomes de domínio na rede mundial de computadores

I. Marcas registradas e aplicações de marca no Brasil materiais para a Companhia:

Descrição do ativo	Em 31 de março de 2021, as principais marcas da Companhia ("ATRIO", "MULTIKIDS BABY", "MULTIKIDS", "KID PAD", "MULTILASER", "GIGA ANTENNAS", "GIGA SECURITY", "WARRIOR", "ULTRA", "MIMO", "KEEP", "WELLNESS", "POWERTEK", "ESSENZA", "MOTOR CARE", "UP HOME", "SMARTOGO" e "LITET") estavam devidamente registradas junto ao INPI. Nesta data, a Companhia tinha aproximadamente 43 marcas, de diferentes classes e formatos, registradas ou em processo de registro no Brasil. Essas marcas pertencem à Companhia e suas subsidiárias.
Duração	10 anos a partir da data de registro (renovável por períodos semelhantes), nos termos da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96).
Eventos que podem causar a perda dos direitos	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.
Consequências da perda dos direitos	A perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.

II. Nomes de Patentes

Descrição do ativo	Em 31 de março de 2018, a Companhia pediu o registro da patente "APERFEIÇOAMENTOS INTRODUZIDOS EM CARRINHO DE BEBE".
Duração	Não aplicável.
Eventos que podem causar a perda dos direitos	Trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma patente com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outros pedidos idênticos ou semelhantes. O INPI pode indeferir o pedido de registro.
Consequências da perda dos direitos	Não aplicável, tendo em vista que se trata de pedido de registro. A Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

III. Nomes de Domínio

Descrição do ativo	Em 31 de março de 2021, os principais domínios da Companhia, entre outros, eram os seguintes: “atrioesportes.com.br”, “lojamultilaser.com.br”, “lojamultikids.com.br”, “multikids.com.br”, “multikidsbaby.com.br” e “multilaser.com.br”. Nesta data, a Companhia tinha aproximadamente 58 domínios registrados em seu nome ou de suas controladas.
Duração	A duração depende do tipo de registro do nome de domínio. A Companhia pode solicitar prazos de 1, 2, 5 e 10 anos, a depender da relevância do nome de domínio para a Companhia, ou seja, a Companhia solicita termos prolongados para nomes de domínio que são mais valiosos, como os acima definidos.
Eventos que podem causar a perda dos direitos	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (b) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (c) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (d) ordem judicial; e/ou (e) por expressa solicitação do titular do nome de domínio.
Consequências da perda dos direitos	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

IV. Nomes de Licença

Descrição do ativo	Em 31 de março de 2021, as licenças para uso e exploração de marca e propriedade intelectual da Companhia envolviam “BARBIE”, “HOT WHEELS”, “MONSTER HIGH”, “FICHER PRICE”, “POWERPUFF GIRLS”, “OS VINGADORES” “CAPITÃO AMÉRICA: GUERRA CIVIL”.
Duração	1 a 2 anos
Eventos que podem causar a perda dos direitos	Eventos relacionados aos contratos de licença firmados entre as partes, bem como a expiração do prazo de vigência dos registros, a renúncia de direito por uma das partes, a declaração de nulidade ou caducidade dos registros obtida por terceiros em processo administrativo ou judicial.
Consequências da perda dos direitos	O dever de cessar imediatamente o uso das marcas e propriedade intelectual.

V. Nomes de Software Proprietário

Descrição do ativo	Em 31 de março de 2021, os softwares proprietário da Companhia eram “Mercury”, “GOL”, “Multiplik”, “Sistema de Análise de Crédito”, “Multitools”, “Sistema de Gestão de Pedidos”, “Multi2Share” e “Sistema de Controle de Franquias”.
Duração	Não aplicável.
Eventos que podem causar a perda dos direitos	Não aplicável.
Consequências da perda dos direitos	Não aplicável.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

VI. Nomes de Software Open Source

Descrição do ativo	Em 31 de março de 2021, os *software open source* da Companhia eram “MySql”, “Laravel”, “Electron”, “Webpack”, “Vue” e “Less”.
Duração	Não aplicável.
Eventos que podem causar a perda dos direitos	Não aplicável.
Consequências da perda dos direitos	Não aplicável.

VII. Nomes de Licença de Software

Descrição do Ativo	Em 31 de março de 2021, as principais licenças de *software* da Companhia eram “Windows/Office” e “ERP PROTHEUS”.
Duração	ERP PROTHEUS: 4 anos Windows/Office: renovada a cada 5 anos
Eventos que podem causar a perda dos direitos	Eventos relacionados à expiração ou rescisão do contrato.
Consequências da perda dos direitos	Cessação do uso do sistema “Windows”, “Office” e “ERP PROTHEUS”.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica da Multilaser Industrial	Brasil	MG	Extrema	Própria
Depósito fechado para armazenamento de produto	Brasil	MG	Extrema	Alugada
Galpão utilizado para fabricação e armazenamento de produtos	Brasil	AM	Manaus	Alugada
Sala comercial – Escritório Administrativo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Depósito fechado para armazenamento de produto	Brasil	SC	Itajaí	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registros nº 908.204.248, 908.204.353, 908.204.396, 908.204.132, 908.204.299 e 908.204.191, para a m	10 anos a partir da concessão.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registros nº 830.323.821 e 830.323.830, p/a marca nominativa “Bem Estar Total”, nas classes 28 e 35.	10 anos a partir da concessão.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 915.194.589, para a marca nominativa “Ultra”, na classe 9.		Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 913.551.767 e nº 913.551.805, para a marca nominativa “SMARTOGO”, na classe 9.		Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de marca nº 918.469.201, para a marca nominativa “Powertek”, na classe 9.		Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 902.598.830, para a marca nominativa “Giga Security”, na classe 9.		Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 827.474.970, para a marca nominativa “Bodycraft”, na classe 28.	Vigente até 22.09.2029.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 824.384.466, para a marca nominativa “BrasilFax”, na classe 16.	Vigente até 16.06.2025.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro de marca nº 918.314.593, para a marca mista “Essenza”, na classe 11.	N/A.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Pedido de registro de marca nº 920.395.171, para a marca mista “Evolve”, na classe 9.	N/A.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 905.971.981, para a marca mista “Kid Pad”, na classe 28.	Vigente até 12.01.2026.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 906.434.203, para a marca mista “Kids Chef”, na classe 28.	Vigente até 14.06.2026.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registros nº 916.291.480, 916.291.464, 916.291.510, 916.291.421, 916.291.413 para a marca mista “Lit	Vigente até 17.09.2029.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registros nº 918.779.375, 918.779.308, 918.779.243, 918.779.197, 918.779.359, 918, 778.778, 918.779.	10 anos a partir da concessão.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registros nº 914.928.058, 910.877.416, 910.877.408, 914.928.066, 914.928,090 para a marca mista “Mir	10 anos a partir da concessão.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Pedidos de registros nº 914.928.155 e 914.928.180 para a marca mista “ML”, nas classes 09 e 35.	N/A.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registros nº 914.621.696 e 914.621.670 para a marca mista “Multi”, nas classes 35 e 09.	Vigente até 02.04.2029.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 906.111.706, para a marca mista “Multikids”, na classe 28.	Vigente até 19.01.2026.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registros nº 908.808.410, 908.808.526, 908808615, 908.809.115 para a marca mista “Multikids Baby”, n	Vigente até 25.07.2027.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registros nº 914.928.112, 904.117.650, 904.117.820, 914.928.171, 914.928.074, 918.314.607, 826.649.	10 anos a partir da concessão.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registros nº 908.498.810, 908.498.764 e 908.498.853 p/a marca mista“Serene”, nas classes 10, 09, 11.	16.05.2027.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registros nº 914.630.482, 914.630.334, 914.630.504, 914.630.407, 910.631.506 para a marca mista “War	10 anos a partir da concessão.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registros nº 840.881.380, 840.881.371, 913.914.436, 824.823.117, 840.881.363, 824.823.109, 818.145.2	10 anos a partir da concessão.	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	<atrioesportes.com.br>	Até 04/09/2022.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<lojamultilaser.com.br>	Até 04/07/2022.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	<lojamultikids.com.br>	Até 11/09/2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	<multikids.com.br>	Até 18/01/2023.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<multikidsbaby.com.br>	Até 27/10/2022.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	<multilaser.com.br>	Até 18/09/2024.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Marcas	Registros nº 918.321.298 para a marca mista “UP HOME”, nas classes 11 e 21.	10 anos a partir da concessão	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Giga Indústria e Comércio de Produtos de Segurança Eletrônica S.A.	17.122.802/0001-77	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Importação, fabricação e comercialização de equipamento de segurança eletrônica	100,000000
31/03/2021	16,117739	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	412,397329	0,000000	910.811,57	**Valor contábil**				
31/12/2019	20,986472	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A sociedade exerce atividades complementares a da Companhia.								
Multilaser Indústria de Equipamentos de Informática, Eletrônicos e Opticos Ltda.	18.272.566/0001-38	-	Controlada	Brasil	MG	Extrema	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	100,000000
31/03/2021	13,111234	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	20,862924	0,000000	0,00	**Valor contábil**				
31/12/2019	21,780157	0,000000	2.441.423,20					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A sociedade exerce atividades complementares a da Companhia.								
Proinox Brasil Ltda.	11.312.361/0001-90	-	Controlada	Brasil	SC	Itajaí	Importação e comercialização de mercadorias	100,000000
31/03/2021	-74,229727	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	-70,638929	0,000000	0,00	**Valor contábil**				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A sociedade exerce atividades complementares a da Companhia.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, as quais foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo IASB, bem como com nossas demonstrações financeiras individuais consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e informações financeiras intermediárias para os períodos de três meses findo em 31 de março de 2021 e 2020; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras e informações financeiras trimestrais de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Para informações a respeito dos efeitos da pandemia da COVID-19 nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, ver o item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A Administração revisa regularmente as métricas de liquidez e de resultados descritas abaixo para avaliar os negócios da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2021	31/03/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Demonstração de Resultado					
Receita líquida	1.402.533	478.740	3.077.116	1.909.372	1.914.705
Lucro Bruto	474.284	166.462	1.110.663	618.429	668.657
Margem Bruta(1)	33,8%	34,80%	36,1%	32,4%	34,9%
EBITDA(2)	235.704	55.585	548.483	237.234	244.743
Margem EBITDA(3)	16,8%	11,60%	17,8%	12,4%	12,8%
Lucro líquido	193.624	-7.606	444.302	231.373	234.342
Margem Líquida(4)	13,8%	-1,6%	14,4%	12,1%	12,2%
Balanço Patrimonial					
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	402.573	-	232.282	106.546	108.864
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	855.121	-	473.464	70.886	65.016
Caixa e Equivalentes de caixa	502.003	-	452.453	97.927	33.506
Dívida Financeira Líquida(5)	755.691	-	253.293	79.505	140.374
Ativo Circulante	5.010.766	-	4.282.983	1.628.498	1.633.174
Passivo Circulante	2.660.248	-	2.500.955	575.832	701.273
Grau de Endividamento					
Índice Dívida Líquida / EBITDA(6)	1,04	-	0,46	0,34	0,57
Indicador de Liquidez					
Liquidez Corrente(7)	1,88	-	1,71	2,83	2,33

(1) Margem Bruta significa Lucro Bruto dividido por Receita Líquida.

(2) EBITDA é definido como o Lucro Líquido do exercício acrescido de Imposto de Renda e Contribuição Social, do Resultado Financeiro Líquido e da Depreciação e Amortização, de acordo com a definição da Instrução da CVM nº 527, de 4 outubro de 2012.

(3) Margem EBITDA significa EBITDA dividido por Receita Líquida.

(4) Margem Líquida significa Lucro Líquido dividido por Receita Líquida.

(5) Dívida Financeira Líquida é definida como saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), menos caixa e equivalente de caixa.

(6) Para fins de comparabilidade com os demais períodos, o indicador referente ao primeiro trimestre de 2021 foi calculado utilizando-se a Dívida Financeira Líquida registrada no balanço patrimonial de 31 de março de 2021 e o EBITDA registrado no período de 12 meses, de 1 de abril de 2020 a 31 de março de 2021.

(7) Liquidez Corrente significa Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante.

Em 31 de março de 2021, a dívida total da Companhia (representada pela soma dos empréstimos e financiamentos - circulante e não circulante) era de R$ 1.258 milhões. Na mesma data, o saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido era de R$ 502,0 milhões e a dívida líquida era de R$ 755,7 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida total da Companhia (representada pela soma dos empréstimos e financiamentos - circulante e não circulante) era de R$ 705,7 milhões. Na mesma data, o saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido era de R$ 452,5 milhões e a dívida líquida líquido era de R$ 253,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a dívida total da Companhia (representada pela soma dos empréstimos e financiamentos - circulante e não circulante) era, respectivamente de R$ 177,4 milhões e R$ 173,9 milhões. O saldo de caixa e equivalentes de caixa líquido era de R$ 97,9 milhões e R$ 33,5 milhões, e a dívida líquida era de R$ 79,5 milhões e R$ 140,4 milhões, respectivamente.

A Companhia analisa os índices de liquidez com a finalidade de identificar possíveis desequilíbrios entre dívidas e recebíveis de curto prazo, bem como as necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. A Diretoria entende que os níveis dos últimos 3 exercícios sociais assim como no período de três meses de 2021, acima mencionados, são adequados, de modo que a Companhia acompanhe os indicadores e tome decisões para manter sua boa situação financeira. O índice de liquidez corrente da Companhia apresentou modesta melhora no primeiro trimestre de 2021 atingindo 1,88, enquanto que ao final do ano de 2020 o indicador estava em 1,71.

(b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	Período de três meses findo em	Exercício social encerrado em		
	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	3.726.246	3.163.309	773.461	873.392
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.729.852	1.524.055	1.149.978	946.130
Capital total (terceiros + próprio)	**5.456.098**	**4.687.364**	**1.923.439**	**1.819.522**
Parcela de capital de terceiros	68,3%	67,5%	40,2%	48,0%
Parcela de capital próprio	31,7%	32,5%	59,8%	52,0%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Em 31 de março de 2021, o índice de liquidez geral (razão entre a soma do ativo circulante e não circulante pela soma do passivo circulante e não circulante) da Companhia era de 1,46 e o índice de liquidez corrente (razão entre o ativo circulante pelo passivo circulante) da Companhia era de 1,88.

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía R$ 1.257,7 milhões de empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante. Nesta data, a Companhia não dispunha de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizada

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa líquido gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (a) operação dos negócios; e (b) dispêndios de capital.

As fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) abaixo estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma delas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia:

(valores em milhares de R$)	Período de três meses findo em	Em 31 de dezembro de		
	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos – circulante	402.573	232.282	106.546	108.864
Empréstimos e financiamentos – não circulante	855.121	473.464	70.886	65.016
Dívida Bruta	1.257.694	705.745	177.432	173.880

A tabela abaixo demonstra a composição dos empréstimos e financiamentos líquidos dos custos de captação:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo são apresentadas as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes à Companhia em vigor em 31 de março de 2021:

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	Período de três meses findo em	Exercício social encerrado em		
	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
1) FINEP	66.849	70.647	84.638	74.863
2) FINIMP (em moeda estrangeira)	25.177	-	47.432	55.902
3) CONTRATOS PARA CAPITAL DE GIRO (em moeda estrangeira)	1.165.668	635.098	45.361	43.115
Total da dívida bruta	1.257.694	705.745	177.432	173.880
Circulante	402.573	232.282	106.546	108.864
Não Circulante	855.121	473.464	70.886	65.016

FINEP

Em 2 de outubro de 2014, a Companhia celebrou o Contrato de Financiamento nº 09.14.0077.00 com a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep ("FINEP"), no valor total de R$ 67.019 mil, com a finalidade de financiar a implantação e o desenvolvimento da produção de componentes semicondutores (memórias NAND Flash e DRAM).

Em 8 de maio de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Financiamento nº 09.18.0006.00 com a FINEP, no valor de R$ 74.928 mil, com a finalidade de financiar inovação e processos na produção de circuito integrado (eMCP LPDDR4 / DRAM DDR4) e dispositivo de armazenamento (SSD M.2).

As linhas de crédito foram concedidas à Companhia por um prazo de 109 e 212 meses, com juros equivalentes à TJLP acrescido de spread de 5,00% ao ano e 3,00% ao ano acrescido de TR, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atualmente, os Contratos de Financiamento FINEP contam com o aval da Multilaser Indústria de Equipamentos de Informática, Eletrônicos e Opticos Ltda., bem como com a fiança dos Banco Bradesco S.A. e do Banco ABC Brasil S.A., além de apólice de seguro fiança do Banco BTG Pactual S.A., por meio da qual a instituição financeira assume, na condição de fiador, a plena e direta responsabilidade por todas as obrigações presentes e futuras, principal e acessórias, contraídas pela Companhia.

FINIMP

Entre fevereiro e março de 2021, a Companhia celebrou junto ao Citibank contratos de financiamento de importação para a compra de mercadorias no valor de US$4.405.804,00. As linhas de crédito foram concedidas à Companhia por um prazo de 180 dias e taxa média de 3,59%.

Contratos de Capital de Giro

A companhia possuía contratos de capital de giro em moeda estrangeira ao final do primeiro trimestre de 2021 no montante de R$ 1.165,7 milhões, representando 92,7% do endividamento bruto total.

Estes contratos foram celebrados entre a Companhia e grandes instituições financeiras nacionais e internacionais que atuam no Brasil tais como Bradesco, Banco do Brasil, Santander, BTG, Citibank, entre outros.

As operações de capital de giro são contratadas para suprir as necessidades de caixa da companhia em um cenário de alto crescimento como o vivenciado desde o segundo trimestre do ano de 2020.

Em 31 de março de 2021, com a finalidade de mitigar os riscos de eventuais perdas financeiras nos saldos cambiais destes contratos denominados em moeda estrangeira foram contratados instrumentos financeiros derivativos cujo custo médio ponderado total acrescido à taxa de remuneração do saldo era de 6,33% a.a.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de março de 2021, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, a Companhia mantém relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas contratadas pela Companhia não possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

FINEP

O Contrato de Financiamento FINEP não prevê *covenants* financeiros, bem como restrições à distribuição de dividendos e à alienação de ativos. Ademais, o Contrato de Financiamento FINEP pode ser considerado antecipadamente vencido pela FINEP caso haja a alteração do controle efetivo da Companhia, direto ou indireto que, a juízo da FINEP, possa comprometer o regular desenvolvimento do projeto e/ou inviabilizar a fiel execução do contrato.

Quanto à emissão de novos valores mobiliários, a Companhia se comprometeu a informar à FINEP todas as alterações realizadas no seu capital social e/ou na sua estrutura societária, que possam influenciar no processo decisório da Companhia, bem como aquelas que possam influenciar na capacidade de pagamento das obrigações assumidas, no prazo de 10 dias após o registro na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

Contratos de Capital de Giro

Um dos contratos que compõem o saldo de capital de giro especificado no item (i) acima, firmado em novembro de 2020 no montante de R$ 98.260 mil, equivalente a USD 17.000 mil e com vencimento em outubro de 2022, possui *covenant* relativa ao nível de endividamento da Companhia, que estabelece nível máximo de endividamento da companhia inferior ou igual a 2 (dois) na relação Dívida Líquida/EBITDA, tal como demonstrado no Item 10.1.a deste Formulário de Referência, e que vem sendo cumprido em sua integralidade desde a data em que foi realizada a captação em referência. O seu não cumprimento implica no vencimento antecipado da referida operação de crédito.

Cabe mencionar que nos últimos três exercícios sociais, todos os índices financeiros (*covenants* financeiros) foram plenamente observados e respeitados.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os termos “AH” e “AV” indicados em colunas de determinadas tabelas abaixo, significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Demonstrações dos Resultados

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	Período de três meses findo em 31/03/2021	AV	Período de três meses findo em 31/03/2020	AV	AH
Receita líquida de vendas	1.402.533	100,0%	478.740	100,0%	193,0%
Custo dos produtos vendidos	-928.249	-66,2%	-312.278	-65,2%	197,3%
Lucro bruto	474.284	33,8%	166.462	34,8%	184,9%
Receitas (Despesas) operacionais					
gerais e administrativas	-30.888	-2,2%	-10.636	-2,2%	190,4%
com vendas	-214.237	-15,3%	-105.407	-22,0%	103,2%
Resultado com equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-823	-0,1%	176	0,0%	-567,6%
Resultado antes do resultado financeiro	228.335	16,3%	50.595	10,6%	351,3%
Receitas financeiras	48.113	3,4%	2.234	0,5%	2053,7%
Despesas financeiras	-33.158	-2,4%	-3.717	-0,8%	792,1%
Variação cambial liquida	-6.212	-0,4%	-48.264	-10,1%	-87,1%
Resultado financeiro	8.743	0,6%	-49.747	-10,4%	-117,6%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	237.079	16.9%	848	0,2%	27857,4%
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	-43.455	-3,1%	-8.454	-1,8%	414,0%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	193,624	13,8%	-7.606	-1,6%	-2645,7%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida

A receita líquida no período findo em 31 de março de 2021 foi de R$ 1,4 bilhão, em comparação com R$ 478,7 milhões no período findo em 31 de março de 2020, o que representou um aumento de R$ 923,8 milhões, ou 193,0%. Este aumento é atribuído principalmente ao aumento nas vendas e efeitos da variação cambial nos preços dos produtos, além da base do primeiro trimestre de 2020 ter sido impactada em sua última quinzena em decorrência do início da pandemia de COVID-19.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos no período findo em 31 de março de 2021 foi de R$ 928,2 milhões, em comparação com R$ 312,3 milhões para o período findo em 31 de março de 2020, o que representou um aumento de R$ 616,0 milhões, ou 197,3%. O aumento nos custos dos produtos vendidos está vinculado com o aumento da receita líquida (conforme descrito acima), ou seja, decorre do aumento nas vendas e efeitos da variação cambial nos preços dos produtos uma vez que em sua maioria os componentes ou até mesmo alguns produtos acabados são importados.

Lucro bruto

Em função dos motivos descritos acima, o lucro bruto no período findo em 31 de março de 2021 foi de R$ 474,3 milhões, em comparação com R$ 166,5 milhões no período findo em 31 de março de 2020, o que representou um aumento de R$ 307,8 milhões, ou 184,9%. O lucro bruto representou 33,8% e 34,8% da receita líquida de vendas nos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no período findo em 31 de março de 2021 totalizaram R$ 214,2 milhões, em comparação com R$ 105,4 milhões no período findo em 31 de março de 2020, o que representou um aumento de R$ 108,8 milhões, ou 103,2%. Esse aumento percentual acompanha o aumento da receita e é decorrente principalmente do volume de vendas e aumento de preços, conforme descrito acima.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no período findo em 31 de março de 2021 totalizaram R$ 30,9 milhões, em comparação com R$ 10,6 milhões no período findo em 31 de março de 2020, o que representou um aumento de R$ 20,3 milhões, ou 190,4%. As despesas gerais e administrativas representaram 2,2% da receita líquida de vendas nos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020. Houve aumento em todos os diferentes componentes das despesas administrativas (i.e., despesas com pessoal, serviços profissionais, tecnologia e comunicação, aluguéis, seguros e outros) no referido período.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

No período findo em 31 de março de 2021, a Companhia registrou despesa de R$ 823 mil, em comparação com uma receita de R$ 176 mil no exercício findo em 31 de março de 2020, o que representou uma variação de R$ 999 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado financeiro

O resultado financeiro no período findo em 31 de março de 2021 foi uma receita financeira líquida de R$ 8,7 milhões, em comparação com uma despesa financeira líquida de R$ 49,7 milhões no período findo em 31 de março de 2020, o que representou um aumento nas receitas financeiras equivalente a R$ 58,5 milhões ou (117,6%). O aumento das receitas financeiras é decorrente preponderantemente da variação cambial líquida que para o período findo em 31 de março de 2021 representou uma despesa de R$ 6,2 milhões enquanto em 31 de marco de 2020 foi uma despesa de R$ 48,3 milhões, uma variação, portanto de R$ 42,0 milhões, ou seja, (87,1%) decorrente da diferença na amplitude da variação cambial observada em cada um dos períodos analisados.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Em função dos motivos descritos acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social no período findo em 31 de março de 2021 foi um lucro de R$ 237,1 milhões, em comparação com um lucro de R$ 848 mil no período findo em 31 de março de 2020, o que representou um aumento no lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R$ 236,2 milhões, ou seja, 27.857,4%.

Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido

No período findo em 31 de março de 2021 houve uma despesa de R$ 43,5 milhões, comparado à despesa de R$ 8,5 milhões no período findo em 31 de março de 2020, o que representou um aumento de R$ 35,0 milhões ou 414,0%. Essa variação é decorrente principalmente de um saldo negativo maior de Imposto de renda e contribuição social correntes, que representaram uma despesa de R$ 35,2 milhões no período findo em 31 de março de 2021, em comparação com uma despesa de R$ 552 mil no período findo em 31 de março de 2020.

Lucro líquido

Em função dos motivos descritos acima, no período findo em 31 de março de 2021 houve um lucro líquido de R$ 193,6 milhões, em comparação com o prejuízo líquido de R$ 7,6 milhões no período findo em 31 de março de 2020, o que representou uma variação positiva de R$ 201,2 milhões. O lucro líquido do exercício representou 13,8% e (1,6%) da receita líquida de vendas nos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	Exercício findo em 31/12/20	AV	Exercício findo em 31/12/19	AV	AH
Receita líquida de vendas	**3.077.116**	**100,0%**	**1.909.372**	**100,0%**	**61,2%**
Custo dos produtos vendidos	(1.966.453)	(63,9%)	(1.290.943)	(67,6%)	52,3%
Lucro bruto	**1.110.663**	**36,1%**	**618.429**	**32,4%**	**79,6%**
Receitas/(despesas) operacionais					
com vendas	(529.181)	(17,2%)	(403.130)	(21,1%)	31,3%
gerais e administrativas	(67.221)	(2,2%)	(54.384)	(2,8%)	23,6%
Resultado com equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-
Outras receitas (despesas) operacionais	10.571	0,3%	59.653	3,1%	(82,3%)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	**524.832**	**17,1%**	**220.568**	**11,6%**	**138,0%**
Receitas financeiras	42.040	1,4%	26.007	1,4%	61,6%
Despesas financeiras	(64.534)	(2,1%)	(17.811)	(0,9%)	262,3%
Variação cambial líquida	(71.093)	(2,3%)	(8.589)	(0,4%)	727,7%
Resultado financeiro	**(93.587)**	**(3,0%)**	**(393)**	**0,0%**	**23713,5%**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**431.255**	**14,0%**	**220.174**	**11,5%**	**95,9%**
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	13.047	0,4%	11.199	0,6%	16,5%
Lucro líquido do exercício	**444.302**	**14,4%**	**231.373**	**12,1%**	**92,0%**

Receita líquida

A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 3,1 bilhões, em comparação com R$ 1,9 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R$ 1,2 bilhão, ou 61,2%. Este aumento é atribuído principalmente ao aumento da receita operacional líquida proveniente da linha de Mobile Devices, no montante de R$ 420,5 milhões ou 62,3%.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 2,0 bilhões, em comparação com R$ 1,3 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R$ 0,7 bilhão, ou 52,3%. Tal aumento, inferior ao aumento da receita líquida indicado acima, decorre especialmente dos custos materiais no montante de R$ 690,0 milhões.

Lucro bruto

Em função dos motivos descritos acima, o lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 1,1 bilhão, em comparação com R$ 0,6 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R$ 0,5 bilhão, ou 79,6%. O lucro bruto representou 36,1% e 32,4% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$ 529,2 milhões, em comparação com R$ 403,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R$ 126,1 milhões, ou 31,3%. As despesas com vendas representaram (17,2%) e (21,1%) da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esse aumento percentual é decorrente principalmente de despesas comerciais.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$ 67,2 milhões, em comparação com R$ 54,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R$ 12,8 milhões, ou 23,6%. As despesas gerais e administrativas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

representaram (2,2%) e (2,8%) da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esse aumento é decorrente principalmente do aumento das despesas com pessoal, tecnologia e comunicação, no montante de R$ 6,0 milhões no período.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu receita de R$ 10,6 milhões, em comparação com uma receita de R$ 59,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de R$ 49,1 milhões ou (82,3%). Essa redução decorre, principalmente, da não recorrência no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da receita proveniente de provisões tributárias e trabalhistas.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de uma despesa financeira líquida de R$ 93,6 milhões, em comparação com uma despesa financeira líquida de R$ 0,4 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação negativa no resultado financeiro equivalente a R$ 93,2 milhões ou 23.713,5%, que decorre principalmente da (i) Variação cambial líquida; e (ii) Aumento das despesas financeiras.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Em função dos motivos descritos acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi um lucro de R$ 431,2 milhões, em comparação com um lucro de R$ 220,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento no lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R$ 211,0 milhões, ou seja, 95,9%.

Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 houve um saldo positivo de R$ 13,0 milhões, em comparação com um saldo positivo de R$ 11,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação positiva de R$ 1,8 milhão ou 16,5%. Essa variação decorre tanto de um grande aumento no Imposto de renda e contribuição social diferidos, como de uma redução similar no Imposto de renda e contribuição social correntes.

Lucro líquido

Em função dos motivos descritos acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 houve um lucro líquido de R$ 444,3 milhões, em comparação com um lucro líquido de R$ 231,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação positiva de R$ 212,9 milhões ou 92,0%. O lucro líquido do exercício representou 14,4% e 12,1% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	Exercício findo em 31/12/19	AV	Exercício findo em 31/12/18	AV	AH
Receita líquida de vendas	**1.909.372**	**100,0%**	**1.914.705**	**100,0%**	**(0,3%)**
Custo das mercadorias vendidas	(1.290.943)	(67,6%)	(1.246.048)	(65,1%)	3,6%
Lucro bruto	**618.429**	**32,4%**	**668.657**	**34,9%**	**(7,5%)**
Receitas (Despesas) operacionais					
com vendas	(403.130)	(21,1%)	(350.355)	(18,3%)	15,1%
gerais e administrativas	(54.384)	(2,8%)	(48.107)	(2,5%)	13,0%
Resultado com equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	59.653	3,1%	(34.889)	(1,8%)	(271,0%)
Resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	**220.568**	**11,6%**	**235.306**	**12,3%**	**(6,3%)**
Receitas financeiras	26.007	1,4%	17.499	0,9%	48,6%
Despesas financeiras	(17.811)	(0,9%)	(22.816)	(1,2%)	(21,9%)
Variação cambial líquida	(8.589)	(0,4%)	(7.183)	(0,4%)	19,6%
Resultado financeiro	**(393)**	**0,0%**	**(12.500)**	**(0,7%)**	**96,9%**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**220.174**	**11,5%**	**222.805**	**11,6%**	**(1,2%)**
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	11.199	0,6%	11.537	0,6%	(2,9%)
Lucro líquido do exercício	**231.373**	**12,1%**	**234.342**	**12,2%**	**(1,3%)**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida

A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 1,9 bilhão, em comparação com R$ 1,9 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma diminuição de R$ 5,3 milhões, ou 0,3%. Essa diminuição é atribuída principalmente à variação negativa na venda de produtos, no montante de R$ 22,5 milhões, decorrente principalmente de uma diminuição da receita operacional líquida proveniente da linha de Mobile Devices e Office & IT supplies. Por outro lado, a linha de Home eletric products e Kids & Sports registrou crescimento expressivo.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 1,3 bilhão, em comparação com R$ 1,2 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R$ 44,9 milhões, ou 3,6%. Este aumento no custo dos produtos vendidos foi superior à variação da receita liquida acima indicada, especialmente em função do aumento dos Custos materiais, no montante de R$ 35,5 milhões.

Lucro bruto

Em função dos motivos descritos acima, o lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 618,4 milhões, em comparação com R$ 668,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma diminuição de R$ 50,2 milhões, ou (7,5%). O lucro bruto representou 32,4% e 34,9% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$ 403,1 milhões em comparação com R$ 350,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R$ 52,8 milhões, ou 15,1%. As despesas com vendas representaram (21,1%) e (18,3%) da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esse aumento percentual é decorrente principalmente do aumento das despesas comerciais e de distribuição, de 21,8% e 42,6%, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$ 54,4 milhões, em comparação com R$ 48,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R$ 6,3 milhões, ou 13,0%. As despesas gerais e administrativas representaram (2,8%) e (2,5%) da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esse aumento é decorrente principalmente de maiores despesas com aluguéis, seguros, viagens, e outras, que em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$ 16,0 milhões em comparação com R$ 12,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve uma receita de R$ 59,7 milhões, em comparação com uma despesa de R$ 34,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma variação de R$ 94,6 milhões ou (271,0%), decorrentes de maior receita com créditos extemporâneos saldo positivo em provisões tributárias e trabalhistas, que variaram positivamente em relação ao ano anterior no montante de R$ 21,7 milhões e R$ 75,8 milhões, respectivamente.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de uma despesa financeira líquida de R$ 393 mil, em comparação com uma despesa financeira líquida de R$ 12,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento do resultado financeiro equivalente a R$ 12,1 milhões ou 96,9%. O aumento do resultado financeiro líquido decorre do aumento nas Receitas financeiras, de R$ 17,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R$ 26,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Em função dos motivos descritos acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi um lucro de R$ 220,2 milhões, em comparação com um lucro de R$ 222,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma diminuição no lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R$ 2,6 milhões, ou seja, (1,2%).

Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve uma receita de R$ 11,2 milhões, em comparação com uma receita de R$ 11,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma variação negativa de R$ 0,3 milhão ou (2,9%). Essa variação é decorrente de uma diminuição do Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Lucro líquido

Em função dos motivos descritos acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve um lucro líquido de R$ 231,4 milhões, em comparação com o lucro líquido de R$ 234,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma variação negativa de R$ 3 milhões ou (1,3%). O lucro líquido do exercício representou 12,1% e 12,2% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	31/03/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
ATIVO					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	502.003	9,2%	452.453	9,70%	11,0%
Contas a receber de clientes	1.428.902	26,2%	967.780	20,60%	47,6%
Partes relacionadas	0	0,0%	0	0,00%	-
Estoques	2.648.834	48,5%	2.610.622	55,70%	1,5%
Instrumentos financeiros derivativos à Receber	19.798	0,4%	10.920	0,20%	81,3%
Impostos a recuperar	360.735	6,6%	222.315	4,70%	62,3%
Despesas antecipadas	27.225	0,5%	6.568	0,10%	314,5%
Outros ativos circulantes	23.269	0,4%	12.325	0,30%	88,8%
Total do ativo circulante	**5.010.766**	**91,8%**	**4.282.983**	**91,40%**	**17,0%**
Ativo não circulante					
Tributos diferidos	124.909	2,3%	133.208	2,80%	-6,2%
Depósitos Judiciais	61.845	1,1%	53.797	1,10%	15,0%
Outros ativos não circulantes	51.100	0,9%	39.525	0,80%	29,3%
Investimentos	0	0,0%	0	0,00%	-
Propriedades para investimentos	5.020	0,1%	5.020	0,10%	0,0%
Imobilizado	185.378	3,4%	161.925	3,50%	14,5%
Intangível	5.315	0,1%	5.403	0,10%	-1,6%
Ativos de direitos de uso	11.764	0,2%	5.504	0,10%	113,7%
Total do ativo não circulante	**445.331**	**8,2%**	**404.382**	**8,60%**	**10,1%**
Total do ativo	**5.456.098**	**100,0%**	**4.687.365**	**100,00%**	**16,7%**
PASSIVO					
Passivo circulante					
Fornecedores	1.941.620	35,6%	1.992.782	42,5%	-2,6%
Empréstimos e financiamentos	402.573	7,4%	232.282	5,0%	73,3%
Obrigações trabalhistas e sociais	38.153	0,7%	30.250	0,6%	26,1%
Obrigações tributárias	41.198	0,8%	37.329	0,8%	10,4%
Partes relacionadas	0	0,0%	0	0,0%	-

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	31/03/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Adiantamento de clientes	81.764	1,5%	54.921	1,2%	48,9%
Instrumento financeiros derivativos a pagar	3.766	0,1%	20.548	0,4%	-81,7%
Obrigações com garantia	35.387	0,6%	35.432	0,8%	-0,1%
Juros sobre capital próprio e dividendos	23.538	0,4%	23.538	0,5%	0,0%
Passivos de arrendamento	3.688	0,1%	2.138	0,0%	72,5%
Outras contas a pagar	88.561	1,6%	71.736	1,5%	23,5%
Total do passivo circulante	**2.660.248**	**48,8%**	**2.500.955**	**53,4%**	**6,4%**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	855.121	15,7%	473.464	10,1%	80,6%
Obrigações tributárias	58.700	1,1%	42.641	0,9%	37,7%
Provisão para riscos processuais, cíveis e tributários	143.269	2,6%	142.079	3,0%	0,8%
Passivos de arrendamento	8.909	0,2%	4.170	0,1%	113,6%
Outros passivos	0	0,0%	0	0,0%	-
Total do passivo não circulante	**1.065.998**	**19,5%**	**662.354**	**14,1%**	**60,9%**
Patrimônio líquido					
Capital social	757.039	13,9%	757.039	16,2%	0,0%
Reservas de capital	12.271	0,2%	8.357	0,2%	46,8%
Reserva legal	55.182	1,0%	45.501	1,0%	21,3%
Reserva incentivos fiscais	730.062	13,4%	599.432	12,8%	21,8%
Reserva de lucros	.155.034	2.8%	101.722	2,2%	52,4%
Reserva estatutária	22.711	0,4%	22.711	0,5%	0,0%
Ações em tesouraria	(2.448)	0,0%	-10.708	-0,2%	-77,1%
Total do Patrimônio líquido	**1.729.852**	**31,7%**	**1.524.055**	**32,5%**	**13,5%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**5.456.098**	**100,0%**	**4.687.365**	**100,0%**	**16,4%**

Ativo circulante

Em 31 de março de 2021, o total do ativo circulante era de R$ 5,0 bilhões, em comparação com R$ 4,3 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representou 91,8% em 31 de março de 2021 e 91,4% em 31 de dezembro de 2020. O aumento no total do ativo circulante foi de R$ 727,8 milhões, ou de 17,0%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2021, o total do ativo não circulante era de R$ 445,3 milhões, em comparação com R$ 404,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representou 8,2% em 31 de março de 2021 e 8,6% em 31 de dezembro de 2020. O aumento no total do ativo não circulante foi de R$ 40,9 milhões, ou 10,1%.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2021, o total do passivo circulante era de R$ 2,7 bilhões, em comparação com R$ 2,5 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representou 48,8% em 31 de março de 2021 e 53,4% em 31 de dezembro de 2020. O aumento no total do passivo circulante foi de R$ 159,3 milhões, ou 6,4%.

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2021, o total do passivo não circulante era de R$ 1.066,0 milhões, em comparação com R$ 662,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representou 19,5% em 31 de março de 2021 e 14,1% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento no total do passivo não circulante de R$ 403,6 milhões, ou 60,9%, decorreu principalmente de um aumento dos empréstimos e financiamentos não circulantes, que representaram o valor de R$ 381,6 milhões no período findo em 31 de março de 2021, em comparação com R$ 473,5 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2020.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido era de R$ 1,7 bilhão, em comparação com R$ 1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R$ 205,8 milhões, ou 13,5%, é decorrente principalmente do resultado líquido do exercício.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
ATIVO					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	452.453	9,7%	97.927	5,1%	362,0%
Contas a receber de clientes	967.780	20,6%	613.386	31,9%	57,8%
Partes relacionadas	-	0,0%	639	0,0%	(100,0%)
Estoques	2.610.622	55,7%	787.688	41,0%	231,4%
Instrumentos financeiros derivativos a receber	10.920	0,2%	-	0,0%	-
Créditos tributários de curto prazo	222.315	4,7%	108.847	5,7%	104,2%
Despesas antecipadas	6.568	0,1%	17.788	0,9%	(63,1%)
Outros ativos circulantes	12.325	0,3%	2.223	0,1%	454,4%
Total do ativo circulante	**4.282.983**	**91,4%**	**1.628.498**	**84,7%**	**163,0%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Ativo não circulante					
Tributos diferidos	133.208	2,8%	78.930	4,1%	68,8%
Depósitos judiciais	53.797	1,1%	38.042	2,0%	41,4%
Outros ativos não circulantes	39.525	0,8%	8.792	0,5%	349,6%
Investimentos	-	-	-	-	-
Propriedades para investimentos	5.020	0,1%	5.020	0,3%	0,0%
Imobilizado	161.925	3,5%	142.890	7,4%	13,3%
Intangível	5.403	0,1%	4.483	0,2%	20,5%
Ativos de direitos de uso	5.504	0,1%	16.785	0,9%	(67,2%)
Total do ativo não circulante	**404.382**	**8,6%**	**294.942**	**15,3%**	**37,1%**
Total do ativo	**4.687.365**	**100%**	**1.923.440**	**100%**	**143,7%**
PASSIVO					
Passivo circulante					
Fornecedores	1.992.782	42,5%	345.483	18,0%	476,8%
Empréstimos e financiamentos	232.282	5,0%	106.546	5,5%	118,0%
Obrigações trabalhistas e sociais	30.250	0,6%	17.778	0,9%	70,2%
Obrigações tributárias	37.329	0,8%	10.933	0,6%	241,4%
Partes relacionadas	-	0,0%	7	0,0%	-
Adiantamento de clientes	54.921	1,2%	18.044	0,9%	204,4%
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	20.548	0,4%	-	0,0%	-
Obrigações com garantia	35.432	0,8%	33.653	1,7%	5,3%
Juros sobre capital próprio e dividendos	23.538	0,5%	494	0,0%	4.664,8%
Passivos de arrendamento	2.138	0,0%	5.838	0,3%	(63,4%)
Outras contas a pagar	71.736	1,5%	37.057	1,9%	93,6%
Total do passivo circulante	**2.500.955**	**53,4%**	**575.832**	**29,9%**	**334,3%**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	473.464	10,1%	70.886	3,7%	567,9%
Obrigações tributárias de longo prazo	42.641	0,9%	42.066	2,2%	1,4%
Provisão para riscos processuais, cíveis e tributários	142.079	3,0%	74.405	3,9%	91,0%
Passivos de arrendamento	4.170	0,1%	9.735	0,5%	(57,2%)
Outros passivos	-	0,0%	537	0,0%	-
Total do passivo não circulante	662.354	14,1%	197.629	10,3%	235,1%
Patrimônio líquido					

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Capital social	757.039	16,2%	757.039	39,4%	0,0%
Reservas de capital	8.357	0,2%	-	0,0%	-
Reserva legal	45.501	1,0%	23.287	1,2%	95,4%
Reserva incentivos fiscais	599.432	12,8%	346.060	18,0%	73,2%
Reserva de retenção de lucros	101.722	2,2%	23.593	1,2%	331,2%
Reserva estatutária	22.711	0,5%	-	0,0%	-
Ações em tesouraria	(10.708)	(0,2%)	-	0,0%	-
Total do Patrimônio líquido	**1.524.055**	**32,5%**	**1.149.978**	**59,8%**	**32,5%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.687.365**	**100,0%**	**1.923.440**	**100,0%**	**143,7%**

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o total do ativo circulante era de R$ 4,3 bilhões, em comparação com R$ 1,6 bilhão em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representou 91,4% em 31 de dezembro de 2020 e 84,7% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento no total do ativo circulante de R$ 2,7 bilhões, ou 163,0%, em 31 de dezembro de 2020 comparado com 31 de dezembro de 2019 decorreu principalmente do estoque, no montante de R$ 1,8 bilhão.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o total do ativo não circulante era de R$ 404,4 milhões, em comparação com R$294,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representou 8,6% em 31 de dezembro de 2020 e 15,3% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento no total do ativo não circulante de R$109,5 milhões, ou 37,1%, decorreu principalmente dos tributos diferidos na ordem de R$ 54,3 milhões e de outros ativos circulantes de R$ 30,7 milhões.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o total do passivo circulante era de R$ 2,5 bilhões, em comparação com R$ 575,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representou 53,4% em 31 de dezembro de 2020 e 29,9% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento no total do passivo circulante de R$ 1,9 bilhão, ou 334,3%, no total do passivo circulante decorreu principalmente na conta de fornecedores em R$ 1,6 bilhão.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o total do passivo não circulante era de R$ 662,4 milhões, em comparação com R$ 197,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representou 14,1% em 31 de dezembro de 2020 e 10,3% em 31 de dezembro de 2019. O aumento no total do passivo não circulante foi de R$ 464,7 milhões, ou 235,1%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$ 1,5 bilhão, em comparação com R$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$ 374 milhões, ou 32,5%, é decorrente principalmente da reserva de incentivos fiscais, em 253,4 milhões.

COMPARAÇÃO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
ATIVO					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	97.927	5,1%	33.506	1,8%	192,3%
Contas a receber de clientes	613.386	31,9%	551.186	30,3%	11,3%
Partes relacionadas	639	0,0%	-	0,0%	-
Estoques	787.688	41,0%	972.894	53,5%	(19,0%)
Instrumentos financeiros derivativos a receber	-	0,0%	279	0,0%	-
Créditos tributários de curto prazo	108.847	5,7%	65.615	3,6%	65,9%
Despesas antecipadas	17.788	0,9%	5.310	0,3%	235,0%
Outros ativos circulantes	2.223	0,1%	4.384	0,2%	(49,3%)
Total do ativo circulante	**1.628.498**	**84,7%**	**1.633.174**	**89,8%**	**(0,3%)**
Ativo não circulante					
Tributos diferidos	78.930	4,1%	64.919	3,6%	21,6%
Depósitos judiciais	38.042	2,0%	4.033	0,2%	843,3%
Outros ativos não circulantes	8.792	0,5%	1.083	0,1%	711,8%
Investimentos	-	-	-	-	-
Propriedades para investimentos	5.020	0,3%	4.992	0,3%	0,6%
Imobilizado	142.890	7,4%	107.936	5,9%	32,4%
Intangível	4.483	0,2%	3.384	0,2%	32,5%
Ativos de direitos de uso	16.785	0,9%	-	-	-
Total do ativo não circulante	**294.942**	**15,3%**	**186.348**	**10,2%**	**58,3%**
Total do ativo	**1.923.440**	**100%**	**1.819.522**	**100%**	**5,7%**
PASSIVO					
Passivo circulante					
Fornecedores	345.483	18,0%	447.820	24,6%	(22,9%)
Empréstimos e financiamentos	106.546	5,5%	108.864	6,0%	(2,1%)
Obrigações trabalhistas e sociais	17.778	0,9%	18.523	1,0%	(4,0%)
Obrigações tributárias	10.933	0,6%	19.805	1,1%	(44,8%)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(valores em milhares de R$, exceto os percentuais)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Partes relacionadas	7	0,0%	-	0,0%	-
Adiantamento de clientes	18.044	0,9%	22.123	1,2%	(18,4%)
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	-	0,0%	1.354	0,1%	(100,0%)
Obrigações com garantia	33.653	1,7%	26.534	1,5%	26,8%
Juros sobre capital próprio e dividendos	494	0,0%	33.840	1,9%	(98,5%)
Passivos de arrendamento	5.838	0,3%	-	0,0%	-
Outras contas a pagar	37.057	1,9%	22.409	1,2%	65,4%
Total do passivo circulante	**575.832**	**29,9%**	**701.273**	**38,5%**	**(17,9%)**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	70.886	3,7%	65.016	3,6%	9,0%
Obrigações tributárias de longo prazo	42.066	2,2%	-	0,0%	-
Provisão para riscos processuais, cíveis e tributários	74.405	3,9%	106.985	5,9%	(30,5%)
Passivos de arrendamento	9.735	0,5%	-	0,0%	-
Outros passivos	537	0,0%	118	0,0%	354,2%
Total do passivo não circulante	**197.629**	**10,3%**	**172.119**	**9,5%**	**14,8%**
Patrimônio líquido					
Capital social	757.039	39,4%	757.039	41,6%	0,0%
Reservas de capital	-	0,0%	-	0,0%	-
Reserva legal	23.287	1,2%	11.717	0,6%	98,7%
Reserva incentivos fiscais	346.060	18,0%	175.611	9,7%	97,1%
Reserva de retenção de lucros	23.593	1,2%	1.763	0,1%	1.238,3%
Reserva estatutária	-	0,0%	-	0,0%	-
Ações em tesouraria	-	0,0%	-	0,0%	-
Total do Patrimônio líquido	**1.149.978**	**59,8%**	**946.130**	**52,0%**	**21,5%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.923.440**	**100,0%**	**1.819.522**	**100,0%**	**5,7%**

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o total do ativo circulante era de R$ 1.628,5 milhões, em comparação com R$ 1.633,2 bilhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representou 84,7% em 31 de dezembro de 2019 e 89,8% em 31 de dezembro de 2018. Essa diminuição no total do ativo circulante de R$ 4,7 milhões, ou (0,3%), decorreu principalmente da variação da conta de estoques.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o total do ativo não circulante era de R$ 294,9 milhões, em comparação com R$ 186,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representou 15,3% em 31 de dezembro de 2019 e 10,2% em 31 de dezembro de 2018. O aumento no total do ativo não circulante foi de R$ 108,6 milhões, ou 58,3%, e decorreu principalmente de imobilizado na ordem de R$ 35,0 milhões e Depósitos judiciais, no montante de R$ 34,0 milhões.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o total do passivo circulante era de R$ 575,8 milhões, em comparação com R$ 701,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representou 29,9% em 31 de dezembro de 2019 e 38,5% em 31 de dezembro de 2018. Essa diminuição no total do passivo circulante de R$ 125,4 milhões, ou (17,9%), decorreu principalmente da diminuição na conta Fornecedores, no montante de R$ 102,3 milhões, em função do menor gasto com fornecedores de matéria-prima internacionais.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o total do passivo não circulante era de R$ 197,6 milhões, em comparação com R$ 172,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representou 10,3% em 31 de dezembro de 2019 e 9,5% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento no total do passivo não circulante de R$ 25,5 milhões, ou 14,8%, decorreu principalmente na conta de Obrigações tributárias, no montante de R$ 42,1 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$ 1.150,0 milhões, em comparação com R$ 946,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$ 203,9 milhões, ou 21,5%, é decorrente principalmente do aumento da reserva de incentivos fiscais.

FLUXO DE CAIXA

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa consolidados da Companhia para os períodos indicados:

(em R$ milhares)	Período de três meses findo em	
	31/03/2021	31/03/2020
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(458.960)	50.332
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(29.970)	12.535
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	538.480	(4.777)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**49.550**	**58.091**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais foi negativo em R$ 459,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021, em comparação com os R$ 50,3 milhões gerados no período de três meses findo em 31 de março de 2020. A redução no caixa gerado pelas atividades operacionais é justificada principalmente pela variação patrimonial da conta de Contas a receber.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, houve um caixa líquido negativo pelas atividades de investimentos de R$ 30,0 milhões, em comparação com caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de R$ 12,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020. Os investimentos se referem à aquisição de terreno adjacente ao complexo de Extrema/MG para futura ampliação do parque fabril e aquisição de máquinas e equipamentos.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 538,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021, em comparação com R$ 4,8 milhões negativos no período de três meses findo em 31 de março de 2020. O aumento do fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento é justificado principalmente pela variação no valor de recursos provenientes de empréstimos e financiamentos.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa consolidados da Companhia para os exercícios indicados:

(em R$ milhares)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(14.612)	187.504	(11.745)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(45.861)	(51.926)	(43.244)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	414.946	(71.763)	(44.672)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**354.473**	**63.814**	**(99.661)**

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais totalizou R$ 14,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação com uma geração de R$ 187,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R$ 202,1 milhões no caixa gerado pelas atividades operacionais, ou (107,8%), é justificada principalmente pelo gasto em Estoques, no montante de R$ 1,8 bilhão.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 187,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação com um consumo de R$ 11,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$ 199,2 milhões no caixa gerado pelas atividades operacionais, ou (1696,5%), é justificado pelo saldo da conta de Estoques, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 teve variação positiva de R$ 339,1 milhões, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve um caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos de R$ 45,9 milhões, redução de R$ 6,1 milhões ou 11,7% em comparação com caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de R$ 51,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 decorrente de uma redução na conta de Investimento em participação societária, no montante de R$ 4,5 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, houve um caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos de R$ 51,9 milhões, em comparação com caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de R$ 43,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, variação de R$ 8,7 milhões ou 20,1%. Os investimentos se referem à aquisição de máquinas e equipamentos adquiridos para automação do processo logístico e obras de ampliação do centro de distribuição localizado em Extrema/MG.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 414,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação com aplicação de R$ 71,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de R$ 486,7 milhões ou (678,2%). Destaque para o aumento de recursos provenientes de empréstimos e financiamentos na ordem de R$ 527,8 milhões.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 71,8 milhões negativo, comparado a R$ 44,7 milhões negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, variação de R$ 27,1 milhões. Em 2018 a Companhia captou R$ 69,9 milhões, aproveitando-se de oportunidades de tomada de recurso a custo relativamente baixo. Em 2019 liquidou entre empréstimos, financiamentos e juros R$ 134,2 milhões.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no período de três meses findo em 31 de março de 2021, e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi comercialização e distribuição de produtos com suas marcas próprias.

A seguir são apresentados um resumo dos itens que compõem a demonstração de resultados:

Receita Líquida de vendas

A receita líquida de vendas é proveniente preponderantemente da venda de produtos ao varejo, e em menor proporção, em plataformas de e-commerce (lojas online próprias e marketplaces de terceiros).

Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados em outras rubricas da demonstração do resultado e podem incluir itens que são limitados em número e claramente identificáveis tais como indenizações de seguro, créditos extemporâneos, provisões tributárias, entre outros. Ver nota 20 às nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas de 31 de dezembro de 2020 e nota explicativa 20 das nossas Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

Receitas financeiras

A receita financeira consiste na remuneração da posição de tesouraria ao longo do ano. Ver nota 19 das nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas de 31 de dezembro de 2020 e nota explicativa 19 das nossas Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas consiste principalmente em custos relacionados a produção, incluindo o custo dos materiais, o custo dos bens adquiridos para revenda, mão de obra direta e indireta, gastos gerais de fabricação, depreciação, perdas de estoque no processo produtivo, entre outros custos. Ver nota explicativa 18 das nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas de 31 de dezembro de 2020 e nota explicativa 18 das nossas Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

Despesas de vendas

As despesas de vendas consistem principalmente de despesas com equipe de vendas, comissões, gastos com a distribuição dos produtos, pós-venda, despesas de promoções e marketing, pesquisa e desenvolvimento, créditos de liquidação duvidosa, entre outras despesas. Ver nota explicativa 18 das nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas de 31 de dezembro de 2020 e nota explicativa 18 das nossas Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas consistem principalmente em despesas relacionadas com o escritório central, tais como folha de pagamento, honorários, despesas de Tecnologia e Comunicação, consultorias, entre outras despesas do escritório central. Ver nota explicativa 18 das

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas de 31 de dezembro de 2020 e nota explicativa 18 das nossas Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

Despesas financeiras

A despesa financeira consiste no custo de linhas de empréstimos denominados em moeda local e estrangeira (dólar norte-americano), despesas de juros com empréstimos e despesas relativas a ajuste a valor presente de ativos e passivos operacionais, conforme as práticas contábeis estabelecidas pelo CPC12. Ver nota 19 das nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas de 31 de dezembro de 2020 e nota explicativa 19 das nossas Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Condições econômicas

Os Diretores da Companhia entendem os resultados operacionais, fluxo de caixa operacional, fluxo de caixa de investimentos e fluxo de caixa de financiamentos e condição financeira, assim como os resultados e fluxos de caixa e condição financeira de seus clientes podem ser afetados por condições econômicas gerais que ocorrem no Brasil, que consequentemente afetam:

Poder de compra do consumidor. Embora o setor de varejo no Brasil, tenha demonstrado, recentemente, resiliência através de ciclos econômicos adversos, a indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra do consumidor, especialmente em mercados de varejo de produtos não alimentares. A taxa de desemprego é um indicador com um impacto direto sobre o poder de compra dos nossos clientes. A taxa média anual de desemprego no Brasil em 2020 foi de 13,5% (em comparação com 2019 que foi de 11,9% e 2018, de 12,3%). Um prolongamento da recessão atual poderia resultar em uma queda ainda maior do consumo do agregado familiar como resultado da elevada taxa de desemprego. Por outro lado, o aumento do consumo no Brasil é, muitas vezes, associado a uma diminuição na taxa de desemprego em combinação com um aumento na renda e no nível de distribuição da renda.

Demandas de clientes e os padrões de compra em evolução. Embora a Companhia considere que a plataforma de negócios permita atender às necessidades atuais dos clientes, a capacidade de antecipar e responder em tempo hábil aos padrões de compras, bem como às tendências de consumo em constante mudança, continuará a ser fundamental para o sucesso dos negócios.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As variações na receita dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, equivalentes à 61,2% para o exercício de 2020 comparado com 2019 e (0,3%) para o exercício de 2019 comparado com 2018, foram impactadas principalmente pelo aumento da demanda de produtos nos mercados em que a Companhia atua, especialmente nos segmentos de produtos para casa e de bem estar pessoal, depois no segmento de equipamentos e acessórios de informática decorrente do trabalho remoto e hibrido, e também na linha de produtos de infraestrutura de redes de fibra ótica e conectividade à Internet, cuja demanda por serviços de conexão de alta velocidade também apresentou aumento significativo desde 2020. Devido os produtos comercializados serem preponderantemente importados e a variação da taxa de câmbio média de 2020 ante 2019 ser de aproximadamente 31%, os custos foram impactados, havendo, portanto, o repasse de parte desta variação cambial para o preço dos produtos nestes mercados competitivos. Estes mesmos fatores são os responsáveis pelas variações apuradas entre os períodos de 31 de março de 2021 e 2020, equivalente a 193,0%.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia atua no setor de varejo brasileiro e as operações consistem principalmente na venda de produtos de bens de consumo. Como tal, a Companhia está sujeita a diversos fatores que afetam os resultados das operações e a condição financeira, que, entre outros, incluem o seguinte:

- o ambiente macroeconômico brasileiro;
- a inflação, o poder de compra dos consumidores e disponibilidade de crédito; e
- as demandas de clientes e hábitos de compra em evolução.

Ambiente macroeconômico brasileiro. As receitas, despesas e ativos são denominados em reais. Consequentemente, as mudanças macroeconômicas no Brasil, especialmente no que diz respeito à inflação, taxas de juros a curto e longo prazo, taxas de câmbio, níveis salariais e emprego, disponibilidade de crédito e a confiança do consumidor podem afetar os resultados das operações.

Taxas de juros. O Banco Central altera periodicamente a taxa básica de juros, para gerenciar a inflação. As variações nas taxas de juros afetam principalmente as despesas financeiras e o custo e a disponibilidade de crédito ao consumidor.

Inflação: O aumento significativo no índice de inflação pode afetar adversamente a demanda pelos produtos o que pode (i) prejudicar a confiança dos consumidores e (ii) afetar adversamente o poder de compra dos mesmos.

Taxas de câmbio. Os custos estão altamente atrelados ao dólar. Assim, com o aumento da taxa de câmbio há impacto direto no custo das mercadorias vendidas o que pode prejudicar ou beneficiar o resultado. Pelo fato da cadeia de suprimentos que abastece toda a indústria local ser importada, a Companhia e seus concorrentes estão igualmente expostos à variação cambial e, por conta disso, não há correlação direta sobre a elasticidade-preço da demanda uma vez que toda a indústria reajusta seus preços em relação ao custo.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, durante o período de três meses findo em 31 de março de 2021, ou durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 6.5 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o período de três meses findo em 31 de março de 2021, ou durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Administração da Companhia informa que em 31 de março de 2021 e nos últimos três exercícios sociais, exceto pelo previsto abaixo, os relatórios dos auditores independentes não continham parágrafos de ênfase ou ressalva.

Ênfase contida nas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Ênfase – Reapresentação das demonstrações contábeis

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, os auditores apresentaram em seu relatório ênfase relativa à reapresentação das demonstrações financeiras em decorrência da adequação das demonstrações financeiras da Companhia aos requerimentos técnicos exigidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.7, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão sendo reapresentadas em razão do aprimoramento de certas práticas contábeis e de divulgações, pelas razões mencionadas na referida nota.

A administração da Companhia entende que a ênfase dos auditores se refere exclusivamente às alterações na forma de apuração das contas acima mencionadas em decorrência da padronização das informações contábeis da Companhia para fins de observância dos requisitos estabelecidos pela CVM.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia busca manter um procedimento de revisão de suas políticas contábeis e de avaliação da adequação das estimativas necessárias para produção das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS - aplicáveis às entidades registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Estimativas contábeis e premissas utilizadas

A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Auditadas:

A seguir estão apresentados os assuntos objeto de estimativa pela Companhia:

- **Imobilizado e intangível:** (i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida; (ii) Mensuração ao valor justo de itens relacionados à combinação de negócios (notas explicativas 8 e 12 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Auditadas).

  Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais. Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

  De acordo com a NBC TG 01/R4 (Deliberação CVM 639/10) – redução ao valor recuperável de ativos, anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo. Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação.

- **Contas a receber de clientes**: (i) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa; (ii) Ajuste de valor presente das contas a receber; (iii) Provisão para gastos e abatimentos com clientes (nota explicativa 05 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Auditadas).

  As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente, em conformidade com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) – ajuste a valor presente. As contas a receber clientes também estão apresentadas líquidas de eventuais obrigações e abatimentos concedidos aos clientes.

  A Administração estabelece políticas de créditos para garantir um adequado gerenciamento de risco e limitar exposições que prejudicam o capital de giro da Companhia. Dentre as práticas adotadas pela Companhia, cabe destacar as seguintes: (i) avaliação prévia de liberação de crédito; (ii) estabelecimento de limites de exposição da carteira; (iii) seguro de crédito junto a instituições de primeira linha, quando necessário e dentro de limites pré-estabelecidos; (iv) venda de recebíveis sem direito a regresso para gerenciar o risco de exposição da carteira, quando necessário; (v) critério de atribuição de risco para carteira para fins de constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) a cada data de fechamento contábil; (v) análise de sensibilidade das condições econômicas de mercado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando, substancialmente, o risco histórico de crédito sobre as faturas vencidas acima de 180 (cento e oitenta) dias, caso não exista negociação ou qualquer ação em andamento por parte da Administração.

- **Estoques**: Perda estimada com obsolescência dos estoques (nota explicativa 06 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Auditadas);

  Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

  As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação, o que envolve os gastos diretamente atribuíveis até que o processo de nacionalização seja concluído, inclusive a exposição da variação cambial deste período. As perdas estimadas ao valor recuperável de estoques são constituídas principalmente para: (i) cobrir perdas estimadas históricas da Companhia; (ii) estoques sem giro a mais de 180 (cento e oitenta) dias; (iii) a redução no custo ou ajuste de mercado para cobrir queda de alguns produtos adquiridos pela Companhia e que tiveram um declínio nos preços de vendas.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social diferido**: conforme (nota explicativa 26 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Auditadas);

  O imposto de renda diferido é reconhecido pelo efeito futuro estimado das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrados em conformidade com a legislação tributária e NBC TG 32/R4 (Instrução CVM 371/02 e Deliberação CVM 599/09) – tributos sobre lucro. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças tributárias temporárias, enquanto o imposto de renda diferido ativo é reconhecido apenas na extensão em que seja provável que exista lucro tributável contra o qual a diferença temporária possa ser utilizada. Os ativos e passivos tributários diferidos são classificados como de longo prazo. O imposto de renda relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no exercício em curso ou em exercício anterior são reconhecidos diretamente na mesma conta.

  O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses créditos diferidos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

  Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando o Grupo possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam a esses impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal.

- **Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis**: conforme (nota explicativa 18 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Auditadas).

  A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas Controladas revisam as estimativas e premissas anualmente.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e nas Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia realizou investimentos de capital em aquisições de imobilizado que totalizaram R$127.307 mil, sendo R$37.872 mil no exercício social de 2018, R$47.019 mil no exercício social de 2019 e R$42.416 mil no exercício social de 2020. Esses investimentos foram destinados em grande parte para (i) ampliação e automação das plantas de Manaus/AM e Extrema/MG; e (ii) obras de ampliação do centro de distribuição em Extrema/MG.

Os investimentos atuais e previstos são destinados para ampliação de linhas atuais e aquisição de equipamentos para implantação de linhas de montagem de novos produtos no valor de R$ 10 milhões, ampliação do centro de distribuição e da estrutura fabril na cidade de Extrema/MG que consiste na construção de 2 galpões de aproximadamente 10.000 m² com investimentos na ordem de R$ 40 milhões.

Adicionalmente, o plano de crescimento da Companhia prevê a realização de investimentos, inclusive com recursos decorrentes da parcela da sua oferta pública inicial de distribuição de ações (IPO), para potenciais aquisições de empresas (M&As) a serem realizadas pela Companhia no Brasil. A Companhia pretende principalmente adquirir empresas que atuam no segmento de bens de consumo não duráveis, mas poderá vir a adquirir empresas que atuam em outros segmentos, tais como de bens de consumo duráveis e serviços. Na data deste Formulário de Referência, não há nenhuma potencial aquisição em fase de análise ou avaliação, tampouco a Companhia havia celebrado qualquer contrato ou documento, vinculante ou não-vinculante, para qualquer tipo de aquisição. Além disto, a Companhia não pode garantir que a oferta pública de distribuição de ações ordinárias de sua emissão será concluída, de modo que seu plano de crescimento será alterado caso não seja.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos descritos acima serão: (i) o capital próprio, oriundo da geração de caixa operacional e da destinação dos recursos a serem captados na captação primária da oferta pública inicial de ações (IPO) que a Companhia pretende realizar até o final do ano de 2021, e (ii) capital de terceiros, oriundo de operações correntes da Companhia.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento atualmente ou previstos para o futuro próximo.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, uma vez que não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, já divulgada.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia prepara para lançar ainda em 2021 os seguintes produtos/marcas: (i) Monitores e Telas / Toshiba; (ii) Ferramentas Elétricas / Michelin; (iii) produtos na linha de animais domésticos (*pets*) / Mimo.

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia desenvolve constantemente novos produtos para serem incorporados ao seu portfólio. Adicionalmente, a Companhia investe regularmente montantes relevantes em melhorias de processos e produtos.

10.8 - Plano de Negócios

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Conforme indicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia registrou despesas em pesquisa e desenvolvimento na ordem de R$54.653 mil, R$24.627 mil e R$24.334 mil, respectivamente.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos atualmente desenvolvidos pela Companhia se referem aos produtos descritos no item 10.8 (c) acima.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que as pesquisas são conduzidas pela estrutura existente na Companhia.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impacto da pandemia da COVID-19

De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia decorrente da doença COVID-19, causada pelo novo coronavírus ("COVID 19"). Em 20 de março de 2020, o Senado Federal promulgou o Decreto Legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil.

A partir do Decreto, paralisações de eventuais atividades não essenciais, decorrentes das medidas de distanciamento social, foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas.

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, estabeleceu as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19, e definiu as regras para o teletrabalho, concessão e antecipação de férias coletivas e individuais, aproveitamento a antecipação de feriados, constituição de regime de compensação por meio de banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança do trabalho, direcionamento do trabalhador para qualificação e diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Estas medidas impactaram diversos segmentos da economia global.

Desta forma, a Companhia adaptou sua escala de horários, adaptando os turnos, visando uma menor concentração de trabalhadores simultaneamente nas unidades fabris e centros de distribuição, implantou de maneira integral o teletrabalho para as equipes administrativas e comerciais, bem como adotou integralmente as medidas de prevenção recomendadas pelas autoridades sanitárias.

Abaixo, estão elencadas algumas das ações tomadas neste sentido:

- distribuição de equipamento de proteção individual como: máscara, viseiras de proteção, entre outros;
- instalação de divisórias de acrílico nas mesas de trabalho, de atendimento, dos refeitórios e nas bancadas dos banheiros;
- monitoramento de colaboradores e terceiros nas entradas das unidades e meio de transportes;
- intensificação da higienização e desinfecção das unidades e meios de transportes;
- implantação de medidas de distanciamento;
- campanhas de conscientização de colaboradores, terceiros e da comunidade em geral;
- vacinação de todos os colaboradores contra a *influenza*;
- garantia do cumprimento de quarentena e/ou isolamento do colaborador sem prejuízo salarial;
- afastamento dos colaboradores do grupo de risco e jovens aprendizes menores de 18 anos, sem prejuízo salarial;
- doação de equipamentos a diversas entidades; e
- doação de máscaras.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Na cadeia de suprimentos os impactos foram mais significativos em face das complicações acarretadas para o comércio internacional, como atrasos nos embarques e liberação de cargas, maior rigor no processo aduaneiro, mas também pelo fato das restrições de circulação impostas por autoridades de outros países, que levaram a interrupções na produção por parte dos fornecedores.

No âmbito doméstico, a decretação de lockdown em diversas unidades da federação e municípios impactou a distribuição dos produtos e, consequentemente, os prazos de entrega e faturamento.

A receita da Companhia não sofreu alterações relevantes em razão da pandemia e não houve aumento relevante de inadimplência dos clientes da Companhia.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia opta por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia opta por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Ainda, de modo a auxiliar os administradores e acionistas, A Companhia conta com um Comitê de Auditoria Estatutário. Além do Comitê de Auditoria Estatutário, outros comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração, quando necessário.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto de, no mínimo, 5 (cinco) e no máximo por 9 (nove) membros efetivos, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitidas a destituição e a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Além das responsabilidades previstas nos termos da legislação aplicável, em conformidade com o Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho de Administração, é de responsabilidade do Conselho de Administração:

De acordo com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
(ii) aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia;
(iii) aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; e (v) indicação de administradores;
(iv) eleger e destituir os Diretores, definir suas atribuições e fixar sua remuneração, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;
(v) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;
(vi) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
(vii) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
(viii) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio ou pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou trimestral;
(ix) apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;
(x) apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias;
(xi) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;
(xii) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xiii) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, que não seja da alçada da Diretoria, no caso da administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social;

(xiv) autorizar dentro do limite do capital autorizado a emissão de ações e valores mobiliários da Companhia, nos termos do artigo 6º e 7º do Estatuto Social.

(xv) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(xvi) estabelecer a alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior à alçada da Diretoria;

(xvii) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia;

(xviii) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

(xix) autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

(xx) estabelecer a alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

(xxi) estabelecer a alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior à alçada da Diretoria;

(xxii) conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um membro da administração, do que se lavrará ata no livro próprio;

(xxiii) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

(xxiv) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia;

(xxv) definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de OPA por Atingimento de Participação Relevante, na forma definida no artigo 41 do Estatuto Social;

(xxvi) aprovar seu próprio regimento interno e o regimento interno da Diretoria e de todos os Comitês;

(xxvii) designar os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais Comitês que vierem a ser instituídos pelo Conselho de Administração;

(xxviii) estruturar um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria;

(xxix) avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como analisar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência;

(xxx) aprovar transações com partes relacionadas que envolvam valores relevantes, seguindo os critérios de relevância e as regras de exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes previstos na política de transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xxxi) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.
(xxxii) deliberar sobre o cancelamento do registro de Companhia aberta na CVM;
(xxxiii) aprovar as atribuições da Auditoria Interna e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, receber o reporte daquela área, avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções.

Além disto, compete exclusivamente ao Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração:

(i) convocar a Assembleia Geral, nos termos do artigo 9º, § 1º, do Estatuto Social;
(ii) presidir a Assembleia Geral, nos termos do Artigo 10 do Estatuto Social;
(iii) organizar a agenda das reuniões do Conselho de Administração;
(iv) convocar, organizar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social;
(v) assegurar que os membros do Conselho de Administração recebam informações completas e tempestivas sobre os itens constantes da agenda das reuniões;
(vi) coordenar as interações entre o Conselho de Administração e a administração e os comitês da Companhia; e
(vii) nomear um Secretário de Governança, para apoiar o Conselho de Administração no exercício se suas atividades, conforme detalhado no Artigo 5º do Regimento Interno.

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário e a Diretoria da Companhia possuem regimentos internos próprios, os quais foram devidamente aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de maio de 2021 (sendo que os dois primeiros foram posteriormente alterados em 22 de junho de 2021). Esses documentos podem ser consultados no website (www.ri.multilaser.com.br/), bem como fisicamente na sede da Companhia.

Além do Comitê de Auditoria Estatutário, outros Comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração, sendo certo que, quando instituídos, o Conselho de Administração aprovará seus respectivos regimentos internos, os quais estipularão as competências, as composições, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidades das reuniões, prazos dos mandatos, eventuais requisitos de qualificação de seus membros e atividades do coordenador de cada Comitê, entre outras matérias.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário, que atende plenamente os requisitos do Regulamento do Novo Mercado e parcialmente aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deles deve ser um Conselheiro Independente, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em conformidade com as normas aplicáveis expedidas pela CVM.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

É de responsabilidade do Comitê de Auditoria Estatutário:

De acordo com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário:

(i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Além disto, o Comitê de Auditoria Estatutário contará com um Coordenador, nomeado pelo Conselho de Administração, que será responsável, nos termos do regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário, por:

(i) convocar, instalar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria;
(ii) representar o Comitê de Auditoria em suas interações com o Conselho de Administração e a Diretoria, outros grupos de trabalho ou comitês internos e outros órgãos da Companhia. Também será encarregado de representar o Comitê de Auditoria assinando correspondências, intimações e relatórios;
(iii) convidar os participantes a participar das reuniões do Comitê de Auditoria; e
(iv) cumprir e impor o cumprimento deste Regimento Interno aos membros do Comitê de Auditoria.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia contratou apenas um serviço extra auditoria com seus auditores independentes. Nesta ocasião, a Companhia os contratou para prestar consultoria tributária no âmbito da aquisição da Giga Indústria e Comércio de Produtos de Segurança Eletrônica S.A., descrita na Seção 15.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia optou pela escolha de seus auditores independentes para prestar referida consultoria, pois o fato de eles já possuírem familiaridade com os balanços da Companhia, permitiu que o serviço fosse realizado de maneira mais ágil. Além disto, a Companhia entende que o valor proposto por eles era compatível com os praticados no mercado em geral.

Vale citar que, nos termos do Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes.

Além disto, o Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos de seu Regimento Interno, é responsável por recomendar ao Conselho de Administração sobre a contratação e destituição dos auditores independentes, bem como por supervisionar suas atividades.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Adicionalmente, o Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Auditoria Estatutário, deve assegurar-se de que os auditores independentes cumpram as regras profissionais de independência, incluindo a autonomia financeira do respectivo contrato de auditoria.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria possui regimento interno próprio, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de maio de 2021, o qual encontra-se disponível para consulta no website (www.ri.multilaser.com.br/).

Nos termos do artigo 20 do Estatuto Social, a Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, dentre os quais serão designados Diretor-Presidente, Diretor de Produtos, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, sendo os cargos de Diretor-Presidente e de Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os Diretores poderão acumular cargos.

A Diretoria da Companhia possui todos os poderes para implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração e praticar os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia, observados valores de alçada fixados pelo Conselho de Administração e a as competências dos demais órgãos societários. Em conformidade com o Estatuto Social e com o Regimento Interno da Diretoria, é de responsabilidade da Diretoria:

De acordo com o Estatuto Social, como órgão colegiado:

(i) aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
(ii) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual;
(iii) deliberar sobre a abertura e o fechamento de filiais; e
(iv) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Compete ao Diretor-Presidente, individualmente:

(i) dirigir e orientar as atividades de planejamento geral da Companhia, incluindo a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios e do plano plurianual da Companhia;
(ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia;
(iii) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas controladas, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social;
(iv) aprovar a estrutura organizacional da Companhia;
(v) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e
(vi) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Vice-Presidente, individualmente:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de relações governamentais, marketing e venda de produtos;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ii) substituir o Diretor-Presidente, em caso de afastamento ou impedimento por período de até 30 dias ou em outras nas hipóteses previstas no Estatuto Social; e
(iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente e/ou Conselho de Administração.

Compete ao Diretor de Produtos, individualmente:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de desenvolvimento, marketing e venda de produtos (P&D); e
(ii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

Compete ao Diretor Financeiro, individualmente:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas financeira, contábil e de controles internos e gerenciamento de riscos;
(ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital;
(iii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e gestão de recursos, incluindo o caixa e endividamento; e
(iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

Compete ao Diretor de Relação com Investidores, individualmente:

(i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação;
(ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e
(iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente e/ou Conselho de Administração.

Adicionalmente, de acordo com o Regimento Interno da Diretoria, todos os membros da Diretoria devem respeitar os seguintes princípios:

(i) antes de aceitar seu mandato, deverá consultar as normas vigentes, o Estatuto Social e o Regimento Interno da Diretoria;
(ii) deverá dedicar às suas funções o tempo e a atenção necessários;
(iii) deverá ser diligente e participar, salvo em caso de impedimento por motivo grave, de todas as reuniões da Diretoria e, conforme o caso, de todas as reuniões dos comitês especiais;
(iv) manterá confidenciais as informações privilegiadas das quais tomar conhecimento devido ao seu cargo até que sejam divulgadas ao mercado, e fará com que os empregados e terceiros de sua confiança também mantenham tais informações confidenciais, não lhe sendo permitido fazer uso de tais informações confidenciais da Companhia em benefício próprio, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesse da Companhia;
(v) deverá cumprir com os deveres legais e regulamentares inerentes ao cargo Diretor; e
(vi) deverá cumprir com as disposições de eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, conforme previsto no artigo 118 da Lei das S.A.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia funcionará de modo não permanente nos termos do capítulo XIII da Lei das S.A., com os poderes e atribuições a ele conferidos, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido de acionistas representando a porcentagem requerida por lei ou pelos regulamentos da CVM. Na data deste Formulário de Referência, o conselho fiscal não está instalado e não possui regimento interno próprio.

Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número (acionistas ou não) todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, conforme aprovado por Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021, compete ao Conselho de Administração estruturar um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria. Nesse sentido, em 11 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Política de Indicação de Administradores, que dispõe sobre o mecanismo de avaliação periódica dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês da Companhia.

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros
Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração:

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Conselheiros uma autoavaliação de cada um de seus membros, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, individualmente, uma avaliação do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração.

Diretoria:

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios diretores a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, a Diretoria realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos diretores, a avaliação formal do desempenho da própria Diretoria e de cada um dos diretores, individualmente. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os diretores que estiverem na função por mais de 90 (noventa) dias.

Adicionalmente, os diretores também são avaliados anual e individualmente, por processo de avaliação de desempenho “360 graus” (“Avaliação de Desempenho”), que inclui tanto a avaliação por seus subordinados, quanto por seus pares e pelo Diretor-Presidente. O Diretor-Presidente, por sua vez, também participa do processo de Avaliação de Desempenho, sendo também avaliado pelo Presidente do Conselho de Administração e pelos diretores (seus subordinados). A Diretoria, como grupo, é avaliada pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A condução do processo de avaliação dos diretores individualmente é de responsabilidade do Diretor-Presidente. A avaliação da Diretoria como órgão é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês.

Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração:

O processo de avaliação do Conselho de Administração é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre alocação de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro, o fortalecimento dos valores e conduta ética e a efetividade dos Comitês.

A avaliação objetiva do Conselho de Administração e dos Comitês verificará apenas o cumprimento de metas corporativas definidas anualmente de acordo com a estratégia adotada pela Companhia. Já a avaliação subjetiva do Conselho de Administração e dos Comitês, verificará o cumprimento dos critérios de assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas, a contribuição ativa no procedimento decisório e o comprometimento com o exercício das suas funções.

Diretoria:

O processo de avaliação da Diretoria é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia e a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia.

A avaliação objetiva da Diretoria verificará o cumprimento de metas individuais e corporativas definidas anualmente de acordo com a estratégia adotada pela Companhia. Já a avaliação subjetiva da Diretoria, verificará o cumprimento dos critérios de assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas, a contribuição ativa no procedimento decisório e o comprometimento com o exercício das suas funções.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração e dos conselheiros serão divulgados a todos os membros do Conselho de Administração.

Os resultados consolidados das avaliações da Diretoria serão divulgados a todos os membros da Diretoria, e os resultados das avaliações individuais à pessoa em questão, ao Diretor-Presidente e ao Conselho de Administração. Os resultados serão discutidos em sessões de feedback individuais, de modo a incentivar o aprendizado e melhoria de cada membro.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo as convocações serem feitas nos prazos previstos na Lei das S.A., Independentemente de qualquer formalidade prevista no Estatuto Social e na Lei das S.A., é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

b. Competências

Como consta da Lei das S.A. e do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Além dos poderes atribuídos pela legislação vigente, é de competência exclusiva da Assembleia Geral as seguintes matérias:

(i) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

(ii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;

(iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

(iv) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(v) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas;

(vi) alterar o Estatuto Social;

(vii) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;

(viii) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;

(ix) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;

(x) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

(xi) suspender o exercício de direitos de acionista, incluindo direitos de voto, de qualquer acionista ou acionistas que deixem de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária, na forma do disposto no artigo 120 da Lei das S.A.;

(xii) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e

(xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço físico: Sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.811, 15º andar.

Endereço eletrônico: www.ri.multilaser.com.br/

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos um mecanismo específico para identificar e administrar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Nos termos do artigo 126º, parágrafo 1º, da Lei das S.A., os acionistas pessoas físicas da Companhia podem ser representados por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

Nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., e em conformidade com o Ofício Circular CVM/SEP 02/2018, os acionistas que são pessoas jurídicas podem ser representados por seus representantes legais ou procuradores devidamente nomeados como tal, de acordo com o Estatuto Social ou com as regras previstas no Código Civil. Assim, no caso de pessoas jurídicas, seus procuradores não precisam ser acionistas, advogados ou administradores da Companhia.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas da Companhia poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

A Companhia admite procurações enviadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato, mas a Companhia orienta seus acionistas a enviarem com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral.

Além disto, a Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico e não possuímos nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável, inclusive na regulamentação expedida pela CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais de companhias abertas.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores:

(i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

Pessoas físicas:

- documento de identidade válido com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração.

Para pessoas jurídicas:

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e
- documento de identidade válido com foto do representante legal.

Fundos de investimento:

- último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente);
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- documento de identidade válido com foto do representante legal.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), o boletim de voto a distância deverá ser recebido até 7 (sete) dias antes da data da respectiva Assembleia.

Será exigido o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país, conforme aplicável.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução para a língua portuguesa.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade válidos, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Os acionistas que pretendam incluir propostas de deliberação ou de candidatos para o Conselho de Administração ou para o Conselho Fiscal sob a forma de voto a distância devem enviar suas propostas pelo correio para a Avenida Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, São Paulo, SP, CEP: 01452-001, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, juntamente com os documentos relativos a proposta, ou por correio eletrônico para ri@multilaser.com.br, tal como previsto na regulamentação aplicável.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebido pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal em até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia geral extraordinária convocada para este fim.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não manterá fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não aplicável.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) frequência das reuniões

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente pelo menos 4 (quatro) vezes ao ano, conforme calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação realizada na forma do § 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia.

As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente, se ausente o primeiro, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Quaisquer 2 (dois) Conselheiros poderão, mediante solicitação escrita ao Presidente, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

Caso não estejam fisicamente presentes, os membros do Conselho de poderão manifestar seu voto por meio de: (a) delegação de poderes feita em favor de outro membro do Conselho de Administração, (b) voto escrito enviado antecipadamente e (c) voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, bem por sistema de áudio ou videoconferência ou outros meios semelhantes, desde que permitam a identificação e participação efetiva na reunião, de forma que os participantes consigam simultaneamente ouvir uns aos outros.

No último exercício social o Conselho de Administração se reuniu ordinária e extraordinariamente 3 (três) vezes, em conformidade com o calendário anual aprovado no pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião, ou conforme necessário e requerido.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui acordo de acionistas.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia adota uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, a qual foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de maio de 2018 e posteriormente alterada em 11 de maio de 2021.

Nos termos de referida política, o membro do Conselho de Administração que estiver envolvido em processo de aprovação ou que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação a Área de Auditoria Interna e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatuário, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Caso necessário, o membro que estiver em uma situação pessoal de conflito poderá participar parcialmente da discussão sobre a Transação com Partes Relacionadas, visando, exclusivamente, proporcionar mais informações sobre a operação e as partes envolvidas. Entretanto, tais membros não deverão exercer qualquer influência na aprovação da Transação com Partes Relacionadas.

Além disto, nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração e das controladas que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A Companhia adota uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária ("Política de Indicação de Administradores") a qual institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria.

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Política de Indicação de Administradores foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de maio de 2018 e posteriormente alterada em 11 de maio de 2021. Referida política pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da Companhia (www.ri.multilaser.com.br/), bem como fisicamente na sede da Companhia.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Diretrizes e Critérios para Indicação

Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve visar que o Conselho de Administração seja composto de membros de perfil diversificado, número adequado de conselheiros independentes e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros efetivos, eleitos e destituíveis pela assembleia geral de acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Adicionalmente, seguindo diretriz geral da Companhia, o processo de indicação deve buscar que o Conselho de Administração seja composto (i) tendo em vista a disponibilidade de tempo de seus membros para o exercício de suas funções e a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC); e (ii) em sua maioria por membros externos, tendo, no mínimo, um terço de membros independentes (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC).

Os membros indicados ao Conselho de Administração, incluindo os conselheiros independentes, deverão atender os seguintes critérios, além dos requisitos legais e regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social e demais pactos societários porventura existentes:

(a) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia e seu Código de Conduta;
(b) reputação ilibada;
(c) não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;
(d) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos;
(e) experiência profissional compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social;
(f) experiência profissional em temas diversificados;

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(g) estar isento de conflito de interesse com a Companhia (salvo dispensa da assembleia geral); e
(h) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do Conselho de Administração e da leitura prévia da documentação.

Procedimento para Indicação

A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada ao final de cada mandato para buscar o atendimento aos critérios e diretrizes mencionados acima.

A proposta de reeleição dos conselheiros deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes deve ser deliberada na assembleia geral de acionistas que os eleger, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Cada indicado a conselheiro independente deverá apresentar declaração ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no § 3º do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração da Companhia deverá aprovar manifestação, inserida na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência. Tal enquadramento deve também ser objeto de deliberação em Assembleia, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Adicionalmente, o Conselho de Administração deve avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC). São consideradas situações que podem comprometer a independência do membro do Conselho de Administração, sem prejuízo de outras:

(a) ter atuado como administrador ou empregado da companhia, de acionista com participação relevante ou de grupo;
(b) de controle, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a companhia, ou, ainda, de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da companhia ou de suas partes relacionadas;
(c) ter atuado, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da companhia;
(d) possuir laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da companhia; ou
(e) ter cumprido um número excessivo de mandatos consecutivos como conselheiro na companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no estatuto social, nas disposições na Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Ricardo Rosanova Garcia	18/01/1979	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2021	2 anos, estendido até a primeira RCA após a AGO de 2023	0
259.792.868-37	Profissional de Relações com Investidores	12 - Diretor de Relações com Investidores	11/05/2021	Sim	0.00%
Eder da Silva Grande	17/01/1977	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2021	2 anos, estendido até a primeira RCA após a AGO de 2023	0
255.597.828-31	Economista	19 - Outros Diretores Diretor Financeiro	11/05/2021	Sim	0.00%
André Poroger	17/04/1980	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2021	2 anos, estendido até a primeira RCA após a AGO de 2023	0
272.058.978-07	Administrador	19 - Outros Diretores Diretor de Produtos	11/05/2021		0.00%
Renato Feder	28/06/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/05/2021	2 anos, estendido até AGO de 2023	0
278.171.268-01	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	11/05/2021	Sim	0.00%
Edward James Feder	23/12/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/05/2021	2 anos, estendido até AGO de 2023	0
875.198.958-15	Economista	25 - Vice Presidente Cons. de Administração Independente	11/05/2021	Sim	0.00%
Tomas Henrique Fuchs	19/01/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/05/2021	2 anos, estendido até AGO de 2023	0
263.773.858-89	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	11/05/2021	Sim	0.00%
Eduardo Shakir Carone	02/12/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/05/2021	2 anos, estendido até AGO de 2023	0

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
295.344.578-17	Administrador de Empresas	25 - Vice Presidente Cons. de Administração Independente	11/05/2021	Sim	0.00%
Alexandre Ostrowiecki	07/08/1978	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	11/05/2021	2 anos, estendido até AGO de 2023	0
292.713.568-10	Empresário	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	11/05/2021	Sim	0.00%
A eleição e posse como Diretor Presidente ocorreu na RCA de 11/05/2021 e o prazo de mandato é de 2 anos, estendido até a primeira RCA após a AGO de 2023.					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Ricardo Rosanova Garcia - 259.792.868-37

Ricardo Rosanova Garcia é Diretor de Relações com Investidores da Companhia desde 2021 e Diretor Técnico do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. Com vasta experiência na área de RI, trabalhou anteriormente para diversas empresas de capital aberto como Itaú-Unibanco, MAHLE Metal Leve, Paraná Banco, Helbor e Smiles. Atuou como Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores no triênio de 2015-2017. Profissional de Relações com Investidores certificado Nível 2, estudou administração de empresas na ESPM/SP e PUC/SP.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Eder da Silva Grande - 255.597.828-31

Eder da Silva Grande é Diretor Financeiro da Companhia desde 2012. Possui 22 anos de experiência nas áreas de Finanças, Controladoria e Auditoria Interna e Externa. Anteriormente trabalhou para grandes empresas nacionais e multinacionais como Itautec, Parmalat, Ducoco, Copagaz e Deloitte. É bacharel em Economia pela USJT, possui MBA em Finanças pela FGV e MBA Controller pela Fipecafi.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

André Poroger - 272.058.978-07

André Poroger é, desde 18 de maio de 2018, Diretor de Produtos da Companhia, sendo que atua como o head da área de Desenvolvimento de Produtos da Companhia desde 2003. Anteriormente, trabalhou na Atwood Richards na área de Comércio Exterior e posteriormente na área de Produtos e Negócios da Editora Abril e Maestro. André é bacharel em Administração de Empresas pela FAAP com MBA em Finanças pela FGV.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Renato Feder - 278.171.268-01

Renato Feder foi co-CEO da Companhia de 2003 até 18 de maio de 2018, quando passou a exercer os cargos de Diretor Vice-Presidente e Presidente do Conselho de Administração. Trabalhou na Serasa primeiramente como Trainee e depois como Gerente. Foi professor de Economia, Engenharia e Microeconomia na Universidade Mackenzie. É bacharel em Administração de Empresas pela FGV com mestrado Stricto Sensu na USP. Desde 1º de janeiro de 2019, Renato Feder atua como Secretário da Educação do Paraná, que não o impede legalmente de ocupar cargo no Conselho de Administração.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Edward James Feder - 875.198.958-15

Edward James Feder é graduado em economia, Membro do Conselho de Administração da Elgin S.A. e diretor do Sindicato dos Fabricantes de Material Elétrico e Eletrônico de São Paulo (SINAEES-SP).
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Tomas Henrique Fuchs - 263.773.858-89

Tomas Henrique Fuchs é graduado em Administração de Empresas com especialização em Harvard University no curso OPM (Owner and President Management). Também é membro certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Atua como CEO da Datora Telecom, Presidente do Conselho de Administração da Datora Participações S.A. e da TelComp – Associação Brasileira das Operadoras Competitivas e membro do Conselho de Administração do Museu da Imaginação. Ademais, atuou como Presidente do Conselho de Administração da Datora Mobile Telecomunicações S.A. até dezembro de 2019.
Tomas Henrique Fuchs é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, eleito de acordo com os critérios de independência estabelecidos no artigo 16, parágrafo primeiro, do Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Eduardo Shakir Carone - 295.344.578-17

Eduardo Shakir Carone é sócio da Nexto Investments, empresa de investimentos proprietários em Private Equity e Venture Capital, e Fundador e CEO da Atlas Governance, empresa de tecnologia fornecedora de portais de governança para o mercado latino-americano. Participa ainda como conselheiro de administração ou consultivo de outras quatro empresas. Nenhuma é afiliada da Companhia.
Eduardo Shakir Carone é Vice-Presidente e membro independente do Conselho de Administração da Companhia, eleito de acordo com os critérios de independência estabelecidos no artigo 16, parágrafo primeiro, do Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Alexandre Ostrowiecki - 292.713.568-10

Alexandre Ostrowiecki foi co-CEO da Companhia de 2003 até 18 de maio de 2018, quando passou a exercer os cargos de Diretor-Presidente e Membro do Conselho de Administração. Trabalhou anteriormente no departamento de finanças da Unilever e posteriormente na área de estratégia da Accenture. É bacharel em Administração de Empresas pela FGV, MBA da Insper e OPM da Harvard University.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Ricardo Rosanova Garcia - 259.792.868-37	
N/A	
Eder da Silva Grande - 255.597.828-31	
N/A	
André Poroger - 272.058.978-07	
N/A	
Renato Feder - 278.171.268-01	
N/A	
Edward James Feder - 875.198.958-15	
N/A	
Tomas Henrique Fuchs - 263.773.858-89	
N/A	
Eduardo Shakir Carone - 295.344.578-17	
N/A	

Alexandre Ostrowiecki - 292.713.568-10

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Eduardo Shakir Carone	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	02/12/1981	11/05/2021	2 anos
295.344.578-17		Administrador de Empresas		11/05/2021	0	0.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						
Marcos Edson Pinto Rodrigues	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	05/07/1967	11/05/2021	2 anos
068.172.498-64		Administrador de Empresas	Coordenador do Comitê (Efetivo) e Membro Especialista em Contabilidade	11/05/2021	0	0.00%
Não Aplicável						
Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	16/11/1961	11/05/2021	2 anos
769.488.977-20		Empresário		11/05/2021	0	0.00%
Não Aplicável						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Eduardo Shakir Carone - 295.344.578-17

Eduardo Shakir Carone é sócio da Nexto Investments, empresa de investimentos proprietários em Private Equity e Venture Capital, e Fundador e CEO da Atlas Governance, empresa de tecnologia fornecedora de portais de governança para o mercado latino-americano. Participa ainda como conselheiro de administração ou consultivo de outras quatro empresas. Nenhuma é afiliada da Companhia.
Eduardo Shakir Carone é Vice-Presidente e membro independente do Conselho de Administração da Companhia, eleito de acordo com os critérios de independência estabelecidos no artigo 16, parágrafo primeiro, do Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Marcos Edson Pinto Rodrigues - 068.172.498-64

Marcos Edson Pinto Rodrigues ocupou posições C-Level em empresas dos setores de Saúde, Reciclagem, Consultoria Estratégica, Construção Civil, Varejo, Tecnologia e BPO, no Brasil e no exterior, tendo atuado como Diretor-Presidente – CEO, em duas situações (Saúde e Reciclagem). É graduado em Administração de Empresas, pós-graduado em Administração Industrial – USP – POLI, MBA em Gestão Empresarial – FGV – University of California.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior - 769.488.977-20

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior iniciou sua carreira na Arthur Andersen nas áreas de auditoria e consultoria. Possui experiência profissional na gestão de empresas de serviços, indústria e varejo, tendo trabalhado no Carrefour, Pepsi-Cola Engarrafadora, Alcoa Brasil, como Diretor. Na Alcoa Argentina, Grupo Siciliano e Grupo Papaiz, atuou como Diretor-Presidente (CEO).
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Eduardo Shakir Carone - 295.344.578-17	
N/A	
Marcos Edson Pinto Rodrigues - 068.172.498-64	
N/A	
Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior - 769.488.977-20	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Este item não é aplicável, tendo em vista que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre os administradores da Companhia, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência não havia relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia indenizará e manterá indenes os membros do Conselho de Administração, Diretoria, Comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

O parágrafo 1º de referido artigo 15 do Estatuto Social da Companhia descreve situações nas quais a Companhia não indenizará os Beneficiários, a saber (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o artigo 11, § 5º, II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário.

O contrato de indenidade deverá estipular que caso o Beneficiário venha a solicitar qualquer desembolso pela Companhia, a aferição sobre sua incidência no caso concreto deverá ocorrer anteriormente a qualquer decisão sobre sua concessão.

Ainda, nos termos do parágrafo 2º do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, caso o Beneficiário seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com ma-fé, dolo, culpa grava ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiro, em detrimento do interesse social da Companhia, , o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

O Conselho de Administração irá aprovar, nos termos do parágrafo 3º do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, o modelo padrão do contrato de indenidade, a ser celebrado entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, os membros do Conselho de Administração, Diretoria, Comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ("Modelo de Contrato de Indenidade").

Ademais, a Companhia pretende futuramente oferecer seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), a ser contratado, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos diretores e administradores.

A administração da Companhia entende que o seguro D&O e os contratos de indenidade são instrumentos importantes e complementares de atração e retenção de bons profissionais, compondo um pacote de cobertura adequado para administradores de companhia aberta. Neste sentido, o seguro D&O, em particular, enquanto contrato de seguro de responsabilidade civil, possui uma natureza dúplice na medida em que o seguro, além de proteger o patrimônio dos Beneficiários, também garante a indenização do terceiro prejudicado, o que não se verifica no âmbito dos contratos de indenidade. Adicionalmente, é possível constatar a complementaridade desses instrumentos a medida em que o contrato de indenidade poderá ser aplicado para suprir a indenização que não estiver coberta pelo seguro D&O, após expressa declaração da respectiva seguradora, bem como no caso de a seguradora não realizar o pagamento devido no prazo de até 30 dias da realização do pedido de indenização, desde que observados os termos e condições dos contratos de indenidade.

A existência de uma proteção adequada permite a tomada de decisões negociais que impliquem a assunção de riscos compatíveis com os níveis tolerância a riscos fixados no interesse da Companhia, e que restariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade de responsabilização civil.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

A Companhia apresenta abaixo, com relação as Assembleias Gerais realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	29/03/2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	18/05/2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	21/05/2018	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária	21/05/2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	15/06/2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	02/11/2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	10/01/2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	14/01/2019	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária	29/04/2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	31/05/2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	06/08/2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	21/10/2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	04/12/2019	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária	17/04/2020	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	25/06/2020	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	15/07/2020	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30/11/2020	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária	29/04/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	11/05/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	21/06/2021	100%	Não

Governança Corporativa

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado, ao qual aderimos, é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Desde a sua criação, o Novo Mercado passou por revisões em 2006 e 2011. Recentemente, após extenso trabalho conjunto entre B3, participantes do mercado e companhias listadas, a nova versão do Regulamento do Novo Mercado foi aprovada em audiência restrita pelas companhias listadas em

12.12 - Outras informações relevantes

junho de 2017 e pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários em setembro de 2017. O novo regulamento entrou em vigor em 02/01/2018.

A Companhia destaca abaixo algumas das principais regras do Novo Mercado relacionadas à estrutura de governança e direitos dos acionistas:

- o capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;
- no caso de alienação do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (*tag along* de 100%) atribuído às ações detidas pelo controlador;
- instalação da Área de Auditoria Interna, função de *Compliance* e Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário);
- em caso de saída da empresa do Novo Mercado, realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) por valor justo, sendo que, no mínimo, 1/3 dos titulares das ações em circulação devem aceitar a OPA ou concordar com a saída do segmento;
- o conselho de administração deve contemplar, no mínimo, 2 ou 20% de conselheiros independentes, o que for maior, com mandato unificado de, no máximo, dois anos;
- a empresa se compromete a manter, no mínimo, 25% das ações em circulação (*free float*);
- estruturação e divulgação de processo de avaliação do conselho de administração, de seus comitês e da diretoria;
- elaboração e divulgação de políticas de (i) remuneração; (ii) indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (iii) gerenciamento de riscos; (iv) transação com partes relacionadas; e (v) negociação de valores mobiliários, com conteúdo mínimo (exceto para a política de remuneração);
- divulgação simultânea, em inglês e português, de fatos relevantes, informações sobre proventos *e press releases* de resultados; e
- divulgação mensal das negociações com valores mobiliários de emissão da empresa pelos e acionistas controladores.

Em relação ao compromisso de manutenção, no mínimo, 25% das ações em circulação (*free float*), a B3 deferiu pedido da Companhia para que seja conferido tratamento excepcional para o percentual mínimo de ações em circulação, conforme exigido pelo Regulamento do Novo Mercado, de modo que a Companhia deverá manter, em livre circulação, no mínimo, o percentual de ações em circulação alcançado na data de conclusão da sua oferta pública inicial de ações, sendo este percentual, em qualquer hipótese, equivalente ou superior a 21%. Para mais informações, favor verificar o item 18.12 deste Formulário de Referência.

Além disto, a Companhia adere voluntariamente várias práticas de governança corporativa recomendadas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa (“CBGC”) publicado pelo Grupo Interagentes em 2016 e a partir de 2019, passará a divulgar anualmente o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa instituído pela Instrução CVM nº 589, de 8 de junho de 2017.

Dentre essas práticas, descritas ao longo deste Formulário de Referência, sendo algumas delas exigência do Regulamento do Novo Mercado, destacam-se as seguintes:

- as funções de Presidente do Conselho de Administração ou Vice-Presidente do Conselho de Administração e do Diretor-Presidente não devem ser acumuladas pela mesma pessoa;

12.12 - Outras informações relevantes

- possuímos um Comitê de Auditoria Estatutário, composto por pelo menos três membros, nomeados pelo Conselho de Administração, dos quais pelo menos um deve ser um membro do Conselho de Administração. Este comitê, entre suas funções, aconselha o Conselho Administrativo no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, controles internos, gestão de riscos e conformidade;

- o Conselho de Administração aprovou os seguintes documentos corporativos formais: (i) Código de Conduta; (ii) Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) Política de Divulgação de Informações; (iv) Política de Negociação de Valores Mobiliários; (v) Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses; (vi) Política de Indicação de Administradores; (vii) Política de Remuneração de Administradores; (viii) Política de Destinação de Resultados; (ix) Regimento Interno do Conselho de Administração; (x) Regimento Interno da Diretoria; e (xi) Regimento Interno de Comitê de Auditoria Estatutário;

- aderimos à Câmara de Arbitragem do Mercado para a resolução de litígios envolvendo a Companhia e seus administradores e acionistas;

- possuímos apenas ações ordinárias, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto nas Assembleias Gerais;

- os acionistas da Companhia têm direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag-along*);

- os acionistas da Companhia têm direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem de nossas ações ordinárias no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada; e

- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores ("Política de Remuneração"), a qual foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de maio de 2018 e posteriormente alterada em 11 de maio de 2021, e que pode ser consultada por meio do website da CVM (www.cvm.gov.br) e do website da Companhia (www.ri.multilaser.com.br/).

A Política de Remuneração tem por objetivo fazer com que a remuneração dos administradores seja uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais do mercado para administração da Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração e Comitês

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por:

(a) Pró-labore: os membros do Conselho de Administração e dos Comitês receberão uma remuneração mensal, a título de pró-labore, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao da Companhia, observada a Política de Remuneração.

(b) Benefícios (diretos e indiretos): A Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração e dos Comitês estão cobertos pela apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês do Conselho de Administração podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo,

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.
Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores.

Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, não farão jus a qualquer acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês do Conselho de Administração não farão jus a remuneração variável, aos benefícios pós-emprego e aos benefícios motivados pela cessação do cargo.

Diretores Estatutários e Não-estatutários

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas na Companhia, bem como na experiência individual, sendo composta por:

(a) Pró-labore ou Salário: os Diretores estatutários e não-estatutários da Companhia receberão uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do segmento de atividade da Companhia, observada a Política de Remuneração.

(b) Benefícios (diretos e indiretos): os Diretores estatutários e não-estatutários da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Auxílio Educação; (ii) Plano de Assistência Médica; (iii) Vale Refeição; (iv) Seguro de Vida; e (v) Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Os Diretores estatutários e não-estatutários poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, um elemento discricionário de remuneração, que permite à Companhia oferecer retribuição adicional aos Diretores pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a situação financeira da Companhia. A metodologia de determinação da remuneração variável deve ser revista anualmente para assegurar o alinhamento com o objetivo e as diretrizes da Política de Remuneração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os Diretores podem ser elegíveis ao recebimento de bônus ou participação nos lucros ou gratificações excepcionais, entre outras formas de remuneração variável, que serão concedidos por liberalidade pela Companhia, nos termos e condições das políticas internas determinadas pelo Conselho de Administração.

A Companhia também pode conceder um plano de previdência aos Diretores, em que as modalidades, entre outros benefícios, serão determinadas pelo Conselho de Administração.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Além disso, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios motivados pela cessação do cargo específicos a esses Diretores.

Por fim, vale destacar que a Companhia aprovou, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021, um Plano Especial de Ações Restritas, que prevê uma única outorga, a ser realizada neste ano, após a sua oferta pública inicial de ações (IPO).

Adicionalmente, conforme Acordo de Acionistas já rescindido, o Diretor-Presidente fez jus a uma remuneração, reconhecida no exercício social de 2020 e no primeiro trimestre de 2012, equivalente a 1,5% da margem de contribuição da Companhia apurada gerencialmente, a ser liquidada 30% em moeda corrente e 70% mediante subscrição de ações. Este Acordo de Acionistas foi rescindido com efeitos a partir de 1º de abril de 2021. Para uma descrição desses dois componentes de remuneração de Diretores, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia operará em caráter não permanente e poderá ser instalado mediante solicitação dos acionistas e remunerado conforme as disposições legais aplicáveis. Por esse motivo, não temos uma política de remuneração específica para seus membros. Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos últimos três exercícios sociais:

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Remuneração Fixa	**Remuneração Variável**	**Remuneração baseada em ações**	**Total**
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	2,57%	20,01%	77,42%	100%
Diretoria Não-Estatutária	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Remuneração Fixa	**Remuneração Variável**	**Remuneração baseada em ações**	**Total**
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	100%	0%	0%	100%
Diretoria Não-Estatutária	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
	Remuneração Fixa	**Remuneração Variável**	**Remuneração baseada em ações**	**Total**
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	100%	0%	0%	100%
Diretoria Não-Estatutária	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

O valor global máximo a ser pago aos administradores da Companhia a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de acionistas, estando a remuneração global máxima dentro dos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das S.A.

A fim de estabelecer e reajustar a remuneração fixa e variável dos administradores, a Companhia pretende realizar o acompanhamento das variações de remuneração no mercado por meio de pesquisa independente, comparando, periodicamente, suas práticas de remuneração com mercados de referência, como concorrentes dos segmentos de sua atuação, empresas de porte semelhante ao da Companhia, empresas listadas em bolsa de valores ou que possuam estratégias de remuneração similares às da Companhia.

Os reajustes de remuneração dos administradores da Companhia serão realizados conforme a política interna, respeitando o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e proposta de remuneração global dos administradores aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração da Companhia combina elementos de curto e longo prazo, tendo como objetivo a retenção e a remuneração de seus profissionais de acordo com as responsabilidades dos seus cargos, as práticas de mercado e o nível de competitividade da Companhia. Portanto, a remuneração dos administradores está alinhada aos objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, dois membros da Diretoria Estatutária, que eram acionistas da Companhia, renunciaram ao recebimento de remuneração em razão do exercício de suas funções como diretores.

Na data deste Formulário de Referência e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não há administradores não remunerados pela Companhia.

Ademais, conforme disposto na Política de Remuneração, os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de diretores.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Nenhum indicador de desempenho é levado em consideração para fins de determinação da remuneração fixa ou dos benefícios dos administradores, sendo tais elementos de

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

remuneração estabelecidos de acordo com responsabilidade e complexidade do cargo, experiência do profissional, competitividade e práticas do mercado. Além disso, ao estabelecer a remuneração fixa, a Companhia leva em consideração as qualificações e experiências de cada indivíduo no exercício de suas atribuições.

Em relação à remuneração variável dos Diretores estatutários e não-estatutários, esta é definida, principalmente, com base no alcance da meta do EBITDA Ajustado proposto pela administração da Companhia. Além disso, a Companhia leva em consideração outras metas específicas, tais como: índice de inadimplência, índice de produtividade fabril, índices de absenteísmo, índices de eficiência logística, entre outros.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Uma parcela significativa do valor total pago aos Diretores estatutários e não-estatutários é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho acordados junto ao Conselho de Administração para o exercício corrente, levando-se em conta os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia oferece uma remuneração competitiva no mercado, com o objetivo de atrair e reter profissionais que a ajudem a atingir seus objetivos de curto, médio e longo prazos.

A estratégia de remuneração descrita acima procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos, de forma a alinhar os seus interesses com os da Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da administração. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Assembleia Geral fixará, anualmente, a remuneração global dos administradores, sendo que o Conselho de Administração fixará a remuneração global e individual dos Diretores.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão um pró-labore fixo mensal, definido de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do segmento de atividade da Companhia, observada a Política de Remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração, avaliando se a remuneração paga pela Companhia condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico-financeira.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,17	3,58	0,00	7,75
Nº de membros remunerados	1,17	3,58	0,00	4,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	4.248.000,00	0,00	4.968.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	29.500.000,00	0,00	29.500.000,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 1/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 1/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração baseada em ações refere-se à estimativa de reconhecimento de despesa do Plano de Ações Restritas e do Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor-Presidente, bem como da Remuneração Baseada em Ações que foi paga ao Diretor Financeiro em março de 2021.		
Total da remuneração	720.000,00	41.748.000,00	0,00	42.468.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	563.303,00	0,00	563.303,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.392.804,00	0,00	4.392.804,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	16.991.401,00	0,00	16.991.401,00
Observação		Conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 1/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração baseada em ações refere-se ao reconhecimento de despesa do Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor-Presidente e a Remuneração Baseada em Ações do Diretor Financeiro		
Total da remuneração	0,00	21.947.508,00	0,00	21.947.508,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	563.303,00	0,00	563.303,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		Conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 1/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	563.303,00	0,00	563.303,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	536.120,00	0,00	536.120,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		Conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 1/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	536.120,00	0,00	536.120,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4,17	3,58	0	7,75
Nº de membros remunerados	1,17	3,58	0	4,75
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	8.000.000,00	0	8.000.000,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”)	0	8.000.000,00	0	8.000.000,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”)	0	0	0	0

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Não houve o reconhecimento de qualquer remuneração variável aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Plano Especial de Ações Restritas

A Companhia aprovou, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2021, um Plano Especial de Ações Restritas ("Plano"). Abaixo estão descritas as linhas gerais do Plano:

(a) termos e condições gerais

O Plano estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo por meio da outorga especial única de Ações Restritas (conforme abaixo definido) de emissão da Companhia aos diretores estatutários da Companhia.

O Conselho de Administração indicará a seu exclusivo critério, dentre os diretores estatutários da Companhia, aqueles aos quais serão oferecidas Ações Restritas ("Participantes"), bem como a quantidade de Ações Restritas a ser outorgada a cada Participante, levando em consideração as Metas de Performance Mínima (conforme abaixo definido).

Cada Ação Restrita atribui ao seu titular o direito ao recebimento de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia ("Ação"), acrescida do valor em dinheiro dos respectivos Proventos (conforme abaixo definido), estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano.

O termo "Ação Restrita" significa o direito a receber uma Ação em determinada data futura, condicionado ao cumprimento do *Vesting* (conforme abaixo definido), a título de gratificação (bônus em ações), não constituindo natureza salarial. O termo "Proventos" significa o valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio, restituições de capital ou outros proventos em dinheiro atribuídos às Ações Restritas, declarados entre a data de outorga e a data de liquidação das Ações Restritas. Na hipótese de subscrição ou qualquer outro direito de preferência declarado entre a data de outorga e a data de liquidação das Ações Restritas, o valor do direito, calculado com base no último preço anterior à data "EX", será também considerado como Provento.

Excepcionalmente, caso esteja legalmente impossibilitada de utilizar ações em tesouraria, a Companhia poderá promover a liquidação dos exercícios das Ações Restritas em dinheiro, do valor equivalente à quantidade de Ações Restritas exercidas, multiplicadas pelo preço médio ponderado por volume financeiro das Ações nos pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), ocorridos nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao mês da data de pagamento ("Valor da Ação Restrita"), acrescido do valor em dinheiro dos respectivos Proventos, sem qualquer correção ou atualização monetária.

Exceto pelos direitos descritos no Plano, as Ações Restritas não atribuem quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até a liquidação dos exercícios das Ações Restritas, no caso de a liquidação ser feita com Ações.

A adesão ao Plano é voluntária, e cada Participante do Plano deverá firmar um Contrato de Outorga de Bônus em Ações Restritas e Outras Avenças no qual serão estabelecidos os termos e as condições de cada Ação Restrita ("Contrato de Ações Restritas").

(b) principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo atrair, motivar e reter os diretores estatutários da Companhia, bem como alinhar os seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os diretores estatutários da Companhia se tornem acionistas da Companhia, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros.

Para promover o alinhamento de interesses, o Plano estabelece que o requisito para a aquisição do direito ao exercício das Ações Restritas ("*Vesting*") é o atingimento da meta de performance mínima pelos Participantes, que corresponderá à meta de margem de contribuição mínima da Companhia que vier a ser definida pelo Conselho de Administração para cada um dos 6 (seis) trimestres do Plano, iniciando-se a partir do terceiro trimestre de 2021 ("Meta de Performance Mínima").

O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de diretores estatutários, em face, principalmente, do compartilhamento dos interesses comuns com a Companhia e do atingimento da Meta de Performance Mínima.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Ações Restritas se insere na política de remuneração da Companhia na medida em que estabelece uma remuneração baseada em ações, estruturada para ser o componente de remuneração de longo prazo.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A Companhia acredita que o desenho do Plano alinha os interesses dos diretores estatutários da Companhia a curto, médio e longo prazo, não obstante se tratar de um programa de incentivo de longo prazo, tendo em vista que os indicadores de performance avaliam o desempenho de forma trimestral. As regras do *Vesting* estão descritas na alínea "h" abaixo.

(f) número máximo de ações abrangidas

O Plano terá uma única outorga, limitada a 8.997.377 (oito milhões, novecentas e noventa e sete, trezentas e setenta e sete) de Ações Restritas.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não se trata de um plano de outorga de opções.

(h) condições de aquisição de ações

Conforme exposto na alínea "c" acima, para que haja o *Vesting*, é preciso atingir a Meta de Performance Mínima.

O *Vesting* ocorrerá em até 6 (seis) parcelas trimestrais, nas quantidades de Ações Restritas que vierem a ser definidas pelo Conselho de Administração quando de sua outorga ("Parcelas"), e estará sujeita ao cumprimento da Meta de Performance Mínima no trimestre aplicável, conforme indicado na tabela anexa:

Parcela	Trimestre
1	3º trimestre de 2021
2	4º trimestre de 2021
3	1º trimestre de 2022
4	2º trimestre de 2022
5	3º trimestre de 2022
6	4º trimestre de 2022

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A verificação do cumprimento da Meta de Performance Mínima de cada Parcela deverá ocorrer na reunião do Conselho de Administração que apreciar as informações financeiras relativas ao trimestre correspondente à Meta de Performance Mínima ("Data de Verificação").

Em caso de atingimento da Meta de Performance Mínima, o *Vesting* da Parcela de Ações Restritas ocorrerá na Data de Verificação ("Ações Restritas *Vested*").

Em caso de não atingimento da Meta Mínima de Performance, a Parcela das Ações Restritas restará automaticamente extinta, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável, uma vez que o Plano estabelece que o Participante receberá as Ações Restritas após o cumprimento do *Vesting* e não há previsão de pagamento de preço de exercício pelas Ações Restritas.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

O Participante poderá exercer as Ações Restritas *Vested* durante o prazo máximo de exercício decadencial de 2 (dois) meses, a partir da respectiva data de *Vesting* ("Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas").

O exercício das Ações Restritas será feito mediante entrega do competente Termo de Exercício de Ações Restritas devidamente preenchido e assinado pelo Participante.

O Diretor de Relações com Investidores poderá estabelecer a qualquer tempo restrições para o exercício das Ações Restritas ou a venda das Ações resultantes da liquidação dos exercícios, em datas que coincidam com períodos de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia.

Caso o Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas coincida com período de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, o Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas poderá ser suspenso durante o período de vedação, sendo retomada a contagem do prazo restante para exercício tão logo cessada a vedação à negociação.

(k) forma de liquidação

Exercida a Ação Restrita, o Conselho de Administração autorizará a Diretoria a realizar a liquidação do exercício das Ações Restritas mediante a utilização das Ações mantidas em tesouraria ou, na hipótese excepcional prevista no Plano, mediante pagamento em dinheiro de quantia equivalente à quantidade de Ações Restritas, multiplicadas pelo Valor da Ação Restrita.

(l) restrições à transferência das ações

As Ações Restritas são pessoais e intransferíveis, não podendo, em hipótese alguma, ser cedidas, transferidas ou empenhadas a quaisquer terceiros, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, ressalvadas as exceções previstas na hipótese de morte do Participante.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Ações Restritas ainda em aberto concedidas com base nele.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Participante por pedido de demissão, desligamento sem ou por justa causa, aposentadoria, invalidez permanente ou morte, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

A qualquer tempo durante a vigência do Plano:

- em caso de pedido de demissão, o Participante terá o direito de exercer as Ações Restritas *Vested*, no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contado da data do desligamento. Todas as Ações Restritas ainda não exercíveis ("Ações Restritas *Unvested*"), restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

- em caso de desligamento sem justa causa, caberá única e exclusivamente ao Conselho de Administração decidir se todas as Ações Restritas que tenham sido concedidas ao Participante, sejam elas Ações Restritas *Vested* ou Ações Restritas *Unvested*, restarão automaticamente extintas;

- em caso de desligamento por justa causa, todas as Ações Restritas que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Ações Restritas *Vested* ou Ações Restritas *Unvested*, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

- no caso de aposentadoria ou invalidez permanente do Participante, todas as Ações Restritas *Vested* poderão ser exercidas no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contados da data de aposentadoria ou da constatação de invalidez permanente do Participante, e todas as Ações Restritas *Unvested* poderão ser exercidas em seus prazos e regras normais de *Vesting*, sujeito à condição de que o Participante não atue em empresa concorrente e eventuais condições adicionais estabelecidas pelo Conselho de Administração; e

- no caso de morte do Participante, todas as Ações Restritas *Unvested* tornar-se-ão exercíveis antecipadamente. As Ações Restritas *Vested* ou as Ações Restritas *Unvested* estender-se-ão aos seus herdeiros e sucessores, por sucessão legal ou por imposição testamentária, podendo ser exercidas no todo ou em parte pelos herdeiros, sucessores ou cônjuges meeiros do Participante, no prazo decadencial de 12 (doze) meses, contado da data do falecimento.

Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor-Presidente

A Companhia não possuía nenhum plano formalizado de incentivo baseado em ações até a aprovação do Plano Especial de Ações Restritas em 11 de maio de 2021.

No entanto, conforme Acordo de Acionistas vigente no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, foi estabelecida uma remuneração máxima para seu Diretor-Presidente, equivalente a 1,5% da margem de contribuição da Companhia apurada gerencialmente, a ser liquidada da seguinte forma: (i) 30% em moeda corrente nacional (dinheiro); (ii) 70% mediante subscrição de ações.

Neste contexto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração calculada com base no Acordo de Acionistas totalizou um montante de R$ 12.750 mil, dos quais: (i) R$ 4.393 mil (correspondentes à remuneração em moeda corrente nacional) foram lançados a conta de obrigação no passivo, e (ii) R$ 8.357 mil (correspondente à remuneração a ser liquidada com a entrega de ações) foram lançados a conta de reserva de capital no patrimônio líquido. Em 2020, não houve subscrição de ações para liquidação das obrigações de remuneração do Diretor-Presidente.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

No trimestre findo em 31 de março de 2021, a remuneração calculada com base no Acordo de Acionistas totalizou um montante de R$ 5.591 mil, dos quais: (i) R$ 1.677 mil (correspondentes à remuneração em moeda corrente nacional) foram lançados a conta de obrigação no passivo, e (ii) R$ 3.914 mil (correspondente à remuneração a ser liquidada com a entrega de ações) foram lançados a conta de reserva de capital no patrimônio líquido. Em 2021, também não houve subscrição de ações para liquidação das obrigações de remuneração do Diretor-Presidente.

Em 21 de junho de 2021, o Acordo de Acionistas celebrado anteriormente foi rerratificado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, para esclarecer que a remuneração do Diretor-Presidente, a ser liquidada em ações, será realizada mediante a entrega de uma quantidade de ações, avaliadas a valor de mercado na data da efetiva entrega. A Companhia usará as suas ações em tesouraria para liquidar esta obrigação com o Diretor-Presidente.

Portanto, a quantidade de ações a qual o Diretor-Presidente receberá em transferência de ações em tesouraria será definida mediante a divisão do montante de R$ 12.271 mil pelo preço por ação a ser fixado no IPO (oferta pública inicial de ações), cuja liquidação deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de determinação do número de ações a serem transferidas ao Diretor-Presidente, refletindo, assim, o valor justo das ações a serem transferidas. Em caso de não ocorrência do IPO a Companhia definirá o modelo de precificação de ações apropriado para refletir o justo valor da ação e determinar a quantidade de ações a serem transferidas ao Diretor-Presidente.

As ações a serem transferidas não estão sujeitas a condições para aquisição de ações, restrições à transferência das ações, critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano, efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos e outras regras usuais em planos de remuneração baseados em ações.

Para informações adicionais sobre o assunto, ver “Reserva de capital – remuneração baseada em ações” na nota explicativa 19.2 às Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas de 31 de dezembro de 2020 e na nota explicativa 19.2 às Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas de 31 de março de 2021.

Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor-Financeiro

Além do acordo de remuneração baseada em ações do Diretor-Presidente, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, o Diretor Financeiro da Companhia recebeu da Companhia ações de emissão da Companhia, conforme negociação realizada entre a Companhia e referido diretor. Em dezembro de 2020 foram recebidas 1.462.398 ações ordinárias de emissão da Companhia (já considerando o desdobramento aprovado em 11 de maio de 2021), que foram reconhecidas contabilmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas de 31 de dezembro de 2020 pelo valor justo de R$ 8.634.122,00. Já em março de 2021 foram recebidas 228.073 ações ordinárias de emissão da Companhia (já considerando o desdobramento aprovado em 11 de maio de 2021), que foram reconhecidas contabilmente nas Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas de 31 de março de 2021 pelo valor justo de R$ 1.402.579,00.

Na presente data, não existe qualquer negociação ou acordo que preveja a entrega de ações adicionais ao Diretor Financeiro da Companhia.

Para informações adicionais sobre o assunto, ver “Reserva de capital – remuneração baseada em ações” na nota explicativa 19.2 às Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas de 31 de dezembro de 2020 e na nota explicativa 19.2 às Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas de 31 de março de 2021.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações

Plano Especial de Ações Restritas

O Plano Especial de Ações Restritas foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária em 11 de maio de 2021 e não houve outorga de qualquer Ação Restrita a membros de nosso Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária. A informações abaixo referem-se à remuneração baseada em ações restritas prevista para o exercício corrente:

Remuneração baseada em ações restritas prevista para o exercício social corrente (31/12/2021)

<table>
<tr><th></th><th>Conselho de Administração</th><th>Diretoria Estatutária</th></tr>
<tr><td>Nº total de membros</td><td>4,17</td><td>3,58</td></tr>
<tr><td>Nº de membros remunerados</td><td>-</td><td>3,58</td></tr>
<tr><td>Outorga de ações restritas</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td>Data de outorga</td><td>N/A</td><td>A outorga deverá ocorrer logo após o IPO da Companhia</td></tr>
<tr><td>Quantidade de ações restritas a serem outorgadas</td><td>N/A</td><td>8.997.377
(quantidade máxima prevista)</td></tr>
<tr><td>Prazo para que as ações restritas se tornem exercíveis</td><td>N/A</td><td><table><tr><th>Parcela</th><th>Trimestre</th></tr><tr><td>1</td><td>3º trimestre de 2021</td></tr><tr><td>2</td><td>4º trimestre de 2021</td></tr><tr><td>3</td><td>1º trimestre de 2022</td></tr><tr><td>4</td><td>2º trimestre de 2022</td></tr><tr><td>5</td><td>3º trimestre de 2022</td></tr><tr><td>6</td><td>4º trimestre de 2022</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>Prazo máximo para exercício das ações restritas</td><td>N/A</td><td>2 (dois) meses
(a partir da respectiva data de Vesting)</td></tr>
<tr><td>Prazo de restrição à transferência das ações restritas</td><td>N/A</td><td>Não há restrição após o Vesting</td></tr>
<tr><td>Valor justo das ações restritas na data da outorga</td><td>N/A</td><td>Não houve outorga</td></tr>
<tr><td>Preço médio ponderado de exercício:</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td>(a) Das ações restritas em aberto no início do exercício social</td><td>N/A</td><td>N/A</td></tr>
</table>

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

(b) Das ações perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das ações exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das ações expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	N/A	Não há diluição, tendo em vista que a liquidação será feita sem emissão de novas ações

Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor-Presidente

As informações das tabelas abaixo referem-se ao Acordo de Remuneração do Diretor-Presidente, descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.

Remuneração baseada em ações do Diretor-Presidente prevista para o exercício social corrente (31/12/2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,17	3,58
Nº de membros remunerados	-	1
Outorga de ações		
Data de outorga	N/A	31/03/2021 (data de determinação do crédito)
Quantidade de ações a serem outorgadas	N/A	A quantidade de ações será determinada com base na divisão do crédito de R$ 3.913.693,00 pelo preço por ação fixado no IPO
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	N/A	A liquidação deverá ser feita no prazo de 30 dias, contado da determinação do número de ações a serem transferidas ao Diretor-Presidente
Prazo máximo para exercício das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das ações em aberto no início do exercício social	N/A	N/A

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

(b) Das ações perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das ações exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das ações expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	N/A	Não há diluição, tendo em vista que a liquidação será feita sem emissão de novas ações

Remuneração baseada em ações do Diretor-Presidente no exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Outorga de ações		
Data de outorga	N/A	31/12/2020 (data de determinação do crédito)
Quantidade de ações outorgadas	N/A	A quantidade de ações será determinada com base na divisão do crédito de R$ 8.357.279,00 pelo preço por ação fixado no IPO
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	N/A	A liquidação deverá ser feita no prazo de 30 dias, contado da determinação do número de ações a serem transferidas ao Diretor-Presidente
Prazo máximo para exercício das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	NA
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das ações em aberto no início do exercício social	N/A	NA
(b) Das ações perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das ações exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das ações expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	N/A	Não haverá diluição, tendo em vista que a liquidação será feita sem emissão de novas ações

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor-Financeiro

As informações das tabelas abaixo referem-se ao Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor-Financeiro, descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.

Remuneração baseada em ações do Diretor-Financeiro prevista para o exercício social corrente (31/12/2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Outorga de ações		
Data de outorga	N/A	16/3/2021
Quantidade de ações outorgadas	N/A	228.073 (considerando o desdobramento aprovado em 11 de maio de 2021)
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R$ 6,14969 (valor justo por ação)
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das ações em aberto no início do exercício social	N/A	NA
(b) Das ações perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das ações exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das ações expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	N/A	Não houve diluição, tendo em vista que a liquidação foi realizada com ações em tesouraria, sem emissão de novas ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações do Diretor-Financeiro no exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Outorga de ações		
Data de outorga	N/A	1/11/2020
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.462.257 (considerando o desdobramento aprovado em 11 de maio de 2021)
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	5,90465 (valor justo por ação)
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das ações em aberto no início do exercício social	N/A	NA
(b) Das ações perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das ações exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das ações expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	N/A	Não houve diluição, tendo em vista que a liquidação foi realizada com ações em tesouraria, sem emissão de novas ações.

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Não houve o reconhecimento de qualquer remuneração baseada em ações aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Opções em aberto

Justificativa para o não preenchimento:

Na data deste Formulário de Referência e nos três últimos exercícios sociais, não havia opções em aberto.

Ainda, informamos que o Plano Especial de Ações Restritas, aprovado pela Companhia em 11 de maio de 2021, o Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor-Presidente e o Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor Financeiro não envolvem a outorga de opções.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Justificativa para o não preenchimento:

Não aplicável, conforme descrito abaixo:

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Não houve exercício de opções nem entrega de ações restritas a título de remuneração baseada em ações aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Plano Especial de Ações Restritas

No âmbito do Plano Especial de Ações Restritas, aprovado pela Companhia em 11 de maio de 2021, ainda não houve outorga de ações restritas.

Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor-Presidente

No âmbito da remuneração baseada em ações do Diretor-Presidente a entrega de ações em tesouraria deverá ocorrer após o IPO da Companhia.

Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor Financeiro

As ações entregues ao Diretor Financeiro no presente exercício social e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, encontram-se descritas no item 13.5 acima. Cabe destacar que tais ações não se tratam de ações restritas tampouco de ações decorrentes do exercício de opções.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Precificação das ações/opções

Plano Especial de Ações Restritas

Nenhuma ação foi outorgada no âmbito do Plano Especial de Ações Restritas.

Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor-Presidente

Os termos e condições do Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor-Presidente não permitem a utilização de um modelo de precificação do valor justo das ações a serem entregues com base no valor de mercado, após o IPO da Companhia.

Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor Financeiro

As informações descritas abaixo referem-se as ações entregues ao Diretor Financeiro da Companhia de acordo com o Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor Financeiro que se encontra descrito no item 13.4 acima.

a. modelo de precificação

O valor justo das ações entregues no âmbito do Acordo de Remuneração Baseada em Ações do Diretor Financeiro foi apurado com base em laudo de avaliação elaborado por consultor externo contratado pela Companhia. Para fins da elaboração dos laudos, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado.

Metodologia: O método de fluxo de caixa descontado foi escolhido como o mais apropriado para refletir o valor da empresa. Tal metodologia, estima o valor da empresa por meio do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados daquele negócio. Esses fluxos incluem desde ingressos e desembolsos, (incluindo capex de expansão e manutenção). Estas projeções levam em consideração o plano de negócios da Empresa com as perspectivas do setor de atuação e aspectos macroeconômicos.

Foi escolhida a abordagem do Fluxo de Caixa Livre Para a Firma ("FCLF"), no qual são levantados os fluxos de caixa operacionais e de investimento da empresa, excluindo-se os fluxos de caixa financeiros. O FCLF é descontado por uma taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da empresa (*weighted average cost of capital* – "WACC"), resultando no valor operacional total da empresa ("Enterprise Value", ou "EV"). Do EV são então deduzidos/adicionados os montantes de dívida/caixa e ajustados os saldos de ativos e passivos não operacionais, resultando no valor de 100% das ações da empresa ("Equity Value").

Não foi considerado no modelo o ingresso de recursos por conta da Oferta Pública pois na data da remuneração baseada em ações não havia a intenção desta operação.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, taxa média de distribuição de dividendos por ação e a taxa de juros livre de risco

No modelo de precificação das opções entregues ao Diretor Financeiro da Companhia em novembro de 2020 e em março de 2021, foram considerados os seguintes dados e premissas:

Premissas em novembro de 2020:

Metodologias de Avaliação

Conforme estipulado pela Instrução ICVM-361, em seu anexo III, utilizamos as seguintes metodologias para a definição do valor justo de 100% das ações da Companhia:

- Avaliação por fluxo de caixa descontado;
- Avaliação patrimonial;
- Avaliação por múltiplos de mercado;

O detalhamento acerca das metodologias supracitadas e fornecido em seção específica deste Laudo.

Resultados da avaliação – set/2020 (R$ bi)



Custo Médio Ponderado de Capital - WACC

Weighted Average Cost of Capital	
Indicador	Valor - set/20
Beta Desalavancado	1,25
% Dívida (Kd) - D/(D+E)	14,6%
% Capital Próprio (Ke) - E/(D+E)	85,36%
Impostos sobre Lucro	34,00%
(=) Beta Alavancado	1,39
Taxa Livre de Risco	2,15%
Retorno de Mercado	5,5%
Risco País	2,82%
Diferencial de Inflação	1,01
Prêmio de tamanho	1,59%
(=) Custo do Capital Próprio (Brasil)	12,2%
Custo do Capital de Terceiros	9,3%
Custo do Capital de Terceiros (post tax)	6,1%
WACC	11,27%

Premissas da Avaliação – Fluxo de caixa descontado

Moeda: Reais em termos nominais;

Data base: 30/09/2020;

Período de projeção: 5 anos e 3 meses;

Taxa de desconto utilizada: 11,27%;

Crescimento na perpetuidade (g): 4,27%;

Projeção de crescimento da receita líquida:

2022	2023	2024	2025
11,7%	11,6%	11,6%	11,6%

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Premissas em março de 2021:

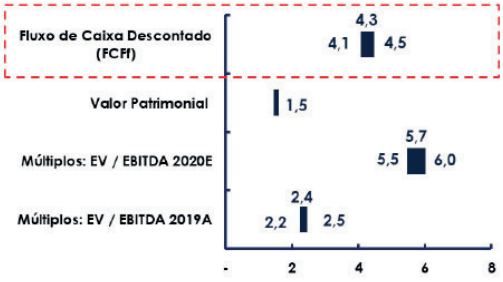
Metodologias de Avaliação

Conforme estipulado pela Instrução ICVM-361, em seu anexo III, utilizamos as seguintes metodologias para a definição do valor justo de 100% das ações da Companhia:

- Avaliação por fluxo de caixa descontado;
- Avaliação patrimonial;
- Avaliação por múltiplos de mercado;

O detalhamento acerca das metodologias supracitadas e fornecido em seção específica deste Laudo.

Resultados da avaliação – dez/2020 (R$ bi)



Custo Médio Ponderado de Capital - WACC

Weighted Average Cost of Capital	
Indicador	Valor - dez/20
Beta Desalavancado	1,25
% Dívida (Kd) - D/(D+E)	14,6%
% Capital Próprio (Ke) - E/(D+E)	85,36%
Impostos sobre Lucro	34,00%
(=) Beta Alavancado	**1,39**
Taxa Livre de Risco	2,15%
Retorno de Mercado	5,5%
Risco País	2,81%
Diferencial de Inflação	1,01
Prêmio de tamanho	1,59%
(=) Custo do Capital Próprio (Brasil)	**12,1%**
Custo do Capital de Terceiros	9,8%
Custo do Capital de Terceiros (post tax)	6,5%
WACC	11,31%

Premissas da Avaliação – Fluxo de caixa descontado

Moeda: Reais em termos nominais;

Data base: 31/12/2020;

Período de projeção: 5 anos;

Taxa de desconto utilizada: 11,31%;

Crescimento na perpetuidade (g): 4,24%;

Projeção de crescimento da receita líquida:

2021	2022	2023	2024	2025
11,7%	11,6%	11,6%	11,6%	11,6%

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica das ações foi utilizada na mensuração do valor justo além daquelas descritas nos demais itens desta seção.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações detidas por órgão

Órgão	Ações[1]		Opções	
	Número	%	Número	%
Conselho de Administração	606.153.397	93,5096%	0	0
Diretoria	33.073.671	5,1022%	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0

(1) As ações de titularidade de membros que integram a Diretoria e o Conselho de Administração estão sendo consideradas como de titularidade de membros do Conselho do Administração, apenas.

(2) São consideradas as participações diretas e indiretas. Para mais informações, ver o item 15 deste Formulário de Referência.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, tendo em vista que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	12.750.083,00	563.303,00	536.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	9.197.425,00	563.303,00	536.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	10.973.754,00	563.303,00	536.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há mecanismos pré-acordados atualmente para indenização de administradores em caso de aposentadoria ou destituição de cargos. Nos termos da Política de Remuneração da Companhia, após a cessação do mandato dos diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela cessação do cargo específicos a esses diretores.

Ademais, a Companhia pretende contratar Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros e Diretores (D&O). Para maiores informações sobre os seus termos, ver o item 12.11 deste Formulário de Referência.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Órgão	Percentual de Partes Relacionadas
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	58,09%
Conselho Fiscal	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Órgão	Percentual de Partes Relacionadas
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Órgão	Percentual de Partes Relacionadas
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	N/A

Os membros do Conselho de Administração que são membros da Diretoria Estatutária são remunerados exclusivamente na qualidade de Diretores.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

***Justificativa para o não preenchimento**:*

Nos últimos três exercícios sociais, não houve quaisquer valores pagos a título de remuneração para membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária da Companhia por outra razão que não a função que ocupam nesses órgãos. Além disso, o Conselho Fiscal não foi instalado.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

***Justificativa para o não preenchimento**:*

Nos últimos três exercícios sociais, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária da Companhia não receberam qualquer remuneração que tenha sido reconhecida nos resultados dos acionistas controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas. Além disso, o Conselho Fiscal não foi instalado.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Conforme descrito em "*Reserva de capital, estatutária e ações em tesouraria - Ações em tesouraria - Recompra / transferência de ações entre sócios*" na nota explicativa 19.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e na nota explicativa 19.2 às informações financeiras da Companhia relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, a Companhia recomprou de seus acionistas, proporcionalmente, o equivalente a 3% de suas ações ordinárias, totalizando a quantidade de 6.482.260 ações, ao custo total de R$ 22.711 mil, cujo valor por ação foi de R$ 3,5036.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, a Companhia efetuou a transferência não onerosa de 1.448.954 ações ordinárias recompradas, no montante de R$ 5.077 mil, para (i) dois acionistas que atuam como diretores na Companhia e que também venderam suas ações à Companhia no processo de recompra de ações mantidas em tesouraria; e (ii) para o Diretor Financeiro da Companhia, não acionista à época. As quantidades e o preço acima não consideram o desdobramento de ações de 1 (uma) para 3 (três) ações em 11 de maio de 2021.

A Companhia esclarece que a operação de recompra de ações pela Companhia / transferência de ações foi realizada com a intermediação da Companhia com o objetivo de facilitar a operacionalização das transferências, tendo em vista que a recompra ocorreu em uma única ocasião e as transferências aos acionistas e ao Diretor Financeiro da Companhia se deram em três ocasiões.

As transferências aos sócios foram realizadas com o objetivo de equalizar as participações acionárias dos sócios da Companhia à época, e foram realizadas pelo mesmo valor pago pela Companhia aos próprios sócios na recompra de ações, ao preço de R$3,5036 por ação. Tais transações não constituíram remuneração baseada em ações ou opções e não estão descritas nos demais itens desta Seção 13.

As transferências de ações ao Diretor Financeiro da companhia, Sr. Eder Grande, constituíram remuneração baseada em ações e estão descritas nos demais itens desta Seção 13.

As tabelas abaixo apresentam as quantidades e montantes recomprados e transferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021:

13.16 - Outras Informações Relevantes

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

Recompra / transferência entre sócios - Quantidade de Ações

Controladora	Alexandre Ostrowiecki	Dragon Gem LLC	Edward Feder	Andre Poroger	Eder Grande	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	**-**
Ações adiquiridas	(3.293)	(2.382)	(523)	(284)	-	**(6.482)**
Transferências não onerosa	540	-	-	421	-	**961**
Remuneração com entrega de ações	-	-	-	-	488	**488**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(2.753)**	**(2.382)**	**(523)**	**137**	**488**	**(5.033)**

Recompra / transferência entre sócios - Milhares de Reais

Controladora	Alexandre Ostrowiecki	Dragon Gem LLC	Edward Feder	Andre Poroger	Eder Grande	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	**-**
Ações adiquiridas	(11.539)	(8.345)	(1.831)	(996)	-	**(22.711)**
Transferências não onerosa	1.893	-	-	1.476	-	**3.369**
Remuneração com entrega de ações	-	-	-	-	8.634	**8.634**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(9.646)**	**(8.345)**	**(1.831)**	**480**	**8.634**	**(10.708)**

Período de três meses encerrado em 31 de março de 2021:

Saldo em 01 de Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	**-**
Ações adiquiridas	(3.293)	(2.382)	(523)	(284)	-	**(6.482)**
Transferências não onerosa	540	-	-	421	-	**961**
Remuneração com entrega de ações	-	-	-	-	488	**488**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(2.753)**	**(2.382)**	**(523)**	**137**	**488**	**(5.033)**
Transferências não onerosa	1.111	-	-	847	-	**1.958**
Remuneração com entrega de ações	-	-	-	-	76	**76**
Saldo em 31 de março de 2021	**(1.642)**	**(2.382)**	**(523)**	**984**	**564**	**(2.999)**

Movimentação das ações em tesouraria - (Em milhares de Reais)

Controladora	Alexandre Ostrowiecki	Dragon Gem LLC	Edward Feder	Andre Poroger	Eder Grande	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	**-**
Ações adiquiridas	(11.539)	(8.345)	(1.831)	(996)	-	**(22.711)**
Transferências não onerosa	1.893	-	-	1.476	-	**3.369**
Remuneração com entrega de ações	-	-	-	-	8.634	**8.634**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(9.646)**	**(8.345)**	**(1.831)**	**480**	**8.634**	**(10.708)**
Transferências não onerosa	3.891			2.968	-	**6.859**
Remuneração com entrega de ações	-	-	-	-	1.403	**1.403**
Saldo em 31 de março de 2021	**(5.755)**	**(8.345)**	**(1.831)**	**3.448**	**10.037**	**(2.446)**

Para mais informações sobre o descrito na presente seção, favor verificar "*Reserva de capital, estatutária e ações em tesouraria - Ações em tesouraria - Recompra / transferência de ações entre sócios*" na nota explicativa 19.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e na nota explicativa 19.2 às informações financeiras da Companhia relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados

Período de três meses findo em 31 de março de 2021

A tabela abaixo apresenta a distribuição, em 31 de março de 2021, dos empregados da Companhia, por Estado e por cargo:

Localização Geográfica	Atividade	Número de Funcionários	Total por Localização Geográfica
SP	Administrativo	326	1086
	Diretoria/executivo	3	
	Especialista	2	
	Gerente	28	
	Operacional	687	
	Supervisor	22	
	Técnico	16	
	Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos	1*	
	Auditoria Interna	1*	
MG	Administrativo	341	2208
	Diretoria/executivo	0	
	Especialista	2	
	Gerente	8	
	Operacional	1790	
	Supervisor	14	
	Técnico	53	
AM	Administrativo	99	668
	Gerente	1	
	Operacional	528	
	Supervisor	5	
	Técnico	35	
Brasil	Administrativo	766	3962
	Diretoria/executivo	3	
	Especialista	4	
	Gerente	37	
	Operacional	3005	
	Supervisor	41	
	Técnico	104	
	Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos	1*	
	Auditoria Interna	1*	

(*) Tais funções foram implementadas em maio de 2021.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

A tabela abaixo apresenta a distribuição, em 31 de dezembro de 2020, dos empregados da Companhia, por Estado e por cargo:

Localização Geográfica	Atividade	Número de Funcionários	Total por Localização Geográfica
SP	Administrativo	301	1065
	Diretoria/executivo	3	
	Gerente	32	
	Operacional	693	
	Supervisor	22	
	Técnico	14	
MG	Administrativo	239	1739
	Diretoria/executivo	0	
	Especialista	1	
	Gerente	8	
	Operacional	1427	
	Supervisor	12	
	Técnico	52	
AM	Administrativo	68	562
	Gerente	1	
	Operacional	466	
	Supervisor	3	
	Técnico	24	
Brasil	Administrativo	608	3366
	Diretoria/executivo	3	
	Especialista	1	
	Gerente	41	
	Operacional	2586	
	Supervisor	37	
	Técnico	90	

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

A tabela abaixo apresenta a distribuição, em 31 de dezembro de 2019, dos empregados da Companhia, por Estado e por cargo:

Localização Geográfica	Atividade	Número de Funcionários	Total por Localização Geográfica
SP	Administrativo	285	1008
	Diretoria/executivo	8	
	Especialista	0	
	Gerente	39	
	Operacional	642	
	Supervisor	20	
	Técnico	12	
	Auditoria Interna	2	
MG	Administrativo	296	1428
	Diretoria/executivo	0	
	Especialista	0	
	Gerente	8	
	Operacional	1054	
	Supervisor	13	
	Técnico	57	
AM	Administrativo	29	118
	Gerente	1	
	Operacional	77	
	Supervisor	4	
	Técnico	7	
Brasil	Administrativo	612	2554
	Diretoria/executivo	8	
	Especialista	0	
	Gerente	48	
	Operacional	1773	
	Supervisor	37	
	Técnico	76	
	Auditoria Interna	2	

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

A tabela abaixo apresenta a distribuição, em 31 de dezembro de 2018, dos empregados da Companhia, por Estado e por cargo:

Localização Geográfica	Atividade	Número de Funcionários	Total por Localização Geográfica
SP	Administrativo	257	887
	Diretoria/executivo	8	
	Gerente	36	
	Operacional	546	
	Supervisor	25	
	Técnico	14	
	Auditoria Interna	1	
MG	Administrativo	292	1984
	Especialista	0	
	Gerente	10	
	Operacional	1616	
	Supervisor	12	
	Técnico	54	
AM	Administrativo	22	87
	Gerente	1	
	Operacional	57	
	Supervisor	3	
	Técnico	4	
Brasil	Administrativo	572	2958
	Diretoria/executivo	8	
	Especialista	0	
	Gerente	47	
	Operacional	2219	
	Supervisor	40	
	Técnico	72	
	Auditoria Interna	1	

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(b) número de terceirizados

Período de três meses findo em 31 de março de 2021

A tabela abaixo apresenta o número de terceirizados, em 31 de março de 2021, por Estado e por cargo:

Localização Geográfica	Atividade	Número de Terceirizados	Total por Localização Geográfica
SP	Operacional	4	4
MG	Operacional	72	72
AM	Operacional	27	27
Brasil	Operacional	103	103

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

A tabela abaixo apresenta o número de terceirizados, em 31 de dezembro de 2020, por Estado e por cargo:

Localização Geográfica	Atividade	Número de Terceirizados	Total por Localização Geográfica
SP	Operacional	4	4
MG	Operacional	63	63
AM	Operacional	24	24
Brasil	Operacional	91	91

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

A tabela abaixo apresenta o número de terceirizados, em 31 de dezembro de 2019, por Estado e por cargo:

Localização Geográfica	Atividade	Número de Terceirizados	Total por Localização Geográfica
SP	Operacional	4	4
MG	Operacional	58	58
AM	Operacional	12	12
Brasil	Operacional	74	74

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

A tabela abaixo apresenta o número de terceirizados, em 31 de dezembro de 2018, por Estado e por cargo:

Localização Geográfica	Atividade	Número de Terceirizados	Total por Localização Geográfica
SP	Operacional	4	4
MG	Operacional	47	47
AM	Operacional	9	9
Brasil	Operacional	60	60

(c) índice de rotatividade

31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/03/2021
8,88%	7,81%	6,9%	2,53%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) política de salários e remuneração variável

A Companhia oferece remuneração competitiva com o mercado para atrair e reter talentos ajudando-a a alcançar seus objetivos de curto, médio e longo prazo. Considerando o modelo de seus negócios, reter profissionais qualificados e experientes é essencial para o seu crescimento, de modo que a estratégia de remuneração deve incluir mecanismos que incentivem os colaboradores a permanecer por longo prazo, equilibrando seu desenvolvimento e crescimento com os seus resultados e o valor agregado para os acionistas.

A Companhia concede, ainda, ajustes por mérito e promoção, de modo a reconhecer e recompensar o desempenho de cada colaborador com base nas avaliações de desempenho individuais periódicas.

b) política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso, e sempre em observância à legislação aplicável. Os colaboradores são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

- Plano de saúde: todos os colaboradores possuem plano de saúde subsidiado pela Companhia.
- Plano Odontológico: todos os colaboradores possuem plano odontológico subsidiado pela Companhia.
- VA/VR: todos os colaboradores recebem vale refeição e vale alimentação de acordo com a convenção coletiva.
- Vale Transporte: conforme a necessidade de cada colaborador, de acordo com a legislação vigente.
- Seguro de vida: fornecido conforme previsto na convenção coletiva da categoria.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia não possui plano de outorga de remuneração baseada em ações.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 – Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia respeita e permite a livre filiação sindical, fortalecendo a legítima representação dos seus colaboradores através de sindicatos e um número significativo de filiados a estas entidades.

A Companhia possui, ainda, participação ativa nas regiões em que atua, incentivando negociações coletivas, conduzidas de forma responsável, em cumprimento total às cláusulas definidas em acordos coletivos e mantendo um relacionamento amigável e respeitoso com os membros dos comitês executivos dos sindicatos.

Nos últimos três exercícios sociais, não houve paralisações ou greves.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
André Poroger					
272.058.978-07	Brasileiro-SP	Sim	Não	11/05/2021	
Não					
31.380.620	4,841%	0	0,000%	31.380.620	4,841%
Eder da Silva Grande					
255.597.828-31	Brasileiro-SP	Sim	Não	11/05/2021	
Não					
1.691.869	0,261%	0	0,000%	1.691.869	0,261%
Edward James Feder					
875.198.958-15	Brasileiro-SP	Sim	Não	11/05/2021	
Não					
50.684.790	7,819%	0	0,000%	50.684.790	7,819%
Alexandre Ostrowiecki					
292.713.568-10	Brasileiro-SP	Sim	Sim	11/05/2021	
Não					
324.417.660	50,047%	0	0,000%	324.417.660	50,047%
Dragon Gem LLC					
35.138.295/0001-41	Brasileiro-SP	Sim	Sim	11/05/2021	
Não					
231.053.671	35,644%	0	0,000%	231.053.671	35,644%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
8.997.377	1,388%	0	0,000%	8.997.377	1,388%
TOTAL					
648.225.987	100,000%	0	0,000%	648.225.987	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Dragon Gem LLC				**35.138.295/0001-41**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Renato Feder					
278.171.268-01	Brasileiro-SP	Não	Sim	09/10/2019	
Não					
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	11/05/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	4
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

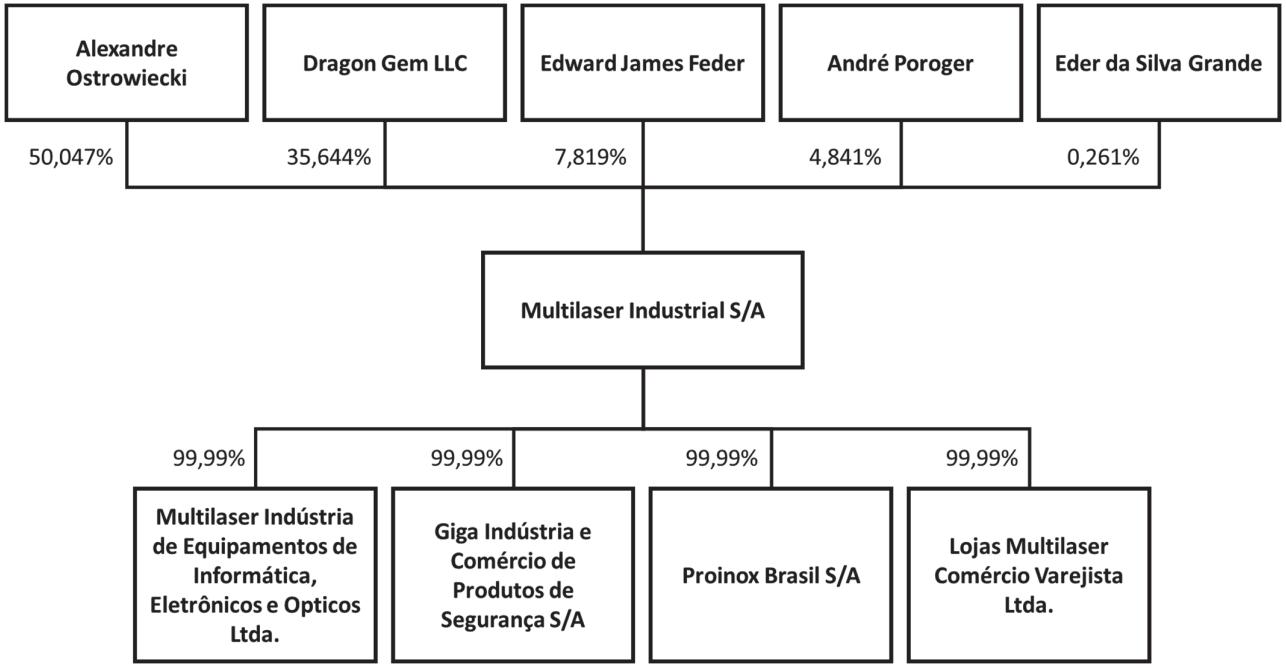
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(a) partes

São partes do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia ("Acordo"): Alexandre Ostrowiecki, Renato Feder, Dragon Gem LLC, Edward James Feder e André Poroger (em conjunto, "Acionistas"), sendo a Companhia interveniente anuente.

(b) data de celebração

O Acordo foi celebrado em 11 de maio de 2021.

(c) prazo de vigência

O Acordo terá validade inicialmente até 12 de maio de 2041, sendo automaticamente renovado por períodos sucessivos de 10 anos caso não seja denunciado por qualquer dos Acionistas até 90 dias contados do prazo inicial ou de qualquer período de prorrogação.

(d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Inicialmente, cabe ressaltar que cada um dos Acionistas representa um "Núcleo Familiar" ou "Núcleo", assim entendido como o grupo de pessoas composto pelo Acionista, seu respectivo cônjuge ou companheiro(a), seus descendentes de primeiro grau e seus Cessionários Permitidos, representados por cada um de seus respectivos Acionistas. Dessa forma, os termos "Acionista", "Acionistas", "Alexandre", "Renato", "Edward" e "André" devem ser entendidos, respectivamente, como "Núcleo Familiar do Acionista", "Núcleos Familiares dos Acionistas", "Núcleo Familiar Alexandre", "Núcleo Familiar Renato", "Núcleo Familiar Edward" e "Núcleo Familiar André".

Previamente a cada (i) Assembleia Geral da Companhia e (ii) reunião do Conselho de Administração da Companhia que deliberar sobre a convocação de Assembleia Geral cuja ordem do dia seja a eleição de membros do Conselho de Administração, deverá ser convocada e realizada reunião, em que somente os representantes dos Núcleos, ou seus respectivos suplentes, participarão, para discutir, conforme aplicável, (a) cada uma das matérias da ordem do dia da Assembleia Geral ou (b) as pessoas escolhidas pelos Acionistas para compor o Conselho de Administração nos termos do Acordo ("Reunião Prévia"). Os representantes dos Núcleos deverão envidar seus esforços para que haja um consenso com relação às deliberações a serem tomadas nas Reuniões Prévias.

Na Reunião Prévia, para cada Ação Vinculada presente à Reunião Prévia será atribuído um voto. Exceto no que se refere à eleição de membros do conselho de administração da Companhia, cujo procedimento está previsto no Acordo e pelas matérias listadas abaixo, que estarão sujeitas a quórum qualificado, a aprovação das decisões da

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Reunião Prévia, em primeira convocação, dependerá do voto afirmativo da maioria das Ações Vinculadas e, sendo que, em segunda convocação, tal maioria poderá ser a vontade de um único Acionista caso apenas um representante dos Núcleos compareça à Reunião Prévia.

Não obstante, a aprovação, em Reunião Prévia, das matérias abaixo listadas, exigirá o voto favorável de Alexandre Ostrowiecki ("Alexandre") e Renato Feder ("Renato"):

(a) fusão, incorporação (inclusive de ações) de outras sociedades ou por outras sociedades, cisão, resgate de ou recompra de ações, redução de capital ou qualquer outro tipo de restruturação societária da Companhia, nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;

(b) emissão de ações, bônus de subscrição, títulos conversíveis em ações ou quaisquer outros valores mobiliários, salvo dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, bem como qualquer alteração nos direitos e vantagens ou restrições atribuídas aos Acionistas;

(c) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas;

(d) dissolução ou liquidação, bem como autorizar os administradores a confessar falência ou pedir recuperação judicial da Companhia;

(e) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; e

(f) deliberar sobre (i) a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado; e (ii) a celebração de transações com partes relacionadas nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor.

Na hipótese de, em qualquer Reunião Prévia, Renato e Alexandre não chegarem a um consenso sobre uma matéria listada acima, a matéria será considerada como não aprovada.

As decisões aprovadas na Reunião Prévia (inclusive, eventualmente, aquelas tomadas por um único Acionistas, se a Reunião Prévia se realizar em segunda convocação com a presença de um único Acionista) vincularão o voto de todas as Partes na respectiva Assembleia Geral, devendo os Acionistas votar em bloco na Assembleia Geral de acordo com tais decisões, inclusive com as demais ações que sejam eventualmente de sua titularidade.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Se por qualquer motivo não houver uma Reunião Prévia (*e.g.*, nenhum Acionista comparecer mesmo em segunda convocação), os Acionistas estarão, então, livres para votar como bem entenderem na (e apenas na) respectiva Assembleia Geral.

A ausência de qualquer Acionista à Reunião Prévia, desde que regularmente convocada e instalada, não isentará a obrigação do Acionista de votar, na Assembleia Geral, em bloco de acordo com as decisões aprovadas na Reunião Prévia, conforme previsto no Acordo.

O eventual exercício, por qualquer dos Acionistas, do direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia em desacordo com as decisões aprovadas na Reunião Prévia ou das demais disposições aplicáveis do Acordo, será nulo e ineficaz e não poderá ser reconhecido pela Companhia.

Qualquer voto proferido por um Acionista em Assembleia Geral em desacordo com a instrução de voto definida na respectiva Reunião Prévia ou demais disposições do Acordo será nulo e sem efeitos, sem prejuízo do direito de outros Acionistas e da obrigação do presidente da Assembleia Geral de (i) aceitar o voto do Acionista que não esteja em infração ao Acordo em nome do Acionista em infração, nos termos do artigo 118, parágrafo 9º, da Lei das S.A.; ou (ii) buscar o cumprimento específico da obrigação infringida e perdas e danos. A Companhia deverá cumprir todas as disposições do Acordo durante seu prazo de vigência, conforme aplicável. Nos termos do artigo 118, parágrafo 8º, da Lei das S.A., a Companhia não registrará, consentirá ou ratificará qualquer voto ou aprovação dos Acionistas, nem praticará ou deixará de praticar qualquer ato em violação ao disposto no Acordo.

(e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Os Acionistas deverão sempre envidar seus melhores esforços para eleger o maior número possível de conselheiros, observados os termos da regulamentação aplicável à Companhia e o seu Estatuto Social.

Os membros do Conselho de Administração a serem eleitos pelos Acionistas serão indicados pelos 2 (dois) Acionistas que detiverem o maior número de Ações Vinculadas, em Reunião Prévia com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da reunião do Conselho de Administração da Companhia que convocar Assembleia Geral cuja ordem do dia seja a eleição de membros do Conselho de Administração. O processo de indicação dos membros do Conselheiro de Administração que os Acionistas tenham direito de eleger será realizado de forma alternada e sucessiva, conforme descrito a seguir: (i) o primeiro membro será indicado pelo Acionista que detiver o maior número de Ações Vinculadas (“Maior Acionista”); (ii) o segundo membro será indicado pelo Acionista que detiver o segundo maior número de Ações Vinculadas (“Segundo Maior

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Acionista"); (iii) o terceiro membro será indicado pelo Maior Acionista; (iv) o quarto membro será indicado pelo Segundo Maior Acionista; e assim, sucessivamente, até que todos os membros do Conselho de Administração que os Acionistas tenham direito de eleger tenham sido indicados.

O Maior Acionista e o Segundo Maior Acionista deverão indicar um conselheiro independente cada um, caso não tenha ocorrido a eleição de conselheiros independentes, conforme regulamentação aplicável, por outros acionistas não signatários do Acordo.

Na mesma Reunião Prévia, os Representantes deverão definir, conforme mesma regra estabelecida no Acordo *mutatis mutandis*, os membros do Comitê de Auditoria, a serem indicados pelos membros do Conselho da Administração eleitos pelos Acionistas.

(f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Direito de Preferência em Aumentos de Capital

Caso o Acionista e/ou Cessionário Permitido venha a optar por não exercer ou ceder seu direito de preferência na emissão pela Companhia de quaisquer ações ou outros títulos conversíveis ou permutáveis em ações da Companhia, deverá o Acionista e/ou Cessionário Permitido, antes de renunciar expressamente ao, ou ceder seu, direito de preferência, consultar os demais membros do seu Núcleo Familiar para que, se assim desejarem, possam exercer na qualidade de cessionário o direito de preferência em aumento de capital da Companhia em relação às ações, ou na emissão pela Companhia de quaisquer outros títulos conversíveis ou permutáveis em ações da Companhia sendo que, na hipótese em que mais de um membro do respectivo Núcleo Familiar do Acionista manifeste interesse em exercer o direito de preferência, será realizado um rateio igualitariamente entre os interessados.

Direito de Preferência na Alienação de Ações

No caso de qualquer Acionista ("Acionista Ofertante") desejar alienar suas Ações Vinculadas e receber uma proposta ("Proposta") por escrito de um terceiro, incluindo qualquer outro Acionista do Acordo ("Proponente"), o Acionista Ofertante notificará por escrito ("Aviso") Alexandre e Renato ("Acionistas Ofertados"), com cópia para a Companhia, devendo o Aviso conter todos os termos e condições da Proposta, incluindo, sem limites, o nome do Proponente, a quantidade e espécie de Ações Vinculadas envolvidas ("Ações Ofertadas") e a intenção do Acionista Ofertante em aceitar a Proposta.

Os Acionistas Ofertados terão direito de preferência ("Direito de Preferência") na aquisição das Ações Ofertadas, sendo certo, todavia, que o Direito de Preferência se exercido por qualquer um dos Acionistas Ofertados o será na proporção do número de

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Ações Vinculadas que possuírem, nos termos e condições da Proposta. O exercício do Direito de Preferência estará sujeito aos procedimentos expostos no Acordo.

Obrigação de Venda em Conjunto (Drag-Along)

Na hipótese de Acionistas representando mais que 50% das Ações Vinculadas, pretenderem alienar, direta ou indiretamente, isoladamente ou em conjunto, Ações Vinculadas representando o controle da Companhia, tal(is) Acionista(s) terá(ão) o direito de exigir que quaisquer dos demais Acionistas alienem, em conjunto com o(s) Acionista(s) Vendedor(es), a totalidade das ações de que são titulares, pelo mesmo preço por ação, termos e condições. Para os fins do Acordo, o termo "*Drag-Along*" significa o direito de determinar a venda conjunta das Ações Vinculadas e o termo "Acionista(s) Vendedor(es)" significa o(s) Acionista(s) que pode(m) exercer o direito de determinar a venda conjunta das ações.

(g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Em Reunião Prévia, os Representantes deverão definir, conforme as regras estabelecidas para a eleição dos membros do Conselho de Administração no Acordo de Acionistas, os membros do Comitê de Auditoria, a serem indicados pelos membros do Conselho da Administração eleitos pelos Acionistas.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não aplicável, tendo em vista que até a data da divulgação deste Formulário de Referência, não foram realizadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de acionistas e de administradores da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Aquisição da Proinox Brasil Ltda. ("Proinox") em fevereiro de 2019.
b) principais condições do negócio	O preço de aquisição referente à totalidade das quotas representativas do capital da Proinox, totalmente integralizadas e inteiramente livres e desembaraçadas de quaisquer gravames de qualquer natureza, foi composto de: (a) um valor inicial de R$1.933.200,00, pago no primeiro dia útil seguinte à assinatura do "Instrumento Particular de Cessão de Quotas" ("Contrato"), em moeda corrente nacional; e (b) um valor adicional de R$2.251.118,72, equivalente ao valor de R$2.600.000,00, cujo pagamento estava condicionado ao cumprimento de determinadas condições previstas no Contrato.
c) sociedades envolvidas	A Companhia e Proinox.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou qualquer conflito entre os acionistas.

f) quadro societário antes e depois da operação

Não aplicável, tendo em vista que não houve alteração no quadro societário.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes - controle e grupo econômico

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses ("Política de Partes Relacionadas"), a qual foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de maio de 2018 e posteriormente alterada em 11 de maio de 2021, estabelece as regras que devem ser observadas nas transações comerciais que envolvam Partes Relacionadas (conforme definidas na Política de Partes Relacionadas), bem como para administração de outras situações que envolvam possíveis conflitos de interesses.

O objetivo da Política de Partes Relacionadas é o de fornecer orientações à conduta dos administradores e dos administradores das controladas, de forma a zelar para que todas as transações com partes relacionadas e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os interesses da Companhia, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

Cada Transação com Partes Relacionadas em potencial informada deverá ser analisada pelo Departamento de Gerenciamento de Riscos para determinar se ela de fato constitui um Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos da Política de Partes Relacionadas. O Departamento de Gerenciamento de Riscos deverá classificar as transações considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avalição e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com a Política de Partes Relacionadas.

A Política de Partes Relacionadas abrange e regulamenta: (i) os procedimentos e os responsáveis pela identificação das partes relacionadas e pela classificação de operações como uma "transação com partes relacionadas"; (ii) os critérios que devem ser observados para a realização de uma Transação com Partes Relacionadas; (iii) os procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses; e (iv) as instâncias de aprovação de uma transação com partes relacionadas, a depender do valor envolvido ou da transação ser realizada dentro ou fora do curso normal dos negócios.

São vedadas as Transações entre Partes Relacionadas (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; (ii) formas de remuneração de assessores, consultores e intermediários que gerem conflito de interesses com a Companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas; (iii) concessão de empréstimos em favor do controlador e dos administradores; (iv) com Partes Relacionadas que não estejam exercendo atividades comumente exercidas por elas; e (v) operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais da Companhia e/ou de suas controladas, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros.

Além disso, a Lei das S.A. proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em seu detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletrônica no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da Companhia (www.ri.multilaser.com.br/), bem como fisicamente na sede social da Companhia.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há transações a serem reportadas neste item, pois a totalidade das transações entre partes relacionadas realizadas pela Companhia, que são divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no persente exercício social, são operações realizadas entre a Companhia e sociedades em que este detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

O Estatuto Social e Política de Partes Relacionadas estabelecem um conjunto de regras relacionadas à aprovação de transações com partes relacionados.

De acordo com tais documentos, em situações em que qualquer pessoa envolvida em um processo de aprovação, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação à Área de Auditoria Interna e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatuário, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia e das controladas, que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento. Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

Todas as transações com partes relacionadas a serem celebradas no curso dos negócios e que não envolvam valores superiores a R$50.000.000,00 (cinquenta milhão de reais) ou o equivalente a 1% (um por cento) do ativo total, deverão ser formal e previamente aprovadas pela Área de Auditoria Interna com relato ao Comitê de Auditoria Estatutário após a assinatura da Transação com Partes Relacionadas.

As Transações com Partes Relacionadas a serem celebradas fora do curso normal dos negócios, e que envolvam valores superiores a R$50.000.000,00 (cinquenta milhão de reais) ou o equivalente a 1% (um por cento) do ativo total, deverão ser aprovadas formal e previamente pela Área de Auditoria Interna com base em parecer prévio elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

As Transações com Partes Relacionadas, que envolvam valores superiores a R$50.000.000,00 (cinquenta milhão de reais) ou o equivalente a 1% (um por cento) do ativo total, deverão ser formal e previamente aprovadas pelo Conselho de Administração com base em parecer prévio elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria Estatutário deverão (i) ter acesso a toda documentação relevante e necessária com relação a transações específicas ou a diretrizes para contratação de transações; e (ii) solicitar à Diretoria a análise de alternativas de mercado à transação com partes relacionadas em questão, ajustadas aos fatores de risco envolvidos, bem como eventuais pareceres de especialistas ou relatórios técnicos porventura julgados necessários para fornecer seu parecer ou tomar sua decisão.

Além disto, caso uma Transação com Partes Relacionadas tenha que ser aprovada pelos acionistas em assembleia geral de acordo com a lei aplicável, essa transação deverá ser submetida aos acionistas acompanhada uma proposta submetida pelo Conselho de Administração, embasada por laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros.

Adicionalmente, as práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das S.A., são aplicadas. Segundo tais regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O Conselho de Administração ou a Área de Auditoria Interna, conforme o caso, somente poderão aprovar uma transação com partes relacionadas se constatar, em boa-fé, que a transação é feita em condições de mercado ou com pagamento compensatório adequado e em interesse da Companhia e/ou de suas controladas.

O Conselho de Administração ou a Área de Auditoria Interna, a seu critério, poderão estabelecer como condição para a aprovação de uma transação com partes relacionadas qualquer modificação que considere necessária para que a transação seja concluída em bases equitativas e o interesse da Companhia e/ou de suas controladas.

Ademais, uma transação com partes relacionadas deverá sempre ser concluída por escrito, especificando seus principais termos e condições, como: contraprestação nos termos do acordo, duração e condições para rescisão, declarações e indenizações, garantias, responsabilidade, entre outros.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
11/05/2021	757.039.208,00	Totalmente integralizado	648.225.987	0	648.225.987
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
11/05/2021	757.039.208,00		648.225.987	0	648.225.987
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
11/05/2021	757.039.208,00		648.225.987	0	648.225.987
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
11/05/2021	0,00		1.067.025.987	0	1.067.025.987

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/06/2018	Assembleia Geral Extraordinária	15/06/2018	540.963.879,00	Subscrição particular	216.075.329	0	216.075.329	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Não aplicável, tendo em vista que não houve a emissão de novas ações.

Forma de integralização Não aplicável, tendo em vista que não houve a emissão de novas ações.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
11/05/2021	216.075.329	0	216.075.329	648.225.987	0	648.225.987

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que até a data da divulgação deste Formulário de Referência, não foram realizadas reduções de capital social.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Nos termos da Lei das S.A., é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei. Não obstante, de acordo com a Política de Destinação de Resultados, o Conselho de Administração pretende propor anualmente à Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos equivalentes a no mínimo 50% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceito nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos que não sejam estabelecidos por lei, poderão ser alterados por deliberação da assembleia geral de acionistas, de acordo com o respectivo quórum de instalação e deliberação previsto na Lei das S.A.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes a informar.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

(i) limitação do direito de voto

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

(ii) obrigações de realizar oferta pública

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o Estatuto Social determina que a alienação direta ou indireta de controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de emissão da Companhia que sejam de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Ademais, de acordo com o artigo 41 do Estatuto Social, qualquer acionista ou grupo de acionistas representando o mesmo interesse que se torne detentor de 20% ou mais do capital social da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia. O preço de aquisição por ação objeto da oferta pública de aquisição não poderá ser inferior à maior cotação unitária média das ações da Companhia, no pregão da B3, durante os 24 meses que antecederem o atingimento da participação relevante e deverá ser ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, bem como devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das S.A., caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência os valores mobiliários da Companhia não são negociados em mercado de bolsa ou balcão.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida perante a CVM e a B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros até a data da divulgação deste Formulário de Referência.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não foram emitidos títulos no exterior até a data da divulgação deste Formulário de Referência.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreu nenhuma oferta pública relativa a valores mobiliários de emissão da Companhia. Não obstante, a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreu nenhuma oferta pública relativa a valores mobiliários de emissão da Companhia até a data de divulgação deste Formulário de Referência.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreu nenhuma oferta pública relativa a valores mobiliários de emissão da Companhia até a data de divulgação deste Formulário de Referência.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreu nenhuma oferta pública relativa a valores mobiliários de emissão da Companhia até a data de divulgação deste Formulário de Referência.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou nenhuma oferta pública de aquisição relativa a ações de emissão de terceiros até a data de divulgação deste Formulário de Referência.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Manutenção Temporária das Ações em Circulação (Free Float) da Companhia

De acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado, segmento especial de listagem da B3, é de 25% do total do capital social de tais sociedades. Em 22 de junho de 2021, por meio do Ofício 282/2021-DIE, a B3 deferiu pedido da Companhia para que seja conferido tratamento excepcional para o percentual mínimo de ações em circulação, conforme exigido pelo Regulamento do Novo Mercado, de modo que a Companhia deverá manter, em livre circulação, no mínimo, o percentual de ações em circulação alcançado na data de conclusão da sua oferta pública inicial de ações ("IPO"), sendo este percentual, em qualquer hipótese, equivalente ou superior a 21%.

Em contrapartida ao deferimento do pedido, o Ofício 282/2021-DIE determina que a Companhia deverá divulgar, pelo prazo em que perdurar tal tratamento, até o dia 31 de julho de cada ano, relatório com informações ambientais, sociais e de governança corporativa, tomando por base padrão internacionalmente aceito, como o da *Global Reporting Initiative* (GRI) ou o da estrutura internacional para relato integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC). Adicionalmente, a recomposição do percentual mínimo de ações em circulação de 25%, previsto pelo Regulamento do Novo Mercado, deverá ocorrer em até 18 meses da data de conclusão do IPO.

O não cumprimento de tais obrigações acarretará a cessação imediata da autorização concedida e de seus efeitos, passando a Companhia e seu acionista controlador, conforme aplicável, a sujeitar-se, imediatamente, à aplicação das sanções previstas no Regulamento do Novo Mercado.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 31/03/2021

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	15.099.917	
Quantidade adquirida	0	1,17
Quantidade alienada	6.100.998	1,17
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	8.998.919	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2020

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	19.446.780	1,17
Quantidade alienada	4.346.863	1,17
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	15.099.917	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

As quantidades e preços informados no item 19.2 deste Formulário de Referência consideram o desdobramento de ações à razão de 1 ação para 3 ações em 11 de abril de 2021.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**11/05/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Abrange a Companhia, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude do seu cargo, função ou posição na Companhia, suas subsidiárias, controladora ou coligadas, tenha conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, bem como aqueles que tenham acesso permanente ou eventual da informação privilegiada e que tenha relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores, instituições integrantes do sistema de distribuição e outras pessoas indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores, que tenham ou passam vir a ter conhecimento de Fato Relevante ou informação privilegiada relativa aos negócios da Companhia.

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação de Valores Mobiliários tem por objetivos: (i) estabelecer padrões de boa conduta que devem ser observados pelas pessoas vinculadas; (ii) assegurar o cumprimento das leis e regras que coíbem a prática do insider trading; e (iii) estabelecer as regras para assegurar a observância das melhores práticas para a negociação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

As proibições e obrigações de comunicação também se aplicam a negociações realizadas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas ou seus parentes próximos, incluindo os casos em que esses negócios forem feitos por intermédio de:

(a) sociedade controlada pelas pessoas mencionadas acima, direta ou indiretamente;
(b) terceiros com quem foi assinado um contrato de gestão, fideicomisso (trust) ou administração de carteira de investimentos em ativos financeiros;
(c) procuradores ou agentes; e
(e) quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de Informação Privilegiada, por meio de qualquer uma das pessoas impedidas de negociar, cientes de que elas ainda não foram divulgadas ao mercado.

A negociação realizada por fundos de investimento, cujos cotistas são as pessoas mencionadas acima, não será considerada uma negociação indireta, desde que: (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador de fundos ou fundo de investimento não possam, de forma alguma, ser influenciadas por sus cotistas. A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da Companhia (www.ri.multilaser.com.br/), bem como fisicamente em sua sede social.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Além dos períodos de restrição à negociação determinados pelas leis e regulamentações aplicáveis, o Diretor de Relações com Investidores poderá decidir sobre a imposição de períodos de restrição à negociação. Nesse caso, ele deverá indicar claramente às pessoas vinculadas o início e o final da vigência desses períodos de restrição à negociação adicionais.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Informações foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de maio de 2018 e posteriormente alterada em 11 de maio de 2021, conforme exigido pela Instrução CVM 358 ("Política de Divulgação de Informações"), cujas regras devem ser respeitadas por todas as Pessoas Vinculadas (conforme definido no item 20.1 deste Formulário de Referência). A Política de Divulgação de Informações possui como referência, além da Lei das S.A. e das normas da CVM, o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas.

Além da Política de Divulgação de Informações, foi observado a legislação e as normas específicas da CVM em vigor, em especial a Lei das S.A. e as Instruções da CVM 358 e 480, que disciplinam entre outras matérias, as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes.

A Política de Divulgação de Informações, em conjunto com as demais regras aplicáveis descritas acima, tem por objetivo:

- estabelecer o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. O princípio fundamental que caracteriza um ato ou fato como relevante é o potencial de qualquer ato ou fato relacionado com os negócios da companhia influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

- estabelecer procedimentos para que a Companhia divulgue tempestivamente atos ou fatos relevantes à CVM e ao mercado em geral, buscando a simetria informacional entre investidores e potenciais investidores, bem como casos em que os fatos relevantes poderão excepcionalmente deixar de ser divulgados, exclusivamente na hipótese em que sua divulgação colocará em risco o interesse legítimo da Companhia;

- exigir e estabelecer procedimentos para que os administradores e membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) divulguem o número, tipo e forma de negociação das ações de emissão da Companhia, bem como de suas subsidiárias e sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

- exigir e estabelecer procedimentos para que qualquer acionista divulgue alterações em sua participação direta ou indireta no capital social, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente; e

- proibir a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação de Informações pode ser consultado e encontrado no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da Companhia (www.ri.multilaser.com.br/), bem como fisicamente na sede social da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Informações baseia-se nos seguintes princípios e objetivos:

- fornecer informações adequadas aos acionistas e à B3;
- garantir a ampla e tempestiva divulgação de Fatos Relevantes, bem como assegurar sua confidencialidade enquanto não divulgados;
- consolidar as boas práticas de governança corporativa; e
- cooperar com a higidez e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação de Informações estabelece como responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores a divulgação e comunicação tempestiva de Fatos Relevantes à CVM e à B3, observado que:

- a divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e à B3, preferencialmente após o encerramento dos negócios em todos os países em que os valores mobiliários de emissão da Companhia na B3 sejam negociados ou, caso seja necessária a divulgação antes da abertura do pregão, deve ser feita com antecedência mínima de 1 (uma) hora em relação ao início da negociação dos valores mobiliário na B3; e
- divulgação deverá ser realizada de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor, por meio do portal de notícias com página na internet indicado no Formulário Cadastral e no website de relações com investidores, no endereço www.ri.multilaser.com.br/.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações sobre Fatos Relevantes serão responsáveis por comunicar essas informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se, após a comunicação, o Diretor de Relações com Investidores tomou as medidas previstas na Política de Divulgação de Informações e na legislação aplicável, com relação à divulgação de tais informações. Se o Diretor de Relações com Investidores não tomar as medidas necessárias para a imediata divulgação, caberá, conforme o caso, ao acionista controlador ou aos Administradores da Companhia, a adoção de tais medidas devidas.

Sempre que a CVM ou a B3 exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Fato Relevante, ou se houver uma oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de valores mobiliários da Companhia ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a informações sobre o Fato Relevante, a fim de verificar se tais pessoas têm conhecimento das informações que devem ser divulgadas ao mercado.

Excepcionalmente, os Fatos Relevantes poderão não ser divulgados se quaisquer dos acionistas controladores ou administradores entender(em) que a sua divulgação colocará em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política de Divulgação de Informações deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tais Fatos Relevantes.

Caso o Fato Relevante seja relacionado a operações que envolvam diretamente e/ou somente quaisquer dos Acionistas Controladores, estes, deverão informar o Diretor de Relações com Investidores e, excepcionalmente, poderão instruir o Diretor de Relações com Investidores a não divulgar o Fato Relevante, expondo as razões pelas quais consideram que a divulgação colocaria em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política de Divulgação de Informações deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tal Fato Relevante.

O Diretor de Relações com Investidores sempre deverá ser informado sobre Fato Relevante mantido sob sigilo, e é sua responsabilidade, juntamente das outras pessoas cientes de tais informações, garantir a adoção dos procedimentos apropriados para garantir a confidencialidade.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Sempre que houver dúvida sobre a legitimidade da não divulgação de informações, por aqueles que têm conhecimento do Fato Relevante mantido sob sigilo, o assunto poderá ser apresentado à CVM, de maneira confidencial, conforme previsto nas normas aplicáveis.

Procedimentos de Preservação do Sigilo

As pessoas vinculadas deverão manter o sigilo das informações referentes aos Fatos Relevantes, às quais tenham acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada até a sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis, em caso de não cumprimento.

Os procedimentos a seguir também devem ser observados:

- envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que possam resultar em Fatos Relevantes;
- não discutir informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes delas, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa;
- não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são os participantes;
- tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (segurança, proteção por senha etc.); e
- sem prejuízo da responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença à Companhia e precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual a natureza das informações deverá estar especificada e deverá conter a declaração de que o terceiro reconhece a sua natureza confidencial, comprometendo-se a não a divulgar a nenhuma outra pessoa, nem negociar com os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, antes da divulgação das informações ao mercado.

Quando as informações confidenciais precisarem ser divulgadas aos empregados ou outras pessoas com uma função ou cargo na Companhia, os acionistas controladores, subsidiárias ou coligadas, exceto um administrador, membros do Conselho Fiscal, de quaisquer dos Comitês ou de qualquer um dos órgãos estatutários que poderão ser criados com funções técnicas ou consultivas, a pessoa responsável pela transmissão das informações confidenciais deverá se certificar de que a pessoa que receberá as informações confidenciais tem conhecimento das disposições da Política de Divulgação de Informações.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Informações é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção.